

Pe. PEDRO CERRUTI S. J.

*Prof. da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro*

O CRISTIANISMO

EM SUA ORIGEM

HISTÓRICA E DIVINA

Reformatado by:

† Livros Católicos para Download



<http://alexandriacatolica.blogspot.com.br>

NIHIL OBSTAT

R. P. Antônio Aquino, S. J.

Provincial da Prov. do Brasil Central

Rio de Janeiro, 1.º de abril de 1963.

IMPRIMI POTEST

Pe. José da Frota Gentil, S. J.

Ex commissione Emml. Cardinalis Archiepiscopi

Rio de Janeiro, 1.º de maio de 1963.

PREFÁCIO

Decepcionados por tantos falsos "messias", embalados por tantas promessas utópicas e tantas teorias enganadoras, despertaram os povos em sobressalto perante apocalípticas ameaças. Procuram, ansiosos e impacientes, rumos novos e reformas radicais, que devolvam a um mundo revolto a paz, o bem estar e a segurança.

Alguns, seduzidos pelas modernas e maravilhosas conquistas da ciência, "à semelhança dos construtores da torre de Babel, sonham com uma inconsistente 'divinização do homem', apta e suficiente para tôdas as exigências da vida física e espiritual". (Pio XII, Mensagem de Natal de 1955). É um puro sonho. A ciência e a técnica poderão proporcionar novas e maiores comodidades, novos domínios sôbre as forças da matéria. Não podem, porém, dar à vida humana seu pleno e verdadeiro sentido, nem mesmo aliviar os temores presentes, nascidos precisamente da posse destas tremendas forças.

Há uma presença, ignorada ou excluída de muitas legislações e da vida pública, como de muitas vidas particulares, que falta ao mundo: JESUS CRISTO. Sômente nêle, com êlc e por êle pode a humanidade achar a segurança e seu destino temporal e eterno. Volte entre os homens o Homem-Deus, Rei reconhecido e obedecido. (Pio XII, ibidem).

Mas quantos juízos opostos foram formulados a respeito de Cristo! Socialistas e comunistas há, que querem ver nêle um precursor, porque condenou tôdas as injustiças. Para não poucos filósofos e historiadores das religiões, é um moralista incomparável, o maior dos filhos dos homens, mas um simples homem do seu tempo, cujas idéias exigem agora uma revisão. Centenas de aglomerações religiosas proclamam-se seus discípulos, mas têm da sua pessoa conceitos diferentes.

Colocado a priori o pressuposto arbitrário da impossibilidade do sobrenatural, do mistério e do milagre, as narrativas evangélicas e os outros documentos são mutilados, "sollicitados" e reconstruídos, dando de Cristo e do Cristianismo tantas "variações", tantos resíduos diversos, quantos são os sistemas e as seitas.

Tal discordância de opiniões, além das suas repercussões na outra vida, divide os homens em grupos rivais e os impede de conjugarem seus esforços para o verdadeiro progresso da humanidade. (PINARD DE LA BOULLAYE, Jésus et l'Histoire, I Conf.).

Cada vez mais prementes e de todos os quadrantes, levantam-se apelos para a união. Mas uma união eficaz só pode ser concebida no culto do verdadeiro Cristo, Messias e Filho de Deus, e na obediência total a suas leis. E o verdadeiro Cristo, como o verdadeiro Cristianismo, encontram-se com a análise objetiva das Fontes genuínas, respeitando as legítimas exigências da crítica histórica, e com a verificação imparcial das garantias e credenciais divinas, que Jesus de Nazaré e sua religião nos apresentam.

É este encontro que constitui a finalidade do presente volume.

Possam suas páginas auxiliar as almas retas, tão numerosas, na sua pesquisa da verdade; possam fortalecer nos cristãos convicções inabaláveis.

Acrescente Nosso Senhor a sua graça, que penetrando as almas ilumine as inteligências e mova as vontades à prática perfeita e à difusão do genuíno Cristianismo, única solução eficaz para a crise do mundo moderno, caminho único de salvação, que Jesus Cristo, o Messias verdadeiro e o Filho de Deus, veio ensinar aos homens.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- CAVALLERA FERN., *Thesaurus doctrinae catholicae ex documentis Magisterii ecclesiastici*, nova ed., Paris, Beauchesne, 1936.
- DENZINGER HENR., (Denz. ou D.), *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, continuado sucessivamente por Cl. BANNWART, J. — B. UMBERG e Carlos RAHNER, 30.^a ed., Friburgo de Br., Herder, 1955.
- KIRCH CONR., (K), *Enchiridion fontium Historiae ecclesiasticae antiquae*, 5.^a ed., Friburgo de Br., 1941.
- MIGNE J.-P., (MG, ML), *Patrologiae cursus completus: series graeca et series latina*.
- ROUET DE JOURNAL M.J., (R), *Enchiridion Patristicum. Loci SS. Patrum, Doctorum, Scriptorum ecclesiasticorum, in usum scholarum collecti*, 11.^a ed., Friburgo de Br., 1937.

Jesus Cristo: Sua Vida e Estudos Críticos

- ADAM KARL, *Jésus le Christ*, trad. do alemão, Castermann, 1934.
- ALLO E.B., *Le scandale de Jésus*, Paris, Grasset, 1927.
- ALMAZÁN D.M., *Jesús de Nazaret*, Barcelona, 1946.
- AULETTA G., *L'aspetto di Gesù Cristo*, Roma, 1948.
- BALLERINI G., *Gesù Cristo e i suoi moderni critici*, Pavia, 1921.
- BRAUN F.M., *Où en est le problème de Jésus?*, Paris, Gabalda, 1932.
- BUYSSE P., *Vers la foi catholique, II: Jésus devant la critique*, Bruges 1925.
- DANIEL-ROPS, *Jésus en son temps*, Paris, Fayard, 1944.
- FELDER H., *Jésus de Nazareth*, trad. do alemão, Beauchesne, 1938.
- FILLION L. CL., *L'existence historique de Jésus et le rationalisme contemporain*, Paris, 1911.
- *La vie de N. S. Jésus-Christ. Exposé historique, critique et apologetique*, 3 vol., Paris, Lethielleux, 1922.
- FOUARD C., *La vie de Notre Seigneur Jésus-Christ*, 2 vol., 26.^a ed., Paris, Gabalda, 1922. — *Saint Pierre*, 15.^a ed., 1928. — *Saint Paul*, 12.^a ed., 1925.
- GRANDMAISON L. (DE), *Jésus-Christ, sa personne, son message, ses preuves*, 2 vol., Beauchesne, 1928.
- GUARDINI R., *La figura di Gesù nel N. T.*, trad. ital., Brescia, 1950.

- KLEIN F., *La vie humaine et divine de Jésus-Christ* N. S., Paris, Bloud et Gay, nova ed. 1933.
- LEBRETON J., *La vie et l'enseignement de Jésus-Christ Notre Seigneur*, 2 vol., Paris, Beauchesne, 1931, 1947.
- ~~LEPIN M., *Jésus Messie et Fils de Dieu*, Paris, Letouzey, 1905, 1920.~~
- *Le Christ Jésus, son existence historique et sa divinité*, Paris, Bloud et Gay, 1929.
- *Le Problème de Jésus*, Paris, Grasset, 1936.
- OLDRÀ A., *Gesù Cristo*, 2 vol., Firenze, 1918-1919.
- PINARD DE LA BOULLAYE H., *Jésus-Christ*. Conférences de Notre-Dame (1929-1937), Paris, Spes, 8 vol., principalement: *Jésus et l'Histoire* (1929), *Jésus Messie* (1930), *Le Thaumaturge et le Prophète* (1931), *Jésus Fils de Dieu* (1932), *La Personne de Jésus* (1933).
- PRAT F., *Jésus-Christ, sa vie, sa doctrine, son œuvre*, 2 vol., Beauchesne, 1933.
- QUOIDBACH TH., *Le Christ cet inconnu*, 2 vol., Bruxelles, Vanderlinden, 1947.
- RICCIOTTI G., *Vita di Gesù Cristo*, Ediz. Ecclesia, 10.^a ed., Roma, 1947.
- THIBAUT R., *Le sens de l'Homme-Dieu*, Paris, 1942.
- TONDELLI L., *Gesù nella storia*, Milano, 1926.
- *La psicologia di Cristo*, Assisi, 1944.
- TRICOT A., *Vie de Notre Seigneur Jésus-Christ*, Tournai, Desclée, 1947.
- WILLIAM F.-M., *La vie de Jésus dans le pays et le peuple d'Israël*, trad. franc., Castermann 1934; em alemão, 9.^a ed., Friburgo de Br., 1955.

Os Evangelhos

- ALLO E.B., *Joan (Evangile de Saint)*, art. no *Diot. de la Bible, Supplément*, Vol. IV, col. 815-843.
- BENOIT P., *L'Evangile selon S. Matthieu*, Paris, 1950.
- BONACCORSI-GHEDINI, *I Vangeli apocrifi*, Firenze, 1948.
- BONSIRVEN J., *Les Enseignements de Jésus-Christ*, Beauchesne, 4.^a ed., 1946.
- BOUYER L., *Le 4.^e Evangile*. Introduction à l'Evangile de S. Jean, Maredsous, 1955.
- BOVER J.M., *El Evangelio de San Mateo*, Barcelona, 1946.
- BRAUN F.M., *L'Evangile devant les temps présents*, Paris, Desclée de Br., 1938.
- *Evangile selon S. Jean*, em *La Sainte Bible (PIROT)*, Vol. X, 1950.
- BUZY D., *Evangile selon S. Matthieu, ibidem*, Vol. IX, 1950.
- CERFAUX L., *La voix vivante de l'Evangile au début de l'Eglise*, Paris, Castermann, 1946, 1956.
- CHAPMAN J., *Matthew, Mark and Luke*, London, 1937.

- DURAND A., *Evangelie selon S. Matthieu*, Beauchesne, 1924; 33.^a ed., 1948.
— *Evangelie selon S. Jean*, 1927; 23.^a ed., 1938.
- FABBI F., *Vangelo e Critica*, Assisi, 1943.
- FLORIT E., *Notae introductoriae in N. T. libros, I: De Evangeliiis Synopti-
cis*, Roma, 1940.
~~— *Partano anche i papiri*, 2.^a ed., Roma, 1943.~~
- Formation des Evangiles (La)*, em colaboração, Bruges, Desclée de Br., 1957.
- GUIDETTI A., *L'Apologia di Gesù nei Vangeli*, Milano, Letture: *Gesù Messia* (Ev. sec. Matthaeum), 1954; — *Gesù Dio* (Ev. sec. Marcum), 1954; — *Gesù Salvatore* (Ev. sec. Lucam), 1955; — *Gesù Figlio di Dio* (Ev. sec. Joannem), 1956.
- GUITTON J., *Le Problème de Jésus et les fondements du témoignage chrétien*, Aix, 1948.
- HOEFL H. e B. GUT, *Introductio specialis in Novum Testamentum*, 6.^a ed., Napoli, d'Auria, 1962, XXVII-582 pp.
- HUBY J., *L'Evangelie et les Evangiles*, nouvelle édition revue et augmentée par Xavier LÉON-DUFOUR, Beauchesne, 1954.
— *Evangelie selon S. Marc*, 43.^a ed., 1948.
- Introduzione alla Bibbia*. Corso sistematico di studi biblici, IV: *I Vangeli*, Torino, Marietti, 1959, 572 pp.
- JACQUIER E., *Etudes de critique et de philologie du Nouveau Testament*, 2.^a ed., Paris, Gabalda, 1920.
- LAGRANGE M.J., *Evangelie selon S. Matthieu*, Paris, 1923; 7.^a ed., 1948; — *Evangelie selon S. Maro*, 1911; 8.^a ed., 1948; — *Evangelie selon S. Luc*, 1921; 7.^a ed., 1948; — *Evangelie selon S. Jean*, 1925; 7.^a ed., 1948.
- LEAL J., *El valor historico de los Evangelios*, Granada, 1940.
- LÉON-DUFOUR XAV., *Introduction à la Bible, II: Nouveau Testament*, Tournai, Desclée, 1950.
- LEPIN M., *La valeur du IV Evangelie*, 2 vol., Paris, Letouzey, 1910.
- LO GIUDICE C., *Il Vangelo*, Ediz. "Civiltà Cattolica", Roma, 1953.
- MANGENOT E., *Les Evangelios synoptiques*, Paris, Letouzey, 1911.
- MARCHAL L., *Evangelie selon S. Luc*, em *La Sainte Bible* (PIROT), Vol. X, 1950.
- MORTARI GIUL., *Le Testimonianze della vita di Cristo*, Roma, Belardetti, 1954.
- OPHAN O., *Gli Apostoli*, Torino, 1950.
- OSTY E., *Les Evangiles synoptiques*, Paris, 1947.
- PIROT L., *Evangelie selon S. Marc*, em "La Sainte Bible", Vol. IX.
- PIROT L. — A. CLAMER, *La Sainte Bible*. Comentários de vários autores aos livros da Biblia. — Para o N. T. ver os Vol. IX-XII, Paris, Letouzey et Ané, nova edição, 1950-1951.
- RE G., *Il Santo Vangelo*, 3.^a ed., Torino, 1951.

- ROBERT A. et A. FEUILLET, Introduction à la Bible, T.. II: *Le Nouveau Testament*, Paris, Desclée, 1959, IX-939 pp.
- ROSADINI S., *Introductio generalis in N. T. et in Evangelio*, editio recentior, Romae, 1938.
- TONDELLI L., *Il primo pensiero cristiano*, 5 vol., I: *I Vangeli*, 2.^a ed., Torino, 1946.
- TRICOT A., *L'Eglise naissante de l'an 30 à l'an 100*, Tournai, Desclée, 1947.
- VALENSIN A. et J. HUBY, *Evangile selon S. Luc*, Beauchesne, 1927; 41.^a ed. 1952.
- VERBUM SALUTIS. Commentaire du N. T., 16 vols., in - 12, Paris, Beauchesne.
- VIGOUROUX F., *Dictionnaire de la Bible*, 5 vol., Paris 1895-1912, com o *Supplément* (sob a direção de L. PIROT... A. FEUILLET), Paris, Letouzey et Ané, 7 vol. publicados desde 1928 até 1962.
- ZEDDA CL., *Introduzione ai Vangeli*, Roma, Studium, 1957.

Acêrca dos outros Livros do N. T. e de algumas *Questões especiais*, ver as indicações Bibliográficas nas NOTAS. Por ex.:

A Questão Joanina	(174)	O Hinduísmo	(380)
A crítica textual	(206)	O Budismo	(385)
A crítica racionalista	(226)	O Islamismo	(403)
A teoria comparatista e mitológica	(236)	A consciência messiânica de Cristo	(416)
Os Manuscritos do Mar Morto	(248-256)	O messianismo judaico	(417)
A Escola das Formas	(257)	A santidade e sabedoria milagrosa de Jesus	(439)
A Questão Sinóptica	(265)	Os milagres de Jesus	(452)
Os Atos dos Apóstolos	(277)	A ressurreição de Cristo	(469)
Epístolas Paulinas	(291 e 302)	As profecias messiânicas do Antigo Testamento	(490)
Epístolas Católicas	(313)	Os milagres morais do Cristianismo	(509)
O Apocalipse	(333)		
O Problema do mal e da dor	(365)		

Obras de Apologética

- ABARZUZA IR., *Manuale Theol. Dogmaticae, I: Theologia fundamentalis*, Edic. studium, Madrid, 1959.
- BAINVEL J.V., *De vera Religione et Apologetica*, Beauchesne, 1914.
- BENI AR., *La Vera Religione*, Firenze, 1949.
- BRILLANT M. — M. NÉDONCELLE, *Apologétique*. Nos raisons de croire et réponses aux objections. Obra em colaboração, Paris, Bloud et Gay, 1937, 1380 pp.

- CALCAGNO FR.-XAV., *Theologia fundamentalis*, Nápoles, 1948.
- CERIANI GRAZ., *Christus hodie*, 5 vol., Vol. II: *La Persona di Cristo*, Milano, Didascaleion, 1954.
- CORDOVANI M., *Il Rivelatore*, Milano, 1925.
- ~~DEVIVIER W., *Cours d'Apologétique chrétienne*, 20.^a ed., Paris, 1914.~~
- DIECKMANN HERM., *De revelatione christiana*, Friburgo de Br., 1930.
- DORSCH EM., *Institutiones Theologiae fundamentalis*, I: *De religione revelata*, 3.^a ed., Innsbruck, 1930.
- DUPLESSY E., *Apologétique*, 3 vol., Paris, Bonne Presse, 1924-1927.
- FALCON JOB., *La crédibilité du dogme catholique*. Apologétique scientifique, 3.^a ed., Lyon — Paris, Vitte, 1952.
- FEDERICI GIUL., *Religione e Cristianesimo*, Ediz. "La Civiltà Cattolica", Roma 1954.
- FELDER H., *Apologetica*, 2 vol., Roma, Pustet, 1920.
- GAETANI FR. M., *Gesù Cristo* (Conferenze del giovedì), Roma, 1945.
- GARDEIL A., *La crédibilité et l'Apologétique*, 2.^a ed., Gabalda, 1928.
- GARRIGOU-LAGRANGE REG., *De Revelatione per Ecclesiam catholicam proposita*, 3.^a ed., Roma, Ferrari, 1925; 4.^a ed., em 2 vol., 1945.
- GOUPIL A., *La vraie religion*, 2.^a ed., Laval — Paris, 1936.
— *Apologétique*, 2.^a ed., 1937.
- HERVÉ J.M., *Manuale Theologiae Dogmaticae*, Vol. I: *De Revelatione Christiana, De Ecclesia Dei, De Fontibus Revelationis*, Paris, Berche et Pagis, 1949; nova ediç. em 1962.
- JACQUEMENT G., *Catholicisme. Hier — Aujourd'hui — Demain*. (Obra em colaboração), Paris, Letouzey, 7 vol. desde 1948.
- LABURU J. (DE), *Jesucristo es Dios?* Madrid, 1933.
- LANGAN J.T., *Apologetica* (em latim), Chicago, 1921.
- LEVIE J., *Sous les yeux de l'incroyant*, 2.^a ed., Desclée de Br., 1946.
- LEBCHER L., *Institutiones Theol. Dogmaticae*, I: *De Vera Religione, De Ecclesia Christi et De Traditione et Scriptura*, Innsbruck, 1927; 4.^a ed., Barcelona, Herder, 1945.
- MARIN NEGUERUELA NIC., *Lecciones de Apologética*, 2 vol., 6.^a ed., Madrid, 1944.
- MATHIEU H., *Quelle est la véritable religion?*, Spes, 1934.
- MONTI G., *L'Apologetica scientifica della religione cattolica*, Torino, 1922.
- MORS J., *Theologia Fundamentalis*, I: *De Religione revelata*, 2.^a ed., Buenos Aires, 1954.
- NICOLAU M. e J. SALAVERRI, *Sacrae Theologiae Summa*, I Vol.: *Introd. in Theol., De revelatione christiana, De Ecclesia Christi, De S. Scriptura*, Madrid, Bibl. de Autores Cristianos, 1950.
- OLDRA ANT., *Gesù Cristo*, 2 vols., Firenze, Libr. Editr. Fiorentina, 1918.

- PESCH C., *Praelectiones Dogmaticae. I: Institutiones propaedeuticae*, 7.^a ed., Friburgo de Br., 1924.
- POULPIQUET (DE), *L'objet intégral de l'Apologétique*, Roma, 1912.
- RABEAU G., *Apologétique*, Paris, Bloud et Gay, 1929.
- ~~LAUCOURT GAËT. (DE), *La vérité sur Jésus de Nazareth*, Beauchesne, 1935.~~
- SIRI G. (CARD.), *Le Rivelazioni*, Roma, Studium, 3.^a ed., 1945.
- SULLEROT L., *Le Maître de la vie*, Marseille, Publiroc, 1950.
- TANQUEREY AL., *Synopsis theologiae fundamentalis*, 3 vol., 24.^a ed., Paris, Desclée, 1947.
- TROMP SEB., *De Revelatione Christiana*, 6.^a ed., Roma, Univ. Gregoriana, 1950, com abundante bibliografia geral e especial.
- VACANT A. — E. MANGENOT — E. AMANN, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Paris, Letouzey.
- VAN LAAK H., *Institutiones Theologiae fundamentalis*, Roma, 1910 e *Repetitorium*, Roma 1921.

INTRODUÇÃO

I. Nexo. - Já demonstramos: a certeza objetiva, criticamente legítima, do conhecimento humano; a espiritualidade e imortalidade da alma, e a nossa liberdade; a existência de Deus, Criador do Universo; a conseqüente obrigatoriedade da religião para o homem, a fim de alcançar o seu fim último, a glorificação do Criador e a própria felicidade; a possibilidade e a necessidade de uma revelação divina sobrenatural, que torne moralmente possível e mais fácil à humanidade, nas condições reais de sua existência, o cumprimento desta sua obrigação; os sinais ou critérios, que nos permitem reconhecer com plena certeza a verdadeira revelação divina; critérios, que se reduzem ao milagre, do qual estabelecemos a possibilidade, o reconhecimento e o valor demonstrativo. E concluímos que todo homem reto e sincero, diante de uma religião que apresenta sérios motivos de ser revelada por Deus e imposta aos homens, deve indagar cuidadosamente e, chegando à certeza de que é realmente revelada, deve ingressar nela e praticá-la. (1)

É tempo, agora, de entrarmos no campo real dos fatos: existe ou não alguma revelação divina sobrenatural? Se existe, por quem foi feita? qual é a religião que, hoje, a possui na sua integridade?

Consultando a história, constatamos que as religiões, que se dividem o mundo, se apresentam como reveladas. (2) São de fato reveladas? Tôdas, é impossível: cada uma contém dogmas que estão em contradição com os das outras, e Deus não pode revelar e impor aos homens coisas contraditórias.

Entre estas religiões, uma há — o *Cristianismo*, cuja expressão genuína é o *Catolicismo* — que sobressai pela faci-

(1) Foram êstes os principais problemas estudados no primeiro volume desta SÍNTESE DA TEOLOGIA CATÓLICA: A CAMINHO DA VERDADE SUPREMA.

(2) A religião puramente natural nunca governou alguma sociedade humana. "Através das idades..., diz *Newman*, Religião foi sempre em tôda parte sinônimo de Revelação. Nunca se procurou deduzir uma religião do que se sabia: a religião foi sempre a afirmação do que se devia crer..." (*Grammaire de l'assentiment*, parte I, c. IV, n° 3, na trad. franc., Bloud 1907, p. 80).

lidade de se conhecer o seu ensino, pela universalidade da sua expansão e pela sublimidade e eficácia da sua doutrina. Sua revelação, iniciada desde os primórdios do gênero humano com a promessa de um Salvador e continuada, depois dos patriarcas, ~~por meio dos profetas de um povo escolhido descendente de~~ Abraão, teve a sua plenitude e perfeição em Jesus Cristo, o Messias prometido, venerado pelos próprios racionalistas por sua incomparável sabedoria e santidade. A vida de Jesus na terra, com o estabelecimento da sua religião, é um fato que domina tôda a história da humanidade.

E, na verdade, tais e tantos sinais sobrenaturais resplandecem no Cristianismo, que não pode deixar dúvida alguma a sua origem divina. Nem é difícil, por outro lado, mostrar a impossibilidade de reconhecer nas outras religiões uma verdadeira revelação divina. — É o que vamos provar neste volume.

2. Apologética e sua Finalidade. — A ciência que organiza esta demonstração foi chamada *Apologética*, do grego "apologestai", que significa "defender, justificar". Tem por fim dar a justificação sistemática e científica da divindade do Cristianismo: demonstra, primeiro, a origem divina da messianidade de Jesus Cristo, seu Fundador; reconhecendo, em seguida, que Cristo confiou a guarda e a propagação da sua doutrina e da sua religião a uma sociedade religiosa por Ele fundada e munida de credenciais divinas, estabelece que a possuidora destas credenciais e, portanto, a verdadeira igreja de Cristo, é a Igreja Católica Apostólica Romana. (3)

Numa palavra, a Apologética tem por objeto próprio o dogma católico, tomado no seu conjunto e enquanto crível; tem por finalidade demonstrar esta *credibilidade*, estabelecendo que êle foi realmente revelado por Deus e que é ensinado com infalibilidade pela sua Igreja. Fornece, assim, o fundamento científico para a aceitação racional do dogma católico com um ato de fé divina, i. é, baseada no próprio testemunho de Deus que o revelou.

(3) A Apologética tem, portanto, uma função *polêmica*, enquanto deve responder aos ataques e resolver as objeções da incredulidade. Mas é, antes de tudo, obra *construtiva*, porque prova, positivamente, que o Catolicismo é realmente a única religião revelada por Deus e destinada obrigatoriamente a todos os homens.

3. Necessidade da Apologética Científica. — Uma verdade que eu ignoro, outro pode sabê-la. Atesta-me êle esta verdade, e eu creio. *Crer* é, pois, admitir firmemente uma verdade tendo por motivo, em lugar da visão e compreensão desta ~~verdade em si mesma, a autoridade (i. é, ciência e veracidade)~~ da testemunha que a vê e a afirma. (4)

Por conseguinte, da verdade, enquanto *crida*, não temos evidência intrínseca, i. é, não vemos o nexó, a intrínseca conveniência existente entre o seu sujeito e o seu predicado.

Podemos, contudo, ter dela plena certeza e dar-lhe racionalmente a adesão firme da nossa inteligência. Com uma condição porém: ter antes certeza do valor do testemunho. O testemunho consta de *dois* elementos: o fato de ter a testemunha afirmado esta verdade e a sua autoridade nesta afirmação. Estes elementos são extrínsecos à verdade crida, não sendo nem a sua causa nem o seu efeito. Por isso, não fazem *ver* esta verdade em si mesma; mas *fazem saber que é uma verdade*, em virtude do princípio evidente: "o que uma testemunha ciente e veraz (i. é, que não erra nem engana) afirma, é verdade". Não tornam, portanto, esta verdade *vista*, mas a tornam racionalmente *crível*, pois é racional admitir o que se sabe ser verdade. Por isso, a evidência do testemunho é chamada evidência *extrínseca*.

Logo a *credibilidade* de uma afirmação, i. é, o seu título a ser crida, depende do valor dos dois elementos do testemunho. Se êles forem certos e evidentes, certa e evidente será também a credibilidade.

O *Juízo de credibilidade* é, pois, o juízo em que afirmamos com certeza que uma verdade é *crível*, porque vemos a autoridade da testemunha que a afirma. Este juízo não é ainda o ato de fé nesta verdade, mas tão somente a *condição* prévia e necessária da sua *racionalidade e legitimidade crítica*.

Por isso, antes de podermos dar racionalmente a adesão firme da nossa inteligência a uma afirmação, devemos ter

(4) No ato de fé, a determinação da inteligência "não procede da visão daquele que crê, mas da visão daquele a quem êle crê". (STO. TOMÁS, *Suma Teológica*, I p., q. 12, a. 13, ad 3um). Quem crê, vê, não porém pelos próprios olhos, mas pelos olhos da testemunha, a qual, em última análise, deve ver a verdade que afirma. Como o cego não vê o caminho pelos seus próprios olhos, mas pelos olhos de quem o guia.

certeza de sua credibilidade, i. é, do valor dos dois elementos do testemunho.

A *autoridade* da testemunha, se essa testemunha fôr um ~~homem, deve ser demonstrada, porque o homem pode enganar-se~~ e pode enganar. Se, pelo contrário, fôr Deus, a sua autoridade é imediatamente evidente, porque Deus, Sabedoria e Santidade infinita, não pode nem se enganar nem nos enganar. Por isso, uma afirmação divina merece, *por si mesma*, a plena adesão da nossa inteligência. (5)

Por conseguinte, no caso da revelação divina, para que o ato de fé seja racional, é necessário e suficiente estabelecer com certeza o *fato da revelação*. (6) E como êste fato é condição prévia e necessária para o ato de fé, não pode, sem círculo vicioso, ser êle mesmo objeto de fé divina; deve, portanto, ser estabelecido pela razão. (7)

Como Deus, para nós, é invisível em si mesmo, o fato da revelação *divina* não nos pode ser *imediatamente* evidente por si mesmo; nem poderemos reconhecer que uma revelação provém de Deus, senão por alguns sinais divinos, que a acompanham. Sendo, por outro lado, a revelação divina uma intervenção extraordinária da providência de Deus para com os homens, êstes sinais devem, também êles, ser extraordinários, i. é, fora do curso da natureza, e tais que só Deus os pode produzir: são os milagres. (8)

Donde, ao afirmar-se possuidora de uma religião revelada (o Cristianismo), ao declarar-se fundada por Deus e depositária de verdades divinamente reveladas, com a missão de salvaguardá-las intatas e de propagá-las em todo o mundo, deve a Igreja Católica, como condição prévia da eficácia no

(5) Esta autoridade infinita garante infinitamente a verdade do que Deus revela e constitui o motivo formal infinitamente suficiente para a maior das firmezas na adesão intelectual do ato da fé. (Cfr. o nosso I Vol.: *A Caminho da Verdade Suprema*, nºs 26-7 e 411). — Também os mistérios, embora incompreensíveis para nós nesta terra, quando garantidos pela autoridade de Deus que os revela, podem e devem ser admitidos com igual firmeza de adesão; e nesta adesão está plenamente respeitada a legitima exigência ou autonomia da nossa razão. (*Ibidem*, nºs 384-389). — “A fé repousa sôbre o testemunho de Deus. Ê dêle que provém sua firmeza, sua grandeza e nobreza e seu caráter obrigatório, pois, é a homenagem que a inteligência finita presta ao Ser infinito”. DE BROGLIE, *Les fondements intellectuels de la foi*, p. 20. (*Apud* ROUPAIN, *Leçons et lectures d'Apologétique — La vraie religion*, Tournai 1912, p. 358).

(6) Cfr. o nosso I Vol., Tese XXIX, nºs 404-411.

(7) Cfr. *ibidem*, nº 460.

(8) Cfr. *ibidem*, Tese XXX, nºs 412-415.

cumprimento da sua missão, apresentar *credenciais* que demonstrem a origem divina destas verdades e dessa missão, evidenciando assim a credibilidade do seu ensino.

Ora, como vimos, é precisamente esta a finalidade da ciência apologetica.

Logo a Apologética científica é necessária: "Quem crê, diz STO TOMÁS, não havia de crer, se não visse que o que êle crê é digno de crença." (9); principalmente em nossos dias, não raras vêzes o ataque dos adversários é dirigido especialmente contra o próprio fato da revelação, da instituição e da autoridade da Igreja.

4. Esquema histórico da Apologética.

Já no Antigo Testamento, Moisés e os Profetas justificavam

(9) *Suma Teol.*, II-II, q. 1, a. 4, ad 2um. — Não é necessário para cada indivíduo, nem é possível à grandíssima maioria dos homens, entregar-se ao estudo apologetico e perceber-lhe a demonstração na sua forma científica. Basta que dela tenha certeza sob uma forma proporcionada à sua capacidade. (Cfr., *ibidem*, nº 409-410).

É, porém, absolutamente necessário para a Igreja docente, a qual deve poder dar plena satisfação às exigências intelectuais mais rigorosas e resolver as objeções ou dificuldades levantadas contra a sua missão e o seu ensino. (Cfr. *ibidem*, nº 411, II).

Não se deve julgar, contudo, como poderia parecer a quem vive num ambiente plenamente cristão e pacífico, que tais demonstrações devem ser reservadas a teólogos especializados. A "fé do carvoeiro" só convém ao carvoeiro, a quem não pode estudar. Para espíritos cultos e cristãos instruídos, habituados aos rigores científicos em outros assuntos, poderá ser sumamente conveniente e até mesmo necessário o estudo científico da Apologética. Em contato freqüente com doutrinas adversas, e não tendo que lhes contrapor senão razões de crer, excelentes em si mesmas, porém, ainda confusas no seu espírito, o crente se expõe a perturbações na sua fé. Além disso, deveria ser capaz de levar a lua às almas. Como poderá, sem aprofundar as questões apologeticas, transfundir em outros espíritos suas razões de crer? Deixará em almas, não ainda crentes mas sequiosas de verdade, esta impressão, escandalosa e nefasta, que os católicos crêem sem saber o porquê. (Cfr. SULLEROT, *Le Problème de la vie...*, Publiroc, Marseille, p. 2).

Não se trata, porém, nesta pesquisa, de demolir o edificio da fé para reconstruí-lo. Ninguém arrasa a casa em que mora para ter certeza de que é sólida. É suficiente percorrê-la, ver como é construída e verificar-lhe os alicerces. Por isso, definiu o Concílio Vaticano I (DENZINGER, nº 1815) que o católico nunca pode ter "um justo motivo de suspender o seu assentimento e pôr em dúvida a fé recebida sob o magistério da Igreja, até terminar a demonstração científica da credibilidade e da verdade da sua fé". E isso porque precisamente na infalibilidade do Magistério eclesiástico, mesmo quando conhecida com certeza vulgar (não científica), encontra o católico um motivo irrefragável, que torna para sempre racionalmente irrevogável o seu ato de fé. O estudo da Apologética simplesmente transformará esta sua certeza vulgar dos motivos de credibilidade em certeza reflexa e científica.

com milagres a divindade da sua missão. O próprio JESUS CRISTO para testemunho irrecusável da sua messianidade divina, apresentava as profecias nEle cumpridas, os milagres que fazia e a sua própria ressurreição. Seguiram os Apóstolos o exemplo do Mestre. insistindo em particular sôbre o milagre da ressurreição, ratificação por parte de Deus de tôda a missão de Cristo. Os *Padres da Era Apostólica*, como o papa *S. Clemente Romano*, *S. Inácio de Antioquia*, *S. Policarpo*, nas suas cartas de exortações morais não deixavam de mencionar os milagres e as profecias. Os *Escritores eclesiásticos do II e III séc.*, como *S. Quadrato*, *Aristides*, *S. Justino*, *Taciano*, *Atenágoras*, *S. Ireneu*, *Tertuliano*, *S. Clemente Alexandrino*, *Orígenes* e outros, além de refutarem as calúnias levantadas pelo ódio ou pela ignorância contra o Cristianismo, desenvolvem provas apologéticas positivas — e por isso foram chamados *Apologistas* —, principalmente as profecias, os milagres físicos e a ressurreição de Cristo, acrescentando também a sublimidade e santidade da doutrina cristã e a sua conveniência com a nossa natureza, os milagres morais da rápida difusão do cristianismo e do heroísmo dos seus mártires. Nos *Santos Padres do IV e V séc.*, especialmente em *Eusébio de Cesaréia* (*Historia Ecclesiastica* e *Demonstratio Evangelica*, onde estabelece, pela crítica histórica e documentada, a veracidade das testemunhas primitivas) e em *S. Agostinho* (*De Civitate Dei*, *De Vera Religione...*), encontramos os precursores da Apologética sistemática, da qual puseram em evidência os grandes princípios.

De posse pacífica da fé, os *Doutores da Idade Média* dedicaram-se de preferência à exposição teológica do Dogma. Entretanto, na *Suma contra os Gentios* (por ex., 1. I. c. 6) e na *Suma Teológica*, deu-nos *Sto. Tomás* a demonstração dos preâmbulos da fé e da plena concordância da razão com a fé católica, e os princípios com quase todos os elementos da ciência apologética. (10)

Do século XVI a esta parte, os erros dos Reformadores, com o seu princípio do "livre exame", dirigido contra o Magistério da Igreja e, depois, a onda anti-religiosa do empirismo, racionalismo, materialismo e positivismo, infensa a tôda idéia de sobrenatural e, por conseguinte, de revelação divina e de milagre, levaram os Teólogos a um estudo mais acurado e mais sistemático dos fundamentos racionais da fé e a provar que a Igreja atual está em *continuidade autêntica* com a Igreja que Cristo instituiu e a quem confiou a sua autoridade e prometeu a sua assistência até ao fim dos tempos. Celebérrimo entre os controversistas foi *S. Roberto Belarmino S. J.*, com a sua obra monumental *Disputationes*

(10) Resumiu-os DANTE, na sua *Divina Comédia* (Paradiso, XXIV, 88-114). As respostas que dá sôbre os motivos da sua fé poderiam, ainda hoje, servir de esquema à nossa apologética.

de controversiis christianae fidei. Grande influência na evolução da apologética exerceram também *Melchior Cano O. P.*, *Domingos Báñez O. P.*, *Francisco Suárez S. J.*, etc.

Começou assim a surgir, já no séc. XVIII, a Apologética científica com os tratados acêrca da verdadeira religião, como a *Demonstratio critica religionis christianae* de Amort (1744), *Religionis naturalis et revelatae principia* de J. Hooke (1752), *De Vera Religione* de L. Bailly (1785), saindo também em defesa da revelação autores protestantes como J. Butler e Leibniz.

No séc. XIX, principalmente depois do Concílio Vaticano I, floresceram as apologéticas mais sistemáticas, e desde o início do nosso século o problema apologético vem sendo aprofundado sob todos os seus aspectos: finalidade, objeto, método, etc. (11)

5. Método da Apologética científica.

O Método (do grego: *metà*, *odós* = caminho para) de uma ciência não é senão o caminho ou processo ordenado seguido por esta ciência para alcançar a sua finalidade. Como acabamos de ver, a finalidade da Apologética é tornar evidente a credibilidade da revelação cristã. Os argumentos que fornecem esta evidência são os sinais divinos, chamados também critérios ou motivos de credibilidade. (12) O método, portanto, será especificado e caracterizado pelo critério por êle preferido. E o valor de cada método dependerá do valor do seu critério próprio.

Distingue-se um tríplice método: 1º) o *objetivo-externo*, que utiliza critérios exteriores à consciência e extrínsecos ao conteúdo da religião; 2º) o *objetivo-interno*, que usa critérios exteriores à consciência, mas intrínsecos à religião; 3º) o *subjetivo*, que se serve tão somente de critérios interiores à consciência, i. é, que são objeto de uma experiência interna, quer de um indivíduo (critérios *individuais*), quer comum ao gênero humano (critérios *universais*).

(11) Para uma exposição e uma bibliografia mais pormenorizada da História da Apologética, cfr., por ex., *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique* de D'ALÈS, I, col. 189-225; *Apologétique*, publicada sob a direção de M. BRILLANT e M. NÉDONCELLE, Bloud et Gay 1937, pp. 950-1029.

(12) Dos critérios (natureza, divisão e valor) já tratamos largamente no primeiro volume, n.ºs 419-476, para onde remetemos o leitor. A êles voltaremos ao aplicá-los na demonstração da messianidade divina de Cristo: II parte do presente volume.

Não poucos autores e apologistas do século XIX, sem rejeitar o valor dos critérios externos, insistem principalmente nos *objetivos-internos*, por julgá-los mais acomodados e mais eficazes para os nossos tempos. Assim, *Chateaubriand*, no seu *Génie du Christianisme*, ~~descreve a beleza e sublimidade da religião cristã~~; *Frederico Ozanam*, pela história apresenta a Igreja Católica como a melhor das religiões, exaltando suas grandes benemerências sociais na ordem intelectual e moral; o Cardeal *Dechamps*, Mons. *Bougaud*, *Ollé-Laprune*, *Fonsegrive* e outros, embora com variantes, põem em relêvo a admirável conveniência e harmonia do Catolicismo com a natureza humana, correspondendo plenamente às nobres aspirações intelectuais e morais dos indivíduos e das sociedades, de tal modo que é impossível ordenar a vida integral e perfeitamente sem o cristianismo.

Para se adaptarem a uma mentalidade moderna anti-intelectualista, imanentista e insensibilizada pela indiferença, e tendo em vista principalmente dispor as vontades à aceitação da fé, conduzindo-as com uma preparação psicológica à consideração dos problemas da alma e do seu destino, vários autores tratam de preferência, ou mesmo exclusivamente, dos *critérios subjetivos*, procurando deduzir a origem divina do cristianismo das íntimas aspirações e exigências da nossa natureza, que uma análise psicológica nos faz encontrar na consciência e que somente a religião cristã satisfaz. Este método da imanência — que não se deve confundir com a doutrina da imanência dos modernistas — foi exposto com brilhantismo por *Maurício Blondel*. (13)

Já foi demonstrado que aos critérios subjetivos, sujeitos a muitas ilusões, devem ser preferidos os objetivos; e entre estes, aos internos, nem sempre fáceis de se estabelecer nem ao alcance de todos por exigirem profundos conhecimentos da doutrina cristã e da psicologia humana, devem ser preferidos os externos, que são os únicos critérios *primários*, i. é, suficientes por si sós e acomodados a qualquer inteligência. (14)

Impõe-se, portanto, como primário e essencial, o método baseado nos critérios *objetivos-externos*, i. é, nos milagres físicos, nas profecias e nos milagres morais, que acompanham a origem e o desenvolvimento do Cristianismo e a vida da Igreja no decorrer dos séculos.

(13) Acêrca do método da imanência de Blondel e da apreciação do seu valor, cfr. o nosso I Vol., nºs 216-217 e 428-430.

(14) Cfr. *ibidem*, nºs 420-426. — Em alguns autores, a denominação dos vários critérios é um pouco diferente: subjetivos = internos; objetivos = externos; objetivos-internos = externos-intrínsecos; objetivos-externos = externos-extrínsecos.

Contudo, embora para serem compreendidos exijam um espírito culto e reflexivo, não devem ser preteridos os critérios *objetivos-internos*, i. é, a excelência e sublimidade da doutrina cristã e a sua transcendência sobre tôdas as outras religiões, mostrando que uma tal sublimidade e transcendência não pode ser obra puramente humana. — Nem será inútil apresentar também os critérios *subjetivos*, i. é, a admirável conveniência desta doutrina com as nossas legítimas e supremas aspirações, e tal conveniência que só Deus, conhecedor absoluto da nossa natureza, podia realizar. Para quem ainda não tem a fé e está retido no imanentismo, servirão de preparação psicológica, dispondo sua vontade à consideração dos outros critérios; para os fiéis, serão mais um sinal da bondade que Deus manifestou aos homens ao revelar-lhes o Cristianismo.

Tal é o método *tradicional completo* da Apologética científica, como o apresenta a história, como o aponta o Magistério da Igreja (15) e como o confirma a razão.

Nota. — Quando retamente apresentados, estes critérios constituem um argumento realmente válido. Na prática, porém, a única prova facilmente acessível a todos, a mais acomodada a qualquer inteligência, mesmo à dos rudes e ignorantes, é dada pelo milagre e a profecia. São poucos os espíritos que possuem sabedoria e reflexão bastante para reconhecer a origem divina de uma doutrina tão somente pela consideração da sua excelência, santidade, sublimidade e transcendência; ou para perceber que esta doutrina satisfaz, de um modo mais que natural, tôdas as aspirações da natureza humana. Quando, porém, quem se apresenta com uma missão divina faz um verdadeiro milagre, todos reconhecem logo neste milagre o selo de Deus e neste homem, o seu enviado. E de fato, foi a constatação dos milagres de Cristo que suscitou a fé nos Apóstolos e primeiros discípulos; foi a sua ressurreição que os levou impávidos até aos confins do mundo. Foram

(15) Por ex., PIO IX, na Enc. *Qui pluribus*, contra os Hermesianos, dá a enumeração dos critérios, inclusive os subjetivos universais (DENZINGER 1638). — O *Concílio Vaticano I* aponta, como critério primário certíssimo e adaptado a qualquer inteligência, os milagres e as profecias (D. 1790); e como critério irrefragável, a própria Igreja por si mesma (D. 1794); define que não é pelos únicos critérios subjetivos individuais que os homens devem ser movidos à fé (D. 1812). — S. PIO X, na Enc. *Pascendi*, condena a doutrina da imanência dos modernistas (D. 2103), e no *Juramento antimodernista* manda admitir os critérios externos como certíssimos e como os mais adaptados a tôdas as inteligências, também às do nosso tempo (D. 2145).

os milagres dos Apóstolos e de seus sucessores, até nossos dias, que, confirmando os de Cristo, conquistaram os povos à fé cristã. (16)

6. ~~De onde tira a Apologética os Princípios para as suas demonstrações?~~ ou, como dizem os teólogos, qual é o seu objeto formal *sub quo*, i. é, a luz que a guia? — É a *luz natural da razão* com os seus primeiros princípios, porém, *sob a orientação positiva da Igreja*.

Com efeito, a primeira condição, para resolver adequadamente um problema, é propô-lo corretamente, sem lhe alterar os dados. Ora, o problema apologético é a credibilidade do dogma católico, com a verificação das credenciais da Igreja. Por isso, o primeiro dever da Apologética é necessariamente o de tomar êste dogma *tal como é*, i. é, como o propõe a Igreja católica. É desta mesma Igreja que devem ser recebidos os dados do problema (as noções fundamentais de revelação sobrenatural, de mistério, de credibilidade, de fé, etc.), bem como os argumentos que, quais legítimas credenciais, ela nos apresenta como eficazes para demonstrar a sua missão divina.

As provas da origem divina da sua revelação, não as deixou Deus à nossa procura, nem podia a nossa razão determiná-las. Ele próprio as devia livremente fornecer e ser o primeiro apologista ou defensor da sua revelação. Foi o que fez, realizando milagres e tais milagres, e manifestando a conexão destes milagres com a revelação, e instituindo uma Igreja com a missão de nos transmitir a revelação juntamente com as provas da sua credibilidade. É, portanto, sob a orientação positiva desta Igreja que deve proceder a Apologética.

Mas é a razão com a sua luz *natural* que, depois, por meio da análise e da síntese filosófica, examina êstes dados recebidos da Igreja, controla e explica estas noções e as coordena, estuda êstes critérios e lhes reconhece e defende o valor. É ainda a razão que, em seguida, entrando no campo histórico, verifica por meio da crítica histórica a existência real do fato da revelação cristã, assim como dos critérios, i. é, dos milagres realizados por Deus em confirmação da origem divina desta revelação, da fundação divina da Igreja e da autenticidade da

(16) Cfr. FALCON, *La crédibilité du Dogme Catholique*, p. 66; e no nosso I Vol., na nota 661, a citação de Mgr. PIE.

sua missão de nos transmitir, em nome de Deus e infalivelmente, as verdades contidas nesta mesma revelação.

Numa palavra, é Jesus Cristo com a sua Igreja que nos apresentam as "credenciais" da sua missão divina; mas é a razão que examina estas "credenciais" e lhes reconhece a autenticidade e o valor. (17)

Por isso, embora empreendida e organizada sob a orientação positiva do Magistério da Igreja, a Apologética permanece uma ciência que, servindo-se da filosofia e da história, demonstra as suas conclusões com a luz natural da razão, i. é, uma ciência que está fundada em evidências de ordem natural, e não em verdades sobrenaturais reveladas e admitidas por fé divina. (18) Possui, portanto, verdadeira eficácia tanto para quem não tem ainda fé como para o católico.

Notas. — I. Esta orientação positiva da Igreja não implica em nenhum círculo vicioso, porque uma coisa é receber do Magistério da Igreja a indicação do objeto, da finalidade e do processo para alcançá-la, e outra coisa bem diferente é demonstrar com a luz natural da razão a realidade deste objeto e a legitimidade e eficácia deste processo. Foi, sim, a Igreja que definiu e é Ela que nos aponta onde se acham os argumentos eficazes; mas são estes argumentos que têm em si mesmos o seu valor probativo. É este valor, não é simplesmente por fé nestas definições da Igreja que a ciência apologética o aceita (isso seria, de fato, círculo vicioso), mas é com a razão natural que o demonstra e vê. (19). A Apologética, portanto, não prova a fé pela fé, mas demonstra com a razão o que a fé afirma.

II. Que o apologista saiba de antemão, pela orientação da Igreja, aonde deve levá-lo a sua pesquisa, não vem isso diminuir-lhe a objetividade e imparcialidade, nem falsear as suas demonstrações. Eis um discípulo que recebe de seu mestre um problema para resolver e juntamente a resposta com uma indicação do caminho a seguir. Será que, por isso, a demonstração realizada

(17) Cfr. GARRIGOU-LAGRANGE, *De Revelatione*, pp. 15-17 e 32-36. — TROMP, *De Revelatione Christiana*, pp. 20-22. — HÉRVÉ, *Manuale Theologiae Dogmaticae*, vol. I, p. 34. — *Ecclesia* (R. AIGRAIN), p. 44.

(18) Assim o entende a Igreja: Cfr., por ex., as teses apresentadas por ela a Bautain (D 1622-1627); a Enc. *Qui pluribus* de PIO IX, contra os Hermesianos (D 1637); o Concílio Vaticano I na *Constitutio de fide catholica* (D 1799); a Enc. *Communium rerum*, onde S. PIO X atribui à Filosofia a função de pôr em claro a credibilidade e a credibilidade da fé, e à Teologia uma função bem diferente: *longe aliud ab hoc Theologiae munus est...* (D 2120).

(19) "Ouvindo a Igreja, procedo como o viajante prudente que interroga um guia para saber o bom caminho, o que conduz a uma bela

depois pelo discípulo deixa necessariamente de ser objetiva e verdadeira? Apresenta a Apologética suas demonstrações. São elas que devem ser avaliadas. Provam ou não provam? Eis o que unicamente interessa na procura da verdade. (20)

7. A Apologética, Teologia Fundamental. — Porque dirigida positivamente *pela fé*, recebendo dela as noções fundamentais e a indicação dos argumentos, difere a Apologética da *pura Filosofia*, que acha as suas noções, os seus métodos e argumentos unicamente com a razão natural. (21)

Porque na sua argumentação segue o método filosófico-histórico e procede à luz dos *princípios evidentes* da razão natural, distingue-se a Apologética da *Teologia Dogmática*, que deduz as suas conclusões de verdades reveladas, admitidas não por evidência intrínseca, mas por fé na autoridade de Deus que as revelou.

Porque a sua finalidade própria é a demonstração da *credibilidade* e da *credendidade* do dogma revelado, pode-se dizer que a Apologética pertence de algum modo (*extensive*) à ciência teológica. Pois:

a) a credibilidade e a credendidade são propriedades do dogma divinamente revelado; e a Teologia, que tem por objeto este dogma, abrange também as suas propriedades;

b) a credibilidade e a credendidade, sendo motivos da racionalidade e da obrigação da adesão do ato de fé, podem ser considerados, não como a fonte e o motivo formal da fé, mas como os seus fundamentos *próximos* (22); e o fundamento, por sua própria natureza, faz um corpo só com o edifício;

vista. É confiado nesta indicação que tomo o caminho, mas é com meus próprios olhos que descubro e contemplo o panorama". (GOUPIIL, *Apolo-gétique*, p. 20).

O católico, que já sabe ser a Igreja divina e infalível, pode e deve aceitar-lhe as definições com um ato de fé; para êle, a pesquisa apologética será tão somente uma verificação científica da credibilidade deste ensino. Quem não é católico, ao receber as credenciais que a Igreja lhe apresenta, não as aceita logo como já garantidas por um ensino infalível, mas como documentos apresentados por uma sociedade respeitável e existente desde a origem do cristianismo, e dos quais com a sua própria razão vai investigar o valor. Em nenhum dos dois casos há círculo vicioso.

(20) Cfr. FALCON, *op. cit.*, pp. 28-30.

(21) A Filosofia encontra contudo na fé uma norma *negativa*, enquanto tudo o que for contrário ao dogma revelado é também certamente falso filosoficamente. Cfr. o nosso I Vol., nº 394-395.

(22) Aos pressupostos necessários, que a razão demonstra, o próprio Concílio Vaticano I dá o nome de "fundamentos da fé" (D 1799).

c) é próprio de uma ciência suprema, ter que defender o valor dos seus princípios contra quem os quisesse negar (cfr. *Sto Tomás, Suma Teol., I, q. 1, a. 8*). Assim, a Metafísica, a suprema das ciências puramente naturais, num tratado fundamental (a *Metafísica Crítica*) defende o valor da razão humana e dos seus primeiros princípios, mostrando a possibilidade e a existência do conhecimento humano certo (Epistemologia) e expondo os sinais ou critérios com que reconhecê-lo (Criteriologia). De um modo análogo, a Teologia, que pelo seu objeto (Deus enquanto Deus) e pela sua certeza (a fé sobrenatural) é a ciência suprema nesta terra — com exceção do conhecimento místico concedido sobrenaturalmente por Deus a alguns santos — deve defender o valor dos seus princípios: os dogmas. Ora este valor, para nós, provém da origem divina destes dogmas, de serem palavra de Deus revelada aos homens. Deve, portanto, a Teologia demonstrar a origem divina desta revelação, estabelecendo os critérios que a comprovam: o que é precisamente a função da Apologética.

Por isso, segundo a tradição mais comum dos Doutores e dos Teólogos, a ciência teológica estende-se também à Apologética, a qual então, juntamente com o Tratado das Fontes da revelação, constitui a *Teologia fundamental*, chamada ainda Propedêutica ou Introdução à Teologia (dogmática). (23)

8. Apologética científica e Apologética prática.

A Apologética *científica* tem um caráter predominantemente especulativo e, como ciência, deve atender unicamente ao valor objetivo dos argumentos. A sua finalidade é responder à dupla pergunta: o catolicismo é verdadeiro? a adesão da fé católica e racional? A natureza filosófica e histórica destas questões, bem como as exigências fundamentais do espírito humano, requerem para a Apologética um cunho nitidamente intelectual e a linguagem precisa, objetiva e universal da ciência. Não pretendemos dizer com isso que ela visa apenas convencer as inteligências. Visa também mover as vontades à aceitação e à prática da religião revelada, para a qual com a exposição dos diferentes critérios e argumentos fornece a base racional adaptada às várias mentalidades. Mas tudo isso o faz de um modo universal e como que impessoal.

Os fundamentos *remotos*, chamados também *Préambulos da Fé*, foram expostos no nosso I Vol. (Cfr. acima, nº 1).

(23) Cfr. GARRIGOU-LAGRANGE, *op. cit.*, pp. 19-29; FALCON, *op. cit.*, pp. 31-34; HERVÉ, *op. cit.*, p. 35. — Porque a direção positiva da fé não é senão extrínseca, não alterando o valor *intrínseco* dos argumentos, os quais são demonstrados com a luz natural da razão, alguns autores preferem considerar a Apologética como uma ciência autónoma, especificamente distinta da Teologia (Cfr. HERVÉ, *ibid.*).

próprio da ciência, por uma exposição teórica e cientificamente sistematizada de todos os critérios.

A Apologética *prática* ou *Arte Pastoral*, pelo contrário, estabelece as regras práticas para tornar mais fecundo o delicado apostolado da conversão das almas. É ela que ensina como usar destes vários argumentos e como propô-los às pessoas particulares do modo mais eficaz e mais apropriado ao estado concreto de cada uma.

Para êste fim, ao necessário conhecimento profundo dos vários argumentos gerais deve o pastor de almas acrescentar a experiência da vida e da psicologia humana com as suas reações em face da verdade, a virtude da prudência em saber adaptar-se aos casos particulares concretos.

a) Em não poucas almas, hoje em dia, uma sociedade laicizada destruiu ou anestesiou todo ideal e aspiração para os bens superiores e a felicidade do além. O primeiro passo a dar será, portanto, numa espécie de pre-apologética, despertar estas almas da sua indiferença, ressuscitar nelas o problema religioso, fazendo-lhes ver, por uma análise concreta das atitudes gerais dos homens em face dos bens terrenos, como se vai caindo aos poucos nesta apatia pelas coisas do espírito e pelo nosso fim supremo, como desta apatia provieram as dificuldades atuais entre os individuos e entre as sociedades, quanto perde o homem e se degrada ao separar-se de Deus, fonte e razão de ser da sua existência, e ao ficar entregue às suas próprias "dialéticas" e discussões.

b) Quando a alma experimentar êste vazio, não será difícil fazer-lhe apreciar, em seguida, o atrativo e a conveniência da religião cristã, não apenas para a humanidade em geral, mas para esta mesma alma como solução concreta e adequada dos seus problemas pessoais. Estará, então, a sua vontade favoravelmente inclinada a desejar uma religião, que se lhe apresenta como um bem para ela, e disposta a ouvir com interêsse e atenção os seus argumentos.

c) Nem sempre o argumento mais profundo é por todos o melhor compreendido e o mais praticamente eficaz. Deve, portanto, o apologista prático, entre os argumentos *verdadeiros*, começar a expor os que estão mais adaptados à formação e ao estado psicológico de cada pessoa, tendo em conta os seus hábitos adquiridos e os preconceitos que talvez lhe obnubilem a inteligência. É de notar, porém, que não raras vêzes a libertação desses preconceitos é obtida mais eficazmente, aos poucos, no decorrer da própria exposição da doutrina católica, do que numa refutação global tentada logo no início. (24)

(24) Entretanto, nesta exposição, é necessário guardar-se com muito cuidado do grave perigo, apontado por PIO XII na sua *Enc. Humani Generis*, a saber: o de cair ou parecer cair no relativismo dogmático, o de aceitar ou parecer aceitar as posições anti-intelectualistas e anti-metafísicas de uma parte não pequena da chamada filosofia moderna.

d) Mas além da ciência e da arte apologética, deve o apóstolo possuir outrossim as virtudes que tocam os corações e decidem as vontades: use de bondade, seja manso e paciente, seja dedicado. Sobretudo, acrescente a oração e a penitência, que atraem as graças de Deus. Pouco alcance terão suas palavras e demonstrações, ~~se não forem iluminadas pelo exemplo de uma vida santa.~~ Hoje, como sempre, é o *testemunho* de uma vida real e plenamente cristã e o auxílio da graça divina, que lhes darão entrada nos corações e nas vontades. "Não haveria tantos pagãos, já dizia S. João Crisóstomo, se fôssemos cristãos". E esta apologética todos os cristãos têm a obrigação de irradiá-la no seu ambiente.

9. A certeza obtida pela Apologética científica. — O processo demonstrativo da Apologética pode ser esquemáticamente resumido no seguinte polissilogismo:

1ª. *O que é certamente garantido pela Suma Verdade e Santidade de Deus, é certamente verdadeiro.*

2ª. *Ora, que o Cristianismo tenha sido revelado por Deus, é um fato certamente garantido pela Suma Verdade e Santidade do mesmo Deus, por meio de numerosos milagres.*

3ª. *Logo, que o Cristianismo tenha sido revelado por Deus, é um fato certamente verdadeiro.*

4ª. *Mas o que a Suma Verdade revela é certamente crível.*

5ª. *Logo o dogma cristão, revelado pela Suma Verdade, é certamente crível.*

6ª. *Ora, este dogma, para ser conservado intato e transmitido a todos os homens de um modo infalível e obrigatório, foi certamente confiado por Deus ao Colégio Apostólico sob o Primado de Pedro e ao seu legítimo sucessor, que é o Colégio Episcopal universal sob o Primado do Romano Pontífice, i. é, à Igreja Católica docente.*

7ª. *Logo, o dogma cristão, tal como é ensinado pela Igreja Católica, é certamente crível e é obrigatório para todos os homens.*

Existe evidentemente nexó entre tôdas estas afirmações, de modo que as conclusões (3ª., 5ª., 7ª. afirmações) seguem-se necessariamente das suas premissas, e serão certas se estas premissas forem certas. Ora a 1ª. e 4ª são metafisicamente

Cfr. *apud* TROMP, *op. cit.*, pp. 17-19, a indicação dos processos de apologética *prática*, principalmente *dispositiva*, tentados por vários autores modernos. Nem todos souberam evitar o perigo.

certas e evidentes: Deus não pode nem se enganar nem nos enganar. Ficam, portanto, a serem demonstradas a 2ª e a 6ª afirmação, que exprimem o fato da origem divina do Cristianismo e da Igreja Católica, com a conseqüente credibilidade do dogma católico.

É precisamente a função da Apologética fazer estas demonstrações. Para isso, ela:

1) tomando como pressuposto fundamental algumas conclusões filosóficas, deduzidas de princípios metafísicos evidentes e gozando, portanto, de uma certeza metafísica absoluta, como, por ex., a possibilidade intrínseca do milagre, o poder divino de fazer milagres, a possibilidade da revelação divina e o seu reconhecimento, a veracidade absoluta de Deus . . . ,

2) estabelece, por meio da crítica histórica, a certeza histórica de numerosos milagres (físicos, intelectuais e morais), feitos por Deus em confirmação da revelação divina do Cristianismo e da instituição divina da Igreja Católica com a autenticidade da sua missão de ensinar a todos os homens o dogma revelado. Estas provas são obtidas por uma convergência de tantos elementos, fatos e argumentos distintos, que só pode ter a sua razão suficiente na realidade mesma destes milagres: gozam, por conseguinte, de certeza absoluta;

3) *deduz*, então, com certeza absoluta, o fato da revelação divina do Cristianismo tal como é ensinado pela Igreja Católica e, conseqüentemente, também a sua credibilidade, em virtude da veracidade e santidade de Deus, que metafisicamente não pode confirmar nem mandar crer uma falsidade.

Não é uma demonstração *direta*, pelas causas ou pelos efeitos, que nos faça *ver Deus mesmo* no ato de realizar a revelação.

É uma demonstração *indireta, ex-absurdis*, pelo absurdo que se seguiria, se a revelação cristã, a qual se apresenta como divina e é garantida pelos milagres, não fôsse realmente divina: Deus testificaria uma falsidade, o que é absurdo e metafisicamente impossível, porque repugna à Suma Verdade e Santidade divina.

É, porém, uma demonstração *científica*, enquanto fornece uma verdadeira evidência e uma certeza legítima, fazendo ver

o motivo (= o absurdo que se seguiria) pelo qual fica excluído de um modo absoluto o temor de errar.

Por conseguinte, a demonstração da Apologética científica, *por si*, tem um valor *absoluto* e de ordem *metafísica* e conduz, com certeza absoluta, à plena evidência da credibilidade e credendidade do dogma católico. (25)

Tal é o constante e repetido ensino do Magistério Eclesiástico: *Denz.* 1624, 1625, 1627, 1637, 1638, 1790, 1794, 2145. (26)

10. Quem, portanto, penetrar intimamente a eficácia destes argumentos, não somente não terá nenhum motivo racional e prudente para pôr em dúvida a *credibilidade* do dogma católico, mas poderá até ser *necessitado intelectualmente* a admiti-la, i. é, a emitir o *Julzo de credibilidade*, porque o fato da revelação divina pode constar com tal evidência, que seja impossível negá-lo.

(25) Cfr. o nosso I Vol., nº 416.

(26) Sirva de exemplo PIO IX, na sua *Enc. Qui pluribus*:

"É necessário que a razão humana, para não ser enganada e errar em negócio de tanta monta, inquirá com diligência acêrca do fato da revelação, a fim de que lhe conste com certeza que Deus falou e preste ao mesmo Deus, como ensina com muita sabedoria o Apóstolo, *um obsé-quio racional* (*Rom XII, 1*). Quem ignora, com efeito, ou pode ignorar, que à palavra de Deus é devida inteira fé, e que nada há de mais conforme com a mesma razão do que aquiescer e aderir ao que constar ser revelado por Deus, o qual não pode nem se enganar, nem nos enganar? (D 1637).

"Mas quão numerosos, quão admiráveis, quão esplêndidos são os argumentos de que dispomos, com os quais a razão humana deve de um modo absoluto ficar convencida com a máxima clareza da origem divina da religião de Cristo...; e por isso, nada há de mais certo que a nossa fé, nada de mais garantido, nada de mais santo e que se alicerce em princípios mais firmes". (D 1638).

E depois de indicar os variadíssimos argumentos deduzidos: da vida, morte, ressurreição, sabedoria, milagres e profecias de Cristo; da sublimidade transcendente da doutrina cristã; do esplendor de tantos milagres e profecias; da constância de tantos mártires; da fecundidade e das vitórias da Igreja e da sua universalidade na unidade..., acrescenta: "Fatos todos, na verdade, a irradiar por tôda a parte tanto fulgor de sabedoria e poder divino, que a mente e a reflexão de cada um pode, e até facilmente, entender ser obra de Deus a fé cristã". (*Ibid*).

E continua: "Portanto, a razão humana, reconhecendo clara e abertamente, por estes argumentos tão refulgentes quanto firmíssimos, que Deus é o autor desta mesma fé, não pode pretender ir mais longe, mas desprezada e removida totalmente qualquer dificuldade e dúvida, deve prestar todo o obséquo a esta fé, pois tem certeza que foi Deus quem transmitiu tudo o que ela propõe aos homens para crer e praticar". (D 1639).

Foi sem dúvida o caso da Santíssima Virgem, dos profetas, dos Apóstolos e das testemunhas oculares dos milagres de Cristo. "Se, por ex., diz *Sto. Tomás*, um profeta anunciar em nome de Deus um acontecimento futuro e, como sinal do que anuncia, ressuscitar um morto; êste sinal convenceria a inteligência dos espectadores, os quais dêste modo conheceriam manifestamente que êste anúncio vem de Deus que não mente." (*Suma Teol.*, II-II, q. 5, a. 2).

Tal pode ser também o caso de quem, sem ter presenciado êstes milagres, tem contudo da sua realidade histórica uma evidência *científica*, fundada não apenas nas testemunhas enquanto tais, mas na convergência de tantos testemunhos e na sua conexão com outros muitos fatos certos, de tal modo que esta convergência e esta conexão seriam evidentemente inexplicáveis e sem razão suficiente, se os milagres não tivessem de fato acontecido. É de um modo análogo que se vê constrangido a admitir a existência da Europa, por ex., quem nunca a viu mas apreende o cúmulo dos testemunhos evidentes, que atestam a sua existência, como um efeito cuja causa só pode ser a realidade mesma da Europa. (27)

Devemos, porém, reconhecer que, na realidade prática, esta evidência perfeita e necessitante do fato da revelação cristã não é o caso comum. A argumentação científica da Apologética é complexa e extensa, não sendo fácil à mente humana tê-la presente e abarcá-la tôda num único relance.

11. Objeção. — Mas, com esta evidência perfeita e necessitante da credibilidade, é ainda possível a liberdade do ato de fé?

Resposta — Sem dúvida alguma:

a) Crer é admitir uma verdade pelo motivo da autoridade de quem a afirma. Seria, pois, absurdo dizer que é impossível basear-me na autoridade de alguém para admitir uma sua afirmação, precisamente porque tenho plena evidência desta autoridade.

b) Antes, como já vimos [nº 3], o juízo de credibilidade não é o ato de fé, mas a condição prévia e necessária da sua racionalidade. Donde, quanto maior fôr a evidência da credibilidade, tanto maior será também a legitimidade e racionalidade do ato de fé.

c) A evidência da credibilidade, por perfeita que seja, faz *ver* tão sòmente o fato da revelação e a autoridade de quem revela. Não torna intrinsecamente *sabida* e *vista* a verdade mesma

(27) Cfr. G. PETAZZI, S. J., *Analisi psicologica dell'atto di fede*, Vicenza 1927, vol. I, pp. 82-83.

que é revelada, mas apenas *crível*. Em si mesma esta verdade permanece *inevidente*, nem sabemos da sua existência senão pela afirmação de quem a revela. Logo é tão somente baseando-nos nesta autoridade que a poderemos admitir: o que é precisamente admiti-la por fé. Por isso, *Sto. Tomás*, ao texto acima citado acrescenta: "Contudo o fato profetizado não ficaria evidente em si mesmo; e portanto (com essa evidência convincente do milagre) ainda permanecerá a essência da fé, *ratio fidei*".

d) Por conseguinte, o ato de fé, assentimento a uma verdade inevidente, nunca pode ser intelectualmente necessitado, mas está sempre submetido à *império* da vontade, como ensina constantemente *Sto. Tomás* e o repete neste mesmo artigo (II - II, q. 5, a. 2). (28) — Mas a vontade é necessitada tão somente diante de um objeto que lhe é apresentado pela inteligência como bem absoluto, sem nenhum aspecto de mal. (29) — Tal não aparece à inteligência humana êste bem concreto e finito, que é o assentimento do ato de fé. Por isso, não poderá apresentá-lo à vontade como necessariamente apetecível. Por conseguinte, a vontade ficará livre em mandar ou não mandar à inteligência dar êste assentimento. E assim, nos homens, o ato de fé é *sempre livre*. (30)

(28) Sòmente a evidência intrínseca, imediata ou mediata, determina por si só, a inteligência a dar a sua adesão. Cfr. o nosso I vol., n° 20. — Acêrca da possibilidade e legitimidade e, em alguns casos, da obrigatoriedade dêste influxo da vontade na inteligência, cfr. *ibid.*, n° 26.

(29) Cfr. *ibid.*, n°s 175 e 181.

(30) Os *demônios*, pelo contrário, sendo infalíveis acêrca do seu verdadeiro bem natural, na adesão ao que sabem com plena certeza ter sido revelado por Deus não podem achar senão uma razão de bem para si (= o seu aperfeiçoamento pela posse de uma verdade). Por isso, a sua vontade não pode deixar de imperar à inteligência que dê esta adesão. E assim, a fé dos demônios é "*quodammodo coacta*", de algum modo são coagidos "*pela perspicácia natural da sua inteligência*". (*Sto. Tomás, ibid.*, ad obj.).

Tôda a dificuldade nasce de não se distinguir suficientemente dois assentimentos intelectuais dados em dois atos diversos a objetos diferentes: 1°) o assentimento dado no juízo de credibilidade, cujo objeto (= o fato da revelação e a autoridade de quem revela) pode tornar-se, por meio dos argumentos, plenamente evidente e necessitante; 2°) o assentimento dado no ato de fé, cujo objeto (= a verdade revelada) permanece sempre inevidente em si mesmo, e, por isso, nunca pode ser necessitante.

Donde a evidência da credibilidade, por si só, nunca necessita nenhuma inteligência, nem humana nem angélica, a dar o assentimento ao objeto da fé. Mas é a vontade, que nos demônios é necessitada a imperar êste assentimento, ao passo que nos homens ela permanece livre. Assim, muitos fariseus, apesar de absolutamente certos dos milagres de Cristo por êles presenciados, não quiseram crer. Cfr. o nosso I vol., n° 459, 4° e a nota 663.

Esta questão será estudada detidamente ao tratarmos da Virtude Teologal da Fé.

É excusado lembrar que, ao afirmar a liberdade da adesão da fé, se trata apenas da liberdade *psicológica*, i. é, da isenção de necessidade interna: não porém da liberdade *moral*: i. é, da isenção da obrigação de dar esta adesão. Pois é evidente que, ~~sendo súditos de Deus, todos os homens têm a estrita obrigação~~ de aceitar as verdades e de praticar os preceitos positivos da religião que sabem com certeza ter sido revelada por Deus e imposta à humanidade. Esta obrigação é a *credendidade* do Catolicismo, que será evidenciada no decurso desse nosso tratado.

12. Influência da vontade e disposições necessárias para alcançar a plena certeza no juízo de credibilidade. — Vimos que é a uma certeza absoluta que nos levam os argumentos apologeticos. Como ensina Leão XIII na sua *Enc. Aeterni Patris*, a Apologética tradicional, baseada na doutrina dos Santos Padres e dos Escolásticos, apresenta argumentos de tanta força e evidência, que, de si, bastam de sobra para dobrar as mentes até as mais recalcitrantes e contrárias.

Para percebermos, porém, esta eficácia e evidência, é necessário o concurso da vontade, e são necessárias umas disposições intelectuais e morais. (31)

I. *Necessidade do concurso da vontade.* — Não se trata, evidentemente, de uma imposição da vontade para que a inteligência, contrariamente às leis que regem o seu dinamismo normal, dê o seu assentimento sem ter nenhuma evidência objetiva nem intrínseca nem extrínseca. Tal assentimento não seria racional, porque a vontade, não possuindo nenhum poder cognitivo próprio, nunca pode suprir a insuficiência especulativa das provas: seria substituir a ordem objetiva da verdade por uma ordem subjetiva de interesses ou vaidades, de simpatias ou aversões. (32) Por isso, uma tal intervenção é ilegítima

Legítima, pelo contrário, e absolutamente necessária em qualquer conhecimento, é a intervenção pela qual a vontade manda à inteligência aplicar a sua atenção a um determinado objeto.

Quando êste objeto é por si mesmo imediatamente evidente para nós, como são os primeiros princípios, ou quando resplandece com uma demonstração irresistível, como por ex. na evidência

(31) "Pode resplandecer uma luz fulgurante; mas se o véu da cegueira obnubilar a pupila, a vista não a verá. Pode um alimento ser muito apetitoso; mas se o estômago estiver doente, parecerá veneno e provocará náusea". G. C. FEDERICI, S. J., *Religione e Cristianesimo*, p. 174.

(32) Cfr. o nosso I vol. nºs 133-139.

matemática, é suficiente esta simples intervenção, porque a inteligência, necessitada pela eficácia e resplendor da evidência imediata ou da demonstração, fica determinada a dar o seu assentimento irrevogável, sem possibilidade de dúvidas ou subterfúgios. (33)

Quando, pelo contrário, os objetos são complexos e abstratos, e mais ainda quando se trata de verdades que vão interferir profundamente no nosso comportamento, como são as de ordem religiosa e moral, dificilmente se apresentarão à inteligência com esta evidência necessitante, que não deixe margem a sofismas ou dúvidas imprudentes. (34)

A estas verdades pertencem as que fundamentam o juízo de credibilidade. Podemos chegar à certeza absoluta, baseada em argumentos que legitimam um assentimento infalível da inteligência. Mas é necessário, para isso, que a vontade, além de *focalizar* a atenção diligente e constante da mente, exigida pela complexidade das investigações e demonstrações, *remova também os obstáculos*: quer *intelectuais*, impedindo que fique a inteligência inibida por preconceitos (por ex., julgar *a priori* impossível a ordem sobrenatural), ou monopolizada pela consideração unicamente das dúvidas imprudentes, que a mente já avaliou e reconheceu inconsistentes; quer *morais*, dominando a influência das paixões do orgulho e das más inclinações, que perturbam a visão serena dos argumentos e inclinam espontaneamente a rejeitar tudo o que as incomoda.

Esta necessária e importante intervenção da vontade é plenamente legítima: "Longe de obstacular a faculdade de conhecimento no exercício normal das suas funções, o concurso da vontade vem facilitá-lo. Arredar as causas perturbadoras da serenidade do juízo, eliminar a futilidade de motivos que impedem de considerar com atenção o valor das provas, manter a razão numa obediência

(33) Cfr. STO. TOMÁS, *Sum. Teol.*, I, q. 82, a. 2; I-II, q. 17, a. 6; II-II, q. 2, a. 9, ad 2um.; II *Sent.*, disp. 25, a. 2.

(34) "Basta que se haja levantado contra a verdade uma objeção para que o espírito se possa nela fixar, transformando em dúvida o que não passava de dificuldade. Uma dificuldade, notemo-lo bem, não é a destruição de uma certeza, é apenas uma ignorância a vencer. Quando se *demonstrou* uma proposição, o argumento categórico ou apodítico, que lhe constitui a prova, estabelece entre a inteligência e a verdade uma ligação *necessária e indestructível*. Poderão mobilizar-se exércitos de objeções; não lograrão desalojá-la da inteligência, que a ela adere na confiança de uma legítima certeza. As dificuldades são apenas um sintoma da nossa fraqueza intelectual ou da pobreza da nossa erudição: mostram que nem sempre sabemos conciliar, numa harmonia perfeita, a totalidade dos nossos conhecimentos...". A estas dúvidas, que não passam de dificuldades, chamam os filósofos de *imprudentes*, porque deixar-se emaranhar por elas, sacrificando por sua causa verdades demonstradas, é dar mostra de pouca sabedoria e de uma certa leviandade de espírito. São possíveis, mas nem por isso legítimas, permitidas e racionais. LEONEL FRANCA, *A psicologia da fé*, na 2.^a edic., p. 50 e segs.

leal às leis da verdade que lhe regem o dinamismo natural, e prestar-lhe o mais assinalado benefício, é conservar-lhe tóda a limpidez do olhar e defender-lhe a independência imparcial dos juízos." (35)

II. — *Necessidade de boas disposições morais.* — Este concurso não o prestará a vontade, em quem faltar a plena sinceridade, o amor constante da verdade e o desejo de encontrá-la, preferindo-a a tudo o mais; nem muito menos em quem não estiver lealmente decidido aos sacrifícios de interesses e ambições, de hábitos e paixões, que a aceitação da verdade há de exigir. (36)

O problema religioso é "problema profundamente humano, que não interessa exclusivamente a inteligência, mas vai repercutir amplamente na vontade, e, através da vontade, em todo o imenso domínio da ação. A mensagem divina... é a solução integral do problema da existência em que se jogam os destinos da nossa felicidade. Da atitude que tomarmos em face da vida dependerá o resultado das nossas investigações na questão religiosa. A conquista da verdade — de uma verdade que decide da nossa sorte — pede um esforço leal da nossa inteligência, mas, antes de tudo e principalmente, exige uma perfeita retidão moral... Eis o sentido profundo da sentença de Platão: é preciso ir à verdade com tóda a alma. Onde a verdade interessa a vida, as regras da lógica não podem dissociar-se dos preceitos da moral. O obstáculo principal à fé não está nas dificuldades intelectuais que ela suscita, mas nos sacrifícios que nos impõe. É o medo de sermos melhores que nos distancia da verdade. Não a encontramos, porque não a procuramos sinceramente... e não a procuramos, porque não a amamos.

(35) L. FRANCA, *ibid.*, p. 58.

(36) "As verdades que se referem a Deus e às relações entre os homens e Deus são verdades que transcendem completamente a ordem das coisas sensíveis e quando estas verdades atingem a vida prática e a regem, requerem sacrifício e abnegação. A inteligência humana, na aquisição destas verdades, encontra dificuldades tanto por parte dos sentidos e da imaginação como por parte das más inclinações provenientes do pecado original. Donde vemos que os homens em tais questões facilmente procuram persuadir-se de que seja falso ou ao menos duvidoso aquilo que *não desejam* que seja verdadeiro...

"Mais ainda, a mente humana pode até, às vezes, encontrar dificuldade em formar um juízo certo sôbre a "credibilidade" da fé católica, apesar de serem tantos e tão admiráveis os sinais e argumentos externos, concedidos por Deus em seu favor, a tal ponto que ainda somente com o lume da razão natural se pode provar com certeza a origem divina da religião cristã. É que o homem, movido por preconceitos ou instigado pelas paixões e pela vontade pervertida, não só pode rejeitar a evidência dos sinais e argumentos externos que se lhe apresentam, como também resistir às celestes inspirações que Deus infunde na alma". PIO XII, *Enc. Humani Generis*. — A importância destas disposições da inteligência e da vontade transparecem em plena luz nas relações que os grandes convertidos fizeram do processo da sua conversão. Cfr. bibliografia no nosso I vol., nota 531.

E quem não ama a verdade não merece conhecê-la. Amar a verdade como ela merece ser amada, é pô-la acima de tudo, dos nossos interesses, das nossas ambições, dos nossos sentidos e das nossas paixões desregradadas; é querer que ela seja a única luz da nossa vida " (37)

13. Processos da Apologética. — Para provar a credibilidade e a credendidade do dogma católico, tal como é ensinado pela Igreja Católica Romana (finalidade da Apologética), duas vias se apresentam.

A *primeira via* considera *direta e imediatamente* a própria *Igreja Católica*, tal como é *agora*, e demonstra pelas suas *notas* ou propriedades inerentes e manifestas, que ela, *por si mesma*, constitui um *milagre moral permanente* e, portanto, um motivo perpétuo de credibilidade e um testemunho irrefragável da sua origem e missão divinas; em seguida, baseada no ensino da Igreja, ilustra a vida, doutrina e milagres do Fundador dela, Jesus Cristo, o Messias prometido e enviado por Deus. — Esta via é chamada *ascendente e regressiva*, porque sobe de nós, pela Igreja, até Jesus Cristo, regredindo da Igreja atual até à sua fundação por Cristo.

A *segunda via*, ao contrário, pelas fontes, cuja historicidade estabelece, demonstra a missão divina de Jesus Cristo e, conseqüentemente, a origem divina e a credibilidade da sua religião — o Cristianismo — e da Igreja, que Ele fundou como sociedade visível, para que fôsse a guarda fiel e a propagadora autêntica da sua doutrina entre tôdas as gentes até ao fim dos séculos; prova, em seguida, que a verdadeira Igreja de Cristo é unicamente a Igreja Católica Romana. — Esta via é chamada *descendente e progressiva*, porque desce de Cristo, pela Igreja, até nós, progredindo desde a fundação da Igreja até ao seu estado atual.

A primeira via é principalmente adaptada para a apologética prática e para a pregação: prescindindo de muitas questões históricas e filosóficas, apresenta logo um objeto concreto visível a qualquer um, a Igreja católica atual. — A segunda via é mais longa e mais trabalhosa por exigir maiores pesquisas históricas e argu-

(37) L. FRANCA, S. J., *op. cit.*, pp. 64-67. Leiam o estudo magistral destes obstáculos intelectuais e morais, pp. 73-259. — Cfr. também. J. BONSIRVEN, S. J., *Les enseignements de Jésus-Christ*, Paris 1946, pp. 465-469.

mentações filosóficas. É, porém, a mais sólida, a mais objetiva e a mais *científica*. Fornece um conhecimento mais claro e distinto da origem histórica e divina do Cristianismo e da Igreja; é mais conforme com o processo normal do pensamento, pois é mais natural expor historicamente o testemunho de Cristo acêrca da sua messianidade antes de examinar os motivos que demonstram a sua origem divina.

O Magistério eclesiástico indica as duas vias. Por ex., o *Concílio Vaticano I* (D 1793 - 1794); Leão XIII, nas *Enc. Providentissimus e Aeterni Patris*. Antes porém de apontar a própria Igreja como constituindo por si mesma um motivo irrefragável da sua credibilidade, indica sempre os milagres e as profecias de Cristo, de Moisés, dos Profetas e dos Apóstolos, exaltando-lhes o valor demonstrativo ao alcance de tôdas as inteligências (D 1790). E Leão XIII acrescenta, na *Enc. Providentissimus*, que se deve, antes de mais nada, estabelecer e admitir, ao menos com fé humana, a verdade histórica da Sagrada Escritura.

14. Divisão da Apologética científica. — Conforme esta orientação da Igreja, o melhor é unir as duas vias. É o que faremos, encetando o caminho pela segunda via e acrescentando-lhe os milagres morais e as notas características que, desde a origem, acompanham a vida da Igreja através dos séculos. Fica, assim, dividida a Apologética em dois grandes tratados:

I — A origem histórica e divina do *Cristianismo*, a única religião revelada por Deus e destinada a todos os homens.

II — A origem histórica e divina da *Igreja Católica*, a única que se identifica com o Cristianismo autêntico e que Cristo constituiu guarda fiel e mestre infalível da sua doutrina e a quem confiou a missão de ensiná-la a todos os homens.

Dada, porém, a vastidão do assunto, deixando para outro volume o Tratado da Igreja Católica, no presente demonstraremos a Divindade do Cristianismo, expondo:

1º) A sua origem *histórica*, provada por documentos (os livros do Novo Testamento, principalmente os Evangelhos), que gozam da plena certeza histórica.

2º) A sua origem *divina*, provada por todos os critérios da verdadeira revelação sobrenatural.

PRIMEIRA PARTE

A ORIGEM HISTÓRICA DO CRISTIANISMO

E incontestável que o Cristianismo — o fato histórico que mais profundas mudanças introduziu na vida moral e intelectual, individual e social, da humanidade — teve origem na Palestina, no início da nossa era, e que seus primeiros apóstolos, tanto na pregação oral como nos escritos que deixaram, atribuíram sua instituição a JESUS de Nazaré, homem histórico, com o qual tinham convivido.

Para provar a origem histórica do Cristianismo bastará, portanto, demonstrar por meio do estudo crítico, o pleno valor dos Documentos chegados até nós, que relatam a existência, a vida e os ensinamentos de Jesus e os incílios da sua religião.

CAPITULO PRIMEIRO

AS VARIAS FONTES ESCRITAS

A fonte primeira, a principal e por alguns anos a única, aquela que persuadiu os primeiros discípulos, é constituída pela *pregação oral* de Cristo e dos Apóstolos. Esta *pregação viva*, que pela voz do Magistério eclesiástico, legítimo sucessor dos Apóstolos, continuou sem interrupção desde o início até agora e continuará até o fim do mundo, foi e seria ainda suficiente, por si, para nos dar a conhecer a origem histórica e divina do cristianismo. Consideramos, porém, agora, tão somente os documentos *escritos* que chegaram até nós e nos quais podemos haurir algum conhecimento acêrca de Cristo e da sua religião.

A fonte escrita por excelência e a mais rica é fornecida pelos livros do Novo Testamento e principalmente pelos Evangelhos. Mas encontramos também, nas obras de autores judeus e pagãos e nos escritos cristãos que não fazem parte do N. T., alguns testemunhos que aludem à pessoa de Cristo e atestam a existência do Cristianismo no império romano desde o primeiro século. Damos neste capítulo uma breve enumeração de tôdas estas fontes.

ARTIGO PRIMEIRO

AS FONTES JUDAICAS

15. I — O Judaísmo oficial, com respeito a Jesus Cristo, manteve, e até agravou nos séculos seguintes, a sua attitude de preconceitos e mentiras, de ódio e hostilidade, com que O condenou e crucificou, e procurou esconder ao povo a sua ressurreição.

Temos disso testemunho *indireto* nas referências de autores cristãos e pagãos, como S. Justino, Tertuliano, Egesipo, Celso, S. Jerônimo, Epifânio. Foi êste ódio, como atesta S. Justino no seu *Diálogo com Trifon* (judeu), que induziu os autores judeus a falar mal de Cristo ou a ignorá-lo deliberada-

mente e a mover contra o cristianismo as acusações mais absurdas e as perseguições mais ferrenhas.

O Talmud fornece-nos a prova direta. Na sua dupla edição, a de Jerusalém e a de Babilônia, o Talmud é a codificação tardia (séc. V ou VI) de tradições e de fatos, de especulações, exegeses e sentenças acêrca da Lei, bem como de paixões e sectarismo, de que as muitas gerações dos rabinos das várias escolas deixaram lembrança desde os tempos de Cristo e até mesmo dos Macabeus. Pondo de lado as calúnias vulgares e blasfematórias, assim resume o rabino *Klausner*, professor na universidade hebraica de Jerusalém, os elementos do Talmud acêrca de Cristo: "Jesus fazia prodígios, seduzia o povo, zombava das palavras dos sábios, explicava as Escrituras à maneira dos fariseus, pretendia não ter vindo para tirar ou acrescentar nada à Lei. Foi crucificado na véspera da Páscoa como herege e sedutor. Depois dêle, os seus discípulos faziam curas por meio da invocação de seu nome". (38)

Pelo século VI começou a circular o libelo anônimo *Toledoth Jeshu* (= geração, i. é, história de Jesus), coleção de tôdas as falsidades e blasfêmias que o ódio farisaico levantara contra Jesus e o cristianismo. Tido pelo judaísmo até ao princípio dêste século como biografia oficiosa de Jesus, êste libelo já fôra severamente julgado e condenado pelos próprios racionalistas e pelos protestantes. (39) Hoje, editado ainda por alguns judeus fanáticos na Polônia e na Ucrânia, é recebido de bom grado por muitos Teosofistas; suscita, porém, a indignação dos Israelitas doutos e conscienciosos, como uma vergonha para o povo de Deus. (40)

Apesar da sua hostilidade e do seu ódio, o judaísmo reconhece a existência de Cristo. Falsificando, muito embora, com suas insinuações tendenciosas e suas deformações tão vulgares,

(38) Cfr. F. M. BRAUN, O. P., *Gesù — Storia e critica*, trad. ital., Firenze 1951, pp. 19-20.

(39) Define-o Renan "uma lenda burlesca e obscena". "Uma explosão de baixo fanatismo, de sarcasmo odioso e de fantasia grosseira", diz o protestante Arnaldo Meyer. (*Apud* DE GRANDMAISON, *Jésus Christ*, I, p. 11).

(40) Evoluiu muito, principalmente nos últimos tempos, o pensamento judaico com respeito a Jesus. Em não poucos israelitas nota-se hoje uma orientação favorável. Cfr. J. BONSIRVEN, S. J., *Les Juifs et Jésus — Attitudes nouvelles*, Paris 1937.

os fatos da vida de Jesus, confessa contudo que existiu realmente, que fêz prodígios, que morreu condenado, que se afirmava Deus. Documentos sem valor histórico para uma biografia de Cristo, os escritos do judaísmo permanecem uma ~~prova da sua existência histórica.~~

16. II. — Flávio Josefo (ca. 37-105), o célebre historiador judeu (41), na sua obra *Antiguidades Judaicas*, no cap. XVIII, fala honrosamente de João Batista e da sua morte; no cap. XX, falando do Apóstolo Tiago, também com louvor. e da sua morte violenta, tem esta referência: "Tiago, o irmão de Jesus, chamado o Cristo" (42)

No cap. XVIII, onde fala do período em que Pilatos governava na Judéia, encontramos uma larga, explícita e honrosa menção de Cristo:

"Ora, por aquêlo tempo existiu Jesus, homem sábio, se é que deve ser chamado homem, pois fazia obras extraordinárias e era mestre dos homens que acolhem com prazer a verdade. Atraiu para si muitos judeus e também muitos gregos. Ele era o Cristo. E tendo-lhe Pilatos, por denúncia dos principais da nossa nação, infligido o suplício da cruz, não acabaram aquêles que desde o princípio o tinham amado. Apareceu-lhes, com efeito, no terceiro dia novamente vivo, tendo já anunciado os divinos profetas estas e milhares de outras coisas admiráveis a seu respeito. E também agora não acabou a tribo dos que, dêle, são chamados cristãos."

(41) FLÁVIO JOSEFO, sacerdote de Jerusalém, onde viveu até aos 16 anos e, depois, do ano 56 até 63, na revolta judaica do ano 66 contra Roma, chefiou as tropas judaicas na Galiléia; mas após algumas derrotas, entregou-se ao general romano, o futuro imperador Vespasiano. Depois de presenciar a destruição da cidade e do templo de Jerusalém, em 70, foi para Roma com o vencedor Tito, filho de Vespasiano. Aí serviu como historiador áulico à "*gens-Flavia*", da qual, como liberto, acrescentara o nome ao seu de Josefo. Pelos anos 75-79, escreveu *A Guerra Judaica*, onde transparece a sua parcialidade em favor do general romano. Em 93-94, publicou as *Antiguidades Judaicas*, onde narra a história de Israel desde as origens até à guerra judaica. Em 95, escreveu *Contra Appionem*, onde melhor aparece o seu pensamento religioso; e no ano 100, *A Vida*, i.é, a autodefesa da sua conduta política. (Cfr. RICCIORTI, *Vita di Gesù*, 10.^a edic., p. 104).

(42) Tiago era "primo-irmão" de Jesus, como consta dos Evangelhos. Em hebraico é a mesma palavra que é usada para significar irmão, primo e outros graus de parentesco: Veja os numerosos exemplos do Ant. e Novo Test. apontados no *Dict. de la Bible*, vol. II, art. "Frères" e "Frères de Jésus", col. 2403-2405. Cfr., também, LÚCIO NAVARRO, *Legítima interpretação da Bíblia*, Recife, 1958, pp. 500-505.

Contra esta referência, comumente chamada o *Testimonium Flavianum* e tida por certamente autêntica até ao séc. XVI, foram levantadas dúvidas e discutem até hoje os autores por motivos principalmente de crítica interna. Pareceu a muitos que Flávio Josefo, judeu e fariseu, não podia ter falado de Jesus em termos tão honrosos, e por isso concluíram que o trecho deve ter sido interpolado por algum cristão desconhecido. Muitos católicos, com não poucos racionalistas (como Burkitt, Barnes, Harnack, Renan, Reuss), estão pela autenticidade integral; muitos racionalistas, com alguns católicos (por ex., Lagrange, Batiffol), estão pela interpolação integral; outros, tanto católicos (Felder) como não católicos (Reinach, Corsen, Goguel), sustentaram uma interpolação parcial que não toca a substância do testemunho.

Sem pretender apresentar uma solução inconcontrastável, notemos que o texto, tal com o temos hoje, se acha nos três códices que ainda possuímos e é citado tal qual no IV século por Eusébio e por S. Jerônimo. (43) Não se achar citado nas obras de S. Justino e de Orígenes, é um simples argumento de silêncio, que por si não prova muito. Logo a crítica externa é nitidamente a favor da autenticidade.

Por outro lado, o estilo é sem dúvida parecido ao de Flávio Josefo. Nem a razão aduzida em favor da interpolação é muito convincente. Falando de todos os judeus célebres e das suas seitas, não podia Flávio Josefo omitir a Cristo, de quem certamente ouvira falar durante a sua permanência em Jerusalém. Se fala honrosamente de João Batista e de Tiago — testemunhos que todos admitem como certamente autênticos — por que não podia fazer o mesmo de Cristo? Tanto mais que nesta sua obra Flávio Josefo quer exaltar as coisas e os homens do seu país e talvez, com esta menção honrosa, quis também agradar aos cristãos da imperial casa dos Flávios, por êle tanto adulada. — O inciso "Ele era o Cristo" não supõe necessariamente que Flávio Josefo admitisse esta messianidade: referia simplesmente, como historiador, o que ouvira. (44) Mesmo que se quisesse considerar êste inciso como interpolado por algum cristão, na substância o texto deve ser genuíno, porque dificilmente teria um cristão usado expressões como: "se é que deve ser chamado homem... a tribo dos cristãos...". Logo também a crítica interna não apresenta argumento certo contra a autenticidade.

(43) EUSÉBIO, *História Eclesiástica*, I, 11: MG 20, 115-118. — S. JERÔNIMO, *De Viris Illustribus*, 13: ML 23, 663.

(44) O sentido mais exato do texto grego "Cristós en" é talvez o que lhe deu S. Jerônimo na sua tradução: *Credcbatur esse Christus*, era tido pelo Cristo. Neste caso, desaparece a dificuldade.

Podemos, portanto, admitir que a substância do *Testimonium Flavianum* é autêntica e que mesmo a sua autenticidade integral é mais provável. (45)

ARTIGO SEGUNDO

AS FONTES PAGAS

17. I. — *Tácito* (54-119), na sua obra fundamental *Os Anais* (XV, 44), escrita pelo ano 115, depois de narrar o grande incêndio de Roma, do ano 64, refere que Nero, incapaz de abafar os rumores que o apontavam pessoalmente como responsável, “apresentou como culpados e castigou com os mais refinados suplícios homens odiados pelos seus delitos, que o povo chamava *cristãos*. O autor desta denominação, *Cristo*, sob o império de Tibério, fôra condenado ao suplício pelo procurador Pôncio Pilatos. Mas, reprimida por um instante, a pernicioso superstição irrompia novamente, não apenas na Judéia, origem dêste mal, senão também na Urbe, para onde aflui de tôdas as partes e onde encontra numerosos adeptos tudo o que o universo produz de infame e de vergonhoso.” E continua, narrando os horríveis tormentos a que fôra submetida a “*ingente multidão*” dos *cristãos* — inocentes dêste crime, mas “tidos por inimigos do gênero humano” — a ponto de suscitar a compaixão geral, “porque pareciam sacrificados não ao interêsse comum, mas à crueldade de um só”. (46)

(45) Cfr. J. MORS, s. J., *Theologia Fundamentalis*, T. I., pp. 135-136. — G. MORTARI, *Le testimonianze della vita di Cristo*, Roma 1954, pp. 88-91. — RICCIOTTI, *Flavio Giuseppe tradotto e commentato*, Torino 1937, Vol. I, pp. 179-185. — F. M. BRAUN, *op. cit.*, c. 1. — CH. MARTIN, no seu ponderado estudo *Le “Testimonium Flavianum”*. Vers une solution définitive, na *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 20 (1941), 409-465, é pela autenticidade substancial, com duas ou três glosas marginaes acrescentadas por algum *cristão*. — DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, p. 8 e pp. 189-194, permanece na dúvida, achando mais explicável um silêncio total de Flávio Josefo acêrca de Cristo.

(46) Não podemos estranhar as idéias de Tácito a respeito do cristianismo. Confundiu-o com as tantas seitas orientais, misteiosas e não raro imorais no seu culto, que corrompiam então o ânimo dos romanos. — Os *cristãos* eram tidos por inimigos do gênero humano e mesmo por ateus, porque não tomavam parte no culto dos deuses e nos espetáculos lascivos, nem nas supersticiosas súplicas públicas. (MORS, *op. cit.*, p. 133).

Deixou-nos, pois, o grande historiador romano, um precioso e claro testemunho da realidade histórica de Cristo e da existência em Roma, no tempo de Nero, de uma numerosa comunidade cristã.

18. II — *Plínio o Jovem* (62-113), procônsul da Bitínia, na Ásia Menor, numa carta ao imperador Trajano escrita pelo ano 111, pergunta como devia comportar-se para com os cristãos, contra os quais Trajano emanara ordens de perseguição. Depois de resumir os resultados das suas indagações, que nada encontraram de condenável no comportamento dos cristãos, acrescenta: "Costumam reunir-se em dias marcados, antes do amanhecer, para cantar alternadamente um hino a Cristo, como a um Deus e ligar-se com juramento, não já a praticar algum ato nefasto, mas a não cometer furtos, adultérios..." Motiva a consulta com o grande número de cristãos de toda idade e condição, que enchem "as cidades, as aldeias e os campos"

Nesta carta, certamente autêntica e citada por Tertuliano (*Apologeticus*, 39) juntamente com a resposta de Trajano, temos um testemunho insigne da grande difusão do cristianismo já no comêço do II séc. e, principalmente, da fé das primitivas comunidades cristãs na divindade de Cristo e do culto que Lhe prestavam. (47)

19. III. — *Suetônio* (75-160), historiador e secretário de Adriano com acesso aos arquivos imperiais, pelo ano 120, escreveu a *Vida dos primeiros doze Cézares*, onde nos deixou dois breves testemunhos:

1º) Ao cap. XXV, na *Vida de Cláudio*: "Ordenou (Cláudio) que os judeus fôsem expulsos de Roma, porque provocavam freqüentes desordens por instigação de Cresto." (48).

(47) É conhecida a resposta de Trajano: "Os cristãos não devem ser procurados; mas, se denunciados e levados ao tribunal, sejam castigados". Norma absurda e injusta. Ou Trajano os considera culpados: então devem ser procurados como malfeitores. Ou os julga inocentes: então por que mandá-los castigar? A não ser que para o imperador fôsse crime o simples fato de alguém ser cristão!

(48) *Chrestus* = *Christus*. Em muitos documentos do II séc. encontramos a forma *chrestiani*, que era a pronúncia dos Romanos até pelo ano 200, como atesta TERTULIANO (*Apologeticus* c. 3: ML 1, 331; *Ad Nationes*, I, 3: ML 1, 638). Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, p. 12.

Esta expulsão, que se deu no ano 49 ou 50, é-nos conhecida também por outras fontes (por ex., *Atos dos Apóstolos*, XVIII, 2-3). As dissensões entre os judeus, motivo indicado por Suetônio, não eram provocadas por Cristo pessoalmente, como parece supor o historiador, mas provinham da atitude diversa dos ~~judeus convertidos e dos não convertidos com relação a Cristo~~, i. é, da oposição do Judaísmo à pregação da religião cristã. Temos, portanto, um testemunho da presença em Roma, já pelos anos 49-50, de numerosos cristãos.

2º) Ao cap. XVI, na *Vida de Nero*: "Foram submetidos a suplicios os cristãos, raça de homens de uma superstição nova e maléfica." Trata-se da mesma perseguição narrada por Tácito.

20. IV. — De Adriano, imperador nos anos 117 a 138, temos duas alusões aos cristãos:

1º) Em carta dirigida a Minúcio Fundano, procônsul na Ásia pelo ano 125, dá umas normas, parecidas com as de Trajano, para os processos contra os cristãos denunciados. (49).

2º) Em carta ao cônsul Serviano, pelo ano 133, fala incidentalmente de Cristo e dos cristãos do Egito ao notar que os egípcios eram gente superficial, passando com grande facilidade de Serápide a Cristo e de Cristo a Serápide.

21. Além destes testemunhos, chamados *maiores*, que a crítica reconhece como certamente autênticos e históricos, ficaram-nos alguns outros conservados em fragmentos ou citações. Assim:

V. — Celso, filósofo pagão, no seu violento libelo *Discurso Verídico*, escrito pelo ano 178 e chegado até nós por intermédio de Orígenes que o refutou na sua obra *Contra Celsum*, fala de Cristo como os modernos racionalistas: reconhecendo o alto valor das suas prescrições morais, mas atribuindo os seus milagres à imaginação ou à fraude. — Dêste libelo aparece claramente que Celso tinha entre mãos os Evangelhos e que êstes eram tidos em suma veneração já pelos primeiros cristãos.

VI. — Luciano de Samosata, semita helenizado e neosofista, no seu libelo *A Morte do Peregrino*, escrito pelo ano 170, zomba dos cristãos, lembrando que o seu fundador fôra crucificado na Palestina. (50).

(49) Apud EUSÉBIO, que transcreve esta carta na sua *Hist. Eccles.*, IV, 9: MG. 20, 326-327.

(50) Cfr. *Verbum Domini*, vol. XIX (1939), pp. 188-189.

VII. — *Mara*, também semita, numa carta a seu filho Serapião, escrita em siríaco entre os anos 73 e 160, faz uma alusão a Jesus: juntamente com Sócrates e Pitágoras, é mencionado, em forma honorífica, um *sábio rei dos Judeus*, crucificado pela sua própria nação, a qual, por isso, foi castigada por Deus com a destruição da sua capital e com a dispersão. (Cfr. w. CURETON, *Spicilegium syriacum*, Londres 1875, pp. 43-48).

VIII. — *Júlio Africano*, num seu escrito provavelmente do ano 221, refere um interessante testemunho, tirado das *Histórias de Talo Samaritano*, em que Talo faz menção dos fenômenos atmosféricos acontecidos na morte de Jesus, acenando-lhes uma explicação naturalística. (51).

22. *Síntese e Conclusão*. — Existiu na Palestina um homem, hebreu, taumaturgo, que, sob o império de Tibério, foi crucificado por ordem do procurador da Judéia, Pôncio Pilatos. À sua morte aconteceram fenômenos extraordinários. Por uns, foi reconhecido como o "Cristo", i.é, o Messias, e como Deus; por outros, foi odiado e caluniado em vida e depois da morte. Dêle teve início um movimento religioso, cujos adeptos, chamados cristãos, já no tempo de Nero, constituíam em Roma uma ingente multidão e, antes do fim do I séc., se achavam espalhados pela Itália, Egito, Ásia, Bitínia.

Eis, em síntese, o que podemos colhêr das fontes judaicas e pagãs. Poucos dados e breves, na verdade.

Mas era de esperar. Perdeu-se a maior parte das obras greco-romanas da Roma imperial do I séc. Nem temos nenhuma história da Síria ou da Palestina. — Por outro lado, os autores profanos de então costumavam avaliar os acontecimentos históricos quase unicamente pela sua repercussão social, político-cultural. Ora, nos inícios e até ao meado do II séc., esta repercussão do cristianismo era ainda de proporções bastante reduzidas.

Além disso, nos autores judeus, o ódio tecera a conjuração do silêncio (52); aos olhos dos escritores romanos, o cristianismo nascente, oriundo da desprezada Judéia e de um condenado à

(51) "Maior valor teria êsse testemunho, se conseguíssemos provar com certeza ser êste Talo aquêlc liberto de Tibério e, portanto, contemporâneo de Jesus, de que fala Flávio Josefo no cap. XVIII das *Antiguidades Judaicas*". G. FEDERICI, *op. cit.*, p. 201.

(52) Êste motivo, porém, no caso de Flávio Josefo, em Roma, vinha contrabalançado por outros de conveniência pessoal e nacionalista, como notamos a propósito do *Testimonium Flavianum* (nº 16).

morte de cruz, devia inevitavelmente afigurar-se como uma das tantas seitas orientais estranhas de que ouviam falar e que não merecia maior atenção. No tempo das primeiras perseguições eram a calúnia e o desprezo que dominavam. Quem podia então adivinhar que esta "seita cristã" viria a derrubar os velhos deuses da Grécia e de Roma e a dominar o mundo?

Como nota *De Grandmaison*, das origens de um movimento religioso, enquanto esse movimento não crescer pelo número dos seus adeptos e pela intensidade de penetração das suas idéias, enquanto não se vier chocar com tradições vetustas e não incomodar interesses contrários, não podemos esperar, por parte dos que não o seguem, senão breves alusões, fragmentárias e não raro injustas e prevenidas. (53).

Contudo, conclui o mesmo autor, sua proveniência de grandes escritores e de homens de govêrno, a nitidez dos fatos referidos e das situações pressupostas, dão a êsses testemunhos uma importância considerável. São suficientes para pôr fora de dúvida a realidade da vida humana de Jesus Cristo, alguns dados mais salientes da sua atividade, sua morte violenta, sua influência póstuma e a multiplicação de seus discípulos e a expansão da sua religião. Mas nenhuma comparação é possível entre êste punhado de espigas e a superabundante messe dos documentos cristãos. (54).

ARTIGO TERCEIRO

AS FONTES CRISTAS

Estas fontes dividem-se em *extracanjônicas* e *canônicas*.

A. — Fontes extracanjônicas

As fontes cristãs *extracanjônicas* são documentos antigos que não fazem parte do *cânnon* (= lista, catálogo) das Sagradas Escrituras, i.é, dos livros anteriores ou posteriores a Cristo, que a Igreja reconhece oficialmente como inspirados por Deus.

(53) Dá-se o mesmo ainda hoje. Se dos fatos tão prodigiosos como as peregrinações de Lourdes tivéssemos que escrever a história tão sômente com as publicações que dêles fizeram os jornais neutros ou hostis do séc. XIX, bem poucos documentos utilizáveis encontraríamos. Quando até católicos praticantes descuidam tanto a sua instrução religiosa, como espantar-se da indiferença e da ignorância dos pagãos do primeiro século? (SULLEROT, *Le Maître de la vie*, p. 230).

(54) Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, pp. 6 e 15. — DE LABRIOLLE, *La réaction païenne*, Paris 1934, p. 19 (*Apud* MORTARI, *op.*

Podemos classificá-las nos seguintes grupos:

23. I. — Os Escritores Eclesiásticos. — São os numerosísimos autores cristãos dos primeiros séculos, cujas obras, ao menos em parte, apesar das destruições do tempo, chegaram até nós e constituem a Tradição escrita, desde o I até ao V século. (55). — Entre êles sobressaem:

a) Os *Santos Padres*, i.é, os numerosos escritores antigos que se distinguiram pela sua ortodoxia e pela sua santidade. Embora tratem mais especialmente da exposição teológica da doutrina cristã, fornecem contudo um testemunho de sumo valor pelas numerosíssimas citações, comentários e interpretações das fontes canônicas, e pelas refutações das heresias.

b) Os *Apologistas*, principalmente do II e III séc., alguns contemporâneos, ou quase, das testemunhas pagãs mais antigas. Defendendo a religião cristã contra os ataques e as calúnias dos pagãos, atestam a existência do cristianismo já no meio do I séc. e a autenticidade e historicidade dos Evangelhos como reconhecidas por uma tradição antiga e universal.

c) Os *escritores dos tempos apostólicos ou subapostólicos*, do fim do I séc. e principio do II. Com suas citações e alusões atestam a divulgação e aceitação dos Evangelhos em todo o império romano pelo fim do I séc.

Os testemunhos dêstes escritores eclesiásticos serão apresentados ao tratarmos da historicidade dos Evangelhos.

24. II. — Os Documentos cristãos, que nos informam acerca de vários fatos e circunstâncias da vida e da constituição das igrejas nos primeiros séculos, tais como: os atos dos mártires (56), os atos dos concílios, os calendários, os martirologios, os catálogos dos bispos, os catálogos de livros (de Orígenes, Eusé-

cit., p. 96). — C. M. MARTINI, S. J., *Il silenzio dei testimoni non cristiani su Gesù*, na *Civiltà Cattolica*, 1962, II, 341-350. O Pe. Martini vê, também, neste silêncio um indício da transcendência sobrenatural da mensagem evangélica inseparável do fato histórico de Jesus: não conhecendo ainda esta transcendência, não podiam os autores pagãos avaliar, plenamente, a importância do fato histórico.

(55) A coleção completa dêstes escritos cristãos encontra-se na obra monumental *Patrologiae cursus completus*, editada por JACQUES-PAUL MIGNÉ, em Paris, de 1844 a 1866. É dividida em duas séries: a *latina* (ML) com 217 tomos, e a *grega* (MG) com 161 tomos.

(56) Entre os principais mencionemos os atos do martírio de Policarpo (156), de Justino (165), dos mártires de Lião e de Viena, na Gália (177-178), de Apolônio (183), de Potamiana e de Basilides (202), de Perpétua e Felicidade (203), de Cipriano (258). (*Apud MORS. op. cit.*, p. 137, ex ALTANER, *Patrologie*, Freiburg 1950, pp. 184-186).

bio, S. Jerônimo, o Cânon Muratoriano), os documentos litúrgicos, os símbolos da fé, as controvérsias com os pagãos, os judeus e os hereges; a *Didaké* ou *Doutrina dos Doze* (Apóstolos), escrita na Síria ainda no I séc.; os *Cânones dos Apóstolos* (ca. 400), que contêm o corpo das leis eclesiásticas e o cânon dos livros sagrados do Antigo e do Nôvo Testamento.

III — Os Monumentos: — a) os *Cemitérios dos cristãos* (chamados *catacumbas*, quando subterrâneos), encontrados em Roma, em Nápoles, na Sicília, na África e em várias cidades da Gália, da Espanha e da Alemanha, dos quais alguns remontam à idade apostólica, outros ao início do II séc., como o célebre cemitério de Calisto, anterior ao ano 200; — b) As *Pinturas* e os *Mosaicos*, que ornaram os cemitérios...; — c) as *Esculturas* nos sarcófagos, das quais, porém, poucas são anteriores ao séc. IV; — d) as *moedas* etc. ... — Todos êstes monumentos confirmam a existência do cristianismo no I séc., o culto divino tributado a Cristo, o primado de Pedro, muitos milagres de Cristo. (57).

25. IV. — Os **Escritos Apócrifos**, i.é, escritos escondidos, ou de origem desconhecida, ou não autênticos. Constituem uma imponente literatura principalmente do I e II séc., protraindo-se até ao V e além, que se apresenta às vêzes sob formas análogas às do Nôvo Testamento. — Compreendem principalmente:

Atos: de *João* (II séc.), de *Paulo* (II séc.), de *Pedro* (II ou III séc.), de *Tomé* (III séc.).

Epístolas: a *Epist. dos Apóstolos*, escrita em grego no I século e chegada até nós em duas resenhas, copta e etiópica, contém diálogos de Cristo com seus apóstolos; a *Epist. de Paulo aos Laodicenses* (III ou IV séc.).

Apocalipses: de *Pedro* (II séc.), de *Paulo* (IV séc.), de *Tomé* (IV séc.).

Evangelhos Apócrifos, que apareceram desde o II século, geralmente sob a autoria de algum apóstolo para lhes granjear maior autoridade. Foram redigidos: — ou por hereges, principalmente *gnósticos* (= ensinavam várias heresias acêrca do Criador, da Incarnação e Redenção), com o propósito de apoiar seus erros em fontes que tivessem aparência de autenticidade; — ou por cristãos, com a finalidade de satisfazer a curiosidade popular, ávida de conhecer mais pormenores acêrca dos períodos da vida de Jesus não descritos nos *Evangelhos autênticos*: espraíam-se geralmente em

(57) Cfr. MORS, *ibid.*

narrativas maravilhosas e lendárias (58). — Todos êstes evangelhos são posteriores aos quatro Evangelhos canônicos, que lhes servem de base e que os apócrifos tentam ampliar ou explorar. Nunca foi permitida a sua leitura nas reuniões públicas dos fiéis. Há um abismo entre estas compilações fantásticas ou tendenciosas e os quatro Evangelhos autênticos, na dignidade incomparável da origem e na imensa superioridade do conteúdo.

De todos êstes escritos só possuímos fragmentos mais ou menos extensos e referências deixadas pelos Santos Padres.

De nenhum valor histórico para um maior conhecimento direto da vida de Jesus, os escritos apócrifos podem ajudar a conhecer o ambiente espiritual e intelectual dos primitivos grupos cristãos, a mentalidade popular e suas crenças e a origem das deviações heterodoxas.

Mas, sobretudo, êles põem em relêvo a vigilância acurada e historicamente esclarecida e segura do Magistério eclesiástico na tradição primitiva, o qual soube tão acertadamente seleccionar esta vasta literatura e, de todos os evangelhos então espa-

(58) Apresentam-se com *tendências heréticas*, erros históricos, sentenças e doutrinas falsas, embora respeitem, geralmente, o conteúdo dos Evangelhos canônicos:

1) *O evangelho segundo os Hebreus*, compilação gnóstico-ebionítica escrita em grego pelo ano 170, e o evangelho dos *Ebionitas* (= hereges que negavam a divindade de Cristo). Ambos são tendenciosas remanipulações do Evangelho canônico de S. Mateus. Só nos restam poucos fragmentos.

2) *O evangelho segundo os Egípcios*, escrito no Egito pelo ano 150 e usado por vários hereges, e o evangelho de *Filipo*, atribuído a gnósticos egípcios: ambos eivados de doutrinas estranhas sôbre provações ou metempsicoses da alma depois da morte e sôbre a legitimidade do matrimônio.

3) *O evangelho de Pedro*, composto na Síria por volta do ano 130 e do qual em 1887 foi achada uma extensa parte relativa à morte e ressurreição de Cristo: amplificação lendária dos Evangelhos canônicos, com os erros dos *Docetas* (= hereges fantasistas, que negavam a realidade do corpo humano de Cristo).

4) *O evangelho de Marcion*, gnóstico que vivia em Roma na primeira metade do II séc.: mutilação e falsificações de tendências gnósticas do Evangelho de S. Lucas.

5) *Pistis Sophia*, escrito no III séc. por ofitas (seitas gnósticas) e conservado no Museu Britânico: contém diálogos de Cristo depois da sua ressurreição.

Sem tendência herética, espriam-se em narrativas não contidas nos Evangelhos autênticos e às vêzes, ao que parece, provenientes de alguma tradição antiga:

1) *O evangelho dos Hebreus* (não se confunda com o evangelho segundo os Hebreus, de que falamos acima), escrito em aramaico por judeus-cristãos no fim do I séc. ou início do II, que S. Jerônimo encon-

lhados, admitiu como autênticos e incluiu no seu cânon neotestamentário tão somente aquêles quatro precisamente, que a crítica moderna reconhece ainda hoje como os únicos que possuem valor histórico de primeira ordem.

26. V. — Os **Agrapha** (= não escritos), i.é, sentenças ou palavras (*lógia*) atribuídas a Cristo, não contidas nos livros canônicos da Escritura (*graphé*), mas coligidas desde o II séc. na literatura cristã primitiva ou em obras de alguns Santos Padres. Convencionalmente, hoje chamam-se **Lógia** aquelas sentenças encontradas em fragmentos de papiros antigos que vão sendo descobertos no Egito desde uns sessenta anos. Apesar da sua beleza incontestável e do seu sabor evangélico, os *Agra-*

trou ainda em uso entre os Nazarenos e traduziu para o grego e o latim: é uma compilação muito parecida com o Evangelho de S. Mateus, porém, com variantes e acréscimos apócrifos, como o provam os fragmentos que nos ficaram. (Cfr. ZEDDA, *Introduzione ai Vangeli*, pp. 109-110).

2) *O Protoevangelho de Tiago*, escrito em grego antes do ano 150: narra a vida de Maria, sua conceição milagrosa, sua apresentação e vida no Templo, seus desponsórios com José; foi muito difundido na Igreja antiga e traduzido em várias línguas; falam dêle S. Justino e Clemente de Alexandria. — *O Pseudo-Mateus* do séc. VI e o *Livro da natividade de Maria e da infância do Salvador* seriam remanipulações posteriores dêste Protoevangelho.

3) *O evangelho de Tomé*, do II séc. e ampliado posteriormente, do qual existem versões grega, latina, siríaca e eslava: é uma coleção de episódios maravilhosos da infância de Jesus.

4) *O evangelho árabe da infância*, do séc. V ou VI, depois de narrar a natividade de Cristo como está nos Evangelhos canônicos, acrescenta fatos prodigiosos que teriam acontecido na fuga e na moradia no Egito e durante a infância de Cristo, como o evangelho de Tomé.

5) *O evangelho árabe do carpinteiro José*, do séc. VI ou VII, contém a vida e a morte de Jesus apresentada como narrada pelo próprio Cristo aos seus discípulos.

6) *O evangelho de Nicodemos*, do IV séc., que fala da paixão de Cristo, e ao qual foram acrescentados os *Atos de Pilatos* (= relação sobre o processo de Jesus e a sua ressurreição) e a *Descida de Cristo aos infernos*.

7) *O Trânsito da Bem. Virgem Maria*, do início do V séc.

Para mais pormenores acêrca dos livros apócrifos, cfr. *Dictionnaire de la Bible, Supplément*: Vol. I, art. "Apocryphes du N. T.": *Evangelies*, col. 470-488; *Actes*, col. 488-518; *Epîtres*, col. 518-525; *Apocalypses*, col. 525-533. — D'ALÉS, *Diction. Apolog. de la Foi Catholique*, art. "Apocryphes" du Nouveau Testament, T. I. col. 173-189. — ZEDDA, *op. cit.*, pp. 108-113. — Veja *apud* F. CAVALLERA, *Thesaurus Doctrinae Catholicae*, pp. 17-19, a lista dos livros apócrifos e dos hereges compilada por GELASIANO no séc. VI.

pha e os *Logia*, com exceção de pouquíssimos considerados autênticos (*homolegomena*) e de outros rejeitados como certamente inautênticos (*notha*), são quase todos contestados (*antilegomena*) e de autenticidade duvidosa. (59).

B. — Fontes canônicas

27. Reconhecendo, muito embora, os auxílios e as confirmações que nos trazem as fontes até agora enumeradas, é contudo nas fontes *canônicas*, i.é, nos antigos escritos apostólicos reunidos sob o nome de *Nôvo Testamento*, que encontramos os documentos do mais alto valor histórico referentes à vida de Cristo e à origem do cristianismo. (60)

Última fase e complemento definitivo da revelação divina feita aos patriarcas, a Moisés e aos profetas de Israel, a revelação cristã tem como fonte canônica escrita a *Bíblia tôda*, Ant. e Nôvo Testamento. Tanto Cristo como os Apóstolos, em especial São Paulo nas suas Epístolas aos Romanos e aos Coríntios, apelam freqüentemente para o A.T., ao qual reconhecem plena autoridade histórica e divina. Porém, sob o aspecto histórico da vida de Jesus e da origem do cristianismo, o Antigo Testamento só serve de fonte, enquanto fala profeticamente do Messias futuro e do seu reino.

28. Estes livros podem ser considerados sob um duplo aspecto:

a) como fontes *divinas*, i.é, como livros inspirados e palavra de Deus aos homens, gozando de autoridade divina: assim tomados são objeto da fé;

(59) Cfr. RICCIOTTI, *op. cit.*, pp. 110-115, onde cita alguns destes *agrapha*; ou a coleção completa reunida por A. VACCARI, S. J., no apêndice do VIII volume da *Sacra Biblia*, edição Salani do Pontifício Instituto Bíblico.

(60) "*Testamento*" é a tradução antiga, talvez de Tertuliano, da palavra grega "diathéke", usada pelos Setenta para significar a *Aliança* (Covenant), a economia da salvação, i.é, o conjunto das disposições e leis determinadas por Deus e ordenadas à salvação dos homens. Por extensão, passou a significar, também, a coleção dos livros em que está contida a expressão desta economia (cfr. *Diot. de Théol. Cathol.* de VACANT, T. XV, I Parte, col. 182-186). O *Antigo Testamento* refere a primeira fase da Aliança, comunicada aos patriarcas e ao povo israelita antes de Cristo. O *Novo Testamento* refere a segunda fase, aperfeiçoamento e complemento da primeira: o caminho da salvação *por Cristo*, que Deus estabeleceu para todo o gênero humano. O conjunto do Ant. e do Novo Testamento constitui a *Sagrada Bíblia*, os livros por excelência, os livros *sagrados*, porque, sendo inspirados por Deus, têm Deus por autor, gozando, portanto, de autoridade divina, como a Igreja definiu e a seu tempo demonstraremos.

b) como fontes *humanas*, i. é, como narrativas escritas por determinados homens, do mesmo modo como consideramos qualquer outro livro antigo: assim tomados, são objeto da crítica histórica.

É sob êste segundo aspecto, de fontes *humanas*, que no presente tratado consideramos as fontes canônicas.

29. O Nôvo Testamento compreende 27 escritos ou livros: quatro Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, quatorze epístolas de São Paulo, uma de S. Tiago, duas de S. Pedro, três de S. João, uma de S. Judas Tadeu e o Apocalipse de S. João.

Todos êstes escritos nos falam de Cristo e da sua obra; mas os dados que neles podemos colhêr se acham reunidos, e com maiores pormenores, nos Atos dos Apóstolos, nas Epístolas de S. Paulo e, principalmente, nos quatro Evangelhos.

Antes, porém, de podermos racionalmente confiar nestas fontes, é necessário pôr em evidência o seu pleno valor histórico.

30. Nota. — Êste valor será demonstrado no capítulo seguinte, diretamente para as fontes do N. T. e de um modo especial para os Evangelhos, por causa da sua capital importância. — Quanto à autoridade histórica e divina dos livros do A. T., ficará logicamente estabelecida, embora de um modo indireto, provado que tivermos a origem divina da Igreja e a infalibilidade do seu Magistério, porque: incluído o A. T. no Cânon dos livros divinamente inspirados, por uma definição do Concílio de Trento (D. 784), fica *ipso facto* infalivelmente certa a sua autoridade histórica e divina. (61). — Para legitimar o uso que antes disso faremos do A. T., referindo as profecias messiânicas, basta a certeza da existência dêsses escritos antes do nascimento de Cristo. Esta existência é evidente e admitida por todos: o texto hebraico do A. T., de que se servem ainda hoje os Judeus, já era usado desde séculos antes da nossa era e a sua tradução para o grego, feita pelos Setenta, foi terminada no II séc. antes de Cristo.

(61) As três fases da revelação divina (patriarcal, mosaica e cristã) apresentam-se na Bíblia tão intimamente conexas entre si, pelas referências mútuas e principalmente do N. T. ao A. T., que a divindade da última fase acarreta necessariamente a divindade das duas primeiras. (Cfr. HERVÉ, *op. cit.*, I, pp. 131-132).

VALOR HISTÓRICO DOS EVANGELHOS

31. O que pretendemos demonstrar. — Como já advertimos, prescindindo da inspiração divina sob a qual foram escritos, tomamos os Evangelhos como obras e documentos *humanos*, que contêm narrações de fatos, referências de palavras e exposição de doutrinas. Não é nosso intento, por agora, analisar a natureza dêstes fatos ou discutir a verdade destas doutrinas. Queremos, tão somente, demonstrar que êstes fatos se deram realmente e como são narrados, que estas doutrinas foram realmente ensinadas por Jesus Cristo, que estas palavras foram realmente pronunciadas, ao menos quanto ao seu sentido, pelas personagens a quem são atribuídas. Numa palavra, queremos demonstrar que os quatro Evangelhos possuem plena autoridade histórica *humana*, que são *documentos históricos* de primeiro valor.

32. Adversários. — Até ao meado do séc. XVIII foi universalmente admitida a historicidade dos Evangelhos. Sobrevieram então os sistemas filosóficos *naturalistas*, que negavam *a priori* a possibilidade de tōda a ordem sobrenatural. Conseqüentemente a êste preconceito apriorístico, e não por motivos históricos, foram rejeitadas, como lendas, tōdas as narrativas evangélicas que não podem receber uma explicação natural e aventaram-se hipóteses e sistemas, diferentes para cada autor e não raro contraditórios entre si, numa tentativa de explicar a origem destas narrativas.

O apriorismo naturalista já foi largamente refutado ao demonstrarmos a possibilidade da revelação sobrenatural e dos seus critérios, os milagres. (62)

Dos principais sistemas apresentados daremos uma síntese e breve refutação depois de estabelecermos a historicidade das fontes canônicas.

33. Qualidades de um livro histórico. — Uma obra escrita em época remota tem para nós valor histórico e merece fé humana, quando sabemos com certeza que nela os fatos são

narrados como se deram na realidade. Para isso, é necessário e suficiente que o seu autor, ao escrevê-la, não se tenha enganado nem nos tenha enganado, e que o texto dêste escrito tenha chegado até nós sem modificação no sentido do seu conteúdo. Se, além disso, fôr conhecido o autor e se ele tiver sido testemunha ocular dos fatos que narra, ou companheiro de testemunhas oculares, mais fácil será estabelecer que não houve engano nem fraude.

Três, portanto, são as qualidades de um livro histórico: *autenticidade*, *credibilidade* ou *veracidade* e *integridade*.

É *autêntico*, se foi escrito pelo autor a quem é atribuído.

É *verídico* e *crível*, se refere fatos objetivos, tais como aconteceram.

É *íntegro*, se o seu texto primitivo chegou até nós sem alteração no sentido do seu conteúdo.

Vamos, portanto, evidenciar, pela crítica histórica, que os nossos Evangelhos possuem essas três qualidades.

ARTIGO PRIMEIRO

A AUTENTICIDADE DOS EVANGELHOS

TESE I. — Os quatro Evangelhos canônicos foram realmente escritos pelos autores a quem os atribuímos: Mateus, apóstolo; Marcos, discípulo de Pedro; Lucas, companheiro de Paulo; João, apóstolo.

34. A palavra “*Evangelho*”, do grego “*euaggélion*”, significava antigamente a recompensa dada a quem anunciava uma boa nova e, depois, a própria boa nova anunciada. Na literatura neo-testamentária, esta *boa nova* é o anúncio da salvação trazido por Cristo e transmitido pelos Apóstolos. Pregando e anunciando o reino de Deus, Cristo foi por excelência “o Evangelista.” Mas não era apenas o mensageiro da salvação, senão também a pessoa que a devia realizar. Por isso, desde os seus inícios, a pregação *oral* dos Apóstolos, chamada *catequese*, era tãda ela centrada na pessoa do Salvador. Quando esta pregação foi posta por escrito, a *boa nova* veio naturalmente a significar as narrações escritas do ensino de Cristo, da sua

vida, paixão, morte e ressurreição. E assim, desde o II século (por ex., em S. Inácio de Antioquia e em S. Justino), estas narrações foram chamadas *Evangelhos*. (63)

Não são, porém, os Evangelhos a biografia ou história completa de Jesus [cfr. n.º 80], ~~mas compêndios da primitiva~~ pregação oral dos Apóstolos, escritos a pedido dos fiéis ou com um fim determinado relacionado com o ambiente em que foram compostos e com os leitores imediatos aos quais eram destinados.

35. Das muitas narrativas ou evangelhos que se escreveram, somente de quatro reconheceu oficialmente a Igreja o caráter histórico e a inspiração divina, e os inseriu no Cânon da Sagrada Escritura. E se acreditaram os cristãos nos quatro evangelistas, foi porque através deles viam a Igreja que os cobria com sua autoridade. “*Eu, diz s. AGOSTINHO, não acreditaria no Evangelho, se não me movesse a autoridade da Igreja católica.*” (*Contra Epist. Manichaei*, V, 6: ML 42, 176). A “boa nova” escrita proveio da “boa nova” oral, mais antiga e mais ampla. É, porém, da aprovação da Igreja que ambas receberam autoridade e credibilidade. Por conseguinte, os Evangelhos escritos pressupõem, na sua base, a autoridade do Magistério vivo da Igreja. (64)

Pròpriamente falando, o Evangelho é um só, como uma só é a doutrina, uma só é a vida terrestre de Jesus Cristo. Mas dêste único Evangelho cada um dos quatro Evangelistas, segundo a sua índole e finalidade própria, deu-nos uma narrativa distinta. Desta unicidade estava bem convencida a primitiva Igreja, como o comprovam os códices mais antigos. Nêles, o título *Sanctum Evangelium Jesu Christi* é colocado uma só vez, encimando a coleção das quatro narrativas; antes de cada uma acha-se respectivamente

(63) Cfr. J. HUBY-X. LÉON-DUFOUR, S. J., *L'Évangile et les Évangiles*, (Verbum Salutis, XI), Beauchesnes, Paris 1954, pp. 93-98.

(64) Cfr. RICCIOTTI, *op. cit.*, n.º 110-112. — Discípulos assíduos de Cristo durante toda a sua vida pública, é do próprio Cristo que os Apóstolos receberam diretamente a sua doutrina, o seu Espírito e as suas instituições, com a missão de serem suas testemunhas até aos confins da terra (*Atos I, 8*). Testemunhas autênticas e oficiais são por natureza os guardas fiéis da “boa nova”. Por isso, era óbvio que a Igreja, regida pelos Apóstolos, se reconhecesse legítimamente o direito de submeter ao seu julgamento e à sua aprovação qualquer escrito que tratasse da vida e da doutrina de Cristo.

secundum Matthaeum, secundum Marcum, secundum Lucam, secundum Joannem: para exprimir que estas narrativas não são senão quatro formas, quatro versões da única mensagem, do único Evangelho, o Evangelho de Jesus Cristo. Daí a célebre designação dada por S. Ireneu à coleção das quatro narrativas: *Evangelho tetramorfo*. (65)

36. Método e Processo. — Em que época e por que autor tenha sido escrita uma obra, é uma questão histórica. É, pois, pelo método da *crítica histórica* que se poderá resolver, é com argumentos *históricos* que se deverá demonstrar. — A crítica histórica, para isso, lança mão de duas espécies de critérios ou argumentos:

a) Os argumentos ou critérios *externos*: são testemunhos de escritores que afirmam ser o livro de tal autor, que citam trechos ou aludem ao conteúdo do livro.

Esta crítica externa, quando baseada em testemunhos de numerosos escritores (especialmente se são de tendências diferentes), que formam uma tradição contínua até à época em que viveu o autor da obra, dá uma *certeza histórica* da autenticidade.

b) Os argumentos ou critérios *internos*: são deduzidos da análise da própria obra, examinando o seu conteúdo, o seu estilo e sua língua, os fatos narrados, os costumes descritos, as regiões e as pessoas mencionadas... e comparando tudo isso com o que se sabe por outras fontes acêrca da época e do autor da obra.

Se não houver concordância, há uma forte probabilidade contra a autenticidade. Se houver concordância, podemos deduzir a *possibilidade* e mesmo a *probabilidade* da autenticidade.

Por isso, provaremos a autenticidade pela crítica externa. Como confirmação, aduziremos depois os resultados da crítica interna.

(65) IRENEU, *Adversus Haereses*, III, 11, 8: MG 7, 885 (Rouët 215). — Entre os escritos do N. T., a coleção dos quatro Evangelhos era considerada como um grupo à parte, formando uma obra só: é o que explica porque o *Fragmento Muratoriano* chama Lc "tertium evangelii librum" e Taciano compôs o seu *Diatéssaron*.

37. Doutrina da Igreja. — A autenticidade dos quatro Evangelhos nunca foi explicitamente definida, mas é *doutrina católica* contida no magistério ordinário. — A *Comissão Bíblica* emanou vários decretos (*Denz.* 2110, 2111, 2148, 2155...), que devem ser aceitos com assentimento interno religioso, nem podem ser impugnados, oralmente ou por escrito, sem culpa grave (*Denz.* 2113).

Quanto à data da composição e promulgação dos Evangelhos, segundo a mesma *Comissão Bíblica* (*Denz.* 2148 - 2171), *Mt* foi o primeiro Evangelho canônico escrito, *Mc* foi o segundo, *Lc* o terceiro e *Jo* o quarto; pode-se admitir que a tradução grega de *Mt* foi composta depois da promulgação de *Mc* e de *Lc* (2149, 2159, 2164). Os três sinópticos foram escritos antes do ano 70 (2150, 2160). *Lc* foi escrito antes dos *Atos dos Apóstolos* (2161), os quais foram acabados pelo fim do primeiro cativeiro de S. Paulo em Roma (2161, 2169). O testemunho de Ireneu não impede de admitir que *Mt* foi escrito antes da ida de Paulo a Roma (2150). Não se pode prudentemente pôr em dúvida que Marcos e Lucas tenham escrito o seu Evangelho respectivamente segundo a pregação de Pedro e de Paulo e se tenham servido de outras fontes fidedignas, quer orais quer escritas (2162).

A. — DEMONSTRAÇÃO PELA CRÍTICA EXTERNA

38. Desde o ano 200, são inúmeros os testemunhos da autenticidade dos nossos quatro Evangelhos. Entre êles, citemos apenas:

1. **S. Cipriano** (+ 258), cuja obra *Dos Testemunhos*, inteiramente composta de trechos do Ant. e do Nôvo Testamento, contém os *títulos* dos quatro Evangelhos com os nomes dos seus autores.

2. **Eusébio** (ca. 265-340), bispo de Cesaréia na Palestina, o "pai da história eclesiástica" e diligente investigador das tradições acêrca dos livros do N. T., na sua célebre obra *História Eclesiástica*, coloca os quatro Evangelhos entre os livros canônicos, indica o autor de cada um (III, 24; II, 15, 1-2; III, 4; III, 24) e afirma que "eram reconhecidos como canônicos pelo consenso universal de todos" (III, 25). Ao apontar os livros que sem contestação eram do apóstolo João, diz: "Antes de tudo se deve receber como autêntico o seu Evangelho, reconhecido como tal por tôdas as igrejas que estão sob o céu" (*ibid.*)

3. Orígenes (185-254), já em 203 reitor da escola catequética de Alexandria, escreveu muitos comentários sobre a Sagrada Escritura, numerosos tratados sobre o dogma, a moral e a disciplina, e vários trabalhos apologéticos, entre os quais os oito livros *Contra Celsum*. Num fragmento do seu comentário ao Evangelho de Mateus, citado por Eusébio, não reconhece como autênticos senão os nossos quatro Evangelhos, e depois de declarar que foi “da tradição que recebeu estes quatro Evangelhos, os únicos admitidos sem controvérsia na Igreja universal de Deus...”, acrescenta para cada um o nome do seu autor com alguma circunstância em que foi escrito: Mateus, antes publicano, escreveu o seu Evangelho em língua hebraica, para os Judeus convertidos; Marcos escreveu o que Pedro lhe tinha ensinado; Lucas, louvado por Paulo, escreveu para os gentios; João escreveu em último lugar. (66)

4. Todos os Códices indicam sempre os nossos quatro Evangelistas.

Por isso, os críticos, católicos e acatólicos, admitem unânimeamente que por aquela época os quatro Evangelhos eram universalmente reconhecidos como autênticos. — Basta, portanto, consultar as fontes anteriores, retrocedendo até aos tempos apostólicos. — Apresentemos as principais:

39. **Tertuliano** (ca. 160-223), nascido em Cartago, converteu-se ao cristianismo ao ver o heroísmo dos mártires cristãos; levado, porém, por um rigorismo demasiado caiu depois na heresia montanista. Acérrimo defensor das tradições eclesiásticas, compôs várias obras com minuciosas citações dos Evangelhos. No seu livro *Adversus Marcionem*, escrito pelo ano 207-208, apelando para o testemunho das Igrejas apostólicas, declara que há somente quatro Evangelhos reconhecidos, nomeia os autores e afirma que estão em uso na Igreja desde o tempo dos Apóstolos:

“Sustentamos que o instrumento evangélico tem por autores os Apóstolos... ou, se os autores são discípulos dos Apóstolos, não puderam escrever sòzinhos, mas com e segundo os Apóstolos... Entre as Igrejas fundadas pelos Apóstolos, bem como em tôdas as Igrejas unidas a elas, o Evangelho de Lucas se manteve desde a sua publicação tal qual o defendemos hoje. As Igrejas apos-

(66) Apud EUSÉBIO, *Hist. Eccl.*, VI, 25, 4-6: MG 20, 581; R 503.

tólicas cobrem também com a sua autoridade e patrocínio os demais evangelhos que por intermédio das mesmas chegaram a nossas mãos. . . Refiro-me aos de João e de Mateus, e outrossim ao de Marcos, embora este último seja atribuído a Pedro, de quem Marcos era intérprete, como é atribuída a Paulo a narração de Lucas. . . O fato é constante: todos os Evangelhos se encontravam nas Igrejas daqueles tempos." (*Adv. Marcionem*, 1. IV, c. 2, 5: ML 2, 263 e 366; R 339, 341). — "Numa palavra, os que nos ensinam a fé são, entre os apóstolos, João e Mateus; entre os discípulos dos apóstolos, Lucas e Marcos" (*ibid.*).

40. Clemente de Alexandria (150-215), nascido em Atenas e falecido na Ásia Menor, converteu-se do paganismo. Depois de várias viagens pela Itália, Síria e Palestina, empreendidas com o fim de recolher as tradições cristãs, veio para Alexandria, onde pelo ano 180 foi incumbido de dirigir a célebre Escola desta cidade. Deixou várias obras, cheias de erudição literária e filosófica.

Reconheceu como autênticos somente os nossos quatro Evangelhos, dos quais nomeia os autores e cita centenas de trechos.

a) Na sua obra *Hipotiposes* (breves comentários de todos os livros da Bíblia, dos quais só temos fragmentos citados por Eusébio), apelando para uma tradição "recebida dos presbíteros mais antigos", fala dos Evangelhos Sinópticos que narram "quae ad corpus Christi pertinent": são os que contêm as genealogias do Senhor (*Mt e Lc*) e *Mc*. A eles contrapõe o evangelho de João, o último dos evangelistas, que "vendo estarem já relatadas nos outros evangelhos as coisas que dizem respeito ao corpo de Cristo, por inspiração do Espírito divino, escreveu o Evangelho *espiritual* a rogos dos seus familiares". (*Hypotyp.*, 1. VII e *apud* Eusébio, *Hist. Eccles.*, VI. c. 14: MG 9, 750; 20, 551; R 439: K 434).

b) Neste mesmo lugar (e também no liv. VI e na *Adumbratio in I Petri*, V, 13-14), apelando para a tradição dos anciãos, indica Clemente as circunstâncias em que Marcos, companheiro de Pedro, escreveu o seu Evangelho, levado pelas instâncias dos fiéis que desejavam uma lembrança escrita da pregação oral de Pedro, o qual permitiu a leitura deste escrito nas reuniões dos fiéis. (*Apud Eusébio. Hist. Eccles.*, II, 15, 1-2; VI, 14, 5-7: MG 9, 746; 20, 551).

c) Na obra *Stromata* (miscelânea de vários assuntos), afirma explicitamente que o João, autor do quarto evangelho, é o *Apóstolo* João (V, 13); e ao herege Cassiano, que lhe alegara um texto

como sendo de Cristo, responde: "Não é nos Evangelhos transmitidos a nós pela tradição que se encontra esta sentença, mas no evangelho segundo os Egípcios" (1. III, c. 13: MG 8, 1193).

41. Canon ou Fragmentum Muratorianum: documento provavelmente escrito em Roma e anterior ao ano 180, que foi achado por Ludovico Muratori, em 1740, num manuscrito do VIII século da Biblioteca Ambrosiana de Milão. Contém a enumeração de muitos livros acêrca do Nôvo Testamento, distribuídos em várias listas (ou cânones, catálogos) segundo a sua diversa aceitação ou proibição pela Igreja. Entre os que eram admitidos universalmente como sacros e lidos públicamente nas igrejas encontram-se os nossos Evangelhos (67) No documento, de 85 linhas, faltam as primeiras frases (e por isso é chamado "fragmento"), que se referiam sem dúvida aos dois primeiros evangelistas:

aos quais contudo esteve presente e assim escreveu. Em terceiro lugar, o Evangelho segundo Lucas. Este Lucas, médico, depois da ascensão do Senhor, foi tomado por Paulo como companheiro de suas viagens por amar a justiça e escreveu sob a inspiração de Paulo, segundo se diz; não vira contudo êle próprio o Senhor, e por isso como pôde conseguir (pelas fontes) assim começou pelo nascimento de João. Em quarto lugar, o Evangelho de João, um dos discípulos. . . que afirma não só ter visto e ouvido, mas também ter escrito ordenadamente tôdas as maravilhas do Senhor. . ."

42. Os Prólogos antigos: são esboços de introdução aos Evangelhos, escritos em grego na Itália entre os anos 160 e 180, mas que nos foram conservados em latim em 8 códices da Vulgata dos séculos VIII a X. Atribuem os Evangelhos aos nossos evangelistas e indicam algumas características de cada um, com o lugar onde escreveu. Por ex., num *Prólogo romano* e *antimarcionista* do II século, reproduzido num prólogo do IV

(67) Entre os livros mencionados se acha o *Pastor* de HERMAS, como livro "escrito recentlssimamente em nossos tempos, quando na catedral de Roma estava o bispo Pio", i.é, nos anos 142-157. Ora, pelo mesmo *Cânnon Muratoriano*, os livros sacros do N. T., em comparação com o *Pastor*, aparecem como *antigos*. Logo eram certamente reconhecidos pela Igreja muito antes do ano 160. MORS, *op. cit.*, p. 166. — A alusão ao bispo de Roma, Pio, apontado no texto como "irmão de Hermas", permite também datar o *Cânnon*, de poucos anos posterior ao *Pastor*.

seculo e chamado *Monarquiano* porque tem ressaibos dos erros monarquianos, lemos:

a) "Marcos, evangelista de Deus e filho de Pedro pelo batismo e seu discípulo na palavra divina... escreveu o evangelho na Itália..."

b) "Lucas, siro de nação, antioquense, médico, discípulo dos apóstolos e depois companheiro de Paulo até à confissão (martírio) dêle, servidor de Deus sem delito, nunca teve espôsa nem filhos, morreu na Bitínia aos 84 anos, cheio do Espírito Santo. Depois de já escritos os evangelhos por Mateus na Judéia e por Marcos na Itália, por inspiração do Espírito Santo escreveu este evangelho nas regiões da Acácia, dando a entender no início que outros evangelhos já tinham sido escritos... Depois, o mesmo Lucas escreveu os Atos dos Apóstolos."

c) Do autor do quarto evangelho diz: "Este é João evangelista, um dos discípulos de Deus, que foi escolhido por Deus sendo virgem...", e lembra que, por isso, era o discípulo predileto e a êle confiou Deus sua mãe "*ut virginem virgo servaret*", que iniciou seu evangelho com a encarnação do Verbo e que o "escreveu na Ásia, depois de ter escrito o Apocalipse na ilha de Patmos." (68)

43. **Sto. Ireneu** (ca. 130-ca. 202), nascido na Ásia Menor, provavelmente em Esmirna, onde na sua juventude foi discípulo de S. Policarpo, venerável ancião que fôra discípulo de S. João Evangelista e faleceu no ano 155 com 86 anos de idade (69). Percorreu Ireneu tôdas as Igrejas até à Gália, pesquisando em tôda a parte a doutrina tradicional e estando em contato com os bispos e com os Romanos Pontífices, cujo primado proclamou. Em 177, sucedendo a S. Potino, também êle discípulo e amigo de S. Policarpo e martirizado aos 90 anos, foi feito bispo de Lião, na Gália, onde, como se crê, teria morrido mártir por volta do ano 202. Sto. Ireneu, portanto, ligado aos tempos apostólicos por um único intermediário, é

(68) Cfr. o texto editado por DE BRUYNE na *Revue Bénédictine* 1928, p. 193. — MORS, *op. cit.*, p. 167; M. NICOLAU, S. J., *Sacrae Theologiae Summa*, Vol. I, pp. 231, 236, 248; LAGRANGE, *Evangile selon Saint Luc*, Introduction, pp. XIII-XVIII.

(69) Numa carta a Floriano, que conhecera na sua juventude e que mais tarde espalhava em Roma os erros gnósticos, Sto. Ireneu, já então bispo de Lião, lembra com saudade e ainda comovido os pormenores de lugares e de atitudes de S. Policarpo quando "falava das suas relações com João e os outros discípulos que tinham visto o Senhor" (MG 7, 1227 e citado também *apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, V, 20, 5-6: MG 20, 486; R 264).

uma testemunha de sumo valor, tanto no Oriente como no Ocidente, e é louvado por todos os Santos Padres. Deixou abundantes informações sôbre a doutrina da Igreja primitiva.

~~Acêrca dos Evangelhos, afirma que a tradição foi sempre constante em admitir quatro, e sòmente quatro; indica-lhes os autores e cita-os tantas vêzes, que com estas citações se poderiam reconstituir todos os Evangelhos.~~

a) Na sua grande obra *Adversus Haereses*, escrita por volta do ano 185, na qual combate tôdas as heresias aparecidas desde os tempos apostólicos até aos seus dias, apresenta como já firmemente estabelecida na Igreja universal e confirmada pelos próprios hereges a persuasão da autenticidade dos quatro Evangelhos. (*Adv. Haer.*, 1. III, c. 11, 7; MG 7, 884; R 214).

b) Descrevendo-lhes a origem, diz: "Mateus, entre os Hebreus e na língua dêles, publicou um Evangelho escrito, quando Pedro e Paulo pregavam em Roma e aí fundavam uma igreja. Depois da partida (*éxodon*) dêles, Marcos, discípulo e intérprete de Pedro, transmitiu-nos também êle por escrito a pregação de Pedro. Lucas, companheiro de Paulo, rediçiu num livro o evangelho pregado por Paulo. Depois, João, discípulo do Senhor, que reclinará sôbre seu peito, publicou também êle o seu evangelho, enquanto residia em Éfeso na Ásia." (*Adv. Haer.* 1. III, c. 1, 1; MG 7, 844-845; R 208).

c) E afirma que os Evangelhos "não podem ser nem mais numerosos do que êstes (quatro), nem menos numerosos..." (*Adv. Haer.*, 1. III, c. 11, 8, MG 7, 885; R 215).

44. Taciano, nascido na Mesopotâmia pelo ano 130, numa de suas viagens encontrou S. Justino em Roma e se converteu ao cristianismo. Levado, porém, por excessos de severidade caiu mais tarde na heresia, tornando-se o propagador do encratismo, que proibia o uso do vinho e da carne, e as relações conjugais mesmo no matrimônio. Pelo ano 172, compôs na língua siríaca o *Diatéssaron*, i. é, uma espécie de concordância ou harmonia dos quatro Evangelhos, fundindo-os numa única narração. Esta obra, traduzida em várias línguas, teve grande influência, no oriente e no ocidente, sôbre a tradição dos textos evangélicos. Para obter uma narrativa mais completa da vida de Cristo, não utilizou Taciano senão os nossos quatro Evangelhos, nunca os apócrifos. Isso supõe que, já então, os nossos Evangelhos, e sòmente êles, gozavam de plena autoridade histórica. (70)

(70) Por causa de uma perseguição que, no V século, moveram alguns bispos do oriente contra as cópias do *Diatéssaron*, hoje só co-

45. S. Justino (100-163/7), filósofo, nascido em Naplona, na Samaria. Educado no paganismo, converteu-se pelo ano 130 e morreu mártir. Escreveu, por volta dos anos 150-155, o *Diálogo com Trifão*, e também duas *Apologias* do cristianismo, dedicando a primeira ao imperador Antonino Pio, ao César Marco-Aurélio e a Lúcio Vero, alcançando um edito público que mitigou um pouco a perseguição destes príncipes contra os cristãos.

Nestas *Apologias* e no *Diálogo*, fala S. Justino dos "*Comentários dos Apóstolos*, chamados *Evangelhos*"; diz que tinham por autores "apóstolos e discípulos", logo dois apóstolos e dois discípulos; atesta-nos que eram lidos publicamente aos domingos nas reuniões dos fiéis. (*Apol.* I, 66 e 67; *Diálogo*, 103; MG 6, 428, 429, 717; R 128, 129, 143). — Que se tratava dos nossos quatro Evangelhos, vê-se claramente pelas numerosas citações que destes *Comentários* faz nas suas obras: tôdas são de textos que só se encontram nos quatro Evangelhos canônicos. (71)

46. Aristides, filósofo e apologista do início do II século, escreveu uma *Apologia* do cristianismo para o imperador Antonino. — Ao referir os fatos principais da vida de Cristo, apela para os *livros dos cristãos*, que constituem a "evangélica sagrada Escritura" e onde todos estes fatos são narrados. Cita estes livros e as citações concordam com os nossos Evangelhos. Estes "livros dos cristãos" são, portanto, os nossos Evangelhos, os quais, por conseguinte, já no início do II século, eram escritos, divulgados e reconhecidos, e todos podiam consultá-los.

47. Os Hereges, desde a primeira metade do II século, confirmam também eles a autenticidade dos Evangelhos.

Basilides, que ensinou em Alexandria entre os anos 120 e 150, reconhecia a historicidade dos nossos Evangelhos, embora citasse tão somente textos de *Mt.* — *Valentim* compôs em Roma, antes do ano 150, o seu *Evangelho Verdadeiro*, espécie de sermão com citações ou antes alusões aos quatro Evangelhos, reconhecendo-lhes a autoridade, mas interpretando-os a seu modo, como nos diz Ireneu (*Adv. Haer.*, III, 12, 12: MG 7, 906). — *Marcion*, que

nhecemos a obra através das citações feitas pelos Santos Padres e das versões (grega, armena, latina, árabe, pérsica...). Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 114-116.

(71) Cfr. MORS, *op. cit.*, p. 169.

viveu em Roma onde morreu no ano 160, conheceu os quatro Evangelhos; embora na composição do seu *Evangelho do Deus estrangeiro* se servisse tão somente de *Lc.*, e ainda mutilando-o e manipulando-o de acôrdo com suas teorias, contudo não negou a autenticidade de nenhum dos quatro. (72)

Isso prova que, já no início do II século, era tão certa e evidente para todos a plena autenticidade dos nossos Evangelhos, que nem os hereges se atreveram a negá-la.

48. Celso, pagão, filósofo epicurista, numa sua obra, escrita pelo ano 178, *Discurso Verídico*, resumo completo de todos os preconceitos e sofismas da filosofia do seu tempo contra o Cristianismo, e conservado quase todo por Orígenes nos oito livros que consagrou à refutação dêste filósofo, cita muitas vêzes textualmente os nossos quatro Evangelhos; afirma que os cristãos (i. é, cristãos hereges, como explica Orígenes: *Contra Celsum*, II, 27: MG 11, 847) procuravam modificá-los para adaptá-los às próprias doutrinas; discute os fatos nêles narrados, combate seus ensinamentos, atribui os milagres a artes mágicas ou a prestidigitações (*ibid.*, I, 68: MG 11, 787; R 517). Nunca, porém, lhes nega a autenticidade; reconhece-os, pelo contrário, como obra dos primeiros discípulos de Cristo, gozando de suma autoridade entre os cristãos.

49. Os **Evangelhos Apócrifos**, imitações e amplificações dos nossos Evangelhos [nº 25], foram escritos em diversas regiões do império romano, quase todos antes do ano 150. Isso pressupõe que os nossos quatro Evangelhos, pelo menos no início do II século, já eram não só redigidos, mas também conhecidos e espalhados pela cristandade tôda. Além disso, pelo fato de serem divulgados os *Apócrifos* sob o nome de algum Apóstolo ou discípulo imediato dos Apóstolos, vê-se que todos reconheciam que o fundamento da autoridade de que gozavam os escritos cristãos consistia na sua origem apostólica.

50. **Papias** (ca. 60-140), bispo de Hierápolis, na Frígia, e, como refere S. Ireneu (*Adv. Haer.*, V, 33, 4: MG 7, 1214;

(72 Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 100-104, 159-160, 220-222. — Apesar de cada seita de hereges não admitir senão um só dos quatro Evangelhos (os Ebionitas admitiam *Mt.*; Marcion, *Lc.*; Os Docetas, *Mc.*; Valentinim, *Jo.*), o conjunto das seitas é um testemunho em favor do Evangelho tetramorfo. (IRENEU, *Adv. Haer.*, III, 11, 7: MG 7, 884; R 214).

R 261), homem ancião, amigo de Policarpo e discípulo do presbítero João (o apóstolo João), pelos anos 120-130, escreveu sobre os fatos e os discursos do Senhor uma obra em cinco livros, que intitulou *Exegese dos oráculos do Senhor*. Esta obra, agora perdida, por vários séculos foi lida na Igreja. Possuímos fragmentos, conservados por Eusébio (*Hist. Eccles.*, III, 39). — Eis o que atesta Papias acêrca dos Evangelhos:

a) "Mateus escreveu com ordenamento, no dialeto hebraico, os discursos (*oracula, lógia*) do Senhor, e cada um procurava traduzi-los como podia." (73)

(73) Esta palavra *lógia*, com que designa Papias o escrito de Mateus (e podia caracterizá-lo assim, pois as palavras de Cristo ocupam de fato cêrca de três quintos do escrito), deu asa aos modernos críticos racionalistas e protestantes para formularem a hipótese de se tratar, não já do nosso primeiro evangelho, mas sim de uma coleção de "sentenças de Cristo". O primeiro que imaginou esta interpretação foi SCHLEIERMACHER, em 1832.

Esta hipótese, puramente imaginária, é contrária a tôda a tradição antiga e moderna e ao próprio contexto de Papias.

"Nem Eusébio, que tinha entre mãos a obra de Papias, nem alguma outra testemunha da antiguidade cristã, sonhou jamais em reduzir a obra semítica de S. Mateus a uma simples coleção de sentenças", mas reconheceu nela o nosso primeiro Evangelho, então universalmente admitido. (HUBY-LÉON-DUFOURT, *L'Évangile et les Évangiles*, pp. 101-102). É acrescentar ao texto de Papias, como notava o próprio RENAN (*Les Évangiles*, Paris 1877, p. 79), querer fazer-lhe dizer que o escrito de Mateus era apenas uma coleção de discursos, não contendo, também, narrações de fatos (*ibid.*). Cfr. também L. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, p. 59.

"Etimologicamente o têrmo grego (*lógia*) significa *ditos, sentenças, oráculos*, mas, especialmente nos escritores judeus e cristãos, significava, também, de um modo genérico qualquer trecho da Sagrada Escritura que contivesse, indiferentemente, sentenças ou fatos. [Por ex., na tradução dos Setenta: *Num.*, XXIV, 4, 16; *Ps.* 107, 11. — *Rom.* III, 2; *Hebr.* V. 12' — FLÁVIO JOSEFO, *Guerra Judaica*, VI, 5, 4. — S. CLEMENTE ROM., *1 Cor.* LIII, 1; etc. *Apud ZEDDA, op. cit.*, p. 93]. O próprio Papias usa o têrmo neste segundo sentido mais amplo. No texto citado, ao falar do Evangelho de Marcos, diz que contém as coisas *quer pronunciadas quer feitas* (ta é lektenta é praktenta) por Jesus; entretanto, imediatamente depois, êle designa êste mesmo complexo narrativo [de Marcos] como *oráculos* (*lógia*) de Jesus. Além disso, a própria obra escrita por Papias era intitulada *Exegese dos oráculos* (*logion*) do Senhor; contudo, pelos indícios e citações que dela nos ficaram, vê-se que tratava, além das sentenças, também das ações de Jesus e da era apostólica. Por isso, a antiguidade cristã e todos os estudiosos indistintamente, até bem adentro do século XIX, tiveram por certo que êstes *ditos* atribuídos por Papias a Mateus designam o primeiro dos nossos Evangelhos canônicos. tanto mais que de uma obra atribuída a Mateus ou a outro Apóstolo, contendo unicamente *sentenças* de Jesus, não existe nem testemunho nem vestígio algum transmitido pela antiguidade". RICCIOTTI, *op. cit.*, pp. 124-126.

b) “Isso também dizia o Presbítero [João]: Marcos, intérprete de Pedro, escreveu exatamente, não porém com ordenamento. tudo o que conservara na memória acêrca das palavras e das ações do Senhor. Pois não tinha êle próprio nem ouvido nem seguido o Senhor. Mas, como disse, mais tarde foi companheiro de Pedro, o qual pregava o evangelho de acôrdo com a utilidade dos ouvintes e não com a intenção de compor uma coordenação (súntaxin) das palavras do Senhor. Por isso, não incorreu Marcos em nenhum defeito escrevendo algumas coisas como se lembrava. Únicamente atendia e com cuidado, em não omitir nem alterar nada do que ouvira.” *Apud Eusébio, Hist. Eccles., III, 39, 15: MG 20, 300; R 95. (74)*

c) Foi-nos conservado também, no antigo Prólogo latino, um testemunho de Papias acêrca do IV Evangelho: “O Evangelho de João, escrito depois do Apocalipse, foi publicado e entregue às igrejas pelo próprio João, antes da sua morte, como Papias, chamado Hierapolitano e discípulo querido de João, refere nos exotéricos, i. é, nos últimos cinco livros. Escreveu o Evangelho sob o ditado de João.” (75)

Na realidade, êsses testemunhos são mais antigos que o próprio Papias. De fato, querendo manifestar no início do seu escrito as fontes de quem recebera suas informações, escreve Papias: “Quando acontecia chegar alguém que tinha convivido com os presbíteros (os anciãos), eu o interrogava acêrca dos ditos (*lógous*, o que contavam) dos presbíteros, que coisa *dissera* André ou Pedro, ou que coisa Felipe, Tomé ou Tiago, João ou Mateus, ou algum outro dos discípulos do Senhor; além disso, que coisa *dizem* Aristião e o presbítero João, discípulos do Senhor. Pois estava convencido de não poder lucrar tanto com a leitura de livros, quanto com a palavra viva de homens ainda supérstites.” (*Apud Eusébio, Hist. Eccles., III,*

(74) Pelas explicações dadas nesse texto, vê-se que, para Papias, a diferença entre Mateus e Marcos, não provém de Mateus referir só discursos e Marcos, discursos e fatos; mas de Mateus apresentar na sua composição um *ordenamento* sistemático, que não se acha na de Marcos. Este ordenamento, ou coordenação, tão apreciado pelos antigos, não consistia sempre na ordem cronológica, mas muitas vêzes, mesmo entre os historiadores, na ordem lógica, fundada na semelhança dos assuntos, no nexo de causa e efeito, ou na identidade de lugar ou pessoas. Assim, Mateus reúne os discursos de Jesus em cinco grupos e os fatos, em grupos variados. Marcos, pelo contrário, que reproduz, fielmente, a catequese oral de Pedro, feita ocasionalmente, não se preocupou com tal coordenação. RICCIOTTI, *op. cit.*, pp. 124, 125, 135.

(75) Lê-se êste texto em dez manuscritos latinos, dos quais o mais antigo é o *Codex Toletano* (VIII séc.). MORTARI, *op. cit.*, p. 179. — Cfr. FUNK, *Patres Apostolici*, 2.^a edic., I, pp. 373-374. — A palavra “exotéricos” é um êrro do copista, em lugar de “exegéticos”; a explicação “i. é, nos últimos”, acrescentada por outra mão, indica que o título da obra de Papias fôra mal entendido. (MORS, *op. cit.*, p. 172).

39, 4-6: MG 20, 296-297; R 94). Os testemunhos deixados por Papias referem, portanto, afirmações dos Apóstolos e de outros discípulos imediatos de Cristo: explicitamente quanto a Marcos, pois cita textualmente a frase de João o Presbítero (76); implicitamente quanto aos outros dois, Mateus e João. Dêste modo, Papias nos coliga diretamente com o ensino oral dos Apóstolos e com o pensamento da Igreja do I século acêrca dos Evangelhos e dos seus autores.

51. Os **Padres Apostólicos**, escritores eclesiásticos contemporâneos (ou quase) e discípulos dos Apóstolos, fazem numerosas alusões aos Evangelhos e os citam como documentos por todos conhecidos já no fim do I século e início do II. — Por ex.:

A *Didaké* ou *Doutrina dos Doze Apóstolos* — pequeno manual de vida cristã para uso dos fiéis, com referências aos Apóstolos, à constituição e disciplina das igrejas, à liturgia e à Eucaristia, que foi escrito na Síria, pelos anos 80-90, e tido logo em grande veneração por tôdas as igrejas — cita 25 vêzes *Mt* e alude quatro vêzes a *Lc* e uma a *Mc*. (Jo ainda não tinha sido escrito e publicado).

S. Clemente Romano, 4º Papa, na sua *Epístola (I) aos Coríntios*, do ano 96-98, além das alusões, cita seis vêzes *Mt*, uma vez *Mc* e duas *Lc*.

A Clemente Romano foi atribuída uma *Segunda Epístola aos Coríntios*. É antes uma homilia, que foi escrita pelo ano 140 por um autor desconhecido. Encontramos nela várias citações de *Mt* e *Lc*.

A *Epístola* chamada de *Barnabé*, escrita entre os anos 90 e 120, contém várias alusões e citações dos três *Sinópticos* e parece aludir duas vêzes a Jo. Ao citar *Mt* (XXII, 14), usa a mesma fórmula "está escrito" empregada nas citações do A. T., atribuindo, portanto, a *Mt* a mesma autoridade e inspiração de que gozava a Sagrada Escritura.

S. Inácio de Antioquia, martirizado em Roma sob o império de Trajano (98-117), mais provavelmente pelo ano 107, nas suas sete *Epístolas*, escritas a diversas Igrejas pouco antes do seu martírio, cita doze vêzes *Mt*, alude a *Lc* duas vêzes e cita Jo três vêzes.

S. Policarpo (69-155), na sua *Epístola aos Filipenses*, escrita no ano 107-108 (pouco depois do martírio de S. Inácio, do qual pede pormenores: cc. 9 e 13), cita e alude aos três primeiros Evangelhos.

(76) Este João o Presbítero é o Apóstolo e Evangelista, ou outra pessoa? Para a antiguidade do testemunho, é questão secundária: sendo "discípulo do Senhor", viveu certamente no I século. Sôbre esta questão, cfr. *infra*, n° 55.

Hermas, no seu livro *Pastor*, do ano 140-150, cita ou alude muitas vèzes aos quatro Evangelhos.

Na *Epistola a Diogneto*, escrita na segunda metade do II século por um autor desconhecido, encontramos várias referências a *Mt. Lc e Jo.* (77)

Estas citações supõem a existência, já no I século, de um texto dos Evangelhos, definido e fixado por escrito. A *Didaké*, ao aludir a vários trechos de *Mt*, diz: "Deveis agir como manda o Evangelho" (11, 3), "como o tendes no Evangelho", "como o tendes no Evangelho do Senhor" (15, 3 e 4). A *Epistola* dita de *Barnabé* citando *Mt* acrescenta: "*sicut scriptum est*" (4, 14). *S. Inácio de Antioquia*, na *Epist. ad Philadelphenses* (8, 2), diz que os hereges exigiam provas tiradas dos Evangelhos escritos. (78)

Os Padres Apostólicos não indicam os nomes dos Evangelistas, mas citam os Evangelhos como palavras do Senhor e os apresentam como escritos já bem conhecidos e gozando de plena autoridade na Igreja universal. Ora só reconheciam uma tal autoridade aos documentos consagrados pela tradição apostólica [cfr. *infra*, nº 112, 3º e notas 199-203]. Deviam, portanto, estar certos que os Evangelhos eram garantidos pelos Apóstolos.

Pelo conteúdo das citações, vê-se claramente que se trata dos mesmos escritos citados e atribuídos explicitamente aos nossos quatro Evangelistas pelos autores da geração seguinte, alguns dos quais (como Papias e S. Ereneu) foram discípulos dos Padres Apostólicos. (79)

(77) Para a história de todos estes documentos, suas datas, suas publicações, a crítica da sua autenticidade e integridade, o seu texto com um comentário, veja FR. XAV. FUNK, *Patres Apostolici*, 2 vols., 2.ª edic., Tübingen 1901. — Para as referências dos lugares evangélicos que citam ou aos quais aludem os Padres Apostólicos, veja: FUNK, I vol., pp. 640-652; REB 4 (1944), pp. 838-861, o art. do PE. JOSÉ GONZÁLEZ RAPOSO, C.M.F.; MORS, *op. cit.*, p. 173; ZEDDA, *op. cit.*, pp. 105-108, 139, 160-161, 217-219. As citações nem sempre são feitas *ad litteram*, nem as alusões sempre muito claras: isso explica as divergências dos autores na enumeração das referências.

(78) Cfr. FUNK, *op. cit.*, I, pp. 27, 35, 49, 271 (MORS, *op. cit.*, p. 173).

(79) A referência explícita mais antiga que chegou até nós acerca dos Evangelistas é a de Papias, que nomeia Mateus, Marcos e João [nº 50]. Foi, a quanto parece, no combate às inovações doutrinárias dos hereges, que os Apologistas do II século generalizaram o uso de mencionar os Evangelistas, para frisar o caráter tradicional e a origem apostólica dos quatro Evangelhos. (*Dict. de la Bible, Supplément*, art. *Luc (Evang. selon saint)*, Vol. V, col. 550).

52. SÍNTESE. — Podemos resumir os dados da crítica externa nas seguintes proposições:

1) É ponto pacífico que, *desde o início do III século até aos racionalistas modernos, nunca foi levantada dúvida alguma sobre a autenticidade dos Evangelhos.*

2) *Pela segunda metade do II século, esta autenticidade é afirmada explicitamente por numerosas testemunhas, geralmente independentes, idôneas, de grande autoridade e relacionadas com várias Igrejas do oriente e do ocidente e com personagens da geração anterior; e é afirmada como verdade absolutamente certa, reconhecida por todos e já antiga e tradicional.* — Em todos os códices, os *títulos*, anteriores à versão latina antiga (pois já se acham nos manuscritos desta versão), indicam sempre os nossos quatro evangelistas, nunca outros.

3) *Na primeira metade do II século, os quatro Evangelhos são universalmente reconhecidos e aduzidos, também pelos hereges e pelos pagãos, como documentos autênticos e públicos da religião cristã, claramente discriminados dos evangelhos apócrifos; e já era costume na Igreja lê-los nas reuniões oficiais e públicas dos fiéis.*

4) *No fim do I século, quando viviam ainda vários discípulos imediatos dos Apóstolos, os três primeiros Evangelhos já se acham espalhados por toda a Igreja e são citados, embora nem sempre *ad litteram* (conforme o costume da época), como livros de suma e irrefragável autoridade, do mesmo modo que os livros do Ant. Test. O quarto evangelho, escrito entre os anos 96 e 104, foi logo divulgado e citado nos primeiros decênios do II século.*

5) *Portanto, a tradição da autenticidade dos nossos quatro Evangelhos é certa, universal e contínua até aos tempos apostólicos: as numerosas igrejas ou comunidades cristãs, fundadas pelos Apóstolos nos centros principais do império romano, foram unânimes em reconhecer como autênticos os quatro Evangelhos canônicos e só êstes quatro. (80)*

(80) De nenhum escrito profano antigo possuímos, nem de longe, tantos e tão esplêndidos testemunhos. Por ex., de Eródoto a primeira menção é feita 100 anos depois da sua morte por Aristóteles, a segunda, 400 anos depois por Cícero; Tucídides é citado pela primeira vez 300 anos depois de sua morte por Cícero. Os comentários de Júlio César, escritos pelo ano 52 antes de Cristo, são citados só um século e meio

Dêste fato podemos deduzir o seguinte

53. Argumento. — Com uma tradição universal e constante desde os tempos apostólicos, a autenticidade dos nossos quatro Evangelhos é afirmada como certa por numerosos autores cristãos, que exprimem o sentir de tōda a Igreja, e por escritores pagãos e hereges. — Ora, numa tradição tão antiga, tão universal e tão constante, é impossível admitir o êrro. — Logo os nossos quatro Evangelhos são realmente autênticos.

A *MAIOR*, como vimos, é a conclusão da crítica externa.

Prova da MENOR: Ora, numa tradição...

Nessa tradição apresentada pelos documentos, o êrro se teria introduzido ou por mentira ou engano das testemunhas, ou por falsificação fraudulenta dos documentos. Outra hipótese não existe.

Mas nenhuma destas suposições é aceitável, nem foi possível:

a) *As testemunhas não nos enganaram:*

As testemunhas *cristãs*, em todos os seus escritos e em tōda a história eclesiástica, se nos apresentam sempre como homens sinceros e sérios, gozando de grande autoridade moral e venerados por sua santidade; e muitas selaram com o martírio a sua fé cristã. A tais homens é moralmente impossível atribuir, *a priori* e sem fundamento algum, uma tal impostura em assunto tão importante. E de fato, ninguém levantou nunca tal suspeita.

As testemunhas *hereges* e *pagãs* nenhum interêsse tinham em afirmar a autenticidade e autoridade dos nossos Evangelhos. Muito pelo contrário: combatidos e refutados por meio dêstes Evangelhos, em vez de afirmarem explicitamente que foram escritos por Apóstolos ou discípulos dos Apóstolos e de aduzi-los como livros de irrefragável autoridade, procurando, porém, com falsas interpretações, torcê-los em favor das suas doutrinas, teriam antes rejeitado a sua autoridade negando-lhes a autenticidade, se a tradição que encontraram tivesse deixado margem a qualquer dúvida.

b) *As testemunhas não se enganaram:*

1) *Pela antiguidade desta tradição.* — As testemunhas da autenticidade, como vimos, apelam sempre para uma tradição que remonta até aos tempos apostólicos e apontam como autores dos Evangelhos dois Apóstolos e dois discípulos e companheiros de Apóstolos. Ora, durante a vida dêstes autores, era impossível

estabelecer-se uma tradição errada: teriam êles reclamado logo, se lhes fôssem atribuídos livros que de fato não tinham escrito. Logo uma tradição que fôsse errada, não poderia remontar aos tempos apostólicos.

2) *Pela universalidade e constância desta tradição.* — Além de antiga, a tradição da autenticidade era também universal e constante. Em tôda a Igreja foram sempre os mesmos quatro Evangelhos, que eram reconhecidos por todos como os únicos autênticos; nem se encontra, em tôda a literatura antiga, vestígio algum de outros evangelhos recebidos oficialmente pela Igreja. Por outro lado, as testemunhas provêm de tôdas as partes do mundo cristão e, geralmente, não dependem uma das outras. Na hipótese de um engano, como explicar que tôdas estas testemunhas erraram *do mesmo modo*, apontando tôdas e sempre os mesmos quatro autores dos Evangelhos? como explicar que a Igreja universal, sempre vigilante, admitiu sempre êstes mesmos autores, sem que ninguém (cristão, herege ou pagão) percebesse nunca o engano e o desmentisse? A hipótese de um engano não explica a universalidade e constância da tradição.

3) Acrescentemos que muitas testemunhas foram discípulos dos próprios Apóstolos ou pelo menos muito próximos da era apostólica e, portanto, em ótimas condições de conhecerem os fatos. Algumas, como Ireneu e Clemente de Alexandria, empreenderam longas viagens do oriente ao ocidente para verificar a antiguidade e universalidade da tradição. Papias interrogou os discípulos dos Apóstolos, os anciãos e o próprio João. Nos anos em que se estava formando a tradição da autenticidade vivia ainda a geração dos numerosos discípulos dos Evangelistas. Ora não se pode dizer que seja coisa difícil saber se uma pessoa, com a qual convivemos ou da qual somos discípulos, escreveu ou não um livro; nem que seja mais difícil a alguém, que viveu com o autor de um livro, transmitir aos próprios discípulos o nome dêste autor. Logo, em tais circunstâncias, a hipótese de um engano universal e constante por parte de tôdas as testemunhas e da Igreja universal, não é apenas destituída de qualquer fundamento, mas se nos afigura como totalmente impossível e inaceitável.

c) *Os documentos não foram falsificados:*

Como vimos, muitas testemunhas, independentes entre si e espalhadas por todo o império romano, afirmam unânimemente e em numerosas obras a autenticidade dos quatro Evangelhos.

Supor que em todos êstes escritos a afirmação da autenticidade foi introduzida fraudulentamente por alguns desconhecidos, sem que ninguém percebesse e reclamasse, é querer admitir o impossível.

Supor uma conspiração universal para corromper todos êstes documentos, é supor o absurdo. A uma tal combinação criminosa não teriam aderido nem os pagãos e hereges, nem os cristãos, pois:

1) opõe-se a diversidade de interesses contrários entre os católicos de um lado e os hereges e pagãos do outro: combatidos e refutados por meio dos Evangelhos, como iriam os hereges e pagãos contribuir com o seu testemunho para conferir a êstes Evangelhos uma autoridade que não fôsse objetivamente irrecusável?

2) opõe-se a suma veneração em que eram tidos pelos cristãos os Evangelhos, por serem livros sacros e divinamente inspirados e lidos públicamente nas igrejas: desta veneração nascia nos pastores e fiéis um cuidado extremo em averiguar até à plena certeza quais eram os Evangelhos genuinamente apostólicos, e em distingui-los dos apócrifos que foram rejeitados;

3) opõe-se o amor e o culto dedicado pelos cristãos a Jesus Cristo, de quem queriam conhecer e conservar em sua pureza os fatos históricos da sua vida e a sua verdadeira doutrina: como iriam aceitar evangelhos cuja autenticidade não fôsse atestada senão por documentos falsos por êles próprios inventados?

Forçoso é, portanto, concluir que, na tradição da autenticidade dos nossos quatro Evangelhos, o êrro foi impossível. Por conseguinte, a única razão suficiente que pode explicar a origem, a propagação, a universalidade e constância desta tradição não é senão a realidade histórica da autenticidade dêstes Evangelhos. Negar esta autenticidade, seria, pois, negar o princípio de causalidade: seria admitir um efeito, negando a sua causa única suficiente; seria cair em contradição.

O próprio *Renan* se viu obrigado a confessá-lo: “Em suma, admito como autênticos os quatro Evangelhos canônicos. Todos êles, a meu ver, remontam ao primeiro século e são mais ou menos dos autores a quem os atribuímos.” (81)

54. I Objeção (contra o valor e a universalidade da tradição). — Essa tradição: a) não tem muito valor, porque os primeiros cristãos, homens incultos e destituídos de espírito crítico, eram inclinados a aceitar gregariamente e com demasiada facilidade tudo o que se lhes afirmava; — b) nem foi universal, porque as seitas não católicas admitiam outros evangelhos; e entre os próprios católicos, alguns dos evangelhos apócrifos foram considerados como autênticos.

Resposta. — a) Pode ser que os antigos não tenham possuído *cientificamente* tôda a arte metódica da crítica moderna. Ninguém, porém, lhes pode negar o senso crítico natural, plenamente suficiente para o nosso caso e do qual deram prova convincente. Tiveram entre as mãos os primeiros cristãos os nossos

(81) E. RENAN, *Vie de Jésus*, p. 23.

quatro Evangelhos? atribuíram-nos aos mesmos autores? Eis de que se trata.

Ora, para alguém saber se tem entre mãos um determinado livro, não se requer *ciência crítica* alguma; para saber com certeza quem é o autor dêste livro, poderá ser necessária esta ciência, se quem quer sabê-lo vive séculos depois da composição do livro como nós hoje; se, pelo contrário, é contemporâneo do autor, se o conhece, se vive com êle ou com quem viveu com êle, bastará uma simples constatação ou uma fácil averiguação. Estavam, portanto, os primeiros cristãos, mesmo os destituídos de ciência crítica, em condições muitos melhores do que nós hoje para dar uma resposta facilíma e certa a estas perguntas.

Que na constatação ou na averiguação não se deixaram levar por um espírito gregário e cego, mas usaram o seu senso crítico natural, é psicológica e historicamente evidente:

psicologicamente, porque esta tendência cega para o cristianismo não existia: nem universalmente, pois muitos judeus e pagãos não se converteram; nem entre os primeiros cristãos, pois tinham nascido e tinham sido educados no judaísmo ou no paganismo, dos quais o cristianismo exigia a renúncia com muitos sacrificios;

historicamente, porque consta, pelas obras chegadas até nós, que nem todos eram incultos, mas havia entre os cristãos como entre os pagãos do I e do II séculos homens cultos, investigadores da história e das tradições; consta que desde o início os bispos, seguindo os conselhos dos Apóstolos (82), tiveram o máximo cuidado em distinguir os nossos quatro Evangelhos, os únicos sempre tidos por autênticos, dos muitos apócrifos que corriam pelo mundo cristão e que nunca foram aceitos pela Igreja.

b) Por si, basta o consenso da Igreja católica para constituir uma tradição constante, que prova a autenticidade dos Evangelhos. De fato, porém, como vimos [ns. 47 - 48], esta autenticidade era reconhecida também pelos hereges e pelos pagãos. Portanto, a tradição era também universal. Se um ou outro evangelho apócrifo sem nenhuma tendência herética era lido em particular pelos cristãos, não se tratava de uso generalizado nem oficializado, nem era êste evangelho tido como canônico ou cedo deixou de sê-lo. (83)

55. II Objeção (contra a autenticidade joanina do IV Evang.).

— A tradição universal da autenticidade joanina do IV Evangelho está fundada no testemunho de Ireneu. Esse testemunho, por sua

(82) Por ex., *I aos Tessal.*, V, 21: "Examinai, porém, tudo: re-tende o que fôr bom."; — *I João*, IV, 1: "Caríssimos, não deis fé a qualquer espírito, mas examinai se os espíritos são de Deus, porque muitos falsos profetas se levantaram no mundo". Veja também *infra*, n° 112, 3° o culto pela tradição apostólica.

(83) MORS, *op. cit.*, p. 182.

vez, está fundado em Papias, o qual atribuiu o IV Evangelho a um certo João, Presbítero efesino. Comentando um texto em que Papias indica a proveniência dos seus ensinamentos, Eusébio o interpretou como aludindo a dois João distintos: o Apóstolo João e João o Presbítero (*Hist. Eccles.*, III, 39, 4-6; MG 20, 295-298), e concluiu que Papias fôra ouvinte de João o Presbítero e não do Apóstolo João, como afirmou Ireneu, que, confundindo o Presbítero com o Apóstolo, atribuiu ao Apóstolo o que era do Presbítero. Logo o testemunho de Ireneu, baseado neste equívoco, é sem valor, como também tôda a tradição sucessiva que dêle depende. Assim afirma a crítica racionalista e liberal, fazendo côro com o apóstata Loisy (*Le quatrième évangile*, 2ª edic., Paris 1921, p. 38).

Resposta. — 1) É falso que tôda a tradição não seja senão o eco do testemunho de Ireneu (ca. 185). Certamente não deriva de Ireneu o testemunho do Fragmento muratoriano, que representa a tradição da Igreja de Roma; nem o de Clemente Alexandrino, que representa a tradição do Egito e que apela para a "tradição dos antigos presbíteros" (*apud* Eusébio, *Hist. Eccles.*, VI, 14, 5). Nem foi Ireneu que influenciou Taciano para incluir no seu *Diatéssaron* (a. 172), o evangelho de João entre os quatro únicos que continham a tradição apostólica. Muito menos pôde influenciar o herege Marcion, que pelos anos 140-150 (quando Ireneu era ainda uma criança), em Roma, admitia a origem apostólica do IV Evangelho. (84) Já antes de Ireneu, portanto, reinava incontestada essa tradição universal.

2) Nenhum escritor dos dois primeiros séculos conheceu um Presbítero João distinto do Apóstolo. *Policrates*, oitavo bispo da sua família e portanto herdeiro de antigas tradições, pelo ano 190, como bispo de Éfeso e em nome dos outros bispos da Ásia, numa carta escrita ao Papa Vitor I, enumerando os homens insignes da Igreja da Ásia Menor, nenhuma menção faz dêste "Presbítero João", mas tão sòmente do Apóstolo João, "aquêle que reclinou a cabeça sôbre o peito do Senhor... e que faleceu em Éfeso". (*Apud* Eusébio, *Hist. Eccles.*, V, 24; MG 20, 494). O único que, antes de Eusébio, pensou na existência de um duplo João, foi *Dionísio de Alexandria*, na metade do III século. Atribuiu, porém, o IV Evangelho ao Apóstolo e não ao Presbítero. (*Ibid.*, VII, 25, 7-16; MG 20, 698-703). (85)

(84) Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, pp. 132-134.

(85) Para refutar pela base os que defendiam o Milenarismo apelando para textos do *Apocalipse*, pensou Dionísio que o melhor meio seria negar a autenticidade apostólica dêste livro. Daí a sua tendência em contrapor a João Apóstolo um presbítero do mesmo nome, que seria o autor do *Apocalipse*. Foi provávelmente a influência de Dionísio, de quem era grande admirador (veja-se o prólogo do VII livro da *Hist. Eccles.*), que levou Eusébio a ver no texto de Papias a menção de um duplo João, como admitiu, também, a opinião de Dionísio acêrca da existência em Éfeso de dois túmulos atribuídos cada qual a um João (*Hist.*

3) O texto de Papias comentado por Eusébio pode muito bem e parece que deve ser entendido como mencionando um único João, o Apóstolo. Com efeito:

a) Nesse texto [cfr. supra, nº 50], indica Papias uma dupla fonte oral a que hauriu os seus ensinamentos sobre Cristo. Uma, constituída por *discipulos* dos Presbíteros, que êle costumava interrogar quando passavam por Hierápolis: por meio dêles soube o que "acêrca do Senhor *tinham narrado*" êstes presbíteros, que eram os Apóstolos André, Pedro, Felipe, Tomé, Tiago, João, Mateus, ou algum outro dos "discipulos do Senhor". Outra, constituída por Aristião e por João o Presbítero, ambos discipulos imediatos de Cristo e ainda então sobreviventes: dêles ouviu diretamente o que *diziam*. (86)

b) Os epítetos "o presbítero" e "discípulo do Senhor", dados a João o Presbítero, não exigem necessariamente uma distinção entre êste e o Apóstolo João, pois no mesmo texto os sete Apóstolos antes nomeados, e entre os quais João, são chamados também êles "presbíteros" e "discipulos do Senhor".

c) Por isso, o sentido do trecho pode muito bem ser o seguinte: Soube Papias o que os Apóstolos (André, Pedro, João...) *tinham ensinado* antes por meio dos discipulos que passaram por Hierápolis, e soube o que Aristião e João, supérstite aos outros Apóstolos, *ensinavam então* por ouvi-lo diretamente.

d) Esta interpretação é confirmada pelo fato certo de João Apóstolo ter sobrevivido a todos os outros Apóstolos e discipulos imediatos de Cristo, de modo que lhe convinha de maneira especial o titulo de "O Presbítero, O Ancião" por excelência; e é com êsse titulo de "O Ancião" que o próprio João se apresenta na sua 2ª e 3ª epístolas. (87)

Eccles., III, 39. 6 e VII, 25, 16: MG 20, 296-8 e 698-703). — Porém, em outro lugar (*Chronicorum* l. II. ad annum 100: MG 19, 551), afirma Eusébio explicitamente que Papias foi discípulo de João Apóstolo, sem o mínimo aceno a outro João. (Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 91, 210-211, 214-215).

(86) Essa distinção de tempos (*narraverint, dicant*) indica claramente que Aristião e João o Presbítero viviam ainda quando Papias fazia as suas indagações; não se refere ao momento em que Papias escrevia a sua obra, pelos anos 120-130.

(87) Contra êste fato foi levantada por ED. SCHWARTS, em 1904, uma objeção, que os adversários da autenticidade do IV Evangelho não deixaram de aproveitar: o apóstolo João teria sido martirizado juntamente com seu irmão Tiago, pelo ano 44 na perseguição de Herodes Agripa. — Uma tal afirmação é "um desafio à história", diz DE GRANDMAISON (*op. cit.*, I, pp. 146-154). De fato: a) os *Atos dos Apóstolos*, ao narrarem o martírio de Tiago (XII, 2), nenhuma alusão fazem à morte do seu irmão João. Se também êle tivesse sido martirizado, êste silêncio seria inexplicável, pois João era, então, com Pedro a personagem mais importante da comunidade cristã de Jerusalém; — b) S. Paulo, na sua *Epist. aos Gálatas*, (II, 9), conta como na sua segunda viagem a Jerusalém, dezessete anos depois da sua conversão, por-

4) Por conseguinte, pode muito bem Papias ter sido "discípulo querido de João" (Apóstolo), como afirma o Prólogo latino [nº 50.c]. E quando Ireneu (*Adv. Haer. V, 33, 4; MG 7, 1214*) atesta que Papias foi "ouvinte de João e companheiro de Policarpo", entendendo designar João o Apóstolo, dificilmente se pode admitir que tenha feito confusão com outro João. Com efeito, na sua mocidade Ireneu fôra discípulo de Policarpo e deve ter sido dêle que soube estas particularidades acêrca de Papias. Ora Policarpo foi certamente discípulo de João Apóstolo [nº 43] e falava freqüentemente das suas conversações com êle. Não podia, portanto, confundi-lo com outro João. Logo está longe de ser provada esta confusão atribuída a Ireneu.

5) Mesmo, porém, que Ireneu se tivesse enganado acêrca das relações de Papias com um dos dois homônimos, o seu testemunho sôbre a autenticidade joanina do IV Evangelho não ficaria por isso enfraquecido, porque não está baseado unicamente em Papias, mas "é o eco das Igrejas da Ásia, onde Ireneu passou os seus primeiros anos e com as quais permaneceu sempre em relação, e também da tradição da Igreja Romana, que visitou pessoalmente" (*Huby — Léon-Dufour, op. cit., p. 229*).

6) Aliás, o próprio Eusébio, apesar de distinguir um João de outro e de pensar que Ireneu se enganara, mantém firmemente a autenticidade apostólica do IV Evangelho.

7) Logo, mesmo que João o Presbítero fôsse distinto de João Apóstolo — o que não está provado, como vimos — o valor da tradição universal, quando atribui o IV Evangelho ao Apóstolo João, filho de Zebedeu, permanece absolutamente intata e o argumento histórico continua sólido e firme. (*Denz. 2110*). (88)

tanto muito depois do ano 44, conferenciou com Tiago (o irmão do Senhor) e com Pedro e João; — c) o IV Evangelho (XXI, 20-24) atesta que seu autor, "o discípulo que Jesus amava", teve uma longevidade célebre entre os cristãos. — Por outro lado, os motivos aduzidos em abono dêste pretendido martírio de João nada provam: a profecia feita por Cristo aos dois filhos de Zebedeu (*Mc X, 39*) não implica necessariamente o martírio, pois a metáfora "beber o cálice" pode significar, simplesmente, uma participação mais geral a provações e tribulações; o fragmento do segundo livro de Papias, do século VII ou VIII, além de conter interpolações, não diz que os dois irmãos tenham morrido no mesmo ano; os textos dos dois martirologios, o siríaco e o armênio, provam que João e Tiago foram unidos numa mesma solenidade litúrgica (27 ou 28 de dez.), e não num martírio comum, e, provavelmente, como se depreende do martirologio cartaginense (posterior aos outros de um século, mas apresentando um texto mais primitivo), se referiam a João Batista e não a João Evangelista. Cfr. HUBY, *op. cit.*, pp. 292-296; ZEDDA, *op. cit.*, pp. 212-213; *Dict. de la Bible, Supplément*, art. *Jean (Évangile de Saint)*, Vol. IV, col. 837; Vol. II, col. 1281-1283; *La Sainte Bible* (Pirrot) vol. X, pp. 299-303.

(88) "Por unanimidade moral, a autenticidade do IV Evangelho foi afirmada desde os primeiros tempos do cristianismo até ao princípio do século XIX, por escritores de tôdas as escolas, católicos e acatólicos,

B. — CONFIRMAÇÃO PELA CRÍTICA INTERNA

56. O método da crítica *interna* consiste:

a) em *analisar* o conteúdo de um livro, o estilo, as descrições dos costumes das regiões, as personagens citadas, etc., recolhendo numerosos pormenores e minúcias, que são como outros tantos vestígios deixados pelo autor na sua obra;

b) em *comparar*, em seguida, êstes dados colhidos com tudo o que apresentam a história e a crítica externa acêrca do autor, do tempo em que escreveu, dos lugares e costumes que descreveu...

Aplicando êste método aos nossos quatro Evangelhos, encontramos uma esplêndida *confirmação* de tudo o que a crítica externa já nos demonstrou, quer quanto à *época* em que foram escritos, quer quanto à *individualização* do autor de cada Evangelho.

I. — *Quanto à Época.* — Escritos para nos dar uma narração acêrca da vida e dos ensinamentos de Cristo, e não com a finalidade de nos descrever o ambiente judaico em que viveu, os Evangelhos contudo mencionam — como que incidentalmente, mas sempre com tôda a exatidão e freqüentemente com pormenores e circunstâncias mínimas — fatos concretos e particulares, as condições políticas, históricas, sociais, geográficas e topográficas da Palestina, tais como eram no tempo de

ortodoxos e heterodoxos. Em 1820, Bretschneider lançou a idéia da inautenticidade, no intuito, dizia êle, de provocar um estudo mais sério da questão. Refutaram outros autores as dúvidas suscitadas e êle retratou-se, declarando haverem sido os seus argumentos vitoriosamente rebatidos. A negação, porém, foi logo perfilhada por quantos tinham interesse em eliminar o grande Evangelho da Divindade de Cristo. No entanto veio o estudo mais sério provocado por Bretschneider, e nos tempos modernos, além de todos os críticos católicos, a autenticidade do IV Evangelho é defendida por uma plêiade inumerável dos mais célebres críticos de outras escolas, racionalistas e protestantes de todos os matizes". LEONEL FRANCA, *Relíquias de uma polémica*, pp. 146-147 (*Obras Completas*, vol. III: *Polêmicas*, 2.^a edic., p. 347), onde enumera em seguida mais de sessenta autores, todos acatólicos e modernos, que defendem a autoria joanina do IV Evangelho. E êste número desde então (1926) não cessou de aumentar, principalmente depois que os novos achados da arqueologia fizeram desmoronar definitivamente, as hipóteses arquitetadas acêrca da data da composição do IV Evangelho.

A história da crítica joanina neste século foi escrita por W. F. HOWARD, *The Fourth Gospel in recent Criticism and Interpretation*, 4.^a ed., London 1955.

Cristo, sem cair em nenhum êrro, apesar da complexidade e da variabilidade de muitas destas condições. Por ex:

a) Indicam quem governava em cada período da vida de Cristo: ao nascimento, o cruel Herodes o Grande; na volta do Egito, Arquelau, filho de Herodes, na Judéia, não porém na Galiléia, e por isso a Sagrada Família foi estabelecer-se em Nazaré; nos anos da vida pública, como tetrarca da Galiléia, um outro Herodes, que mandou prender e degolar João Batista e que vivia com Herodiade, espôsa de seu irmão Filipe, tetrarca da Ituréia e da província de Traconites; sendo Lisânias tetrarca da Abilina, Pôncio Pilatos governador romano na Judéia e sumos sacerdotes Anaz e Caifaz.

b) Apresentam um quadro vivo e exato da *vida social e dos costumes dos Judeus*, antes da dispersão no ano 70: as seitas dos fariseus e dos saduceus são freqüentemente mencionadas com as suas particularidades na interpretação da Lei, suas ostentações, suas divergências doutrinárias (89); são também referidos o ódio dos Judeus para com os romanos, o seu deprêzo dos publicanos, coletores dos impostos, a aversão e separação existentes entre judeus e samaritanos, as várias moedas para os tributos aos Romanos e ao Templo, a estadia de Pilatos e de Herodes em Jerusalém, por ocasião das festas da Páscoa, apesar de residirem respectivamente em Cesaréia e na Galiléia.

c) Conhecem perfeitamente a Galiléia, o lago de Genezaré e as aldeias situadas nas suas margens, a Judéia, a topografia de Jerusalém, a torrente de Cedron, o monte das oliveiras, as distâncias entre os vários lugares, etc.

Na *Antiguidades Judaicas* e na *Guerra Judaica* de Flávio Josefo encontra-se a confirmação explícita de tôdas estas descrições evangélicas (90), que acuradas investigações recentes vieram mais uma vez comprovar.

Ora, um conhecimento tão minucioso e exato e que aparece como tão familiar aos autores dos Evangelhos, só se pode explicar em quem viveu neste ambiente e tomou parte nos fatos narrados. Tanto mais que, depois da invasão da Palestina pelos romanos, da destruição de Jerusalém e de numerosas cidades e da dispersão dos Judeus, as condições da vida social pública e particular foram totalmente mudadas. Sòmente

(89) Depois das recentes descobertas de preciosos manuscritos numas grutas da Palestina, perto do Mar Morto, fala-se muito dos *Essênios*, dos quais nada refere o Evangelho, porque viviam retirados e separados de todos. Cfr. infra, n° 130.

(90) Para a indicação das referências, veja MORS, *op. cit.*, pp. 155-157.

pesquisas muito acuradas, de que eram evidentemente incapazes os autores dos Evangelhos, teriam podido reconstituir as condições precedentes.

— Logo, a crítica interna confirma plenamente que os Evangelhos foram escritos na época indicada pela crítica externa. Os três primeiros, *Mt*, *Mc* e *Lc*, referindo as predições de Cristo acêrca da destruição de Jerusalém e do Templo, sem mencionar a sua realização, foram certamente escritos antes do ano 70.

II. — *Quanto à Individualização dos Autores.* — Para cada Evangelista, indicaremos as principais características apontadas pela crítica externa, pondo entre parêntesis os nomes dos autores citados nos nº 38 a 51 que as afirmam. A confirmação será obtida constatando que estas características se verificam no conteúdo do seu Evangelho.

MATEUS, autor do I Evangelho

57. A crítica externa é unânime em afirmar que o autor do I Evangelho foi *Mateus*, chamado também *Leví* (*Mc. Lc, Jerônimo*), judeu, que antes de ser apóstolo foi coletor dos impostos (*Orígenes*) (91). Enquanto evangelizava os Hebreus, escreveu o seu Evangelho na Palestina (*Ireneu, Eusébio*) para os judeus neo-convertidos (*Orígenes, Jerônimo*), em aramaico (*Papias, Orígenes, Eusébio*). A análise interna confirma estas afirmações.

Ao ler o primeiro Evangelho percebe-se claramente que o autor devia ser:

1) *judeu de origem*, pois:

a) conhece perfeitamente o A. T. e, como todos os judeus, reconhece-lhe autoridade divina e o cita muitas vêzes, frequentemente segundo o texto hebraico;

b) a própria tradução grega que possuímos do primeiro Evangelho contém ainda numerosos hebraísmos, têrmos e ex-

(91) Para os judeus, o coletor de impostos, que lembrava a odiada ocupação dos romanos pagãos e idólatras, tornava-se culpado, além de furto, do crime de lesa pátria e lesa religião. Por isso, era chamado publicano, i.é, pecador público por antonomásia e excluído das comunidades religiosas. — Não sabemos ao certo onde exerceu *Mateus* o seu apostolado depois da dispersão dos Apóstolos. Segundo a tradição mais antiga, teria ido pregar o evangelho na Arábia, na Pérsia e na Etiópia, onde foi morto à espada enquanto celebrava a santa Missa. Seu corpo foi transportado para Salerno, onde ainda hoje é venerado. A Igreja celebra a festa de S. Mateus a 21 de setembro.

pressões de uso exclusivamente judaico (por ex., “a cidade santa” para designar Jerusalém; “o lugar santo” para indicar o Templo);

2) *judeu da Palestina*, pois:

a) conhece perfeitamente tôda a região, principalmente a Galiléia e Cafarnaum, onde arrecadava os impostos;

b) descreve com exatidão as condições: *geográficas*, como o deserto da Judéia (III, 1), a localização de Cafarnaum nos confins de Zabulon e de Neftalim (IV, 13 e 15), nas margens do lago onde as tempestades são terríveis (VIII, 24), etc.; *políticas*, citando o rei Herodes, Arquelau, o tetrarca Herodes, Caifaz, Pilatos; *religiosas*, com as várias facções dos fariseus, saduceus, herodianos;

c) cita várias expressões próprias dos palestinos, como *raca*, *fátuo*, *réu do juízo*, *réu do conselho*, *réu da geena do fogo*...

3) *apóstolo e o próprio Mateus*, pois:

os fatos e os discursos de Jesus são narrados com tal precisão e riqueza de pormenores, que denotam uma testemunha visual; Mateus fôra coletor de impostos, e o autor do primeiro evangelho fala em termos técnicos das moedas próprias para os diversos impostos e tributos (por ex., XVI, 22; XXII, 19-20);

4) que escreveu *para judeus neo-convertidos* da Palestina, pois:

a) usa expressões tipicamente semíticas e judaicas, como *reino dos céus* (92), *a carne e o sangue*, “*jugo*” no sentido de doutrina, *ligar e desligar*, *portas do inferno*...; alude frequentemente a usos e costumes sociais, jurídicos e familiares dos judeus, sem dar explicações; nem explica tão pouco os termos aramaicos, supondo-os conhecidos dos seus leitores, como *rabbi*, *mamona*, *geena*, *raca*, *carbona*;

b) trata de assuntos de especial interesse para judeus, *ufanos pelo passado religioso do seu povo*, por ex.: indica

(92) Pela reverência que tinham ao nome de Deus, os judeus diziam “reino dos céus”, em vez de “reino de Deus”. Marcos e Lucas, que não escreveram os seus evangelhos diretamente para os judeus, empregam sempre a segunda expressão. Mateus, pelo contrário, emprega 32 vezes a primeira, e as 4 ou 5 exceções em que encontramos a segunda são talvez devidas ao tradutor grego. (RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 131).

a genealogia de Cristo, descendente de Davi e de Abraão (I, 1-17); põe em relêvo a relação de continuidade com a Lei Antiga, que a Nova não veio abolir, mas aperfeiçoar e completar (Sermão da montanha, nos cap. V, VI e VII); lembra os privilégios e favores divinos concedidos ao povo de Israel, bem como a sua precedência no anúncio da "boa nova" (X, 5-6; XV, 24);

c) prova a messianidade de Cristo principalmente por um argumento de especial valor e aprêço entre os judeus: pelas profecias messiânicas do A.T., tôdas realizadas em Cristo (92a).

d) escreveu para Judeus *já convertidos*, pois: são libertados das superestruturas e subtilezas rabínicas acrescentadas à Lei e das tradições intoleráveis inventadas e impostas pela Sinagoga; são avisados de se guardarem da hipocrisia dos escribas e fariseus, contra os quais refere as terríveis maldições de Cristo. (93)

Como se vê, o conteúdo do primeiro Evangelho condiz perfeitamente com as afirmações da crítica externa.

58. Destinatários imediatos. — Como atesta a tradição antiga e a análise interna confirma, Mateus escreveu seu Evangelho enquanto pregava na Palestina e o destinou direta e imediatamente aos *Judeus convertidos*.

Este caráter semítico e palestinese do primeiro Evangelho é revelado também pela índole da ordem interna seguida na sua composição i. é. pela estrutura e articulação dos discursos e dos fatos. Como já notara Papias [nº 50. a], segue *Mateus* uma "coordenação" lógica e sistemática, então característica do ensino rabínico na Palestina, e que consistia em agrupar discursos e fatos segundo determinados números (três, cinco, sete, dez), tendo em vista uma utilidade prática mnemônica. Assim em *Mt.*, além do prólogo (I e II) e do epílogo (XXVI-XXVIII) que contêm respectivamente a narração da Infância de Jesus e da sua Paixão e Ressurreição, encontramos os fatos e ensinamentos de Cristo reunidos em cinco grandes grupos ou seções (III - VII, VIII - X, XI - XIII, XIV - XVIII, XIX - XXV), cada uma das quais começa com a narração de alguns fatos, seguida de uns discursos, e termina com a fórmula: "E aconteceu que tendo Jesus terminado estas palavras..." Há também numerosos exemplos de agrupamentos por

(92a) Por ex., I, 22-23; II, 5-6, 15, 17-18, 23; III, 8; IV, 15-16; VIII, 17; XI, 10; XII, 18-21; XIII, 14, 35; XXI, 4-5.

(98) *Mt.* IX, 14-17; XII, 1-13; XV, 1-20; — VII, 15; XV, 14; XVI, 6 e 12; — XXIII, 13-16, 23-29. — Cfr. HUBY, *op. cit.*, p. 105-121.

três, como no sermão da montanha, ou por sete, como os sete pedidos do *Pater noster*, as sete parábolas do cap. XIII, as sete maldições contra os Fariseus no c. XXIII, etc. (94)

59. Finalidade direta. — É evidente que Mateus intenta referir ensinamentos e ações de Jesus Cristo: seu fim, portanto, é histórico. Porém, com a sua coordenação e sistematização racional, visa também uma finalidade diretamente teológica e apologética. Quer fortalecer na fé de Cristo os judeus convertidos, fornecendo-lhes argumentos justificativos da sua conversão e eficazes contra os ataques da Sinagoga e as dificuldades dos Judeus ainda não convertidos.

Para êste fim, apresenta em Jesus de Nazaré o *autêntico Messias descrito no A. T.*: o doutor e o promulgador da Lei Nova, o taumaturgo, o salvador do seu povo, o fundador da Igreja o reino messiânico; numa palavra, Aquêle de quem falaram os profetas, o "*qui venturus est*" prometido (Mt XI, 3), em quem se realizaram as profecias messiânicas. É, pois, Mateus o arauto da messianidade de Cristo, e o esquema da sua argumentação poderosa "faz dêle o apologista de Jesus mais formidável em defesa dos que passam da Sinagoga para a Igreja". (95)

Não deixa, porém, de relevar também a *divindade* de Jesus Cristo, principalmente em quatro episódios narrados no seu Evangelho: a ação de graças do c. XI, 25-27, na qual Cristo nos revela o mútuo e transcendente conhecimento existente entre Ele e seu Pai, impossível sem a consubstancialidade de natureza; em Cesaréa de Felipe, a confissão de Pedro proclamando a filiação divina de Cristo (XVI, 16); a solene e explícita afirmação de Cristo perante o Sinédrio, na noite da sua Paixão (XXVI, 63-64): a unidade de natureza do Filho com o Pai e o Espírito Santo significada na fórmula trinitária imposta por Cristo para o batismo (XXVIII, 18-20).

60. Universalismo do I Evangelho. — Apesar de destinado imediatamente aos Judeus convertidos da Palestina e da precedência nêle concedida ao povo de Israel quanto ao anúncio da "boa nova" (X, 5-6; XV, 24), o Evangelho de Mateus se manifesta rigorosamente universalista. É o Evangelho do reino messiânico, cujo "campo é o mundo" (XVIII, 38); é a "boa nova", que será pregada "em todo o mundo" (XXVI, 3), "em todo o orbe, para testemunho a tôdas as nações" (XXIV, 14). É o Evangelho da Igreja, o Evangelho católico por excelência. A

(94) Cfr. RICCIOTTI, *op. cit.*, nºs 114, 116 e 126; ZEDDA, *op. cit.*, pp. 120-122 e 128.

(95) A. GUIDETTI, *Gesù Messia*, p. 48. Neste trabalho, o autor põe em plena evidência a concatenação lógica existente em todo o Evangelho de Mateus, na demonstração da messianidade de Cristo. Estudo idêntico fez, também, em outros livrinhos, com relação à tese própria de cada um dos outros três Evangelistas: *Gesù Dio*, *Gesù Salvatore*, *Gesù Figlio di Dio*. (Edição "Lecture", Milano).

palavra "Igreja" só se encontra em *Mt* (XVI, 16; XVIII, 17). Cristo instituiu a sua Igreja não apenas para Israel, mas para tôdas as gentes, que acorrerão numerosas (VIII, 11; XIII, 18). Encerra-se *Mt* com o quadro imponente, no qual Cristo glorioso, na plenitude do seu poder sôbre o céu e a terra, envia solenemente os seus Apóstolos a tôdas as nações (XXVIII, 18 - 20).

Não é, pois, de admirar que *Mt* tenha sido o Evangelho mais freqüentemente citado e o mais amplamente comentado na Igreja, desde os primeiros séculos.

61. *Lingua original e Tradução grega.* — Destinado diretamente aos Judeus, o primeiro Evangelho foi escrito na "língua dêles" (Ireneu), na "língua hebraica" (Orígenes), no "dialeto hebraico" (Papias), i. é, em aramaico, que foi a língua em uso na Palestina desde o V século antes de Cristo até ao II da nossa era. A índole hebraica do *Mt* e o fato de ser êle o único que cita o A. T. segundo o texto hebraico (96), vêm confirmar esta antiquíssima tradição.

Documento escrito na Palestina por uma testemunha ocular dos fatos e, possivelmente, por encargo recebido dos outros Apóstolos (97), enquadrado nas linhas mestras do ensino oral oficial, *Mt* devia necessariamente gozar de um valor singular, como síntese a mais completa e abalizada para a iniciação e a catequese dos neófitos. Era, portanto, destinado a ter a mais larga difusão.

No início, porém, a língua original em que fôra escrito, pouco conhecida ou totalmente ignorada fora da Palestina e das colônias dos judeus da *Diáspora*, constituía um obstáculo a êste uso e a esta difusão. Atesta-nos Papias, que desde logo "cada um procurou interpretá-lo segundo a sua capacidade", dando a entender que estas tentativas não foram tôdas conduzidas com adequada

(96) Sòmente as citações comuns a *Mt*, *Mc* e *Lc* são feitas segundo a versão dos Setenta: o que parece indicar ter sido o tradutor grego quem, para maior uniformidade literária, substituiu a fórmula do texto hebraico pela fórmula dos Setenta, em uso na catequese oral e em *Mç* e *Lc*, de que, provavelmente, se serviu para a sua tradução. Cfr. MORS, *op. cit.*, p. 183.

(97) Com a crescente difusão da "boa nova" devia ter-se tornado evidente a oportunidade de um documento escrito, no qual a catequese oral dos Apóstolos fôsse ampla e oficialmente reunida. Por outro lado, no Colégio Apostólico, a habilidade escriturária do ex-publicano, habituado a manter em dia e em ordem a escrita dos impostos que cobrava, devia conferir a Mateus uma vantagem técnica sôbre os outros Apóstolos. Daí, talvez, a sua escolha para compor a primeira síntese oficial da pregação apostólica. RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 126.

Quanto às fontes de *Mt*, além do patrimônio de experiências e de lembranças, adquirido por Mateus na sua longa convivência com Jesus, e da catequese oral, que constituem as fontes mais importantes, não é improvável que tenham sido utilizados, também, alguns escritos, contendo: uma genealogia de Jesus, uma coleção de suas palavras, de testemunhos do A. T. e de refutações das calúnias lançadas então contra Cristo e os Apóstolos. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 122-124.

perícia. Mas a Igreja, que tinha coberto com a sua autoridade o escrito original de Mateus, devia também vigiar sobre as traduções. Antes do fim do I século, oficializou uma: é o texto grego chegado até nós, o único que encontramos usado desde os primeiros anos pela Igreja, pelos escritores eclesiásticos e pelos Santos Padres.

Quem foi o autor dessa tradução? Ignorava-o já S. Jerônimo (*De Viris Illustr.*, 3) e ignoramo-lo ainda. O fato, porém, de ter sido esse texto grego reconhecido como o verdadeiro Evangelho de Mateus e colocado, com os outros Evangelhos, no cânon dos livros inspirados, prova que a Igreja e os autores mais antigos tinham a plena certeza da *identidade substancial* desse texto com o original aramaico, i. é, que *êle reproduzia fielmente as doutrinas de fé e de moral* contidas no original que Mateus escrevera sob a inspiração divina. (98)

De fato, o texto hebraico não desapareceu logo nos primeiros anos após a sua divulgação, pois era em uso nas comunidades cristãs da Palestina e muito provavelmente nos grupos de judeus convertidos que juntamente com os étnico-cristãos constituíam as Igrejas das principais cidades do império. De modo que muitos dos primeiros cristãos, entre os quais o Apóstolo S. João, conheceram certamente *Mt* no texto hebraico e na sua tradução grega.

(98) Cfr. Resposta da *Comissão Bíblica*: DENZ. 2152. — Tendo certamente, em mira a catequese prática universal, o tradutor — salvando sempre a identidade substancial, o sentido fundamental e a unidade doutrinária e literária que caracterizava o original — adaptou provavelmente algumas expressões, que podiam ser mal entendidas por leitores não judeus, avizinhando-as àquelas que encontrou usadas nos lugares paralelos de *Mc* e de *Lc*, escritos em grego e reproduzindo mais diretamente as catequese de Pedro e de Paulo: o que imprimiu uma certa uniformidade literária a esses três documentos, que representavam a catequese fundamentalmente única. Esta independência de um servilismo verbal na tradução é encontrada, igualmente, nas próprias narrações evangélicas. Assim, vemos diferenças *verbais* entre elas ao referirem um texto rigorosamente determinado na sua expressão (por ex., o título que Pilatos mandou afixar na cruz de Cristo: *Mt*. XXVII, 37; *Mc* XV, 16; *Lc* XXIII, 38; *Jo* XIX, 19), ou palavras precisas pronunciadas por Cristo uma única vez (por ex., as diferenças entre os Sinópticos e S. Paulo na I aos Coríntios, XI, 24-26, acêrca das palavras de Cristo na instituição da Eucaristia).

Daí o princípio importantíssimo na interpretação dos Evangelhos, já enunciado por STO. AGOSTINHO: "De tais expressões dos evangelistas, diferentes não, porém, contrárias, aprendamos uma coisa deveras utilíssima e necessária, a saber: que nas palavras de cada um não devemos atender senão à intenção (que teve), e que alguém não mente quando exprime com outras palavras aquilo mesmo que quiz dizer outro de quem não refere as próprias palavras..." (*De consensu Evangel.* II, 28). Fica assim autenticamente refutado o culto da palavra materialmente considerada, que a Reforma protestante havia de promover. RICCIOTTI, *op. cit.*, pp. 128-130.

(99) Nunca teriam admitido esta última como genuíno evangelho de Mateus, se não a tivessem achado idêntica com o texto hebraico. Temos disso uma garantia absoluta na cuidadosa e contínua vigilância da Igreja universal, comprovada pelo rigor com que rejeitou os evangelhos apócrifos.

62. *Data da Composição do I Evangelho.*

1. — O original aramaico de *Mt.*, segundo a tradição constante (100), é cronologicamente, dos quatro Evangelhos canônicos, o primeiro que foi publicado. Segundo a mesma tradição, *Mc* é anterior a *Lc.*, que por sua vez é anterior aos *Atos dos Apóstolos*, e estes não podem ser posteriores ao ano 63 [cfr. infra. nº 69]. Logo é certo que Mateus escreveu o seu original antes do ano 60.

O ano 42, indicado por alguns autores, apoiados num texto bastante vago de Eusébio (101), embora possa ter a sua probabilidade, é problemático, depende da data muito incerta em que os Apóstolos, e Mateus em particular (102), saíram da Palestina para ir pregar às gentes.

Se fôsse provado que as duas Epístolas de S. Paulo aos Tessalonissenses dependem de *Mt.*, como avançaram alguns autores, o original de *Mt* deveria ser anterior ao ano 51. Porém, a finalidade direta do primeiro Evangelho e a sua indole contrária à Sinagoga (nº 59) melhor se explicam numa época em que a hostilidade judaica contra os cristãos se tornara aguda, como aconteceu depois das primeiras missões de Paulo entre os pagãos (anos 45-48) e as decisões favoráveis aos pagãos convertidos emitidas pelo Concílio de Jerusalém, no ano 49-50. (103)

Por isso, podem ser considerados como muito prováveis os anos 50 a 55. (104)

(99) Cfr. MORS, *op. cit.*, p. 184. — Afirma S. JERÔNIMO que no seu tempo existia ainda o texto hebraico na biblioteca de Cesaréia e que êle próprio obteve dos Nazarenos de Beréia, cidade da Síria, os quais usavam o mesmo texto, a licença de o examinar e descrever. (*De Viris Illustribus*, c. 3: ML 23, 643).

(100) IRENEU, *Adv. Haer.*, III, 1, 1: MG 7, 844. — ORIGENES, *In Mt. comment.*, apud EUSÉBIO, *Hist. Eccles.* VI, 25: MG 13, 829; 20, 581; R 503. — O *Cânon Muratoriano*, os títulos dos *Códices*, as *versões* antiquíssimas, os *Catálogos* etc. — DENZ. 2149 e 2159.

(101) "Mateus, depois de ter evangelizado os hebreus, deixou-lhes o Evangelho escrito e foi levar a fé aos pagãos". (*Hist. Eccles.*, III, 24: MG 20, 265).

(102) O fato de Mateus não estar mencionado *explicitamente*, nem nos *Atos* (XV, 1-29) nem na *Epist. aos Galatas* (II, 9), entre os Apóstolos que tomaram parte no Concílio de Jerusalém (a. 49-50), não prova necessariamente que não estivesse realmente presente.

(103) Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, p. 130.

(104) *Obietam* o texto de IRENEU (*Adv. Haer.*, III, 1, 1), onde afirma que Mateus escreveu o seu Evangelho "enquanto Pedro e Paulo evangelizavam em Roma e aí fundavam a Igreja". Ora Paulo não foi a Roma antes do início do ano 61. Logo *Mt* teria sido escrito depois dessa data. Mas uma tal interpretação do texto de Ireneu está longe de se impor (DENZ, 2150). De fato, como parece indicar a tradição

2. — O texto grego de *Mt* supõe um suficiente lapso de tempo desde a morte de Jesus, para justificar a expressão: "até aos nossos dias" de *Mt* XXVII, 8 e XXVIII, 15. Não pode contudo ser posterior ao ano 70, porque a destruição de Jerusalém e do Templo, com a catástrofe judaica que se seguiu, são ainda narradas como fatos futuros (c. XXIV). Não é verossímil que o autor do texto grego tivesse silenciado acontecimentos de tal importância para tãda a nação judaica e uma realização tão estrepitosa das profecias de Cristo. (105)

(cfr. C. FOUARD, *Saint Pierre...*, Paris 1928, 15.^a edic., pp. 490-491), Pedro teria chegado a Roma pela primeira vez por volta do ano 42. Apesar de várias ausências (por ex., em 49, quando estêve presidindo em Jerusalém o Concílio dos Apóstolos e dos Anciãos, como vemos relatado no c. XV dos *Atos*), evangelizou a capital do império durante largos anos, até à sua morte. De modo que a Igreja Romana já estava plenamente estabelecida e florescente nos anos 50-55. Confirma-o Paulo: na Epístola que enviou aos Romanos no ano 57-58 (logo antes da sua ida pessoal a Roma), louva-lhes a fé: "porque em todo o mundo está divulgada a vossa fé" e manifesta o desejo de ir ter com eles, "para lograr algum fruto também entre vós" (*Rom.*, I, 8 e 13...).

Ótimo conhecedor do N. T. e de suas origens, Ireneu, que na própria Roma indagara as tradições da Igreja Romana, não podia ignorar êstes fatos. Por conseguinte, a menção de Paulo, na evangelização de Roma, não pode ser interpretada no sentido de uma rigorosa simultaneidade cronológica com Pedro. Mas, por causa da influência que exerceu Paulo sôbre os cristãos de Roma, quer pola sua Epístola, quer, ao depois, pelo ministério apostólico pessoal durante seus dois cativeiros, quer pelo seu martírio padecido em Roma, como Pedro, costumava Ireneu considerar a Igreja Romana como uma fundação coletiva de Pedro e de Paulo, prescindindo da precedência de Pedro. (Por ex., *Adv. Haer.*, III, 3, 2: MG 7, 848; R 210). Por isso, o trecho aduzido não exige, necessariamente, ser interpretado no sentido rigoroso de Pedro e Paulo estarem *simultaneamente* em Roma, no momento em que Mateus escrevia o seu Evangelho; mas pode significar simplesmente que houve simultaneidade entre a composição de *Mt* e a fundação da Igreja de Roma, tomada em si mesma: o que já estava plenamente verificado desde os anos 50-55. (RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 130).

(105) O mesmo se deve dizer de *Mc* e de *Lc* (DENZ. 2160). Nos Evangelhos, a descrição do mundo judaico da Palestina anterior ao ano 70 é feita quase inconscientemente, com alusões lançadas como de passagem, tão naturais e espontâneas, que é impossível supor uma intenção de querer reconstruir um estado social já desaparecido. — Também os *Atos* são certamente anteriores à guerra com os romanos, que teve início no ano 66, e *a fortiori* à catástrofe do ano 70, porque Jerusalém, o templo, a nação judaica, tudo é descrito como ainda gozando da mesma tranqüilidade e paz que reinava durante a vida mortal de Cristo. "Frequentemente falam do pórtico de Salomão, da fortaleza Antônia, etc., sem indicar que êstes lugares não existiam mais. O ministério do Templo ainda continua, os sacrifícios ainda são oferecidos; na ocasião das grandes festas, as multidões ainda se reúnem na cidade santa: os fariseus, saduceus e escribas desempenham ainda os mesmos papéis que nos Evangelhos; nada absolutamente indica que aquela ordem religiosa, social e política estivesse subvertida pela destruição da cidade e pela guerra. Além disso, se ao escrever os *Atos* Lucas tivesse sabido que Jerusalém

Dada a sua muito provável dependência de *Mc* e até de *Lc* (106), a nossa tradução grega de *Mt* deve ter sido publicada entre os anos 64 e 69.

~~63. Lugar. — O texto original aramaico de *Mt* foi escrito certamente na Palestina, como o atesta a crítica externa e interna; provavelmente em Jerusalém, sede da catequese mais antiga e da primeira atividade de Pedro. — A tradução grega foi feita provavelmente fora da Palestina, como o parece indicar a fórmula trinitária (*Mt* XXVIII, 19), nunca usada pelos hagiógrafos antes de saírem dos confins do judaísmo; talvez em Antioquia, onde Pedro exercera importante apostolado e era muito honrado e onde, portanto, devia ser particularmente apreciado e utilizado um Evangelho que tanto exaltava o Príncipe dos Apóstolos. (107)~~

MARCOS, autor do II Evangelho

64. A tradição antiga, bem como os autores críticos modernos, são unânimes em atribuir o segundo Evangelho a *Marcos*, designado também, conforme o uso então frequente (como vimos para Mateus), com os nomes de *João Marcos* e de *João* (*II Tim.* IV, 11; *Atos dos Apóstolos*, XII, 12, 25; XIII,

fôra destruída, sem dúvida nenhuma teria mencionado este fato de tamanha importância, que era a realização da profecia de Cristo referida no seu Evangelho (*Lc* XXI, 5...) e cuja narração condizia perfeitamente com a finalidade dos *Atos*, a saber: mostrar que todos os homens, sem excetuar os gentios, são chamados à salvação messiânica". MORS, *op. cit.*, p. 193.

Para os críticos racionalistas, as descrições evangélicas acerca da futura destruição de Jerusalém e da dispersão dos judeus, principalmente as descrições de *Lc*, com seus pormenores mais determinados, não podem ter sido escritos antes da realização destes acontecimentos. Uma tal posição é consequência do preconceito apriorístico da impossibilidade da profecia, do milagre, bem como de tudo o que é sobrenatural. Preconceito que já refutamos ao provar a possibilidade da revelação, do milagre e da profecia. Cfr. *A Caminho da Verdade Suprema*, n.º 367-371, 431-448, 461-465.

(106) Esta dependência literária de *Mt* grego é sugerida: em relação a *Mc*, pela identidade do texto nas citações do A. T. comuns a *Mc* e a *Mt*, por 23 palavras raras que só se encontram nos lugares paralelos destes dois evangelhos, pela semelhança das perícopes, pela ordem da matéria, pela concordância na forma das narrativas e pela uniformidade até em muitas expressões isoladas (compare-se, por ex., *Mc* I, 5 com *Mt* III, 5 e 6; *Mo* I, 16-20 com *Mt* IV, 18-22; *Mc* I, 40-44 com *Mt* VIII, 1-4 etc); — em relação a *Lc*, pela semelhança nas palavras de Jesus, que tanto em *Mt* como em *Lc* constituem 1/6 do texto inteiro. — Em rigor, porém, estas semelhanças tôdas poderiam ser explicadas por fontes escritas anteriores, às quais os três tivessem haurido, como seria uma das primitivas traduções gregas de *Mt* aramaico. Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 140 e 315-316.

(107) ZEDDA, *op. cit.*, pp. 128-129.

5, 13; XV, 37, 39). É apresentado como primo de S. Barnabé (*Coloss.* IV, 10), com o qual seguiu S. Paulo durante vários anos, voltando depois para Jerusalém no ano 45. Acompanhou, em seguida, S. Pedro (*I Petri* V, 13), como seu intérprete (Papias, Ireneu) (108), e estando em Roma, cedendo às instâncias dos discípulos, escreveu seu Evangelho para os etno-cristãos especialmente romanos (Clemente Alex. *apud* Eusébio, Jerônimo), com o fim de conservar com fidelidade a catequese oral de Pedro (Papias, Ireneu); Pedro deixou fazer (Clemente Alex.) e depois aprovou o uso desse Evangelho para a leitura nas reuniões dos cristãos (Eusébio). (109)

A análise interna do II Evangelho confirma êsses dados. O autor deve ter sido:

1) *Judeu de origem:*

a) o seu grego contém numerosos hebraísmos, construções semíticas com proposições coordenadas e paralelismos, palavras aramaicas (por ex., Boanergés, III, 17; Talita, cumi, V, 41; Efeta VII, 34; Aba, XIV, 36; Golgota, XV, 22);

b) conhece bem os usos judaicos, nas múltiplas abluções (VII, 2 e 4) e na observância do sábado (XV, 42).

2) *Judeu da Palestina e provavelmente de Jerusalém:*

a) manifesta um conhecimento exato da geografia da Palestina e da topografia de Jerusalém, bem como dos costumes dos escribas e fariseus, então poderosos na cidade (VII, 2 e 4; XII, 38...);

(108) "Em que sentido se tornou Marcos *intérprete* de Pedro? Em si, a palavra "hermeneutés" pode significar quer o intérprete das palavras, i.é, o tradutor, quer mais genericamente o intérprete do pensamento, i.é, quase um amanuense ou um secretário. Ambas estas interpretações podem ser sustentadas e o foram de fato. De resto, ambas podem corresponder a uma realidade sucessiva: Pedro, que nos primeiros anos de seu apostolado fora da Palestina devia ser pouco versado na língua grega e menos ainda na latina, pôde servir-se de Marcos num primeiro tempo como verdadeiro tradutor improvisado (das suas pregações) e mais tarde como amanuense ou secretário". (RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 136).

(109) Segundo uma antiga tradição, Marcos, depois da morte de S. Pedro, evangelizou o Egito e foi bispo de Alexandria, onde teria morrido mártir de Cristo. Suas relíquias teriam sido transportadas no século IX para Veneza, onde a grandiosa basílica de S. Marcos perpetua a piedosa lembrança. O símbolo do seu evangelho é o leão, porque começa com o "rugido" de João Batista no deserto. A festa de S. Marcos é celebrada aos 25 de abril. Cfr. o. HOPHAN, *Gli Apostoli*, Marietti, Torino 1950, pp. 313-332.

b) a mãe de Marcos morava em Jerusalém, sua casa era lugar de reunião para os cristãos no tempo da perseguição de Herodes Agripa (a. 41-44) e foi nela que se refugiou Pedro ao sair milagrosamente do cárcere (Atos, XII, 12) (110);

c) é o único evangelista que narra o episódio do jovem que fugiu dos guardas na ocasião da captura de Jesus (XIV. 51-52): o interesse dado a êste fato, de si sem importância, num evangelho tão breve como *Mc*, e que, por ter ocorrido depois da fuga dos Apóstolos, nenhuma testemunha amiga podia referir senão o próprio protagonista, sempre fêz pensar que Marcos nos conta um incidente pessoal.

3) *Contemporâneo dos Apóstolos e próximo dos acontecimentos*:

descreve os fatos descendo a pormenores mínimos de tempo, lugar, número, olhares e atitudes, com especial nitidez, precisão e vida, como, por ex., na vocação dos primeiros apóstolos, na cura da sogra de Pedro, do paralítico e da hemorroissa, na ressurreição da filha de Jairo, nas duas multiplicações dos pães, na cura do surdo-mudo e do menino possesso, etc. (110a).

O II Evangelho é todo êle uma série de quadros vivos e movimentados, em que desfilam ante nós Jesus, os discípulos, os fariseus, as multidões, com seus gestos, atitudes e sentimentos. Nas narrativas comuns aos três sinópticos, *Mc* é geralmente o mais rico em pormenores, o mais pitoresco e o mais concreto. Compare-se, por ex., a ressurreição da filha de Jairo (*Mt IX, 18-26; Mc V, 21-43; Lc VIII, 40-56*). — Marcos, porém, não cogitou em fazer obra artística. Seu grego é pobre; seu períodos, desadornados e mesmo duros; seu estilo, elementar e uniforme. Narra como faz a gente simples. (111)

(110) Conforme a tradição, teria sido esta mesma casa espaçosa da mãe de Marcos o Cenáculo, onde foi celebrada a última ceia e instituída a SSma Eucaristia, onde Cristo ressuscitado apareceu aos discípulos e onde desceu solenemente sobre êles o Espírito Santo no dia de Pentecostes. LO GIUDICE, *op. cit.*, p. 184.

(110a) *Mc I, 16-21; — I, 29-35; — II, 1-12; — V, 25-34; — V, 35-43; — VI, 30-46; VIII, 1-10; — VII, 31-37; — IX, 13-28.*

(111) Como pôde, então, apresentar-nos um "Cristo juntamente tão prodigiosamente rico e tão maravilhosamente um, em que são conciliados, numa harmonia inexprimível, a humildade e a grandeza, a fraqueza e o poder, a humanidade ideal e a real divindade"? E porque nos transmitiu as lembranças de uma testemunha ocular, a catequese de Pedro, o qual, ao narrar aos fiéis os episódios da vida de Cristo, os revivia, vendo ainda o Senhor falar, mover-se e agir dentro dos con-

4) *Discípulo de Pedro e fiel intérprete da sua catequese:*

a) omite certos fatos, que poderiam redundar em honra de Pedro e que são narrados pelos outros evangelistas, por ex.: a pesca milagrosa, o caminhar sôbre as águas, a promessa do primado de jurisdição, a pesca do peixe com o didracma na bôca. Narra, pelo contrário, os seus defeitos, os pormenores da sua tríplice negação. (111a). É assim, sem dúvida, como já notava Eusébio (*Demonstr. Evangélica*, III, 5; MG 22, 216-217), que deve ter pregado Pedro na sua modéstia e humildade;

b) começa logo pela vida pública de Jesus e insiste muito sôbre os seus milagres, em particular sôbre os casos de possessos: tal era também o programa habitual das pregações de Pedro, referidas nos *Atos* (II, 22-36; X, 34-43);

c) o vocabulário do II Evangelho é muito parecido com o de Pedro nas suas epístolas e nos seus nove discursos que os *Atos* nos transmitiram;

d) descreve vários fatos e pormenores presenciados tão sômente por Pedro, Tiago e João, como a ressurreição da filha de Jairo, a transfiguração de Cristo e a agonia no Horto; ou mesmo só por Pedro, como os pormenores da sua tríplice negação.

5) *Deve ter escrito para romanos convertidos:*

a) supõe que os seus leitores ignoram a língua e as tradições judaicas, pois toma o cuidado de traduzir as palavras aramaicas que cita, de explicar as várias abluções habituais entre os judeus, de indicar o valor do dinheiro em moeda latina;

b) seu grego contém muitos latinismos e mesmo palavras puramente latinas com letras gregas, como *legio, speculator, sextarius, census, quadrans, flagellare, praetorium, centurio* (111b).

c) omite as questões que seriam de particular interêsse para leitores judeus, como a genealogia de Cristo, as disputas

tornos precisos de cenas e quadros, gravados na sua memória visual de antigo pescador afetuosamente atento ao Mestre. Cfr. HUBY, *L'Evangile et les Evangiles*, pp. 153-158.

(111a) Cfr. *Lc* V, 3-10; — *Mt* XIV, 25-29; — *Mt* XVI, 16-19; XVII, 26 — *Mc* VIII, 33; XIV, 30; — XIV, 66-72.

(111b) Cfr. para a): *Mc* III, 17; V, 41; VII, 34 etc; — VII, 2-4; XV, 42; — XII, 42; para b): V, 9, 15; — VI, 27; — VI, 37; XII, 15; XIV, 5; — VII, 4; — XII, 14; — XII, 42; — XV, 15; — XV, 16; — XV, 39, 44, 45.

acêrca da lei mosaica ou com os fariseus, os longos discursos que encontramos em *Mt*; em vez disso, acumula fatos e milagres maravilhosos, mais aptos para convencer um povo prático e dominador, qual era o romano.

Por essa análise aparecem claramente confirmadas as testemunhas da crítica externa. (112)

65. *Indole e Finalidade apologética do II Evangelho.*

I. — Sendo o eco direto e fiel da primitiva catequese oral do Príncipe dos Apóstolos, o Evangelho de Marcos, como já notava Papias, não contém a "coordenação" que encontramos em *Mt*, porque Pedro nas suas pregações, falando ocasionalmente, escolhia os assuntos e fazia as suas instruções "de acôrdo com a atitude dos ouvintes, e não com a preocupação de compor uma coordenação (súntaxin) das palavras do Senhor" [nº 50, b].

É por isso também que não apresenta — exceção feita da história da Paixão — uma verdadeira seqüência cronológica dos fatos, senão muito genérica, conservando apenas, e nas suas grandes linhas, os pontos salientes do progresso histórico da pregação de Jesus: a livre pregação na Galiléia, no meio do entusiasmo popular; o nascer e crescer da hostilidade dos Fariseus; a constituição do grupo mais íntimo dos discípulos, aos quais é dada uma formação, um ensino particular; as viagens de Jesus pela Palestina; as últimas hostilidades em Jerusalém, com o desenlace da Paixão e Ressurreição. Tal é a ordem natural que Pedro espontâneamente deve ter seguido na sua catequese habitual.

Mc é o mais breve dos quatro Evangelhos. *Mt* e *Lc*, além de conterem os fatos que se acham em *Mc*, exceto umas narrações de poucos versículos (113), são muito mais explicitos e extensos na exposição dos ensinamentos de Cristo. Por isso, *Mc*, apesar de nos dar, evidentemente, a essência do cristianismo, prestava-se menos para uma iniciação mais completa dos neófitos. É o que explica ter sido o menos comentado na antiguidade. Em nossos dias, porém, o gôsto do estilo direto e concreto fêz apreciar melhor a espontaneidade viva e colorida do II Evangelho e lhe granjeou numerosos comentadores católicos e protestantes.

II. — Como Pedro na sua pregação, assim Marcos no seu Evangelho tinha também uma *finalidade apologética*. É indicada explicitamente no título colocado pelo próprio Marcos ao seu Evangelho: "Evangelho de Jesus Cristo, *Filho de Deus*." (I, 1).

(112) É também a conclusão de HARNACK: "É impossível pôr em dúvida a identidade do nosso Evangelho de Marcos com o escrito evangélico que a tradição, pela pena de Papias, atribui a Marcos, secretário de Pedro". (*Die Chronologie...*, t. I, p. 652).

(113) A narração de dois milagres (VII, 31-37; VIII, 22-26), de dois episódios particulares (III, 20-21; XIV, 51-52) e de uma parábola (IV, 26-29).

Quer pôr em evidência a divindade do Messias. Para êste fim, não desenvolve um sistema, nem acumula argumentos teóricos, nem altera a objetividade histórica, mas antes deixa os fatos falarem por si mesmos, apresentando em *Jesus o Senhor e Dominador absoluto do Universo*: a prerrogativa divina mais apta para levar seus leitores imediatos — o povo rei — como também tôda alma de boa vontade, à admiração, à reverência e amor de Cristo, o taumaturgo ao qual tudo obedece: elementos, doenças, morte e os próprios demônios. João, no seu Evangelho, penetrará mais adentro nas misteriosas profundezas da divindade do Verbo Incarnado; Marcos a apresenta em ato no divino atributo da Onipotência.

66. *Data e lugar da Composição.* — Pela mesma razão já indicada a propósito de *Mt* [nº 62, 1º], *Mc* foi certamente escrito antes do ano 70. Além disso, a tradição constante atesta que *Mc* é anterior a *Lc*, o qual por sua vez é anterior aos *Atos*, que foram terminados pelo ano 63 (cfr. infra, nº 69). Logo *Mc* não pode ser posterior ao ano 61. Por outro lado, antes do Concílio de Jerusalém, no ano 49, Marcos acompanhou Paulo e Barnabé (*Atos* XII, 25), separando-se dêles na Panfília para voltar a Jerusalém (*Atos* XIII, 13); depois do Concílio, foi com Barnabé para Chipre (*Atos* XV, 39). É, portanto, sòmente depois do ano 51, que pode ter sido companheiro assíduo de Pedro e seu intérprete em Roma. Por isso, a maior parte dos exegetas coloca a composição de *Mc* entre os anos 55 e 61, estando ainda vivo S. Pedro, como refere Clemente Alex. [nº 40] apelando para testemunhos antigos. (114)

114) S. Ireneu, porém, afirma que foi depois do "êxodo" de Pedro e Paulo [nº 43]. Discutem os exegetas sôbre o sentido exato que se deve dar a esta palavra "êxodo". Alguns, reparando que o texto grego de Ireneu, citado por Eusébio, emprega duas vêzes o presente "kerussômena", o que significaria que Pedro e Paulo estavam ainda pregando quando Marcos e Lucas escreveram seu evangelho, interpretam o "êxodo" no sentido de "partida, saída", que indicaria o período, bastante vago de resto, posterior à saída de Pedro e de Paulo da Palestina depois do Concílio. Ireneu estaria, assim, em pleno acôrdo com o resto da tradição. Cfr. L. MARCHAL, *Evang. selon S. Luc*, em *La Sainte Bible* (Pirrot), vol. X., p. 11. — Para outros, pelo contrário, o "êxodo" significaria a morte dos dois Apóstolos, que se deu no ano 67 (para Pedro, em 64, segundo alguns autores): consequentemente, a publicação de *Mc* e *Lc* (não necessariamente a sua compilação) seria posterior a esta data. Cfr. *Diot. de la Bible, Supplément*, art. *Marc (Ev. selon S.)*, vol. V, col. 845-850. — Atendendo, porém, ao contexto, é muito provável que a intenção de Ireneu, com o inciso "depois do êxodo dêles", não tenha sido de indicar o momento preciso da composição de *Mc* e de *Lc*, mas de mostrar aos hereges que a pregação de Pedro e de Paulo não se perdeu com a morte dêstes Apóstolos, porque nos foi transmitida (*paradédoken*) por seus respectivos discípulos, Marcos e Lucas, que a tinham transcrito fielmente nos seus Evangelhos. Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, pp. 221-225; HUBY, *op. cit.*, pp. 141-142.

Quanto ao *lugar*, conforme a tradição alexandrina recebida também por Eusébio e por S. Jerônimo e confirmada pela crítica interna, Marcos escreveu o seu Evangelho em Roma, a instâncias dos ouvintes da catequese oral de Pedro.

LUCAS, autor do III Evangelho

67. *Lucas*, originário de Antioquia (Prólogo monarquiano; Eusébio, na *Hist. Eccles.* III, 4, 6; Jerônimo em *De Viris illustr.*, 7), helenista por nascimento e educação, médico (*Epist. aos Coloss.* IV, 14; Prólogo monarq., Fragmento muratoriano, Eusébio), é nomeado três vêzes nas Epístolas de S. Paulo, de quem, depois do ano 50, foi companheiro em quase tôdas as suas viagens (Prol. monarq., Fragm. murat., Ireneu) e colaborador (*Epist. a Filem.*, 24). Permaneceu com Paulo durante o seu cativeiro em Cesaréia, nos anos 57-59, e com êle foi a Roma para o apêlo a César (*Atos XXVII*, 2; *XXVIII*, 14), onde ficou durante os dois cativeiros do Apóstolo, nos anos 62 e 66 (*II Tim.* IV, 11). Depois da morte de Paulo, em 67, foi para a Grécia. Viveu celibatário e morreu aos 84 anos (Prol. monarq.). (115)

A tradição antiga é unânime em atribuir a Lucas o III Evangelho, e a crítica interna o confirma. Com efeito, o Autor se nos apresenta:

1) Como *contemporâneo das testemunhas imediatas*, das quais reuniu e verificou cuidadosamente os depoimentos. Afirma-o explicitamente no *Prólogo* que encabeça o III Evangelho: "Já que muitos empreenderam coordenar a narração dos acontecimentos que entre nós se realizaram, como no-los transmitiram aquêles que desde o princípio foram testemunhas oculares e ministros da palavra, pareceu-me bem também a mim, que desde o início tenho diligentemente investigado tôdas estas coisas, escrever-te uma narração ordenada, excelentíssimo Teófilo, para que conheças bem a solidez dos ensinamentos que recebeste." (116)

(115) A Itália, a Dalmácia, a Gália, a Macedônia, o Egito e a Bitínia reivindicam a honra de terem sido evangelizadas por Lucas. Teria morrido mártir na Bitínia ou na Acácia. Suas rellíquias, como narra S. Jerônimo (*De Vir. illustr.*, 7: ML 23, 651) foram transportadas para Constantinopla, em 357. Hoje, o martirologio romano as coloca na Basílica de Sta. Justina de Padova e celebra a memória de S. Lucas aos 18 de outubro. Cfr. GUIDETTI, *Gesù Salvatore*, p. 11.

(116) *Lc* I, 1-4, (Cfr. LAGRANGE, *Evangile selon Saint Luc*, p. 7)
— Os Prólogos eram uso literário corrente no helenismo. Muito seme-

Esta investigação das fontes, teve o Autor ótima ocasião de fazê-la nas suas viagens com S. Paulo e na sua permanência na Palestina durante o cativeiro do Apóstolo em Cesaréia (a. 57-59). que o puseram em contato com as principais personagens da primitiva Igreja: com as "testemunhas oculares", i. é, os Apóstolos, com os Anciãos de Jerusalém, com os discípulos da primeira hora (como os citados nos *Atos*: o diácono Filipe, o profeta Agabo, Mnason de Chipre, XXI, 8, 10, 16). De um modo particular, deve ter recebido preciosas informações de Maria, Mãe de Jesus, quer pessoalmente (117), quer por intermédio de alguma sobrevivente do grupo das santas mulheres que tinham seguido Jesus (*Lc VIII*, 2-3) ou de S. João Apóstolo, em cuja casa ficou morando Nossa Senhora depois da morte de Jesus (*Jo XIX*, 26-27).

Além das muitas narrativas escritas a que alude o Prólogo, conheceu Lucas e utilizou a catequese de Pedro através do Evangelho de Marcos, com quem estêve durante os dois anos do primeiro cativeiro de Paulo em Roma: é conclusão comumente admitida pelos críticos, por causa da semelhança de estilo nos discursos e fatos comuns a *Mc* e *Lc* e principalmente pelo estreito paralelismo existente na seqüência de muitos dos episódios, apresentados por grupos de quinze, vinte ou mais, numa ordem quase idêntica e conservando muitas das expressões de *Mc*.

Três quintos do conteúdo substancial do II Evangelho se acham no III, não como pura repetição, mas com características próprias, esclarecendo as alusões de Cristo ao A. T. e explicando as palavras e os usos hebraicos, e com muitos acréscimos (sete milagres, umas vinte parábolas, o nascimento e a infância de Jesus...). As partes próprias do III Evangelho, como a grande seção (*IX*, 51 até *XVIII*, 14), vários particulares referentes ao ministério de Jesus na Galiléia (*III*, 1 até *IV*, 30; *VI*, 20 até *XIII*, 3), ou à Paixão (*XXIII*, 7-12), ou à aparição aos dois dis-

lhante pelas expressões e pela construção do período é, por ex., o prólogo que o médico Pedânio Dioscóride, oriundo de Tarso (como S. Paulo) e contemporâneo de Lucas, permite à sua obra *De Matéria Médica*. Cfr. RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 144.

O epíteto "excelentíssimo" (cratiste) é o título dado por Lucas às pessoas de qualidade, como, por ex., aos procuradores da Judéia, Felix e Festus (*Atos XXIII*, 26; *XXIV*, 3; *XXVI*, 25). Teófilo, portanto, devia ser um grego convertido de uma alta posição social, já bem instruído na fé. Contudo, Orígenes (*In Lc Hom.*, 1) e S. Epifânio (*Haeres.*, *XXI*, 7) o consideram uma personagem fictícia, com que Lucas teria designado qualquer homem que ama Deus: o que é pouco provável.

117) Nada há nisso de impossível, pois no ano 57, quando Lucas estava em Jerusalém, Nossa Senhora podia ter entre 75 e 80 anos. De vários fatos narrados no III Evangelho, como a concepção, o nascimento e a infância de Jesus, somente Maria fôra testemunha e podia ter informado. E a repetida observação que "Maria conservava tôdas estas coisas no seu coração" (*II*, 19 e 51), é provavelmente uma alusão discreta à fonte primeira de informação.

cípulos de Emaús (XXIV, 13-36), foram sem dúvida recolhidas de testemunhas imediatas na Palestina nos anos 57-59.

Quanto à influência de S. Paulo na composição do III Evangelho, foi caracterizada com expressão feliz por *Tertuliano*: "Paulo foi o iluminador de Lucas" (*Contra Marcion*, IV, 2): os materiais históricos são fruto das pesquisas; mas a inteligência profunda, o espírito da mensagem divina, os aspetos característicos sob os quais é apresentada, tudo isso é fruto da convivência com o Apóstolo das gentes. Conservou, porém, Lucas a sua personalidade literária própria, de historiador que narra fatos concretos, e não de teólogo que desenvolve longas exposições dogmáticas ou polemiza acerca de uma doutrina já recebida, como faz Paulo nas suas Epístolas. (118)

2) *como étnico-cristão, com certa cultura literária:*

a) seu estilo é simples mas elegante, com vocabulário variado e propriedade dos termos: 288 palavras sobre 2050 são próprias do III Evangelho, e nos Atos são 526 sobre 2034;

b) as frases são de índole grega com poucos hebraísmos, exceto nos dois primeiros capítulos em mais estreita dependência das fontes aramaicas; o prólogo tem até um sabor nitidamente clássico;

c) escreve como verdadeiro historiador, que faz a crítica dos documentos e que situa os fatos no seu ambiente cronológico e em relação com a história profana (I, 5; II, 1-3; III, 1-2).

3) *como discípulo e companheiro de S. Paulo:*

a) o III Evangelho tem muita semelhança com as Epístolas paulinas: mais de 100 palavras ou expressões só se encontram em *Lc* e nas epístolas; insiste nos mesmos pontos fundamentais da catequese de Paulo, como: o universalismo da redenção e salvação trazidas por Cristo (II, 31; III, 6; XIII, 29; XXIV, 47) sem ter que passar pelas observâncias e pelos ritos da lei mosaica (XVI, 16), a bondade e misericórdia de Jesus, a estima da humildade e da pobreza, o poder da oração, etc.; na instituição da Eucaristia, usa as mesmas palavras que S. Paulo (*Lc* XXII, 19-20; *I Cor.* XI, 23-25);

b) o III Evangelho e os Atos dos Apóstolos têm certamente o mesmo autor, como se vê: pela semelhança das idéias, do estilo, do vocabulário e da sintaxe; pelos dois prólogos dedi-

(118) Sobre as prováveis fontes escritas e orais que Lucas possivelmente utilizou, cfr. *infra*, n° 141, 4°.

cados ao mesmo Teófilo; pelo Prólogo dos Atos, no qual o autor apela explicitamente para uma sua narração anterior sobre a vida e o ensino de Jesus até o dia da Ascensão, narração que ~~êle vai sem mais continuando (Atos, I, 3)~~. Ora, o autor dos *Atos* é certamente um companheiro de Paulo, como afirmam unânimemente tôda a tradição antiga e a crítica moderna e é comprovado pela análise interna (por ex., pelas "seções-nós", em que o autor usa a primeira pessoa do plural, apresentando-se como testemunha e protagonista dos fatos que narra: XVI, 10-17; XX, 5-15; XXI, 1-18; XXVII, 1-28).

4) como *quem escreve para gentios convertidos*:

a) dá indicações acêrca da geografia e dos costumes da Palestina, que para judeus teriam sido supérfluas; designa as localidades pelo seu nome grego e não pelo aramaico; traduz as palavras hebraicas e cita pouco a Lei e os Profetas;

b) omite o que podia parecer duro aos gentios ainda pouco instruídos na fé (por ex., *Mt X, 5; XV, 21-28*); narra, pelo contrário, o que os podia animar e honrar, como a salvação concedida aos pecadores, ao publicano, ao filho pródigo e ao bom ladrão, a parábola do Samaritano, o louvor dado por Cristo à fé do centurião e à gratidão do leproso samaritano (118a).

5) como *conhecedor da medicina*, podendo ser, portanto, o *médico Lucas*, mencionado por S. Paulo:

a) falando dos doentes curados por Cristo, desce a pormenores para os quais somente o olho clínico, a mentalidade médica costuma interessar-se: a parte exata do organismo que foi curada, a duração da doença (118b);

b) na descrição das doenças, usa os mesmos termos técnicos que a pesquisa moderna encontrou nos tratados de medicina de Hipócrates, Dioscórides, Galeno, etc.

Logo o conteúdo do III Evangelho confirma plenamente a tradição unânime e universal acêrca do seu autor, Lucas.

68. *Destinatários, Finalidade e Indole Particular do III Evangelho.* — O "excelentíssimo Teófilo", ao qual o Prólogo dirige diretamente o escrito, não é o único destinatário do III Evangelho. Através dêle, como já notara *Orígenes* (MG 13, 829 e também

(118a) *Lc VII, 36-50; — XIX, 1-10; — XIV, 11-32; — XXIII, 40-43; — X, 30-37; — VII, 1-10; — XVII, 16-19.*

(118b) *Lc VI, 6; XXII, 50; — VIII, 43; XIII, 11 etc.*

apud Eusébio, *Hist. Eccles.* VI, 25, 6: MG 20, 581), visa Lucas os cristãos convertidos do paganismo, que constituíam as várias Igrejas fundadas por Paulo. — Apresentando-lhes a certeza indiscutível dos fatos ensinados pela catequese oral, quer fortificá-los na fé, consolá-los nas suas dificuldades e premiá-los contra os perigos do paganismo que os rodeia.

Para êste fim, apresenta em Jesus o *Salvador Universal e misericordioso*, que se inclina, cheio de bondade e benignidade, sobre tôdas as misérias e enfermidades. (119)

1) O *universalismo* da salvação em Cristo, já adumbrado na genealogia de Jesus, que Lucas não inicia (como fêz Mateus) com Abraão, o patriarca do povo de Israel, mas protraí até Adão, o progenitor do gênero humano, e até Deus, o Pai de todos os homens, é salientado discreta e progressivamente em tôda a narrativa de *Lc.*

2) A *misericordiosa benignidade universal* — a "filantropia" como lhe chama S. Paulo (*Tit.* III, 4) — do nosso Salvador é posta em relêvo nas admiráveis parábolas e em muitos episódios, que se encontram tão sòmente no III Evangelho. (120)

3) Lucas é também o Evangelista *da santa alegria no Senhor*. (121) Só êle nos conservou êsses *Cânticos* que passaram para a liturgia cristã: o *Gloria in excelsis* dos Anjos, sobre a gruta de Belém; o *Magnificat* de Maria, exaltando as grandezas e misericórdias do Altíssimo; o *Benedictus* de Zacarias, anunciando a Redenção e a missão do Precursor; o *Nunc dimittis* do santo velho Simeão, contemplando a Salvação de Israel e a Luz da gentilidade.

Em todo o III Evangelho, bem como nos *Atos*, ressoa uma nota de alegre otimismo, não apenas nas vozes dos miraculados e das multidões, que "glorificam" a Deus; mas na própria Paixão, sacrificio fecundo que conduz Cristo ao triunfo da sua glória (XXIV, 25); nas perseguições, que deixavam os Apóstolos "repletos de alegria e do Espírito Santo" (*Atos*, XII, 52). E é na confiante esperança do triunfo que termina o Evangelho com os Apóstolos voltando a Jerusalém, depois da ascensão de Jesus. "numa grande alegria" e "bendizando a Deus" no templo (*Lc*

(119) Leiam em HUBY, *L'Évangile et les Évangiles*, pp. 183-213, a magnífica exposição dos traços característicos do III Evangelho, onde haurimos copiosamente para esta síntese.

(120) O bom Samaritano, a ovelha tresmalhada, o Filho Pródigo, Lázaro e o rico epulão, o fariseu e o publicano; as lágrimas da pecadora aos pés de Jesus, a conversão de Zaqueu, o perdão de Cristo aos seus algozes, a promessa do paraíso ao bom ladrão. Quantas almas se não comoveram, no decurso dos séculos, diante destas narrativas evangélicas, que fazem realmente de Lucas, na expressão de DANTE, *scriba mansuetudinis Christi*, o historiador da misericórdia de Cristo! (*De Monarchia*, I, 16). — Cfr. FOUARD, *Saint Paul. Ses dernières années*, 12.^a edição, Paris 1925, pp. 116-127.

(121) Nisso ainda foi Lucas fiel discípulo de Paulo: *Phil.* IV, 4; *Ephes.* V. 19; *Rom.* XII, 11-12; XIV, 17; etc.

XXIV, 53). — Nada mais eficaz do que esta serena confiança e íntima alegria, para sustentar a fortaleza dos fiéis e consolá-los no meio das hostilidades e perseguições do ambiente pagão.

4) Suave e amável, Lucas não é *sentimentalista*. Não esconde ~~nem atenua as exigências da mensagem de Cristo e a necessidade~~ da abnegação, mesmo até ao heroísmo. O Salvador, que nos é descrito tão misericordioso e condescendente para com os arrependidos, sabe também ameaçar e castigar os impenitentes. (122)

Contra a mentalidade da sociedade pagã, dominada pelo luxo e pela luxúria, ensina que a paz verdadeira e a felicidade são frutos da santidade e do desapêgo das riquezas dêste mundo, apresentando o divino Salvador nascendo numa gruta de pais pobres (II, 24), e que mais tarde nem terá onde reclinar a cabeça (IX, 58) (123)

Ainda em contraste com o paganismo que tanto rebaixara a condição da mulher (124), apresenta-nos Lucas, no seu Evangelho e nos Atos, uma plêiade de Santas Mulheres, em que é realçada a dignidade feminina: Elizabeth, mãe do Precursor, a profetiza Ana, a viúva de Naim, Marta e Madalena, Susana e Joana, as compassivas filhas de Jerusalém na Via dolorosa, o grupo fiel até ao Calvário. De uma entre tôdas, a Virgem Maria, traçou nas suas narrativas da Anunciação, da Visitação, da Natividade, da Purificação, do Calvário, uma imagem tão bela de místico fulgor na delicadeza de suas virtudes de modéstia e pureza, humildade e caridade, ternura materna e generosa dedicação, que inspirou as obras primas dos artistas e faz de *Lc* o Evangelho mariano por excelência. (125)

(122) A parábola do rico avarento (XVI, 19-31), as repreensões aos fariseus hipócritas (XI, 39-52), as predições sobre Jerusalém (XIX, 42-44; XXIII, 28-32), o Juízo final (XXI, 25-28) etc.

(123) Alguns críticos radicais chegaram a ver na grande simpatia de Lucas para com os pobres umas tendências ebionitas e a condenação absoluta das riquezas e dos ricos. É falso: nunca *Lc* ensina que a riqueza é iníqua em si mesma, mas condena o seu uso egoístico (XII, 21); ao lado do pobre Lázaro coloca no céu também o rico Abraão; entre os amigos de Jesus cita o rico sinedrita José de Arimatéia; algumas das santas mulheres, que acompanhavam o Mestre no seu apostolado (Madalena; Joana, esposa de Cusa, procurador de Herodes; Susana e muitas outras: VIII, 1-3), deviam ser suficientemente abastadas, pois podiam prover à subsistência de Jesus e dos Apóstolos. Nem é a pobreza material que por si mesma nos salva, mas a sua aceitação paciente e confiante na Providência.

(124) Sêneca, por ex., contemporâneo de Lucas, definia a mulher do seu tempo: "*Impudens animal est et... ferum, cupiditatum incontinens*". (*De Constantia Sapientis*, XIV, 1). — É a Igreja quem, desde o início, se esforçou por reabilitar e enobrecer a mulher, dando-lhe o seu lugar no corpo místico de Cristo. Veja-se no fim da *Epist. aos Rom.* (XVI, 3-16) a delicadeza com que saúda Paulo as suas "cooperadoras no Cristo Jesus".

(125) Tôdas estas características valeram a *Lc* a honra de ser chamado, mesmo pelos descrentes, "o livro mais belo do mundo". (E.

69. *Data e Lugar da Composição.* — Segundo a tradição (126), *Lc* é posterior a *Mt* e a *Mc.*, do qual se serviu (127), e é anterior ao ano 70. É também anterior aos *Atos*, em cujo prólogo Lucas apela explicitamente para o seu precedente Evangelho.

Ora os *Atos*, também êles anteriores ao ano 70 [cfr. nota 105], terminam abruptamente com a notícia dos dois anos (61-63) do primeiro cativo, transcorridos num apartamento alugado, onde Paulo pregava e ensinava sem ser molestado (*Atos XXVIII*, 16, 30-31). Se o livro dos *Atos* não tivesse sido ultimado nesta ocasião e enviado a Teófilo, como explicar que Lucas, depois de dar tantos pormenores sobre o início do processo, depois de referir a apelação para César, a viagem a Roma e o cativo, não tenha dito palavra do julgamento e da libertação, nem das viagens sucessivas do Apóstolo, às quais muito provavelmente participou, nem da perseguição de Nero no ano 64, nem do segundo cativo em Roma, durante o qual permaneceu sempre com Paulo (*II Tim.*, IV, 11), nem do glorioso martírio do Apóstolo? (128)

Por isso, geralmente, a publicação dos *Atos* é colocada pelos exegetas modernos no fim do primeiro cativo, no ano 63, como também respondeu a Comissão Bíblica (*Denz.* 2161, 2169).

Por outro lado, foi no início do ano 61, que Lucas, acompanhando Paulo, foi para Roma e conheceu Marcos e o seu Evangelho, tido em suma veneração entre os romanos.

Foi, por conseguinte, em Roma, no ano 61 ou 62, que Lucas deu forma definitiva ao seu Evangelho, cuja redação fôra provavelmente esboçada na Acáia, como o indicam os antigos prólogos anônimos do II e III séculos, e como o deixa supor o ambiente helenista para o qual *Lc* foi escrito.

Renan, *Les Evangiles et la seconde génération chrétienne*, Paris s.a., p. 283).

(126) Cfr. supra, nota 100. Clemente Alex., no seu texto das *Hipótíp.* que citamos supra [nº 40], não contradiz esta tradição, mas distinguindo *Jo* dos três sinópticos, divide êstes últimos em duas classes: os que contêm a cronologia de Cristo e *Mo*, sem pretender dizer coisa que *Mc* seja posterior a *Lc*.

(127) Cfr. nº 61, 1º e DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, pp. 111-112.

(128) Mesmo supondo que Lucas tivera a intenção de descrever tudo isso num terceiro livro (Hipótese gratuita, levantada por Zahn sem nenhum fundamento, nem na tradição nem na análise interna), se os *Atos* fôsem posteriores à libertação de Paulo, não teria deixado de indicar, como natural complemento, o êxito de um processo de que tanto falara: assim fêz no seu Evangelho com a Ascensão (XXIV, 50-53), que iria descrever mais difusamente nos *Atos* (I, 1-11).

Cfr. E. JACQUIER, *Les Actes des Apôtres*, Paris 1926, 2.ª edic., pp. CXIV-CXX; *Dict. de la Bible, Supplément*, art. "Actes des Apôtres", Vol. I, pp. 53-57; *La Sainte Bible* (Pirot), Tomo XI, 1.ª parte: *Les Actes des Apôtres* por J. RENIÉ, s. M., Paris 1951, pp. 22-23; S. ROSADINI, s. J., *Instit. Introd. in Libros N. T.*, Vol. II: *Actus Apostolorum*, Roma 1929, pp. 34-35.

JOÃO, autor do IV Evangelho

70. *João* (129), apóstolo (Tertuliano, Cânon muratoriano, Clemente Alex.), o discípulo que reclinara a cabeça sobre o peito do Senhor (Ireneu, Orígenes), a rogos dos seus discípulos e bispos (Cânon murat.), movido pelo Espírito Santo e solicitado pelos discípulos (Clemente Alex., referindo uma tradição antiga), escreveu o IV Evangelho estando em Éfeso (Ireneu) e o divulgou e entregou às igrejas ainda durante a sua vida (Papias, segundo o Prólogo latino).

A Igreja universal acolheu logo o IV Evangelho, como obra escrita realmente pelo Apóstolo João, o "discípulo que Jesus amava", atribuindo-lhe a mesma autoridade suprema que aos sinópticos.

Encontramos, de fato, numerosas citações e alusões nos escritores da primeira metade do II século: nas cartas de *S. Inácio de Antioquia* (ca. 107), nas *Odes* ditas de *Salomão* (ca. 120), na Epístola de *S. Policarpo* aos Filipenses (ca. 120), no *Pastor de Hermas* (ca. 140), nas *Apologias* de *S. Justino* (ca. 150-155). Na segunda metade do II séc., estas citações e alusões vão se multiplicando, surgindo de tôdas as partes do império e mesmo nos hereges gnósticos e montanistas. Um testemunho característico da aceitação do IV Evangelho em tôda a Igreja é o *Diatéssaron* de *Taciano* (ca. 172), no qual estão fundidos numa única narrativa os nossos quatro Evangelhos. (130)

(129) JOÃO, filho de Zebedeu e Salomé, abastados pescadores da Galiléia, antes discípulo de João Batista, foi um dos primeiros chamados por Cristo e formou, com seu irmão Tiago o Maior e com Pedro, um grupo privilegiado no Colégio Apostólico, assistindo com êles à ressurreição da filha de Jairo, à Transfiguração e à Agonia de Cristo. Acompanhou as várias fases da Paixão, da qual nos refere alguns pormenores que não se acham nos Sinópticos. Estava ao pé da Cruz, no Calvário onde Jesus lhe confiou sua Mãe. Como se depreende dos Atos dos Apóstolos e da Tradição, depois da Ascensão permaneceu vários anos em Jerusalém, onde se achava ainda quando Paulo, 17 anos após a sua conversão, fez a sua segunda visita à cidade santa, no ano 49 (*Gal.*, II, 9). Na última, porém, pelos anos 57-58, nenhuma menção é feita de João. Residiu muitos anos em Éfeso; na perseguição de Domiciano, foi exilado na ilha de Patmos, onde escreveu o *Apocalipse*; depois da morte do tirano, em 96, voltou para Éfeso, onde publicou o seu Evangelho e escreveu as suas três Epístolas, vivendo até à avançada idade de 96 ou 100 anos. Faleceu na época de Traiano, entre os anos 98 e 107, provavelmente por volta do ano 104, em Éfeso, onde foi desde logo muito venerado seu Sepulcro. Sua festa celebra-se a 27 de dezembro.

(130) Veja em ZEDDA, *op. cit.*, pp. 206-208 e 217-221, a indicação de outros testemunhos e das referências e lugares citados do IV Evangelho.

Outra prova tangível desta rápida difusão nos veio dar a descoberta no Egito de um fragmento de papiro (*P⁵²*), que é conservado na Livraria John Rylands. Fazia parte de um codex e contém uns versículos do IV Evangelho, referentes ao diálogo de Pilatos com os Judeus (XVIII, 31-33) e com Jesus (XVIII, 37-38). Os mais eminentes papirólogos mundiais estimam que o documento pertence aos primeiros decênios do II século, anterior ao ano 120, sendo assim o manuscrito evangélico mais antigo que até hoje possuímos (131). — Em 1935, foi publicado outro papiro, também proveniente do Egito, escrito entre os anos 130 e 150 e conhecido com o nome de "*Evangelho desconhecido*", ou *Papirc Egerton 2*, nome do seu comprador e proprietário. (132)

71. A análise interna do IV Evangelho nos apresenta com evidência a marca da personalidade do seu autor. — Deve ter sido:

1) *Judeu da Palestina:*

a) vê-se logo que o aramaico foi a sua língua materna, pois o seu grego, embora gramaticalmente correto, é pobre, eivado de numerosos hebraísmos (132a), com uma sintaxe de índole hebraica (frases paralelas unidas com a partícula *Kai*, tradução do *vau* hebraico) (133);

A única voz discordante neste cõro tradicional é a dos *Alogoi* (sem *logos*, sem palavra), assim chamados por *Epifânio* porque rejeitavam o IV Evangelho, que começa com a doutrina do *Logos* (a Palavra, o Verbo que se incarnou). Dêles só conhecemos *Caius*, sacerdote romano no tempo do papa Zeferino (a. 191-217). Em polémica com os hereges montanistas, que se serviam abusivamente de textos do IV Evangelho, principalmente onde é prometida aos Apóstolos a vinda do Espírito Santo, para sustentar o advento de uma nova economia religiosa, o reino do Espírito. Caius pensou em cortar pela raiz este abuso, negando sem mais a autoridade apostólica do IV Evangelho e atribuindo-o ao herege Cerinto. Como fundamento da sua negação, não apelou para a tradição, mas pretextou as diferenças existentes entre o IV Evangelho e os três Sinópticos. Logo refutada por Ireneu e depois pelo seu discípulo Hipólito, esta negação não sobreviveu à polémica antimontanista. Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, pp. 132-135.

(131) Cfr. C. H. ROBERTS, *An unpublished Fragment of the Fourth Gospel in the John Rylands Library*, Manchester 1935; e a Revista *Zeitschrift fuer die neutestamentliche Wissenschaft*, 42 (1949), pp. 242-253.

(132) H. IDRIS BELL and T. C. SKEAT, *Fragments of an unknown Gospel and other Christian papyri*, London 1935.

(132a) Como: regozijar-se de regozijo (III, 29), filho da luz (XII, 36), filho da perdição (XVII, 12), rabi (I, 38), raboni (XX, 16).

(133) Não se pode, porém, deduzir destes hebraísmos, que o nosso texto atual seja uma simples tradução grega do original que teria sido escrito em aramaico. O autor do IV Evangelho, bilingue como outros escritores da literatura rabinica, escrevia em grego, mas pensava em aramaico. Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 239-241.

b) conhece e venera o Ant. Test., notando as realizações das profecias;

c) é familiarizado com os costumes judaicos, suas festas litúrgicas, seus ritos e suas abluções, as impuridades legais, as particularidades da lei do sábado, a hostilidade entre judeus e samaritanos;

d) conhece perfeitamente a topografia da Galiléia, Samaria e Judéia e de Jerusalém e seus arredores, como a distância de Betânia, a localização do Jardim das Oliveiras, da piscina de Betsaida, do Gáбата, do Calvário, do Sepulcro. (133a)

2) *Testemunha ocular:*

a) somente quem tiver presenciado os fatos pode descrevê-los tão ao vivo: leia-se, por ex., o encontro dos primeiros apóstolos com Jesus, as bodas de Caná, o episódio da mulher samaritana, a cura do paralítico da piscina, a do cego de nascença, a ressurreição de Lázaro, a última ceia; as circunstâncias da captura de Jesus, da tríplice negação de Pedro, de Jesus diante de Pilatos, da manhã da Páscoa; as aparições de Cristo no Cenáculo e nas margens do lago de Tiberíades;

b) somente quem tomou parte nos acontecimentos pode entrar em pormenores tão minuciosos de lugares, dias, horas e números; (133b)

c) além disso, o próprio autor afirma explicitamente ter presenciado o que escreve (XIX, 35) (134), e seus discípulos o atestam no fim do Evangelho (XXI, 24)

3) *Apóstolo e o próprio João, pois:*

a) fala dos Apóstolos, como um condiscípulo que viveu na intimidade com eles, manifestando-nos o que pensavam inti-

(133a) Para b): Jo XIII, 18; XVII, 12; XIX, 23, 29, 37. — Para c): VII, 2, 14, 37; X, 22; — VII, 38; VIII, 12 (alusão à aspersão e à iluminação do último dia da festa); — XVIII, 18; — IX, 14; — IV, 9. — Para d): II, 12; III, 23; IV, 5, 46-51; VI, 23-25; XI, 54; — XI, 18; XVIII, 1; V, 2; XIX, 14; XIX, 17, 41.

(133b) Para a): I, 25-44; II, 1-10; IV, 6-45; V, 1-17; IX, 1-41; XI, 1-46; c. XIII; XVIII, 1-11; XVIII, 15-27; XVIII, 29-XIX, 17; XX, 1-18; 19-29; c. XXI. — Para b): I, 29, 35, 39-43; II, 1, 6; IV, 6, 41, 43, 52; VI, 9, 19; VII, 14; VIII, 20; XI, 6, 17; XII, 12; XIX, 14, 23; XX, 4-10; XXI, 8, 11.

(134) Repete esta mesma afirmação no prólogo da sua I Epistola, que é, geralmente, considerada como uma espécie de prefácio ou de carta de acompanhamento do IV Evangelho.

mamente e designando-os pelos nomes familiares que usavam entre si; (134a).

b) nunca se nomeia, mas fala de um discípulo "a quem Jesus amava" e o Evangelho termina com a identificação explícita deste discípulo com o autor que testemunha e escreveu o IV Evangelho (135). Ora este discípulo: 1) é certamente um Apóstolo, pois na última ceia, à qual só participaram os Doze (Mt XXVI, 20 e lugares paralelos), estava presente e reclinara a cabeça sobre o peito de Jesus (Jo XIII, 23-25); --- 2) só pode ser o próprio João, pois era um dos três preferidos e êstes, como se depreende dos sinópticos [cfr. nota 129], eram Pedro e os irmãos Tiago e João, filhos de Zebedeu; mas "o discípulo que Jesus amava" não pode ter sido Pedro, o qual é apresentado como claramente distinto, conversando, caminhando e correndo com êle (Jo XIII, 23-24; XVIII, 15; XX, 2-6; XXI, 20); nem Tiago, o qual foi morto por Herodes Agripa, no ano 44 (Atos XII, 2), muitos anos antes da composição do IV Evangelho. Logo o Apóstolo "a quem Jesus amava" só pode ser o próprio João, em quem a tradição tôda reconheceu sempre o Apóstolo ao qual Cristo no Calvário confiou sua Mãe.

Esta identidade entre "o discípulo que Jesus amava" e o Apóstolo João é ainda confirmada:

1) pela semelhança do estilo e das idéias existentes entre o IV Evangelho e as três Epístolas, que os críticos, mesmo racionalistas, atribuem ao Apóstolo João. "O Presbítero", "O Ancião", como se nomeia o próprio autor (II e III Jo, I, 1) e como era precisamente designado então S. João, o último sobrevivente dos doze Apóstolos;

2) pelos Atos dos Apóstolos (cc. III e IV; VIII, 14-25), onde vemos continuada entre Pedro e João a especial união e

(134a) Jo II, 11, 22; IV, 27; XII, 16; XXI, 12; — I, 45-49; XI, 14.

(135) "É este discípulo (aquêle a quem Jesus amava, mencionado no vers. 20), que testifica estas coisas e que as escreveu, e nós sabemos que o seu testemunho é verdadeiro". (XXI, 24). Este final é uma declaração coletiva (nós) de autenticidade, deixada por um grupo de discípulos do evangelista, na ocasião em que o IV Evangelho foi publicado e entregue à comunidade cristã, perante a qual êstes discípulos se apresentam como fiadores da autoridade e veracidade do autor. — O cap. XXI, que se acha em todos os manuscritos, foi certamente escrito enquanto vivia ainda S. João, como o prova o vers. 23, que não teria sentido se o autor já tivesse morrido; e pelo próprio João, como se vê pelo vers. 24 e como o confirma a identidade do estilo com os vinte capítulos precedentes.

amizade que o IV Evangelho nos apresenta entre Pedro e "o discípulo que Jesus amava" (Jo XIII, 23-26; XX, 2-8; XXI, 7, 20-21);

3) pelo fato de "o discípulo que Jesus amava" desempenhar no IV Evangelho exatamente o mesmo papel, que nos outros Evangelhos, nos Atos e nas Epístolas Paulinas é atribuído ao Apóstolo João.

Logo a análise interna confirma plenamente as conclusões da crítica externa e a tradição universal da origem joanina do IV Evangelho. (Denz. 2111)

72. Destinatários Imediatos do IV Evangelho. — São os mesmos fiéis, aos quais dirigiu João a sua I Epístola, considerada pela tradição como uma carta de apresentação ou de acompanhamento do IV Evangelho. Nela diz: "Vós tendes a unção do Espírito Santo e sabeis tôdas as coisas. Não vos escrevi como a pessoas que ignoram a verdade, mas sim como a quem já a conhece." (I Jo, II, 20-21). E de fato, a profundeza das idéias e a riqueza de doutrina teológica do IV Evangelho supõem fiéis já bem instruídos por uma prolongada catequese de mais de meio século. Por outro lado, pelo cuidado que tem de explicar os têrmos, os lugares e os costumes judaicos, vê-se que João pensou principalmente nos fiéis convertidos do paganismo. Logo os destinatários imediatos do IV Evangelho são os *pagãos convertidos e já bem instruídos na fé*. Quer João aperfeiçoar ainda esta informação com uma inteligência mais profunda do mistério de Cristo, sempre vivo e presente na sua Igreja. Tinha para isso motivos especiais.

73. Finalidade Especial. — Os três primeiros Evangelhos, já espalhados e bem conhecidos e dos quais, sem dúvida, se servira João na sua catequese apostólica, continham evidentemente a essência da doutrina de Cristo, Deus e Homem. A divindade de Jesus transparecia na própria narrativa dos seus milagres e ensinamentos, como também em algumas afirmações explícitas. Mas nas últimas décadas do I século, começaram a tomar vulto certas heresias, às quais já aludira S. Paulo nas suas últimas epístolas: I Tim., 3-4; IV. 1-10; II Tim., II, 14; Coloss., c. II. (136).

(136) Eram aglomerados de resíduos judaicos com mitologias pagãs e mistérios orientais, que vieram a chamar-se *Gnosticismo*, porque apelavam seus adeptos para uma *gnosi* (conhecimento) superior à fé comum. Era uma doutrina nebulosa, subdividida em inúmeras seitas, com vocabulário complicado e linguagem abstrusa, que deformava a essência mesma do cristianismo, inculcando um ascetismo exagerado, o qual, porém, na prática, com sofismas e subtilezas era reduzido à pior das licenças de costumes. No tempo de João, essas heresias eram propaladas por Cerinto, pelos Ebionitas e, no campo moral, pelos Nicolaítas. É a *seita* que alude, sem nomeá-los, a I Epístola de João. O Gnosticismo, que floresceu no II e III séculos, foi combatido e refutado por S. IRENEU, na sua grande obra *Adversus Haereses*. (C. LO GIUDICE, *op. cit.*, pp. 216-217).

Negavam a divindade de Cristo: Jesus de Nazaré nasceu naturalmente de José e Maria; nêle desceu o Cristo espiritual, eon divino ou ser intermediário entre a divindade e a matéria, no momento do batismo e se retirou ao início da paixão.

Em tais circunstâncias, querendo fazer obra de apostolado segundo as exigências da Igreja dos seus dias, escreveu João o seu Evangelho com o fim de pôr em plena luz a *Messianidade e a Filiação divina de Jesus Cristo*. Luz e Vida dos homens, para que os fiéis, assim premunidos contra estas heresias, "creiam que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus; e para que, crendo, tenham a vida em seu nome" (137)

O caminho para alcançar esta finalidade, não é traçado com argumentações teológicas ou discussões filosóficas, mas num plano divino e histórico. No vôo sublime do seu Prólogo, a Águia de Éfeso penetra de cheio na essência da vida de Cristo, o mistério da Incarnação, elevando-nos até à contemplação do Verbo, Deus, preexistente eternamente no seio do Pai. Cristo é o próprio Verbo que "se fêz carne e habitou entre nós, cuja glória contemplamos, glória do Unigênito de Deus, cheio de graça e de verdade". (Jo I, 1-14). E a prova é fornecida por afirmações explícitas de Cristo ao atribuir-se tôdas as prerrogativas estritamente divinas (138), afirmações garantidas pelo testemunho irrecusável de alguns milagres (XV, 22-24), escolhidos entre os muitos que Cristo fêz durante o seu ministério público (XX, 30) e intercalados entre episódios e discursos do divino Mestre. (139)

Teve também em vista *completar* as narrativas dos três primeiros Evangelhos. E esta intenção explica: a) a notável *diversidade*, quanto ao conteúdo, entre o IV Evangelho e os sinópticos

(137) Esta finalidade apologética, não meramente intelectual mas também moral, do IV Evangelho, indicada pelo próprio João na sua I Epistola (I, 1-4; II, 22-26; IV, 1-3) e explicitamente afirmada no seu Evangelho (XX, 31), foi também reconhecida pela tradição: s. IRENEU, *Adv. Haer.*, III, 11, 1: MG 7, 880; s. JERÔNIMO, *De Viris illustr.*, 9: ML 23, 654.

(138) Não se apresentou Jesus aos Judeus dizendo: "Eu sou Deus, o Deus único". Uma tal fórmula não teria sido compreendida, mas teria antes suscitado escândalo. Procedeu gradualmente, reivindicando para si os atributos de Vida (V, 26; XI, 25; XIV, 6), de Luz (VIII, 12; IX, 5...), de Verdade (XIV, 6), de identidade de poder (V, 17, 19-23) e de conhecimento (X, 15; XVII, 10) com o Pai, de preexistência na glória divina (VIII, 58; XVII, 5), e finalmente a sua unidade consubstancial com o Pai (X, 30, 38; XIV, 10-11). Os ouvintes compreenderam muito bem que se fazia igual a Deus (V, 18; X, 33). E a suprema confissão de Tomé no cenáculo: "Meu Senhor e meu Deus", sintetiza a fé dos Apóstolos na divindade de Cristo ressuscitado. (HUBY, *op. cit.*, pp. 277-278).

(139) Narra João sete milagres: a mudança da água em vinho nas bodas de Caná; as curas do filho do régulo, do paralítico da piscina, do cego de nascença; a multiplicação dos pães e a ressurreição de Lázaro. Todos são próprios do IV Evangelho, exceto o da multiplicação dos pães.

(140); b) as *omissões* de tantos fatos que podiam servir òtamente para a finalidade específica do IV Evangelho (por ex., a Transfiguração e as afirmações de Jesus perante Caifás) ou que são de suma importância no cristianismo (por ex., a instituição da Eucaristia): ~~tais fatos não poderiam ser omitidos, se já outras fontes bem conhecidas não os tivessem referido;~~ c) as *simples alusões* a fatos narrados nos sinópticos, como ao batismo de Jesus (I, 32) e ao cativo de João Batista (III, 24).

74. *Indole Própria do IV Evangelho.* — Numa expressão feliz, fixou *Clemente Alex.* a indole característica do IV Evangelho: "João, o último de todos, constatando que os fatos corpóreos já tinham sido narrados nos outros Evangelhos, a pedido de seus amigos e sob a inspiração do Espírito, compôs o *Evangelho espiritual.*" (141)

Último supérstite dos Apóstolos e dos discípulos imediatos do Salvador, escreveu João o seu Evangelho com suas lembranças de testemunha ocular e com a experiência de meio século de história cristã. Fatos e doutrinas de Cristo, não apenas vistos e ouvidos, mas vividos, cuja vitalidade e poder de expansão pelo mundo grego-romano estava presenciando, e que tinham sido o alimento constante das suas meditações sob a ação do Espírito Santo que lhe fôra prometido pelo seu amado Mestre e que sabia ter recebido. Espírito de verdade, Espírito iluminador, que lembraria tôdas as verdades reveladas (XIV, 26) e que, sem transformar a essência da mensagem pessoal de Cristo, faria perceber e penetrar o seu sentido mais profundo (XVI, 13...).

O elevar-se improvisamente às concepções mais altas do Cristianismo e permanecer nelas com um estilo, que sabe aliar uma extrema simplicidade com uma impressionante grandiosidade, uma atmosfera levemente ultraterrena e ao mesmo tempo sòlidamente terrestre, na qual são imergidas as personagens; tudo isso con-

(140) Nestes, as narrativas em grande parte são comuns, ao ponto de poderem ser colocadas lado a lado em três colunas e percorridas por um único olhar de conjunto. Por isso, os três primeiros Evangelhos são chamados *Sinópticos* (*de sun* e *opsis*, com um olhar). O conteúdo do IV Evangelho, pelo contrário, em grande parte (mais de 9/10) é próprio dêle, mas completa os outros três. Por ex., os sinópticos nar-ram principalmente a vida pública de Cristo na Galiléia, *Jo* estende-se mais no que Cristo fêz na Judéia e em Jerusalem; os sinópticos narram a instituição da Eucaristia, *Jo* fala da promessa que dela fizera Cristo (c. VI); na última ceia, *Jo* completa os sinópticos com a narração do lava-pés, dos discursos e da oração sacerdotal de Cristo (cc. XIII-XVII). Mesmo nos episódios comuns com os sinópticos, aparece em *Jo* a preocupação de integrar e de precisar as circunstâncias: vê-se isso, principalmente, na narração da Paixão. "Não se podia esperar que uma testemunha tão íntima do Mestre se limitasse a repetir de modo idêntico o que já tinham escrito outras testemunhas menos imediatas." (ZEDDA, *op. cit.*, p. 256).

(141) *Apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, VI, 14, 5: MG 20, 552; R, 439.

corre para fazer de João uma mente intuitiva e profunda, genial e unitária, teológica e realística, dominada por uma consideração que exprime a síntese mais breve da vida de Cristo e do Cristianismo: a luta da Luz com as trevas. (142)

Se os discursos e os diálogos de Jesus apresentam em *Jo* uma elevação maior do que nos sinópticos, não são por isso menos históricos. Confidências especiais, reservadas por Jesus aos mais íntimos entre os seus discípulos, e uma convivência de largos anos com a Mãe do Salvador fazem de João uma testemunha superior a qualquer outra e explicam como êle diga as mesmas verdades que os outros, mas de modo mais elevado e numa luz mais fulgurante, que distingue o IV Evangelho como a obra mais sublime inspirada por Deus que a terra possua.

É também o Evangelho do *Coração de Jesus*, revelando-nos mais intimamente o amor de Cristo para com o seu Pai e para com os homens.

É ainda o Evangelho da *graça*, da *vida divina em nós*: nôvo nascimento (III, 5), nova vida que atinge o próprio princípio dos nossos atos — a nossa natureza — para transformá-la e divinizá-la. Eis porque o IV Evangelho atrai de preferência as almas contemplativas.

Mas êste caráter místico e espiritual do IV Evangelho não apaga a realidade *humana e histórica*. "O Cristo de João é verdadeiro homem que fala, age, sofre e vive num quadro histórico-geográfico realíssimo." (*Lo Giudice, op. cit., p. 233*).

Nem exclui o elemento *exterior e visível*, que uma religião destinada a homens, compostos de corpo e alma, necessariamente requer. Ninguém como João inculcou tão vivamente a necessidade da *vida sacramental* para o nascimento e o desenvolvimento da vida divina em nós (Batismo, III, 5; Eucaristia, VI, 47-59; Penitência, XX, 22-23).

E como meio normal de participar dessa vida, a ordenação e a incorporação à *Igreja*, instituída para reunir num só rebanho e sob um único pastor os filhos de Deus dispersos (X, 16; XI, 52, . . .). Sociedade *visível*, pois deve ser um "motivo de credibilidade", um sinal sensível da ação divina (XVII, 21-25), e deve ser guiada pelo Colégio dos Doze, a quem Cristo comunicou a própria missão que recebera de seu Pai (XX, 21-23), sob o Primado de Pedro, Pastor universal dos cordeiros e das ovelhas (XXI, 15-18).

Êste caráter sacramental e eclesiástico do IV Evangelho decorre do dogma fundamental da Incarnação que o anima. A Igreja é como que a Incarnação continuada, a forma visível da permanência de Cristo, Verbo eterno incarnado, sempre vivo e operante no meio dos seus.

"Como a águia, possui João conjuntamente a elevação de um vidente, dono do espaço, e a observação aguda dos objetos terrestres. Sua vista penetrante colheu as ações de Cristo quando se inscreviam na história, mas as viu solenes e magnificas, ~~porque estavam intrinsecamente iluminadas pela glória do Filho de Deus.~~" (143)

75. *Data e Lugar da Composição do IV Evangelho.* — Segundo a tradição antiga e unânime [cfr. nota 100], Jo é posterior aos três sinópticos. E a crítica interna o confirma, pois: João supõe conhecidos os sinópticos, que êle quer completar, e se dirige a fiéis já bem instruídos por longa catequese; João alcançara uma idade avançada (Jo XXI, 20-24); as heresias que combate no seu Evangelho e na sua I Epístola espalharam-se na Ásia Menor só nos últimos decênios do I século.

Por outro lado, atesta o antigo *Prólogo latino* [cfr. nº 42, c] que o IV Evangelho é posterior ao *Apocalipse*. Ireneu, por sua vez, nos diz que João compôs o *Apocalipse* durante o seu exílio em Patmos (144), conforme alude o próprio João (*Apoc.* I, 9), pelo fim do império de Domiciano (145), mas escreveu (146) o seu Evangelho em Éfeso [nº 43, b], para onde, segundo o testemunho de Clemente Alex., confirmado por Ireneu, Epifânio, Jerônimo e Eusébio (147), voltou depois da morte do tirano, sob Nervo, no ano 96, e permaneceu até à sua morte, que se deu nos tempos de Trajano (148), por volta do ano 104.

Foi, portanto, durante a sua segunda permanência em Éfeso, entre os anos 96 e 104, que João escreveu e divulgou o seu Evangelho.

Essa data tradicional veio a ser esplêndidamente confirmada pelos papiros *P⁵²* e *Egerton 2*, de que já falamos [nº 70]. A

(143) HUBY, *op.*, *cit.*, p. 291; cfr. pp. 282-291.

(144) L. DE GRANDMAISON (*op. cit.*, I, p. 229) pensa que, em Patmos, João "só reuniu num livro de conjunto visões e exortações já escritas por êle em tempos diferentes, entre os anos 65 e 90", dando-lhes uma redação definitiva: o que explicaria a importância tão grande e a dramaticidade que apresentam certos episódios passados, como as perseguições de Nero...

(145) IRENEU, *Adv. Haer.*, V, 30: MG 7, 1207 e *apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, V, 8, 6: MG 20, 450.

(146) Mais provavelmente "ditou", como refere o *Prólogo Latino* [nº 50, c]. Ficariam, assim, mais facilmente explicadas as diferenças existentes, quanto à correção da língua, entre o IV Evangelho e o *Apocalipse*, já notadas por Dionísio de Alexandria no III século. O secretário conferiu ao grego do Evangelho uma correção que João, sozinho no exílio, não teve ocasião de dar ao grego do *Apocalipse*. (HUBY, *op. cit.*, p. 232).

(147) *Apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, III, 20, 9: MG 20, 255..

(148) IRENEU, *Adv. Haer.*, II, 22, 5: MG 7, 785; CLEMENTE ALEX., *apud* EUSÉBIO, *op. cit.*, III, 23, 5: MG 20, 258. — POLÍCRATES nos atesta a existência, em Éfeso, do túmulo do Apóstolo João: *apud* EUSÉBIO, *op. cit.*, III, 31: MG 20, 279.

difusão e o uso do IV Evangelho no Egito nos primeiros decênios do II século pressupõe uma publicação não posterior aos primeiros anos deste século. Ficaram, com estes papiros, definitivamente eliminadas as elucubrações apriorísticas da crítica liberal e racionalista, que sentenciava não poder o IV Evangelho ser anterior aos anos 140, 150, ou mesmo 170.

ARTIGO SEGUNDO

A CREDIBILIDADE HISTÓRICA DOS EVANGELHOS

76. Por serem "Palavras de Deus", não podem os Evangelhos conter absolutamente nada de errado. Enquanto documentos humanos, que é o aspeto sob o qual os consideramos agora, a sua *credibilidade histórica* — como a de qualquer livro histórico — fica legítima e cientificamente estabelecida desde que seja provada a historicidade do seu conteúdo quanto à substância dos fatos com suas circunstâncias essenciais e quanto ao sentido das palavras referidas. — Esta historicidade *substancial* é plenamente suficiente para fundamentar a absoluta legitimidade e racionalidade dos argumentos apologéticos que apresentaremos em todo este nosso trabalho. (149) ,

77. *Doutrina da Igreja.* — A *indole histórica* dos Evangelhos foi repetidamente afirmada pela Igreja, contra os erros modernos Cfr. *Denz.* 1980, 2013, 2016-2017, 2112, 2153-2154, 2163. — A *credibilidade histórica* é contida implicitamente no dogma da inspiração divina da Sagrada Escritura: Concílios *Florentino* (D 706), *Tridentino* (D 783) e *Vaticano I* (D 1787); Leão XIII, na *Enc. Providentissimus Deus* (D 1951-2); S. Pio X, no *Decr. Lamentabili* (D 2011), na *Enc. Pascendi* (D 2090 e 2102); Bento XV, na *Enc. Spiritus Paraclitus* (D 2186-8).

Donde, a historicidade dos Evangelhos, além de ser criticamente *certa*, teologicamente é *de fé divina*, implicitamente definida pelos Concílios, ou pelo menos ensinada pelo Magistério ordinário da Igreja como contida na Sagrada Escritura e na Tradição.

Vamos demonstrá-la pela *crítica histórica*.

(149) É claro que, com esta distinção entre a inerrância *absoluta* e a *substancial*, não pretendemos conceder que haja algum erro, por mínimo que seja, nos nossos Evangelhos. Porém, essa inerrância absoluta será provada ao tratar da Inspiração divina. Consideramos agora a substancial, que o bom senso e todos os historiadores reconhecem como suficiente para evidenciar cientificamente a plena historicidade de uma obra.

TESE II. — Os Evangelistas tiveram a intenção de narrar fatos históricos realmente acontecidos, embora não pretendessem apresentar a história completa de tudo o que Cristo fez e disse.

78. *Sentido da Tese.* — Não pretendemos ainda, nesta tese, demonstrar que as narrativas evangélicas são realmente históricas, mas tão somente que os seus autores as apresentam como históricas. Isto é:

1) As palavras que citam e os fatos que descrevem, não os consideravam os Evangelistas: — a) como uma pura *forma* externa ou veste *literária* de que lançavam mão para representar ao vivo e dramatizar uma doutrina dogmática; — b) nem como um *sincretismo* de religiões orientais ou um conjunto folclórico de lendas (Harnack, Loisy...); — c) nem como uma coleção de *elementos primitivos*, de carácter *lendário* e sem fundamento histórico, acrescidos e coordenados pelo trabalho anônimo de coletividades independentes, para edificação religiosa e moral (*Teoria das Formas*); — mas como *palavras realmente pronunciadas*, ao menos quanto ao sentido, e como *fatos realmente acontecidos* nos lugares e nas circunstâncias que êles indicam, tendo, por conseguinte, a intenção de escrever uma obra de carácter verdadeiramente histórico. (150)

2) Não pretenderam, contudo, incluir nas suas narrativas a história *completa* da vida de Cristo; mas cada evangelista, entre as coisas que sabia acêrca de Cristo, escolheu algumas que julgou mais adaptadas ao fim especial que tinha em vista, omitindo outras, talvez importantes, mas que não entravam necessariamente na linha desta finalidade. (151)

(150) Essencialmente históricos, enquanto narram coisas objetivamente verdadeiras, os Evangelhos não foram escritos segundo as normas técnicas da moderna historiografia científica, nem pretendem ser obra literária de erudição artificiosa. Seus autores tinham em vista um fim prático: atestar a messianidade e divindade de Jesus e promover a fé, o amor e o culto para com Êle. Alcançaram esta finalidade com narrações cheias de espontaneidade, vivacidade e simplicidade, escolhendo ensinamentos e ações de Cristo e coordenando-os segundo uma ordem nem sempre estritamente cronológica, mas antes lógica ou psicológica, de acôrdo com esquemas previamente determinados e seguidos na catequese ou pregação oral que precedeu a redação escrita. Portanto, história veríssima, porém religiosa e popular, com forma e estilo distintos de qualquer modelo profano. (C. LO GIUDICE, *Il Vangelo*, pp. 36-41).

(151) Como judiciosamente observa MORS (*op. cit.*, p. 211), não escreveram os evangelistas direta e imediatamente para nós, mas para

Demonstração.

79. 1. *Que os Evangelistas tivessem realmente a intenção de escrever fatos históricos, consta com plena evidência:*

~~1º) Pela sua afirmação explícita.~~ — Lucas, no prólogo (Lc I, 1-5) assegura-nos que foi diligente em ouvir as testemunhas oculares, desde as primeiras (os Apóstolos), e investigar todos os documentos escritos. João, no seu Evangelho (XIX, 35; XX, 30; XXI, 24) e na I Epístola (I, 1-5), afirma que escreveu o que viu e ouviu (logo, fatos e palavras), o que tocou com suas mãos.

2º) *Pela sua finalidade.* — Com as narrativas evangélicas os seus autores queriam demonstrar o fato da messianidade e da divindade de Jesus Cristo, como vimos nos ns. 59, 65, 68, 73. Ora não é com lendas ou alegorias, mas só com *fatos reais* que o podiam demonstrar: por ex., é somente com uma realização *real* na pessoa de Cristo das profecias do A.T., que podia Mateus provar aos Judeus ser o mesmo Cristo o Messias anunciado. (152)

3º) *Pelo seu modo de escrever.* — a) Nas expressões (Jesus disse, respondeu, fêz; aconteceu que...), na indicação das circunstâncias, pormenorizadas e determinadas, de lugares, de tempo, de condições políticas e sociais...: em tudo seguem o modo de escrever próprio dos historiadores. Um tal modo de proceder, unido à sua afirmação explícita, prova a intenção de narrar coisas históricas. — b) Confirma-se ainda pelo cuidado que têm em nos avisar explicitamente quando, em vez de fatos reais, contam as parábolas e alegorias de que se servia Cristo na explicação da sua doutrina.

determinados leitores do seu tempo, dos quais conheciam perfeitamente as condições de vida, as dificuldades, as perseguições...: coisas tôdas que nós agora ignoramos em grande parte. Podiam, pois, melhor do que nós avaliar a conveniência da omissão de algum fato particular. Por isso, dessa omissão não podemos deduzir que este fato fôsse ignorado pelo autor ou que não seja histórico. O argumento do silêncio só tem valor quando fica demonstrado que o fato omitido não somente não podia ser ignorado, mas também não podia ser omitido pelo autor.

(152) Logo a finalidade *apologética* dos Evangelistas, longe de constituir para o caráter histórico das suas narrações um impedimento (como diziam alguns críticos racionalistas), é pelo contrário um argumento eficaz: é somente sobre a base sólida dos fatos históricos, que se pode construir uma apologética válida. Poderá esta finalidade provocar uma determinada seleção e coordenação no material das narrativas; isso porém, por si, não tira o caráter histórico das coisas narradas. (MORS, *op. cit.*, p. 213).

4º) *Pelo testemunho dos escritores antigos.* — Como veremos na tese seguinte, todos os autores antigos, tanto os hereges e pagãos como os cristãos, reconheceram os Evangelhos como livros *históricos*.

80. II. Não referem os Evangelhos tôdas as palavras e ações de Cristo, nem todos os seus milagres:

a) João no-lo afirma explicitamente (XX, 30) e até em termos hiperbólicos (XXI, 25). Do mesmo modo Lucas, como já notava S. João Crisóstomo, quando nos Atos (I, 1) se refere ao seu Evangelho, não diz que escrevera *omnia*, tudo, senão “*de omnibus*”, i. é, acêrca de tudo, tomado globalmente (153). — b) Como já vimos, os Evangelhos foram escritos em circunstâncias peculiares, para destinatários determinados e em função das necessidades da catequese. S. Justino os chamava “*memórias dos Apóstolos*”, i. é, resumos da sua pregação. Não podemos, portanto, pretender encontrar nêles uma biografia exaustiva da vida e dos ensinamentos de Cristo.

Nota. — O mesmo se deve dizer dos outros escritos do Novo Testamento: Atos dos Apóstolos, Apocalipse e Epístolas.

TESE III. — Os Evangelhos, escritos por autores que não se enganaram, que não quiseram nem teriam podido nos enganar, possuem plena autoridade e credibilidade histórica.

81. Os Evangelhos, que seus autores apresentam como narrativas históricas, são realmente históricos? Os fatos que narram aconteceram *realmente* e *tais* como são narrados?

É a esta pergunta que responde a tese.

A *credibilidade histórica* de uma obra provém da autoridade histórica do seu autor, e esta depende da *ciência* que o autor tem dos fatos por êle narrados e da *veracidade* com a qual os narra: possui autoridade histórica e merece fé, quem sabe o que diz e diz o que sabe, quem não se engana nem

(153) Cfr. E. JACQUIER, *Les Actes des Apôtres* (Etudes bibliques), Gebalda, Paris 1926, 2ª edição, p. 4. — Como observa LELOTTE: “se Deus quisera dar-nos uma biografia completa de Cristo, devera inspirar quatro redações idênticas até nos mínimos pormenores, i. é, quatro exemplares do mesmo livro! Deu-nos coisa melhor: obras originais, inspiradas pelas circunstâncias concretas da vida da Igreja, e formando todavia um único e mesmo Evangelho”. (*La solution du problème de la vie*, III, p. 19).

nos engana, quem não erra nem mente. — Eis, portanto, o que devemos demonstrar acêrca dos autores dos Evangelhos.

I Parte. — Os Evangelistas não se enganaram

82. 1.º) *Os Evangelistas estiveram nas circunstâncias mais favoráveis para conhecerem com certeza e precisão o que narraram:*

Mateus e João, Apóstolos que conviveram três anos com Jesus, foram testemunhas imediatas da sua vida pública, da sua Paixão, Ressurreição e Ascensão. — *Marcos*, se é que não conheceu pessoalmente a Cristo, foi companheiro e secretário do Apóstolo Pedro e, já antes, por vários anos, em Jerusalém vivera na intimidade dos Apóstolos e dos primeiros cristãos, que costumavam ter suas reuniões na casa de sua mãe. — *Lucas*, nas suas viagens com o Apóstolo das Gentes, teve igual oportunidade de se informar (e afirma que o fez cuidadosamente) com os Apóstolos e as outras testemunhas oculares e com os primeiros discípulos [cfr. nº 67, 1].

Quanto aos acontecimentos anteriores à vida pública de Jesus (conceição, nascimento, infância, tentações...) e a alguns particulares da sua Paixão e Ressurreição, além do que o próprio Cristo provavelmente contou aos seus Apóstolos, puderam interrogar Nossa Senhora, as santas mulheres, os soldados, o centurião, os ministros dos sacerdotes... — Aliás, como nota *Mors*, para a nossa demonstração apologética, são plenamente suficientes os fatos e os ensinamentos que se deram em público e foram presenciados por todos os Apóstolos e por muitas outras testemunhas amigas e inimigas. (154)

2.º) *As coisas que narram eram facilmente conhecíveis:*

A sua Doutrina anunciou-a Cristo publicamente e na forma mais clara e adaptada à mentalidade do povo, ilustrando-a com parábolas atraentes e comparações tiradas da vida ordinária dos seus ouvintes, e inculcando-a com freqüentes repetições: era pois fácil retê-la e transmiti-la.

Os Fatos da vida de Cristo eram sensíveis e patentes, e por isso fáceis de serem observados; eram públicos e foram presenciados por grandes multidões em toda a Palestina; muitos eram também extraordinários e maravilhosos e, portanto, atraíam toda a atenção.

Doutrina e Fatos eram de *suma importância* para as instituições e a religião do povo judaico e para os próprios evangelistas, pois diziam respeito aos supremos valores da vida e ao seu último fim, a uma religião e moral apresentada como norma absoluta e necessária de todo o comportamento humano. Logo, foi evidentemente com a máxima diligência que foram observados e retidos.

3.º) *Em tais circunstâncias, a hipótese de se terem enganado os Evangelistas, não é apenas desprovida de fundamento, mas é totalmente inadmissível:*

Como nos atesta a tradição, os Evangelhos, apenas publicados, foram logo utilizados na catequese, lidos nas reuniões públicas dos fiéis e reconhecidos por todos [cfr., por ex. ns. 39 e 40, b] e bem cedo citados [cfr. n.º 51] como documentos de *suma autoridade* e portanto *concordes* com os fatos. Ora êstes fatos tinham sido presenciados, em tôda a Palestina, por dezenas de milhares de testemunhas, amigas e inimigas de Cristo, das quais muitíssimas viviam ainda quando apareceram os Evangelhos (155), cuja autoridade reconheceram. Por conseguinte, para podermos admitir que os Evangelistas se enganaram, deveríamos supor que se enganaram também tôdas estas testemunhas sobreviventes.

Mas isto seria supor uma *ALUCINAÇÃO: universal*, i. é, em tôdas elas; — *idêntica*, i. é, imaginaram tôdas vêr os mesmos fatos com as mesmas circunstâncias e pormenores de tempo, lugar, pessoas...; também os inimigos de Cristo, que certamente não estavam psicologicamente predispostos para uma alucinação idêntica à dos amigos; — *acêrca de centenas de fatos e discursos variadíssimos*, que se deram durante a vida de Cristo, principalmente nos últimos três anos; — e em todos êstes anos teria *perdurado* a alucinação, sem que ninguém se tivesse nunca apercebido de estar alucinado. Uma tal suposição cai de inconsistente e absurda: não assim procede o fenômeno subjetivo da alucinação. Veja-se a Psicologia. Cfr. também *infra*, n.º 323.

(155) A coisa é evidente em relação aos três sinópticos, publicados entre os anos 50 e 63. Mas havia ainda algumas sobreviventes no fim do I século. Na sua Apologia do cristianismo apresentada ao imperador Adriano (117-138), atesta-nos QUADRATUS que grande número dos que foram curados ou ressuscitados por Cristo sobreviveram muitos anos e alguns até ao seu tempo. (EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, IV, 3: MG 20, 307).

Logo é inadmissível a hipótese de se terem enganado os Evangelistas.

83. OBJEÇÃO (Teoria da Idealização). — Seja. Não houve alucinação no momento em que os fatos foram presenciados. Mas com o correr dos anos, por uma *idealização progressiva*, estes fatos, ao passar de boca em boca, foram pouco a pouco transformados inconscientemente pela imaginação da primitiva Igreja, e os Evangelhos, escritos sob a influência do ambiente, reproduzem os fatos assim idealizados, e não como se tinham dado historicamente. (*Renan, Loisy . . .*).

Resposta. — Desde a morte de Cristo até à publicação dos sinópticos tinham decorrido menos de 30 anos. Ninguém admite a possibilidade de uma tal idealização em tão pouco tempo (156), simultaneamente e de um modo idêntico em tôdas as Igrejas tão distantes, e sem deixar vestígio algum de divergências. E se pode ver claramente que de fato não se deu, nem se podia dar:

1. *De fato não se deu.*

Esta hipótese da idealização, levantada unicamente pelo preconceito apriorístico que nega todo sobrenatural:

a) *não apresenta causa alguma proporcionada:* Se os ensinamentos e milagres evangélicos não são realmente de Cristo, mas fruto de uma idealização posterior; se Jesus de Nazaré nada fez de extraordinário, mas era um simples homem, um judeu piedoso e meigo como tantos outros: que motivo podiam ter seus contemporâneos para cogitar sequer nesta idealização? qual a causa de uma veneração tão antiga e espontânea que já é proclamada *poucos dias* depois da morte do Mestre, tão audaciosa que chega à divinização de Cristo, tão enraizada que resiste aos tormentos do martírio?

b) *é oposta à mentalidade dos apóstolos e dos discípulos:* admitiam um único Deus, eterno e imutável; condenavam como sacrilégio nefando a adoração de uma pura criatura, qualquer que fôsse: morriam mártires por não querer sacrificar aos ídolos e aos imperadores. Como se teriam atrevido espontaneamente a identificar Jesus Cristo com o Criador, a considerá-lo o Filho de Deus incarnado, o próprio Deus, como seu Pai? Sômente uma revelação expressa, provada com milagres, podia a isso obrigá-los.

c) *é desmentida pelo teor dos Evangelhos:* nêles nada há que lembre as elucubrações mitológicas; os fatos mais extraordinários como os mais comuns, tudo é narrado com uma simplicidade

(156) Nem os próprios racionalistas. Por isso, viram-se contrangidos a recuar a composição dos Evangelhos para uma data muito posterior, que a crítica séria, mesmo entre os incrédulos, não pode absolutamente aceitar.

e reserva, em que nenhuma parte é concedida à imaginação: é depoimento de quem testifica, não invenção exaltada de quem idealiza. (157)

~~2. Nem se podia dar:~~

a) Iniciaram os Apóstolos a sua catequese, dando testemunho da vida e da doutrina de Cristo, 52 dias depois da Paixão, diante de milhares de judeus que tinham conhecido e ouvido o próprio Cristo e diante do Sinédrio que o condenara à morte. Nestas pregações, Pedro proclamou a messianidade, os milagres, a morte, a ressurreição e a divindade de Jesus (*Atos*, cc. II, III, IV), sem que ninguém, nem os infensos fariseus, o pudessem desmentir. Quem irá dizer que já então se dera a "idealização progressiva"? A catequese primitiva, portanto, era certamente conforme com os fatos e já incluía os pontos essenciais que encontramos nos Evangelhos.

b) Mas esta catequese primitiva, ao espalhar-se pela Palestina e em seguida por todo o império romano, sempre porém sob a direção imediata ou mediata dos Apóstolos, era objeto de uma vigilância e de um culto rigoroso (158). Cheios de amor verdadeiro pelo seu Divino Mestre e, por conseguinte, obedientes à missão que lhes confiara de serem as suas *testemunhas* até aos confins da terra (*Atos*, I, 8), ensinando a observar todos os seus mandamentos (*Mt XXVIII*, 20), não iriam os Apóstolos permitir que esta catequese fôsse mudada por idealizações falsificadoras.

(157) Cfr. FALCON, *op. cit.*, pp. 240-244.

(158) As fontes autênticas nos apresentam a pregação da mensagem de Cristo, não como deixada à livre iniciativa de convertidos ardentes e fanáticos, mas como uma atividade rigorosamente organizada e controlada pelos Apóstolos, formados e enviados por Cristo. Consideravam eles o "ministério da palavra" como sua função específica (*Atos*, VI, 4) e seguiam atentamente os movimentos das conversões. Pedro e João, por ex., vão inspecionar pessoalmente o apostolado na Samaria (*Atos VIII*, 14-17); Pedro visita as comunidades cristãs da Palestina (*Atos IX*, 31-42); para o mesmo fim, Barnabé é enviado a Antioquia (*Atos XI*, 19-22). Do mesmo modo procedia também Paulo: foi conferenciar com Pedro (*Gal. I*, 18); anos depois, referiu seu apostolado à assembléia de Jerusalém, que o aprovou (*Gal. II*, 2-10; *Atos XV*); escolheu com cuidado seus auxiliares, como Tito e Timóteo, e ao entregar-lhes a direção de algumas Igrejas que fundara, dirigiu-lhes cartas especiais (as Pastorais), com indicações precisas sobre o modo de exercer sua autoridade magisterial. (Cfr. *Civiltà Cattolica*, 1962, III, 246-256).

Em repetidas e graves advertências inculcaram os Apóstolos que a mensagem de Cristo por eles transmitida constituía um "depósito sagrado", que devia ser recebido, conservado e transmitido na sua absoluta integridade. E a Igreja primitiva conservou esta pregação apostólica com suma veneração e zelo escrupuloso, fazendo dela o *critério seguro* para avaliar escritos e doutrinas. E assim, quando mais tarde apareceram as idealizações dos apócrifos, foram logo rejeitadas. Veja infra, nº 112, 3º e notas 199-203, os textos e as provas.

Nem o teriam podido permitir sem contradizer suas primeiras pregações e sem se transformar de testemunhas em impostores.

Nem se diga que foi *inconscientemente*, porque, para eles, Jesus não era uma personagem de sonhos e imaginações, mas uma ~~persona real que tinham visto, ouvido, tocado e seguido nas circunstâncias concretas da sua vida de cada dia.~~ E a umas testemunhas oculares atentas, vivamente impressionadas por uma doutrina ouvida e por fatos presenciados que se gravaram profundamente na sua memória — qual era o caso dos Apóstolos e de milhares de habitantes da Palestina — de nenhum modo é possível confundir e identificar esta doutrina e estes fatos com umas idealizações transformadoras.

Por conseguinte, *permaneceu a catequese na sua pureza e integridade primitiva*. Houve, por certo, um desenvolvimento na exposição mais profunda e teológica dos dogmas, como se pode ver nas Epístolas paulinas anteriores aos Evangelhos. A doutrina, porém, e os fatos permaneceram os mesmos.

c) Se, portanto, desde o seu aparecer, os *Evangelhos* foram logo aceitos, entregues às Igrejas e lidos nas reuniões oficiais, é porque *concordavam plenamente com a pregação apostólica primitiva*, da qual, precisamente, queriam ser a relação escrita, como o afirma explicitamente Lucas no seu prólogo.

d) *Nem se deixaram os Evangelistas influenciar pelo seu ambiente*. Nos anos em que foram compostos os Evangelhos: a) os Apóstolos eram tidos em suma veneração pelos cristãos, que os conheciam tais como os transformara o Espírito Santo no dia de Pentecostes; entretanto, nos Evangelhos são retratados como eram durante a vida pública e a Paixão de Cristo, com sua origem humilde, com seus defeitos, suas invejas e contenções, sua timidez, sua fuga no jardim das oliveiras, sua covardia durante a Paixão, seu desânimo depois da morte de Jesus, sua lentidão em crer na Ressurreição...; — b) S. Paulo já tinha escrito suas grandes Epístolas; entretanto, nenhuma das suas profundas exposições teológicas aparece nos Evangelhos, mas tão somente a narração clara é circunstanciada de fatos e o enunciado simples, "paleontológico", na expressão de Harnack, da catequese primitiva anterior aos desenvolvimentos dos anos 50-60. (159). Nenhuma influência, portanto, exerceu o ambiente sobre o conteúdo dos Evangelhos.

e) Acrescentemos ainda que, entre as testemunhas oculares sobreviventes, não havia apenas cristãos amigos de Jesus, mas também judeus e pagãos não convertidos, infensísimos ao cristianismo. Será que também eles "idealizaram" os fatos e divinizaram Cristo? Muito pelo contrário, teriam com toda a certeza desmascarado e desmentido tais desfigurações dos fatos por eles presenciados. Ora de tais protestações nenhum sinal na história:

(159) Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, p. 124.

proibição de pregar, ameaças, torturas, martírios, houve sim e desde o início; desmentido, nenhum.

De tudo o que precede é forçoso concluir que esta "idealização progressiva" é inadmissível. Não se deu: à sua realização faltou tempo e possibilidade.

f) Deus, que não pode confirmar o erro, confirmou com *milagres* a pregação dos Apóstolos, os quais afirmavam estar pregando os verdadeiros fatos da vida de Cristo e sua genuína doutrina: Cfr. infra na Tese XVI, os ns. 363 e 367.

II Parte. — Os Evangelistas não quizeram enganar. (160)

84. 1. *Nemo malus donec probetur*: é um princípio jurídico universal. Ninguém pode ser acusado de mentiroso sem prova alguma. Principalmente em matéria tão importante como a religião, que atinge todos e cada um dos atos humanos e onde, portanto, *a fraude seria a maior das imposturas*. Ora, não somente ninguém apresentou nunca provas contra a dignidade da vida dos Apóstolos e dos Evangelistas, nem mesmo os mais acérrimos inimigos do cristianismo, como os filósofos pagãos Celso e Porfírio e o imperador Juliano Apóstata, que não teriam deixado de aproveitá-las, se as houvera; mas, pelo contrário, todos lhes glorificam a vida apostólica, cheia de virtudes heróicas. Logo ninguém tem o direito de supô-los, sem mais, mentirosos e impostores.

2. *Ninguém mente sem algum motivo ou interesse*. Ora, em expor a doutrina e narrar os fatos contidos nos Evangelhos, não podiam os Evangelistas ter em vista nenhum interesse:

nem nesta vida, pois: sendo esta doutrina diametralmente oposta às paixões humanas e aos princípios e instituições da sociedade corrompida de então, bem podiam prever que iriam de encontro a tôda espécie de resistências, de vexações e perseguições até à morte, como de fato sucedeu e já tinham experimentado: já antes da composição dos Evangelhos, a Igreja tivera seus mártires. Se, por conseguinte, tivessem procurado interesses temporais, é um Messias e uma doutrina bem diferentes, menos discordantes das opiniões dos judeus e de seus chefes e mais conciliáveis com as concepções pagãs, que teriam descrito;

(160) Cfr. EUSÉBIO, *Demonstr. Evangelica*, III, 5: MG 22, 198-222. — A sinceridade dos Evangelistas é hoje universalmente reconhecida. Há muitos anos que as invenções de Voltaire, Reimar e Bruno Bauer, com a sua *Theoria fraudis*, caíram no desprêzo e no esquecimento.

nem na outra vida, pois: na hipótese de estarem mentindo, teriam consciência de serem os maiores impostores, aos quais bem sabiam que Deus não podia reservar senão castigos eternos.

Logo não se pode supor que quisessem enganar.

3. *Esta doutrina que ensinavam, a praticavam também eles.* Ora, na hipótese de mentirem, saberiam que era falsa. Como, então, supor que se haviam de sujeitar a ela, mesmo nos seus pontos mais difíceis, e sustentá-la até diante dos maiores suplícios e da própria morte? “De bom grado, dizia *Pascal*, creio em fatos cujas testemunhas se deixam degolar”.

4. Quem quer enganar *não entra em pormenores* de tempo, lugares e pessoas, que dariam ocasião a verificações fáceis e a desmentidos formais. Ora, os Evangelistas, escrevendo numa sociedade civilizada, numa época em que viviam ainda muitas testemunhas oculares, tanto inimigas como amigas, tomam todo o cuidado em situar os fatos nas suas circunstâncias pormenorizadas de tempo, lugares e pessoas. Logo não temiam um desmentido.

Nas suas narrativas, afirmam que os habitantes de Jerusalém e da Palestina foram testemunhas dos fatos, afirmam que os sacerdotes, fariseus e magistrados do povo de Israel sempre perseguiram Jesus, até fazê-lo condenar à morte de cruz. Se tivessem consciência de estarem mentindo, como teriam a ousadia de apresentar estas narrativas — como fez diretamente Mateus — a estas mesmas testemunhas, a êstes mesmos inimigos de Cristo? (161). E que não temiam nenhum desmentido, porque tinham consciência de ter escrito a verdade.

• 5. Os Evangelhos foram compostos em lugares distantes e tempos diferentes, por autores distintos, cada um apresentando os fatos com variedade nas circunstâncias, na escolha e na seqüência, segundo a sua personalidade e sua finalidade própria. Entretanto, *não contém nenhuma contradição real*. A não serem verdadeiros os relatos evangélicos, mas puras

(161) O pontífice *Anaz*, por ex., muitos anos depois da morte de Jesus, gozava ainda de suma autoridade (FL. JOSEFO, *Ant. Jud.*, 20, 9, 1). Seus filhos sucederam-lhe no pontificado. Assim, Anaz II, fez morrer o Apóstolo S. Tiago e viveu até à guerra judaica. (*Apud MORS, op. cit.*, p. 219).

invenções, esta *concordância real* só se poderia explicar com uma combinação prévia dos Evangelistas. Mas suposta esta combinação, já não se explicaria estas *variações*: não teriam por certo deixado divergências, que dão a aparência de contradições. (162)

6. Aliás, o estilo simples e objetivo, sem nenhuma das exagerações e fantasias que se costumam encontrar nos escritos de lendas e mitologias; a exposição singela dos fatos; a menção dos defeitos dos Apóstolos e das repreensões que receberam de Cristo; a serenidade, sobriedade e fria indiferença nas narrações, com a falta absoluta de paixão e de esforço para comover os leitores, etc. . . . : tudo isso indica uma preocupação de sinceridade e faz dos Evangelhos um modelo de estilo histórico.

Pelo *conjunto* de todos êstes argumentos já se vê claramente que os Evangelistas não quiseram enganar, não foram impostores. Ainda há mais.

III Parte. — Impossibilidade de admitir êrro ou mentira nos Evangelistas.

85. I ARG. — *Pela sublimidade da doutrina e da personalidade de Cristo.* — Se os Evangelistas erraram ou mentiram, foram êles com os Apóstolos que imaginaram e inventaram a doutrina e a personalidade de Cristo contidas nos Evangelhos. Ora, eram absolutamente incapazes de uma tal invenção:

A doutrina evangélica é tão bela e tão sublime e ao mesmo tempo tão conforme com a natureza humana e com a razão, mesmo nos seus mistérios, e supera tão de longe tudo o que ensinaram os mais profundos filósofos, que nenhuma mente

(162) Pouco depois da morte de Maomé, foram constatadas divergências entre os exemplares do Alcorão conservados em Emessa, Damasco, Basrah e Koufah. O califa dá ordem a Zeid ibn Tabit, secretário do Profeta e compilador de suas "revelações" e seus ensinamentos (i. e, do Alcorão) e a mais três colaboradores de reconstituírem o texto, declara em seguida êsse texto assim revisto como o único autêntico e faz destruir os outros exemplares. Que diríamos, se algum dos primeiros papas tivesse feito rever e retocar os Evangelhos para reduzi-los a um texto único, queimando depois todos os documentos e as cópias anteriores? (PINARD DE LA BOULLAYE, *Jésus et l'Histoire, Conférences de 1929*, pp. 173-174). "On ne vit jamais mieux l'honnêteté de l'Eglise", confessa RENAN (*L'Eglise*, p. 500).

humana por sábia que seja a poderia conceber, muito menos pobres pescadores ignorantes. (163)

A *personalidade de Cristo*, homem verdadeiro, mas de uma dignidade supereminente, de uma pureza absoluta, cheio de compaixão e de bondade, ~~taumaturgo de um poder sem igual~~ como sem ostentações, que fala da vida futura como quem a conhece e viu, que expõe uma moral como o mundo nunca ouvira, que revela os mais altos mistérios da Divindade como coisas que lhe são familiares, que termina a sua jornada terrestre com a morte mais sublime e que, senhor da morte, ressuscita ao terceiro dia e depois sobe ao céu, Deus adorado por todos os séculos: uma tal personalidade sobrehumana não é uma figura imaginável por mente humana, mas só pode ser uma realidade viva, que os Apóstolos contemplaram, amaram e procuraram retratar o mais fielmente possível. (164)

Logo é impossível que os Evangelhos sejam fruto de um erro ou de uma mentira dos Evangelistas.

86. OBJEÇÃO. — Foi dos seus contemporâneos que os Evangelistas tiraram o conteúdo das suas narrativas: a doutrina não passa de um *sincretismo*, i. é, de um agregado de vários elementos colhidos nas religiões gregas e orientais; o modelo da personalidade de Cristo já se achava no Messias esperado pelos Judeus. (165)

Resposta. — a) A doutrina evangélica supera essencialmente tôdas as concepções filosóficas e religiosas daquêle tempo,

(163) "Je crois au Christ, parce qu'il a apporté à la terre la doctrine la plus sainte, la plus féconde et la plus divine qui ait jamais rayonné sur l'intelligence humaine. Une doctrine si céleste ne peut être le fruit de la déception et du mensonge." LAMARTINE, *Voyage en Orient*, visite à lady Esther Stanhope. (Apud DUPLESSY, *Les Apologues laïques*, p. 208). — Este argumento da sublimidade e transcendência da doutrina cristã será retomado e desenvolvido na Segunda Parte.

(164) Reconhecem isso também os racionalistas:

"Bien loin que Jésus ait été créé par ses disciples, Jésus apparaît en tout comme supérieur à ses disciples... En somme, le caractère de Jésus, loin d'avoir été embelli par ses biographes, a été diminué par eux." RENAN, *Vie de Jésus*, XXVIII.

"Disons-nous que l'histoire de l'Évangile soit inventée à plaisir? Ce n'est pas ainsi qu'on invente... Jamais des auteurs juifs n'eussent trouvé ni ce ton ni cette morale, et l'Évangile a des caractères de vérité si grands, si frappants, si parfaitement inimitables, que l'inventeur en serait plus étonnant que le héros." J.J. ROUSSEAU, *Emile*, Profession de foi du vicaire savoyard. (Apud DUPLESSY, *Apologétique*, II, p. 141).

(165) Cfr. *infra*, ns. 128-129, a exposição e refutação mais por-menorizada do sistema comparatista ou mitológico.

mesmo as dos Judeus; nada de parecido continham as religiões da Grécia e do Oriente. Aliás, já antes de saírem da Palestina tinham os Apóstolos enunciado na sua catequese primitiva os pontos essenciais do cristianismo, e os Judeus tinham horror a qualquer idéa religiosa dos pagãos.

~~b) O retrato evangélico de Cristo, nobre, espiritual e divino, é totalmente diferente: quer de um Messias com caráter político, que devia restabelecer o reino temporal de Israel e trazer a prosperidade terrestre, idéa messiânica então corrente entre os Judeus e os próprios Apóstolos antes de receberem o Espírito Santo (Atos, I, 6); quer das absurdas teogonias e mitologias dos politeísmos pagãos.~~

c) A hipótese do sincretismo, como tentativa de uma explicação natural da origem da religião cristã, é conseqüência do naturalismo dos racionalistas: negando a possibilidade de uma revelação sobrenatural, tiveram que recorrer a um influxo das religiões pre-existentes. Mas esta hipótese, agarrada à futilidade de pretensas analogias, tôdas superficiais, entre o cristianismo e as religiões de mistérios provenientes do oriente e do helenismo, é desmentida pelos fatos. A êste sincretismo opõem-se:

a evidente transcendência essencial da doutrina evangélica;

a sublime coerência e perfeita unidade do dogma cristão, com a sua exclusividade e a sua aversão às mitologias;

a superioridade e santidade da moral e do culto cristão;

as severas advertências de S. Paulo contra qualquer novidade de doutrina; o zêlo e a extrema vigilância dos bispos e dos fiéis em manter na sua pureza e integridade a primitiva pregação apostólica [cfr. infra, notas 199-203];

a proibição para os cristãos de tomarem parte nas funções do culto pagão (*I Cor. X, 20-22; II Cor. VI, 14-18*), sendo por isso considerados "ateus" e martirizados;

as lutas acérrimas dos Santos Padres contra tôdas estas religiões pagãs de mistérios, as quais ensinavam o politeísmo, o naturalismo, um phallismo cru, uma moral instável e muito relaxada, a tolerância doutrinal e o indiferentismo, uma salvação material e temporal e, muitas vêzes, um culto supersticioso, mágico e indecente.

87. II ARG. — Pela convergência de inúmeras testemunhas.

A historicidade das narrativas evangélicas é afirmada, explícita ou implícitamente, por inúmeras testemunhas cristãs, hereges e pagãos.

Ora uma convergência tão universal e constante no depoimento de testemunhas tão numerosas, independentes entre si e com disposições tão diferentes e interêsses tão contrários, não pode ser o fruto de um engano ou de uma mentira.

Logo é impossível admitir erro ou mentira nos Evangelistas ao comporem essas narrativas.

A **MAIOR** do argumento é um fato historicamente certo:

~~1) *Autores profanos* [veja ns. 15-21: Fontes Judaicas e pagãs] afirmam a existência de Jesus Cristo, sua morte na cruz sob Pôncio Pilatos (Tácito), os ensinamentos e os milagres que lhe eram atribuídos (Flávio Josefo, Celso), o culto de adoração que lhe é tributado (Plínio): são os traços principais da vida de Cristo. — A Sinagoga judaica, incapaz de desmentir a catequese cristã, contentou-se em proibi-la, persegui-la e inventar depois calúnias, incluídas mais tarde no Talmud e agora abandonadas, que indiretamente vieram confirmar a realidade do Cristo histórico [nº 15].~~

2) Os *Hereges* [nº 47] aceitavam as narrações evangélicas, procurando interpretá-las de acôrdo com suas doutrinas. Marcion, o único que se atreveu a mutilá-las, conservou contudo os milagres, a paixão, a ressurreição, a pregação da salvação e a redenção pela cruz.

3) Os *Escritores cristãos* [ns. 38-46], desde os tempos apostólicos [ns. 50 e 51], afirmam explicitamente ou pressupõem implicitamente nas suas argumentações e citações a plena autoridade histórica dos Evangelhos.

4) Os *Atos dos Apóstolos* [cfr. infra, nº 144 e segs.] referem ou pressupõem os fatos principais da vida de Cristo.

5) *S. Paulo*, cujo testemunho é de sumo valor [nº 161], nas suas Epístolas, muitas anteriores aos Sinópticos e tôdas ao IV Evangelho, concorda plenamente com a doutrina e os fatos evangélicos e teve a sua pregação solenemente aprovada pelos Apóstolos (*Gal. II, 2, 9*).

6) A *Igreja primitiva universal*, desde os tempos apostólicos, venerou sempre os quatro Evangelhos, lendo-os nas suas reuniões oficiais.

A **MENOR** (*Ora uma convergência...*) baseia-se num princípio certo, admitido nas investigações históricas e judiciárias:

A *concordância* de testemunhas independentes, quando não imposta nem combinada, e quando a hipótese de erro ou mentira por parte de cada testemunha fica eliminada pela diversidade das disposições e das tendências e pela oposição dos interesses, só pode ter uma única razão suficiente que a explique: a verdade objetiva dos depoimentos.

É precisamente o que se dá no nosso caso. Veja o que dissemos a propósito da autenticidade [nº 53]. O argumento

conserva aqui tôda a sua eficácia, porque juntamente com a autenticidade as testemunhas reconheciam também o valor histórico dos Evangelhos. — Acrescentaremos a seguinte prova:

88. Pelo testemunho da Igreja primitiva (166).

a) A Igreja primitiva era composta de *numerosas* Igrejas espalhadas por todo o império romano, *diferentes* entre si pelos temperamentos e preconceitos de raça e pelas filosofias e mentalidades regionais; cada uma fôra fundada por um determinado Apóstolo, ou por um parente ou discípulo imediato de Jesus, e desenvolvia-se de fato, naquela época, como se fôsse autônoma. Entretanto, apesar da sua diversidade e da sua independência, estas numerosas Igrejas eram *unânimes* em admitir os nossos quatro Evangelhos e só êles, rejeitando os muitos escritos apócrifos, embora viessem êstes apresentados sob o nome de algum Apóstolo.

Ora uma tal unanimidade, não imposta pela intervenção de uma autoridade suprema determinando para todos quais os textos a seguir, mas proveniente *espontâneamente* de cada uma destas múltiplas Igrejas diversas e autônomas, não pode ter como origem e razão suficiente senão a evidência, que cada Igreja tinha da plena conformidade dos Evangelhos com a pregação oral recebida do seu respectivo fundador, testemunha imediata da vida de Cristo e cuja veracidade fôra comprovada.

b) Cresce o argumento se considerarmos que não se tratava de uma aceitação meramente especulativa, sem conseqüências práticas. O testemunho que deram os cristãos em favor dos Evangelhos consistiu precisamente *em tomá-los como norma de fé e de vida* e em sujeitar-se aos seus ensinamentos. Mas converter-se ao cristianismo e professar a sua fé era então, além de renunciar às liberdades da moral pagã para se submeter às exigências da lei de Cristo, atrair sôbre si o desprezo dos pagãos, subtrair-se à participação de muitos atos da vida social, aceitar dolorosas vexações na própria família e expor-se de contínuo ao martírio.

(166) Cfr. PINARD DE LA BOULLAYE, *Jésus et l'Histoire*, Conférences de 1929, 8ª Confer.

Entretanto, são milhares e centenas de milhares de judeus e pagãos, de tôdas as condições, que deram um tal testemunho, e muitos o selaram com o próprio sangue. (167)

Ora um depoimento é *tanto mais digno de fé, quanto mais custou à testemunha*. Nem toma alguém uma decisão, qual a conversão ao cristianismo, que então acarretava tantos e tais sacrifícios, sem ter primeiro a íntima persuasão da sua necessidade por causa da evidência que adquiriu da verdade da religião cristã.

Logo tantas conversões e em tais circunstâncias não podem estar baseadas em narrativas fictícias, cuja falsidade seria logo inevitavelmente descoberta.

Por conseguinte, o testemunho da Igreja primitiva não pode estar errado: sòmente a plena historicidade dos Evangelhos o pode explicar.

89. III ARG. — *Pelo valor histórico da pregação apostólica primitiva*. — O conteúdo dos Evangelhos era substancialmente idêntico à pregação oral que os precedeu: senão, os Apóstolos, autores desta pregação oral, não teriam podido, sem se contradizer, aprovar os Evangelhos e entregá-los à leitura dos fiéis nas suas reuniões oficiais.

Esta pregação oral: — a) era substancialmente a mesma em tôdas as Igrejas, pois: tôdas criam, acêrca de Jesus Cristo, os mesmos fatos e a mesma doutrina, i. é, havia um só cristianismo, do qual era imediatamente excluído quem negasse uma sequer das verdades de fé; — b) e permanecera na sua pureza e integridade primitiva [nº 83, 2, b].

Logo concordava também com a primeira pregação feita pelos Apóstolos em Jerusalém e na Palestina.

‘Ora, nesta pregação, iniciada 52 dias depois da morte de Cristo, por testemunhas oculares, perante milhares de outras testemunhas, amigas e inimigas de Cristo, que tinham conhecido Jesus, ouvido sua doutrina, visto suas ações e presenciado sua morte, não é possível admitir êrro ou mentira.

Se tivesse havido êrro ou mentira, haveria *discordância* entre os fatos e a doutrina de Cristo e esta pregação.

Mas, nesta hipótese, os milhares de testemunhas *amigas*, i. é, os judeus palestinos que, tendo presenciado os fatos, aceitaram a pregação e se tornaram cristãos,

(167) Cfr. infra as Teses XVII-XIX.

ou não perceberam esta discordância: isto supõe que tôdas, ao presenciar os fatos, julgaram vê-los como os descrevia agora a pregação; seria uma *alucinação universal, idêntica e permanente*, que é absolutamente impossível, como já vimos [nº 82, 3º];

ou *perceberam esta discordância e apesar disso aceitaram a pregação*, reconhecida como falsa, e a propagaram: isto supõe nestas mesmas testemunhas uma *impostura combinada*, sustentada sempre por tôdas, sem que ninguém a revelasse, nem diante das mais insinuantes promessas, nem para evitar os maiores suplicios e a própria morte; supõe que, apesar de terem consciência da falsidade do cristianismo, o teriam contudo abraçado com tôdas as suas graves obrigações, com as perseguições a que se expunham, sustentando-o até à morte e ao martírio — e tudo isso, sem nenhuma esperança de prêmio na outra vida, antes, com a certeza do castigo, porque conscientes da própria impostura. Quem pode conceber tão grande maldade e tamanha loucura?

Como conceber, ainda, que as poderosas testemunhas *inimigas* (Sinédrio, Escribas e Fariseus) não tenham desmascarado a falsidade de uma pregação, que os cobria de vergonha, pondo em evidência a sua má fé? Prenderam os pregadores, vergastaram-nos, proibiram-lhes de falar em Cristo, perseguiram-nos até à morte. Nunca, porém, se lê que os tenham convencido ou simplesmente acusado de falsificar os fatos; nem conseguiram impedir a aceitação sempre maior da pregação apostólica em Jerusalém e tôda a Palestina. (168)

Logo a pregação inicial dos Apóstolos não podia deixar de corresponder à realidade histórica da vida e dos ensinamentos de Cristo.

Por conseguinte, não o podiam tampouco, nem a pregação oral da Igreja universal, que era idêntica à pregação inicial; nem os Evangelhos, que eram idênticos a esta pregação oral.

É impossível, portanto, admitir nos Evangelhos o êrro ou a mentira.

90. **CONFIRMAÇÕES.** — 1) Já notamos [nº 56, I] a plena *concordância* dos Evangelhos, mesmo em pontos e por menores onde era fácil o êrro, *com os numerosos documentos profanos* que possuímos sôbre o estado geográfico, político e social da Palestina, na época apostólica; concordância que novas descobertas vêm cada dia confirmar.

2) Os princípios evangélicos *regeneraram a humanidade*: foram fonte de virtudes, dedicações e instituições que muito beneficiaram a sociedade; produziram e ainda produzem iní-

meros santos e heróis. Frutos tão excelentes podem ter por fundamento a imaginação ou a impostura de alguns pobres pescadores, simples e ignorantes?

3) Durante vinte séculos confirmou Deus com numerosos *milagres* a pregação do Evangelho. Ora é metafisicamente impossível que Deus confirme o engano e a impostura.

4) Numerosos críticos modernos, hostis à fé, não puderam resistir à evidência de tantos argumentos. Confessa *Harnack*, o príncipe da crítica racionalista: "Tempo houve — e a massa do público vive ainda êste tempo — em que cada um se julgava obrigado a considerar a literatura cristã primitiva, inclusive o Novo Testamento, como um tecido de mentiras e de fraudes. Êsse tempo passou. Para a ciência, não foi senão um episódio durante o qual aprendeu muito e depois do qual tem muito que esquecer. A literatura primitiva da Igreja é, no seu conjunto e na maior parte dos pormenores, sob o ponto de vista da história literária, verídica e digna de fé." *Geschichte der altchristlichen literatur*: I Vol., *Die Chronologie* (1897). Apud. E. DUPLESSY, *Apologétique*, T, II, p. 152.

OBSERVAÇÕES para a solução das OBJEÇÕES:

I. — Acêrca das divergências entre os Sinópticos

91. O que antes de tudo impressiona o leitor dos três primeiros Evangelhos, é o fato da sua concordância: é por isso que foram chamados "sinópticos". As divergências, não devemos exagerá-las: não são tantas, nem tocam a substância das narrativas, nem são contraditórias. Para concordá-las, ajudará atender às seguintes observações:

1) Estas divergências não são contraditórias. Consistem numa diversidade na *seqüência* de alguns fatos; em *omissões* de alguns fatos, discursos ou pormenores, por parte de um ou outro dos Evangelistas; em *expressões* diferentes ao relatar os mesmos fatos ou discursos.

2) Nem todos os historiadores, na seqüência dos fatos, seguem a ordem cronológica. Assim, Mateus segue antes uma ordem lógica; Marcos, uma ordem psicológica; Lucas, mais a ordem cronológica.

3) Divergências em alguns pormenores não se opõem à historicidade de um fato. (169)

(169) Dois escritores, ao descreverem um mesmo fato, divergem no número aproximativo dos que o presenciaram. Devemos, por isso, negar a historicidade do fato?

4) Omissões não são necessariamente contradições. Nenhum Evangelista pretendeu escrever uma biografia completa de Cristo; mas cada um escolheu os fatos e discursos e focalizou de preferência os pormenores que melhor serviam para a sua finalidade imediata [n.º 80].

5) Às vêzes narrativas diversas deixam de ser divergências, porque não se referem ao mesmo fato, como no caso das duas multiplicações dos pães, narradas ambas em *Mt* (cc. XIV e XV) e em *Mc* (cc. VI e VIII), enquanto só a primeira é mencionada em *Lc* (c. IX) e em *Jo* (c. VI).

6) Em cada lingua e em cada época há expressões, e em si mesmas inexatas, mas que o uso consagra e retifica. Assim, dizemos "daqui a oito dias" para significar "daqui a uma semana"; assim também, em hebraico, a expressão "dia-noite", que podia significar uma parte somente do dia de 24 horas (*Mt*, XII, 40).

7) Na Linguagem corrente costumamos atribuir os fatos não somente a quem os executou, mas também à sua causa indireta e moral: assim, *Mt* (VIII, 8) atribui ao próprio centurião as palavras que *Lc* (VII, 6) põe na bõca dos seus enviados. Outras vêzes atribuímos a tôda uma coletividade palavras ou fatos de um ou alguns de seus membros: assim, as murmurações contra Madalena, derramando o perfume precioso sôbre os pés de Cristo, são atribuídas por *Mt* coletivamente aos Apóstolos, por *Jo* individualmente só a Judas; *Lc* atribui coletivamente às santas mulheres a ida ao sepulcro, enquanto *Mt* e *Mc* mencionam só duas ou três delas. (170)

II. — Acêrca dos Discursos de Jesus

92. 1) Não se opõe à historicidade de um discurso o não ser referido pelas próprias palavras com que foi pronunciado; nem o ter sido traduzido ou mesmo abreviado: contanto que o sentido permaneça o mesmo. (171) É o que vemos nos Evangelhos: palavras certamente pronunciadas uma única vez por Cristo — por ex., na instituição da Eucaristia — são referidas diversamente, sempre, porém, com idêntico sentido.

(170) Cfr. DUPLESSY, *Apologétique*, T. II, pp. 161-165. — Quanto às várias hipóteses apresentadas para explicar a origem das concordâncias e das divergências dos sinópticos no conteúdo, na seqüência dos fatos e nas expressões literárias, veja a exposição da *Questão Sinóptica*, ns. 135-142.

(171) Como nota MORS (*op. cit.*, p. 223), o sentido exato de uma frase depende muitas vêzes das circunstâncias, dos gestos, da entoação da voz, etc., que podem dar às palavras uma significação mais determinada. Quem, portanto, ao referir esta frase, embora com palavras diferentes, tomar em conta todos êstes adjuntos, poderá exprimir o sentido histórico e verdadeiro mais fielmente do que relatando pura e simplesmente as palavras explicitamente pronunciadas.

2) Nem tampouco é contrário à historicidade reunir num único discurso, como faz *Mt.*, os ensinamentos acêrca de um determinado assunto, que Cristo deu em circunstâncias diversas.

~~3) Dizer que os discursos são composições dos Evangelistas, é uma hipótese: sem nenhum fundamento; contrária à intenção dos próprios Evangelistas, que queriam precisamente apresentar o "Evangelho", i. é, a boa nova pregada por Cristo; impossível, porque eram incapazes de inventar uma doutrina tão sublime.~~

4) Diversos — não porém contraditórios — em adjuntos accidentais, os discursos evangélicos completam-se mutuamente.

5) Não foi impossível, nem difícil para os ouvintes reter na memória e depois transmitir fielmente os discursos de Jesus: a) pelo seu método mnemotécnico de ensino seguido pelos rabinos, estavam habituados os judeus, desde a infância, a conservar com a máxima exatidão as palavras de seus mestres e os trechos da Escritura (172); b) a doutrina que Cristo ensinava com sentenças breves e rítmicas, com antíteses e paradoxos, com parábolas populares, excitava a atenção e o interêsse pela sua novidade, pelos milagres que a acompanhavam e pelas conseqüências práticas que acarretava; c) a sua tradição oral não dependeu apenas da memória de um ou outro ouvinte, mas conservou-se nas comunidades palestinas, onde tantos fiéis tinham ouvido o divino Mestre e onde a memória de uns controlava e completava a dos outros. (173)

III. — Acêrca do IV Evangelho (A Questão Joanina)

93. Como era de prever, o IV Evangelho, o qual mais que os Sinópticos põe em evidência a divindade de Jesus Cristo, foi o mais atacado. Para a crítica racionalista e liberal, o IV Evangelho, tão diferente dos Sinópticos na figura que nos apresenta de Cristo, nos seus milagres e nos seus discursos, não pode ser histórico. Os fatos narrados, ou totalmente ou em parte, seriam ficções que servem de alegorias ou símbolos doutrinários; os discursos não seriam de Cristo, mas composições teológicas do autor. Por isso, o IV Evangelho não seria uma narração histórica, mas uma "contemplação mística e simbólica" (A. Loisy, *Autour d'un petit livre*, pág. 93), refletindo as idéias dos fiéis da segunda geração cristã. Estas divergências entre o Evangelho de João e os três

(172) É o que afirma, com hipóbole evidente, o historiador judeu FLÁVIO JOSEFO: "Se alguém de nós fôr interrogado sôbre nossas leis, recitaria mais facilmente tôdas elas que o próprio nome." (*Contra Apion*, II, 18). Reconhece-o também E. RENAN (*Les Evangiles*, Paris 1877, p. 77), e ainda hoje podemos observar a prodigiosa memória dos povos, nos quais a palavra oral, não escrita, permaneceu o meio único ou preponderante da transmissão das idéias. Cfr. HUBY, *op. cit.*, pp. 32-33; S. GAROFALO, *Dall'Evangelo agli Evangelii*, p. 26.

(173) Cfr. P. BUYSSÉ, *Jésus devant la critique*, pp. 148-145.

sinópticos constituem o que a crítica moderna denominou a "Questão Joanina". (174)

Resposta. — 1) A tudo isso já responderam o Decreto *Lamentabili* (*Denz.* 2016-2018) e a *Comissão Bíblica* (*Denz.* 2112); não poucos críticos, nem dos menores, mudaram sensivelmente suas primitivas posições radicais. (175)

2) As provas que demos na Tese III aplicam-se também com toda a sua eficácia ao IV Evangelho. E João afirma explicitamente que narra fatos reais, presenciados por êle, e quem viu o que narra não pode, sem impostura, deixar-se influenciar por idéias ou ficções alheias [n.º 84, 2.º].

3) As diferenças no estilo, na escolha da matéria e na apresentação doutrinal explicam-se, como vimos [ns. 73-74], pela índole especial de João, pela sua finalidade própria e pelas circunstâncias. Escrevendo depois dos Sinópticos, não quis simplesmente repeti-los, mas completá-los com novos fatos e discursos ou com pormenores mais precisos e mais vivos (cfr. por ex., *Jo* XIII, 21-30). Nem faltam freqüentes alusões a fatos narrados nos outros Evangelhos, como o batismo de Jesus (I, 34), a instituição e necessidade do batismo (III, 5), a instituição da Eucaristia (VI, 35-70), a escolha dos Apóstolos (VI, 71), a Ascensão (XX, 17).

4) Nem se deve exagerar estas diferenças:

a) Jesus Cristo é juntamente Deus e homem. Se João insiste na divindade de Jesus (contra as heresias nascentes), não deixa de apresentar também o seu caráter humano: seu zêlo na expulsão dos vendilhões do Templo (II, 15-18), seu cansaço (IV, 6), sua sede e fome (IV, 7-8), seu cuidado em evitar as insidias dos fariseus (VII, 1), seu afeto pelos seus amigos (XI, 5), suas emoções e suas lágrimas (XI, 33-35), seu amor filial (XIX, 26-27). É o Verbo eterno do Pai, Criador; mas é também o Verbo Incarnado, que viveu na Palestina, no meio do seu povo, com suas obras de misericórdia, suas lutas contra seus adversários, suas humilhações, sua morte e sua ressurreição. Por outro lado, se os Sinópticos insistem no caráter humano de Jesus, não deixam de expor também a sua divindade: por ex., *Mt* XI, 25-30 e *Lc* X, 21-22; *Mt* XVI, 16-17; *Mt* XXVI, 62-66 com *Mc* XIV, 60-64 e *Lc* XXII, 66-71. Logo, acêrca da figura que traçam de Cristo, os Sinópti-

(174) Cfr. *Diot. de la Bible, Supplément*, os artigos "Evangiles et Commission Biblique", vol. II, col. 1290-1296 e "Jean (Evang. do Saint)", vol. IV, col. 838-843. — E. ROUPAIN, *Leçons et Lectures d'Apologetique: I, La Vraie Religion* (Casterman 1912), pp. 528-545. — M. LEFEBVRE, *L'origine du quatrième Evangile* (1907), *La valeur historique du quatrième Evangile* (2 vols., 1910). — E. JACQUET, *Histoire des livres du N.T.*, vol. IV: *Les écrits johanniques* (6ª edic., 1928). — L.G. DA FONSECA, *Quaestio Johannaea*, 3ª edit. (Litogr.), Pont. Instit. Biblico, Roma, 1949.

(175) Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, 125-130.

cos e o IV Evangelho não se contradizem, mas se completam. Já São Paulo, nas suas epístolas, ensinara a divindade de Cristo com expressões correspondentes às de João: comparem, por ex., *Hebreus* I, 3 com *Jo* I, 1 e segs. Concorde, portanto, *Jo* com os outros livros do N. T. Por isso, foi aceito sem contestação pela Igreja universal e pelos próprios hereges.

b) Também nos Sinópticos é proclamada a messianidade de Cristo desde a sua infância (*Mt* e *Lc*, cc. I e II) e no início da vida pública (*Mt* XI, 2-6; *Lc* IV, 16-21).

c) Os milagres narrados nos Sinópticos, curas e ressurreições, não diferem essencialmente dos que refere João, nem requerem menor poder, nem excitaram menor admiração. Tanto nos Sinópticos como em *Jo*, êles têm a dupla finalidade de provar a missão divina de Jesus e de mostrar a sua misericórdia em aliviar os que sofrem.

d) Os discursos de Jesus revestem nos Sinópticos uma forma simples, concreta e prática; em *Jo*, solene, abstrata e teológica. Isso, porém, não prova que não sejam todos do próprio Cristo. Ao passo que os Sinópticos narram mais detidamente a pregação de Jesus ao povo rude da Galiléia, *Jo* descreve de preferência a pregação na Judéia, onde freqüentemente se levantavam discussões com os sábios da Lei, escribas e fariseus: certamente não falava Jesus do mesmo modo a êles e ao povo. (176). Aliás, no próprio *Jo* vemos esta diversidade de estilo nos encontros com Nicodemus (c. III) e com a samaritana (c. IV).

Além disso, quando é o próprio João que fala da divindade de Cristo, como no Prólogo, êle usa expressões mais explícitas e mais claras que aquelas referidas nos discursos de Cristo, nos quais não aparecem tampouco as palavras características de João, como "Verbo", "unigênito"... Isso indica que conservou a forma originária das palavras e dos ensinamentos de Cristo e que não pretendeu apresentar êstes discursos como composições teológicas, elaboradas por êle, João. (177)

e) A doutrina do IV Evangelho é substancialmente a mesma que a dos Sinópticos. Nenhuma oposição, mas desenvolvimento maior e uma exposição mais explícita e mais profunda, em perfeita continuidade com os Sinópticos e correspondência com os fiéis já bem instruídos por mais de meio século de catequese. Ao seu aspecto espiritual e abstrato vêm unir-se os elementos concre-

(176) Foram notadas, também por doutos Israelitas modernos, e consideradas uma confirmação do caráter histórico dos discursos do IV Evangelho, as numerosas analogias que existem entre o método seguido em *Jo* nas discussões com os escribas e fariseus e os métodos seguidos nas disputas rabínicas daquele tempo. (RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 179).

(177) Cfr. *Sacrae Theologiae Summa*, Vol. I: *Introductio ... Do Revelatione christiana...* (M. NICOLAU), Madrid 1950, p. 178.

tos e visíveis da vida sacramental e da Igreja sociedade visível [n.º 74], o "Reino dos céus", o "Reino de Deus" dos Sinópticos. (178)

f) A *finalidade dogmática* de João — provar a divindade de Jesus — longe de se opor à historicidade do IV Evangelho, só podia ser alcançada com fatos reais e históricos [n.º 79, 2.º].

(178) Foi dito que João hauriu sua doutrina teológica do Judaísmo, do Gnosticismo e do Mandeiísmo. — *Mas*: a) Há uma oposição irreductível, nos pontos fundamentais, entre *Jo* e as doutrinas judaicas, principalmente a respeito da personalidade divina de Jesus Cristo e do caráter da sua obra messiânica; — b) É, pelo contrário, o Gnosticismo, posterior ao N.T., que se serviu da Escritura, da filosofia grega, do Judaísmo e também do Cristianismo, deturpando-o para seus fins mitológicos; — c) O Mandeiísmo, seita gnóstica, sobrevivente ainda numa pequena comunidade do Iraque, cujos livros sacros, na sua forma definitiva são do VII ou VIII século, mas nos seus elementos iniciais parecem remontar ao II séc., é também ele posterior ao IV Evangelho. Certos traços judaicos, como o nome de João (Batista), ou cristãos, como alguns ritos de iniciação (batismo, comunhão, unção), são infiltrações posteriores acidentais, que explicam as analogias literárias desta seita com o IV Evangelho. Mas é por demais evidente a oposição e incompatibilidade entre a teologia joanina e o dualismo da gnose mandeíta. Cfr. no *Diet. de la Bible, Supplément*, os artigos *Jean (Evang. de Saint)*, col. 840-841 e *Mandeísmo*, col. 770-787.

Em particular, a doutrina do *Lógos* (*Verbum*, palavra de Deus) seria derivada de correntes filosóficas gregas e principalmente de *Filon*, filósofo judeu de Alexandria e contemporâneo de Cristo. — *Mas*: a) Nenhum aceno a questões filosóficas é encontrado no IV Evangelho; b) O "Lógos" de João, Verbo unigênito do Pai, coeterno e consubstancial com Ele, Pessoa divina e Criador do universo, que se incarnou e habitou entre nós, assumindo a natureza humana em Jesus Cristo, Homem-Deus, para a redenção da humanidade — é irreductivelmente diverso do "Lógos" de *Filon*, simples instrumento, intermediário entre a divindade e o mundo corpóreo, de que Deus se serviria para organizar o universo, governar e guiar as criaturas.

Os elementos da sua doutrina, colheu-os João no A.T., onde já se encontra de algum modo indicada a personificação da *Palavra* e *Sabedoria* de Deus (*Salmo CVII*, 20; *Provérbios*, cc. VIII e IX; *Sabedoria*, VII, 26 e XVIII, 14; *Eclesiástico*, c. XXIV), nas Epístolas paulinas (*I Cor.*, I, 24; *Col.* I, 15-18; *Hebr.*, I, 3) e principalmente na revelação feita por Jesus Cristo, revelação que João ouvira e, depois, longamente meditara sob a ação do Espírito Santo.

O termo "Lógos" (*Verbum*) muito provavelmente foi escolhido por João em dependência do A.T. e não — como pensavam alguns autores modernos — das teorias filosóficas contemporâneas, onde era termo corrente. É também a conclusão de J. DANIELOU, S.J., no último capítulo de *Filon d'Alexandrie* (Fayard, Paris 1958). — Teologicamente exato e nome próprio pessoal do Filho de Deus gerado intelectualmente pelo Pai, o termo "Lógos" foi por João preferido ao de "Sabedoria" por exprimir melhor a missão essencial de Cristo: Palavra de Deus e sua Imagem perfeita, que nos veio dizer tudo o que Deus quis revelar.

Cfr. referências e bibliografia *apud* ZEDDA, *op. cit.*, pp. 242-248 e 260-265; G. MORTARI, *Le testimonianze della vita di Cristo*, pp. 192-201.

Acêrca da presumida influência da doutrina de *Qumrán* (Manuscritos do Mar Morto) sobre o IV Evangelho, cfr. *infra*, n.º 130, 3.º e 4.º.

Escolher entre muitos fatos reais e discursos pronunciados os que manifestam mais claramente esta divindade, não é tirar a estes fatos e discursos a sua objetividade histórica; deduzir-lhes a consequência que encerram, não é falsificá-los, mas dar-lhes a explicação real e ontológica. "Deixar falar os fatos" é compreender a sua significação e seu alcance. É precisamente o que fez João. ~~Expôs os fatos e ouviu o que bradavam: Jesus é o Filho de Deus.~~ A verdade dogmática é manifestada pela realidade histórica.

g) Do mesmo modo, descobrir num fato uma significação simbólica, um sinal de uma verdade espiritual, não volatiliza a realidade material e visível do fato, não o transforma numa ficção imaginária. Se num discurso encontramos alegorias e símbolos, não se segue que não tenha sido pronunciado. Assim, considerar nuns fatos, apresentados como históricos e descritos tão ao vivo, como a cura do cego de nascença e a ressurreição de Lázaro, uma relação simbólica com as prerrogativas de Jesus, "Luz" e "Vida" do mundo, não destrói o carácter objetivo e real destes milagres. (179)

94. *Concluindo*: O IV Evangelho não é, portanto, uma especulação teológica ou uma contemplação simbólica, mas uma narrativa realmente histórica: como o afirma explicitamente o seu autor (*Jo XIX, 35; XXI, 24; I Jo, Prólogo*); como o indica o gênero literário obviamente histórico, com suas precisões de tempo, lugares e pessoas; como o reconheceram desde logo cristãos e hereges. Os recentes trabalhos críticos e as pesquisas arqueológicas *in loco* vêm confirmando cada vez mais a exatidão das indicações topográficas dadas por João: o Templo com o pórtico de Salomão, a piscina de Siloé e a de Betzaida com seus cinco pórticos, o Lithóstratos (i. é, o pátio calçado com grandes lajes, situado na frente do palácio de Pilatos — agora no Convento das Religiosas de Sion), o jardim de Getsêmani além do Cedron, a aldeia de Betânia a quinze estádios de Jerusalém, o lugar do Gólgota e do sepulcro, o poço de Jacó perto de Sicar, etc.

IV. — Acerca das pretensas contradições

95. 1. As dificuldades que encontramos em dar uma demonstração positiva e certa ou documentada da concordância real de algumas narrativas que parecem contrárias entre si ou a dados históricos, provêm de não termos um conhecimento cabal das cir-

(179) De resto, aos outros milagres que narra, não indica João nenhuma significação simbólica. Há simbolismo no IV Evangelho, mas todos estes símbolos são tomados nos fatos, que o autor não inventou, mas presenciou. Achou o segredo de fundir harmoniosamente estes dois elementos, o histórico e o simbólico, sem que um prejudique o outro. É certamente o efeito de uma inspiração admirável. *Cfr. Dict. de la Bible, Supplément, art. Jean (Ev. de Saint), col. 833-836.*

cunstâncias tôdas e dos usos e costumes daquela época e de se terem perdido muitos documentos. A prova disso é: a) a aceitação, sem nenhuma dificuldade, destas narrativas pelos primeiros leitores dos Evangelhos, bem ao par de tudo; b) o fato de virem as descobertas trazendo sempre novos argumentos e confirmações em favor da plena concordância.

96. 2. O *recenseamento de Cirino*. — Afirma Lucas (II, 1-2) que Jesus nasceu durante o recenseamento feito por Cirino, a mandado do imperador Augusto. Ora, segundo Flávio Josefo (*Ant. Jud.* XVII, 13, 5) e o próprio Lucas (*Atos* V, 37), o recenseamento foi feito no sexto ano da nossa era cristã. Parece pois haver contradição.

Resposta. — a) Consta que no tempo de Augusto foram feitos recenseamentos, mesmo de todo o império (Tácio, *Anais*, I, 11; Dion Cássio, *História Romana*, LIV, 35, 1; Suetônio, *Vida de Augusto*, 101). Lucas alude a dois recenseamentos diferentes; Flávio Josefo fala somente do segundo, sem porém excluir o primeiro. Papiros egípcios da época atestam o costume de se fazer um recenseamento cada 14 anos, e geralmente levava vários anos para ser ultimado. Logo, anteriormente ao recenseamento do ano 6 depois de Cristo, mencionado por Josefo e por Lucas (nos *Atos*), deve ter havido um entre os anos 9 e 6 antes da nossa era convencional, coincidindo, portanto, com o nascimento de Jesus. (180) De fato, Tertuliano, apelando para os arquivos romanos, afirma que Saturnino, sob o império de Augusto, recenseou o povo da Palestina (*Adv. Marcionem* I, IV, cc. 7 e 19: ML 2, 399 e 434). Ora Saturnino foi legado imperial na Síria precisamente nos anos 9 a 6 antes de Cristo.

No templo de Ancira, na Galácia, uma inscrição, chamada "monumento ancirano", relata três recenseamentos feitos sob o reino de Augusto, um dos quais com a data do ano 746 de Roma, i. é, pouco antes da data real do nascimento de Jesus.

b) Por outro lado, Cirino, que foi Governador da Síria desde o ano 6 depois de Cristo, já naqueles anos estava na Palestina, pois: numa inscrição achada em Tívoli, gloria-se êle de ter obtido duas vêzes a legação da Síria; uma segunda inscrição, de

(180) Para a *data do nascimento de Jesus*, e, portanto, o início da era cristã convencional, foi fixado o ano 754 da Fundação de Roma, com base nos cálculos do monge DIONÍSIO O PEQUENO que faleceu em 556. Mas êstes cálculos estavam certamente errados, pois: Jesus nasceu, evidentemente, antes da morte de Herodes o Grande e antes da matança dos inocentes por êle ordenada. Ora Herodes morreu no ano 749/750 da Fundação de Roma (cfr. FL. JOSEFO, *Ant. Jud.*, XVIII, 8, 1; *Bell. Jud.*, I, 33, 7-8); a matança fôra ordenada um ano antes, i. é, em 748/749 e abrangia as crianças de dois anos para baixo. Por conseguinte, a data real do nascimento de Jesus deve ser o ano 747/748 de Roma, i. é, 7 ou 6 anos antes da era cristã convencional. — Acêrca da Cronologia da vida de Jesus, cfr. *Dict. de la Bible, Supplément*: Vol. IV, col. 970-974.

Antioquia de Pisídia, induz a crer que estava na Síria, com poderes especiais, pelos anos 10 a 7 antes da nossa era convencional, i. é, pelos anos 4 a 1 antes do nascimento de Jesus. A coexistência simultânea de duas pessoas, chamadas ambas "governadores", numa mesma província romana, não era infreqüente. Para a Síria, em particular, é atestada por Flávio Josefo (*Ant. Jud.* XVI) e por Tácito (*Anais*, XV, 25). Por conseguinte, pode muito bem Cirino ter presidido o recenseamento em colaboração com Saturnino, citado por Tertuliano. (181)

97. 3. *As Genealogias de Cristo*. — Segundo as profecias, o Messias devia descender de Abraão e ser da família de Davi. *Mt* (I, 1-18) e *Lc* (III, 23-38) apresentam esta árvore genealógica de Cristo. De Abraão até Davi, as duas genealogias concordam plenamente. De Davi até Jesus, porém, há divergências no número e nos nomes dos antepassados, com somente três nomes comuns: Zorobabel, Salatiel e Matat (ou Matã em *Mt*).

Antes de mais nada, convém notar que os primeiros cristãos, mesmo os da Palestina que tinham conhecido a família de Jesus, não viram nenhuma contradição nestas genealogias, pois aceitaram ambas sem dificuldade.

Quanto ao número das gerações, nenhuma das genealogias pretende ser completa. Mateus, por ex., as reduz a três séries de

(181) Cfr. RICCIOTTI, *op. cit.*, ns. 183-188; ZEDDA, *op. cit.*, p. 185-190. Preferem outros autores eliminar a dificuldade dando à palavra "prôte" de *Lc* (II, 2), segundo a antiga interpretação de Petau e de Calmet, o sentido comparativo de "anterior" e traduzindo o vers. 2 do seguinte modo: "Este recenseamento foi anterior àquê que se deu quando Cirino era governador da Síria", i. é, no ano 6 da nossa era. (Cfr. *La Sainte Bible* (Pirot), vol. X, p. 42; LAGRANGE, na *Rev. Biblique* 20(1911), p. 60-84 e no *Evangile selon S. Luc*, 7^a edic., 1948, pp. 65-69).

Foi dito que não podia haver recenseamento romano nos domínios de Herodes, rei "amigo e aliado" de Roma (Loisy). — *Mas*: Nunca fôra Herodes um aliado no sentido estrito, e nos últimos anos do seu reinado as boas relações iniciais com Roma não existiam mais. No ano 8 antes da nossa era, Augusto impôs aos Judeus um juramento de fidelidade ao imperador, e este juramento implicava num recenseamento. (*La Sainte Bible*, vol. X, p. 41).

Quiseram também alguns críticos ver uma contradição entre Lucas (III, 1), que menciona um Lisânias, tetrarca da Abilina no décimo quinto ano do reinado de Tibério, quando João Batista iniciou a sua pregação — e FLÁVIO JOSEFO (*Ant. Jud.*, XV, 4, 1), que fala de um Lisânias morto trinta anos antes do nascimento de Jesus. — *Mas*: Lucas e Fl. Josefo não se referem à mesma pessoa. Como se depende de uma inscrição de Hierópolis, na Síria, houve vários Lisânias. Uma outra inscrição, descoberta perto de Abila e cuja data é situada entre os anos 14 e 29 da nossa era, menciona um Lisânias contemporâneo de Tibério, que pode muito bem ser o mencionado por Lucas. Cfr. *Dict. Apol. de la Foi Cath.* de D'ALÈS, I, art. "Epigraphie", col. 1427-1428.

14 gerações cada uma, omitindo certamente muitos descendentes de Davi, como Ocosias, Joas, Amasias e Joaquim que encontramos no I *Paralip.*, III, 11-16. (182)

Quanto às *divergências dos nomes*, muitas explicações, mais ou menos plausíveis e prováveis, foram apresentadas; nenhuma, porém, até agora, plenamente satisfatória. (183) Mas nem tampouco foi provado que houvesse uma real contradição.

Segundo a teoria do levirado (184), já apresentada no III século por Sexto Júlio Africano (*apud* Eusébio, *Hist. Eccles.*, I, 7, 2-16: MG 20, 90-94, 99), seguida por Eusébio e Jerônimo, Mateus daria os antepassados naturais de Cristo; Lucas, os legais: "São José, pai putativo (legal) de Jesus, teria tido como pai natural Tiago, filho de Natã e descendente de Davi através de Salomão, e como pai legal seu tio paterno Heli, descendente de Davi através de Natã e morto sem filhos, ao qual seu irmão (uterino) Tiago, pela lei do levirado, procurou uma descendência. Assim, São José podia ser chamado filho quer de Tiago quer de Heli e ser considerado descendente de Davi tanto através de Salomão (= linhagem de *Mt*), quanto através de Natã (= linhagem de *Lc*)." (ZEDDA, *op. cit.*, pág. 192). Bastaria fazer intervir mais duas vezes a lei do levirado — o que não é muito para um intervalo de perto de mil anos — para explicar as divergências.

Seria plenamente convincente esta teoria, se pudesse assegurar que as séries das gerações e dos parentescos se entrosaram exatamente daquêle modo (185). É certo, porém, que Mateus e Lucas não viam inconveniente algum em recorrer à descendência legal e oficial, pois: afirmam a concepção virginal de Jesus (*Mt* I, 18-25; *Lc* I, 26-38) e contudo — conformando-se ao uso, que excluía as genealogias maternas — recorrem a São José, pai legal, do

(182) Omitiu também vários elos entre Abraão e Davi: *Dict. de la Bible*, art. "Généalogie de J.C.", col. 167. — Já os autores do A.T. tomavam às vezes o termo "gerado" ou "filho" no sentido largo de "descendente".

(183) Para a exposição e crítica destas explicações, cfr., por ex., ZEDDA, *op. cit.*, pp. 191-199.

(184) Assim chamada, porque recorre à lei do levirado (*Deuter.*, XXV, 5-10), em força da qual um irmão, mesmo só uterino, estava obrigado a casar com a esposa do irmão morto sem filhos, para lhe dar uma descendência, e o primeiro filho era considerado como *filho legal* do defunto, embora gerado pelo irmão dêle. Esta filiação legal dava direito à *sucessão ao trono*, comportando a transmissão dos direitos reais e das promessas messiânicas. Cfr. *La Saint Bible* (Pirrot), vol. IX, p. 2.

(185) Dificilmente poderá encontrar documento que o prove, porque Herodes o Grande mandou queimar tôdas as árvores genealógicas judaicas. Sexto Julio Africano baseou-se em informações recebidas de consanguíneos de Jesus. (*Apud* EUSÉBIO, *ibid.*: MG 20, 96).

qual se pode juridicamente remontar até Davi. E nunca os inimigos contestaram a Cristo a sua ascendência davídica. (186)

98. 4. *A data da última ceia.* — O dia entre os Judeus ia de um pôr do sol ao seguinte. Segundo a Lei (Êxodo, XII, 6, 14-20), na tarde do dia 14 do mês de nisão (março-abril) começava a celebração da Páscoa judaica com a imolação e consumação do cordeiro ritual. Desde esta tarde até à seguinte decorria, pois, o dia 15, o primeiro dia dos ázimos (alimentos não fermentados), o dia mais solene das festividades pascoais que duravam sete dias. Neste dia, como nos sábados, era proibido qualquer trabalho que não fôsse a preparação dos alimentos. — Ora, enquanto os Sinópticos afirmam que Jesus celebrou a última ceia "quando (os judeus) imolavam a páscoa", i. é, na tarde do dia 14 (ao início do dia 15), e morreu no dia 15, dia solene da Páscoa (Mt XXVI, 17; Mc XIV, 12; Lc XXII, 7); João dá a entender que a última ceia foi celebrada antes da Páscoa (Jo XIII, 1), i. é, na tarde do dia 13, pois nota que, no dia seguinte, quando Jesus morreu, os judeus não tinham ainda comido o cordeiro pascoal (Jo XVIII, 28), devendo portanto ser o dia 14 de nisão.

Notemos que os quatro Evangelistas concordam nos dias da semana: Jesus morreu numa sexta-feira (Mt XXVII, 62; Mc XV, 42; Lc XXIII, 54; Jo XIX, 31), logo celebrou a ceia numa quinta-feira. A divergência, portanto, está somente nos dias do mês de nisão correspondentes a êstes dias da semana (14 e 15, segundo os Sinópticos; 13 e 14, segundo João); ou por outra, no dia em que foi celebrada a Páscoa naquele ano: numa sexta-feira, segundo os Sinópticos; num sábado, segundo João (XIX, 14).

Várias hipóteses conciliadoras prováveis foram apresentadas (187). Entretanto, estudos recentes de antigos documentos rabínicos fizeram surgir uma explicação que parece mais satisfatória. Manifestaram que no tempo de Jesus existia entre os Fariseus e os Saduceus uma séria controvérsia acêrca do dia de Pentecostes e, conseqüentemente, do dia de Páscoa. Sustentavam os Fariseus que a festa de Pentecostes podia celebrar-se em qualquer dia da semana. Queriam os Saduceus que se celebrasse sempre num domingo e a Páscoa num sábado, 50 dias antes; e para que êste sábado caísse sempre no dia 15 de nisão, conforme a Lei, adaptavam de antemão o calendário, deslocando o início dêste mês. Assim, quando a Páscoa (dia 15) iria cair normalmente numa sexta-feira, adiavam de um dia o início do mês, o que tornava esta sexta-feira dia 14 do mês. Geralmente eram seguidos os fari-

(186) Nem está provado que Maria SSma. não seja, também ela, descendente de Davi. Pelo contrário, desde S. Inácio de Antioquia e S. Justino, a tradição afirma um parentesco entre José e Maria. Conf. *Dict. de la Bible, loc. cit.*, col. 171.

(187) Cfr. *Dict. de la Bible*, art. "Cène", col. 408-418. — F. PRAT, *Jésus-Christ*, T. II, pp. 507-520.

seus pela massa do povo, por êles dominada; seguiam o calendário dos Saduceus principalmente as classes aristocráticas e a sacerdotal. Muitos judeus, porém, seguiam o calendário que mais lhes convinha.

É o que deve ter acontecido na sexta-feira, em que Jesus morreu (188). ~~Os Saduceus adiaram de um dia o início do mês.~~ Esta sexta-feira era, portanto, o dia 15 para os Fariseus, mas para os Saduceus era o dia 14. Nela celebraram a Páscoa os Fariseus e seu grupo; os Saduceus e quem seguia o seu calendário celebraram-na o dia seguinte, sábado, para êles dia 15 de nisão.

Jesus comeu a ceia pascoal, como os Fariseus, no dia em que caía normalmente, i. é, quinta-feira, dia 14, ao pôr do sol, quando ia começar o dia 15. Os Sinópticos se referem a esta cronologia. João, pelo contrário, refere-se ao calendário dos Saduceus, preponderantes no Sinédrio que condenou oficialmente Jesus, e para os quais esta quinta-feira era ainda o dia 13, véspera da imolação do cordeiro ritual. Donde nenhuma contradição real existe entre os Sinópticos e João.

Esta explicação tem a vantagem de se fundar num fato historicamente certo: a elasticidade do calendário judaico, calculado com normas empíricas nem sempre exatas e que teve sua influência nas famosas controvérsias sobre a fixação da Páscoa cristã. Dá conta, também, de muitas circunstâncias indicadas nos Evangelhos, que seriam dificilmente explicáveis, se aquela sexta-feira fôra para todos a solenidade pascoal com o seu repouso festivo rigoroso, como, por ex., as várias violações deste repouso (carregar armas, *Mt XXVI*, 47; acender fogo, *Lc XXII*, 55; o Cireneu voltando do campo, *Mc XV*, 21; a compra da sindon, *Mc XV*, 46; a preparação dos unguentos, *Lc XXIII*, 56) e a pressa de José de Arimatéia em sepultar o Senhor antes do repouso sabatino (*Mc XV*, 42) e das santas mulheres em preparar aromas (*Lc XXIII*, 56). (189)

99. 5. *A hora da morte de Jesus.* — Segundo João (XIX, 14), quando Jesus foi entregue para ser crucificado era quase a hora sexta; segundo Marcos (XV, 25), Jesus foi pôsto na cruz quando era a hora tércia.

Não há nenhuma contradição. Marcos (XV, 25-34) dividiu o dia, segundo o uso romano, em quatro períodos: prima, que ia das seis da manhã até às nove; tércia, das nove às doze (meio-

(188) É certo que Cristo morreu numa sexta-feira, que era o dia 14 ou 15 de nisão. Ora, segundo os cálculos astronômicos houve coincidência entre uma sexta-feira e o dia 14 ou 15 de nisão nos anos 29, 30 e 33 da nossa era convencional. Tendo em conta a observação de *Lo* (III, 23) e a duração da vida pública de Jesus, o ano 30 (7 de abril) é a data mais provável da morte do Salvador. Cfr. *La Sainte Bible* (Pirrot), vol. X, pp. 54 e 254.

(189) Cfr. RICCIOTTI, *op. cit.*, pp. 652-660, que aqui resumimos; F. PRAT, *loc. cit.*, pp. 515-520.

-dia); sexta, do meio-dia às três da tarde; nona, das três às seis da tardé. João, pelo contrário, para maior exatidão, costumava dividir o dia em doze horas (I, 39; IV, 52; XI, 9). De modo que o "quase hora sexta" de João corresponde ainda à parte final da hora tércia de Marcos. ~~Jesus foi entregue por Pilatos um pouco antes do meio-dia, foi crucificado quase ao meio-dia e morreu pela hora nona, às três da tarde.~~

100. CONCLUSÃO. — Estas são as principais "contradições" apresentadas pela crítica liberal. Como se vê, referem-se apenas a pormenores, que deixam intata a substância dos fatos e dos discursos, e recebem explicações pelo menos sòlidamente prováveis. Devemos, portanto, concluir que nada provam contra a autoridade histórica dos Evangelistas. São até um sinal evidente da sua sinceridade.

Como proclamava *Lacordaire*, do alto do púlpito de Notre-Dame, apesar das diversidades, contradições aparentes, variedades ou omissões de pormenores, é sempre a mesma figura de Cristo que os Evangelistas burilaram, a mesma ternura e fôrça, a mesma fisionomia de suprema beleza. "E quanto mais se insistir na divergência exterior dos evangelistas, tanto mais esta concordância íntima, da qual ressalta a unidade moral de Cristo, se tornará uma prova da sua fidelidade. Se exprimem do mesmo modo tão bem a figura inimitável de Jesus Cristo, é porque está diante dêles: é com seus sentidos que O vêem, com seu coração, com a exatidão de um amor que vai dar seu sangue; são juntamente testemunhas, pintores e mártires. Esta "pose" de Deus diante do homem só foi vista uma vez, e é por isso que há só um evangelho, embora haja quatro evangelistas." (43.^a Conferência).

ARTIGO TERCEIRO

INTEGRIDADE DOS EVANGELHOS

101. Já ficou provado: a) que os Evangelhos foram realmente escritos pelos quatro autores aos quais os atribuímos (*autenticidade*); b) que êstes autores, testemunhas oculares ou companheiros de testemunhas oculares, ao narrarem os acontecimentos não se enganaram nem nos enganaram (*veracidade*). Segue-se que os autógrafos *originais* escritos por êles representavam realmente os fatos tais como se deram e, portanto, tinham pleno valor histórico.

Mas nós lemos os Evangelhos em exemplares impressos nos nossos dias. Que relação existe entre estas cópias modernas e os originais escritos pelos quatro Evangelistas? Há

identidade, pelo menos no sentido, ou foram introduzidas alterações que modificaram os fatos e as doutrinas? Se há identidade, as nossas cópias *atuais* têm o mesmo valor histórico que os originais. — É a questão da *Integridade*, que se resolve com a seguinte

TESE IV. — Pela Concordância das Fontes demonstra-se que as nossas cópias atuais dos Evangelhos são substancialmente idênticas aos originais escritos pelos quatro Evangelistas.

102. Noções. — É *íntegro* (incorrupto) um texto, quando permaneceu tal como o escreveu o seu autor. — É *corrupto*, se outra pessoa introduziu nêlo modificações por interpolação, mutilação, substituição ou transposição.

A corrupção é *substancial*, quando altera a significação do que constitui a essência mesma do conteúdo, da doutrina, da índole ou da finalidade da obra. No nosso caso, seria substancial, se atingisse os pontos essenciais dos quais depende a demonstração apologética da origem divina do Cristianismo. — É *acidental*, se diz respeito tão somente a pormenores e circunstâncias mínimas, ou a palavras e expressões diferentes, que deixam intato o sentido original.

Donde, devemos distinguir uma dupla integridade:

absoluta, quando a cópia conserva não só o mesmo sentido, mas também as mesmas palavras e expressões, de modo a ser totalmente idêntica ao original, como seria, por ex., uma fotocópia;

substancial, quando a cópia conserva o mesmo sentido que o original, embora haja palavras e expressões diferentes; ou quando as variantes (190) que atingem o sentido dizem respeito a circunstâncias puramente acidentais, sem tocar a substância da doutrina ou dos fatos narrados, nem os pontos em que se baseia a demonstração apologética da divindade do Cristianismo.

103. Posição da Tese — Os Evangelhos e os outros livros do N. T. foram transcritos milhares e milhares de vêzes. Sem um milagre contínuo de assistência divina a cada copista, é impossível não se darem, em tão numerosas transcrições, mui-

(190) *Variante* é qualquer diferença, por mínima que seja, entre uma cópia e o original ou outra cópia.

tas variantes. Milagre, aliás, desnecessário, pois para o valor histórico basta evidentemente a integridade substancial. -- Afirmamos, portanto, na tese a integridade *substancial* das nossas cópias com relação aos originais dos quatro Evangelistas. (A crítica textual reconhece até a integridade absoluta para 7/8 do texto.)

Nota — A tese trata explicitamente dos quatro Evangelhos; mas os argumentos valem também para os outros escritos do N. T.

104. FONTES — Como não possuímos os autógrafos dos quatro Evangelistas, a crítica textual deve restabelecer cientificamente o texto que se aproxime o mais possível do original. Para isso temos *fontes* copiosíssimas, que formam um conjunto impressionante de mais de 4 500 manuscritos (190a). — Podem ser divididas em três classes:

I — Os Textos gregos: — cópias manuscritas em grego comum (*coiné*), a língua (derivada do grego ático) então falada e em que foram escritos os originais (o *Mt* aramaico, como vimos, foi logo traduzido para o grego). — Distinguem-se:

1. Os PAPIROS: são fragmentos mais ou menos extensos, escritos num material frágil, o papiro, planta do Alto Egito, usado geralmente até ao IV séc., quando prevaleceu o pergaminho, muito mais resistente e feito de pele ordinariamente de cabras.

Até agora, temos mais de 60 papiros, achados no Egito, vários do III e do II séc. — São designados pela letra *P* com um algarismo arábico como expoente.

Já falamos [nº 70] dos dois papiros mais antigos: o papiro *Rylands* (*P⁵²*), que contém alguns versículos de *Jo*, e o papiro *Egerton 2*, que contém trechos dos quatro Evangelhos. Ambos datam dos primeiros decênios do II séc. e apresentam um texto idêntico ao nosso de hoje. Devemos acrescentar o

(190a) Há catálogos e numerações parciais de vários autores; não foi ainda possível fazer um catálogo único com indicações totalmente exatas, por causa da dificuldade em determinar o paradeiro atual ou o valor de alguns manuscritos.

papiro *Bodmer II* (P⁶⁶), que contém o quarto Evangelho. (191)

Dos 14 papiros do III séc., os mais antigos e mais extensos são os três papiros *Chester Beatty* (Londres): o P⁴⁵, do início do III séc., com 28 fôlhas, que contém trechos extensos dos Evangelhos e dos Atos; o P⁴⁶, do meado do III séc., com 26 fôlhas, que contém trechos das Epístolas paulinas; o P⁴⁷, com 10 fôlhas, que contém parte do Apocalipse (IX, 10 até XVII, 2).

2. Os CÓDICES: são livros em pergaminho, escritos desde o IV até o XV séc., que contém partes notáveis da Sagrada Escritura; alguns apresentam o Ant. e o Nôvo Testamento quase na íntegra.

São mais de 4 200. Dividem-se em:

a) *maiúsculos (unciais)*, do séc. IV até ao X: são escritos com letras maiúsculas, sem nenhum acento, nem pontuação, nem intervalo entre as palavras e as frases, com muitas abreviações taquigráficas e, portanto, de uma leitura não sempre fácil. São uns 210. Foram designados por *C. R. Gregory* (1907), seguido por *P. A. Merk*, *S. J.* e *P. J. M. Bover*, *S. J.*, por um número precedido de um zero (01, 02...). Os 45 primeiros códices designam-se também por uma letra maiúscula do alfabeto latino e grego (A, B, C, ...), usada já por *J. J. Wettstein* (em 1751). — Os principais códices maiúsculos são:

o *Codex Vaticanus* (B ou 03), do IV séc. (ca. 350), conservado na Biblioteca Vaticana. Contém todo o A. e N. Testamento, com exceção de parte do *Gênese* (I até XLVI, 28) e da *Epist. aos Hebr.* (IX, 15 até o fim), das *Pastorais*, da *Epist. a Filemon* e do *Apoc.* — É o códice mais antigo que possuímos e criticamente o melhor.

(191) Trata-se de um verdadeiro livro em papiro — o primeiro que possuímos no gênero — de uma importância excepcional, que teria sido escrito por volta do ano 200. Conserva-se na Biblioteca Bodmeriana em Genebra. Contém quase todo o Evangelho de S. João, em 154 páginas numeradas, escritas com letras maiúsculas segundo o texto original grego, e apresenta um texto substancialmente idêntico ao nosso de hoje. Foi publicado em duas partes por *Victor Martin*, professor da Universidade de Genebra: 1) *Papyrus Bodmer II — Evangile de Jean cc. I-XIV*, Biblioteca Bodmeriana V, (Cologny-Genève 1956): páginas 1 a 108, menos 4 perdidas; 2) *Papyrus Bodmer II — Supplément — Evangile de Jean*, desde XIV, 29 até XXI, 9 (*ibidem*, 1958): páginas 109-154. As duas partes citam-se P⁶⁶.

o *Codex Sinaiticus* (S, ou 01, ou *Aleph*), do séc. IV, descoberto por *Tischendorf*, em 1884, no mosteiro de Sta. Catarina no monte Sinai e doado ao imperador da Rússia. O N. T., comprado aos Comunistas por 100.000 libras esterlinas, é conservado agora no Museu Britânico de Londres. Contém grande parte do A. T., ~~todo o N. T. e mais a Epistola dita de Barnabé e parte do Pastor de Hermas.~~ É muito parecido com o Cod. *Vaticanus*.

o *Codex Alexandrinus* (A ou 02), do V séc., conservado no Museu Britânico. Contém todo o A. T. e o N. T. (exceto uma parte de *Mt.* de *Jo* e da II aos Coríntios) e as Epístolas de S. Clemente Romano.

o *Codex Ephraemi rescriptus* (C ou 04) (= palimpsesto no qual sobre o texto da Sagrada Escritura foram escritas as obras de Sto. Efrém), do V séc., conservado na Biblioteca Nacional de Paris. Contém trechos do A. T. e todo o N. T., menos a II aos Tessal. e a II Epist. de João. Há, porém, muitas lacunas nos quatro Evangelhos.

o *Codex Washingtonianus* (W ou 032), do V séc., conservado em Washington. Contém os quatro Evangelhos (exceto um trecho de *Jo* e outro de *Mc*), com uma interpolação, chamada "*Freer-Logion*" (do nome de Carlos Freer, comprador do W, no Cairo), entre os vers. 14-15 do cap. XVI de *Mc*, e também uma parte dos Atos dos Apóstolos.

o *Codex Cantabrigiensis* ou de *Beza* (D ou 05), do séc. V ou VI, roubado ao mosteiro Sto. Ireneu de Lião pelos Huguenotes e doado em 1851 à Universidade de Cambridge, onde é conservado. Contém o texto latino e grego dos quatro Evangelhos e dos Atos (com algumas lacunas).

o *Codex Claromontanus* (Dpl ou 06), do séc. VI, conservado em Paris. Contém o texto grego e latino das Epístolas paulinas e o Catálogo dos livros do N. T.

b) *minúsculos* (*cursivos*), escritos com letras minúsculas, desde o séc. IX até ao XV. São perto de 2400 e são designados, desde *Wettstein*, por números arábicos (1, 2, 3, ... 10, 11 ...)

c) *leccionários*, contendo os trechos da Sagrada Escritura que eram lidos publicamente nas funções litúrgicas. São mais de 1600. Os mais antigos datam do VI séc.

105. II — As Versões: traduções literais do texto grego original ou de outras versões anteriores. Possuimos cópias em 15 línguas diferentes. — As principais são:

1) As *Latinas*, compreendendo:

a) as *Veteres latinae* (vl), anteriores à vulgata de S. Jerônimo: a versão chamada *Itala* (it), feita na Itália setentrional, onde

o grego era menos conhecido e usado, é anterior ao ano 150; na África, a versão *Afra* (af) é da segunda metade do II séc. e dela se serviram Tertuliano e S. Cipriano. — Destas versões possuímos cópias do IV ou V séc., designadas por letras romanas minúsculas. Por ex., os manuscritos: *Bobbiensis* (k) em Turim, *Palatinus* (e) em Trento, *Vercellensis* (a), *Veronensis* (b), *Brixianus* (f), *Monacensis* (q), etc. . . .;

b) a *Vulgata* (vg), feita por S. Jerônimo (o N.T. pelo ano 383), revendo e corrigindo um texto anterior e comparando-o com antigos manuscritos gregos então existentes. A versão saiu parecida com o texto do códice B. — Recebida com alegria, entrou no uso eclesiástico. Chegaram até nós perto de 8 000 cópias.

2) As *Siriacas*, cujas principais são:

a) O *Diatéssaron* ou harmonia dos quatro Evangelhos, composto por Taciano pelo ano 170, que durante dois séculos exerceu grande influência na Igreja do oriente e do ocidente. (192)

b) a *Vetus siriaca*, feita no século II ou III, da qual temos duas formas: o *codex syro-sinaiticus* (sys ou Ss.) do séc. IV ou V, e o *codex syro-curetonianus* (syc ou Sc.) do V séc., editado por Cureton em 1858 e conservado no British Museum. Ambos os códices são mutilados, mas juntos apresentam quase todo o texto dos quatro Evangelhos.

c) a *Peshitto* (syp), anterior ao ano 430 e contendo todo o N. T. (menos a II Epíst. de Pedro, a II e III de João, a Epíst. de Judas e o Apocalipse, que foram acrescentados depois). Existem 200 exemplares. É usada ainda hoje onde o siríaco é a língua litúrgica.

3) As *Cópticas*, provenientes do Egito, onde a língua copta permaneceu em uso até o séc. XVI sob as formas de vários dialetos, nos quais foram feitas as versões. As principais são:

a) a *Sahidica* (sa), do II ou III séc.: temos cópias do IV séc.;

b) a *Bohairica* (bo), do séc. V ou VI, que tem muita afinidade com o texto do Códice Vaticano;

c) a *Achminica* (ach), da qual foi achado um códice em papiro do séc. IV ou V.

4) Às esses três grupos mais importantes das versões devemos acrescentar as versões:

a) *Gótica* (got), de Wulfila, bispo ariano dos Gotos, no séc. IV, da qual temos uma cópia, o *Codex Argenteus*, do V ou VI séc.;

(192) Foi comentado (por ex., por Sto. Efrém), traduzido em várias línguas (foi imitado, por ex., por Vitor, bispo de Cápuia, que em 540 fez um diatéssaron com o texto da *Vulgata*, conservado no *codex Fuldensis* do séc. VI.

- b) *Etiópica* (aet), provavelmente do séc. V;
- c) *Armênica* (ar), do V séc., um pouco parecida com a antiga siríaca;
- d) *Geórgica* (gg), do séc. V ou VI, semelhante à armênica.

Nota. — Tôdas as versões são substancialmente idênticas entre si. Elas supõem, portanto, um texto *comum anterior a tôdas* (i. é, do início do II séc.), já espalhado e reconhecido como íntegro pela Igreja universal.

106. III. — As Citações, i. é, trechos dos Evangelhos, não raro bastante extensos, que encontramos nas obras dos escritores cristãos, hereges e pagãos dos primeiros séculos. Quase sempre é possível determinar o tempo e o lugar onde foram escritas estas obras, podendo assim saber qual era então o texto usado naquelas regiões.

As Citações — embora não sejam sempre de grande auxílio para a crítica textual na reconstituição do texto original, porque nem sempre eram feitas *ad litteram* — constituem contudo uma *fonte de suma importância* para estabelecer a integridade substancial dos nossos Evangelhos:

a) porque é *abundantíssima*: quase todos os livros do N. T. tiveram numerosos comentadores que, frase por frase, vão citando o texto inteiro; em outros autores as citações são tão numerosas, que, reunindo-as, podemos reconstituir todo o conteúdo dos quatro Evangelhos (193);

b) porque é *antiquíssima*: muitos escritores são do II ou III séc.; nem faltam citações e alusões em escritos do início do II séc. e do fim do I: na Didaké, na Epíst. dita de Barnabé, nas Epíst. de S. Clemente Romano, de S. Inácio de Antioquia e de

(193) Há vários modos de computar as citações, numerando tôdas as palavras, ou os incisos, ou os trechos citados: daí as diferenças nos números finais indicados pelos autores. Segundo o índice de BURGON, citado por F.G. KENYON (*Handbook to the textual criticism of the NT*, 2ª edic., London 1912, p. 264), os *Evangelhos* são citados por S. Justino (II séc.) 268 vezes, por S. Ireneu (II séc.) 1038 vezes, por Clemente Alexandrino (II-III séc.) 1017 vezes, por Orígenes (início do III séc.) 9231 vezes, por Tertuliano (II-III séc.) 3822 vezes, por Ipólito (fim do séc. II) 734 vezes, por Eusébio (princ. do IV séc.) 3258 vezes: ou seja um total de 19.368 citações. Nestes mesmos autores há também muitas citações dos outros livros do N.T. Os *Atos dos Apóstolos*, por ex., são citados 1352 vezes. (*Apud* LANGAN, *op. cit.*, p. 86; ZEDDA, *op. cit.*, p. 105).

S. Policarpo, no *Pastor de Hermas*, etc. (194). — Entre os hereges da primeira metade do II séc., temos citações nos escritos de Basilides, Valentino, Ptolomeu, Teódoto. — Entre os pagãos, o filósofo Celso, na sua obra "Discurso Verdídico" (ca. 178), cita 33 textos dos Sinópticos;

c) porque o seu conjunto apresenta um texto substancialmente idêntico, que é também idêntico ao texto dos códices e das versões; de modo que podemos verificar não ter havido, desde o fim do I séc. até agora, nenhuma modificação substancial.

107. Tal é o imenso material de que dispomos para estabelecer a integridade dos nossos Evangelhos.

Para avaliar a sua riqueza, basta compará-lo com as outras literaturas sacras ou profanas. Nenhuma possui, nem de longe, uma tal multidão de documentos tão universais, tão contínuos e tão próximos aos originais. Com respeito, por ex., aos clássicos gregos e romanos, a distância entre os autógrafos e os manuscritos mais antigos que possuímos é de 1800 anos para Homero, de 1600 para Catulo, de 1500 para Esquilo, de 1450 para Sófocles e Eurípedes, de 1300 para Platão e Tucídides, de 1200 para Demóstenes e Cornélio Nepos, de 900 para César, de 800 para Horácio, de 700 para Terêncio, de 500 para Tito Lívio, e de 400 para Virgílio (195). — Além disso, o número de códices é muito reduzido. Dos *Anais* de Tácito temos apenas um códice; assim também um só, do séc. VIII, dos discursos de Cícero. — Ninguém, entretanto, duvida seriamente da integridade substancial dos nossos textos atuais.

108. *Adversários.* — Os *Modernistas* aplicam aos Evangelhos a sua teoria da evolução vital da fé: de uma certa narrativa primitiva muito breve, por adições gradativas e por interpretações teológicas ou alegóricas, ou mesmo por acréscimos com o fim de pôr uma seqüência entre as partes, teriam evoluído os Evangelhos, até ser constituído o cânon definitivo (que não poucos colocam pelo ano 180); por isso, da doutrina e da vida de Cristo não ficaria nêles senão um tênue e incerto vestígio. (Cfr. *Denz.* 2015

(194) Cfr. n.º 51. — Segundo FUNK, encontramos nos Padres Apostólicos 68 citações *ad verbum* dos Sinópticos e 59 alusões. — É de notar também, que temos citações feitas imediatamente após a publicação e divulgação dos Evangelhos; ao passo que, acêrca dos autores clássicos, temos apenas citações tardias, por ex.: de Heródoto por Aristóteles 100 anos depois, de Tucídides por Cícero 300 anos depois...

(195) Cfr. E. JACQUIER, *Le Nouveau Testament dans l'Eglise chrétienne*, t. II: *Le texte du Nouveau Testament*, Paris 1913, p. 2.

e 2100). — As pericopes particulares impugnadas por alguns críticos serão indicadas no fim da tese.

109. *Doutrina da Igreja.* — A teoria modernista foi condenada por S. Pio X (D 2015, 2100). — Várias respostas da *Comissão Bíblica ensinam a integridade das pericopes impugnadas*: D 2154, 2156, 2157, 2158.

Foi definido pelo *Conc. Tridentino* (D 784) e repetido pelo *Conc. Vaticano I* (D 1787), que os livros da Sagrada Escritura, na sua íntegra, com tôdas as suas partes, *como costumaram ser lidas na Igreja Católica e como se acham na antiga tradução latina da Vulgata*, são inspirados, i. é, palavras de Deus, e pertencem ao depósito da fé. Isso equivale a dizer que o texto da Vulgata reproduz fielmente, pelo menos quanto à substância, o texto original que os hagiógrafos escreveram sob a inspiração de Deus. Logo a integridade — pelo menos substancial — da Vulgata é de fé implicitamente definida.

110. ARGUMENTO: Pela Concordância das Fontes.

Comparando entre si as três Fontes (códices, versões e citações) encontramos em tôdas elas um texto substancialmente idêntico, com o qual se identifica também o texto das nossas cópias atuais.

Ora êste fato da Concordância das Fontes demonstra que não houve alteração substancial do texto original publicado pelos Evangelistas.

Logo as nossas cópias atuais, idênticas com as Fontes, são substancialmente idênticas com o texto original.

A **MAIOR** é admitida por todos, católicos e não-católicos: o fato da *Concordância das Fontes* entre si e com as nossas cópias é uma constatação, que se verifica facilmente pela simples leitura comparada das fontes e das nossas cópias.

Prova da MENOR:

111. As nossas cópias concordam com os códices do IV e V séc.; êstes códices concordam entre si e com as numerosíssimas citações dos escritores do III e do II séc. (196); estas citações concordam entre si e com tôdas as versões, das quais as mais antigas remontam ao II séc. (como a versão *syriaca vetus* e a latina *afra*) e até à primeira metade do II séc.

(196) Com estas citações podemos reconstituir quase na íntegra todo o conteúdo dos quatro Evangelhos. Por isso, os próprios racionalistas concedem que depois do ano 180 não houve mudança substancial.

(como a antiga versão latina *itala*). E estas versões, apesar de feitas em regiões afastadas e independentemente umas das outras, apresentam contudo um texto *substancialmente idêntico*.

Uma tal concordância substancial de tantas fontes independentes, acêrca de narrações e doutrinas tão extensas e tão intimamente conexas entre si, não pode ser o resultado do acaso, mas pressupõe necessariamente a existência de um *texto comum*, já espalhado por tôda a Igreja em *cópias substancialmente idênticas*, das quais foram feitas as versões e provieram as citações dos escritores, as cópias dos códices e as nossas cópias atuais.

Esse texto comum já devia existir no início do II séc., e para os Sinópticos já no fim do I séc., porque:

a) temos, nos escritos daquela época, citações (e alusões) dos vários livros do N. T. que concordam com as versões [nº 106];

b) temos os papiros *P⁵²* e *Egerton 2*, dos primeiros decênios do II séc., que também concordam com as versões [nº 104, 1º];

c) já nas fontes do fim do II séc. (por ex., entre o Diatéssaron de Taciano, as citações de Ireneu, Tertuliano, Clemente Alex., Orígenes, as versões latinas e siríacas) encontramos não poucas *variantes acidentais*, das quais algumas são *comuns* a vários textos que, entretanto, diferem entre si por outras variantes. Isso supõe que o texto comum, do qual provieram estas fontes, passou por vários textos intermediários antes de atingí-las: o que requer um longo intervalo de tempo. (197)

112. *Ora não pode ter havido mudança substancial entre esse texto comum recebido em tôda a Igreja e o texto dos originais escritos pelos Evangelistas. Com efeito:*

1) Para o IV Evangelho, editado no fim do I séc., a impossibilidade é evidente, pois vivia ainda S. João, que não teria podido, sem se contradizer, aprovar e deixar espalhar um texto substancialmente diferente do seu próprio original.

2) Para os Sinópticos, o texto comum já estava espalhado antes do fim do I séc., como se pode verificar pelas

citações da *Didaké* e da *Epist. de S. Clemente Romano*. Ora, nos três decênios que decorreram entre a aparição dos originais e do texto comum, viviam ainda provavelmente os Evangelistas (198), viviam certamente muitos discípulos e muitos inimigos do cristianismo que tinham conhecido Jesus Cristo, ouvido seus ensinamentos, presenciado seus milagres e sua vida; existiam os autógrafos originais ou pelo menos cópias imediatas, aprovadas e cuidadosamente conservadas nas várias comunidades cristãs, que serviam para a leitura pública nas funções oficiais. Em tais condições, o aparecimento de uma cópia substancialmente adulterada teria necessariamente suscitado reclamações, e ela não teria sido aceita por contradizer a pregação oral das testemunhas oculares.

3) Para compreender esta impossibilidade de uma alteração substancial, basta lembrar o *culto rigoroso pelo ensino dos Apóstolos*, reconhecidos e venerados como testemunhas autênticas da vida e da verdadeira doutrina de Cristo. Com a máxima insistência, desde as primeiras pregações, recomendam os Apóstolos que se conserve intata a tradição, o depósito das verdades por eles ensinadas (199), que se fuja dos hereges e de toda novidade (200), anatematizando quem pregar uma

(198) Tradições respeitáveis muito antigas nos dizem que os Evangelistas, após a publicação dos seus escritos, estiveram evangelizando várias regiões.

(199) "O que aprendestes, recebestes, ouvistes e vistes de mim, isso fazei." (*Filip.*, IV, 9). — "Assim, pois, irmãos, ficai firmes e conservai as tradições que aprendestes, seja por palavras, seja por carta nossa." (*II Tessal.*, II, 15) — "O Timóteo, guarda o depósito, evitando as profanas novidades de palavras e as oposições da ciência vã." (*I Tim.*, VI, 20) — E ainda: *I Cor.*, IV, 14-21; XI, 2; XV, 1-11. *I Tessal.*, IV, 1. *I Tim.*, I, 3-4. *II Tim.*, I, 13-14; II, 1-2. *Colos.*, II, 4-8. *Epist. Jud.*, 3-4. *I Jo.*, II, 7.

É do próprio Cristo que receberam esta regra os Apóstolos, quando lhes mandou transmitir fielmente a sua doutrina: "Ide, doutrinai todas as gentes..., ensinaí-lhes a observar tudo o que vos prescrevi." (*Mt.* XXVIII, 19-20); "Se permanecdes na minha doutrina, sereis meus verdadeiros discípulos" (*Jo.*, VIII, 31). A revelação cristã é, portanto, um depósito confiado à Igreja, com o encargo de conservá-lo intato. O catolicismo é uma tradição sob a guarda de uma hierarquia que se opõe a qualquer mudança. SULLEROT, *Le Maître de la vie* (Publirac, Marseille), p. 223.

(200) "Se alguém vier a vós e não trouzer esta doutrina, não o recebeis em vossa casa, nem o saudeis..." (*II Epist. Jo.*, v. 10). — "Depois de uma ou duas admoestações, foge do homem herege." (*Tit.*, III, 10). — E ainda: *Rom.*, XVI, 17-19; *Efes.*, V, 6-7; *II Tessal.*, III, 6.

doutrina diferente da recebida (201). — Desta regra de ortodoxia, seguida sempre em tôda a Igreja com extremo rigor e vigilância (202), nascia uma suma veneração pelos escritos apostólicos — os livros do N.T. — tidos desde logo como documentos oficiais da Igreja, inspirados por Deus e fontes genuinas da revelação cristã. Daí o profundo respeito pela integridade do texto, que bispos e fiéis sabiam de cor e defendiam com tal zêlo que houve cristãos preferindo o martírio a entregar as cópias aos perseguidores (203). — Acrescente-se a contra-vigilância dos inimigos, judeus e pagãos, prontos a desmascarar qualquer falsificação.

(201) “Mas, ainda que nós ou um anjo do céu vos anunciasse um evangelho diferente do que vos temos anunciado, seja anátema. Repito mais uma vez o que já dissemos. Se alguém pregar doutrina diferente da que recebestes, seja anátema.” (Gal., I, 8-9). — I Tim., VI, 3-5.

(202) S. CLEMENTE ROMANO, pelo ano 95, na sua I Epist. aos Coríntios (c. VII) encarece “a gloriosa e venerável regra da tradição”. — Na *Didaké* (IV, 13), escrita pelos anos 90-100, encontramos: “Não abandones os mandamentos do Senhor, mas observe os que recebeste, sem nada acrescentar, nada suprimir”. — Pelo ano 107, S. INÁCIO DE ANTIOQUIA alegra-se ao saber que os Efésios não permitiram que fôsse espalhada entre eles uma falsa doutrina, tapando os ouvidos para não a receberem (*Ad Ephesios*, IX, 1: R 40); aos Tralianos manda “tapar os ouvidos” quando alguém lhes falasse de um Cristo diferente do histórico e tradicional (*Ad Tralianos*, IX, 1: R 51). — O mesmo apêlo para a tradição apostólica, como critério da verdade revelada, encontramos em TERTULIANO (*Adv. Marc.*, l. IV, cc. 4 e 5), IRENEU (*Adv. Haer.*, l. III, c. 8, ns. 1 e 4), ORÍGENES (*Periarchon*, l. I, praef. n. 2).

A fim de prevenir a difusão de novidades, aos pregadores enviados para outras regiões as Igrejas davam certificados de ortodoxia, chamados “*cartas de comunhão*”. E as várias comunidades trocavam cartas para se avisarem mutuamente das doutrinas condenadas e das pessoas que excomungavam.

Cfr. PINARD DE LA BOULLAYE, *Jésus et l'Histoire*, 1929, III^a Conf., pp. 88-97 e 112.

(203) Veja os casos citados por DANIEL-ROPS, *A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires*, p. 479. — Podemos fazer uma idéia dêste zêlo escrupuloso, quase intempestivo, pela integridade do texto por alguns fatos que os documentos nos conservaram. Por ex.: a) o bispo Spyridon interrompeu o bispo Triphyllio em pleno sermão, repreendendo-o por ter substituído, ao narrar a cura do paralítico, a palavra *grabatum* (enxêrga) por *scimpodium* (leito). ZOZOMENO, *Hist. Eccles.*, l. I, c. 11: MG 67, 889; — b) S. Agostinho escrevendo a S. Jerônimo (*Epist.*, 71, c. 3, n. 5: ML 83, 242), descreve-lhe o tumulto suscitado entre os fiéis de Oêa contra o seu bispo, porque citara um trecho do livro de Jonas segundo a nova tradução da Vulgata, na qual S. Jerônimo substituíra por *hedera* (hera) a palavra tradicional *cucurbita* (abóbora). (S. Jerônimo, na sua resposta, justifica a sua versão: ML 83, 263). — Prevendo êste apêgo ao tradicional e estas reacções, hesitava tanto São Jerônimo em empreender a sua revisão e tradução, que foi mister uma ordem do Papa S. Dámaso.

Como seria possível, em tais circunstâncias, divulgar-se e ser aceito por toda a Igreja um texto substancialmente adulterado? Tentaram os hereges e os autores dos evangelhos *apócrifos*, mas em vão: foram todos combatidos e refutados, e seus escritos foram rejeitados.

113. *Nem tampouco foi possível uma falsificação no II ou III séc.*, quando o texto comum já estava espalhado em milhares de cópias, traduzido em várias línguas e citado milhares de vezes nas obras de numerosos escritores esparsos por todo o império romano.

Para explicar o fato da *Concordância das Fontes*, a falsificação deveria ter sido feita *idênticamente* em todas elas. Para isso fôra mister destruir todas as cópias e versões existentes na Igreja universal e substituí-las por outras idênticamente modificadas; destruir igualmente todas as obras que continham citações, i. é, toda a vasta literatura cristã, e recompô-las em todo o seu contexto de acôrdo com o novo sentido das citações alteradas. — Uma tal façanha teria sido levada a tôrmo:

ou por combinação prévia de todos. — *Hipótese absurda:* — a) O N. T. estava nas mãos de cristãos, hereges e pagãos: que combinação possível podia haver entre êles? — b) Foi precisamente com o N. T., com os Evangelhos, que os cristãos, longe de entrarem em combinação, refutavam os hereges e convenciam os pagãos. — c) Iriam os cristãos morrer mártires por uma religião por êles próprios falsificada? — d) Se tivessem combinado, não teriam deixado as contradições aparentes, como reconheceu o próprio Renan (204).

ou sem combinação prévia, i. é, realizada por alguns falsificadores clandestinos, sem que ninguém percebesse. — *Empresa impossível:* seria como querer alterar o Código brasileiro, substituindo todas as cópias do texto e dos muitos comentários existentes nas bibliotecas públicas e particulares, por outras cópias alteradas, sem que ninguém percebesse: dado e não con-

(204) "On ne vit jamais mieux l'honnêteté de l'Eglise... Il est impossible que quelques-unes des contradictions des Evangiles n'aient pas dès lors crevé les yeux. Celse les relève déjà finement. On aime mieux s'exposer pour l'avenir aux plus foudroyantes objections que de condamner des écrits tenus pour inspirés par tant de personnes." (*L'Eglise chrétienne*, p. 501). — A Igreja resolveu estas objeções.

cedido que pudesse ser efetuada a substituição, a primeira consulta às novas cópias revelaria a fraude e suscitaria reclamações...

Logo o fato da Concordância das Fontes nos obriga a reconhecer que não pôde haver alteração substancial do texto original publicado pelos Evangelistas e que, por conseguinte, as nossas cópias atuais são substancialmente idênticas com êsse texto original.

114. CONFIRMAÇÃO. — Pela Crítica Textual (205).

1. Ao transcrever os Evangelhos ou outros livros do N. T., acontecia naturalmente aos copistas de modificarem levemente o texto: mudando a ortografia ou a colocação de alguma palavra, substituindo um vocábulo por um seu sinônimo, acrescentando um termo explicativo, trocando, por distração ou defeito de visão, uma palavra por outra semelhante, permitindo-se de melhorar o estilo e a língua ou até de harmonizar o seu texto com o de outras cópias... Daí as *variantes acidentais* que notamos entre as fontes.

2. *A Crítica Textual*. — É o processo de reconstituir cientificamente, por meio das fontes que possuímos, o teor verbal do texto original, ou um texto que se aproxime o mais possível dêste original.

Para isso, comparam-se entre si tôdas as fontes: códices, versões e citações, procurando classificá-las segundo a sua data e a sua origem e estabelecer a sua árvore genealógica, subindo até ao arquétipo comum, o texto primitivo do qual provieram as nossas fontes.

A data e o lugar de origem são determinados, muitas vêzes com certeza, pela paleografia por meio da análise do material, da tinta, da forma das letras e das abreviações, etc. — A relação de dependência pode constar por testemunho explícito, ou ser deduzida de expressões comuns e principalmente de erros comuns, quando é óbvio que não são devidos ao acaso por pura negligência, cansaço, inadvertência... do copista. Removendo de um grupo de códices que apresentam erros comuns as variantes particulares de cada um, obtem-se o texto arquétipo do qual foram copiados êstes códices. Repetindo êste processo com os arquétipos de vários grupos diferentes, chega-se a um novo arquétipo mais antigo que deu origem a todos êstes grupos. Procedê-se de modo análogo com os códices *mistos*, i. é, os códices cujas várias partes foram copiadas de arquétipos diferentes. Ficam desta maneira determi-

(205) Na Enc. *Divino afflante Spiritu* (D 2292), aludiu Pio XII à utilidade e à importância da crítica textual, que Leão XIII e S. Pio X já tinham orientado e estimulado (D 1946).

nadas as diferentes *famílias de códices* e os vários *tipos de textos*. Pode-se, então, construir a árvore genealógica dos códices, segundo o maior ou menor grau de afinidade de cada um com os tipos fundamentais. E estes, por sua vez, analisados e comparados, permitem uma nova aproximação ao texto primitivo. (206)

3. *Os Tipos Fundamentais*. — Os primeiros esforços de crítica textual começaram no II séc. Os cristãos, zelosos pela pureza do texto, fizeram revisões dos seus manuscritos comparando-os entre si e redigindo textos que constituem *recensões* e formam ramos ou tipos distintos na classificação das nossas fontes atuais. Distinguem geralmente os especialistas três tipos fundamentais de textos, segundo três recensões antigas:

a) *Neutro* ou *Alexandrino*, segundo uma recensão originária do Egito, que H. Von Soden atribuiu (falsamente, segundo Lagrange) a *Heséquio*. Pertencem a este tipo: vários códices maiúsculos, como B, S, C, Z, L etc.; alguns minúsculos; as versões egípcias e alguns fragmentos de papiros e de pergaminhos.

b) *Ocidental*, segundo uma recensão muito antiga (anterior ao ano 150), que obteve logo grande difusão, principalmente no ocidente, mas com tendências harmonísticas e com acréscimos e omissões, e por isso menos acurada. Pertencem a este tipo: o códice D, a versão latina antiga e a antiga siríaca, alguns papiros e várias citações de escritores do II séc., como Ireneu e Clemente Alex. (Mas, nas citações mais compridas, recorria Clemente ao tipo neutro, o qual, portanto, já existia: cfr. *Lagrange, op. cit.*, págs. 179-180).

c) *Antioqueno* ou *bizantino*, segundo uma recensão atribuída por Soden a *Luciano de Antioquia* († 312), com tendência para a clareza na expressão, a elegância na língua e uma harmonização moderada. Espalhou-se pela Síria, Ásia Menor e o império bizantino. A ele pertencem o códice A e a massa dos manuscritos gregos, principalmente minúsculos. (207)

Na década 1920-1930, foi apresentado por Lake, Blake, Streeter e outros um novo tipo, denominado *Cesariense* (C, por *Lagrange*), porque existente em Cesaréia já no séc. III, como se

(206) Cfr. MORS, *op. cit.*, ns. 278, 281, 290. — Evidentemente, não demos senão uma síntese muito simplificada. O processo todo inclui a aplicação de normas muito mais delicadas, deduzidas da análise de cada códice. Cfr. E. JACQUIER, *Le N.T. dans l'Eglise chrétienne*, Vol. II: *Le texte du N.T.*, Paris 1913; L. VAGANAY, *Initiation à la critique textuelle néo-testamentaire*, Paris 1933; M. J. LAGRANGE, *Critique textuelle*, Vol. II: *La critique rationnelle*, Paris 1935; *Dict. de la Bible, Supplément*, Vol. II, col. 263-274..

(207) Estas recensões foram designadas pelo códice principal de cada uma: respectivamente B, D, A. A autoridade do tipo D foi desaparecendo mais cedo no oriente helênico; no ocidente, a vulgata de Jerônimo, feita com antigos manuscritos gregos, deu-lhe um golpe fatal (LAGRANGE, *op. cit.*, p. 81-82).

depreende de citações do N. T. nas últimas obras de Orígenes e nas de Euzébio de Cesaréia. A êsse tipo pertenceriam: o manuscrito Koridethi (038), o códice W, os minúsculos das famílias 1 e 13 e o papiro Chester Beatty P⁴⁵. Seu texto mantém uma posição intermediária entre o tipo neutro e o ocidental, parecendo uma correção do ocidental segundo o neutro (*Lagrange, op. cit.*, pág. 165).

Apesar de feitas em lugares diferentes e sobre manuscritos independentes, as três recensões nos apresentam textos idênticos substancialmente e em muitas partes também acidentalmente.

A recensão *neutra*, representada principalmente pelo Códice Vaticano (B) e à qual se avizinha muito o Códice Sinaitico (S), é considerada como a mais pura e a mais perto do texto original e serve ordinariamente de base ao texto das edições críticas. (208)

4. As *Edições Críticas* do N. T. — Já em 1514, o Cardeal *Fr. Jimenez de Cisneros* publicou em Alcalá a *Polyglotta Complutensis*, aprovada por Leão X em 1520. — Desde 1516, *Desidério Erasmo* publicou a sagrada Bíblia em várias edições menos acuradas que a de Alcalá. — *Roberto Estienne* editou em Paris o texto de Erasmo. A sua 3.^o edição (*editio regia*), na qual acrescentou à margem variantes tiradas do texto de Alcalá e de 15 manuscritos, obteve grande difusão e foi considerada o *textus receptus* (porém, de valor crítico contestável) até o séc. XVIII, quando vários autores, por ex., *J. J. Griesbach*, ampliaram o aparato crítico com o subsídio de diversos códices.

Desde o séc. XIX, por métodos diferentes e consultando todos os códices mais antigos que puderam achar, um grande número de especialistas, católicos e não católicos, dedicaram-se à crítica textual do N. T. — As principais edições críticas modernas, que se foram gradativamente aperfeiçoando, são:

1) As não-católicas de: *Car. Lachmann* (Berlim 1831), *Const. Von Tischendorf* (Leipzig 1864-1872; *Editio octava maior* em 1869, à qual seu discípulo *C. R. Gregory* acrescentou os *Prolegômenos* (1884-1894); *B. F. Westcott - F. J. A. Hort* (Londres 1881); *FR. R. Weimonth* (Londres 1886); *B. Weiss* (Leipzig 1900); *Eberhard Nestle* (Stuttgard 1898), que foi enriquecida por um aparato crítico mais copioso por *Erwin Nestle* (1927); *Hermann Von Soden* (Goettingen 1902-1913).

2) As católicas de: *Brandscheid* (Friburgo D. 1893); *M. Hetzenauer* (Insbruck, 1892-1900); *H. I. Vogels* (Dusseldorf

(208) As descobertas recentes vieram confirmar o valor destes dois códices. O cód. Vaticano, por ex., é o que mais se aproxima dos Papiros Beatty, que lhe são anteriores de mais de 100 anos. Cfr. H. A. BANDERS, *A Third-Century Papyrus Codex of the Epistles of Paul*, Ann Arbor 1935.

1920; 4.^a edic., Friburgo-Barcelona 1955); A. Merk S. J. (Roma 1933); J. M. Bover S. J. (Madrid 1943) (209).

5. *Resultado.* — Tõdas estas edições críticas, apesar de conseguidas por métodos diferentes, apresentam um texto do N. T. substancialmente idêntico. Não chegou ainda, é verdade, a crítica textual a reconstruir; em todos os seus particulares, o esquema ideal de tõdas as ramificações das diversas recensões até ao arquétipo absolutamente primitivo e original (coisa quase impossível, dada a imensidade das fontes e suas complicadas dependências), mas os arquétipos encontrados já não distam muito dêste original. O confronto dos milhares de cópias fêz constatar mais de 150.000 variantes (210). Mas, como já dizia o crítico inglês Hort, resumindo vinte e cinco anos de pesquisas, os 7/8 do teor verbal do N. T. estão fora de qualquer contestação. Sõmente 1/8 constitui, portanto, o campo da crítica. Nêle as variantes são quase tõdas insignificantes. As que incidem sôbre o sentido não chegam a 1/1000 do texto. (211) Nenhuma atinge a substância do dogma e da moral. Os estudos mais recentes confirmaram êste importante testemunho (212) e vão ainda reduzindo pouco a pouco o número das lições controvertidas.

Conclusão. — Uma tal concordância no resultado de um século de pesquisas por parte de tantos especialistas, católicos e não católicos, e alcançada por caminhos diferentes, nos dá tõdas as garantias científicas de possuir o nosso texto atual do N. T. uma plena integridade substancial, e em grande parte também absoluta, com o original publicado pelos hagiógrafos.

115. — *NOTA.* — Esta integridade substancial, se não permite fundamentar uma argumentação sôbre uma palavra que a crítica apresenta ainda como duvidosa, é contudo mais do que suficiente para a Apologética que estabelece suas provas com um conjunto de textos tirados de lugares diferentes da sagrada Escritura e absolutamente fora de qualquer contestação.

(209) A. MERK, S.J., *Novum Testamentum graece et lutine apparatu critico instructum*, Roma 1933, 6.^a edic. em 1948. — J. M. BOVER, S.J., *Novi Testamenti Biblia graeca et latina critico apparatu aucta*, Madrid 1943, 2.^a edic. em 1953.

(210) Um tal número nada tem de extraordinário. Para outros escritos é muito maior. "Para as seis comédias de Terêncio, por ex., foram relevadas 30.000 variantes; entretanto Terêncio foi copiado mil vêzes menos que os Evangelhos." DUPLESSY, *op. cit.*, p. 183. — Não raras vêzes, muitas variantes dizem respeito à mesma palavra ou expressão.

(211) B. F. WESTCOTT — F.J.A. HORT, *The New Testament in the Original Greek*, Londres 1907, t. II, p. 2.

(212) Cfr., por ex., M. J. LAGRANGE, *Critique textuelle*, II, *La critique rationnelle e Introduction à l'étude du Nouveau Testament*, em *Études Bibliques*, Paris 1935, p. 81.

As principais perícopes impugnadas.

116. A consideração das passagens que suscitaram controvérsias e não recolheram a aceitação unânime de todos os críticos vem *confirmar* uma vez mais a integridade substancial dos nossos Evangelhos.

Eis as principais perícopes que alguns críticos consideram interpoladas (213):

1. *A conceição milagrosa de Cristo (Mt I, 16)*, porque a versão siro-sinaitica parece negá-la.

Mas: — a) tôdas as fontes afirmam que Jesus nasceu de Maria *Virgem*; — b) nesta versão houve certamente um erro na tradução do vers. 16, sem nenhuma intenção de pôr em dúvida o fato milagroso, pois logo em seguida, na tradução dos vers. 18-25, é afirmado explicitamente. (214)

2. *A atribuição do "Magnificat" a Maria (Lc I, 46)*, porque três cópias da antiga versão latina (a. b, 1, respectivamente do IV, V e VII séc.), o bispo Niceta (ca. 335-414), Ireneu e Orígenes o atribuem a Sta. Elizabeth.

Mas: — a) é atribuído a Maria por todos os códices gregos, maiúsculos e minúsculos, por tôdas as cópias das versões (exceto aquelas três), por todos os Santos Padres e escritores eclesiásticos, i. é, pelo testemunho moralmente universal de tôdas as fontes; — b) também Ireneu (*Contra Haereses*, I, III, c. X, 2: MG 7. 873) e Orígenes (*Homelia VII*: MG 13, 1819) atribuem clara e explicitamente o "Magnificat" a Maria, e os textos aduzidos em contrário são contestáveis; — c) além disso, a lição "*Et ait Elizabeth*" não se adapta ao contexto: o "Magnificat" é evidentemente a resposta de Maria às congratulações que lhe dirigira Elizabeth. (215)

3. *O Evangelho da Infância de Jesus (Mt e Lc, cc. I e II)*, porque parece haver divergências entre *Mt* e *Lc* nos fatos narrados, e porque *Mc* nada nos refere destes fatos.

Mas: — a) os manuscritos gregos e as versões mais antigas e mais diversas contêm tôdas o texto destes capítulos e no teor

(213) Cfr. *Diot. de la Bible, Supplément*, no art. de L. PIROT "Evangelies et Commission Biblique", col. 1247-8 e 1261-73 — M. J. LANGRANGE, O.P., *Evangile selon S. Matthieu*, — *S. Marc*, — *S. Luc*, — *S. Jean*, nos lugares onde comenta estas perícopes.

Foi também impugnado *Mt XVI, 17-19*. A sua autenticidade e integridade serão mais oportunamente demonstradas ao tratarmos do Primado de Jurisdição prometido a Pedro.

(214) Cfr. *Apologétique* (1937), pp. 1112-1122. — Não é pois por uma razão crítica, mas pelo preconceito contra o sobrenatural e o milagre, que os racionalistas impugnam este vers. 16.

(215) Cfr. o citado art. de L. PIROT, col. 1270-1272.

das nossas edições críticas; — b) os autores eclesiásticos do II e III séc. citam êstes capítulos; — c) o mesmo fazem o herege Cerinto (I séc.) e o filósofo pagão Celso (II séc.); — d) a antiguidade cristã insurgiu-se contra Marcion e os Ebionites, que rejeitavam estas narrativas por serem contrárias às suas elucubrações dogmáticas; — e) os cc. I e II, tanto em *Mt* com em *Lc*, estão em íntima conexão com o resto do respectivo evangelho e com a finalidade de cada evangelista; — f) as duas narrativas não se contradizem, mas se completam e provêm de uma tradição judeu-cristã da Palestina, como o indica a índole semítica dos dois capítulos; nada contêm das fantasias encontradas nos Ev. Apócrifos que foram rejeitados; — g) Marcos narra a catequese primitiva de Pedro, o qual estava empenhado em pregar os grandes fatos e os ensinamentos da vida pública, a morte e a ressurreição de Jesus, que são as bases essenciais do cristianismo e constituiram o primeiro objeto da evangelização cristã, como se pode ver também nas *Epístolas paulinas* e nos *Atos dos Apóstolos*; nem faltam alusões à vida de Cristo em Nazaré, a Maria sua mãe e a seus parentes (*Mc*, III, 31; VI, 3). (216)

4. *O episódio da mulher adúltera* (*Jo* VII, 53-VIII, 11), porque: falta em vários códices, em antigos manuscritos da versão latina antiga, em muitos manuscritos das versões siríacas e coptas, em algumas cópias, posteriores ao IV séc., é colocado depois de *Lc* XXI, 38 ou de *Jo* XXI; nem se acha nos comentários de Orígenes, João Crisóstomo, Cirilo de Alexandria e outros.

Mas: — a) é narrado em muitos códices maiúsculos e minúsculos, bem como em muitos manuscritos gregos e latinos mencionados por Jerônimo, numa centena de evangeliários, nas cópias da vulgata e da siro-palestinense e em algumas cópias das versões bohairica, armênia, etiópica, árabe, etc. (217); — b) não chegaram até nós na sua íntegra os comentários dêstes autores; — c) entre os latinos, os Santos Padres e os Escritores do IV séc. são unânimes em afirmar a integridade do episódio, e êsse testemunho autorizado e crítico pode suprir as incertezas dos manuscritos; — d) para explicar a omissão desta perícopa em tantas fontes, apresentam os críticos duas hipóteses plausíveis: para uns, se trataria de uma omissão devida a motivos prudenciais, numa época de particular severidade contra os atentados à moralidade conjugal; para outros, o trecho teria sido inserido mais tarde no texto de S. João. (218)

(216) Cfr. *Apologétique* (1937), pp. 1103-1112. — *Le Christ* (Enc. Populaire des Connaissances christologiques, ... publiée sous la direction de G. BARDY et A. TRICOT, Paris 1935), pp. 250-254.

(217) Cfr. apud ZEDDA, *op. cit.*, pp. 266-269, a indicação dos manuscritos e dos autores que omitem e dos que contêm esta perícopa.

(218) É sabido que havia manuscritos preparados para a leitura em público — os *Lectioaria* — nos quais certos trechos vinham assinalados para não serem lidos, ou mesmo eram simplesmente omitidos.

5. *O Anjo que conforta Jesus na sua agonia e o suor de sangue* (Lc, XXII, 43 e 44), porque êstes versículos faltam em seis códices maiúsculos importantes (B, T, W, A, N, R) e em oito minúsculos, no códice *f* da versão latina antiga, em dez cópias da versão bohairica, em algumas cópias da sahidica e armênia, na siro-sinaítica, em alguns escritores (Clemente Alex., Orígenes, Ambrósio e Cirilo Alex.) e no herege Marcion; outros manuscritos os apresentam como discutíveis, pondo-os entre aspas ou óbelos.

Mas: — a) contêm os dois versículos: os códices S, D e todos os unciais e minúsculos (menos aquêles quatorze), tôdas as cópias das versões latinas (menos *f*), a maioria das cópias da versão sahidica, não poucas da bohairica, a siriaca curetoniana, o Diatéssaron; — b) a pericope foi reconhecida como autêntica pela tradição mais antiga, durante o II séc., sendo largamente utilizada por Justino, Ireneu, Hipólito...; — c) se houve alguma hesitação no fim do II séc. e início do IV, contudo nenhum dos Santos Padres se pronunciou contra a autenticidade, e desde o fim do IV séc. desapareceu tôda dúvida; — d) o estilo da pericope é evidentemente de S. Lucas; — e) a omissão dêste fato extraordinário nas cópias supra indicadas — quase tôdas, aliás, provenientes do mesmo ambiente, o Egito — explica-se, como no caso precedente, por "escrúpulos teológicos" (Lagrange): julgaram alguns que era inconciliável com a divindade de Cristo e, de fato, os Arianos serviam-se dêsse texto para negá-la.

6. *O final de Mc* (XVI, 9-20): 1) porque falta nos importantes códices B e S, no manuscrito siro-sinaítico, nas cópias da versão sahidica e em algumas da armênia; — porque alguns códices apresentam outros finais: um mais breve, no códice *k* da versão latina antiga (219); outro mais comprido, i. é, incluindo um trecho que, segundo S. Jerônimo, se achava intercalado depois do vers. 14 em alguns códices, principalmente gregos, do seu

O episódio da mulher adúltera seria um dêles: receiavam alguns de pouca fé, ou inimigos da fé, como comenta Sto. Agostinho (*De Conjugiis adulterinis*, l. II, c. 7: ML 40, 474), que a misericórdia divina pudesse parecer exagerada e favorecer o adultério. — O Pe. M. J. LAGRANGE O.P. (*Évangile selon S. Jean*, Paris 1927, pp. 224-225), com o crítico católico H.I. VOGELS e muitos outros, pensam, pelo contrário, que êste episódio, conhecido desde a mais alta antiguidade (pois a êle aludem a *Didascalia*, ca. 250, e Papias, *apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, III, 39, 17), teria sido inserido no Ev. de João, como um fragmento incontestável da tradição joanina, que Papias, discípulo de João, recolhera dos testemunhos orais da tradição apostólica e talvez do próprio João. — A canonicidade, e portanto o caráter inspirado, da pericope foi reconhecida no Conc. de Trento, pelo Magistério da Igreja, ao qual compete declarar o conteúdo da Sagrada Escritura (Cfr. LAGRANGE, *ibid.*, p. 221-2).

(219) Êste final breve, seguido porém do nosso final canônico, acha-se também em quatro códices maiúsculos e numas poucas cópias de algumas versões.

tempo: é o "Freer-Logion" do códice W; — porque alguns escritores (Tertuliano, Cipriano, Orígenes, Clemente Alex., Atanásio, Basílio, os dois Cirilos e Gregório Nazianzeno) não falam dêste final, e Eusébio lhe é pouco favorável; — 2) porque, ao exame interno apresenta-se êste final como um todo independente, sem nexos com o que precede, como um resumo vago dos lugares paralelos de *Lc* e de *Jo*, sem as características fraseológicas e sem o estilo vivo e colorido próprios de *Mc*.

Mas: 1) Êste final de *Mc*, sòzinho ou juntamente com um dos outros finais: — a) acha-se em todos os códices maiúsculos, com exceção de S e de B (220), em todos os minúsculos, em tôdas as cópias da versão latina antiga (exceto *k*), da vulgata, do Diatéssaron e da bohairica, nas versões siríaca curetoniana, peshitto, gótica e geórgica, na maioria dos manuscritos armênios e em alguns outros; — b) o final mais breve e o "Freer-Logion", que encontramos tão sòmente em pouquíssimos manuscritos, não podem ser muito antigos; a sua autenticidade é negada por todos os críticos; — c) se Eusébio duvidou da autenticidade da perícopes, nem êle, nem ninguém, se atreveu a negá-la; — d) o silêncio de alguns escritores, acêrca de uma passagem tão breve de *Mc*, que foi o menos comentado dos quatro evangelhos, não tem muito pêso diante do testemunho *positivo* quase unânime; pois. — e) o nosso final era conhecido desde a mais alta antiguidade: Epístola de Barnabé, Epíst. dos Apóstolos, os apologistas Justino e Aristides, Hermas...; foi reconhecida sem hesitação como parte da S. Escritura por Taciano no seu *Diatéssaron*, por Hipólito, Afraates, Ireneu (que explicitamente o atribui a Marcos), Dídimo o Cego, Epifânio, João Crisóstomo, Ambrósio, Agostinho, as *Constituições Apostólicas*, etc. e, desde o início do V séc., por todos os escritores latinos e foi universalmente divulgado.

2) Por causa do seu caráter de *suplemento*, reconhecido geralmente pelos exegetas, parece mais provável que êste final não figurava no autógrafo com o qual iniciou Marcos a divulgação do seu Evangelho: e isso explicaria a falta da perícopes em alguns manuscritos e as hesitações de alguns autores do IV século.

Porém, deve ter sido acrescentado poucos anos depois, por um apóstolo ou por um discípulo do Senhor de reconhecida autoridade: sòmente dêste modo se pode explicar que a imensa maioria das fontes e o testemunho antiquíssimo e moralmente universal da tradição cristã o admitiram como parte integrante do evangelho canônico inspirado (= *autenticidade canônica*).

E nada impede que tenha sido composto pelo próprio Marcos (= *autenticidade literária*), para completar a sua narrativa com um resumo das aparições de Cristo ressuscitado e a indicação da

(220) No códice B, porém, o copista deixou vazio um lugar suficiente para receber a perícopes, como costumava fazer para as passagens de cuja autenticidade havia ainda alguma dúvida.

missão e dos poderes conferidos aos Apóstolos (221). De fato: a) dificilmente podia Marcos deixar o seu escrito terminar com as palavras "temiam com efeito"; b) o que se diz neste final, acêrca dos milagres, da expulsão dos demônios e da incredulidade dos apóstolos, quadra perfeitamente com o conjunto do seu evangelho. c) Por outro lado, o resumo das aparições concorda admiravelmente com os vários discursos de Pedro (de quem Marcos fôra intérprete) referidos nos *Atos* e com a *I Epíst. Petri* (222); nem é um simples resumo de *Lc* e *Jo*, pois várias circunstâncias e os vers. 14-18 são próprios de *Mc*. d) A ausência de ligação (que não é absoluta, pois a promessa feita no v. 7 pede naturalmente a narração do seu cumprimento) e as diferenças de estilo podem explicar-se pelo caráter de resumo complementar dado à perícopé e pelo fato de ter sido acrescentada vários anos depois da composição do evangelho.

Tal é a posição da Igreja. Devemos crer que êste final de Marcos pertence à Escritura inspirada, porque preenche as duas condições indicadas na definição do *Conc. Tridentino* (223). Nenhuma razão crítica apresentada até agora nos obriga a negar a autoria de Marcos (*Com. Bíblica*, D. 2156).

Conclusão. a) Como se vê, nenhuma destas perícopes toca a substância da mensagem evangélica (224), nem delas precisamos para demonstrar a origem divina da messianidade de Cristo e da autoridade da Igreja. b) Entretanto, a crítica textual, como vimos, estabelece com certeza a autenticidade de tôdas elas, pois encontra a seu favor a imensa maioria dos manuscritos e a tradição cristã moralmente unânime (225).

(221) Cfr. L. PIROT, no art. acima citado, col. 1262-1267. — Como observa o Pe. DHANIS (*Gregorianum* 1958, vol. XXXIX-2, p. 375): "Marcos estêve sem dúvida mais do que outros interessado pelo seu Evangelho. E se inicialmente o terminou depois de narrar a visita ao túmulo, pôde ter querido mais tarde completá-lo inspirando-se no exemplo de Lucas." (*Lo*, publicado uns quatro ou cinco anos depois de *Mc*, foi certamente conhecido por Marcos.)

(222) Cfr. *apud* MORS, *op. cit.*, p. 159, a comparação de cada um dos vers. 9-20 com as palavras de Pedro nos *Atos* e na sua *I Epístola*.

(223) Fazer parte do Evangelho como foi tradicionalmente lido na Igreja Católica e achar-se na antiga edição latina da Vulgata (D. 784).

(224) O final de *Mo*, na verdade, se refere à ressurreição de Cristo, fato essencial para o cristianismo e para a apologética. Mas como explicitamente e sem controvérsia alguma é narrada pelos outros Evangelistas, mesmo se Marcos — o que não concedemos — não tivesse falado dela, não deixaria a ressurreição de Cristo de ser um fato historicamente certo e contido na Escritura e, portanto, não ficaria alterado o depósito da fé.

(225) De fato, o número dos manuscritos que omitem estas perícopes é quase sempre insignificante e constitui uma exceção confrontado com os milhares de códices e de cópias das versões que as referem e com os autores que as admitem. Além disso, a crítica textual apresenta sempre razões, pelo menos plausíveis, que explicam estas omissões.

c) Quando, por conseguinte, os Concílios *Tridentino* (D. 784) e *Vaticano I* (D. 1787, 1809), nos mandam crer que estas perícopes são inspiradas e fazem parte do depósito da fé, e a *Comissão Bíblica* (D. 2154, 2156, 2157, 2158) afirma a sua autenticidade literária, esta posição da Igreja é sólidamente fundamentada, mesmo do ponto de vista da crítica científica dos textos.

ARTIGO QUARTO

OS EVANGELHOS E A CRÍTICA RACIONALISTA

117. Nenhum livro histórico foi submetido a uma crítica tão severa e minuciosa quanto o Evangelho. Cada palavra do texto sagrado foi esquadrihada por centenas de críticos; cada informação que nos fornece foi confrontada com tôdas as indicações encontradas em outros documentos; cada alusão a costumes, lugares e personagens foi cuidadosamente verificada. Dêste contrôle, exercido desde a origem até aos nossos dias e muita vêzes, nos últimos séculos, guiado pelo ódio e pela malevolência, saíram sempre vitoriosas a autenticidade e a historicidade evangélicas. (226)

118. O Preconceito Racionalista. — Quem empreende o estudo do valor histórico de uma obra, deve abordá-lo *sem teoria preconcebida*, deixando falar os fatos e os documentos avaliados imparcialmente à luz dos princípios da crítica histórica e das leis da hermenêutica. Se argumentos históricos estabelecem com certeza a realidade de um fato, qualquer teoria deve ceder perante êste fato: *contra factum non valet argumentum*, diz a evidência do bom senso. O contrário é anti-científico e irracional, porque o papel da razão não con-

(226) F. VIGOUROUX, *Les livres saints et la critique rationaliste*, Paris 1901, T. I e II. L. FILLION, *Les étapes du rationalisme dans les attaques contre les Evangiles*, Paris 1911. — F. M. BRAUN, O.P., *Où en est le problème de Jésus?*, Paris 1932. — A. MICHEL, *Jésus-Christ et la critique*, no *Dict. de Théol. Catholique*, Vol. VIII, 1^a p., col. 1362-1411. — DE GRANDMAISON, *Jésus Christ*, II, p. 170-218. — P. BUISSE, *Jésus devant la critique*, pp. 33-55, 151-177, 308-343. — G. RICCIOTTI, *Vita di Gesù Cristo*, 10^a ed., Roma 1947, pp. 207-246. — *Verbum Dei*, T. III (Herder 1957), pp. 78-98: *Los Evangelios y la alta crítica no católica* (E. GUTWENGER). — CL. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 13-46. — C. LO GIUDICE, *Il Vangelo*. Roma 1953. nn. 67-99.

siste em construir o real, mas em conformar-se a êle: a verdade é a conformidade da nossa inteligência ao que é.

Não é assim, porém, que procede a crítica racionalista (227), iniciada no séc. XVIII. Desprezando as atestações unânimes da tradição, nega sem mais a historicidade de tudo o que é sobrenatural nos Evangelhos. E esta negação é avançada, não sôbre a base de novos documentos históricos que a tanto autorizem, mas em nome de uma teoria naturalista, que proclama, *a priori*, a impossibilidade absoluta de todo o sobrenatural. As afirmações a êste respeito são explícitas e numerosas. Por exemplo:

a) "A condição mesma da ciência é *crer* que tudo se pode explicar naturalmente... As ciências históricas em nada diferem, pelo método, das ciências físicas e matemáticas: elas *supõem* que nenhum agente sobrenatural vem perturbar a marcha da humanidade; que esta marcha é a resultante imediata da liberdade que existe no homem e da fatalidade que existe na natureza; que não há um sêr livre superior ao homem, ao qual se possa atribuir uma parte apreciável no procedimento moral como na atividade física do universo. Daí, esta *regra inflexível*, base de tôda a crítica: um acontecimento dado por milagroso é necessariamente lendário." (E. RENAN, *Questions contemporaines*, 3.^a ed., Paris, 1876, págs. 223-224).

b) "O *primeiro princípio* [da crítica] é que o milagre não tem lugar na trama das coisas humanas, nem tampouco na série

(227) Não vá alguém equivocar-se com a insinuação do vocábulo. "Bem longe está o *racionalismo* de ser uma reivindicação dos direitos integrais da razão humana." Historicamente, foi a designação dada a um movimento filosófico dos fins do séc. XVIII, que englobou o deísmo inglês, o enciclopedismo francês e o iluminismo alemão, com a finalidade de fundamentar a religião unicamente sôbre verdades naturais (existência de Deus, imortalidade da alma, moral natural), com exclusão de qualquer elemento positivo ou sobrenatural. Uma religião puramente natural, sem revelação nem milagres, sem dogma nem mistérios, sem culto nem sacramentos, sem Igreja nem hierarquia. Uma religião, "na qual se faz de cada homem, numa autonomia absoluta de pequeninas divindades, o árbitro de tôda a sua vida moral e religiosa".

Bem cedo, porém, nos meios acatólicos, volatilizaram-se aquelas verdades naturais e dêste movimento sobreviveu apenas o nome de *racionalismo*, que "serve hoje para designar o preconceito dos que a todo o transe querem excluir o sobrenatural da trama dos acontecimentos humanos. Na variedade sucessiva de inúmeros avatares conservou intangível o seu postulado fundamental: na urdidura da história não há lugar para o sobrenatural; tudo se explica pelo determinismo infrangível das leis da natureza. Acham-se assim, *a priori*, excluídos o milagre e o fato de uma revelação divina." L. FRANCA, *A Psicologia da Fé*, 2.^a edic., pp. 143-144: nas *Obras Completas*, vol. VIII, p. 108-109.

dos fatos da natureza; a crítica... começa com a proclamação de que tudo na história tem a sua explicação humana." (Idem, *Études d'histoire religieuse*, Paris, 1857, pág. VII).

c) "A crítica tem duas maneiras de se opor à narrativa do maravilhoso; quanto a aceitá-la tal como é, nem lhe pode vir ao pensamento, uma vez que sua essência mesma é a negação do sobrenatural." (Idem, *op. cit.*, págs. 137-138).

d) "Uma regra absoluta da crítica, é de não dar lugar nas narrativas históricas a circunstâncias milagrosas." (Idem, *Les Apôtres*, Paris, 1866, pág. XLIII).

e) "Não é porque se me demonstrou previamente que os evangelistas não merecem nenhuma fé, que eu rejeito os milagres por eles narrados; é porque narram milagres, que eu digo: os evangelhos são lendas, podem conter histórias, mas certamente nêles não tudo é histórico." (Idem, *Vie de Jésus*, 13.^a ed., pág. VI). E mais adiante (pág. XLVIII): "Que os Evangelhos sejam em parte lendários é coisa evidente, pois estão cheios de milagres e de sobrenatural."

f) "Nossa convicção inabalável é que tudo o que acontece no tempo e no espaço está sujeito às leis gerais do movimento, que não é possível, portanto, neste sentido, como ruptura da ordem, haver milagres... Que uma tempestade tenha sido acalmada com uma palavra, não o cremos nem o havemos de crer jamais." (HARNACK, *L'essence du christianisme*, trad. fr. de 1907, págs. 32-34).

g) "Que a religião não exprima nada que não esteja na natureza, isso deve ser um princípio para a ciência das religiões, porque não há ciência senão dos fenômenos naturais." (DURKHEIM, *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, 1912, pág. 98).

h) "Se o problema [cristológico] que apaixonou e absorveu durante séculos os pensadores cristãos é hoje proposto novamente, isso acontece muito menos porque a sua história seja melhor conhecida, do que em consequência da renovação integral que se deu e prossegue na filosofia moderna." (A. LOISY, *Autour d'un petit livre*, pág. 128). Isto é, assuntos de ordem histórica são avaliados não já pelos argumentos da história, mas sim por posições preconcebidas de teorias filosóficas. Já o dissera abertamente: "A ciência racionalista arrasta para tôda a parte consigo o erro do seu *parti-pris*, a estrita negação do sobrenatural." (*Les Études Bibliques* (1894, pág. 79). Conseqüentemente: "Uma tradição como aquela que tem por objeto os milagres de Jesus é inevitavelmente lendária." (*Les Évangiles Synoptiques* (1907), I, pág. 826).

119. Como se vê, achamo-nos diante de afirmações categóricas, sem que nos seja dado motivo algum que as imponha. Não são o fruto de um raciocínio que tenha provado a impossibilidade de uma intervenção de Deus nas suas obras, nem o resultado de pesquisas da crítica externa e interna dos Evan-

gelhos. A negação sistemática do sobrenatural, pede-nos o racionalismo que a aceitemos com um “ato de fé” (*crer*), que nenhuma autoridade evidente ampara e legitima. É uma “suposição” que devemos fazer, sem que nenhuma ciência a fundamente, pois deve ser admitida antes de pôr mão a qualquer ciência, como “sua condição mesma”. É uma “regra inflexível”, posta “como base de toda a crítica”, já antes de iniciar as pesquisas. A impossibilidade do sobrenatural não é, portanto, uma afirmação que o racionalista discuta e demonstre verdadeira; mas é um puro e simples *parti-pris*, um preconceito naturalista, um apriorismo inicial, para permitir conclusões tendenciosas e anti-científicas.

E na verdade, esta impossibilidade não é uma evidência que se imponha à razão. Muito pelo contrário. O Universo permanece inelutavelmente sujeito à onipotência divina que o criou e que, por conseguinte, pode intervir na sua obra como e quando lhe aprouver. Se o homem pode manifestar a outros homens os seus pensamentos e as suas vontades, como o não poderia o Criador que deu aos homens êste poder? Um Deus incapaz de comunicar-se com as suas criaturas, incapaz de intervir nas obras de suas mãos, seria um Deus contraditório, um Deus que não seria Deus, que não seria o Ser Supremo e Onipotente, de quem tudo depende no existir e no agir. (228)

Mas interveio Deus, *de fato* e de um modo *milagroso*, na história dos acontecimentos humanos? Revelou realmente aos homens uma doutrina de verdade e de amor? — Não é com uma negativa apriorística que se resolve uma questão *de fato*, mas tão somente *a posteriori*, com a investigação histórica, empreendida imparcialmente e disposta a aceitar tudo o que os documentos demonstrarem. Eis a regra fundamental de uma crítica racional, sincera e científica. — Seguem-na os racionalistas? De nenhum modo. Têm êles outra “regra inflexível”: a negação antecipada e absoluta do sobrenatural. Seu método consiste em eliminar os documentos ou mutilá-los para que venham a quadrar com êste preconceito injustificável.

(228) A possibilidade da revelação e do milagre já foi estudada pormenorizadamente e demonstrada na IV Parte do nosso primeiro volume: *A Caminho da Verdade Suprema*.

(229) Método "detestável", reconhece o próprio RENAN: "Se o milagre é coisa real, nosso método é detestável." (*Vie de Jésus*, 13ª ed., pág. IX).

Não queremos com isto negar que haja ciência no esforço intelectual do racionalismo, uma ciência feita de erudição e pesquisas minuciosas. Nada desta ciência rejeitamos: encontra-se também nas investigações dos grandes especialistas católicos. O que nos separa do racionalismo é o abismo do seu preconceito, é o seu dogmatismo injustificável, a sua obstinação intratável em excluir *a priori* o sobrenatural da história; é o seu processo de afastar sistematicamente os documentos históricos que atestam a realidade das intervenções divinas. E isso não é ciência. (230) É paixão obstinada. A continuação da mesma paixão hostil que cegou alguns contemporâneos de Cristo, apesar de presenciarem suas maravilhas divinas.

120. Mas o sobrenatural enche os Evangelhos. Se não é histórico, como explicar a sua presença nos textos? Eis o problema que se apresenta à exegese racionalista. Como reduzir a narrativa evangélica a uma narrativa de caráter puramente natural e a figura de Jesus Cristo a proporções puramente humanas? Eis o único intento de todos os seus esforços.

Estreia, então, a séria interminável das suas tentativas de explicação naturalista do Evangelho. Cada construção sistemática é recebida com um entusiasmo precipitado logo ao

(229) "Julgais porventura achar-vos diante de uma conclusão crítica de estudos positivos? Encontrai-vos na realidade ante as consequências de um apriorismo parcial e intratável. A ciência já não é a observação serena dos fatos; é a sua seleção e interpretação tendenciosa imposta pela tirania de um preconceito. A negação do sobrenatural não se infere como resultado de uma investigação histórica desapaixonada, mas de antemão orienta ou desorienta toda a investigação." L. FRANCA, *op. cit.*, p. 147-8; nas O.C., VIII, p. 112.

(230) "A ciência é antes de tudo um espírito sem prevenções. Supor que a ciência é uma espécie de fé que se deve abraçar, é enganar-se completamente sobre a sua natureza e rebaixar os sábios ao nível de sectários." W. JAMES, *The Will to Believe*, London 1917, pp. 319-320. (*Apud* L. FRANCA, *op. cit.*, p. 164; nas O.C., VIII, p. 123). Já ouvimos LOISY confessar o *parti-pris* da ciência racionalista. Pretende, porém, remediar acrescentando: "Todavia, se ela tem um defeito radical que acabará por perdê-la, a não ser que dêle se corrija, possui uma qualidade indiscutível, e é que trabalha seguindo um método melhor que seus princípios filosóficos." (*Les Etudes bibliques*, p. 79). Como se um método pudesse sanear o vício radical que o conduz e o desvia!

sair dos prelos racionalistas, mas bem cedo se vê demolida em nome da mesma ciência que a levantara e pela mesma crítica racionalista decepcionada, que se encarrega de lhe demonstrar as falhas insanáveis e se apressa em lhe substituir uma nova construção, tão frágil e tão efêmera quanto a precedente.

Indicaremos tão somente os principais sistemas. Manifestarão a fragilidade dos esteios a que se agarra esta obstinação impenitente contra a realidade invencível do sobrenatural evangélico.

121. O Sistema da Fraude. — Precedido pelo panteista BARUCH SPINOSA (1632-1677), HERM. SAM. REIMARUS (1694-1768), professor em Hamburgo, no seu manuscrito *Apologia dos cultores racionais de Deus* — do qual LESS'NG, nos anos 1774-1778, publicou amplos estratos sob o título *Fragments de um desconhecido* — desferiu o primeiro ataque, atrevido e violento: Jesus Cristo, judeu, puro homem, foi um agitador político que queria libertar Israel do jugo romano; com hábeis imposturas fingiu milagres para explorar a credulidade popular; mas, abandonado pelo povo, morreu desesperado, como rebelde, em Jerusalém. Seus sequazes transformaram esta tentativa política em movimento de renovação espiritual e religiosa. Para isso, roubaram o corpo e espalharam a lenda da ressurreição de Cristo e do valor redentor da sua morte. Os Evangelhos são a relação oficial dêsse cúmulo de ficções e de fraudes. — Assim também o ímpio VOLTAIRE.

Mas: Saltou logo aos olhos de todos a superficialidade e o fanatismo desconchavado de tais afirmações. Eram por demais absurdas e insuficientes para explicar a realidade grandiosa do Cristianismo. Por isso, há muito que já abandonaram os racionalistas semelhantes disparates.

122. O Sistema naturalista. — Reagindo contra Reimarus, GOTTLÖB PAULUS (1671-1851), professor de Heidelberg, tentou uma interpretação natural dos milagres de Cristo, que conservasse aos Evangelhos uma historicidade aceitável para o preconceito racionalista: nas narrativas evangélicas devemos distinguir os fatos narrados das apreciações psicológicas e subjetivas, que dêles fizeram os evangelistas. Os fatos, quanto à sua substância são reais e históricos; as apreciações, pelo contrário, devidas à boa fé ignorante e supersticiosa dos evangelistas, exageram a realidade. Daí, o caráter aparentemente sobrenatural que certos fatos apresentam no texto evangélico. Por isso, na exegese, devemos discriminar êstes dois elementos e desembaraçar o texto das apreciações exageradas. É o que o Doutor Paulus chamou de "*naturalização*" dos fatos.

Mas: foram os próprios racionalistas — por ex., Strauss e Renan, nas suas *Vidas de Jesus* — os primeiros a denunciarem

os artifícios arbitrários e as extravagâncias pueris e ridículas destas "naturalizações", que desfiguravam os fatos e tornavam incompreensível o contexto. (231)

123. A teoria mítica. — Depois de refutar o naturalismo do Dr. Paulus, julgou FRED. STRAUSS (1808-1874) encontrar-lhe um sucedâneo vantajoso no "mito": não pode ser histórico o que não segue as leis habituais na concatenação dos fatos (preconceito racionalista, *a priori*); por conseguinte, é necessariamente "mito" tudo o que reveste caráter sobrenatural (milagres, cumprimento de profecias ou de expectativas messiânicas, etc.); donde os Evangelhos, afora um pequeno núcleo (a existência histórica de Cristo, com uns poucos episódios particulares e sua morte na cruz), são um complexo de *mitos* elaborados inconscientemente pelo entusiasmo religioso das primeiras gerações cristãs, as quais, imaginando reconhecer em Jesus de Nazaré o Messias esperado, atribuíram-lhe as idéias messiânicas e os milagres já descritos no A. T., criando assim uma figura de Cristo idealizada, mas não histórica.

(231) O espetáculo de um pai doente, nevropata, vítima de contínuas visões e alucinações, despertara em Paulus, desde a sua infância, uma aversão profunda contra tudo o que é sobrenatural, não vendo nas suas manifestações senão sintomas patológicos de visionários desequilibrados. Assim interpretou os acontecimentos maravilhosos dos Evangelhos. Algumas amostras:

Achava-se Jesus, de madrugada, no alto do Tabor com três de seus apóstolos, quando passaram casualmente dois desconhecidos vestidos de branco. Neste momento despontou o sol no horizonte e envolveu o Salvador nas rutilâncias de ouro dos seus esplendores nascentes. Pedro, precipitado, exclama: "Moisés! Elias!". Eis a Transfiguração do Senhor, explicada... psicologicamente e "naturalizada"!

Cristo cura um cego de nascença. É um fato real e histórico, diz o Dr. Paulus. O erro está em atribuí-lo a causas transcendentas. Jesus empregou apenas um colírio conhecido e usado pelos oculistas... que assim todos os dias restituem a vista aos nati-cegos! — E o espanto de toda Jerusalém? E o processo desta cura instaurado pelos Fariseus? Foram motivados pela aplicação colriqueira de um colírio conhecido?

A multiplicação dos pães? Nada de mais natural: a exemplo daquela criança, de Jesus e dos Apóstolos, cada um dos presentes se serviu da matalotagem que trouxera consigo. — E é por isso que tanto se admirou toda aquela multidão e queria proclamar rei o Salvador?

O caminhar sobre as águas foi um simples passear na margem com as ondas ao morrer lambendo os pés de Jesus. — E é em tão pouca água que ia afundando Pedro?

As ressurreições? Simples despertar de letargias. Lázaro, por ex., não morrera, mas caíra em letargia quatro dias antes e fôra deposto atrás de uma porta. Por simples coincidência venturosa, voltou a si quando Cristo o chamou. Que há de mais óbvio e mais natural? — Mas ninguém seguira a doença de Lázaro? ninguém presenciara a sua morte e seu sepultamento? E o espanto geral, quando Lázaro, ainda envolvido nos panos mortuários, saiu vivo detrás daquela "porta", que era uma pedra sepulcral? (Cfr. L. FRANCA, *A crise do mundo moderno*, 1941, pp. 97-98).

Crítica. — a) Se o recurso a um Cristo idealizado continuou a impressionar a crítica protestante, a teoria de Strauss, examinada nos seus particulares, cedo apareceu como uma construção subjetiva de preconceitos filosóficos inspirados por Hegel, aos quais tenta adaptar a realidade histórica.

~~b) Antes de lançar a sua hipótese da idealização, tivesse Strauss — como o exigia a lealdade científica — examinado, à luz dos mais antigos documentos, o estado de ânimo daquelas gerações cristãs, teria visto quanto eram apegadas à tradição apostólica e vigilantes contra qualquer mudança e, portanto, avessas a toda idealização [cfr. n.º 122 e as notas 199-203]. Por outro lado, uma tal idealização requer tempo. Por isso, colocou Strauss a composição dos Evangelhos no meado do II século. Mas, como vimos, provas irrecusáveis a fazem remontar à segunda metade do I século. Esta idealização progressiva é, portanto, inadmissível: faltou-lhe tempo e possibilidade [n.º 83].~~

Após um breve período de celebridade, a *Vida de Jesus* de Strauss caiu no desprestígio geral sob os rudes golpes da crítica (232) e a teoria mítica, por confissão do seu próprio autor, ficou reduzida a um amontoado de escombros e ruínas.

124. A teoria das tendências. — Em oposição a Strauss, de quem fôra mestre, FERN. CRISTIANO BAUR (1792-1860), fundador da nova escola de Tubinga, seguiu outra via e aplicou à história do Cristianismo apostólico o processo dialético de Hegel (tese — antítese — síntese). Na Igreja primitiva, diz Baur, houve várias tendências: a corrente *petrina* (tese), judaizante e particularista, que pretendia limitar aos Judeus a pregação evangélica e considerava obrigatória a observância dos ritos e das prescrições positivas da Lei mosaica; e a corrente *Paulina* (antítese), helenista e universalista, que queria estender a todo o mundo a boa nova de Cristo, sem a obrigação destes ritos e destas prescrições. Da luta, durante o I século, entre estas duas tendências surgiu a *Igreja Católica* (síntese), que é um compromisso conciliativo, no qual ambas as tendências foram parcialmente absorvidas. Os Evangelhos representam precisamente as várias tentativas de conciliação: a primeira foi *Mt*, escrito no início do II século, com alguns elementos paulinos aparecendo sobre um fundo petrin; seguiu *Lc*, em que predomina a tendência paulina; finalmente veio *Mc*, no meado do II século, apresentando uma narrativa neutra, que conseguiu a perfeita harmonia. (Prescinde BAUR do IV Evangelho, considerado por êle uma mera especulação teológica mais tardia.)

Crítica. — a) Além de retardar os Evangelhos para uma data que a crítica, mesmo a racionalista, não pode aceitar, o sistema de Baur é totalmente arbitrário e construído unicamente com a

(232) Cfr., por ex., a do racionalista CH. DE GUIGNEBERT, *Le Problème de Jésus*, Paris 1914, p. XXIV-XXVI.

preocupação de eliminar o sobrenatural das narrativas evangélicas. b) Basta ler os *Atos* e as *Epístolas paulinas* para constatar a plena identidade doutrinal entre Pedro e Paulo. É Pedro o primeiro que prega o universalismo (*Atos*, IV, 12) e o aplica introduzindo o primeiro pagão na Igreja com o batismo do centurião Cornélio (*Atos*, X) e que, juntamente com os outros Apóstolos, declara desnecessárias a circuncisão e as outras prescrições rituais da Lei mosaica (*Atos*, XV). Do seu lado, Paulo teve sempre a mais alta consideração para com Pedro, a quem foi visitar em Jerusalém (*Gal.*, I, 18-19); reconhecia a supremacia dos chefes da Igreja-Mãe, aos quais foi submeter a sua pregação, logo plenamente aprovada por eles (*Gal.*, II, 1-10).

Quanto ao famoso episódio de Antioquia (*Gal.*, II, 11 e segs.), tanto explorado por Baur (e pelos protestantes), nada tem que ver com a doutrina. Pedro fôra a Antioquia, onde estava também Paulo e florescia uma comunidade de cristãos recém-convertidos do paganismo. Pôs-se logo a freqüentar suas casas, comendo com eles sem observar os ritos e as restrições mosaicas. Sobreveio de Jerusalém um grupo de cristãos judaizantes apegados à Lei. Temendo escandalizá-los, recomeça Pedro a observar os ritos. O seu exemplo, logo seguido pelos outros judeus e por Barnabé, podia ser mal interpretado (e talvez o tenha sido na realidade) pelos étnicos-cristãos, induzindo-os a pensar que tais ritos eram necessários para a salvação, o que podia ser aproveitado pelos judaizantes para renovar as discussões já dirimidas no Concílio de Jerusalém (*Atos*, XV). Diante dêsse perigo, dirigiu Paulo admoestações públicas a Pedro. Trata-se, portanto, de uma simples divergência momentânea de conduta prática entre Pedro e Paulo, em circunstâncias encaradas por cada um sob um prisma diferente. Foi uma correção fraterna que Pedro aceitou humildemente e que em nada influiu sobre a amizade que uniu sempre o Príncipe dos Apóstolos e o Apóstolo das Gentes, "nosso caríssimo irmão Paulo" (*II Petri*, III, 15).

125. A teoria da Escola liberal. — As desilusões deixadas pelo fracasso das tentativas de Strauss e de Baur, a reação do protestantismo ortodoxo e conservador, novos estudos críticos que colocavam a composição dos Evangelhos numa data mais vizinha da tradicional: tudo isso tornou a crítica racionalista mais cautelosa e lhe fêz procurar uma via de compromisso, sem contudo desmentir o seu preconceito e aceitar o Cristo sobrenatural. Surgiu assim, pelos anos 1870-1880, uma nova corrente com sabor histórico-psicológico, que foi chamada *Escola liberal* e teve numerosos representantes, como *B. Weiss*, *A. Sabatier*, *A. Réville*, *E. Reuss*, *A. Jülicher*, *I. Wellhausen*, *H. I. Holtzmann*, *A. Loisy*, *Th. Zahn* e o príncipe

da Escola, ADOLFO VON HARNACK (1851-1930), professor na universidade de Berlim.

Caracteriza-se a Escola liberal pela ausência de posições nítidas e precisas: omite a declaração de certos princípios racionalistas fundamentais, que encontramos depois aplicados tácitamente; contorna as questões decisivas, silenciando determinados fatos ou não se pronunciando sobre a sua explicação; reabilita certos documentos históricos, mas subtrai arbitrariamente partes explícitas do seu conteúdo, só porque opostas às idéias racionalistas. Assim, dos Evangelhos, que confessam terem sido escritos com boa fé por discípulos entusiastas do Mestre, são aceitos, como fonte da biografia de Jesus, tão somente os Sinópticos, e ainda não integralmente, pois boa parte das suas narrativas (i. é, tudo o que é sobrenatural) é considerada uma criação idealizadora das primeiras gerações cristãs. Reconhecem em Jesus Cristo um homem histórico, de elevadíssimas virtudes morais, mas nada mais do que um puro homem, que nunca cogitou em arrogar-se as honras da divindade, nem em fundar uma Igreja visível. — A êste fundo comum cada autor vai acrescentando modalidades próprias, apelando para hipóteses diversas, que dão origem a novas teorias.

Vejamos a do príncipe da Escola liberal. Na sua obra *A essência do Cristianismo* (Leipzig, 1900), que teve grande repercussão e foi traduzida em tôdas as línguas, começa HARNACK com o estudo das fontes, principalmente de *Lc*, colocando-se no terreno histórico. Reconhece que os Sinópticos não são escritos partidários e que o seu conteúdo substancial pertence ao período primitivo, "paleontológico" e hebraico do cristianismo (pág. 21); coloca a sua composição perto da data tradicional cristã. — Das narrativas milagrosas diz que devem ser julgadas de um modo mais razoável e menos hostil. Considera, porém, os milagres segundo os preconceitos racionalistas, diminuindo-lhes o número e o valor e insinuando que poderiam ser o efeito de forças naturais ainda desconhecidas, principalmente de forças psíquicas, e acaba eliminando-os com processos que lembram os de Paulus e de Strauss (pág. 29). — Jesus Cristo é uma figura sublime da história, dotado de um sentimento religioso inigualável e de uma singular força espiritual para agir sobre as almas; era, porém, um puro homem. Mais que ninguém teve o sentimento da paternidade divina. Desta consciência, por um processo psicológico inexplicável, chegou à persuasão de ser o Filho de Deus por excelência (págs. 128-129). Julgou também ser o Messias, não no sentido oficial, mas enquanto devia ser luz para toda a humani-

dade (pág. 131). — Pregou o Reino de Deus, mas um reino espiritual, moral e puramente interior, que é a soberania paternal de Deus sobre tôdas as almas, a justiça cordial e desinteressada e ~~inspirada no amor do Pai que está nos céus e no amor do próximo~~, a religião em espirito e verdade, despojada de tôdas as formas exteriores e sem dogmas. Estes sobrevieram depois da era apostólica, quando o cristianismo — até então genuíno — se tornou dogmático, católico, eclesiástico e romano; pouco a pouco foram penetrando nas redações sucessivas dos Evangelhos e permaneceram no texto definitivo.

Crítica. — a) Reconhecemos de bom grado que Harnack focalizou, com serenidade e respeito, alguns aspectos dos Evangelhos (paternidade de Deus, amor a Deus e ao próximo) e que tem páginas de verdadeira piedade sobre a bondade e o encanto espiritual de Jesus. — b) Devemos contudo acrescentar que existe também o IV Evangelho, tão histórico quanto os Sinópticos; que há muita outra coisa nos Evangelhos além desta bondade natural de Jesus e que o sistema de Harnack (como de tôda a Escola liberal) é uma tentativa de redução e mutilação. Apresenta uns poucos textos cuidadosamente escolhidos e prescinde totalmente dos muitos outros, que afirmam ser realmente Cristo o Filho unigênito de Deus e o Messias profetizado e esperado, que nos descrevem um reino de Deus também externo e social, que atestam a fundação de uma Igreja visível, governada pelos Apóstolos e sucessores, com um magistério infalível ao qual todos devem prestar fé sob pena de condenação eterna. São textos evangélicos cuja historicidade é garantida pelos mesmos argumentos que garantem a dos textos admitidos como genuínos por Harnack. Porquê, então, atribuí-los a uma criação idealizadora, que, aliás, já vimos ser inadmissível? Como explicar esta mutilação arbitrária, senão pela preocupação racionalista, *a priori*, de tudo reduzir, Cristo e a sua obra, a dimensões de ordem puramente natural?

126. Já antes de Harnack, ERNEST RENAN (1823-1892), na sua famosa *Vie de Jésus* (cuja 13.ª edição, de 1867, reeditada e traduzida muitas vezes, ficou sendo a definitiva), avançara afirmações análogas e ainda mais negativas. Para Renan, Jesus Cristo, de quem poucos dados certos nos podem oferecer os Evangelhos, não foi um sábio, nem um filósofo, nem um patriota, nem um homem cheio de bondade, nem um moralista, nem um santo. Foi um encantador (*un charmeur*), filho de Deus como todos os homens

o são ou podem ser em graus diversos, que fundou, não *uma* religião, mas a religião, absoluta, sem sacerdócio nem práticas exteriores, apoiada unicamente nos sentimentos do coração e nas relações imediatas da consciência de cada um com o Pai celeste. Seus pretendidos milagres ou são invenção popular ou, com uma "doce solitação dos textos", podem ser explicados naturalmente. (233)

Escrita com arte sedutora, a *Vie de Jésus* foi recebida pelos aplausos da incredulidade e exerceu uma influência enorme e nefasta nas esferas da meia cultura. Mas experimentou a severa reação de tôdas as pessoas honestas e foi ásperamente criticada por muitos expoentes acatólicos daquela mesma *kultur* alemã, que Renan tanto exaltara (234). Obra de arte, na qual, com "visão de pintor, imaginação de poeta, indução de filósofo racionalista" (Weinel), o autor impõe aos textos suas próprias sugestões, a *Vida de Jesus* é um romance do diletantismo tão na moda durante o século XIX e de que Renan foi o perfeito modelo (GUIGNEBERT, *op. cit.*, págs. XXVIII-XXX). Como obra de ciência, nenhum valor.

127. A teoria Escatológica ou Apocalíptica. — Modalidade nova apresentou J. WEISS, no seu estudo *A Pregação de Jesus acêrca do reino de Deus* (1892, ampliado em 1900). Seguiram-no A. Schweitzer, F. C. Burkitt, Ch. Guignebert e, quanto à substância da teoria, A. Loisy, que chega a fazer da escatologia a condição *sine qua non* para se poder afirmar a existência histórica de Jesus (*Autour d'un petit livre*, págs. 69-70).

Jesus Cristo, filho do seu tempo, compartilhava as idéias dominantes entre os Judeus. Ora o mundo judaico de então esperava ansiosamente uma intervenção de Deus, que por um cataclismo universal iminente viria destruir o império do mal reinante na terra e substituí-lo por um reino de justiça, de paz e felicidade. Também Cristo, no seu entusiasmo, julgou iminente esta catástrofe. Por isso, nem lhe podia passar pela

(233) Não fala das ressurreições. Os possessos do demônio eram simples loucos ou pessoas excêntricas e "uma palavra meiga basta muitas vêzes nesse caso para expulsar o demônio". As curas são devidas ao influxo moral exercido por Jesus, porque "a presença de um homem superior que trate o doente com mansidão, e com alguns sinais sensíveis lhe garante a cura, é muitas vêzes um remédio decisivo". (*Vie de Jésus*, c. XVI). Aviso aos médicos! Por que não promovem tais visitas aos hospitais de cegos, surdos, mudos, etc?

(234) Chegam a negar a consciência moral do autor e a sua probidade científica: "Uma grande insinceridade vai do começo ao fim do livro", escreve o racionalista protestante SCHWEITZER no *Geschichte der Leben — Jesu Forschung*, título que deu à 2.^a edição da sua *Vida de Jesus*, Tübingen 1913, p. 192. (*Apud* FRANCA, *op. cit.*, p. 160: O.C., VIII, p. 120).

mente uma instituição de caráter estável. Quis, porém, preparar os homens para este dia próximo, pregando uma moral de desapêgo total de um mundo prestes a acabar. Moral de valor provisório, porque meramente subordinada à iminência do Reino escatológico. — Conseqüentemente, tudo o que, nos Evangelhos, afirma um Messias redentor, pregador e fundador de um reino de Deus estabelecido aqui na terra, não pode pertencer ao Cristo histórico, mas só pode ser uma interpolação idealizadora, introduzida mais tarde sob o influxo dos círculos dogmáticos.

Crítica. — a) Como se vê, é sempre a mesma renitente arbitrariedade do método liberal: com alguns trechos evangélicos, destacados do contexto, exagerados e “docemente solicitados” à *la Renan*, vai-se construindo uma particular figura natural de Cristo, e tudo o que não se pode adaptar a esta figura é repudiado sem mais como acréscimo de idealizações tardias.

b) Se é verdade que se encontra nos Evangelhos o elemento escatológico, a fase última, definitiva, celeste e gloriosa do Reino que Cristo anunciou; é também evidente, por todo o conteúdo evangélico, que Cristo não deu esta fase como iminente. Afirmou, pelo contrário, que devia antes completar-se o tempo das nações (*Lc XXI, 24*); que esta fase final devia ser preparada aqui na terra com o Reino de Deus, interior sim, mas também externo (*Mt, c. XIII*), pregado por tôda a terra até ao fim dos séculos (*Mt, XXVIII, 18-20*) e constituido em sociedade estável, visível e hierárquica, sôbre o fundamento dos Apóstolos sob a chefia de Pedro (*Mt XVI, 18; XVIII, 17-18; Lc X, 16; . . .*). Eliminar tudo isso dos Evangelhos, é torná-los ininteligíveis e absurdos.

c) Supõe a teoria que Jesus Cristo só podia ter as idéias do seu tempo, que não podia revelar aos homens nenhuma verdade nova: é mais uma aplicação tácita do preconceito racionalista.

d) Em vez de se limitarem a alguns Apócrifos apocalípticos (como, por ex., a *Assunção de Moisés*, escrita pelo ano 10 da nossa era), que de fato identificam Reino de Deus com messianismo e escatologia iminente, deviam os escatologistas ter consultado a imensa tradição rabínica, anterior a Cristo ou sua contemporânea, condensada principalmente nos *midra-*

shin (comentários parafrásticos da Escritura). Esta pesquisa, porém, outros a fizeram e manifestou quão diferente era a persuasão comum e oficial entre os Judeus. Antes do "século futuro", i. é, do reino celeste que terá início no juízo final, colocavam a época do Messias, concebida, é verdade, como um período de triunfo e de glória política para Israel, mas pertencente ao "século presente", histórico e terreno, cuja duração se devia prolongar por largos anos: 7 000, diziam alguns; 2 000, segundo a opinião então mais comum. Com esta conclusão ruía o pressuposto da teoria e esfriou o entusiasmo com que fôra recebida.

128. A teoria comparatista, mitológica e sincretista.

Insuficiente e inaceitável a explicação escatológica, com sua arbitrária seleção dos textos, voltava o problema de Jesus e dos Evangelhos ao seu ponto de partida: de que modo explicá-lo eliminando o elemento sobrenatural? Como tudo o que sabemos de Jesus nos veio, em última análise, através da tradição da Igreja primitiva, dirigiram-se os esforços na investigação do modo como se formara esta tradição.

Sob a influência da Escola das *Religiões comparadas*, que, por volta de 1880-1890, se ia formando em Göttingen, patrocinada por *H. Guntel*, *A. Eichhorn*, *W. Wrede*, *W. Bousset* e outros, foi procurada a origem desta tradição, não mais no ambiente puramente judaico, mas no mundo greco-romano e no vasto oriente, onde pululavam os cultos de mistérios que prometiam a salvação aos seus adeptos. (235)

Compararam o cristianismo com estas religiões e, com a sólita leviandade e precipitação, em semelhanças exteriores e acidentais, desprezando e silenciando as evidentes diferenças essenciais que caracterizam a doutrina cristã, viram não ape-

(235) A origem dos cultos de mistérios parece que deve ser procurada entre os povos primitivos, nos seus ritos de iniciação e nas suas associações secretas. Nas religiões pagãs, helênicas e orientais, predominou cada vez mais o elemento mitológico. — *Religiões de mistérios* eram ritos pagãos, nos quais, sob uma veste mitológica dramática a que participavam tão somente os iniciados, eram comunicadas doutrinas religiosas, que se deviam manter secretas, e eram prometidas a salvação e a felicidade; por iniciações rituais (fórmulas, purificações, entrega de símbolos...) eram constituídas confrarias religiosas com seus vários graus e com reuniões, onde os sócios, não raro no meio de agitações frenéticas e de orgias, julgavam unir-se com a divindade. *SEB. TROMP, De Revelatione Christiana, Gregoriana, Roma 1950, pp. 389-390.* — *Cfr. também Diot. de la Bible, Supplément: Vol. VI, col. 3.*

nas analogias, mas identificações. Os dogmas, os fatos dogmáticos, os ritos e a moral do cristianismo, tudo pretenderam encontrar nas mitologias e nos ritos pagãos: a Trindade cristã, nas tríades babilonenses e na trimúrta indu; a Encarnação, nos ~~avatares de Visnu; um Deus mediador e salvador, em Átis,~~ Osiris, Dioniso-Zagreu e Adônis; a Ressurreição, em Osiris, Adônis e Átis; o Batismo, nas lustrações purificadoras; a Eucaristia, na manducação de carnes em que se julgava estar incarnado um deus; a moral cristã, no amor à solidão, ao ascetismo e à oração do hinduísmo e nos preceitos do budismo.

Concluíram: Jesus, sua missão, sua vida e pregação, seus milagres, sua morte e ressurreição, não passam de *lendas*; o Cristianismo é apenas uma síntese de elementos preexistentes nos "mistérios" das religiões pagãs, helenistas e orientais. Quem operou a síntese foi Paulo, que transferiu para Cristo histórico as suas elucubrações sobre um Cristo divinizado e teologizado por êle próprio, sob o influxo das mitologias e dos ritos pagãos.

Alguns autores, como *O. Pfeleiderer*, *F. C. Conybeare*, *K. Anderson* e *A. Loisy*, quiseram contudo conservar a existência histórica de Jesus Cristo, mas reduziram sua vida e sua obra a uma tal insignificância, que se tornava impossível a explicação da origem do cristianismo.

Outros, mais radicais, negaram sem mais a existência real de Cristo. Quando, porém, tentam explicar o fato cristão, cada autor discorda dos outros. Para o assiriólogo *P. Jansen*, Moisés, Jesus, Paulo, são variantes da epopéia do homem-deus babilonense Gilgamesh. Para *A. Kalthoff*, o cristianismo é o resultado do complexo das forças econômicas sociais filosóficas do mundo de então. Para *G. Mead* e *J. M. Robertson*, é uma evolução do mitraísmo: Jesus (Josué) era um deus salvador venerado antes do cristianismo, humanizado até se tornar o Homem-Deus dos cristãos. Para *A. Drews* (*Die Christus mythe*, 1909), o mais ferrenho dos mitologistas, a religião cristã não teve nenhum fundador pessoal e é um simples amálgama de idéias babilonenses, persas, helênicas e judaicas: como Jason, Josué, Átis e Adônis, não passa Jesus de uma variedade de mito astral, é o astro central no seu percurso através do zodíaco. Para *P. L. Couchoud* (*Le mystère de Jésus*, Paris, 1924), o conceito de um Homem-Deus é um conceito pre-kantiano, hoje inadmissível; Jesus pertence à história pelo seu nome e pelo seu culto; não é, porém, uma personagem histórica, não é um homem progressivamente divinizado, mas um Deus progressivamente humanizado, criado pelas necessidades do coração humano.

Das divergências nasceram as polêmicas e as mútuas refutações. Contra os mitologistas radicais escreveram *H. Von Soden*, *Conybearc*, *Sh. J. Case*. . . ; contra Drews escreveu *J. Weiss*; contra Loisy, escreveu *Schweitzer* e principalmente *Couchoud*.

O comparatismo radical, tipo *A. Drews*, não mereceu a mínima consideração, nem dos católicos nem dos protestantes liberais. "Diletantismo, fanatismo mitológico, argumentação ilógica", declara *Vindisch*; "os equívocos e as ignorâncias, as falsas interpretações das passagens citadas bradam ao céu", diz *Weinel*; obra absolutamente sem valor, onde a ausência de formação e de ciência é substituída pela audácia, pela parcialidade, escreve *J. Weiss*, que acrescenta: "Vergonha para a nossa ciência alemã, que levará muito tempo a se escoimar dessa mancha; vergonha para mim mesmo, que me devo ocupar dessa mercadoria vulgar". (Cfr. *Buisse*, *Jésus devant la critique*. . . , págs. 49-51).

129. Crítica (236). — Lembremos que a origem do Cristianismo nos é descrita no N. T. e principalmente nos Evangelhos, que são documentos cuja autoridade, como vimos, recebida desde o início pelas testemunhas oculares dos fatos, é atestada por numerosos autores pagãos, herejes e cristãos. E ninguém pôde jamais demonstrar a falsidade dêste testemunho histórico: foi unicamente pelo seu preconceito apriorístico anti-sobrenatural, que os racionalistas o recusaram. E, portanto, o Nôvo Testamento, que nos ensina, com plena certeza, qual foi a origem histórica do Cristianismo.

1) *Jesus Cristo*, seu fundador, declarou aberta e repetidamente que sua doutrina não provinha dos homens, mas de

(236) Para uma crítica pormenorizada e com grande aparato científico, cfr.: *M. LAGRANGE*, O.P., *Les mystères et l'Orphisme* (Paris 1937); — *H. RAHNER*, S.J., *Mythes grecs et Mystère chrétien* (trad. franc., Paris, Payot, 1954); — *K. PRÜMM*, S.J., *Religionsgeschichtliches Handbuch für den Raum der altchristlichen Umwelt* (Freiburg im Br. 1943) e no *Dict. de la Bible, Supplément*, vol. VI, col. 1-226, o art. "Mystères", onde, resumindo as suas obras e seus numerosos artigos sobre o assunto, demonstra *PRÜMM* a total independência do mistério cristão, tal como é apresentado no N.T. e particularmente em S. Paulo, em relação aos mistérios antigos do helenismo; e ainda o art. *I cosiddetti "dei morti e risorti" nell' ellenismo*, no *Gregorianum*, 1958, vol. XXXIX-2, p. 411-440; — *E. JACQUIER*, art. "Mystères païens (Les) et Saint Paul", no *Dict. Apologétique* de *D'ALÈS*, vol. III, col. 965-1014. — Para uma refutação mais resumida, cfr. *TROMP*, *De Revelatione Christiana* (6.^a edic., Roma 1950), pp. 388-417, com abundante bibliografia especializada nas pp. 480-492; *BARDY*, *Les essais d'explication du Christianisme*, na *Apologétique*, 2.^a edic., pp. 479-502; *FALCON*, *op. cit.*, pp. 206-208, 245-251; *DE GRANDMAISON*, *op. cit.*, T. II, p. 510-561; *BUISSÉ*, *op. cit.*, p. 320-343.

seu Pai que o enviara. — Aos *Apóstolos*, cheios de amor e de veneração pelo seu Mestre e convencidos da transcendência e da exclusividade da sua doutrina, nem podia acudir à mente a idéia de irem procurar a verdade nas religiões e filosofias pagãs, que aliás desconheciam e, como judeus, desprezavam.

2) Quanto a S. PAULO, é falso que se tenha deixado influenciar pelos cultos pagãos e que tenha transformado e divinizado o Cristo histórico:

a) Pelo contrário, sempre combateu as doutrinas pagãs, nem quis nada de comum "entre a justiça e a iniquidade", nenhum acôrdo "entre Cristo e Belial" (*II Cor.*, VI, 14-18; *Rom.*, I, 18-33; *Efes.*, IV, 17; V, 20; *Col.*, II, 8) e proibiu severamente aos fiéis qualquer participação nos ritos pagãos (*I Cor.*, X, 20-21; *Efes.*, V, 6-7).

b) A mensagem que transmite é a que recebera (*I Cor.*, XV, 1-11), é o depósito que lhe confiara o próprio Jesus Cristo (*Efes.*, III, 3-10), é o mesmo evangelho pregado pelos outros Apóstolos (*I Cor.*, XV, 1-11) e aprovado por eles (*Gal.*, II, 1-10; *Atos*, XV).

c) Esta mensagem primitiva deve ser mantida na sua integridade absoluta, ninguém pode modificá-la, nem êle Paulo, nem um anjo do céu [cfr. os textos citados nas notas 199-201].

d) O Cristo que Paulo nos apresenta é o mesmo Cristo histórico, do qual os Apóstolos são testemunhas (confrontem *I Cor.*, XV, 1-11 com *Atos*, II, 22-32 e III, 13-15); a divindade de Jesus, proclamada sempre na introdução das epístolas paulinas e *passim* no decurso delas, não é apresentada como uma elucubração transformadora introduzida pelo próprio Paulo, mas já fôra afirmada na primeira catequese cristã, nos discursos de Pedro referidos pelos *Atos* (cc. II, III e IV); acrescenta-se, como argumenta contra Loisy o próprio Couchoud (*Le mystère de Jésus*, pág. 84), que a divinização de um puro homem era coisa inconcebível para os judeus rigidamente monoteístas [n.º 83, 1.º].

e) A conversão de infenso perseguidor para incansável Apóstolo é inexplicável em Paulo, sem uma plena evidência da verdade do Cristianismo, tal como era então anunciado na primitiva pregação dos Apóstolos. Como, pois, iria Paulo querer mudar o que sabia ser absolutamente certo? Nem o teria podido, porque, desde o início do seu apostolado, seu zêlo e seus sucessos excitaram a desconfiança e a inveja dos cristãos judaizantes, que o espreitavam continuamente, sempre prontos a acusá-lo. Ora, em parte alguma encontramos sinais de uma controvérsia acêrca da cristologia paulina.

3) Para olhos imparciais, resplandecem com luz meridiana a diferença essencial e a oposição irreductível existentes

entre o Cristianismo e as religiões de mistérios. Estas ensinavam o politeísmo e o naturalismo, um falismo cru e uma moral instável e muito relaxada, a tolerância doutrinal e o indiferentismo, uma salvação material e temporal, e, muitas vezes, praticavam um culto supersticioso, mágico e indecente. O Cristianismo, pelo contrário, com a evidente transcendência da sua doutrina e da santidade da sua moral e do seu culto, com a sublime coerência e perfeita unidade do seu dogma, é totalmente inexplicável pelo sincretismo: apesar de estar em uso no paganismo durante vários séculos, nunca conseguiu o sincretismo produzir uma religião com doutrina coerente. Além disso, já vimos com que extrema vigilância zelavam os bispos e os fiéis pela pureza e integridade da primitiva pregação apostólica [cfr. notas 199-203]. E foi precisamente por esta sua exclusividade absoluta e por sua total aversão às mitologias que, desde os tempos apostólicos, teve o Cristianismo de suportar acérrimas perseguições por parte das religiões pagãs.

4) Na construção da sua teoria mitológica, procedem os racionalistas de um modo absolutamente *anti-científico*, para não dizer mais:

além de negar *a priori* o sobrenatural e de fazer escolhas arbitrárias no conteúdo evangélico — como tôdas as teorias liberais — separam os textos do seu contexto, para lhes dar significações adaptadas aos seus intentos, em oposição ao verdadeiro espírito do cristianismo, do qual geralmente quase nada entendem;

passam em silêncio a origem judaica dos Apóstolos e o influxo do Ant. Test., e desprezam as explicações mais óbvias, comprovadas pelos documentos históricos, para imaginar hipóteses peregrinas;

com descaramento atrevido ou inconsciência ingênua, fazem do argumento de analogia um abuso revoltante, deduzindo identidades essenciais onde existem apenas vagas semelhanças materiais e superficiais, ou concluindo de uma semelhança para uma dependência histórica, sem tomar em nenhuma consideração as profundas divergências (237);

(237) Que pode haver de comum entre a *Trindade cristã*, onde a distinção das Pessoas na única e a mesma natureza divina manifesta a plenitude da vida em Deus, e as Tríades babilonenses (Anu, Bel, Ea) ou a Trimúrta hindu (*Brama*, o criador, casado com *Sarasvati*, a deusa da sabedoria; *Visnu*, o conservador, casado com *Lakchmi*, a deusa da beleza; *Siva*, o destruidor e o renovador, casado com *Cali*, a deusa

falsificam a significação das noções religiosas pagãs para assemelhá-las às noções cristãs. Assim, por ex., a *salvação*, a purificação, a regeneração, nas religiões pagãs, têm uma significação medicinal, material, astrológica, legal, ritual e mágica, quase sempre acêrca dos males e sofrimentos terrestres; nunca se referem, como no Cristianismo, à salvação e redenção do pecado, obtida pelos tormentos e pela morte de um Deus, nem à reforma interna e à elevação moral alcançada por boas obras feitas sob a ação do Espírito Santo (238). — Os deuses salvadores, mediadores, padecentes e ressuscitados que apresentam não passam de personagens mitológicas, às quais é atribuída alguma função no sistema cosmológico panteísta, ou de símbolos das mudanças anuais da vegetação que parece morrer durante o inverno e retomar nova vida na primavera. — Nas narrativas evangélicas, pelo contrário, não há nenhuma alusão a crenças preexistentes, à renascença das estações, a vitórias de heróis mitológicos; mas a apresentação de uma pessoa *real*, com existência historicamente comprovada, *Jesus de Nazaré*, com o qual conviveram seus primeiros apóstolos, Deus Redentor, que dá a sua vida para libertar os homens do jugo do pecado e lhes merecer a vida da graça que deverá desabrochar na eterna bema venturança (239). — Nem se encontra nestas mi-

da destruição), que são uma justaposição de deuses, não raro em luta pela hegemonia?

Quem pode, com sinceridade, vislumbrar identidade ou simples semelhança entre a *Incarnação do Verbo* e as encarnações ou *avatares* de Visnu? — Na Encarnação, o Verbo une-se à natureza humana fazendo-a existir na unidade da sua Pessoa divina, de modo que Cristo, o Verbo incarnado, é a própria Pessoa do Verbo, subsistente em duas naturezas, a divina e a humana: o que não acarreta nenhuma degradação nem mudança em Deus. — Nas lendas das suas metamorfoses ou avatares, Visnu transforma-se sucessivamente em peixe, tartaruga, javali, leão... e, no fim do mundo, em cavalo. Aparece também em dois heróis (Rama e Krisna) da casta dos guerreiros, que a lenda divinizou. Krisna, principalmente, com suas pilhagens e sua impudente imoralidade nps haréns, cultuado com certas formas de orgias obscenas, de veras não foi um modelo, onde pudesse o cristianismo achar o seu mistério da Encarnação.

(238) Apesar de tão favorável à opinião que vê uma dependência do Cristianismo com respeito aos mistérios do helenismo, já dizia R. REITZENSTEIN: "O que há de novo no Cristianismo, é a redenção enquanto remissão do pecado. A temerosa seriedade da pregação do pecado e da expiação não se acha no helenismo". (*Poimandres*, Leipzig 1904, p. 180; *apud* RAHNER, *op. cit.*, p. 49). Veja também DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, p. 556-558.

(239) É portanto evidente a diferença essencial entre o "mistério natural" do simbolismo das religiões helênicas e o "mistério sobrenatural" da doutrina da salvação no Novo Testamento. Este mistério, como ensina S. Paulo (*Rom.*, XVI, 25 *sog.*; *I Cor.*, II, 7-10; *Col.*, I, 26-29; *Efes.*, I, 8-11; III, 3-12), é o plano do livre decreto divino da redenção revelada em Jesus Cristo e da sua realização; é o mistério do homem feito sobrenaturalmente filho de Deus, da redenção pela

tologias um único exemplo de uma verdadeira ressurreição (240). A própria combinação dos dois termos "mortos" e "ressuscitados" deriva da terminologia cristã e era desconhecida na antigüidade, como já afirmava TERTULIANO: "A pregação da ressurreição, inaudita até então, abalou as nações com sua novidade." (*De resurr. carnis*, 39). Foi, portanto, sem nenhum fundamento histórico e por uma "petição de princípio", que alguns cultores modernos das religiões comparadas introduziram esta expressão "deuses mortos

morte de Cristo, da Igreja com seu credo e seus sacramentos: tudo isso é "mistério", porque sob o seu envólucro visível esconde e significa a riqueza insondável de Deus e da sua misericordiosa Providência para com o homem. — Cfr. PINARD DE LA BOULLAYE, *Conférences 1936*, 1.^a Conf.: *L'idée du salut dans les différentes religions*.

(240) "*Dioniso-Zagreu*, nascido da união de Zeus com sua filha Perséfone, foi morto, despedaçado e devorado por Titãs, instigados por Hera, espôsa irritada do rei dos deuses. Porém, o coração de Dioniso escapara à voracidade dos Titãs. Segundo uma lenda, Zeus, segundo outra, Semele, depois de engulido este coração, teria dado nascimento a um outro Dioniso... Eis o que se pretende fazer passar por uma paixão e por uma ressurreição: perseguido pela justa ira de uma deusa, êsse deus morre evidentemente sem pensar nos homens que ainda não existiam; renasce numa outra personagem!

"Outro caso típico: Set ou Tifon mostra a seus convivas um cofre maravilhoso e promete doá-lo a quem o achará exatamente proporcionado ao seu tamanho. Apenas seu irmão Osíris, que não suspeita a cilada, nêle se acomodou, faz pregar a tampa e lançar o cofre no Nilo; pouco depois, decepa o cadáver e dispersa os pedaços: paixão de Osíris! — Ísis, irmã e espôsa dêsse infeliz, consumada feiticeira, torna a unir os membros espalhados. Em vão se esforça por reanimá-los. Ao menos, enquanto sua múmia reconstituída se conservar em Heliópolis, seu marido poderá ter uma vida nova no outro mundo; reinará daqui em diante sôbre os mortos: ressurreição de Osíris!

"Eis outra história: o belo Adônis, amado simultaneamente por Venus e por Proserpina, rainha dos infernos, é morto por um javali; as duas deusas o reclamam. Zeus decide que passará quatro meses com uma e quatro meses com a outra e que disporá como entender dos outros meses: paixão e ressurreição de Adônis!

"Cibela, mãe dos deuses, fêz morrer a ninfa que Átis lhe prefere. Depois disso retém consigo o jovem pastor. Não vêdes aqui nem morte nem ressurreição. Porém, segundo certos escritores, tendo Átis sucumbido à terrível ferida que se fizera, no primeiro instante do seu desespêro, Cibela obtém pelo menos que seu corpo permaneça incorrupto. Zeus concede-lhe ainda que a cabeleira do seu protegido continue a crescer e que seu dedinho continue sempre em movimento. É a ressurreição de Átis!

"Com sinceridade, não é isso zombar da gente? Todos êstes mitos descrevem aventuras fantásticas, o mais das vêzes dramas passionais. Interpretados alegôricamente, exprimem a origem do mundo, ou os fenômenos atmosféricos, ou as vicissitudes da vegetação, que perece sob os ardores do verão e renasce na primavera. Não há, porém, um só, onde possamos descobrir um deus que cogite expiar pela humanidade; um só, que nos refira uma ressurreição verdadeira." PINARD DE LA BOULLAYE, *Jésus Messie*, *Conférences de 1930*, p. 53-55. Cfr. também DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, p. 510-532.

Encontram-se alguns *vocábulos* comuns aos escritores cristãos e às filosofias e religiões do helenismo, como: mistério, sabedoria, esperança, espírito, mente, salvação. Mas, além de terem no Cristianismo uma significação diversa, quase todos eles já pertenciam à literatura judaica, apócrifa ou canônica, e alguns à língua popular contemporânea (243). — As filosofias pagãs ignoravam os dogmas que Cristo revelou, nem conheciam a verdadeira caridade (o amor do próximo por amor de Deus) e a humildade...; a doutrina da cruz parecia-lhes uma loucura (I Cor., I, 18-24); a ressurreição dos mortos, um motivo de escárneo (Atos, XVII. 32). Como é possível ver nelas umas fontes do Cristianismo?

c) Como os documentos que nos informam a respeito das religiões de mistérios são quase todos posteriores ao Cristianismo, não se pode excluir que tenham sido precisamente estas religiões — dadas em geral ao sincretismo — que introduziram nos seus ritos semelhanças tiradas do Cristianismo. Já S. Justino e Tertuliano o fizeram notar a propósito do Mitraísmo (244). Vimos que o mesmo pode ter sucedido ao Gnosticismo e ao Mandéismo [nota 178]. E a atenção atual dos especialistas se dirige cada vez mais para esta possível influência do Cristianismo na modificação dos mistérios pagãos durante os primeiros séculos da nossa era (245).

(243) Já vimos, a propósito do IV Evangelho [nota 178], a oposição fundamental entre o *Logos* dos Alexandrinos e de Filon e o *Verbum* de S. João.

(244) S. JUSTINO, *Apologia* I, 66: MG 6, 428; R 128. — TERTULIANO, *De Praescriptione haereticorum*, 40: ML 2, 54; R 299.

(245) "O Cristianismo vencedor acha-se na presença do mundo dos mistérios, cansado, em decomposição, mas ainda rico. Ora, é precisamente neste IV séc. que possuímos o maior número de testemunhos sobre os cultos de mistérios. Não teria, então, sido possível que o culto cristão tenha influido na forma dos mistérios que caíam em ruína, e que, dêste modo, não poucos testemunhos e documentos, provenientes dos cultos de mistérios e admitidos até agora sem espírito crítico, tenham já sofrido a influência cristã? Teremos sem dúvida que proceder aqui com a maior precaução. Mas um pesquisador tão competente como Fr. Cumont não hesita em dizer: "O próprio Cristianismo influenciou seus inimigos, desde que se tornara no mundo uma força moral..." H. RAHNER, *op. cit.*, p. 58-60, onde apresenta vários indícios desta influência. — Compreende-se facilmente que o paganismo na luta religiosa pela sua sobrevivência, ao contemplar a vitalidade do Cristianismo crescente, tenha querido apropriar-se alguns dos seus elementos. Assim, vemos o imperador Juliano Apóstata exortar os seus a imitarem as obras de caridade e outras práticas, pelas quais tanto se desenvolvera a religião cristã: Cfr. GREGÓRIO NAZIANZENO, *Contra Julianum*, I, 110-112: MG 35, 648-649.

d) Não pretendemos, porém, imunizar a Igreja de tôda e qualquer influência, mesmo indireta, proveniente do ambiente pagão. Para se fazerem compreender pelos povos que iam evangelizar, deviam necessariamente os primeiros apóstolos, ~~como ainda fazem os missionários de hoje, exprimir o dogma cristão com palavras e expressões da língua religiosa popular, embora expurgando-as de todo conteúdo heterodoxo e revestindo-as de nova significação.~~ Na evolução da liturgia, quanto aos paramentos, gestos, ritos... , bem como na sua organização meramente eclesiástica, estêve certamente sujeita a Igreja ao influxo da cultura e da organização do ambiente no qual se desenvolvia. Na estruturação da sua teologia e nas fórmulas com que exprimia cientificamente as verdades reveladas serviu-se de não poucos elementos contidos na filosofia grega (246). Mas, como se vê, foi uma influência limitada a acidentalidades exteriores de ritos e expressões, que não atingia nem modificava em nada a essência do dogma e da moral cristã.

Conclusão. — Por conseguinte, não se pode encontrar nas religiões de mistérios e no ambiente pagão a explicação da origem dos Evangelhos e do Cristianismo.

130. NOTA. — **Os Manuscritos do Mar Morto e as origens do Cristianismo.** — Desde 1947 foram sendo descobertos numas grutas situadas perto das ruínas chamadas *Khirbet Qumrân*, a uns dois quilômetros do *Mar Morto*, preciosos manuscritos, restos de uma antiga biblioteca. São geralmente denominados *Manuscritos de Qumrân* ou *Manuscritos do Mar Morto*. Compreendem perto de 600 fragmentos de rolos e uns poucos rolos mais extensos. — A quarta parte é constituída por manuscritos bíblicos, nos quais estão representados quase todos os livros do A. T., principalmente o Pentateuco, Isaías (um texto completo e outro incompleto), Habacuc (dois dos três capítulos), os Salmos de Davi e Jeremias. São os textos mais antigos que até agora possuímos e confirmam plenamente o texto *massorético* (247).

1. Os Manuscritos do Mar Morto vieram enriquecer substancialmente os nossos conhecimentos do ambiente judaico que

(246) Cfr. TROMP, *op. cit.*, pp. 416-417.

(247) É o texto que um grupo de rabinos, depois da destruição de Jerusalém pelos romanos, escolheu como único texto oficial e que ainda hoje é usado nas escolas e nas sinagogas. Os manuscritos, anteriores à queda de Jerusalém e, portanto, a esta unificação, representam uma tradição independente e nova para nós. Daí a sua importância excepcional para a crítica textual do A.T. (Cfr. *Civiltà Cattolica*, 1967-II, pp. 400-401).

precedeu imediatamente o Cristianismo. Só conhecíamos o judaísmo dos Fariseus e dos Saduceus. As doutrinas e as práticas da comunidade ou seita de Qumrân revelaram-nos uma nova corrente, um judaísmo com ideal e vida moral e religiosa muito mais elevada, e deixam suspeitar a provável existência de outros grupos semelhantes.

A maioria dos autores, hoje, identifica a seita de Qumrân com um ramo dos Essênios: fontes judaicas e não judaicas falam de um grupo de essênios vivendo então naquela região e os manuscritos apresentam muitíssimas semelhanças (porém com algumas divergências) entre os moradores de Qumrân e os essênios descritos por Filon e Flávio Josefo. Em todo o caso, se não eram essênios, estavam certamente em íntimas relações com êles.

Suscitaram os Manuscritos o mais vivo interesse em todo o mundo, provocando abundante literatura (248). Porém, a sua investigação exaustiva exigirá ainda longos anos. Entretanto, já estão fora de discussão a sua autenticidade e a data em que foram escritos. Alguns fragmentos bíblicos datam do III século antes de Cristo; os outros e os rolos mais completos foram escritos entre os anos 100 antes de Cristo e 68 depois de Cristo, ano em que os manuscritos foram escondidos nas grutas e foi dispersa a comunidade com a destruição do mosteiro de Qumrân pelas tropas romanas.

2. Exerceu a seita de Qumrân alguma influência na origem do Cristianismo e na composição dos escritos do N. T.?

Para uma plena sistematização de todos os seus pormenores, espera ainda o problema um estudo mais aprofundado dos Manuscritos; mas nas suas grandes linhas já está resolvido pelos estudiosos mais objetivos.

a) Uns poucos autores quiseram ver na doutrina da seita de Qumrân uma antecipação do Cristianismo e em Cristo um imitador do "Mestre de Justiça", o organizador da seita. Assim: A. Dupont-Sommer, professor na Sorbonne, que porém, diante da reação universal dos sábios de todos os credos, foi atenuando cada vez mais suas expressões (249); J. M. Allegro (250), cujas afir-

(248) Cfr., por ex., as bibliografias indicadas por MILLAR BURROWS, *The Dead sea Scrolls* (New York 1955), traduzido em português por I. Teixeira de Aguiar com o título *Os Documentos do Mar Morto* (Porto 1957) e na sua obra posterior *More Light on the Dead Sea Scrolls* (Viking, New York 1958); por R. MAYER-J. REUSS, *Die Qumranfunde und die Bibel* (Regensburg, Pustet 1959).

(249) A. DUPONT-SOMMER, *Aperçus préliminaires sur les manuscrits de la Mer Morte*, Paris 1950; — *Nouveaux aperçus sur les manuscrits de la Mer Morte*, Paris 1953; — *Les Ecrits esséniens découverts près de la Mer Morte*, em *Bibliothèque historique*, Payot, Paris 1959. Nesta última obra, vemos à página 24: "Si (l'essénisme) eut le privilège de préparer les voies, plus que tout autre mouvement dans le judaïsme, à l'institution chrétienne, l'originalité de celle-ci, en dépit des affinités et des emprunts que les nouveaux textes mettent en lumière, reste dans

mações infundadas, ampliadas ainda e deformadas pela imprensa, encontraram enérgico protesto por parte dos cientistas, católicos e não-católicos, que trabalham com o prof. Allegro na publicação dos textos encontrados na 4Q (= quarta gruta de Qumrân).

b) Outros, pondo em salvo a originalidade da doutrina do N. T. e a diversidade radical entre a figura de Cristo e a do "Mestre da justiça", estariam inclinados a admitir que João Batista e alguns expoentes do Cristianismo primitivo, em particular S. João Evangelista e S. Paulo, ou eram provenientes do Essenismo ou foram de algum modo influenciados por êle (251).

c) Muitos, pelo contrário, negam tôda e qualquer relação entre o Essenismo e o Cristianismo. Explicam as analogias de expressão e de conceitos, notadas nos escritos da seita e no N. T., pelo fato de os escritores, tanto essênios como cristãos, terem usado, para se fazerem entender pelos contemporâneos, uma linguagem religiosa então corrente entre os judeus e que os manuscritos do Mar Morto nos vieram revelar, sem contudo excluir a existência de outras seitas com idêntica linguagem e concepções semelhantes.

3. Não se pode negar a possibilidade de um contato local, temporal e pessoal entre a seita de Qumrân e o Cristianismo primitivo. — Sabemos por *Lc* (I, 80) que João Batista viveu nos desertos. No dizer de Flávio Josefo (*Guerra Judaica*, II, 120), os essênios costumavam receber crianças para educá-las nas suas doutrinas, e encontraram-se túmulos de crianças em Qumrân. É possível, portanto, que João tenha vivido nesta comunidade ou tenha conhecido sua doutrina. É certo, porém, que o batismo de João, ato de penitência e de fé messiânica e conferido uma só vez, era essencialmente diferente das purificações legais usadas e repetidas em Qumrân. — Particulares semelhanças foram notadas entre os Manuscritos (principalmente o chamado *Manual de Disciplina*) e o IV Evangelho, em especial a luta entre a luz e as trevas, que nos escritos de S. João termina com a vitória de Cristo, luz do mundo. Aventaram-se várias hipóteses de uma lição mais ou menos estreita entre o Evangelista e a seita de Qumrân (252).

son ensemble hors d'atteinte... Jésus et l'Eglise chrétienne naissante vont se trouver plus solidement enracinés dans l'histoire. Un tel gain est de grande valeur, non seulement pour le sçavant, mais aussi sans doute pour ceux des croyants que les aspects terrestres et humains des origines du message chrétien ne laissent pas indifférents."

(250) J. M. ALLEGRO, *The Dead Sea Scrolls and the Origins of Christianity*, Penguin Books Ltd., Harmondsworth 1956. — Cfr. o protesto dos seus colegas na *Civiltà Cattolica*, 1956-III, pp. 577-578, nota.

(251) Cfr. J. DANIELOU, *Les manuscrits de la Mer Morte et les origines du Christianisme*, Paris 1957.

(252) Cfr. F. M. BRAUN, *L'Arrière-fond judaïque du quatrième évangile et la communauté de l'Alliance*, na *Revue Biblique* 62 (1955), 5-44; A. ROLLA, *I manoscritti di Qumrân e i Vangeli*, na *Rivista bibl.* 4 (1956), 145-158; A. JONES, *Qumrân and Christianity*, em *Scripture* 8 (1956), 82-95; (Apud ZEDDA, *op. cit.*, p. 246).

4. Deu-se, de fato, êste contato?

Como observa o eminente arqueólogo americano M. BURROWS, é difícil demonstrá-lo. Nem se devem confundir "vagas possibilidades com certezas ou até com probabilidades", porque "nem sequer os paralelos mais flagrantes entre a literatura de S. João e os Rolos do Mar Morto têm alguma coisa de muito especial". E um pouco mais adiante, notando que nem a seita de Qumrân, nem os Essênios se acham mencionados no N. T., o qual, todavia, fala dos Fariseus, dos Saduceus e dos discípulos de João Batista, generaliza a sua conclusão: "Não há necessidade de se supor que alguns redatores do Nôvo Testamento hajam precisamente ouvido falar na seita especial que produziu os Rolos do Mar Morto. Nem vejo mesmo, aliás, qualquer prova evidente para tal suposição." (253)

É na verdade, ao lado das semelhanças no vocabulário, em alguns ritos, numa ou outra doutrina teológica, em vários pontos secundários e principalmente na organização comunitária da primitiva Igreja, encontram-se também tantas e tais divergências essenciais, que, em vez de uma influência e dependência direta ou indireta, somos levados a admitir uma coincidência proveniente em parte do A. T., fonte comum, que Cristo veio não abolir, mas per fazer e aperfeiçoar (*Mt.*, V, 17), e em parte do mesmo ambiente de conjunto. Embora melhorado sensivelmente pelos manuscritos de Qumrân, o nosso conhecimento do judaísmo e do ambiente judaico no tempo de Cristo fica ainda com muitas lacunas. Por

(253) M. BURROWS, *op. cit.*, trad. port. pp. 351 e 353. E acrescenta ainda: "Pelo meu lado, vou um pouco mais longo, devendo confessar que, após sete anos de estudos consagrados aos Rolos do Mar Morto, a minha maneira de entender o Novo Testamento não se encontra substancialmente afetada. Surge-me apenas mais claro o seu ambiente judaico, permitindo que o fique a compreender um pouco melhor; mas a sua significação não mudou nem se esclareceu de forma notória... E, conhecendo mais completamente o mundo em que o Evangelho nasceu, tal como as suas patéticas aberrações, melhor ficaremos a saber o que o Evangelho trouxe a êste mundo. Pode acontecer que o maior serviço prestado pelos Rolos do Mar Morto haja sido o de permitir que pudéssemos apreciar ainda mais, por simples contraste, a nossa própria Bíblia." (pp. 353-354).

Já nas págs. 339-351 passara em revista as principais analogias apresentadas entre os Rolos do Mar Morto e os escritos do N.T., pondo em evidência as profundas divergências que os acompanham.

Na sua obra de 1958, à luz dos novos textos descobertos e publicados, reafirma ainda mais fortemente a sua posição (cfr. principalmente os cc. VI-IX, pp. 64-111) e está persuadido de que uma revisão geral, feita sem preconceito, manifesta claramente: que as semelhanças entre o N.T. e os Manuscritos foram consideravelmente exageradas; que as ocasiões apontadas de um possível contato entre a Igreja Apostólica e a Comunidade de Qumrân não passam de possibilidades muito vagas; que os escritores do N.T. hauriram num fundo comum de terminologia e de idéias, bem conhecidas pelos Essênios e provavelmente familiares também às outras seitas judaicas daquela época (p. 132).

isso, não devemos querer explicar tudo em função da seita de Qumrân: podia haver outras semelhantes, que, como ela, entenderam e praticaram o A. T. melhor do que os Fariseus e Saduceus.

5. Mesmo, porém, que um ou outro autor inspirado, por ex., S. João Evangelista, tivesse assimilado do ambiente da seita e colocado nos seus escritos algumas concepções verdadeiras ou alguma expressão adaptada ao seu fim, seria sempre uma influência muito accidental, como vimos a respeito das religiões pagãs; nem por isso ficaria comprometida a novidade da revelação cristã, nem estaria explicada a origem do cristianismo.

6. Pois a uma tal explicação *opõem-se as divergências essenciais*:

a) as *verdades reveladas por Cristo*, que constituem os Dogmas do Cristianismo e que em vão procuraríamos em Qumrân: a SSma. Trindade; o Messias, o Verbo Incarnado, Filho de Deus, que realiza tôdas as profecias, que morre para a Redenção de todos os povos etc. . . . ; — os *Sacramentos*, que comunicam a graça santificante à alma preparada; em particular a Eucaristia, com a transubstanciação do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Jesus Cristo, bem diferente do banquete litúrgico de Qumrân, que era uma imitação dos ritos prescritos pela Lei mosaica depois de certos sacrifícios;

b) o *universalismo* do Cristianismo destinado a todos os homens, ao passo que a seita de Qumrân é um grupo fechado e vinculado pelo segrêdo;

c) a *caridade cristã* que irmana *tôda* a família humana, em vez de uma fraternidade que se restringe aos adeptos da seita (254);

d) a *irredutível diversidade* entre a figura do "Mestre ou Doutor de Justiça", coordenador da doutrina de Qumrân, e Jesus Cristo (255).

(254) Lê-se na primeira coluna do *Manual de Disciplina*: "Amar todos os filhos da luz... e odiar todos os filhos das trevas". Foi talvez a esta doutrina que fêz alusão Cristo, quando disse: "Ouvistes que foi dito: "Amarás a teu próximo e terás ódio a teu inimigo" (*Mt*, V, 43), pois a segunda parte (terás ódio a teu inimigo) não se encontra no A.T.

(255) O "*Mestre*" era, como hoje se admite, um sacerdote sadoquito, i. é, da tribo de Levi e da família de Sadoq, que escreveu um regulamento para uma comunidade de iniciados. Asceta duro consigo mesmo e com os outros, tinha uma consciência profunda de ser um simples homem e da sua indignidade de pecador. Segundo no-lo descreve o *Documento de Damasco*, foi um rabino que interpretava corretamente as palavras dos profetas (a Lei). Venerado pelos seus discípulos, nunca todavia foi considerado por eles como o Messias profetizado e o Salvador dos homens: o messianismo de Qumrân, que esperava por dois Messias puramente escatológicos, é bem diverso do messianismo cristão.

Jesus Cristo, da tribo de Judá e da casa de Davi (como fôra profetizado do Messias), prega de viva voz e abertamente a todo o povo, fazendo bem a todos; tem consciência de não ter pecado algum e de

Logo, mesmo que alguém queira admitir uma influência em pontos secundários, certamente não poderá dizer que o Cristianismo seja um derivado ou um desenvolvimento da doutrina de Qumrân. Pelo contrário, como observam MAYER-REUSS na conclusão da sua obra, à medida que pelos textos publicados conhecemos mais exatamente a seita de Qumrân e com isso o ambiente judaico, mais clara fica a novidade e a originalidade absoluta do Cristianismo, fundado na Pessoa de Jesus Cristo (256).

131. A teoria modernista. — Distinguem os modernistas o Cristo da história e o Cristo da fé. Pela lei da *evolução vital* dos livros sacros, por eles inventada, segundo a qual na mentalidade antiga e oriental um "livro" é necessariamente uma compilação progressivamente acrescida e modificada, de acôrdo com a evolução da fé, com finalidade utilitária e edificante, e pelo processo natural da "transfiguração" e da "desfiguração" (*Denz.* 2096), que afirmam *a priori* mas não provam, o Cristo histórico foi mudado num Cristo ideal, no Cristo da fé subjetiva dos primeiros cristãos. (Cfr. também *Denz.* 2076, 2086).

E assim, os sinópticos atuais — pois, para os modernistas, o IV Evangelho é uma pura especulação teológica, onde nada há de histórico — seriam o fruto de uma contínua elaboração sôbre o fundo primitivo e incerto da tradição, referindo-nos a

ser, não apenas um intérprete da Lei, mas o Legislador que a aperfeiçoa e completa com novas revelações, o Messias prometido, o Redentor e o próprio Deus.

Embora aludam a perseguições e falem na morte do "Mestre de Justiça", nunca os manuscritos indicam que tenha sido martirizado. Mesmo, porém, que tivesse sido crucificado, como tantos o foram, não se segue que sua morte tenha sido redentora como a de Jesus, pois nem o mínimo vestígio do conceito de morte redentora se encontrou até agora nos documentos de Qumrân.

É por imperdoável leviandade e pura fantasia que falam alguns autores numa ressurreição e mitização do "Mestre de Justiça": nada nos manuscritos o sugere. Pretendem com isso criar um precedente que lhes sirva depois para transplantar no campo dos mitos também a pessoa de Jesus. (Cfr. *Civiltà Cattolica*, 1958-IV, 611-617). Cfr. também Pe. JOÃO CARMIGNAC, *Le Docteur de Justice et Jésus-Christ*, Edit. de l'Orante, Paris 1957.

É também a conclusão dos autores das comunicações do Colóquio de Estrasburgo, entre outros O. Cullmann, K. G. Kuln, J. Schmitt. Cfr. *Les Manuscrits de la Mer Morte*. Colloque de Strasbourg 25-27 mai 1955, Paris, Presses Universitaires de France, 1957.

(256) R. MAYER-J. REUSS, *op. cit.*, p. 159. — Cfr. os artigos de P. BOCCACCIO, na *Civiltà Cattolica*, 1956-III, 575-587; 1957-II, 176-187 e 400-407; 1958-IV, 608-622.

fé cristã do I séc. e não a pregação exata de Cristo, o Cristo idealizado *da fé* e não o Cristo real *da história*. Para encontrar o pequeno núcleo dos dados primitivos e históricos contidos nos sinópticos, devemos remover tôdas as ficções acrescentadas, i. é, tudo o que é sobrenatural e milagroso.

Crítica. — Como se vê, de novidade, nesta teoria que é uma simples miscelânea das outras, há tão somente a roupagem das expressões e o atrevimento convencido com o qual são apresentadas as afirmações mais infundadas (*Denz.* 2100). — Pela impossibilidade desta idealização e deformação [cfr. n.º 83], pelos discursos de Pedro iniciados no dia mesmo de Pentecostes (*Atos*, II, 14-40; III, 12-26; IV, 9-12; X, 34-43), pelo culto da tradição apostólica e pela solícita vigilância da Igreja [n.º 112], já demonstramos que, desde o início da catequese, o Cristo *da fé* é precisamente o Cristo *da história*.

132. **A Escola da História das Formas.** — Entre os anos de 1919 e 1922 nasceu na Alemanha uma nova orientação no método da crítica evangélica, que se chamou *Formgeschichte* ou *Formgeschichtliche Methode* ou *Schule*, i. é, Método ou Escola da história das formas, ou método morfológico. (257)

Tôdas as precedentes teorias racionalistas acêrca da origem dos Evangelhos tinham-se limitado à chamada "proto-história", transcurando o testemunho da tradição, o período da "pre-história" (*Urchristentum*), da "paleontologia" dos Evangelhos, i. é, o período da pregação oral dos apóstolos. Os novos críticos propõem-se indagar êste período da catequese oral primitiva e identificar e descrever o processo da formação e da transmissão do primeiro material evangélico, até ser reunido depois nos atuais Evangelhos.

Reconhecem que o Jesus dos Evangelhos foi, desde o início, considerado um ser sobrenatural e que foi objeto de

(257) Cfr. F. M. BRAUN, *Où en est le problème de Jésus* (Paris 1932), pp. 213-265; e o art. *Formgeschichte* (*Ecole de la*), no *Dict. de la Bible, Supplément*, vol. III (1936), col. 312-317. — D. E. FLORIT, *La "storia delle forme" nei vangeli in rapporti alla dottrina cattolica*, em *Biblica*, XIV (1933), pp. 212-248. — L. J. MCGINLEY, S.J., *Form-Criticism of the Synoptic Gelling Narratives* (Woodstock 1944). — P. BENOIT, *Réflexions sur la "Formgeschichtliche Methode"*, na *Revue Biblique* 1946, pp. 481-512. — DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, pp. 41-46 e 195-200. — FALCON, *op. cit.*, pp. 224 e 252-257. — ZEDDA, *op. cit.*, pp. 25-44. — Cardeal A. BEA, *La storicità dei Vangeli*, 1962, p. 3-25.

culto religioso. Mas a origem mesma dos Evangelhos é concebida em função de uma interpretação rigidamente racionalista, baseada ainda no preconceito da impossibilidade absoluta do sobrenatural e da revelação: não é possível que Jesus tenha realmente dito e feito o que lhe atribuem os Evangelhos, porque seria admitir o sobrenatural na história; logo foram as comunidades cristãs que *criaram* acêrca de Jesus estas tradições, inseridas depois nos Evangelhos.

Assim, com muitas variantes pessoais, *M. Dibelius, K. I. Schmidt, R. Bultmann, M. Albertz, G. Bertram, O. Cullmann, R. H. Lithfoot.*

Seguindo o caminho já aberto por *Gunkel*, em 1901, com sua teoria dos gêneros populares infra-literários, que estariam à origem das tradições do *Gênese*, os novos críticos partem de dois postulados:

1.º) Os Evangelhos *carecem de unidade orgânica* e são formados, artificialmente, por pequenas unidades de caráter popular, que constituem verdadeiras e próprias *formas literárias* diversas e que se devem explicar do mesmo modo que as formas semelhantes existentes nas outras literaturas populares, como as mitológicas;

2.º) Estas unidades ou formas *nasceram espontaneamente da comunidade cristã primitiva*, para satisfazer as suas exigências apoloéticas e culturais, segundo as leis da sociologia de Durkheim.

Sobre estas formas primitivas trabalhou a tradição oral, de modo que, circulando independentemente de boca em boca e transformando-se paralelamente às mudanças que se davam nas idéias e nas situações das várias comunidades, evoluíram e aglomeraram-se, até serem recolhidas nos escritos que constituem a trama dos atuais textos evangélicos.

Segue-se que os nossos Evangelhos não passam de uns *mosaicos de fragmentos independentes*, umas *compilações populares impessoais*, nascidas aos poucos da vida imanente da comunidade, que elaborou tradições orais anônimas. Não atingem, portanto, imediatamente a doutrina e a vida de Cristo, mas refletem apenas as opiniões religiosas que prevaleceram entre as primeiras gerações cristãs ao criar o mito de um Jesus Deus e Salvador.

Por isso, para o crítico, a primeira coisa a fazer é extrair estas unidades da trama evangélica, analisá-las e classificá-las segundo o exige a forma literária de cada uma. Em seguida, deverá despojá-las dos acréscimos sucessivos, até reencontrar o núcleo ou conteúdo primitivo (258), para depois recolocar as perícopes na

(258) Como quem procura descobrir, graças à radiografia, sob uma pintura atual, as várias fases sucessivas do quadro, as reparações ou os acréscimos de pintores posteriores, até remontar à tela original, aos esboços e ao desenho primitivo (*НУВУ, op cit., p. 89-90*).

sucessão cronológica segundo a qual evoluiu a tradição oral e indagar, não já o valor histórico das narrativas, mas a finalidade primeira que as fez surgir.

Retalharam, pois, e Bultmann quase pulverizou, o conteúdo dos Evangelhos, distribuindo-o sob várias rubricas: novelas, episódios biográficos, narrativas de milagres, mitos e lendas, apoteogmas, controvérsias, parábolas, ensinamentos, sentenças sapienciais, palavras proféticas, normas legais, regras comunitárias etc. (259).

Foi evidentemente a atividade de Jesus que deu origem à comunidade, e esta conservou nas suas formas literárias muitas expressões de Cristo. Como, porém, não conhecemos ainda as leis que presidiram à origem e à evolução destas "formas primitivas". não podemos discriminar o que a comunidade criou de raiz e o que apenas modificou e quanto o modificou.

Devemos, por conseguinte, resignar-nos a *não saber nada de certo acêrca do Jesus histórico, afora as impressões deixadas no espirito dos fiéis e manifestadas por estas "formas"*.

Como de costume, ao seu aparecer teve a nova Escola os seus entusiastas, que a saudaram como "a última palavra da crítica"; mas a decepção produzida pelo cepticismo desolador da sua conclusão suscitou vivas reações nos próprios meios protestantes, sob a inspiração, principalmente, de *K. Barth*. Assim, *G. Bornkamm* e *E. Stauffer*, em obras posteriores a 1956, são menos radicais e voltam-se mais para a historicidade de Jesus.

133. Crítica. — 1) Devemos reconhecer aos fautores da *Formgeschichte* o mérito de terem focalizado a tradição oral primitiva, anterior à composição dos Evangelhos, da qual os protestantes, desde a reforma, não faziam nenhum caso; bem como de terem admitido que esta tradição, já na sua fase primordial, nos atesta o culto de adoração prestado a Cristo pelas comunidades cristãs mais antigas. Nem queremos negar a análise perspicaz, com a qual, não raro, ilustraram as características literárias das perícopes evangélicas; nem tampouco que o método do exame das "formas", mantido nos seus devidos limites, possa de fato fornecer indicações úteis sôbre o modo como foram compostos os Evangelhos e contribuir para uma solução mais profunda do problema sinóptico.

2) Feitas de bom grado estas concessões, não podemos, todavia, aceitar os princípios e as posições desta Escola, nem

(259) Dominaram nestas classificações critérios subjetivos ou tendenciosos. Vê-se pelas divergências não pequenas na origem, na explicação e exemplificação e no valor atribuído a cada uma destas "formas" pelos diversos autores. Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, p. 30-35.

as aplicações abusivas que dêles fêz, nem a negação do sobrenatural e a interpretação rigidamente racionalista dada aos fatos.

3) ~~É verdade que as narrativas evangélicas manifestam~~ em alguns lugares a presença de fontes diversas, orais ou escritas, e que não seguem sempre uma ordem cronológica; mas é absolutamente falso afirmar que não passam de mosaicos de fragmentos independentes, sem unidade, e dos quais os evangelistas foram simples compiladores. A análise dos Evangelhos já nos apresentou cada um dêles com seu estilo, com uma composição que lhe é própria, uma fisionomia característica e uma finalidade particular, à qual tudo está ordenado com uma concatenação lógica [cfr. nota 95], formando acêrca da pessoa, da mensagem e da obra de Cristo *um todo coerente*, que nunca poderá encontrar explicação em elucubrações coletivas, impessoais e independentes, mas tão somente em fatos históricos fielmente reproduzidos.

4) Sôbre que base é afirmado que a catequese apostólica se teria exprimido apenas sob forma de pequenas unidades, quando, pelo contrário, nos esquemas dos discursos de Pedro referidos pelos *Atos* (I, 21-22; II, 22 e segs.; X, 36-43), vemos já delineadas as partes principais de tôda a narrativa evangélica?

5) Que haja alguma semelhança entre a narração de um milagre histórico e a de um milagre inventado, se compreende, porque não é a forma literária que, por si só, faz distinguir um do outro, mas, sim, o conteúdo, suas garantias externas e sua verossimilhança interna. Aliás, quanta diferença entre as narrativas evangélicas, atestadas por testemunhas oculares e onde tudo é sobriedade e simplicidade, e as narrativas da mitologia pagã ou dos evangelhos apócrifos, desprovidas de tôda e qualquer prova e onde é manifesta a fantasia criadora!

6) Atribuir a origem dos Evangelhos a uma "criação" da comunidade:

a) além de inconciliável com a inspiração divina e a inerrância dos Livros sacros;

b) é supor nos primeiros cristãos uma apatia e um *descuido* total pelo "histórico". — Mas como acreditar que tenham aceito uma religião tão nova e tão exigente, sem lhe verificar antes uma sólida base histórica? Os Evangelistas, como vimos

[ns. 78-80], se não tinham a pretensão de compor uma biografia completa de Jesus Cristo, técnica e cientificamente perfeita segundo os nossos moldes atuais, tinham todavia a preocupação de apresentar narrativas correspondentes aos fatos reais com suas circunstâncias de tempo, lugares e pessoas: o que é precisamente a preocupação do histórico. Não se pode, portanto, reduzir as preocupações da comunidade cristã a motivos puramente culturais e apoloéticos, os quais, evidentemente, não teriam valor nenhum, sem o fundamento do interesse primordial para com o Cristo histórico. (Cfr. HUBY, *op. cit.*, págs. 72-75).

c) é supor que, enquanto se constituía a tradição oral e se escreviam os Evangelhos, *não existia mais nenhuma testemunha dos fatos*. — Ora, como admitem os próprios fatores da *Formgeschichte*, êste período abrange os vinte ou trinta anos que seguiram à morte de Cristo; e nestes anos viviam ainda os Apóstolos, os discípulos e as multidões que tinham visto, ouvido e seguido o Mestre na Palestina. Tôdas estas testemunhas, prontas a morrer (e muitas de fato morreram) para testificar o que tinham presenciado, nada disseram na comunidade? permitiram-lhe falsificar e idealizar pacificamente o que quisesse?

d) é supor também que a comunidade tenha um *poder criador*. — Mas um tal poder nunca passou de uma hipótese imaginária, que não resiste à crítica. Como observa o Padre DE GRANDMAISON (*loc. cit.*, pág. 199), se é verdade que o ambiente é uma força estimulante e inspiradora, não é contudo criadora nem dispensa os agentes pessoais. A multidão repercute os impulsos que recebe, pode impor a uma doutrina expressões populares, mas deve receber esta doutrina e êstes impulsos: não os cria. Onde falta a cabeça pensante, o homem superior e o chefe, as forças sentimentais, votadas à anarquia, perdem-se, degradam-se e abortam. E a história aí está, para nos ensinar que aos inícios de todo movimento de idéias ou de ação houve sempre uma personalidade vigorosa. A filosofia grega, por ex., não nasceu espontaneamente das massas helênicas; necessário foi o gênio de Sócrates, Platão, Aristóteles etc.

Que dizer, então, da religião cristã, cuja novidade transcendente levantou contra seus fiéis a hostilidade do judaísmo,

o ódio do paganismo, as perseguições do império romano, e todavia conquistou o mundo? Pôr a sua origem numa multidão anônima que a tenha construído com lendas e invenções, é simplesmente inconcebível. Como admitir a possibilidade de uma idealização e divinização de Cristo em tão poucos anos, num ambiente tão rigidamente monoteísta como o judaísmo e na presença de testemunhas oculares dos fatos? E qual a massa informe capaz de imaginar sequer uma personalidade como a de Jesus e de formular uma doutrina de espiritualidade comparável à do Evangelho? [n.º 85].

e) é principalmente *zombar da história, pervertendo a natureza da tradição*. — Historicamente, não nasceu o Cristianismo de um movimento popular anônimo e movido por entusiasmo cego, mas de uma adesão das inteligências e das vontades à pregação dos Apóstolos. A tradição cristã primitiva, próxima dos fatos e contemporânea das testemunhas oculares, referia-se a acontecimentos concretos e perfeitamente caracterizados pelas suas circunstâncias de tempo e lugar. Nem ficou entregue a uma comunidade amorfa. Pelo contrário, como se vê nos Atos, nas Epístolas paulinas e nos testemunhos antigos de S. Clemente Romano, S. Justino e S. Ireneu, desde o seu exórdio estêve a Igreja centrada em tórno de fortes personalidades — em particular de Pedro, o chefe dos Doze — das quais receberam as comunidades cristãs o impulso, as diretrizes e, antes de mais nada, o ensino da doutrina e da vida de Cristo (260). E como já vimos [cfr. nota 158], a pregação da mensagem de Cristo não era deixada à livre iniciativa de cada um, mas era rigorosamente organizada e controlada pelos Apóstolos.

Por conseguinte, a tradição cristã autêntica, aquela que a história nos apresenta, por meio dos Apóstolos é ligada ao próprio Cristo, de quem recebeu o “Depósito da Palavra”, por ela anunciado e conservado fielmente [n.º 112, 3.º], e consignado depois em livros escritos por pessoas determinadas, Apóstolos ou discípulos imediatos, sob a vigilância e a autoridade dos mesmos Apóstolos.

Os Evangelhos não são, portanto, o produto criado por uma tradição que se desenvolveu espontâneamente no seio da

(260) Cfr. BRAUN, *op. cit.*, pp. 262-263.

comunidade, mas o fruto lógico nascido da pregação feita a tôda a Igreja pelas testemunhas oculares, para isso oficialmente escolhidas e enviadas por Cristo. Dependem de uma tradição primitiva, que exprime a fé da Igreja; mas esta tradição não inventa o que refere. Por isso atingem imediatamente e nos fazem conhecer o Cristo histórico, e não apenas as reações e impressões subjetivas dos primeiros cristãos (261).

Hoje em dia, a "Escola da História das Formas" passou da moda e com ela encerrou-se a última fase do Protestantismo liberal do séc. XIX. Não foi, todavia, abandonado o princípio racionalista. Em 1941, o teólogo luterano R. BULTMANN, considerando "mito" tudo o que é sobrenatural e milagroso, falou ainda numa "Demitização" do N. T., que seria uma reinterpretação da mensagem cristã, necessária segundo Bultmann para tornar esta mensagem acessível ao homem "moderno" e concordá-la com o pensamento "científico" atual (i. é, o racionalismo naturalista). Pretendeu consegui-lo recorrendo à filosofia existencialista de Heidegger; na realidade, porém, reduzindo a função de Cristo na obra da salvação a uma simples notificação, perverteu a essência mesma do Cristianismo (262).

134. CONCLUSÃO. — Perante as ruínas de tantos sistemas, que, uns após outros, ficaram desacreditados, e no método e nas conclusões, e que deixaram o campo racionalista num clima de confusão e de inquietação (263), surge espontânea-

(261) Cfr. C. LO GIUDICE, *Il Vangelo*, pp. 94-95. Já notava o Pe. LEBRETON (*Vis et enseignement de Jésus*, 9.^a edic., I, 5): "Os teólogos protestantes que vêm na tradição evangélica uma criação da comunidade cristã, concedem-nos de bom grado que não se pode atingir Jesus senão na fé da Igreja, mas entendem esta fórmula num sentido totalmente diferente do nosso. Para nós, a Igreja dá testemunho do Cristo; para eles, O cria, senão enquanto personalidade histórica, pelo menos enquanto Messias e Filho de Deus. Para nós, os Evangelhos são narrativas históricas, nascidas da catequese apostólica, trazendo os caracteres e a garantia desse testemunho que os Doze davam de seu Mestre; para eles, são criações da comunidade primitiva, exprimindo e defendendo seu culto e sua fé. As hipóteses destes historiadores encontram-se com nossas teses tradicionais no reatar os Evangelhos à Igreja, mas separam-se delas quando destacam Jesus Cristo da sua Igreja." (*ibid.*)

(262) Cfr. ZEDDA, *op. cit.*, pp. 41-44; R. MARLÉ, *Bultmann et l'interprétation du N. T.*, Paris, Aubier 1956; *Civiltà Cattolica*, artigos de R. TUCCI: 1957, I, 580-593; IV, 122-136; artigos de V. FAGONE; 1962, I, 140-155, 325-338.

(263) Já o reconhecia o próprio LOISY: "Somos fortemente tentados de pensar que a teologia contemporânea — exceção feita dos Católicos romanos, para os quais a ortodoxia tradicional tem sempre força de lei — é uma verdadeira torre de Babel, onde a confusão das idéias é ainda maior que a diversidade das línguas." (em *The Hibbert Journal*,

mente a pergunta: porque homens, aliás eruditos e sensatos em outros domínios, porfiam ainda obstinadamente em remexer tais ruínas? O único motivo, por elles próprios confessado, é o seu preconceito apriorístico: a recusa do sobrenatural.

Mas, enquanto se mantiverem agarrados a êste preconceito, todos os seus esforços para resolverem o problema de Jesus e da origem do Cristianismo ficarão inelutavelmente destinados ao fracasso.

Se negarem a existência real de Jesus Cristo, a origem do Cristianismo permanece um enigma insolúvel.

Se admitirem esta existência, porque garantida por documentos históricos irrecusáveis, mas quiserem reduzir Cristo às dimensões naturais de um puro homem que nada fêz de extraordinário, deixam sem explicação a dedicação, a fé e a adoração, que desde os primeiros discípulos sempre votaram os cristãos à pessoa de Jesus: nunca os discípulos teriam imaginado que Jesus fôsse o Filho de Deus e o Messias prometido, sem os milagres e sem as profecias nêle tôdas realizadas; nem as multidões se teriam apaixonado tanto pela sua doutrina, sem uma esperança concebida precisamente por causa dos milagres (cfr. HUBY, *op. cit.*, pág. 65). — Além disso, acham-se enredados numa posição angustiosa. Sendo os testemunhos que garantem a historicidade de Jesus exatamente os mesmos que atestam as suas qualidades sobrenaturais e seu poder taumaturgo, devem simultâneamente admitir e negar o valor dêstes testemunhos: admiti-lo, quando atestam o Cristo histórico; negá-lo, quando atestam o Cristo sobrenatural e taumaturgo; fazendo para isso seleções entre os trechos dos documentos, aceitando uns e rejeitando outros, sem poderem apresentar outra razão de tais escolhas além do seu preconceito apriorístico. Mas Cristo é incindível. Mutilá-lo, é fazer dêle uma figura historicamente absurda, que nada explica.

Só resta, portanto, abandonar de uma vez por tôdas o preconceito racionalista e voltar ao Cristo Homem-Deus, Mes-

VIII-3, abril de 1910, p. 486) (*Apud* RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 244). — Por isso, advertia MAURÍCIO GOGUEL, professor na faculdade livre de teologia protestante de Paris: "É mister desconfiar de uma crítica por demais sistemática, a qual, levando ao extremo suas exigências, chega na realidade a rejeitar no seu conjunto tôda a tradição e acaba assim por destruir-se a si mesma." (*Critique et Histoire*, p. 30).

sias e Taumaturgo, tal como é apresentado nos Evangelhos e no ensino tradicional da Igreja, porque só Ele é o verdadeiro Cristo histórico (264).

E na verdade, por que esta hostilidade irreductível contra o sobrenatural? Por que esta porfia em desviar desta maneira a inteligência e a vontade e mantê-las impermeáveis às verdades reveladas? Não é a intervenção sobrenatural de Deus mais uma efusão da sua bondade, mais um sinal da sua Providência especial para com a família humana, elevada à ordem sobrenatural precisamente para que pudesse participar da felicidade da Família Divina? É o dom de si mesmo que Deus nos vem oferecer e que, portanto, não devemos receiar, mas aceitar agradecidos.

Não queremos evidentemente entrar na responsabilidade das consciências individuais, que só Deus pode julgar. Não haverá, porém, nesta obstinação coletiva em pretender mutilar, na sua harmonia e beleza, a integridade do plano de Deus, um influxo do Inimigo da obra divina, invejoso da felicidade à qual é destinado o homem e que êle mesmo perdeu com a sua soberba?

ARTIGO QUINTO

A QUESTÃO SINÓPTICA (265)

135. I. *O Fato*. — Uma leitura comparativa, mesmo superficial, dos três evangelhos sinópticos dá-nos logo a evi-

(264) Viu-se obrigado a reconhecê-lo um dos críticos mais radicais: "Mais reflito nisso, e mais me convenço que o Cristo histórico não é plenamente aceitável senão pelos crentes e não é compreendido bem senão por eles... Os crentes possuem a chave destes antigos textos. Eles os lêem sem dificuldade, penetram-lhes o verdadeiro sentido. Para eles não existe um enigma de Jésus... Os crentes estão na luz... No campo da exegese a sua posição é invejável. Recebem êles de frente e aceitam no seu sentido pleno aquêles documentos que os críticos (racionalistas) tomam de esguelha e nos quais tentam fazer uma seleção arriscada." (P. L. COUCHOUD, *Le mystère de Jésus*, Paris 1924, pp. 110-114).

(265) Cfr. P. VANUTELLI, *Sinossi degli evangeli con introduzione e note*, 3.^a edic., Roma 1942. — L. G. DA FONSECA, *Quaestio Synoptica*, 3.^a edic., Roma 1952. — L. VAGANAY, *Le problème synoptique*, Bruges — Paris 1954. — S. ROSADINI, *Institutiones introductorias...*, I, 4.^a edic., pp. 179-203. — DE GRANDMAISON, *Jésus Christ*, Paris 1928, t. I, pp. 91-108. — *Diet. de la Bible, Supplément*, vol. II: art. "Commission Biblique et Problème synoptique", col. 1218-1230. — ZEDDA, *op. cit.*, pp. 62-77 e 274-321. — B. C. BUTLER, *El Problema Sinóptico*, em *Verbum Dei*, Barcelona, Herder 1957, vol. III, pp. 99-111.

dência de uma igualdade substancial no conteúdo. Os três textos, porém, não são idênticos; ao lado de suas numerosas concordâncias apresentam juntamente divergências:

a) Há semelhanças nos *assuntos narrados*, que constituem nos três Evangelhos um mesmo núcleo de fatos (a vida pública de Jesus Cristo, seu ministério primeiro na Galiléia e depois na Judéia, sua paixão, morte e ressurreição), aos quais *Mt* e *Lc* antepõem as narrativas do nascimento e da infância de Jesus; idênticos são ainda muitos fatos e milagres e não poucos discursos do Senhor. — *Mas* há também em cada sinóptico omissões singulares, trechos exclusivos (266) e diferenças em outras narrativas comuns (267).

b) Há paralelismo na *ordem e seqüência* em que são referidas várias séries extensas de fatos, mesmo quando estas séries se encontram somente em dois evangelhos. — *Mas* há também divergências na disposição de outros assuntos (268).

c) Mais admirável é ainda o *acôrdo literário*: a forma das narrativas, apesar da diversidade do estilo, conserva um mesmo colorido comum aos três e próprio deles; combinam em circunstâncias mínimas, narradas na mesma ordem; mais de 20 trechos comuns apresentam coincidências verbais em pormenores de si sem importância e até em vocábulos raros (por ex., *duscólos*: *Mt.* XIX, 23; *Mc* X, 23; *Lc* XVIII, 24), ou mesmo em alguma citação do A. T. com um texto idêntico nos três, o qual porém difere quer do texto hebraico quer da tradução dos Setenta (por ex., *Mt.* III, 3; *Mc* I, 3; *Lc* III, 4, com *Isaías* XL, 3, no hebraico e nos Setenta). — *Mas* encontramos também diferenças verbais acêrca de um mesmo fato: por ex., na fórmula da instituição da Eucaristia, no título pôsto na Cruz.

Esta *concordia discors*, concordância discorde, como foi chamada, constitui o fato sinóptico.

(266) Segundo um cálculo aproximativo, dos 1071 versículos de *Mt*, 677 de *Mc* e 1151 de *Lc*, 350 são comuns aos três. *Mt* possui 330 vers. próprios, *Mc* 68 e *Lc* 541. (GAROFALO, *Dall'Evangelo agli Evangelii*, Roma, Studium 1953, p. 138).

(267) Por ex., as diferenças entre *Mt* e *Lc* a propósito da infância de Jesus e da sua genealogia, do sermão da montanha, das bemaventuranças.

(268) Por ex., os ensinamentos de Cristo que em *Mt* são reunidos no sermão da montanha e os milagres narrados logo em seguida, em *Mc* e *Lc* são referidos em capítulos e contextos diversos e separados uns dos outros.

136. II. O Problema. — Como explicar a coexistência de tais divergências ao lado de tão exatas correspondências quanto aos assuntos, à sua disposição e à sua expressão verbal? Uma tal “concordância discorde” não pode ser o efeito casual de três autores redigindo cada um sua obra de um modo totalmente independente dos outros e sem nenhuma fonte básica comum, nem escrita nem oral. Qual foi então esta fonte comum? Foi única ou múltipla? oral ou escrita? Dispunha cada evangelista de outras fontes próprias e independentes? Houve influência de um sinóptico na redação dos outros? Qual a origem literária de cada um deles?

É o célebre PROBLEMA SINÓPTICO, já conhecido no II séc. por Júlio Africano, no IV séc. por Eusébio, S. Agostinho e S. João Crisóstomo, e que foi reexaminado mais sistematicamente, desde o século XVI, pelos católicos e protestantes e pela crítica liberal independente.

Pressupostos para a sua solução. — Por se tratar de uma pesquisa histórica, qual é a composição de um livro, qualquer solução proposta deve, antes de mais nada, ter presentes e respeitar os *testemunhos certos da tradição antiga e universal*, cujos pontos fundamentais — que já demonstramos independentemente da presente questão — são os seguintes:

1) Os Sinópticos têm por autores Mateus, Marcos e Lucas, e gozam de plena autoridade histórica.

2) Mateus redigiu o seu Evangelho em aramaico segundo a pregação própria e dos Apóstolos na Palestina; Marcos, segundo a pregação de Pedro em Roma; Lucas, segundo a pregação de Paulo aos gentios.

3) O *Mt* grego é substancialmente idêntico ao *Mt* aramaico.

4) A ordem cronológica da promulgação dos sinópticos é: *Mt*, *Mc* e *Lc*.

Tais pontos fundamentais são certos e garantidos pela tradição universal mais antiga, verificada pela crítica externa. Pelo contrário, os critérios internos, deduzidos por análise e confronto do conteúdo dos sinópticos, conservam sempre algo de hipotético e portanto de incerto. Mais vale, notava Dr. GRANDMAISON, “uma onça de informação antiga e autêntica, do que uma libra de conjecturas eruditas”. (*op. cit.*, I, pág. 115).

137. III. Posição da Igreja. — Por isso, é com plena razão que a *Comissão Bíblica*, intervindo, com largueza de vista e com prudência, neste problema que interessa o dogma da veracidade dos Evangelhos, ao deixar aberta a discussão e livre a escolha das várias explicações apresentadas (*Denz.* 2164), ~~rejeita contudo aquelas que não salvam estes pontos fundamentais e proíbe explicitamente a hipótese chamada “das duas fontes”, por não estar apoiada em nenhum testemunho tradicional e em nenhum argumento histórico~~ (*Denz.* 2165).

138. IV. As Soluções apresentadas. — Prescindindo das variantes características de cada autor, podemos reduzir esquematicamente as muitas tentativas de solução a quatro sistemas ou grupos de hipóteses:

A) Hipótese da tradição puramente oral.

A fonte comum e única, da qual brotaram os sinópticos, é a catequese oral dos Apóstolos. Para *Lc*, parece indicá-lo o próprio autor no Prólogo, onde apela para o que foi transmitido por aqueles que desde o início foram testemunhas oculares e ministros da palavra; para *Mc*, atesta-nos Papias que o seu autor escreveu o que se lembrava da pregação de Pedro; para *Mt*, parece óbvio, pois o seu autor era apóstolo, testemunha imediata de Cristo. — Idêntica na sua estrutura essencial, a catequese oral explica as concordâncias; porém, não rigidamente estereotipada como um disco fonográfico, mas adaptada à diversa psicologia dos vários ambientes, explica as divergências. — Assim pensaram outrora insignes exegetas, como *Cornely, Knabenbauer, Fouard, Le Camus, Fillion, Lagrange*.

Crítica. — Esta hipótese contém certamente um grande fundo de verdade, pois a pregação oral está realmente à base do evangelho escrito. Mas uma fonte puramente oral não explica as tantas e tais concordâncias verbais em mínimas circunstâncias, ao lado de divergências em assuntos de maior importância (como o Pai nosso, as Bemaventuranças, a instituição da Eucaristia, a Ressurreição), que certamente devem ter sido transmitidos com um cuidado todo especial. Nem explica tampouco as omissões e os trechos exclusivos, como a grande seção de *Lc* (IX, 51 até XVIII, 14). — Por isso, esta hipótese deve ser completada com o recurso a documentos escritos e a influxos mútuos dos sinópticos.

139. B) Hipótese da mútua dependência.

Foi a explicação dada já por S. AGOSTINHO (*De Consensu Evangelistarum*, I, 2, 4; ML 34, 1044): *Mt* é a base dos sinópticos; Marcos serviu-se dele e o abreviou (*Marcus pedissequus et breviator Matthaei*); Lucas serviu-se de *Mt* e de *Mc*. Nesta ordem

cronológica de *Mt-Mc-Lc*, a hipótese foi adotada por muitos católicos. — Em 1782, J. KOPPE, seguido por muitos protestantes, retomou-a, mas numa ordem diferente: *Mc - Mt - Lc*.

Crítica. a) A ordem *Mc - Mt - Lc* contradiz a tradição antiga, unânime em afirmar a prioridade de *Mt* aramaico. b) *Mc* não aparece ao exame interno um simples resumo de *Mt*, porque: se omite vários trechos de *Mt* (a Infância de Jesus, o sermão da montanha, o Pater...), por outro lado contém dois milagres (VII, 31-37; VIII, 22-26) e duas parábolas (IV, 26-30; XIII, 34) a mais; nos fatos comuns a ambos, é geralmente mais difuso e dá mais pormenores; nem segue sempre a ordem de *Mt*. c) *Lc* manifesta de fato uma dependência em relação a *Mc* na ordem e no conteúdo de várias narrativas [n.º 67, 1.º], mas contém muito material próprio, como a grande seção, que deve provir de outras fontes. d) A mútua dependência não explica a origem das narrativas próprias de cada sinóptico, nem das divergências nas narrativas comuns, nem das omissões de milagres e discursos de Jesus, que se encontram em *Mt* e que seriam singularmente adaptados aos destinatários étnico-cristãos de *Mc* e de *Lc*. — Logo também esta hipótese é insuficiente; deve ser completada com documentos escritos e orais, distintos dos próprios evangelhos.

140. C) Hipótese das «duas fontes».

Segundo C. H. WEISSE, o primeiro que, em 1838, ventilou esta hipótese, tida até alguns anos atrás como axioma pela crítica liberal independente, os sinópticos derivariam fundamentalmente de duas fontes: uma coleção de fatos acerca de Cristo e uma coleção de suas sentenças e discursos.

1) A coleção de fatos seria ou um proto-Marcos (*Ur Markus*) ou o nosso *Mc* atual, como prefere hoje a maior parte dos críticos. A prioridade de *Mc* sobre os outros evangelhos, já sustentada em 1782 por J. KOPPE, estaria demonstrada pela sua brevidade, pela vivacidade rude de seu estilo, pela falta de "ordenação" e pelo fato de se achar quase integralmente em *Mt* (600 vv. sobre 677) e mais de metade (perto de 350 vv.) em *Lc*.

Mas este documento é insuficiente para explicar sozinho o fato sinóptico, porque em *Mt* (grego) e em *Lc*, apesar de escritos independentemente, encontramos perto de 200 vv. que referem, com grande semelhança e até virtual identidade no conteúdo e na forma, palavras e discursos de Cristo que não se acham em *Mc*. A explicação mais óbvia desta concordância é supor, além de *Mc*, uma outra fonte comum a *Mt* e *Lc*. Qual seria este segundo documento, denominado Q (do alemão *Quelle* = fonte)?

2) SCHLEIERMACHER, por primeiro em 1832, interpretou o escrito aramaico, que Papias chama *Lógia* e atribui a Mateus, como sendo exclusivamente uma coleção de sentenças e discursos de Jesus. Seu autor, Mateus, o teria escrito em Antioquia pelo ano

50 (269). Esta interpretação foi logo aceita pelos críticos liberais e o imaginado documento Q foi identificado com o *Lógia*, do qual por decênios procurou-se febrilmente determinar o conteúdo.

3) Destas duas fontes, *Mc* e *Q*, teriam nascido *Mt* grego e *Lc*, com as suas concordâncias. — Mas Lucas e o autor do nosso *Mt* exploraram estas fontes em recensões ou edições diferentes e com métodos mais ou menos livres: o que explicaria as divergências.

Mc actual seria a narrativa da pregação de Pedro aos pagãos, acrescida de mais alguns trechos, que devem ter sido interpolados, pois não se encontram em *Lc*; — *Lc* proviria de *Mc* primitivo e de uma cópia mais completa de *Q*; — *Mt* (grego) proviria de uma edição ulterior de *Mc* e de uma cópia de *Q* menos completa (deviam faltar, por ex., as parábolas próprias de *Lc*).

Crítica. — Esta hipótese das “duas fontes” parte de preconceitos apriorísticos em aberta oposição com a tradição antiga universal:

1) Não quer admitir um *Mt* aramaico, distinto do *Mt* grego e anterior aos outros evangelhos, apesar de ser isso atestado por sólidas provas históricas [cfr. nota 100]. — A prioridade concedida a *Mc* é arbitrária, porque, além de oposta às conclusões certas da crítica externa, não encontra confirmação séria na análise interna: a) é um apriorismo sem fundamento, supor que uma narrativa religiosa mais breve deva necessariamente ser anterior a outra mais extensa: na própria Sagrada Escritura não faltam exemplos contrários (270); b) a carência de “ordenação” sistemática, já notada por Papias, não é indício de primitividade e de prioridade, como o não é tampouco a vivacidade e espontaneidade do estilo: tudo isso provém do fato de *Mc* descrever a pregação ocasional, mas viva e palpitante, de uma testemunha ocular, Pedro, de quem Marcos era o intérprete [cfr. n.º 64, 4.º, e a nota 111]; c) *Mt*, com tóda a sua coordenação e unidade tão vigorosa, transporta-nos a cada passo para uma época anterior à redação escrita da catequese de Pedro: tudo nêle está enraizado no ambiente judaico-palestinense que seguiu a morte do Salvador [cfr. ns. 57, 4, e 58]; d) o fato de *Mc* se encontrar quase inteiramente em *Mt* e metade em *Lc* por si nada prova: explica-se igualmente bem com a prioridade de *Mt* aramaico, que Marcos deve ter conhecido na Palestina e do qual se pode ter servido (271); quanto a *Lc*, posterior aos dois, tomou de ambos.

(269) Segundo Schleiermacher, Mateus não teria escrito *Mt*, obra de um autor desconhecido, mas unicamente *Q*, incorporado depois, ao menos como parte substancial, no primeiro evangelho. Teria sido precisamente a presença de *Q* neste evangelho que fêz dar a *Mt* o título “segundo Mateus”. ZEDDA, *op. cit.*, p. 317, nota 186.

(270) O *II Livro dos Macabeus* é um resumo dos cinco livros de Jason de Cirene; *Lc* algumas vezes sintetiza, outras porém amplifica.

(271) Veja os argumentos aduzidos por BUTLER em favor desta dependência, no *Verbum Dei*, t. III, pp. 105-111.

2) A interpretação de Schleiermacher é uma hipótese arbitrária, em oposição com o contexto de Papias e com toda a tradição antiga e moderna, que neste escrito aramaico de Mateus sempre reconheceu o nosso primeiro Evangelho, e não uma simples "coleção de sentenças", da qual não há vestígios algum nos autores antigos [cfr. nota 73].

Por isso, a reconstrução do suposto documento Q só pode ser tentada por análise interna de *Mt* e *Lc*. São unânimes estes críticos em afastar, *a priori*, qualquer narrativa de fatos ou de polémicas; mas, quanto ao conteúdo positivo, afora certo fundo comum, um cúmulo de hipóteses diferentes deu origem a reconstruções diversas, todas conjecturais (272). Ora, sem conhecer exatamente este conteúdo, como determinar a sua influência nos textos sinópticos?

3) As duas fontes não explicam as numerosas e notáveis divergências verbais entre *Mc* de um lado, e *Mt* e *Lc* do outro, nos lugares paralelos; nem as diferenças entre *Mt* e *Lc*; nem tampouco indicam porque *Mt* e *Lc*, independentemente um do outro, omitem ou abreviam do mesmo modo certos trechos de *Mc*. — O recurso a edições diferentes e a deformações das pressupostas fontes por parte dos evangelistas é mais uma hipótese arbitrária, que equivale a dizer: "Há divergências entre os sinópticos, porque os autores se serviram de edições diferentes e as deformaram com métodos livres de usá-las", e juntamente: "Serviram-se de edições diferentes e as deformaram, porque há divergências". Clara *petição de princípio*.

Numa palavra, a teoria das "duas fontes" é um aglomerado artificial de hipóteses sobre hipóteses, não apenas sem fundamento histórico nenhum, mas contrárias aos testemunhos unânimes de toda a tradição.

Em vista destas críticas, não podiam os fautores das "duas fontes" deixar de sentir a precariedade de suas posições. Daí, as contínuas mudanças introduzidas nas suas explicações. Nota-se hoje entre os críticos independentes uma atitude menos rígida. Já admitem facilmente a existência de um primeiro evangelho aramaico e de outras fontes; nem faltam os que negam a necessidade do suposto documento Q para a solução do problema sinóptico (273).

141. D) O Sistema misto.

Entre os autores católicos, a explicação apresentada para a solução do problema sinóptico, ao menos nas suas linhas

(272) Umas vinte já eram referidas por J. MOFFATT (*An Introduction to the Literature of the N.T.*, reimpr. da 3.^a edição, Edinburg 1920), às quais outras ainda vieram acrescentar-se (ZEDDA, *op. cit.*, p. 318, nota 190).

(273) Assim, H. F. D. SPARKS, *The formation of the N.T.*, London, 1952, pp. 91-109; A. M. FARRER, *On dispensing with Q*, em *Studies in the Gospels*, Oxford 1955, pp. 55-86. (*Apud* ZEDDA, *op. cit.*, pp. 304 e 321).

gerais, é uma combinação das outras hipóteses no que cada uma contém de positivo e certo: a base comum é constituída pela catequese oral dos Apóstolos, testemunhas oculares e evangelizadores "oficiais" por mandato recebido de Cristo; principalmente a catequese de Pedro, chefe dos Doze, que determinou o plano esquemático fundamental da estrutura biográfica e doutrinal da pregação apostólica, plano seguido, depois, também pelos evangelistas, como se vê pelos discursos referidos nos *Atos*, cc. II, III e principalmente X, 37-43. Deve-se, porém, acrescentar o influxo dos sinópticos entre si e de outras fontes comuns e particulares; sem esquecer o cunho pessoal que cada evangelista imprimiu à sua obra, devido à sua mentalidade, sua formação literária, suas próprias experiências, sua finalidade e seus destinatários imediatos (274).

1. Começada logo no dia de Pentecostes, dez dias depois da Ascensão de Cristo, com os discursos de S. Pedro referidos nos *Atos*, a pregação apostólica da "boa nova" já se propagara de Jerusalém a tóda a Palestina, à Síria, Ásia Menor, Macedônia, Grécia, Itália... e S. Paulo já percorrera as grandes vias do império fundando numerosas comunidades cristãs. Foi então que os fiéis, prevendo a morte mais ou menos próxima dos Apóstolos e das outras testemunhas oculares, sentiram mais a conveniência de confiar à escrita esta pregação oral.

Por outro lado, a autoridade da Igreja e sua prioridade sobre a palavra escrita estavam então suficientemente estabelecidas; o Evangelho penetrava cada dia mais nos meios pagãos, menos afeitos aos hábitos mnemotécnicos do estilo oral semítico e mais familiarizados com a escrita. Nestas circunstâncias, inspirou Deus a alguns homens de *escreverem* os pontos principais da Boa Nova. (F. LELOTTE, S. J., *La solution du problème de la vie*, III, pág. 18).

Já existia, é verdade, uma certa literatura evangélica, à qual alude Lucas no seu prólogo (*Lc*, I, 1-2), ao lembrar os "muitos" que antes d'ele tinham escrito sobre os fatos transmitidos desde o início pelas testemunhas oculares. Deviam

(274) Como já vimos, os Evangelistas são verdadeiros autores e não simples compiladores reduzidos a transcrever, um após outro, trechos fornecidos por documentos fragmentários: os sinópticos não são mosaicos de peças heterogêneas, mas cada um se apresenta como um todo com perfeita unidade de composição, de estilo e de finalidade.

ser, porém, escritos fragmentários: coleções de fatos, de milagres, de discursos, de testemunhos bíblicos sobre a messianidade de Cristo, de respostas às objeções dos contemporâneos; ~~esquemas e prontuários para uso principalmente dos catequistas~~, "profetas" e "evangelistas" (*Atos XXI*, 8; *Efes. IV*, 11-13; *II Tim.* IV, 5), i. é, dos cooperadores dos Apóstolos na obra da pregação evangélica.

Mas a piedade dos fiéis, sempre mais ávida de conhecer particularidades sobre a vida e ensinamentos de Cristo, bem como a utilidade apologética de poder apresentar um compêndio substancioso da nova religião cristã aos judeus e pagãos que a ignoravam ou combatiam, fizeram desejar narrativas mais ordenadas e mais completas.

A esta conveniência e a este desejo vieram responder os nossos sinópticos (e mais tarde o Evangelho de S. João), os únicos Evangelhos que a Igreja Apostólica, anterior aos evangelhos escritos, reconheceu desde logo como eco fiel e autêntico da sua catequese oral, aos quais conferiu um caráter oficial e admitiu no seu *Cânon* dos livros inspirados [cfr. n.º 35 e nota 64].

2. Fixação escrita desta catequese viva, oral e universal, sob as vistas e o contróle dos Apóstolos, os sinópticos refletem, portanto, a identidade da sua estrutura geral e juntamente a sua diferenciação devida aos vários ambientes e tipos de ouvintes e ao caráter de cada pregador. — Ficam deste modo suficientemente explicadas a concordância no conteúdo substancial dos sinópticos e não poucas divergências particulares.

3. Mas cada Evangelista, ao compor a sua narrativa, dependia da sua própria capacidade literária, do seu vocabulário e das suas expressões preferidas, da sua tendência a descrições pormenorizadas ou esquemáticas; dependia também do conhecimento imediato ou mediato que tivera dos fatos por êle narrados, pois é sabido, pela experiência psicológica, que cada homem, de acôrdo com sua índole, tem um modo próprio de observar, narrar e apresentar as coisas: por ex., fixando e acentuando mais êste ou aquêle pormenor. Além disso, tinha diante de si uma finalidade bem determinada e destinatários imediatos com mentalidade e costumes peculiares, com necessidades e dificuldades especiais: a tôdas estas cir-

cunstâncias convinha adaptar-se, “salvando sempre a substância e as linhas mestras da vida de Jesus e da sua mensagem”. (Cardeal A. BEA, *op. cit.*, págs. 18-19). — Explicam-se, assim, muitas divergências na escolha ou omissão e na seqüência de alguns fatos e discursos, e várias diferenças de expressões nas narrativas comuns (275).

4. A tudo o que precede devem ser acrescentados ainda o influxo que um sinóptico pode ter exercido sobre os outros e, finalmente, documentos escritos particulares que cada um pode ter usado:

Mt aramaico, texto oficial da primitiva catequese palestinese, na qual Pedro tivera papel preponderante, tem por autor o apóstolo Mateus, que evidentemente, ao fixar por escrito esta catequese, recorreu às suas próprias experiências e lembranças de testemunha ocular, às quais se deve provavelmente acrescentar alguns documentos escritos, que já indicamos na nota 97.

Mc transmite-nos a catequese oral de Pedro aos romanos [ns. 43, b; 50, b; 64, 4.º]. Teve, por conseguinte, como fonte primária as vivas narrativas de uma testemunha ocular [nota 111]; mas não é improvável um influxo de *Mt aramaico*, que logo se espalhou por tôda a Igreja [n.º 61] e que, portanto, Marcos certamente conheceu, ou no texto aramaico ou numa das tantas traduções imediatas de que nos fala Papias [n.º 50, a].

(275) Mateus, por ex., escrevendo para judeus da Palestina, emprega expressões judaicas, trata de assuntos de especial interesse para seus ouvintes [cfr. n.º 57, 4.º], segue na sua narrativa o processo de coordenação lógica e sistemática então usada no ensino rabínico [n.º 58]. Marcos e Lucas, pelo contrário, tendo em vista os pagãos convertidos, omitem estas particularidades e insistem mais sobre fatos e ensinamentos que melhor poderão convencer [n.º 65, 5.º], animar e consolar [ns. 67, 4.º e 68] seus leitores.

Este modo particular, próprio de cada Evangelista, de apresentar a mesma mensagem de Cristo, não obsta à verdade objetiva da narrativa: por não ser exaustiva, mas susceptível de acréscimos, não deixa de ser verdadeira no que afirma. E a variedade das notas pessoais e dos pormenores, que encontramos em cada Evangelho, fornece-nos uma narrativa de conjunto mais rica e mais completa. Passando pela vida, pelo caráter e pela pregação dos doze Apóstolos de temperamentos tão variados e pela pena dos quatro Evangelistas em ambientes e com finalidades diversas, a infinita luz da vida e da doutrina de Cristo dividiu-se, como a luz do sol ao passar pelo prisma, em numerosas côres, que nos revelam maior abundância dos seus matizes e das suas riquezas. Cfr. Cardeal A. BEA, *op. cit.*, pp. 21-24, 32-38.

Lc, que reflete a catequese de Paulo aos gentios [n.º 67, 3.º], é fruto de acuradas pesquisas, prolongadas por Lucas durante os vários anos das suas viagens com o Apóstolo: interrogando as testemunhas oculares e consultando os muitos documentos escritos a que alude o prólogo (*Lc* I, 1-2), entre os quais as primeiras traduções de *Mt* aramaico e, muito provavelmente, uma narrativa da Infância de Jesus, como parece indicá-lo o caráter mais semítico e palestinese e a diferença de estilo dos dois primeiros capítulos. A tudo isso vem ainda juntar-se o influxo de *Mc*, do qual certamente Lucas se utilizou [n.º 67, 1.º].

Mt grego é uma versão substancialmente idêntica ao *Mt aramaico* [n.º 61]; mas na sua forma literária, como também em muitas expressões isoladas foi influenciado certamente por *Mc* e provavelmente por *Lc* [cfr. as notas 96, 98 e 106].

Tendo presentes, juntamente com os dados certos da tradição, esta diversidade de fontes e de dependências mútuas, esta variedade de destinatários e de finalidades, como também a índole própria de cada evangelista, causas tôdas que vieram influir sôbre a base comum de uma pregação oral, idêntica na sua substância mas diferenciada segundo os tipos de ambientes e ouvintes, o problema sinóptico encontra explicação razoável para as semelhanças e diferenças existentes nos três primeiros Evangelhos.

142. Fornece o *Sistema misto* a explicação documentada e pormenorizada de tôdas e de cada uma destas concordâncias e diferenças? Uma tal solução cabal do problema viria evidentemente trazer uma nova confirmação da autenticidade e historicidade dos Sinópticos. Mas até agora não foi encontrada e provavelmente nunca o será. Deveríamos, para isso, conhecer o teor exato da pregação oral primitiva e dos seus desenvolvimentos nos vários ambientes judaicos e pagãos; deveríamos possuir os originais de *Mt* aramaico, de *Mc* e de *Lc*, o texto preciso de tôdas as fontes orais e escritas de que se serviu cada evangelista. É somente com êsses dados, que seria possível determinar com exatidão a influência de cada uma destas fontes, orais e escritas, na redação do texto de cada sinóptico. Forçoso é, portanto, deixar aberta a questão nos seus últimos pormenores e contentarmo-nos com uma solução aproximada e mais geral.

CAPITULO TERCEIRO

HISTORICIDADE DOS ATOS DOS APÓSTOLOS E DAS EPISTOLAS PAULINAS

Entre os livros do N. T., depois dos quatro Evangelhos, os mais importantes para o conhecimento da vida e da doutrina de Jesus Cristo, para a demonstração apologética da origem divina da sua messianidade e para a história da Igreja primitiva, são o livro dos *Atos dos Apóstolos* e as *Epístolas de S. Paulo*. Estabeleçamos, pois, o seu valor histórico. Daremos em seguida uma breve notícia dos outros livros do N. T.

ARTIGO PRIMEIRO

VALOR HISTÓRICO DOS ATOS DOS APÓSTOLOS

TESE V. — O livro dos «Atos dos Apóstolos» teve como único autor o evangelista Lucas e possui plena autoridade histórica.

144. O livro dos *Atos dos Apóstolos* (em grego *Práxeis Apostolón*), como o termo “Atos, Práxeis” o indica, refere não uma biografia completa, mas tão somente alguns dos episódios e dos feitos de alguns dos Apóstolos, principalmente de Pedro e de Paulo (277). No N. T., é colocado logo depois dos Evangelhos, porque se apresenta como a continuação e o complemento dos Evangelhos, narrando os inícios da Igreja fundada

(277) Cfr. E. JACQUIER, *Les Actes des Apôtres* (Etudes Bibliques), Paris 1926, 2.^a edic.: Introduction, pp. XV-CCLXXXVI. — Em *La Sainte Bible*, Tomo XI, 1.^a Parte: *Les Actes des Apôtres*, por J. RENIÉ, S.M., nova edição, Paris 1951. — L. PIROT, *Les Actes des Apôtres et la Commission Biblique*, Paris 1919; e no Vol. I do *Supplément au Dict. de la Bible*, art. “Actes des Apôtres”, col. 42-85. — C. FOUARD, *Les origines de l'Eglise: Saint Pierre* (Paris 1928, 15.^a edic.); *Saint Paul, ses missions; Saint Paul, ses dernières années* (Paris 1925, 12.^a edic.). — G. RICCIOTTI, *Paolo Apostolo*, Roma 1948, pp. 101-143. — P. BUYASSE, *Vers la foi catholique: II, Jésus devant la critique*, Bruges 1925, pp. 182-195. — S. ROSADINI, S.J., *Institutiones introductorias in Libros Novi Testamenti*, vol. II, 2.^a edit., pp. 13-41. — MORS, *op. cit.*, pp. 186-195.

por Cristo, a origem e o desenvolvimento das primeiras cristandades sob o govêrno e a cura pastoral dos Apóstolos escolhidos e enviados por Cristo e intérpretes autênticos da sua vontade. — O seu título, que não parece ter sido impôsto por Lucas, encontra-se contudo em todos os manuscritos, nas versões antiquíssimas e em citações do II séc. (278).

145. ADVERSÁRIOS. — A crítica racionalista e liberal: a) aduzindo diversidades de lingua e de estilo e a sucessão abrupta da primeira pessoa do plural à terceira do singular em várias partes das narrativas e construindo hipóteses sem nenhuma base histórica, quer atribuir o Livro dos Atos a *diversos autores*: as "seções-nós", i. é, as passagens em que o autor emprega a primeira pessoa do plural, seriam de algum companheiro de Paulo, talvez Lucas; seria, porém, outro o autor que, com estas "seções-nós" (fonte *itinerarium*) e outras fontes, compilou e redigiu o livro todo dos Atos (279); b) por causa do seu preconceito apriorístico contra o sobrenatural, rejeita a autoridade histórica dos Atos, por que contém narrativas de milagres.

146. DOCTRINA DA IGREJA. — Pelas respostas da *Comissão Bíblica*, dadas a 12 de junho de 1913, devemos, com assentimento interno religioso, ter por certo que o autor único dos Atos é o evangelista Lucas (D. 2167-8), o qual, servindo-se acurada e fielmente de fontes fidedignas, merece plena autoridade histórica (D. 2170-1). — Teologicamente, a plena autoridade histórica e a integridade substancial dos Atos, como vimos para os Evangelhos [ns. 77 e 109], é doutrina católica implicitamente definida no Conc. Tridentino (D. 784).

I — Autenticidade

147. I ARG. — *Pela Crítica externa*. — A mesma tradição unânime, desde os tempos apostólicos, que provou a autenticidade dos Evangelhos, demonstra também a autenticidade dos Atos dos Apóstolos, atribuindo unicamente ao evangelista Lucas a autoria do livro todo.

(278) O *Canon Muratorianum* o enumera na sua lista com o título — que supõe já conhecido — de *Acta omnium Apostolorum*; mas o título mais atestado pelos códices é *Praxeis Apostolón*, i. é, *Atos de* (alguns) *Apóstolos*.

(279) Cfr. RICCIOTTI, *op. cit.*, pp. 123-148. — Contudo não poucos críticos independentes admitem a autenticidade dos Atos. HARNACK, desde 1906, moveu uma campanha sem trégua em favor da tradição unânime que sempre atribuiu a Lucas a autoria do livro todo. (*Lukas der Artz*, Leipzig 1906; *Luke the Physician, the Author of the Third Gospel and the Actes of the Apostles*, Londres 1911).

1. Desde o fim do I séc., o livro dos *Atos* era tido em suma veneração pelos *Padres Apostólicos* e gozava na Igreja primitiva da mesma autoridade que os Evangelhos, dos quais era considerado um complemento. Encontramos citações ou alusões em S. Clemente Romano, na *Didaké*, na *Epistola de Barnabé*, nas *Epistolas* de S. Inácio de Antioquia, na *Epistola aos Filipenses* de S. Policarpo, no *Pastor de Hermas*, na *I Apologia* e no *Diálogo com Trifão* de S. Justino, etc.

2. *Sto. Irineu*, nos seus 5 livros *Adversus Haereses*, escritos pelos anos 180-190, depois de referir numerosos trechos de tôdas as partes dos *Atos* e de lembrar que Lucas foi companheiro inseparável de Paulo e seu cooperador nas suas missões, declara: "Tendo presenciado tudo isso, Lucas o escreveu com tôda a exactidão..." (*Adv. Haer.*, 1. III, c. 14, n.º 1: MG 7, 913-14).

3. O *Canon Muratorianum*: "Os *Atos de todos os Apóstolos* estão escritos num único livro [e não em quatro, como os Evangelhos]. Lucas os compilou para o ótimo Teófilo, porque tinham acontecido na sua presença..." (R. 268)

4. Os *Prólogos anônimos* dos antigos manuscritos (séc. II) atestam que Lucas, médico, foi discípulo dos Apóstolos e companheiro de Paulo, que viveu 84 anos e escreveu o seu Evangelho, e acrescentam: "depois, o mesmo *Lucas* escreveu os *Atos dos Apóstolos*" [n.º 42].

5. *Tertuliano*, pelo fim do II séc., ao referir várias passagens tomadas em mais de vinte capítulos dos *Atos*, nomeia explicitamente o seu autor: "*Porro cum in eodem commentario Lucae...*" (*De Jejunio*, c. 10: ML 2, 966), e confirma o valor histórico dos *Atos* pela sua concordância com as Epistolas paulinas (*Adversus Marcionem*, 1. V, cc. 2 e 3: ML 2, 504 e 505).

6. *Clemente Alexandrino*, pelo ano 205, aludindo às palavras de Paulo aos Atenienses acêrca do "Deus desconhecido", acrescenta: "como também *Lucas* nos *Atos dos Apóstolos* menciona que Paulo disse..." (*Stromata*, 1. V, c. 12, n.º 82: MG 9, 124).

7. *Origenes*, discípulo de Clemente, escrevendo pelos anos 244-249, faz duas referências ao autor dos *Atos*: "... e Lucas descrevendo os feitos dos Apóstolos" (*Homilia In Jesu Nave*, VII, 1: MG 12, 857; R. 538), e: "E Judas o Galileu, como atesta Lucas nos *Atos dos Apóstolos* (V, 36-37), quis ser tido por grande homem, como já antes dêle Têodas" (*Contra Celsum*, 1. VI, n.º 11: MG 11, 1307-8).

8. *Eusébio*, no IV séc., falando de Lucas, médico e companheiro assíduo de Paulo, diz: "Escreveu um outro livro, intitulado *Atos dos Apóstolos*, (atos) que não conheceu por ouvi-los contar, mas que presenciou com os próprios olhos." (*Hist. Eccles.* 1. III, c. 4: MG 20, 219). Resumindo a tradição cristã, coloca os *Atos* entre os livros *homologoumena* (i. é, admitidos sem contestação

em toda a Igreja) como livro canônico e escrito por Lucas (*ibid.*, I, III, c. 25, 1; MG 20, 267).

9. *S. Jerônimo (340-420)*, depois de atribuir o III Evangelho ao médico antioquense Lucas, acrescenta: "Editou também outro volume egrégio, que se intitula *Atos dos Apóstolos*, cuja narrativa histórica chega até ao biênio da permanência de Paulo em Roma, i. é, até ao quarto ano de Nero. Pelo que entendemos que o livro foi composto nesta mesma cidade." (*De Viris Illustr.*, c. VII: ML 23, 650).

148. II ARG. — *Pela crítica interna*. — O exame interno do livro dos *Atos* confirma perfeitamente e em todos os pontos o veredicto da tradição (280):

1. *Um só foi o autor de todo o livro*. — Vê-se claramente:

a) pela *unidade de intenção* que domina o livro todo: mostrar como se realizaram, apesar das dificuldades, as palavras do Senhor aos seus Apóstolos: "Recebereis a força do Espírito Santo, que descera sobre vós, e sereis as minhas testemunhas em Jerusalém e em toda a Judéia e Samaria, e até aos confins da terra" (*Atos*, I, 8). Daí a seqüência das narrativas: a espera e a vinda do Espírito Santo sobre os Apóstolos (I, 12-II, 13); a fundação e o crescimento da Igreja de Jerusalém (II, 14-VIII); a dispersão pela Judéia e pela Samaria, com a conversão de S. Paulo e dos primeiros gentios (VIII-XIII); a Igreja no meio dos gentios, com as viagens apostólicas de S. Paulo e a fundação das comunidades cristãs nas principais cidades do império romano (XIII até o fim).

b) pela *conotação natural* e pela *identidade do estilo*, da construção dos períodos e das expressões entre as "seções-nós" e todas as outras partes, com 64 palavras ou locuções comuns, que só se encontram nos *Atos* (281).

2. *O autor dos Atos é o mesmo que escreveu o III Evangelho*:

a) No Prólogo dos *Atos*, o autor dedica esta obra ao mesmo Teófilo, ao qual lembra já ter dedicado o seu Evan-

(280) Para os pormenores desta análise interna, vejam E. JACQUIER, *Les Actes des Apôtres*, Introdução, pp. LVI-XCII e CLXIV-CCI.

(281) As palavras próprias das "seções-nós" são geralmente termos técnicos náuticos, que o autor não tinha motivo de empregar fora da narrativa mais pormenorizada da navegação de Paulo desde Cesaréia até Roma.

gelho (I, 1-2). Apresenta os *Atos* como a continuação do Evangelho: comparem os últimos versículos do Ev. com os primeiros dos *Atos*.

b) O III Evang. e os *Atos* apresentam o mesmo estilo e a mesma construção das frases, com 130 expressões comuns, que não se encontram nos outros Evangelhos.

c) O autor dos *Atos*, como o do III Evang. [n.º 67, 2.º e 5.º], pelos numerosos têrmos clássicos, pelo frasear fluente e variado do seu estilo, pelo seu grego mais literário que o dos outros livros do N. T., principalmente na segunda parte do livro menos dependente de fontes aramaicas, se apresenta como *étnico-cristão cultivado*; pelos frequentes têrmos de medicina e pormenores clínicos (por ex., III, 7; XII, 23; XXVIII, 8; etc.), vê-se que é *conhecedor da medicina* do seu tempo.

3. *Este autor é Lucas:*

a) Os *Atos*, foram escritos pelo mesmo autor que o III Evangelho.

Ora, já demonstramos que o autor do III Evang. é Lucas.

b) O autor dos *Atos* foi certamente um *companheiro e discípulo de Paulo*. Vê-se: pelas "seções-nós"; pelo fato de grande parte dos *Atos* (cc. XIII a XXVIII) falar quase unicamente de Paulo, descrevendo as suas diversas missões nos seus mínimos pormenores e com uma precisão histórica e geográfica que denota uma testemunha ocular; pelo estilo, pelas expressões, as idéias e a doutrina, que são especificamente paulinas. — Ora, entre os companheiros de S. Paulo, Lucas é o único nunca nomeado em terceira pessoa e, portanto, não contraposto ao autor. Este autor é distinto dos companheiros mencionados no c. XX, v. 4 (entre os quais está Timóteo), pois todos êles o precederam e esperaram em Trôada (v. 5 e 6); é distinto de Barnabé, que se separou definitivamente de Paulo antes das "seções-nós" (XV, 39); é distinto de Silas e de Erasto, pois quando estão com Paulo, nunca é usada a primeira pessoa do plural; é distinto de Tito, que não tomou parte na terceira missão de Paulo nem na sua viagem de Cesaréia a Roma. Donde, entre os companheiros assíduos de Paulo, só fica Lucas. — Logo somente Lucas pode ser o autor dos *Atos*.

149. *Data e Lugar da Composição dos Atos.* — Como já foi exposto acima [n.º 69], o livro dos *Atos dos Apóstolos* foi

terminado em Roma no ano 63, pelo fim do primeiro cativo de Paulo (282).

II — Valor Histórico

150. 1. A *índole* da composição e a sua *finalidade* são evidentemente *históricas*: Lucas apresenta os *Atos* como a continuação do seu Evangelho; ora, no Evangelho (*Lc*, I, 1-5), afirma explicitamente que intenta narrar fatos históricos; logo tal é também a sua intenção nos *Atos*.

2. Estava Lucas em *ótimas circunstâncias para conhecer com toda a certeza o que narrava*. Dos fatos narrados a partir do cap. XVI Lucas, então companheiro de Paulo, foi em grande parte testemunha ocular; o que acontecera durante as suas ausências podia sabê-lo diretamente, ao voltar, por Paulo e pelos outros seus companheiros. — Para os capítulos precedentes, além do que Paulo lhe pode ter contado (por ex., a lapidação de Estêvão, a própria conversão), pôde colher informações com Barnabé, um dos primeiros sócios de Paulo, com Silas, que acompanhou o Apóstolo depois da partida de Barnabé (XV, 36-39), com os Apóstolos (XXI, 18), com o diácono Filipe (XXI, 8), com os cristãos de Jerusalém e da Palestina e com as comunidades visitadas nas suas viagens. Nem é improvável que, além destas informações diretas e vivas de testemunhas oculares, se tenha servido também de fontes escritas, como parecem indicá-lo a índole mais semítica e a maior brevidade que se notam nas narrativas destes capítulos. Foram certamente extraídos de documentos escritos: o decreto do Concílio Apostólico (XV, 23-29), a carta do tribuno Cláudio Lísias (XXIII, 26-30) e os numerosos discursos referidos nos *Atos*.

3. Que, de fato, Lucas *não se tenha enganado, nem nos tenha enganado* nas suas narrativas, provam-no os mesmos argumentos com que demonstramos a veracidade dos Evangelistas [cfr. ns. 82-90].

O constante intercâmbio de notícias entre as várias Igrejas e o anseio dos fiéis de conhecer os feitos do Príncipe dos

(282) Cfr. E. JACQUIER, *op. cit.*, pp. CXIV-CXX. — Com o fim de poderem atrasar esta data, aventaram alguns críticos a hipótese de ter Lucas escrito ou querido escrever um terceiro livro que completaria os *Atos*. Mas esta suposição é totalmente desprovida de base histórica.

Apóstolos e do Apóstolo das Gentes devem ter divulgado logo numerosas cópias dos *Atos* pelas comunidades cristãs, pois, como vimos, o livro dos *Atos* é citado desde o fim do I séc. como já conhecido e aceito por todos. Esteve, portanto, entre as mãos de muitas personalidades de que falam os *Atos* e de muitas testemunhas visuais que viviam ainda nas cidades e Igrejas onde se deram os fatos narrados. Se as narrações não fôsem realmente históricas, teriam todos reclamado e o livro dos *Atos* teria sido desmentido e rejeitado, como o foram outros *Atos* apócrifos.

4. CONFIRMA-SE a historicidade dos *Atos* pela sua *concordância*:

a) com as *Epístolas paulinas*. — Quando escreveu os *Atos*, não conhecia Lucas as *Epístolas paulinas* e por isso não as pôde utilizar (283). Os *Atos* e as *Epístolas* são, portanto, dois documentos independentes um do outro, que se podem confirmar mutuamente. Ora existe entre êles uma evidente *concordância* acêrca da personalidade do grande Apóstolo, das pessoas que freqüentou e dos principais incidentes do seu apostolado (284).

(283) Cita Lucas cartas muito menos importantes (v. gr., XXIII, 26-30). Se, pois, tivesse conhecido as *Epístolas* não teria certamente deixado de as utilizar. O que entretanto não fez: quando narra acontecimentos contidos também nas *Epístolas*, omite muitos fatos e circunstâncias que nelas encontramos e que teriam completado e esclarecido suas próprias narrativas, nas quais, aliás, os têrmos são diferentes dos de Paulo (por ex., na fuga de Damasco: *Atos*, IX, 24 e *II Cor.*, XI, 32). É porque Lucas desconhecia estas *Epístolas*. De fato, quando publicou os *Atos*, no ano 63, algumas epístolas não tinham ainda sido escritas; outras, enviadas pouco antes, não estavam ainda universalmente divulgadas. Nem é de crer que Paulo conservasse consigo uma cópia delas. Donde Lucas só pode ter conhecido as que foram escritas enquanto estava com Paulo, i. é, as quatro do primeiro cativo do Apóstolo em Roma. Mas nestas, só encontrava conselhos práticos e doutrinas que não interessavam diretamente a finalidade dos seus *Atos*: por isso não as citou. As outras (aos Tessalonicenses, Coríntios, Gálatas e Romanos) foram escritas entre a primeira e a terceira viagem de Paulo para a Grécia, período em que Lucas não estava com Paulo, como se vê pelas "seções-nós", iniciadas em Trôada (XVI, 10), logo interrompidas (v. 17) e retomadas somente na passagem de Paulo por Filipos, na sua terceira viagem missionária (XX, 5-6). Cfr. JACQUIER, *op. cit.*, pp. CCXXII-IV.

(284) HARNACK, nos 14 primeiros capítulos dos *Atos*, notou 34 lugares que coincidem com as *Epístolas*; JACQUIER acrescentou outros 18 para o resto da narração. Veja a relação de todos êles *apud* JACQUIER, *op. cit.*, pp. CCXXIV-VII.

b) com a *história profana*. — Nas suas narrativas, cita Lucas as autoridades civis com seus títulos e suas funções, descreve os lugares e as cidades com suas peculiaridades próprias, sua índole, seus costumes, sua religião etc. Ora tudo ~~concorda~~ admiravelmente com o que sabemos pela história profana. Numerosas inscrições descobertas desde o séc. XLX vieram ainda comprová-lo (285).

151. OBJEÇÕES. — Contra a historicidade dos *Atos* foram apresentadas: a) as narrativas de numerosos milagres; b) os discursos dos *Atos*, que seriam puramente inventados, como os de Tucídides e de Tito Lívio; c) várias divergências com outras fontes.

Respostas. — a) Nada menos de 101 são os milagres, profecias ou visões que encontramos nos *Atos*. A crítica histórica compete verificar se os fatos narrados aconteceram realmente; não é, porém, da sua alçada pronunciar-se sobre o caráter natural ou milagroso destes fatos. Reconhecer a historicidade dos *Atos* quando narram fatos naturais, e negá-la quando referem milagres — como fazem os racionalistas — só pode provir do preconceito apriorístico contrário a todo o sobrenatural.

b) Como já fizera no seu evangelho com os discursos de Cristo, também nos *Atos* resumiu Lucas os discursos que refere, modificando a forma, mas conservando as idéias. Nada há nisso que se oponha à historicidade substancial. Ora a substância dos discursos dos *Atos* (e são 27) pertence visivelmente às pessoas indicadas: Pedro, Paulo, Tiago, Estêvão... Há neles algumas semelhanças, porque tratam dos mesmos assuntos e têm a mesma fina-

(285) Por ex.: em Chipre, medalhas dos anos 40-54 e inscrições dos anos 51, 52 e 55 confirmam o título de "Procônsul" dado pelos *Atos* (XIII, 7) ao governador da ilha. Em Tessalônica, numerosas inscrições dão, como Lucas (XVII, 6), o nome de "Politarcas" aos magistrados da cidade. Em Atenas, as inscrições "aos deuses desconhecidos" e uma "ao Deus ao qual isso pertence" confirmam o discurso de Paulo (XVII, 22-31). Em Corinto, por uma inscrição de Delfos, sabemos que no ano 52 era procônsul da Acaia Gallão, irmão de Sêneca, diante do qual compareceu Paulo (XVIII, 12). Em Éfeso, as escavações descobriram o famoso templo de Diana (= Artemis), meta de grandes peregrinações e onde os devotos costumavam depositar muitos ex-votos representando a deusa ou a forma do templo, o que era para os habitantes copiosa fonte de rendas: tudo isso é comprovado por numerosas inscrições e vem confirmar a cena do alvoroço popular descrita nos *Atos* (XIX, 23-40); moedas e inscrições confirmam também a exatidão dos títulos "procônsul, grammateus (escriba) e asiarcas" dados por Lucas aos magistrados (*ibid.*, 31, 35, 38). Em Jerusalém, a descoberta de uma inscrição ameaçando de morte quem introduzisse um pagão no templo veio explicar a gravidade da calúnia levantada contra Paulo, a sua captura e o perigo que correu (XXI, 27-36). Cfr. o citado artigo de L. PIROT, col. 62-70.

lidade: demonstrar a messianidade de Cristo. Mas soube Lucas conservar o cunho próprio de cada orador, com suas expressões peculiares, suas idéias familiares e com um arcaísmo ou um conteúdo teológico que corresponde perfeitamente ao tempo e às circunstâncias de lugares e de ouvintes em que foram pronunciados (286). Nem se tem o direito de negar a objetividade histórica dos discursos de Lucas pelo fato de alguns historiadores, como Tucídides e Tito Lívio, adornarem suas narrativas com discursos inventados.

c) Essas divergências não são contraditórias. O próprio *Harnack*, que as examinou (287), concluiu que não podem alterar o nosso julgamento acêrca do valor histórico da narrativa e da personalidade do historiador. Quase tôdas são sem importância, consistindo em diversidade de estilo e de construção das frases... Outras provêm: de uma riqueza maior ou menor de circunstâncias accidentais, como nas várias narrativas da conversão de S. Paulo (IX, 1-22; XXII, 3-23; XXVI, 12-19) e da morte de Judas (*Atos*, I, 18-19 e Mt XXVII, 3-11); de um diverso ponto de vista sob o qual é narrado o fato, como a Assembléia de Jerusalém (*Atos*, c. XV e *Gal.*, II, 1-10); de não se tratar talvez da mesma pessoa, como a revolta de Têodas narrada por Gamaliel (*Atos*, V, 35-39) e por Flávio Josefo (*Ant. Jud.*, I, XX, c. V, 1); de interpretações inexatas ou de supor que Lucas deva necessariamente aprovar o que simplesmente cita como afirmado por outro, como em algumas passagens do discurso de Sto. Estêvão (VII, 2-53), etc. (288).

III — Integridade

152. A integridade dos *Atos* é hoje universalmente reconhecida.

O texto chegou até nós sob duas formas:

a) *oriental* (ou *neutra*), que se encontra na maioria das fontes: nos melhores códices maiúsculos (B, S, A, C...), em quase todos os minúsculos; na Vulgata, na bohairica; em muitos escritores antigos, como Clemente Alex., Orígenes... e, depois do IV séc., em quase todos os autores orientais e ocidentais;

b) *occidental*, já constituída no II séc. e oriunda da precedente, da qual difere (sem contudo contradizê-la) por nume-

(286) Cfr. *apud* JACQUIER, *op. cit.*, p. CCLIX-CCLXXXVI, os argumentos especiais em favor da autenticidade e historicidade de cada discurso.

(287) *Die Apostelgeschichte, Untersuchungen*, pp. 159-198.

(288) Cfr. no citado art. de L. PIROT, col. 75-79, a exposição pormenorizada desta concordância dos *Atos* com as outras fontes.

rosas variantes secundárias (paráfrases, explicações...) e não poucas adições de circunstâncias novas que têm tôdas as aparências de interpolações. Encontra-se no códice de Beza (D), nuns poucos minúsculos e em vários escritores principalmente latinos, como Ireneu, Tertuliano, Cipriano, Agostinho.. (289).

Apesar das numerosas variantes (290), tôdas as cópias das duas formas apresentam um texto *substancialmente idêntico*. — Segundo o parecer quase universal dos críticos, a forma oriental ou neutra deve ser considerada como primitiva e mais próxima ao texto original. — É o texto que a Igreja declarou canônico.

153. ARG. — *Pela concordância substancial das fontes.*

O nosso texto atual dos *Atos* concorda substancialmente com o texto encontrado nos manuscritos do IV e do V séc. de ambas as formas; êstes manuscritos concordam com as versões e com os autores do III séc. (vers. bohairica, Orígenes, Clem. Alex) e do II séc. (versões sahídica e latina antiga, Tertuliano, Ireneu...) e com as citações dos Padres Apostólicos do fim do I séc. e início do II. Isso supõe que existia, já no fim do I séc., um texto substancialmente idêntico ao nosso e reconhecido em tôda a Igreja. — Ora, como vimos para os Evangelhos [n.º 112], por causa do culto da tradição apostólica e da vigilância de todos, é impossível admitir uma corrupção substancial do texto no intervalo entre a publicação dos *Atos* por Lucas e o fim do I séc. — Logo as nossas cópias são substancialmente idênticas com o texto original.

CONCLUSÃO. — Por conseguinte, o livro dos *Atos dos Apóstolos*, autêntico, verídico e íntegro, possui plena autoridade histórica.

(289) Em algumas cópias da antiga versão latina, na Peshitto, na Sahídica e nas obras de Lucifer de Cagliari e do Venerável Beda, encontra-se um texto *misto*, que contém lições das duas formas.

(290) O códice de *Beza*, por ex., contém mais de 400 adições em relação ao códice Vaticano. Para explicar a origem destas e das outras variantes foram aventadas numerosas hipóteses; nenhuma porém é plenamente satisfatória (Cfr. JACQUIER, *op. cit.*, pp. CXXI-CXXXVI). O mais provável é que o texto ocidental, desde o início do II séc., se andou formando simultaneamente em diversas regiões e sob múltiplos influxos, entre os quais não se deve excluir uma tradição ainda viva de alguns dos fatos narrados nos *Atos*. (ROBADINI, *op. cit.*, p. 89). — Cfr. RENIÉ, *op. cit.*, pp. 7-14.

ARTIGO SEGUNDO

VALOR HISTÓRICO DAS EPISTOLAS DE S. PAULO

154. Escreveu S. PAULO (291) numerosas Epístolas, que figuram entre os documentos mais antigos do N. T. Quatorze chegaram até nós e foram incluídas pela Igreja no *Canon* da Sagrada-Escritura (292):

I e II aos Tessalonicenses, escritas em Corinto, nos anos 51-52.
Aos Gálatas, escrita em Efeso no ano 54, ou em Corinto no ano 57.
Aos Romanos, escrita em Corinto, no ano 57-58.

I aos Coríntios, escrita em Efeso, no ano 56.

II aos Coríntios, escrita na Macedônia, no ano 57.

A Filemon

Aos Efésios

Aos Filipenses

Aos Colossenses

escritas em Roma, durante o primeiro cativo, nos anos 62-63.

(291) PAULO, de nome Saulo, judeu da tribo de Benjamin, nasceu em Tarso na Cilícia, provavelmente pelo ano 5 da nossa era, de uma família pertencente à seita dos Fariseus. Depois da sua primeira educação em Tarso, veio a Jerusalém estudar as Escrituras e a Lei à escola do rabino Gamaliel, enquanto Jesus vivia em Nazaré. Durante a vida pública do Salvador devia estar em Tarso, onde abraçou a seita dos Fariseus. Voltando a Jerusalém pouco depois da morte de Cristo e ardendo em zelo pela Lei mosaica, perseguiu furiosamente os cristãos. Quatro anos mais tarde, a caminho de Damasco, convertido por uma visão pessoal de Cristo, tornou-se o Apóstolo dos Gentios, que, em meio a longas e perigosas viagens, indizíveis fadigas e acérrimas perseguições, evangelizou durante perto de 30 anos, até à sua morte gloriosa em Roma, onde foi decapitado no ano 67.

Acêrca da vida e das Epístolas de S. Paulo, Cfr. C. FOUARD, *Les Origines de l'Eglise: Saint Paul, ses missions; Saint Paul, ses dernières années*, Paris 1925, 12.^a edic. — PH. COGHLAN, C.P., *St Paul: his Life, Work, and Spirit*, London 1920. — G. RICCIOTTI, *Paolo Apostolo*, Coletti, Roma 1948, 2.^a edic. — J. HOLZNER, *San Pablo, heraldo de Cristo*, (trad. do alemão), Herder, Barcelona 1956, 4.^a edic. — A. GARCIA FIGAR, O.P., *Vida y Epístolas de San Pablo*, Madrid 1951. — F. PRAT, S.J., *La Théologie de Saint Paul*, Paris 1925, 10.^a edic. (foi traduzido em várias línguas). — S. ROSADINI, S.J., *Institutiones Introductorias in Libros Novi Testamenti*, Vol. II: *Actus Apostolorum et Epistolae Paulinae*, 2.^a edic., Roma 1929. — J. M. BOVER, S.J., *Teologia de San Pablo*, Madrid 1946. — G. RICCIOTTI, *Lettere di San Paolo*, Roma 1952, 2.^a edic., (trad. em Espanhol, *Las Epístolas de San Pablo*, Madrid 1953). — L. PIROT, *La Sainte Bible*, Tomo XI, 2.^a parte e Tomo XII (Paris 1951) — *Dict. de la Bible, Supplément*, vol. VII, 1961, vários artigos: "Pastorales", "Paul (Epîtres attribuées à Saint)".

(292) Deve ter escrito outras epístolas que se perderam. Por ex., na I aos Coríntios (V, 9-11) alude certamente a uma carta anterior. Não há repugnância em que um escrito apostólico, mesmo inspirado, mas não confiado à guarda da Igreja, se venha a perder depois de ter alcançado a sua finalidade particular.

Aos Hebreus, escrita na Itália, no ano 64/65 (ou 67).

I a Timóteo, escrita na Macedônia, no ano 65.

A Tito, escrita em Nicópolis, no ano 65/66.

II a Timóteo, escrita em Roma, no ano 66/67.

Geralmente as epístolas foram escritas por algum auxiliar, ao qual Paulo as ditava ou, talvez e raramente, só indicava as idéias. Depois de redigidas pelo auxiliar, eram lidas atentamente, corrigidas e aprovadas por Paulo, que costumava terminá-las com algumas saudações, escritas do próprio punho em sinal de autenticidade, como afirma no final da II aos Tessalonicenses (298).

TESE VI — As Epístolas que a tradição católica atribui a S. Paulo têm realmente o Apóstolo por autor e possuem plena autoridade Histórica.

155. Documentos da Igreja. — O Concílio de Trento definiu que todas as 14 Epístolas pertencem ao Canon da Sagrada Escritura, inspirada por Deus (D. 784). — A Comissão Bíblica: a) nas Respostas de 12 de junho de 1913, defende a autenticidade e a integridade das *Epístolas Pastorais* contra as objeções dos adversários e determina o tempo da sua composição (D. 2172-2175): b) nas Respostas de 24 de junho de 1914, defende a autenticidade da *Epístola aos Hebreus*, embora conceda que a forma da redação sob a qual se apresenta possa não ser do próprio Paulo (D. 2176-2178).

I — Autenticidade

156. I ARG. — Pela Crítica externa. — Excetuando a epístola aos Hebreus, de cuja autenticidade houve alguma divergência no ocidente no III séc., a tradição universal desde os tempos apostólicos reconheceu sempre S. Paulo como autor das Epístolas. Assim:

Eusébio (Hist. Ecles., III, 25) e *Orígenes (In Jesu Nave homilia, VII, 1)* admitem a autenticidade de todas as 14.

Tertuliano (Adv. Maro., V, 1), o *Canon Muratorianum*, *Sto. Ireneu (Adv. Haer., passim)* excetuam a Epístola aos Hebreus.

(293) Sobre as qualidades de Paulo *escritor* (língua, estilo, fraseologia, eloquência, veemência, ternura...), sobre o gênero literário dos seus escritos (se são cartas ou epístolas), sobre o material usado, o modo como foram ditadas e o tempo necessário, etc., veja G. RICCIOTTI, *Paolo Apostolo*, pp. 157-175.

Clemente Alex (Stromata, passim) cita quase tôdas e afirma explicitamente a autenticidade de várias.

O herege *Marcion* aceitou tôdas, menos a Epístola aos Hebreus e as Pastorais.

Os escritores do II séc., como *Teófilo de Antioquia, S. Justino, Hermas*, e os *Padres Apostólicos* do I séc. e da primeira geração cristã, que foram por vários anos contemporâneos e discípulos dos Apóstolos, como *S. Policarpo, Sto. Inácio e S. Clemente Romano*, citam com muita freqüência quase tôdas as epístolas paulinas, supondo-as conhecidas pelos seus leitores. Atestam que são de S. Paulo: de algumas, explicitamente; das outras, implicitamente, atribuindo-lhes a mesma autoridade.

Desde logo reconheceram os cristãos a grande utilidade da leitura destas epístolas. Por isso, vinham logo transcritas e transmitidas às várias Igrejas (294). Já *S. Pedro*, ao mencionar na sua II Epístola (III, 15) as cartas "do nosso caríssimo irmão Paulo" e "tôdas elas" (295), deixa claramente entender que já então eram espalhadas, aceitas e comentadas nas várias Igrejas e adverte os fiéis que não se deixem arrastar por interpretações errôneas (296).

A êste consenso universal da Igreja primitiva vem hoje acrescentar-se o de quase todos os críticos não católicos, os quais, porém, querem excetuar a Epístola aos Hebreus e as Pastorais.

157. II ARG. — A *Crítica interna* confirma êste consenso:

1) As Epístolas paulinas (exceto *aos Hebreus*, e veremos logo o porquê) traziam no início o nome de Paulo e em vida ainda do Apóstolo eram-lhe atribuídas por todos. Se de fato o autor fôra outro, Paulo teria logo reclamado e desmentido, e não se teria podido formar essa persuasão universal.

2) As Epístolas eram dirigidas a Igrejas determinadas e tratavam de casos concretos, descrevendo as comunidades que Paulo fundara, com as dissensões e escândalos que nelas

(294) O próprio Paulo pede a permuta das suas cartas entre os Colossenses e os Laodicenses (*Col.*, IV, 16).

(295) Provavelmente, devem-se excetuar as últimas que Paulo acabava então de escrever ou ainda não tinha escrito.

(296) Sobre as causas das dificuldades na interpretação das epístolas paulinas veja *S. ROSADINI, S.J.*; op. cit., p. 71-77.

não raro surgiam. Supunham, portanto, entre Paulo e os destinatários contatos reais e pessoais, dependentes de muitas circunstâncias, às vezes mínimas, de viagens com roteiros bem marcados, paradas e encontros com pessoas bem determinadas e conhecidas dos leitores, etc. . . . Quem, senão o próprio Paulo, podia escrever todos estes pormenores? Qualquer falsário teria sido facilmente e logo desmascarado pelos destinatários (297).

3) As idéias e doutrinas expostas nas Epístolas são as mesmas que as de Paulo nos Atos dos Apóstolos.

158. As Epístolas Pastorais (*I e II a Timóteo e Epíst. a Tito*). — São assim chamadas porque tratam geralmente do normas que deviam seguir no seu ministério os pastores ou presbíteros colocados por Paulo na direção das Igrejas. Desde antes do fim do I séc., quando viviam ainda muitos dos contemporâneos do Apóstolo, são citadas as Pastorais do mesmo modo que os outros livros do A. e N. Test.: por ex., pela *Didaké*, por S. Clemente Romano, S. Inácio de Antioquia. . . Por todos os escritores, desde os mais antigos, são atribuídas explicitamente a S. Paulo: por ex., Ireneu, o Fragmento Muratoriano, Clemente Alex., Tertuliano, Orígenes, Eusébio. . . Foi somente a partir do séc. XIX que a esta tradição primitiva, tão unânime e universal, se opuseram alguns críticos protestantes e racionalistas, alegando contra a autenticidade paulina das Pastorais motivos de crítica puramente interna:

1) a impossibilidade de assinar na vida de S. Paulo tempo e lugar para a composição destas epístolas. — Mas: podem muito bem as Pastorais ter sido escritas nos três últimos anos de vida de Paulo: a I a Tim. e a Epíst. a Tito, depois do primeiro cat. veiro; a II a Tim., durante o segundo cat. veiro romano (298).

(297) MORS, *op. cit.*, p. 199-220.

(298) A vida de Paulo não terminou abruptamente, como a narração dos Atos, com o primeiro cativo em Roma. Mas, na certeza de sua libertação, pensa o Apóstolo ir à Ásia (*Filem.*, v. 22), depois de realizar uma viagem à Espanha, como já antes se tinha proposto (*Rom.*, XV, 28), para cumprir a ordem do Senhor "de levar a salvação até aos confins da terra" (*Atos*, XIII, 47). Esta viagem, a que parece aludir o Papa S. Clemente Romano na sua I Epíst. aos Coríntios, 5, é atestada pelo *Cânon Muratoriano* (linhas 87 e 88) e depois por S. JERÔNIMO (*In Isaiam*, II, 10), S. ATANÁSIO (*Ad Dracontium*, IV), S. EPIFÂNIO (*Adv. Haer.*, XXVII, 6) e S. JOÃO CRISÓSTOMO (*In II Tim. Hom.*, X, 3), e é admitida também por RENAN (*Antéchrist*, p. 106). *Apud* C. FOUARD, *Saint Paul, Ses dernières années*, Paris 1925, 12.^a edic., p. 106. — Na sua volta para o oriente, passou Paulo pela ilha de Creta,

2) a *diferença de estilo e de vocabulário* entre as Pastorais e as outras Epístolas. — *Mas*: esta diferença, arbitrariamente exagerada pelos críticos, nada depõe contra a autenticidade: — a) ela pode provir do amanuense que as redigiu, exprimindo com suas próprias palavras e seu estilo próprio as idéias recebidas de Paulo; — b) mesmo que Paulo as tenha redigido pessoalmente, o estilo varia segundo a idade, o assunto, as circunstâncias e os destinatários. Ora, nas Pastorais, tem Paulo como finalidade indicar ao povo cristão e aos seus pastores normas práticas para o desempenho perfeito das suas várias funções: e não, como nas grandes Epístolas, expor os profundos mistérios do cristianismo ou polemizar com os judaizantes. Não admira, portanto, que o estilo seja mais simples, a seqüência menos concatenada e que haja novidades no vocabulário, no qual, aliás, contra 38 palavras próprias das Pastorais encontram-se 612 comuns às outras epístolas. Ademais, estilo e vocabulário parecidos encontramos nos finais das grandes Epístolas, onde Paulo dá semelhantes conselhos práticos; quanto ao estilo, as Pastorais menos diferem das Epístolas do primeiro cativoiro que das Epístolas anteriores escritas por um Paulo mais jovem.

3) as *doutrinas falsas (as gnósticas)* assinaladas nas Pastorais e que apareceram somente no II séc. — *Mas*: os erros que as Pastorais impugnam não são os sistemas gnósticos do II séc., senão especulações judaicas e dissensões suscitadas por judeus-cristãos acêrca da Lei, de alimentos, dias de festa, genealogias... a que já se referira Paulo em outras Epist.: I Cor., VIII, 1 e segs.; Col., II, 8, 16; etc.

4) a *organização hierárquica da Igreja* apresentada pelas Pastorais e que só teria sido constituída no II séc. — *Mas*: nas Pastorais vemos, sim, uma organização maior que não encontramos nas grandes Epístolas escritas um decênio antes (nas quais, entretanto, já aparece alguma hierarquia: I Tess., V, 12; Col., IV, 17..., bem como nos Atos, XIV, 22; XX, 17-28, e na I Epist. de Pedro, V, 2-4). Isso era de esperar e corresponde ao próprio desenvolvimento da Igreja (299). Não apresenta, porém, esta organização

cujas igrejas confiou a Tito; seguiu para a Ásia Menor, onde deixou Timóteo; foi para a Macedônia, onde escreveu a I Epist. a Tim.; de lá foi estabelecer-se em Nicópolis, capital do Epiro, onde escreveu a Epist. a Tito. No início do ano seguinte (a. 67) encontramos Paulo prisioneiro em Roma, de onde envia a II Epist. a Tim. Cfr. ROSADINI, *op. cit.*, pp. 227-281.

(299) Uma hierarquia existiu sempre na Igreja: a dos Apóstolos sob a chefia de Pedro, reconhecida por todos os cristãos da Igreja primitiva. O próprio Paulo veio visitar os Apóstolos e esteve quinze dias com Pedro (Gal., I, 18; II, 1-10). Cedo instituíram os Apóstolos "presbíteros" e "diáconos", que os auxiliassem no governo das Igrejas por eles fundadas. Cfr. *Apológética*, pp. 383-385. — ROSADINI, *op. cit.*, pp. 232-242: *De Hierarchia Ecclesiastica apud S. Paulum*.

e evolução perfeita que, já no início do II séc., encontramos, por ex., nas cartas de S. Inácio de Antioquia, onde vemos já bem estabelecido o episcopado monárquico, estável e residencial. Nas Pastorais, pelo contrário, os termos "episcopus" e "presbyter" são ainda tomados, às vêzes, um pelo outro (*Tito*, I, 5 e 7), como nos *Atos* (XX, 17 e 28); Timóteo e Tito são apenas representantes que Paulo deixa na ilha de Creta e na Macedônia para dirigirem as Igrejas em nome dele, como que bispos auxiliares com jurisdição delegada, não circunscritos a uma sede determinada e sem residência permanente (*Tit.*, III, 12; *II Tim.*, IV, 9). Isso indica uma organização ainda em andamento, anterior à do II séc. e tal como se deve ter processado nos últimos anos da vida dos Apóstolos, quando deviam evidentemente escolher e formar homens aptos para lhes sucederem no governo das suas Igrejas. É portanto uma evidente confirmação da autenticidade das Pastorais.

Foi, por conseguinte, sem fundamento sério que a crítica racionalista pôs em dúvida esta autenticidade (cfr. as Respostas da *Comissão Bíblica*: D. 2172-2175). A volta destes críticos à tese tradicional se vai acentuando cada dia mais (300).

Além disso, encontramos mencionadas nas Pastorais numerosas pessoas, com particularidades de parentesco, de lugares, de profissão, de saúde..., tudo em plena concordância com a vida e as viagens de Paulo. Ora tais citações e pormenores não podem ser extraídos das outras Epístolas nem dos outros livros do N. T., onde não ocorrem; nem podem ser invenção de algum falsário, pois as pessoas são apresentadas como conhecidas pelos destinatários. Logo somente Paulo pode ser o autor das Pastorais (301).

159. Epístola aos Hebreus (302). — Desde os tempos dos Padres Apostólicos foi reconhecida unânimeamente a autenticidade

(300) Cfr. ROSADINI, *op. cit.*, pp. 205-231; RICCIOTTI, *op. cit.*, p. 549-553; *Dict. de la Bible, Supplément*, T. VII (1961), art. "Pastorales", principalmente col. 50 a 70.

Houve também quem quisesse ver uma contradição entre a necessidade e suficiência da fé que Paulo prega nas grandes Epístolas e a insistência sobre as boas obras encontradas nas Pastorais. — Mas: em parte alguma ensina o Apóstolo que a fé sem as obras basta para justificar; pelo contrário, exige explicitamente as boas obras (Ex.: *Rom.*, VIII, 13; *Gal.*, V, 21-25; *Efes.*, IV, 1-5). Quando fala da fé que salva, entende a suficiência da observância da Lei e da doutrina de Cristo, em contraposição com a observância das práticas das leis positivas mosaicas já não mais obrigatórias.

(301) MORS, *op. cit.*, p. 200.

(302) Para uma exposição pormenorizada da aceitação da canonicidade e da autenticidade paulina da *Epíst. aos Hebreus*, cfr. *Dict.*

dade paulina, com o caráter de escrito divinamente inspirado (canonicidade) da Epístola aos Hebreus (303). Mas, ao passo que nas Igrejas do Oriente essa tradição se manteve sempre constante e sem a menor dúvida, em algumas regiões do Ocidente, principalmente na África, por causa dos abusos que desta Epístola fizeram alguns hereges (montanistas, novacianos e donatistas), tentando apoiar nela a sua tese da irremissibilidade de certas faltas cometidas depois do batismo, nasceram no meado do II séc. hesitações e dúvidas que duraram até à metade do IV séc. (304). Superadas, porém, estas preocupações dogmáticas, voltaram as Igrejas tôdas do Ocidente a dar à Epístola aos Hebreus o lugar que já ocupara nos primeiros tempos entre a Sagrada Escritura. E desde o séc. V foi unânime e constante o ensino da Igreja universal, culminando com a decisão do Conc. Tridentino que na *definição* do Canon dos livros inspirados enumera as 14 epístolas paulinas, inclusive *Ad Hebraeos* (D. 784). A *canonicidade* da Epístola aos Hebreus é, portanto, uma verdade de fé.

Contra a *autenticidade paulina* da Epístola, no séc. XVI, os fautores da Reforma ressuscitaram as antigas objeções: mas nos sécs. XVII e XVIII a quase totalidade dos escritores protestantes readmitiu a autenticidade, para rejeitá-la de novo

de la Bible, Supplément, art. Hébreux. (L'Épître aux), T. III, col. 1409-1440 e o art. *Paul (Épîtres attribuées à Saint),* T. VII, col. 247-249; ROSADINI, *op. cit.*, pp. 248-277; A. DUBARLE, *Rédacteur et destinataires de l'Épître aux Hébreux*, Revue biblique 1939; W. LEONARD, *Autorschip of the Epistle to the Hebrews* (1939); *Civiltà Cattolica*, anos 1916 e 1917, vários artigos.

(303) Por ex., S. CLEMENTE ROMANO, 4º Papa, no I séc., conhece perfeitamente a Epíst. aos Hebreus; na sua *Epíst. aos Coríntios* cita-a 12 vêzes e sempre como Escritura inspirada. O autor da II *Epíst. aos Coríntios* (120-140) conhece-a profundamente e a cita livremente. Ajudem a ela a *Epíst. dita de Barnabé* (90-120) e o *Pastor* de HERMAS (140-150).

(304) Pelos fins do II séc., em Roma, o *Canon muratorianum* atribui a S. Paulo só 13 epístolas e não menciona *Ad Hebraeos*; o mesmo faz o sacerdote romano CAIO (*apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, VI, 20: MG 20, 572). S. Ireneu († 202) e S. Cipriano († 253) nunca a citam. Mas a partir do ano 350, a Igreja ocidental voltou a reconhecer a autenticidade paulina da Epístola aos Hebreus: S. Ambrósio, S. Hilário, S. Paolino, Lucifer de Cagliari, etc.; quanto a S. Jerônimo e S. Agostinho, depois de frequentes referências às hesitações ou negações do Ocidente, das quais estavam bem ao par, admitem sem reserva a autenticidade da Epístola, "movidos pela autoridade dos antigos". (ML 22, 1103; 44, 187).

no início do séc. XIX sob o influxo dos preconceitos racionalistas.

O principal fundamento das dúvidas é a *diferença de estilo* que se nota entre a Epístola aos Hebreus e as outras epístolas paulinas: elegância das expressões de um grego literário, não raro cheias de majestade; frasear fluido, composto e rítmico; argumentação elaborada, com eloquência cometida e concatenação seguida; sem o arrojado e a espontaneidade da frase e da exposição livre, desigual, suspensa ou precipitada, que encontramos no epistolário de Paulo. Até no citar a Bíblia há diferenças nas fórmulas de introdução e na fidelidade das citações, bem como no uso exclusivo da versão dos Setenta como texto sagrado. Deve-se ainda acrescentar o carácter impessoal da Epístola, desprovida de introdução (menção explícita de Paulo e dos destinatários; fórmula de saudação) e de determinações nas saudações finais: coisas que nunca faltam nas outras epístolas paulinas.

Todas estas diferenças eram bem conhecidas dos autores antigos e dos Santos Padres, e são indicadas por Orígenes (306). Mas nem por isso se julgaram êles autorizados a abandonar a autenticidade paulina da Epístola. E com razão.

Porque, se da forma literária exterior e accidental passamos para a análise da *substância* e do *conteúdo*, encontramos na Epíst. aos Hebreus o mesmo Paulo das outras epístolas. É a mesma doutrina (às vêzes mais desenvolvida) acêrca da justificação, da Lei mosaica, da pessoa de Jesus Cristo e da sua mediação salvadora (306); são os mesmos avisos, as mesmas exortações; até muitas palavras, expressões e metáforas são idênticas. Tal é esta semelhança, que os comentadores puderam evidenciar, em longas listas de passos paralelos, que quase todos os conceitos doutrinários da Epíst. aos Hebreus se encontram expressos no epistolário paulino.

Foi esta diferença na forma, unida a esta identidade na doutrina, que, já na antiguidade, fez atribuir a Paulo a autoria da Epístola e a redação literária a um seu discípulo familia-

(306) MG 14, 1308 e *apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, VI, 25, 11-14: MG 20, 583-586.

(806) Sòmente os aspectos considerados divergem — e se completam — porque adaptados a destinatários diferentes. Cfr. o *Supplément de Dict. de la Bible*, art. cit.: *Hébreux...*, col. 1431-1436 e art. *Paul (Épîtres...)*, col. 245-246.

rizado com a doutrina e a mentalidade do Apóstolo. A decisão da *Comissão Bíblica*, de 24 de junho de 1914, de acôrdo com a tradição mais antiga, com os atos dos Sumos Pontífices e dos Concílios e com a prática perpétua da Igreja universal, não permite pôr em dúvida a autenticidade paulina da Epístola aos Hebreus (D. 2176-2177); não se opõe, porém, a esta distinção entre o *auctor* e o *scriptor* (D. 2178).

Paulo, sob a inspiração do Espírito Santo, concebeu a idéia da Epístola, elaborou o plano, exprimiu os conceitos, comunicando-os a um discípulo com o encargo de redigi-los numa forma literária, à qual, em seguida, eventualmente fez alguns retoques, endossando a plena responsabilidade desta redação, e provavelmente acrescentou o epílogo (XIII, 18-25), de caráter mais pessoal e epistolar, com a notícia da libertação de Timóteo e as saudações dos cristãos da Itália (307).

Os *destinatários* imediatos são judeus-convertidos: prova-o a índole da demonstração, tóda baseada em contínuas citações do A. T. São os cristãos de Jerusalém, "que receberam a mensagem do Senhor daqueles mesmos que a recolheram de seus lábios" (II, 3): depreende-se de numerosos incisos descritivos, em cujo conjunto a antiguidade reconheceu sempre os traços da Igreja de Jerusalém naqueles anos que precederam a destruição da cidade (307a).

Que razão tinha Paulo de enviar uma epístola a esta Igreja não fundada por êle? Por que deixou a um desconhecido o cuidado de a redigir? Por que omitiu a menção do próprio nome, do lugar de onde escreveu e das pessoas que mandavam saudações?

Alguma luz pode provir das tristes condições daqueles anos. Na sua volta da Espanha, em 64-65, encontrou Paulo na Itália a

(307) Quem foi este discípulo? Os antigos apresentaram vários nomes: Clemente Romano, Lucas, Barnabé. Recentemente, outros foram apresentados: Silas, o diácono Filipo, Aristião e especialmente Apolo (eloqüente judeu alexandrino, mencionado com admiração por Lucas nos *Atos*, XVIII, 24-28), que pareceria ser o mais provável (cfr. o citado art. "*Paul.*", no *Supplément*, T. VII, col. 248-249). O mais prudente, porém, é repetir ainda com ORIGENES: "Quem tenha redigido a epístola, só Deus o sabe com certeza". (*Apud* EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, VI, 26).

(307a) Destinatários especiais seriam os numerosos sacerdotes judeus convertidos pelo ano 36. (*Atos* VI, 7), que se achavam então dispersos por causa da perseguição (*Atos* VIII, 1). Uma das finalidades da Epístola seria a de animá-los e premuni-los contra a tentação de voltarem ao sacerdócio judaico. (Cfr. o citado art. "*Paul.*", col. 251-253).

perseguição de Nero contra os cristãos. Notícias desoladoras chegavam também da Palestina convulsionada por fanáticos, e de Jerusalém, infestada por bandidos soltos pelo venal e rapace governador Albino (308), onde os cristãos sofriam toda espécie de vexações e perseguições por parte dos Sinedritas, e onde ao primitivo fervor sucederam, depois do martírio do seu primeiro bispo, o Apóstolo S. Tiago, dissensões e perturbações na comunidade cristã.

Paulo, comovido, antes de embarcar para a Grécia e a Ásia, quer animá-los e consolá-los com uma "palavra de exortação" (XIII, 22). Sabendo, porém, que muitos judeus-cristãos tinham preconceitos contra ele, julgou melhor, para facilitar a aceitação das suas exortações, não nomear-se e confiar a outro o cuidado de as exprimir. A esta razão apresentada já por Clemente Alexandrino (309), junta-se outra ainda mais plausível: o perigo da pólisia imperial à pessoa de Paulo, libertado o ano precedente. Podia a carta ser interceptada. A prudência, portanto, mandava omitir toda determinação comprometedora e contentar-se com uma saudação coletiva e genérica, "os irmãos da Itália".

II — Historicidade

160. 1. Dirigindo suas Epístolas a pessoas reais ou a determinadas comunidades cristãs, queria Paulo atender a circunstâncias concretas e solucionar dificuldades particulares. É evidente, portanto, a *indole histórica* das Epístolas.

2. Nelas fala Paulo de pessoas que conhecera nas suas viagens, de comunidades que fundara e governava e das quais recebia notícias de testemunhas oculares. Tinha pois dos fatos que refere um *conhecimento objetivo*.

3. A *verdade histórica* do conteúdo das Epístolas é garantida pelos argumentos já indicados para a historicidade dos Evangelhos e perfeitamente aplicáveis aos escritos paulinos. — Além disso, os destinatários, pessoas e comunidades que estavam presenciando e vivendo os fatos e já conheciam as doutrinas a que aludiam as Epístolas, teriam logo percebido e desmentido qualquer erro ou mentira; tanto mais que, frequentemente, nas Igrejas fundadas por Paulo se tinham introduzido elementos judaizantes, acérrimos inimigos da pessoa do Apóstolo. Ora, longe de serem desmentidas, as Epístolas, como vimos [n.º 156], foram logo aceitas e divulgadas com suma veneração por toda a Igreja.

(308) Cfr. FLÁVIO JOSEFO, *A Guerra Judaica*, t. II, c. XIV, 1.

(309) *Apud* EUSÉBIO, *Hist. Ecoles.*, VI, 14: MG 20, 551.

161. O Testemunho de Paulo. — Precisamente porque motivadas por circunstâncias particulares, não constituem as Epístolas uma exposição completa da fé cristã, nem uma história da vida mortal de Cristo. Pelo contrário, pressupõem leitores já anteriormente instruídos em tudo isso (*I Cor.*, XV, 1-3, 11). Entretanto, além de nos darem a conhecer muitos pormenores históricos acêrca da primitiva Igreja e das questões então agitadas, incidentalmente desenvolvem pontos particulares de doutrina e aludem a tantos episódios da vida do Senhor (310), que reunindo num todo episódios e doutrinas se chegaria a compor, na expressão de Harnack, um “Quinto Evangelho”, em tudo conforme com os outros quatro.

Que Paulo ensine exatamente a mesma doutrina que os outros Apóstolos, provam-no as suas próprias declarações (*I Cor.*, XV, 11) e o elogio da fé dos romanos não recebida d’ele (*Rom.*, I, 8), com a exortação de conservá-la intata (*Rom.*, XVI, 17); provam-no a plena aprovação do seu evangelho pelos Apóstolos (*Gal.*, II, 6-10); a aceitação universal das suas epístolas e o culto associado ao do Príncipe dos Apóstolos que tôdas as Igrejas sempre lhe prestaram.

Lembrando que Paulo fôra um fariseu sincero, cujo zêlo apaixonado pelas tradições judaicas levava a perseguir impiedosamente os discípulos de Cristo, compreende-se quão forte e íntima convicção lhe foi necessário adquirir da verdade do cristianismo para se tornar o seu Apóstolo incansável na gentilidade. Por isso, a concordância do testemunho de Paulo, que não conhecera Cristo na sua vida mortal, com o das testemunhas visuais, amigos e discípulos pessoais de Jesus, constitui uma prova evidente do valor histórico da tradição evangélica e “*uma das colunas mestras da fé cristã*” (311).

III — Integridade

162. Nos Códices do IV séc., nas versões cópticas do III séc. e nas antigas versões latinas do II séc., encontramos um texto substancialmente idêntico ao nosso atual; as citações e alusões dos Padres Apostólicos do I e II séc. concordam com êste texto. Logo, já no fim do I séc., existia na Igreja universal um texto das Epístolas Paulinas substancialmente idên-

(310) Cfr. *Le Christ.*, p. 141 ou MOBS, *op. cit.*, p. 209.

(311) DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, p. 84.

tico ao nosso atual. Ora, como vimos a propósito dos Evangelhos e dos Atos, é impossível admitir a formação de um texto substancialmente alterado e a sua aceitação universal no intervalo entre a publicação das Epístolas e o fim do I séc. Logo as nossas cópias são substancialmente idênticas aos originais.

Esta integridade substancial é hoje admitida geralmente pelos críticos.

163. OBJEÇÕES. — 1.º Na *Epístola aos Romanos* foram interpolados: — a) os dois últimos capítulos (XV e XVI), porque contêm umas afirmações judaizantes, em contradição com o universalismo ensinado na Epístola; a pluralidade das cláusulas supõe acréscimos sucessivos; as pessoas saudadas têm quase tôdas nomes gregos, ou não deviam estar então em Roma, mas na Ásia; — b) a *grande doxologia final* (XVI, 25-27), porque falta em vários códices e versões; e porque o seu estilo enfático não combina com o resto da Epístola.

Resposta. — a) Os dois capítulos encontram-se em todos os numerosos manuscritos mais antigos, faltando apenas em dois códices mais recentes (L e 200) e no *Cânon* do herege Marcion; — estas afirmações não se opõem à universalidade da salvação messiânica, mas simplesmente enumeram alguns privilégios dos judeus em relação a esta salvação, como se dá também em outras partes da Epístola (por ex., III, 1-3; IX, 1-25; X, 1 seg. . .); — as palavras do c. XV v. 33 não são uma cláusula, mas um simples voto ou súplica, que Paulo costuma fazer no fim de seções ou exposições particulares (ex., III, 36; XV, 13); a fórmula do c. XVI v. 24 não é senão a repetição do v. 20, e falta nos melhores códices gregos e nas cópias mais antigas da Vulgata e de outras versões; os vv. 25-27 do c. XVI não são uma cláusula, mas uma doxologia, como as que Paulo se costuma acrescentar depois da cláusula (ex., *II Tess.*, III, 16-18; *I Cor.*, XVI, 22-24); — é sabido que, naquele tempo e principalmente entre os judeus de Roma, havia o hábito de usar nomes gregos: Priscilla e Aquila, deixadas em Efeso na segunda viagem de Paulo (*Atos*, XVIII, 18-19) e aí residentes pouco antes da morte do Apóstolo (*II Tim.*, IV, 19), podiam muito bem achar-se em Roma entre os anos 56 e 64; nos cemitérios de Sta. Domitilla e de Sta. Priscilla, muitos destes nomes foram encontrados entre os mártires da igreja romana primitiva;

b) a doxologia falta apenas em pouquíssimos códices (G, F, D, g. *Cânon* de Marcion); também no resto da Epístola encontram-se trechos com o mesmo estilo (ex., I, 1-6; VIII, 29-39, etc.).

2.º As *Pastorais* são apenas fragmentos de epístolas paulinas perdidas ou de outras epístolas, reunidos mais tarde por autores ignotos e com notáveis interpolações.

Resposta. — a) Esta hipótese recente, chamada "fragmentária", levantada por alguns críticos, sem motivo plausível, é contrária à antiga tradição, que unânimemente atribui a Paulo tôdas as partes das Pastorais: — b) o exame interno das três Epístolas apresenta-nos sempre, no texto todo, unidade de estilo, identidade de expressões, frases inteiras comuns, as mesmas doutrinas, o mesmo aspecto dos erros impugnados, idênticas advertências para a escolha dos presbíteros, etc.; a completa integridade e autenticidade paulina é confirmada pelos próprios adversários, pois: acêrca dos mesmos fragmentos, a autenticidade, negada por uns, é afirmada por outros, e todos recorrem a um único redator para explicar a unidade literária das três Pastorais (312).

ESCÓLIO I. — As Epístolas Católicas (313)

164. 1. Além das 14 Epístolas que constituem o *Corpus Paulinum*, o Cânon do N. T. enumera outras sete, chamadas *Católicas* (314):

Autor	Lugar	Destinatários	Data
S. Tiago	Jerusalém	Judeus convertidos	pelo ano 60 (315)
I de S. Pedro	Roma	Etnico-cristãos	pelos anos 63/66
II de S. Pedro	Roma (provável)	Etnico-cristãos	pelo ano 66/67
I de S. João	Efeso	Igrejas da Asia	} entre os anos 98 e 104
II de S. João	Efeso (provável)	Uma Igreja da Asia	
III de S. João	Efeso (provável)	Gaio	
S. Judas Tadeu	Síria (talvez)	Igrejas da Asia	pelo ano 65/66

2. A I de PEDRO e a I de JOÃO foram sempre unânimemente aceitas como canônicas pela Igreja Universal; as outras cinco são colocadas por Eusébio entre os livros "discutidos",

(312) ROSADINI, *op. cit.*, pp. 150-153 e 221-222.

(313) Cfr. A. CHARUE, *Les Epîtres Catholiques*, em *La Sainte Bible* (L. Pirot), vol. 12, Paris 1951. — *Dict. de la Bible, Supplément*, os artigos sobre Jacques (*L'Épître de Saint*), Jean (—), Jude (—). — J. CHAINE, *Les Epîtres Catholiques* (Études Bibliques), 2.^a edic., Paris 1939; *L'Épître de S. Jacques*, Paris 1927. — S. ROSADINI, *op. cit.*, vol. III: *Epistolae Catholicae et Apocalypsis*.

(314) Esta denominação de "católicas", que EUSÉBIO (*Hist. Eccles.*, II, 23) e S. JERÔNIMO (*De Vir. Illustr.*, II, 4) apresentam como já antiga, significa, mais provavelmente, epístolas "que eram lidas na Igreja universal".

(315) Cfr. ROSADINI, *op. cit.*, vol. III, pp. 22-23. — Outros autores, como CHARUE (*op. cit.*, p. 385), apresentam uma data por volta do ano 50. Mas a análise interna parece mais favorável a uma data posterior; nem existiam ainda naquele período cristão mais primitivo as faltas indicadas na Epístola.

admitidos porém pela grande maioria (316). Como em todos os códices e nos catálogos antigos se encontram sempre juntas tôdas as sete Epístolas, é muito provável que as controvérsias não impediam as Igrejas, segundo a prática dos antigos, de se servirem de tôdas "como de testemunhos canônicos e eclesiásticos" (317).

3. No Ocidente, desde o fim do IV séc., e no Oriente, desde o V séc., as sete Epístolas foram universalmente reconhecidas. — LUTERO rejeitou algumas, entre as quais a Epíst. de Tiago, que afirma explicitamente a necessidade das boas obras, negada pelo "reformador". No séc. XVIII, com o racionalismo nasceu a tendência de rejeitar tôdas as Epístolas católicas. Hoje, entre os críticos não católicos, muitos admitem a I de Pedro, não poucos também a de Tiago; comumente admitem que as três de João são do mesmo autor que o IV Evang.; pouquíssimos, porém, admitem a autenticidade da Epíst. de Judas Tadeu e da II de Pedro. Por isso, tendo já demonstrado a autenticidade joanina do IV Evang., trataremos aqui, brevemente, somente dessas duas últimas.

4. O TEXTO que parece mais próximo do original é o do códice Vaticano (B), ao qual se aproximam não poucos códices maiúsculos e minúsculos, as versões latinas antigas, as cópticas e a armênia (318). As variantes entre as edições críticas são pouco numerosas (319).

(316) *Hist. Ecoles.*, III, 25: MG 20, 269.

(317) S. JERÔNIMO, *Epistola* 129, 3: ML 22, 1103.

(318) Cfr. LAGRANGE, O.P., *Critique textuelle*, vol. II: *La Critique rationnelle*, Paris 1935, pp. 529-578.

(319) O trecho mais célebre, cuja autenticidade foi mais discutida é o *COMMA JOANNEUM* (I Jo., V, 7b-8a), i. é, o versículo das *Três Testemunhas*: "Três são os que dão testemunho no céu: o Pai, o Verbo e o Espírito Santo, e estes três são um [testemunho, i. é, concordam]. E três são os que dão testemunho na terra: o espírito e a água e o sangue, e estes três são um [i. é, concordam]". As palavras em itálico constituem o *Comma Joanneum*.

O exame interno não parece favorável à autenticidade, pois o nexo do contexto se apresenta mais espontâneo sem o *Comma*.

As fontes são nitidamente desfavoráveis. Dos códices gregos que referem esta epístola (7 maiúsculos e 200 minúsculos) nenhum contém o *Comma*, a não ser dois minúsculos recentes dos séc. XV e XVI. Não se acha tampouco em nenhuma das versões antigas orientais, mas somente em algumas cópias mais recentes (VIII e IX séc.) das versões latinas e da Vulgata, que o referem com muitas variantes. No Oriente, antes do séc. XIII, nenhum escritor ou comentador o cita. No Ocidente, ignorado até ao IV séc., aparece na Espanha: primeiro, sob fórmulas variadas nem sempre ortodoxas, como no *Liber Apologeticus*, escrito

5. *Doutrina da Igreja.* — A canonicidade das sete Epístolas católicas foi definida pelo *Concílio de Trento* (D. 784).

165. A II Epístola de S. Pedro — Houve dúvidas em não poucos autores dos primeiros séculos acêrca da canonicidade e da autenticidade desta Epístola. Desde o V séc., porém, a Igreja universal reconheceu-lhe o seu caráter inspirado e a sua autoria petrina.

1. As possíveis alusões ou citações encontradas em *S. Clemente Romano*, na *Epístola de Barnabé*, no *Pastor de Hermas*, em *S. Justino* e *Sto. Irêneu*, são discutidas entre os críticos. Muito mais prováveis e admissíveis são as referidas nas duas obras apócrifas: *Atos de S. Pedro* e *Apocalipse de S. Pedro*. É, portanto, somente depois do ano 150 que achamos vestígios mais seguros da II Epíst. de S. Pedro na literatura que chegou até nós.

Orígenes é o primeiro que dela fala explicitamente, reconhecendo-lhe a autenticidade e citando-a várias vezes como Sagrada

prisciliano do ano 380; depois, mas já no sentido ortodoxo, na literatura ibérica e, pouco a pouco, em todo o mundo latino.

Segundo os dados atuais, a origem do *Comma* parece ter sido a seguinte. Em 251, S. CIPRIANO apresentou as três testemunhas terrestres como símbolos das três Pessoas da SSma. Trindade. Esta explicação, espalhada pela África, foi indicada, mais tarde, por outros autores, como S. AGOSTINHO (*Contra Maximinum*, II, 22: ML 42, 795). Fixada numas fórmulas breves, a explicação foi primitivamente colocada fora do texto, como glosa marginal, e assim chegou à Espanha. Aí, a fórmula atual, depois de prevalecer sobre as outras, da margem penetrou na própria epístola, como texto bíblico de S. João. É o que parecem indicar os mais antigos documentos que trazem o *Comma*: nêles é colocado, como explicação, depois das testemunhas terrestres; é só nos mais recentes que encontramos a ordem invertida. Da Espanha, o *Comma*, já então como texto da Vulgata, espalhou-se até se tornar comum nos manuscritos, entre os séc. IX e XII.

O *Comma* não parece atingido pela definição do Conc. de Trento sobre a canonicidade das Escrituras, porque, não sendo utilizado durante tantos séculos pelas Igrejas orientais e não se achando, provavelmente, na antiga edição da Vulgata, não realiza as condições exigidas pelo mesmo Concílio para um texto canônico. Em 2 de junho de 1927, o *Santo Offício*, interpretando oficialmente um seu decreto anterior, de 13 de janeiro de 1897, declara que "foi promulgado para cercear a audácia daquêles doutores privados que se atribuíam o direito, acêrca da autenticidade do *Comma de João*, ou de rejeitá-la de um modo absoluto, ou pelo menos de pô-la em dúvida com sentença definitiva", mas que não pretendeu impedir aos escritores católicos de continuarem a investigar os argumentos pro e contra, nem mesmo de se inclinarem, com a devida moderação, para a opinião contrária à autenticidade, contanto que se declarassem prontos a acatar a decisão da Igreja, encarregada por Cristo de interpretar e salvaguardar as Sagradas Escrituras. Hoje, grande número dos autores católicos opina pela não autenticidade. Cfr. *Diot. de la Bible, Supplément*, art. "Comma Johannique", vol. II, col. 67-73. — BOSADINI, *op. cit.*, pp: 66-72. — CHARUE, *op. cit.*, p. 510-514.

Escritura (320). — De *Clemente Alex.*, afirma Eusébio que comen-
tou tôdas as epístolas católicas (321). — *Firmiliano*, bispo de Cesa-
réia, pelo ano 270, na sua Epístola a Cipriano (75, 6: ML 3, 1207),
falando das epístolas de S. Pedro e de S. Paulo, alude a uma reco-
mendação de evitar os hereges, que só se encontra na II Epíst.
de S. Pedro. — *Eusébio* coloca-a entre os livros discutidos, mas
reconhece que era tida por muitos em grande veneração, “como
as outras Escrituras” (322). — *S. Jerônimo* defende resolutamente
a autenticidade (323), que foi reconhecida também por muitos
Santos Padres, como *Atanásio*, *Cirilo de Jerusalém*, *Gregório Na-
zianzeno*, *Ambrósio*, *Agostinho*, etc. (324).

No Cânon das Sagradas Escrituras, redigido em 382 pelo Síno-
do Romano presidido pelo Papa *S. Dâmaso I*, enumeram-se as
“duas epístolas de Pedro” (D. 84). O mesmo fazem o terceiro
Concílio de Cartago em 397 (D. 92), *Inocência I* (D. 96) e os
Canones Apostolorum pelo ano 400 (R. 1239).

2. O exame interno confirma a autenticidade: o autor no-
meia-se explicitamente (I, 1), afirma ser um dos três privilegiados
do Tabor (I, 16-18), aquêle a quem Jesus predissera a morte
(I, 14); apela para uma sua epístola anterior (III, 1), e de fato
possuímos esta epístola, que foi sempre atribuída a Pedro. Existe
entre as duas Epístolas semelhança íntima e substancial no modo
de pensar e de compor as frases. Quanto à diferença no vocabu-
lário e nas idéias, pode ser explicada ou, como já propunha *S. Jerô-
nimo*, por um secretário diverso do que redigira a I Epíst., ou
mais simplesmente pela diversidade da matéria, da finalidade e das
condições do autor.

3. Para resolver as objeções contra a autenticidade, tenha-
-se presente: — a) A brevidade da epístola, o seu conteúdo dou-
trinal que já se achava nas epístolas de Paulo e de Judas Tadeu,
e o hábito dos escritores apostólicos de fazerem alusões ou cita-
ções sem designar o autor explicam o número relativamente exíguo
e a incerteza dos testemunhos antigos. — b) Por causa da vene-
ração universal pelo Príncipe dos Apóstolos e do cuidado em dis-
cernir os seus escritos autênticos de tantos que corriam com seu
nome e foram rejeitados, não teria podido ser aceita a nossa epis-
tola se não constasse a sua autenticidade petrina. — c) Da parousia
não iminente já falavam as epístolas de Paulo aos Tessalonicenses.

(320) *In Jesu Nave*, VII, 1 (MG 12, 857); *In Epist. ad Rom.*,
IV, 9 e VIII, 7 (MG 14, 997 e 1179); *In Levit.*, IV, 4 (MG 12, 437).

(321) *Hist. Eccles.*, VI, 14 (MG 20, 550).

(322) *Hist. Eccles.*, III, ec. 3 e 25 (MG 20, 216-217 e 269).

(323) *De Viris Illustr.*, 1 (ML 23, 688); *Epist. 180*, 10 (ML
22, 1002).

(324) ATANÁSIO, 89.^a *Epist. festal.* (MG 26, 1437). — CIRILO,
Catech., IV, 36 (MG 33, 500). — GREGÓRIO NAZ., *Carminum liber I*,
sect. I, 12, (MG 37, 474). — AMBRÓSIO, em várias obras (ML 16, 581,
874, 1180). — AGOSTINHO, *De Doctr. Christ.*, II, 8 (ML 84, 41).

— d) A coleção das epístolas paulinas a que alude a nossa epístola (III, 15-16) não inclui necessariamente tôdas as 14 do *Corpus Paulinum*; e Pedro, pela sua função de Chefe supremo da Igreja assistido por Deus, podia muito bem reconhecê-las como inspiradas; nem repugna que também os cristãos, dada a sua grande veneração pelo Apóstolo das Gentes, já então as aceitassem como tais. — e) Os pseudo-doutores impugnados, não são os gnósticos antinomianos do II séc., mas libertinos de costumes depravados e falsificadores das Escrituras, aos quais aludem também as *Pastorais*. Pedro, que sem dúvida recebera referências acêrca da atividade nefasta dêstes agentes do erro, decidiu escrever novamente às comunidades da Ásia Menor, para estimular os cristãos a resistirem aos atrativos do mal e a conservarem intata a sua fé (325).

166. A Epístola de S. Judas Tadeu. — Esta Epístola foi colocada por Eusébio entre os livros "deuterocanônicos", i. é, cujo caráter inspirado não foi logo admitido por todos sem discussão. Desde o fim do IV séc. foi recebida pela Igreja sem mais nenhum sinal de dúvida. — No séc. XVI, Lutero a rejeitou, mas foi aceita por Calvino e quase unânimemente pelos Protestantes. Negada pelos racionalistas desde o séc. XVIII, a sua autenticidade é hoje reconhecida, não só pelos católicos todos, como também por alguns críticos liberais.

1. A mais antiga testemunha da existência da Epístola de Judas é o próprio *S. Pedro*, que dela se serviu largamente na sua II Epístola. Nos autores do I e II séc., as alusões são muito vagas e incertas. Este silêncio não prova necessariamente que desconheciam o escrito de Judas, mas pode ser explicado pela sua brevidade (apenas 25 versículos) e pela índole pouco teológica da sua exposição.

O *Fragmento Muratoriano* a enumera entre as Epístolas católicas. Encontra-se nas antigas versões cópticas: a sahidica e a bohairica. — *Tertuliano*, no fim do II séc., cita-a como Escritura sagrada de "Judas Apóstolo". *Clemente Alex.* a comentou, atribuindo-a explicitamente a Judas, sem aludir a discussões. *Origenes* cita-a várias vêzes, dando-lhe como autor o "Apóstolo Judas"; reconhece-lhe a canonicidade, qualifica-a de Escritura divina, deixando porém a entender que nem todos pensavam como êle (326). — Ao referirem que uns poucos autores antigos não mencionam

(325) Cfr. BOSADINI, *op. cit.*, pp. 46-48.

(326) TERTULIANO. *De Cultu feminarum*, I, 8 (ML 1, 1422). — CLEMENTE ALEX., *Paedag.*, III, 8 e *Stromata*, III, 2 (MG 8, 616 e 1118). — ORIGENES, *In Matthaeum*, X, 17 (MG 18, 877); *In Epist. ad Rom.*, V, 1 (MG 14, 1016).

esta epístola, *Eusébio* afirma que era lida em muitas Igrejas e *S. Jerónimo*, que a recebe sem hesitar, acrescenta que era tida como Escritura sagrada (327).

Reconhecem também a canonicidade e a autenticidade da Epístola: *Ambrósio*, *Agostinho*, *Atanásio*, *Cirilo de Jerusalém*, *Epifânio*, *Gregório Nazianzeno*, *Inocência I*, o *Decreto de Gelásio*, etc. (328). — A Epístola é enumerada no Cãnon dos Concílios de Laodicéia (a. 360-365), de Roma (a. 382), de Cartago (a. 397).

Falta, pelo contrário, no Catálogo siríaco (pelo ano 400) e na versão *Peshitto*, que contém só três das sete epístolas católicas. Mais tarde, porém, as Igrejas da Síria, com exceção dos hereses nestorianos, incluíram-na no seu Cãnon.

2. Ao exame interno da Epístola, influências bíblicas, expressões hebraicas e paralelismos semíticos manifestam um autor judeu.

O próprio autor se apresenta como "Judas, irmão de Tiago". A tradição viu sempre em Tiago o primeiro bispo de Jerusalém, primo de Jesus e que gozava de grande autoridade e veneração na Palestina e em toda a Igreja primitiva. Por isso, muitos autores dão a Judas, autor da Epístola, o título de "irmão de Tiago e do Senhor". Outros (*Tertuliano*, *Lucifero de Cagliari*, *Orígenes*, *Agostinho*, *Atanásio* e *Jerónimo*) acrescentam explicitamente o título de "Apóstolo". Seria assim identificado com o Apóstolo chamado "Judas (irmão) de Tiago" por *Lucas* (*Lc.*, VI, 16; *Atos*, I, 13), ou "Tadeu" em *Mt.*, X, 3 e em *Mc*, III, 18 (329).

3. Os destinatários da Epístola foram, muito provavelmente, as Igrejas da Ásia Menor, com o fim, expresso pelo autor, de pre-munir os fiéis, entre os quais se tinham introduzido falsos doutores que levavam uma conduta escandalosa e lançavam as sementes, ainda confusas, do gnosticismo sistematizado mais tarde, durante o II séc.

4. Do lugar onde foi escrita nada sabemos de certo; mas uma tradição bastante antiga aponta como principal campo apostólico de S. Judas Tadeu e lugar do seu martírio as regiões da Síria.

5. A data da Epístola deve ser posterior ao ano 62, ano em que morreu S. Tiago, bispo de Jerusalém: pois é só depois de sua

(327) *EUSÉBIO*, *Hist. Eccles.*, II, 23 e III, 25 (MG 20, 206 e 270). — *JERÓNIMO*, *De Viris Illustr.*, 4 (ML 23, 646); *Epist. ad Paulinum* 53, 8 (ML 22, 548).

(328) *AMBRÓSIO*, *In Luoam*, VI, 43 (ML 15, 1766). — *INOCÊNCIA I* (*Denz.* 96). — *GELÁSIO* (*Denz.* 162). — Para os outros autores, veja a nota 324.

(329) Acêrca deste último título de "Apóstolo", alguns autores recentes ressuscitaram as dúvidas que, ao lado da corrente tradicional favorável, já existiam entre os antigos e foram então o motivo das discussões relativas à canonicidade da Epístola. Cfr. *Dict. de la Bible, Supplément*, art. "Jude (L'Épître de Saint)", Vol. IV, col. 1289-1291; *CHAINED*, *op. cit.*, pp. 268-271.

morte que começaram as desordens e os erros condenados por Judas. Por outro lado, Pedro na sua II Epístola, escrita no ano 66-67, serviu-se muito da Epístola de Judas (330). Logo esta última deve ser colocada pelo ano 65-66.

6. O motivo principal, como notava Jerônimo, pelo qual alguns antigos não queriam reconhecer a canonicidade da Epístola, é o fato de conter citações de livros apócrifos: certamente do *Livro de Enoc*, provavelmente da *Assunção de Moisés*, dos *Testamentos dos Doze Patriarcas* e de outros.

Mas foi sempre admitido que os hagiógrafos puderam utilizar verdades contidas em tradições não bíblicas e em documentos profanos (331) e, por conseguinte, também em livros apócrifos, contanto que não apresentem estas fontes como obras inspiradas por Deus. Ora, Judas, não só não cita estes livros como Escritura divina, mas nem os nomeia. Nada há, portanto, nestas citações que se oponha ao caráter inspirado da Epístola (332).

ESCÓLIO II. — O Apocalipse de S. João (333)

167. Com a exceção de alguns autores orientais do III e IV século, a tradição unânime atribuiu sempre o *Apocalipse* ao apóstolo João, filho de Zebedeu. — Lutero e, depois, os racionalistas e os protestantes liberais negaram esta autenticidade. Não faltam, porém, protestantes, anglicanos e luteranos, que a defendam juntamente com os católicos.

1. Nas primeiras décadas do II séc., encontramos alusões ao *Apoc.* nas cartas de *S. Policarpo*, discípulo de João, e no *Pastor de Hermas*. — Durante o II e III séc., falam explicitamente do

(330) É tal a concordância e o paralelismo entre algumas partes dos dois escritos, quer na ordem e no conteúdo das sentenças, quer nas próprias palavras, que não parece possível deixar de reconhecer entre elas uma dependência literária. — Quem imitou o outro? A grande maioria dos críticos afirma ter sido Pedro, em cuja epístola encontramos sinais inequívocos de adaptação, explicação, desenvolvimento de passagens menos claras do escrito de Judas, ou de omissões de trechos (como a citação de Enoc, ...) que podiam suscitar discussões. Cfr. CHAINE, *op. cit.*, pp. 18-24.

(331) Foi certamente assim, por ex., que S. Paulo conheceu os nomes dos magos egípcios, Janes e Mambres, que resistiram a Moisés perante o Faraó (*II Tim.*, III, 8).

(332) Cfr. *Diot. de la Bible, Supplément*, art. citado, col. 1295-1297; CHARUE, *op. cit.*, pp. 568-569.

(333) Cfr. E. B. ALLO, *L'Apocalypse*, 3.^a edição, Paris 1933, resumo no *Dict. de la Bible, Supplément*, art. "Apocalypse", Vol. I, col. 806-825. — LEMONNIER, art. "Apocalypse", em *Diot. Apologétique de D'ALÈS*. — A. GELIN, *Apocalypse*, em *La Sainte Bible*, vol. XII, pp. 583-667. — ROSADINI, *op. cit.*, pp. 82-114. — J. BONSIRVEN, S.J., *L'Apocalypse de S. Jean* (*Verbum Salutis*, XVI), Beauchesne, Paris, 1951.

Apoc., citando-o como Escritura e atribuindo-o a João, Apóstolo e Evangelista: *Justino, Ireneu, Clemente Alex., Origenes, Tertuliano, Cipriano, Hipólito*, etc. (334).

O primeiro a negar esta autenticidade foi CARUS, sacerdote romano do início do III séc., na sua polémica contra os hereges montanistas que abusavam dos escritos de S. João [cfr. nota 130]. S. Dionísio, bispo de Alexandria de 248 a 264, reconheceu o carácter inspirado do Apoc., mas pôs em dúvida a identificação do seu autor com João Evangelista (*apud Eusébio, Hist. Eccles.*, VII, 25: MG 20, 698-703). S. Cirilo de Jerusalém e S. Gregório Nazianzeno não incluíram o Apoc. no seu Cânon do N. T. S. João Crisóstomo e Teodoretto nunca o citam; nem a versão siríaca *Peshitto* o contém. Eusébio, baseando-se numa interpretação inexata de um texto de Papias [cfr. n.º 55], inclina-se, como S. Dionísio, a atribuir o IV Evang. a João Apóstolo e o Apoc. a um outro João, o Presbítero (*Hist. Eccles.*, III, 39: MG 20, 295-298).

S. Jerónimo, que não ignorava estas dúvidas, admite sem hesitação, com toda a Igreja do Ocidente, a canonicidade e a autenticidade do Apoc. (335). — O mesmo fazem, no Oriente, Atanásio (MG 26, 1437), Cirilo Alexandrino (MG 68, 433), Didimo (MG 39, 840), Metódio (MG 18, 122 e 143), Epifânio (MG 41, 891), Basílio (MG 29, 599 e 678), Gregório Nisseno (MG 45, 1207).

2. O exame interno não se opõe à tradição: — a) O autor nomeia-se quatro vezes (I, 1, 4, 9; XXII, 8), fala como quem exercê autoridade suprema sobre a Igreja da Ásia Menor (cc. II e III), afirma ter sido desterrado para a ilha de Patmos (I, 9); ora a tradição nos transmitiu que só o Apóstolo João gozava, naquele tempo, de tamanha autoridade, e Ireneu, Clemente Alex., Origenes e Jerónimo nos dizem que João foi de fato exilado em Patmos sob o império de Domiciano. — b) A diferença de estilo e de vocabulário, que foi por vezes muito exagerada, entre o Apocalipse e os outros escritos de S. João, explica-se pela diversidade dos géneros literários (histórico e profético), dos assuntos tratados e das condições do autor (em Patmos, sozinho, não tinha quem lhe corrigisse o grego, como teve em Éfeso para o IV Evang.). — c) Apesar das diferenças, encontramos muita afinidade nas expressões e nas ideias, identidade de títulos aplicados a Cristo (Verbo, Cordeiro, Pastor, Leão de Judá, raiz de Davi), o mesmo conflito entre a Luz e as Trevas, o mesmo contraste entre o mundo

(334) JUSTINO, *Diálogo com Trifon*, 81 (MG 6, 669); IRENEU, *Adversus Haer.*, IV, 20, 11 e V, 26, 1 (MG 7, 1040 e 1192); CLEMENTE ALEX., *Paedag.*, II, 12 e *Stromata*, VI, 13 (MG 8, 540 e 9, 327); ORIGENES, *In Joannem*, t. I, n. 14 (MG 4, 48) e *In Jesu Nave*, VII, 1 (MG 12, 857); TERTULLIANO, *Contra Marcionem*, III, 14 e IV, 5 (ML 2, 368 e 395); CIPRIANO, *Epist.* 26, 4 (ML 4, 300); HIPÓLITO, *De Christo et Antichristo*, 36 (MG 10, 756).

(335) *Epist. ad Dardanum* (epist. 129, 3) (ML 22, 1102); *De Viris Illustr.*, 9 (ML 23, 655).

e os discípulos, os mesmos símbolos (vida, água, luz), as mesmas doutrinas acêrca da criação, dos anjos bons e maus, da escatologia, etc.

3. Para o lugar e a data da composição do *Apocalipse*, a ~~tradição mais antiga e mais constante~~ (336) assina a ilha de Patmos e o ano 95 [cfr. n.º 75], data que é confirmada pela descrição das seté igrejas da Ásia, apresentadas como já desde muito constituídas e perseguidas e como algum tanto decaídas do fervor que tinham no tempo de Paulo e de Timóteo.

4. A finalidade próxima do *Apocalipse* foi reavivar a fé e o primitivo fervor das Igrejas da Ásia e fortalecê-las para as perseguições presentes e futuras. — Mas para além da Ásia e do seu tempo, o Vidente de Patmos, prolonga o seu olhar profético até ao fim dos séculos. Descrevendo as gravíssimas perseguições que nunca deixarão de afligir os fiéis, anuncia também o triunfo final de Cristo e de sua Igreja, com o castigo eterno dos maus e a participação dos bons à felicidade sem fim de Deus e de Cristo. Pres-tes a encerrar a sua revelação pública, quis a Providência, com um canto de vitória a ecoar através de tôdas as gerações, levar a força e a consolação da esperança ao Corpo místico de Cristo nos seus embates, aqui na terra, contra os poderes do mal.

CONCLUSÃO desta Primeira Parte.

168. De tudo o que vimos resulta com *certeza absoluta*:

1) A existência do Cristianismo na primeira metade do I século.

Atestam-na inúmeros testemunhos:

os livros do N. T., quase todos escritos antes do ano 70, para cristãos já instruídos na fé pela pregação oral;

os escritos dos Padres Apostólicos do fim do I séc., que supõem comunidades cristãs já bem estabelecidas;

os escritos apócrifos, as controvérsias com os hereges, os autores judeus e pagãos (como Flávio Josefo, Tácito, Suetônio, Plínio), que atestam implícita ou explicitamente a existência de cristãos em todo o império romano;

a perseguição de Herodes Agripa, na Judéia, pelo ano 44; a de Nero, em Roma, em 64, na qual uma "multidão ingente" de cristãos foi martirizada (Tácito);

(836) IRENEU, *Adv. Haer.*, V, 30, 3 (MG 7, 1207); VITORINO, *Scholía in Apoc.*, X, 11 (ML 5, 333); EUSÉBIO, *Chronicorum l. II, ad annum XIV Domitiani* (an. 95) (MG 19, 551); JERÓNIMO, *De Viris Illustr.*, 9 (ML 23, 655).

os Atos dos mártires; os catálogos dos primeiros bispos das várias igrejas;

os monumentos litúrgicos, os sepulcros com suas inscrições;

os numerosos escritores do fim do I séc. e do II séc., que se apresentam, não como simples testemunhas individuais isoladas, mas como representantes e continuadores de uma tradição universal, antiga e contínua, para a qual apelam nas suas obras e cuja doutrina primitiva (a de Cristo e dos Apóstolos) defendem contra as novidades dos hereges.

Sem a existência real do Cristianismo no meado do I séc., uma tal concordância de tantas testemunhas independentes, de nacionalidades, condições, tendências e interesses diferentes, em conexão com outros muitos acontecimentos certos da história, permaneceria evidentemente inexplicável e seria um efeito sem causa proporcionada.

2) A existência histórica de Jesus Cristo, fundador do Cristianismo:

O fato imenso do Cristianismo apareceu numa época histórica perfeitamente determinada e documentada, qual é o século de Augusto e Tibério, e no seio de um povo, o israelita, cujas vicissitudes nacionais, regime político e correntes de idéias no primeiro século da nossa era são bem conhecidas na história. Propagando doutrinas e instituições inteiramente novas, o Cristianismo atraiu logo milhares e bem cedo milhões de aderentes e produziu no mundo a maior transformação moral, a mais difícil e a mais estável que a história do pensamento registra. Um movimento de tal amplitude, vigor e originalidade, permanece, por sua vez, totalmente incompreensível e carece de causa proporcionada, sem a existência real e o impulso de uma personagem de "proporções colossais" (337).

Ora a única Personagem apontada, desde a origem, é *Jesus de Nazaré*, homem histórico, que, na Galiléia, província da Palestina, deu início à sua pregação numa data determinada por um sincronismo imponente com dados certos e precisos da

(337) São de RENAN a expressão e o argumento: "A fé, o entusiasmo da primeira geração cristã só se explicam supondo, na origem de todo o movimento, um homem de proporções colossais". (*Vie de Jésus*, 13.^a edição, c. 28, p. 464).

história universal (*Lc*, III, 1-3, 21, 23; IV, 14-15). Seus discípulos, reconhecendo nêle o verdadeiro Messias, chamavam-no o "Cristo" (o Ungido); por isso começaram em Antioquia, a serem apelidados "Cristãos" (*Atos* XI, 26; ...).

É a êste Jesus Cristo, que os inúmeros testemunhos acima indicados atribuem a origem do Cristianismo.

É de Jesus Cristo, que davam testemunho os Apóstolos por Êle escolhidos, formados e enviados por tóda a terra (338).

É Jesus Cristo, que era proclamado nas profissões de fé e nos ritos batismaes, exigidos desde o primeiro dia da pregação de Pedro (*Atos*, II, 38; VIII, 37); que era adorado e recebido na Eucaristia (*Inácio*: R 64; *Justino*: R 128); que era cultuado aos Domingos, em memória da sua ressurreição (*Atos* XX, 7; *Didaké* 14: R 8); que era celebrado com hinos e cânticos nas primitivas comunidades cristãs (*Plínio*, cfr. n.º 18).

É a fé em Jesus Cristo, que confessavam os cristãos diante dos tribunais; é por Êle que morriam os mártires.

É a Jesus Cristo, que se referem os historiadores antigos, como Flávio Josefo, Tácito, Suetônio, etc. [cfr. ns. 16-19].

Logo, atestada pelos mesmos testemunhos, a existência histórica de Cristo goza da mesma certeza absoluta que a existência do Cristianismo.

3) A historicidade dos livros do N. T.:

A mesma concordância das inúmeras testemunhas que atestam o fato de Cristianismo e a existência de Jesus Cristo, prova também a historicidade dos livros do N. T.

Desde o seu aparecimento, êstes livros foram logo aceitos, e pelas numerosas testemunhas oculares ainda sobreviventes e por todos os cristãos, católicos e hereges, como documentos apostólicos gozando de autoridade divina; seu conteúdo era aduzido como argumento peremptório. Eram lidos e explicados nas reuniões litúrgicas e suas doutrinas eram tomadas como normas divinas, às quais procuravam os fiéis conformar sua

(338) Pedro, 52 dias depois da morte de Cristo, inicia suas pregações em Jerusalém aos Judeus que tinham sido testemunhas da vida e dos milagres e da morte de Jesus, acusando-os de O ter mandado crucificar. Longe de desmentirem a acusação, os ouvintes se convertem aos milhares e recebem o batismo (*Atos*, c. II; IV, 4). Como conceber isso, se Cristo nunca existira?

vida, apesar das dificuldades e das perseguições. O Cristo amado, adorado, imitado, proclamado e confessado pelos milhares de cristãos, até nos tormentos do martírio, era o Cristo descrito no N. T.: o Filho de Deus incarnado, nascido de Maria, que viveu entre nós, pregou na Palestina, escolheu 12 Apóstolos e os enviou a propagar a sua doutrina e governar sua Igreja em todo o mundo; que, depois de fazer numerosos milagres, foi crucificado, morreu, ressuscitou e subiu ao céu (*Aristides, Apologia* 15: R 112; *Sto. Inácio de Antioquia*: R 39, 42; *S. Clemente Romano*: R 21, 24, 31, 33; etc.). De modo que, não são apenas autores isolados, mas é toda a tradição antiga, toda a história do Cristianismo que dá testemunho dos livros do Novo Testamento.

Mais uma vez, um tal testemunho, tão universal e tão unânime e em tais circunstâncias, é absolutamente incompreensível, sem a plena evidência em todos os cristãos da historicidade dos livros do N. T., como já foi exposto nos ns. 87 e 88.

E, por conseguinte, evidente a origem histórica do Cristianismo.

Sobre esta base sólida e inabalável podemos, seguros, construir o edifício apologético da religião cristã (339).

(339) Cfr. MORS, *op. cit.*, p. 205-207.

SEGUNDA PARTE

A ORIGEM DIVINA DO CRISTIANISMO

Os livros do N. T., tais como os possuímos ainda hoje, gozam de pleno valor histórico: são a relação fiel dos fatos. Por êles, portanto, conhecemos a origem histórica do Cristianismo: conclusão da I Parte.

Qual é, porém, o caráter desta origem histórica?

É puramente natural ou, pelo contrário, sua explicação exige necessariamente uma intervenção extraordinária de Deus?

O Cristianismo, como aparece nas fontes e na história, sempre afirmou ser uma religião sobrenatural, revelada e destinada por Deus a todos os homens.

Mas, apresenta credenciais seguras desta sua origem divina?

Eis a pergunta à qual devemos responder nesta II Parte.

Já foram enumeradas as credenciais, i. é, os critérios, os argumentos que manifestam a verdadeira revelação divina (cfr. Introdução, n.º 5).

Bastará, pois, demonstrar que realmente o Cristianismo os possui todos:

1 — Encarna uma doutrina, que pela sua excelência, harmonia, sublimidade, conveniência e transcendência, não pode ser obra puramente humana (I Arg.).

2 — Seu fundador, JESUS CRISTO, apresentou-se como enviado de Deus e o próprio Filho de Deus, transmitindo por conseguinte uma Doutrina divina; — e provou a verdade do seu testemunho:

pela sua sabedoria e santidade milagrosas (II Arg.),

pelos milagres físicos que operou (III Arg.);

pelos milagres intelectuais das suas profecias (IV Arg.);

em especial pela sua gloriosa ressurreição (V Arg.);

pelas profecias messiánicas do A. T., todas nêle realizadas (VI Arg.);

pelos milagres que operou por meio dos Apóstolos, testemunhas da sua humanidade e divindade (VII Arg.).

3 — Acompanharam a vida e o desenvolvimento do Cristianismo através dos séculos, especialmente nos três primeiros, os milagres morais: da sua rápida difusão e invicta estabilidade (VIII Arg.); da transformação moral que introduziu no mundo (IX Arg.); da constância heróica dos seus numerosos mártires (X Arg.).

Com tantas e tão esplêndidas quanto firmíssimas garantias divinas, como dizia Pio IX, pode a mente e a reflexão de cada um reconhecer clara e facilmente que Deus é o autor da religião cristã e, com esta certeza, deve prestar o obsequio da fé a tudo o que ela, em nome de Deus, propõe aos homens para crer e praticar. (Denz. 1687-1689: citado acima, nota 26).

CAPÍTULO PRIMEIRO

O TESTEMUNHO INTERNO DA DOCTRINA CRISTÃ

169. Um primeiro testemunho ou argumento da origem divina do cristianismo — embora não o principal, nem o mais fácil e mais adaptado a todas as inteligências — encontramos na sua própria doutrina, considerada:

em si mesma, na sublimidade harmônica do seu conteúdo;
na sua conveniência com a natureza humana;
na sua transcendência sobre as outras religiões.

É a constatação da existência, no cristianismo, dos critérios *objetivos-internos* e *subjetivos-universais* [cfr. n.º 5]. Tratamos de ambos conjuntamente, porque na prática são inseparáveis e reunidos oferecem um argumento mais completo.

Pode ser expresso com a seguinte tese:

TESE VII. — Tal como se depreende do N. T. e do ensino da Igreja Católica, a doutrina cristã, no seu dogma, na sua moral e no seu culto litúrgico, resplandece: a) por uma excelência e harmonia tão sublime; b) por uma conveniência tão perfeita com a natureza humana, satisfazendo-lhe plenamente as aspirações naturais, individuais e sociais, e superando-as com a elevação do homem à ordem sobrenatural e divina; c) por uma transcendência tão elevada sobre todas as religiões não cristãs, — que constitui um verdadeiro milagre intelectual e moral, pelo qual fica manifesta a sua origem divina.

Este argumento é tradicional desde a mais remota antiguidade cristã. Já no II séc., Aristides, Taciano, Atenágoras exaltam a excelência e a transcendência da doutrina cristã. Clemente Alexandrino enaltece a sua beleza e harmonia; S. Ireneu e S. Atanásio, a sua unidade; S. Gregório Nazianzeno, a sua eficácia; Teodoreto, a sua transcendência sobre as religiões pagãs, na solução dos grandes problemas vitais da filosofia e da religião. S. Justino apresenta a sua amabilidade (340), etc. — Dêle se serviram os teólo-

(340) "Possui a doutrina do Salvador uma certa majestade temerosa, muito apta para comover os que se afastaram do caminho reto; para os que a meditam, pelo contrário, é repouso suavíssimo. Se, portan-

gos dos séc. XVI e XVII; no séc. XIX, desenvolveram-se vários autores como Donoso Cortés e Chateaubriand, e pregadores, como Lacordaire, Monsabré, P. Félix. — Pio IX, na Enc. *Qui pluribus*, coloca-o no conjunto dos argumentos em favor da fé católica (D. 1638).

Como observa DE GRANDMAISON (*op. cit.*, II, p. 144), a eficácia deste argumento é posta implicitamente em relêvo nos congressos científicos entre cristãos e não cristãos. Pois, estes últimos nunca deixam de apelar para os pontos da sua religião, que se aproximam do Cristianismo, tomando-o assim, tácitamente, como norma e ideal ao menos relativo.

Para ser desenvolvido em tóda a sua grandiosidade, o argumento exigiria o tratado completo da teologia dogmática, moral e pastoral. Só podemos apresentá-lo numa forma esquemática.

Constataremos primeiro o FATO: da excelência e harmonia sublime da religião cristã (*Art. 1º*); da sua conveniência com a natureza humana (*Art. 2º*); da sua transcendência sobre as outras religiões (*Art. 3º*). Recolheremos, em seguida, as CONCLUSÕES que dêste fato se deduzem (*Art. 4º*).

ARTIGO PRIMEIRO

EXCELENCIA E HARMONIA SUBLIME DA DOCTRINA CRISTÃ

170. NOÇÕES (341) — 1) *Ordem é a conveniente disposição e adaptação de vários elementos ou partes em vista de algum fim determinado.* Podem dar-se diversas ordens analógicas: nas grandezas, nos números, nos movimentos, no conhecimento, no amor, na atividade, na hierarquia dos seres.

A ordem é tanto maior e mais perfeita, quanto maior fôr o número e a diversidade das partes unidas, quanto mais íntima fôr esta união e quanto maior fôr a sua adaptação para alcançar o fim desejado.

2) *A Harmonia é a perfeição da ordem.*

to, tens algum cuidado de ti mesmo, se desejas a salvação e confias em Deus, ser-te-á possível, aceitando Cristo e seus mistérios, viver na paz e tranquilidade." s. JUSTINO, *Dial. cum Tryphone*, 8: MG 6, 492. (*Apud TROMP, op. cit.*, p. 210, com as referências dos outros autores).

(341) Cfr. GARRIGOU-LAGRANGE, *De Revelatione*, 3ª ed., pp. 307-309; 467.

3) O *Belo* é o “esplendor da ordem” (S. Agostinho). Inclui, portanto, a clara manifestação da harmonia na integridade e devida proporção das partes.

4) O *Sublime* exige ainda mais. Significa ~~algo de altíssimo e de extraordinário na ordem do belo, principalmente do belo intelectual e moral~~. Assim, avaliamos como “sublimes” tão somente aquelas obras de arte ou de literatura, as doutrinas, os comportamentos e exemplos de vida, que nos enlevam por uma sua extraordinária perfeição e beleza.

A *sublimidade* se manifesta de um modo especial pela profunda e íntima união de coisas sumamente distantes e diversas, como, por ex., o supremo com o ínfimo.

Uma tal união, por essa tão grande diversidade das partes, parece-nos à primeira vista impossível. Por isso, quando nos é dado contemplá-la, arranca a nossa admiração, como algo de extraordinário, como faz o milagre sensível.

O *sublime* na ordem intelectual e moral consiste, portanto, numa extraordinária e perfeita harmonia entre conhecimentos ou entre perfeições morais, que pode chegar, às vezes, a superar o poder natural da nossa inteligência e da nossa vontade e constituir, então, um milagre intelectual e moral.

Tal se apresenta, como veremos, a doutrina cristã:

a) pela *excelência* do seu dogma, da sua moral e do seu culto;

b) pela *harmonia sublime*, que verificamos: quer nos mistérios sobrenaturais entre si e com as verdades naturais, quer nos preceitos e conselhos da moral entre si e em relação com os dogmas.

I. — Excelência da doutrina cristã:

A) No seu Dogma.

171. A síntese de toda a doutrina cristã encontra-se nesta palavra de S. João: “*Credidimus caritati quam Deus habet de nobis*, cremos no amor de Deus para conosco” (I Jo. IV, 16). Nesta afirmação, como nota Bossuet, está contida toda a fé dos cristãos, a causa e o compêndio de todo o Símbolo. — “Querendo, pois, expor este *Credo* tão simples e juntamente tão completo e tão profundo, convém primeiro subir à fonte primeira deste amor, a natureza divina em si mesma, e depois contemplar este amor difundindo-se por fora pela Criação e

pela Redenção, para finalmente reconduzir e aperfeiçoar tôdas as coisas em Deus." (342)

Deus Uno e Trino.

172. 1. Desde tôda a eternidade existe Deus único (Mc XII, 29; Rom. III, 30; Tiago II, 19; I Tim. II, 5), espírito puríssimo (I Jo IV, 24), existente por si mesmo (Êxodo III, 14), imutável (Tiago I, 17), eterno (Ps 101, 13; Eccli. XVIII, 1; Daniel VI, 26), presente em tôda a parte (Atos XVII, 28), oniciente (Eccli. XLII, 19), sapientíssimo (Jó XII, 13; Rom. XVI, 27), onipotente (Mt XIX, 26; Mc X, 27), libérrimo (Ps. 113, 11; Efésios I, 11), santíssimo (Levit. XIX, 2; passim; Mt XIX, 17), legislador (Tiago IV, 12) justíssimo (Rom. II, 6) e misericordioso (Efésios II, 4; passim no A. e N. T.).

Deus único, não porém solitário, mas subsistente em três Pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo, coeternas, perfeitamente iguais e realmente distintas (passim no N. T.) pela eterna e infinita comunicação da única e a mesma natureza divina, que o Pai comunica ao Filho, seu Verbo e Imagem, e que o Pai e o Filho conjuntamente comunicam ao Espírito Santo, o Amor e o Dom. É a Vida íntima e inefável de Deus, eternamente feliz em si mesmo, na posse da divina essência, a Bondade Infinita, contemplada e amada.

Deus Criador.

2. Não por uma necessidade física ou moral da sua essência, mas com um ato eterno e libérrimo da sua vontade (Efésios I, 11), a fim de comunicar e assim manifestar e glorificar (Efésios I, 12; I Cor. X, 31) para sempre a sua Bondade fora de si mesmo, Deus, no início do tempo (Genesis I, 1; Provérbios VIII, 22-26; Jo XVII, 5, 24), criou (Genesis I, 1-2; II Macab. VII, 28; Atos XVII, 24; Hebr. III, 4), i. é, fez existir uma admirável variedade de criaturas, participações e imitações finitas e analógicas das perfeições divinas, conservando-as (Hebr. I, 3) e governando-as pela sua Providência universal que a tudo se estende (Sabedoria, XIV, 3; Mt X, 29-31).

3. Entre as criaturas, as mais perfeitas são os Anjos, puros espíritos, e os Homens dotados de alma espiritual e imortal (Mt X, 28). Criados à imagem e semelhança de Deus (Gen. I, 26-27; Eccli. XVII, 1; Coloss. III, 10), pela inteligên-

(342) L. SULLEROT, *Le Problème de la Vie, devant la raison et devant le Catholicisme*, Publiroc, Marseille, 1948, p. 129.

cia e vontade livre, podem subir das criaturas ao Criador, reconhecer-IO como supremo Senhor e Legislador, dar-Lhe a glória formal e amá-IO. E neste mesmo conhecimento e amor e nesta glorificação de Deus encontram seu último fim, sua suprema perfeição e felicidade.

4. Não se contentou, porém, Deus com estas dádivas puramente naturais, mas por um dom absolutamente gratuito *elevou o homem à ordem sobrenatural*, infundindo-lhe um novo princípio vital, a *graça santificante*, que o torna participante da natureza divina e filho de Deus, destinado a gozar da vida íntima de SSma. Trindade, vendo e amando a Deus como é em si mesmo, na visão beatífica da glória eterna (*I Cor. XIII, 12; I Jo III, 1-3*).

Deus Redentor e Santificador.

5. Esta graça original, dada ao primeiro homem para ser transmitida aos seus descendentes, perdeu-a Adão com a sua desobediência ao preceito divino. Por isso, nascem todos os homens com o *pecado original*. Se permitiu Deus este pecado, foi para dêle tirar bens maiores, com a suprema manifestação da sua infinita misericórdia e a elevação do homem à mais íntima união com a natureza divina, por meio do *Redentor*, Jesus Cristo, o Verbo incarnado, em quem a natureza divina e a natureza humana se acham unidas na unidade da Pessoa do Verbo.

6. Pelo mistério da Encarnação, realizada no seio puríssimo da Virgem Maria, Mãe de Deus, porque Mãe de Cristo que é Deus, o próprio Deus veio habitar entre os homens. Jesus Cristo, *Deus e Homem*, com sua vida e sua morte dolorosíssima na cruz, rendeu à SSma. Trindade a glória infinita que lhe era devida, satisfez plenamente à justiça divina, remiu a humanidade pagando pelos pecados de todos os homens (*Mt. XX, 28; Mc X, 45; Jo III, 14-18*), fez compreender melhor a gravidade da ofensa de Deus, mereceu-nos e derramou em nós a abundância da graça (*Jo X, 10*), pela qual é restituída à humanidade a vida sobrenatural e são reabertas as portas da vida eterna.

7. Para conduzir os homens a esta vida eterna, Cristo, sumo legislador, doutor e sacerdote, revelou a sua doutrina, deu seus preceitos e instituiu os sacramentos (*Mt XXVIII, 19; Jo III, 3-5; Lc XXII, 19-20; Jo VI, 50-55; XX, 22-23*) e incul-

cou a necessidade da oração, das virtudes, das boas obras e da abnegação (*Mt V-VII*;...). E a fim de que, depois da sua Ascensão à direita do Pai (*Mc XVI, 19*), sua obra continuasse visivelmente até à consumação dos séculos, fundou a sua Igreja, conferindo ao Colégio Apostólico, sob a chefia de Pedro (*Mt XVI, 18-20*; *Jo XXI, 15-17*), o triplice poder de jurisdição, de magistério e de ministério (ordem). Esta Igreja, da qual Cristo é Cabeça (*Coloss. I, 18 e 24*; *Efésios I, 22-23*) e o Espírito Santo a alma vivificadora, constitui na união de todos os seus membros o *Corpo místico* de Cristo, com o qual estão relacionadas tôdas as almas de boa vontade.

8. Por esta Igreja, governada invisivelmente pelo próprio Cristo e visivelmente pelo seu Vigário, Pedro e seus legítimos sucessores, os Romanos Pontífices, recebem os homens o ensino infalível das verdades reveladas e do caminho da salvação (*Mt. XXVIII, 18-20*; *Mc XVI, 16-18*; *Jo XIV, 16-17*; *XVI, 13*), e a aplicação da graça e dos frutos da Redenção por meio dos sacramentos.

Deus Glorificador.

9. Chegado o fim dos tempos, virá Cristo julgar os vivos e os mortos e retribuir a cada um segundo suas obras (*Mt XXV, 31-46*). — Aos bons, agora com seus corpos ressuscitados e gloriosos (*Jo V, 29*), introduzirá no paraíso, onde na visão intuitiva da SSma. Trindade glorificarão a Deus e sua infinita caridade e misericórdia, e gozarão para todo sempre da vida íntima e da felicidade inefável da Família Divina. — Aos maus, excluídos desta vida divina pela própria obstinação em rejeitar definitivamente as ofertas do amor infinito com que Deus os prevenira, só restará reconhecer, e dêste modo glorificar, nos tormentos da alma e do corpo ressuscitado (*Mt XXV, 41-46*), as exigências da divina Justiça (343).

B) Na sua Moral.

173. A vida cristã é antes de mais nada uma união com Deus no Cristo. É uma comunhão de vida com Deus, Pai, que nos foi revelado pelo Filho. É pois uma *atitude filial* decorrente do dogma.

(343) Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 211-213; GARRIGOU-LAGRANGE, *op. cit.*, p. 468; SULLEROT, *op. cit.*, p. 129-140.

É uma adesão aos ensinamentos de Cristo em tóda a nossa atividade; é um especial comportamento, incluindo determinados atos e excluindo outros que lhe são incompatíveis.

A moral ou lei da vida cristã é uma resultante da nossa natureza humana e do nosso último fim, i. é, do fato de sermos juntamente criaturas racionais e filhos adoptivos de Deus, elevados a uma ordem e a um destino sobrenaturais.

Por isso, é "*lei da graça*", porque "nela o que há de mais importante e de onde provém tóda a sua fôrça, é a graça do Espírito Santo, que nos é concedida pela fé em Cristo" (STO. TOMÁS, *Suma Teol.*, I-II, q. 106, a. 1).

É "*lei de amor*", pelo mesmo motivo e também porque, sendo criaturas e filhos de um Amor infinito, à Suma Bondade e Caridade que se comunica a nós devemos responder com um amor total (*Mc XII, 30*), que ordene todos os nossos atos para a glória divina e nos assemelhe e nos una à infinita Perfeição que se resume no Amor: *Deus caritas est...* (*I Jo IV, 16*).

Eis porque o compêndio de tóda a lei, o princípio do qual nascem logicamente todos os deveres do homem e como que a alma que os informa sobrenaturalmente, é o *duplo preceito do amor de Deus e do próximo* (*Mt XXII, 37-40*), como é fácil ver considerando os nossos deveres para com Deus, para com o próximo e para conosco mesmo.

Deveres para com Deus.

174. Porque devemos amar a Deus sôbre tódas as coisas, como a Pai amantíssimo que levou os extremos da sua Caridade até fazer de nós seus filhos e herdeiros, nossas relações imediatas para com Deus se acham vivificadas e sublimadas pelas virtudes teologais da *fé, esperança e caridade*. É com *amor filial* que devemos reconhecer o seu supremo domínio de Criador e Pai, adorá-lo na sua infinita perfeição, exprimir-lhe a nossa gratidão sincera, pôr nêle tóda a nossa confiança, servi-lo com a observância fiel dos seus mandamentos e procurar em tudo a sua glória.

Deveres para com o próximo.

175. Ensina o cristianismo que cada homem tem uma alma, resgatada por um preço infinito, e é chamado pessoalmente para um destino eterno; que todos os homens são irmãos,

filhos do mesmo Pai comum, membros de fato ou de direito do mesmo Corpo místico de Cristo; que, portanto, devemos *amá-los como a nós mesmos por amor de Deus*.

Segue-se que devemos, não sòmente respeitar nos nossos ~~semelhantes a sua dignidade e seus direitos de pessoa humana,~~ que nunca pode ser tomada como simples meio para alcançar fins egoístas ou coletivos, nem lhes fazer o que não quizermos que fòsse feito a nós: o que é *justiça*; mas também, positivamente, prestar-lhes ajuda e fazer com êles o que quizeramos que fizessem conosco, e isso por amor dêles e de Deus: o que é *caridade*.

Desta caridade decorrem tôdas as leis, cujo conjunto só se acha na moral cristã e que *resolvem os grandes problemas humanos, fornecendo os Princípios fundamentais da ordem social*:

1) Os *direitos e os deveres*, cujo exercício constitui a vida social e cívica, têm em *Deus*, e só em *Deus*, seu *verdadeiro fundamento* e sua *justa sanção*, e não na fôrça, no interêsse, ou puramente nas leis e vontades humanas.

2) *Com respeito aos indivíduos*, prescreve a lealdade, a pureza, a generosidade, as obras de misericórdia espirituais e corporais, o amor de todos, até dos inimigos e portanto o perdão das injúrias...

3) *A Família* ensina como fazer reinar o respeito da dignidade da mulher, dos filhos e dos empregados; o amor dedicado e preveniente, conservado pelos esforços sinceros na correção dos próprios defeitos e na mútua compreensão; o recíproco auxílio para a santificação, num estado de vida elevado sobrenaturalmente à dignidade de sacramento, com a honrosa missão de colaborar com o ato criador de Deus na transmissão da vida e, portanto, na edificação do Corpo místico de Cristo e no aumento do número dos eleitos.

4) *A Sociedade, ao Estado* fornece, como base e célula do organismo social, uma família purificada e consolidada pela unidade e indissolubilidade do vínculo matrimonial, lar providencial onde se prepara o bom cidadão. Ensina o respeito e a obediência ao poder público, cuja autoridade vem de Deus. Reconduz o Estado às suas verdadeiras funções, ao serviço da justiça, da ordem e do bem comum, respeitando os direitos essenciais do indivíduo e da família na realização dos seus destinos.

5) Lembrando que as relações humanas, para gozarem da paz, da felicidade e prosperidade, devem estar baseadas na *justiça* e serem informadas pela *caridade*, traça normas oportunas:

acêrca do direito da *propriedade privada* e da *função social* do seu uso;

acêrca do *trabalho humano*, que não é mercadoriã ou puro instrumento, mas expressão da pessoa e meio de realizar seu destino, possuindo uma dignidade moral que deve ser protegida;

acêrca do *salário*, que deve poder assegurar uma vida digna ao trabalhador e sua família, com uma margem de economia que lhe permita melhorar sua condição;

acêrca das *relações entre os empregadores e os trabalhadores*, por meio da formação das consciências e da reforma dos costumes, fomenta a mútua estima e compreensão, a concórdia na procura e na aceitação das justas soluções dos problemas do trabalho e da equitativa repartição dos lucros, a colaboração ativa e leal de todos no funcionamento eficaz e no desenvolvimento das emprêsas.

6) Proclamando a *igualdade* de todos os homens, mas reconhecendo também o fato das *desigualdades sociais* que a natureza e o organismo hierárquico da sociedade tornam inevitável, esforça-se por *unir tôdas as classes*, com os laços da caridade, da justiça e da mútua estima, numa colaboração sincera para o bem e o progresso de cada uma e de tôdas.

7) Nas *relações internacionais*, sempre em virtude da caridade fraternal que procura introduzir entre todos os povos, membros da grande Família humana, não sòmente se opõe pelo direito das gentes, a tôda injustiça internacional e a tôda escravização ou exploração dos mais fracos; mas também inculca uma ajuda mútua, leal e eficaz, entre tôdas as nações e uma participação mais equitativa nas fontes da riqueza e do progresso. Reconhece o *patriotismo* como virtude, mas quando não é levado a nacionalismo extremado ou ânsias de hegemonia política ou econômica, que sempre são prejudiciais ao bem comum da nação e da humanidade.

Numa palavra: a moral cristã apresenta os únicos princípios capazes de promover e manter, neste mundo agitado por paixões dominadoras e por concorrências implacáveis de interesses egoístas, aquêlê bem-estar e aquêla paz ou tranqüilidade na ordem que todos os povos almejam.

Deveres para consigo mesmo.

176. Lembrando ao homem sua dignidade natural de pessoa humana e sua dignidade sobrenatural de filho de Deus, impõe-lhe o dever de um comportamento em harmonia com êste *duplo título*. A *alma*, imagem de Deus remida pelo sangue de Cristo, o *corpo*, canal pelo qual penetram as graças sacramentais, devem ser ambos respeitados, mantida, porém, a objetiva hierarquia dos valores e a subordinação das atividades sensitivas à atividade espiritual da inteligência e da vontade em demanda do seu fim último.

Para obter êste equilíbrio interior, deve o homem praticar, sob o influxo da graça, a temperança e tôdas as virtudes especificamente cristãs, como a humildade, a abnegação, a pureza, o desapêgo dos bens terrestres, a fortaleza e a confiança nas adversidades... (344)

Qual coroa a êstes preceitos, acrescenta os *Conselhos Evangélicos*: a pobreza voluntária, a castidade absoluta e a obediência religiosa, que fazem do homem um holocausto perfeito, oferecido a Deus, numa união de amor cada dia mais íntima, desimpedido e pronto para as dedicações heróicas do zêlo e da caridade e para as ascensões generosas dos cumes da perfeição. (Sto. Tomás, *Suma Teol.*, I-II, q. 108, a. 4).

Meios para praticar a moral cristã.

177. Para a prática da sua moral, o Cristianismo:

1) Apresenta os *motivos* mais eficazes: a) o amor de Deus, Sumo Bem; — b) uma sanção suprema e definitiva: a eterna posse de Deus na visão beatífica, ou a eterna perda de Deus nos tormentos do inferno (345).

2) Propõe *exemplos estimulantes*: Jesus Cristo, o modelo mais acabado da perfeição em tôdas as virtudes; Maria Santíssima, a imitadora mais perfeita do seu Filho; os Santos de tôda idade e condição que, no meio das mesmas dificuldades nossas, souberam praticar as virtudes mais heróicas.

3) Promete os *auxílios* da assistência divina, que tornam a observância das práticas austeras da lei cristã, não apenas possível, mas até "suave e leve", mesmo nas adversidades:

a) a *graça habitual* ou *santificante*, essa "natureza sobrenatural" (*Serfidanges*), participação da natureza divina, que nos habilita a agir como filhos de Deus, adquirindo méritos sobrenaturais para a vida eterna;

(344) Longe de "desvirlizar" o homem, como pretendia *Nietzsche*, a prática destas virtudes desenvolve a energia moral, dá uma tãpera rija aos caracteres, libertando-os da escravidão das paixões, e suscita os poderosos dinamismos que admiramos nas vidas e nos empreendimentos dos Santos.

(345) A essência desta sanção não consiste em prêmios ou castigos sem relação com o Sumo Bem, mas na posse ou na perda do próprio Sumo Bem, objeto supremo da vontade. É pois sempre em vista do Sumo Bem, amado e estimado, e por isso desejado, que o cristão cumpre os seus deveres, e não por um motivo exclusivamente interesseiro. Nada mais honesto do que tender para o conhecimento e o amor de Deus mais perfeitos, que constituem o prêmio eterno, a união com o Sumo Bem.

b) as *graças atuais*, moções divinas sobrenaturais nas faculdades da alma (luzes na inteligência, estímulos na vontade), para cumprir atos dirigidos à aquisição, conservação ou aumento da graça santificante.

Promessa não ilusória, pois há milhões de homens, que, sustentados pela graça, praticam realmente a moral cristã, mesmo à custa dos maiores sacrifícios (346).

4) Oferece os *meios* de alcançar esta graça:

a) a *oração* humilde, confiante e perseverante;

b) os *sacramentos*, ritos sensíveis que introduzem a graça na alma pelo canal do corpo (quando não opomos impedimento) e provêem a tôdas as necessidades da vida sobrenatural desde o berço até ao túmulo (347).

c) o *Sacrifício da Missa*, fonte de tôda a santidade, porque continuação e renovação mística e incruenta do mesmo Sacrifício da Cruz, oferecido por Cristo para a redenção e santificação do mundo.

C) No seu Culto Litúrgico.

178. Juntamente com o dogma e a moral, o homem, porque composto de alma e corpo, necessita de um culto, dirigido principalmente à alma, para ser "*in spiritu et veritate*", mas que deixe também ao corpo sua parte legítima e venha favorecer e apaziguar de algum modo a ânsia de felicidade que trazemos no coração.

Tal é o Culto católico:

(346) "É de fé que todos os justos recebem as graças necessárias para a sua perseverança no bem; todos os pecadores, as graças necessárias para a sua conversão e salvação; todos os pagãos, as graças que os conduzirão, se quiserem, quer à fé explícita, quer às disposições morais e sobrenaturais supletivas da fé (explícita)." SERTILLANGES, *Catéchisme des Incroyants*, I, p. 286. — Sempre, porém, é exigida a nossa cooperação: "Quem nos criou sem nós, não nos salvará sem nós." (STO. AGOSTINHO).

(347) O *Batismo* faz nascer em nós esta vida; a *Confirmação* a robustece contra seus inimigos; a *Penitência* a restitui, quando perdida; a *Eucaristia* a alimenta e aperfeiçoa; a *Extrema Unção* a restabelece, se necessário, e a fortalece contra os últimos embates; a *Ordem* e o *Matrimônio* asseguram a sua continuidade na sociedade, fornecendo sacerdotes e fléis. (Cfr. STO. TOMÁS, *Suma Teol.*, III, q. 65, a. 1).

1) O seu *cerimonial* digno e simples, nas funções mais solenes como nas mais modestas, sempre comove e enleva quem sabe olhar e refletir, mesmo que não tenha a fé (348).

2) O *ciclo litúrgico das festas cristãs*, síntese viva dos grandes mistérios da religião, proporciona-nos momentos de felicidade, elevando o nosso pensamento acima da materialidade desta vida e avivando a esperança e a coragem com a lembrança dos bens celestes, do que padeceu Cristo para no-los merecer e dos exemplos dos Santos que nos precederam na glória.

3) O recolhimento das suas *Igrejas* é um convite para a elevação da alma a Deus (349); é um asilo benfazejo, onde se tranqüilliza o coração agitado, onde se retempera a vontade para as lides de cada dia, onde também o pobre pode contemplar e ouvir algo de belo (350).

4) Sempre exerceu e exerce ainda o culto católico benéfica influência sobre a civilização e o desenvolvimento das artes: arquitetura, pintura, escultura, música, literatura (351).

Preenche, pois, a sua finalidade de um modo excelente.

179. Já por esta breve exposição aparece claramente a *excelência* da doutrina cristã, pela elevação do seu dogma, pela

(848) Reconhecia-o o racionalista JULES SIMON: "Há em tôdas as funções católicas uma imagem viva da presença de Deus e da piedade dos homens; e estes cantos, estes ritos, estes paramentos, numa sociedade realista, que já não tem nem formalidades nem tradições, destacam-se tão vivamente de tudo o resto, que na eua presença não nos sentimos mais o mesmo homem." *La Religion naturelle*, p. 360 (*Apud DUPLÉSSY, Apologétique*, II, p. 28).

(349) As Igrejas são:

L'image du séjour par Dieu même habité,

Où tout est profondeur, mystère, éternité.

Je sens que dans ce vide une oreille m'écoute,

Qu'un invisible ami, dans la nef répandu,

M'attire à lui, me parle un langage entendu,

Se communique à moi dans un silence intime,

Et dans ce vaste sein m'enveloppe et m'abîme.

LAMARTINE, *Jocelyn* (Obra que está no *Index*).

(850) "A Igreja é o palácio do pobre. É a Igreja que inicia o povo no sentimento do belo e do bem... Os revolucionários que fecharam as igrejas não foram só deicidas, mas homicidas. Queriam matar a alma... Quantas igrejas, na idade média, não foram o museu de onde saíram legiões de artistas!... Abri palácios para o povo; nunca, porém, lhe fechei as igrejas." ARSÈNE HOUSSAYE, *Les grandes dames*, t. II, p. 84. (*ibid.*).

(851) Visitei as catedrais, percorrei os museus, ouvi os grandes compositores, compulsai as literaturas; e vereis o vazio que havia de ficar, se fôsse eliminado tudo o que foi inspirado pela religião cristã.

santidade da sua moral e pela beleza e eficácia do seu culto. Nova evidência encontraremos ainda na consideração da sua harmonia e da sua sublimidade.

II. — Harmonia da Doutrina Cristã.

Na doutrina cristã, o dogma, a moral e o culto estão de tal modo *conexos* entre si e com as verdades naturais da razão, que formam um todo sistemático de uma admirável coerência, harmonia e unidade.

180. *Harmonia dos Dogmas entre si.*

Os dogmas se relacionam e se iluminam mutuamente. Sem o mistério da SSma. Trindade, impossível a Encarnação do Verbo, Filho de Deus, impossível a missão santificadora do Espírito Santo. O mistério da Redenção pelo Verbo Encarnado pressupõe o pecado original, e éste, por sua vez, supõe a elevação do gênero humano à ordem sobrenatural da graça santificante. Da Encarnação e Redenção decorrem os privilégios de Maria Santíssima, a nossa reintegração como filhos adoptivos de Deus destinados à visão beatífica, os dogmas acêrca da Igreja, do Corpo místico de Cristo e da Comunhão dos santos, do Sacrifício da Missa e dos Sacramentos.

181. *Harmonia dos Preceitos da Moral entre si e com os Dogmas.*

Como já vimos, os preceitos da moral cristã acham-se todos compendiados e unificados no amor de Deus e do próximo, do qual desabrocham lógica e espontâneamente. E éste amor tem sua fonte e seu estímulo na contemplação da infinita perfeição de Deus e do amor e misericórdia que manifestou aos homens elevando-os à ordem sobrenatural e remindo-os pela Paixão e Morte do Verbo Encarnado. Nada fica da moral especificamente cristã, tirando-lhe a esperança da bemaventurança eterna e a caridade sobrenatural; esperança e caridade pressupõem necessariamente a fé e os dogmas da fé; e tãda a vida cristã está fundada na graça de Cristo Redentor. É impossível, portanto, separar a moral cristã dos dogmas da fé (352).

(352) Cfr. GARRIGOU-LAGRANGE, *op. cit.*, p. 485. — Excelentemente **NESTILLANGES**: "A instituição viva e eficazmente ativa que nasceu de Cristo não possui moral não dogmática. Sua moral é uma parte da sua teologia, e sua teologia é dogmática na sua base; a parte moral é apenas

182. Quanto ao *Culto católico*, é evidente a sua harmonia: com o dogma, do qual representa uma síntese viva no ciclo anual das suas festas; com a vida moral cristã, à qual fornece os meios de santificação com o sacrifício da Missa, a oração e os Sacramentos.

183. O Cristianismo, portanto, constitui um todo de uma harmonia e unidade admirável em tôdas as suas partes.

Tudo se unifica no *amor* de Deus, que elevou o homem à ordem sobrenatural e o quer salvar: a doutrina dogmática não é senão a expressão do *plano do divino amor* para esta salvação; a moral e o culto são o *caminho* e os *meios* para alcançá-la.

Tudo se harmoniza também com a única finalidade que Deus pode ter na criação: a *sua glória extrínseca*, pela manifestação da sua bondade ao fazer participar as criaturas das suas perfeições, até à suprema participação da visão beatífica, que será juntamente a suprema glorificação.

Harmonia admirável, e também de uma extrema delicadeza. Que o digam os teólogos! Numa engrenagem, o falseio da mínima peça deixa o sistema todo inutilizável e incapaz de funcionar. Assim, negar um dogma, qualquer um dêles, é desagregar a doutrina tôda e torná-la ininteligível, como o confirmam a história das heresias.

184. *Harmonia dos Dogmas com as verdades de ordem natural acerca de Deus e do homem.*

1) Muitos dogmas cristãos excedem a capacidade natural de compreensão da razão humana, porém não a contradizem. Dos mistérios sobrenaturais propriamente ditos (— de 1.º ordem), mesmo depois de revelada a sua existência, não podemos compreender a íntima essência, nem ver positivamente o *como se realizam*. Nas proposições reveladas que exprimem estes mistérios, não compreendemos o *porquê* devem os termos (sujeito e predicado) ser associados *dêste modo*. Conhecendo,

uma sua conclusão, como já em S. Paulo... A Religião moraliza a sociedade pela aplicação efetiva e pela ação concreta do seu ensino a respeito da natureza do homem sobrenaturalizado pela graça, unido pelo Cristo ao Pai, na unidade do Espírito, e orientado, em comunidade com seus irmãos, na Igreja, para a vida eterna. Tal é o princípio civilizador; não há outro... A obra de Jesus é a Igreja, a Igreja dogmática, ou não é nada; é ela somente que Lhe sobrevive realmente na história; é ela somente que age em seu nome." *Católicismo dos Inocentes*, I, p. 123-124.

porém, o sentido analógico de cada um dêles, entendemos o que a proposição significa. E nesta significação não encontramos nenhuma contradição (353).

Nos tratados que serão destinados à exposição dos dogmas cristãos, constará claramente como em nenhum dêles encontramos real contradição. Por agora, limitamo-nos a uma observação geral. Desde tantos séculos foram os dogmas estudados, sob os seus vários aspectos, pelas inteligências mais eminentes e foram admitidos pelos maiores expoentes de tôdas as ciências. Se houvesse em algum dogma uma evidente contradição, há muito que teria sido apontada, e seria bem conhecida e aduzida por todos. É o que nunca se deu. Foram, sim, apresentadas dificuldades, contradições aparentes. Logo, porém, se desvaneceram, quando confrontadas com as verdadeiras conclusões científicas e com o sentido verdadeiro do dogma. Tomavam por certezas científicas o que não passava de meras hipóteses, refutadas ao depois pela própria ciência; ou faziam dizer ao dogma o que este nunca dissera. (Denz. 1797)

2) Bem longe de contradizerem as verdades que a nossa razão demonstra acêrca de Deus e do homem, os dogmas estão em perfeita harmonia com elas, pressupondo-as e ilustrando-as admiravelmente. Assim:

a) Sabemos pela razão que Deus é um ser vivo, puro espírito, com inteligência e vontade infinita, eternamente feliz em si mesmo — Mas como fica enriquecida a compreensão destas verdades com o dogma da SSma. Trindade, que nos manifesta a fecundidade espiritual da vida divina, na inefável comunhão das Três Pessoas distintas! [nº 172, 1º].

b) A onipotência, sabedoria, bondade, justiça, misericórdia e outros atributos divinos, pode conhecê-los a nossa razão natural. — Mas que confirmação não recebem e sob que nova luz não resplandecem com os dogmas da criação, da elevação do homem à ordem sobrenatural, e mais ainda pelo dogma da Redenção por

(353) Não vemos nenhuma impossibilidade em que existam verdades superiores à capacidade natural de uma inteligência limitada como a nossa. Estar uma verdade acima da nossa razão, não é o mesmo que ser contra a razão, como *não ver* não é sinônimo de *ver*.

Três são as posições possíveis da nossa inteligência diante do nexa entre o sujeito e o predicado de uma proposição. Ou vê a conveniência que há entre êles, ou vê a desconveniência e contradição, ou não vê nem conveniência nem contradição. No 1º caso, afirma o predicado do sujeito; no 2º caso, nega-o. No 3º caso, que é precisamente o caso do mistério, suspende o juízo, até adquirir a evidência da autoridade de uma testemunha que garanta a verdade da proposição: no caso do mistério, a autoridade de Deus revelante, como vimos na Introdução [nº 3] e foi demonstrado no nosso I volume *A Caminho da Verdade Suprema*, ns. 377-388.

meio da morte voluntária e expiatória do Filho de Deus Incarnado!

c) Ensina a psicologia racional a essência do homem, com a espiritualidade e imortalidade da alma, com a liberdade, responsabilidade e dignidade da pessoa humana, com a sua tendência para uma felicidade sem fim. — Mas quanta luz e quantas determinações novas não vêm acrescentar os dogmas da nossa adopção divina, da visão beatífica e da sanção definitiva na vida eterna! O dogma do pecado original ilumina com nova luz a origem comum do género humano e nós descobre a fonte das misérias desta vida.

III. — Sublimidade da Doutrina Cristã

185. Como vimos [nº 170], a *sublimidade* é algo de altíssimo e extraordinário na ordem do belo, principalmente do belo intelectual e moral, que se manifesta especialmente por uma íntima união de perfeições de si sumamente opostas pela sua diversidade.

Tal aparece a doutrina cristã. O seu carácter "sublime" é manifestado:

1) Pela admirável *coerência* que já notamos entre todos os seus elementos e entre os mistérios e as verdades de ordem natural.

2) Pela maravilhosa *união e harmonização* de perfeições que pareciam *incompatíveis* (354):

a) Em *Deus*: a unidade da Divindade com a trindade das Pessoas, a suma imutabilidade com a suma atividade, o zêlo da sua glória com o amor desinteressado pela criatura, a infinita justiça com a infinita misericórdia, a absoluta transcendência com a mais íntima imanência em todos os seres...

b) Em *Cristo*: a duplicidade das naturezas, divina e humana, com a unidade da Pessoa do Verbo, o Criador dependente das suas criaturas, o Eterno nascendo no tempo, o Impassível sofrendo; a própria Vida morrendo na cruz, conciliando os direitos da estrita justiça com as liberalidades da infinita misericórdia...

c) No *Homem*: a liberdade com a dependência, o natural com o sobrenatural pela participação da natureza divina, a miséria moral com a elevação das aspirações e a prática das virtudes sobrenaturais...

d) Em *Maria Santíssima*: a sua descendência de uma raça pecadora com a sua conceição imaculada, a virgindade com a maternidade, a sua redenção pelo Cristo e a sua cooperação com Cristo na redenção...

(354) Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 213-214.

3) Pelo *altíssimo ideal de perfeição* que nos aponta nos seus preceitos e conselhos, harmonizando entre si as virtudes mais diversas: "Exalta conjuntamente o misticismo e a positividade, a austeridade e a alegria, a virgindade e o amor, o cuidado de si mesmo e o generoso sacrifício, o sofrimento e a felicidade, a liberdade e a dependência, a igualdade e a hierarquia, a paz e os direitos das nações, a mansidão e a firmeza, a prudência e a confiança, o abandono à Providência e o trabalho, a fé e as obras, o livre arbítrio e a graça, o desapêgo e a ânsia de viver, a misericórdia e a justiça, a compaixão com a bondade paciente em tôdas as etapas da provação terrestre e a necessária implacabilidade do supremo julgamento." (355)

4) Pela *perfeita conveniência com a natureza humana*: resolvendo os seus problemas essenciais, satisfazendo às suas aspirações e superando-as além de tudo o que podíamos imaginar, como logo veremos.

ARTIGO SEGUNDO

ADMIRÁVEL CONVENIÊNCIA DA DOCTRINA CRISTÃ COM A NATUREZA HUMANA

186. Apresenta-se o cristianismo como religião revelada e sobrenatural, que eleva o homem à ordem sobrenatural e o conduz à visão beatífica de Deus.

É evidente que para o "sobre-natural", nenhuma criatura pode ter na sua natureza nem *poder ativo*, nem *exigência*, nem mesmo ordenação ou *tendência positiva*.

Não vemos, porém, impossibilidade nos seres inteligentes e somente nêles, em que a inteligência — que é espiritual e tem por objeto adequado o "ser" em tôda a sua extensão — possa ser elevada pela graça e pelo *lumen gloriae*, até chegar a conhecer e ver a essência divina em si mesma. Esta capacidade, ou *não-repugnância* em receber de Deus a elevação sobrenatural, é chamada pelos teólogos *potência obediencial*.

Se a nossa natureza não pode ter nenhuma exigência do sobrenatural, mas tão somente o pode receber como *dom gra-*

tuito da divina bondade, encontramos contudo neste dom uma admirável *conveniência*. (356)

187. A Doutrina cristã é conveniente ao homem:

— porque lhe faz conhecer de um modo fácil, certo e sem mistura de erro, as verdades e os preceitos da religião natural; (I)

— porque lhe revela ainda dogmas, preceitos e conselhos, que tornam possível uma vida mais perfeita e mais sublime, superior às forças naturais; (II)

— porque é adaptada a todos os homens, idades, lugares e situações; (III)

— porque satisfaz, além do naturalmente possível, as mais íntimas e nobres aspirações humanas; (IV)

— porque oferece uma solução a todos os problemas essenciais que preocuparam sempre a humanidade. (V)

É o que vamos expor nos parágrafos seguintes.

I — A doutrina cristã contém de um modo perfeito todas as verdades da religião natural.

188. A Religião, no seu sentido geral, consiste no reconhecimento teórico e prático por parte do homem dos seus deveres para com Deus. Resulta, portanto, de um conjunto de verdades acêrca de Deus e seus atributos e da natureza humana.

Na religião natural, estas verdades não superam por si o alcance da nossa razão.

Acêrca de Deus: Deus existe, por si mesmo, único, puro espírito, imutável, eterno, perfeito, primeiro princípio e último fim de todos os seres, presente em toda a parte, onipotente, onisciente, livre, santo, bom e misericordioso, providência que conserva e governa todos e cada um dos seres, legislador supremo e justo remunerador.

(356) Na sua *Enc. Pascendi* sublinha S. PIO X a diferença entre conveniência e exigência; aceita a primeira, mas condena a segunda e queixa-se veementemente daquêles católicos que, embora rejeitem a imanência *como doutrina*, dela contudo se servem na apologética de um modo tão incauto que parecem admitir na natureza humana em relação à ordem sobrenatural, não apenas uma capacidade e conveniência — o que os apologistas católicos, com as oportunas moderações, sempre demonstraram — mas uma genuína e verdadeira exigência (D. 2103). — Acêrca da Apologética imanentista, veja no nosso I volume: *A Caminho da Verdade Suprema*, os ns. 428-430 e 388, III.

Acêrca do Homem: O homem, além do corpo, tem uma alma, que é espiritual e imortal; goza de liberdade e, portanto, é responsável pelos seus atos; foi criado por Deus, a quem deve amar sôbre tôdas as coisas e reconhecer como seu Supremo Senhor, observando a lei moral que manifesta a divina vontade a seu respeito, e assim chegar à vida eterna.

Ora a doutrina cristã ensina tôdas estas verdades:

acêrca de Deus: já o vimos no n.º 172, 1.º e 2.º;

acêrca do homem:

foi criado por Deus: *Gen. I, 27; Sabed. II, 23; Efésios IV, 24;*
consta de corpo e alma: *Gen. II, 7; Mt X, 28;*

sua alma é *espiritual:* feita à imagem da natureza divina, que é espiritual (*Gen. I, 27; Sabed. II, 23*); capaz de viver e agir mesmo separada do corpo (*II Cor. V, 8; I Petri III, 19; Apoc. VI, 9-10; XX, 4*);

e *imortal:* não pode ser destruída (*Mt X, 28*); sobrevive à morte do corpo (como vimos) e eternamente (*Sabed. III, 1-4; V, 1-16*); a imortalidade *de fato* é implicitamente contida no dogma da eternidade dos prêmios e dos castigos na outra vida, tão claramente ensinado por Cristo: por ex., *Mt XXV, 46*;

a *liberdade* e a *responsabilidade* são afirmadas implicitamente em tôdas as páginas da Sagrada Escritura, desde o *Gen. (II, 16; IV, 6-7)*; a divisão dos atos humanos em virtuosos e pecaminosos e a promulgação de leis e obrigações, no Ant. e Nôvo Test., com promessa de prêmios e ameaças de castigos, supõem necessariamente o domínio dos nossos atos e a responsabilidade das nossas escolhas;

o *dever de amar a Deus sôbre tôdas as coisas* é o primeiro mandamento do Decálogo: *Êxodo, XX; Mt XXII, 37-38; Mc XII, 29-30*;

a *observância da lei moral* é exigida no A. T. *passim* e inculcada por Cristo (ex., no sermão da montanha: *Mt V, 2 — VII, 29*), como prova do nosso conhecimento e amor de Deus (*Jo XIV, 15-21; I Jo II, 3-4*) e como meio de chegarmos à vida eterna (*Mt VII, 21; XIX, 17; XXV, 46*).

Estas verdades, que a reta razão pode demonstrar, já se achavam, ao menos em parte e de um modo implícito e confuso, no patrimônio da humanidade, porém, mais ou menos adulteradas pelas religiões não-cristãs e misturadas com numerosos erros (panteísmo, dualismo, fatalismo...), como veremos.

No Cristianismo, pelo contrário, tôdas estas verdades naturais, apresentadas como também reveladas por Deus, são propostas de um modo certo, fácil e sem mistura de êrro.

Logo a doutrina cristã contém de um modo perfeito tôdas as verdades da religião natural.

E isso é conveniente, porque estas verdades proporcionam uma norma de vida verdadeiramente digna do ser racional que é o homem.

II — A doutrina cristã, com seus dogmas, preceitos e conselhos, eleva sobrenaturalmente a perfeição da vida humana.

189. O Cristianismo, porém, não é uma religião puramente natural.

A relação que nos oferece com a divindade não é apenas a relação de dependência e submissão de uma criatura para com o seu Criador.

Com a revelação dos seus mistérios, abre a nossa inteligência a um conhecimento mais profundo de Deus, dos seus atributos e da sua vida íntima.

Com os exemplos de Jesus Cristo, seus preceitos e conselhos, apresenta um ideal de vida, capaz de levar o aperfeiçoamento pessoal até aos mais elevados cumes da santidade, com seu cortêjo de virtudes heróicas e de amorosa dedicação e inteiro sacrificio no serviço de Deus e do próximo.

Há mais ainda. Com a nossa elevação à dignidade de filhos adoptivos de Deus, faz-nos penetrar na própria vida divina: porque a relação sobrenatural de filhos a Pai é tão real e tão íntima, que inclui uma participação da natureza divina e, conseqüentemente, uma comunhão de vida com Deus; e porque seu destino final é desabrochar na visão intuitiva, no amor e na posse consciente da Suma Bondade e Perfeição, que constituem a própria vida e felicidade da Família Divina.

Esta participação já existe aqui na terra no homem regenerado. É a graça santificante, enxertada na substância mesma da alma, "alma da nossa alma", diz Sto. Agostinho, porque lhe comunica um princípio de vida pelo qual é capaz de atos sobrenaturais, em união com as Três Pessoas da SSma. Trindade que, como amigos íntimos, vêm habitar na alma para realizar a sua "educação divina".

Por tudo isso tomã a religião cristã uma significação e um alcance que ultrapassam tudo o que a razão podia descobrir, oferece um destino ao qual as tendências naturais não

podiam aspirar e proporciona meios para uma sublimidade, uma perfeição de vida estritamente sobrenatural, inacessível aos poderes da nossa natureza (357). — É-nos, portanto, sumamente conveniente.

É *sõmente* na doutrina cristã que podemos admirar um tal ideal de santidade.

Antes de Cristo, a perfeição moral era uma raridade, quase uma anomalia. Com o Evangelho, uma corrente de santidade, um imenso "Gulf-Stream espiritual" (*Sertillanges*) derramou-se pelo mundo e, apesar das nossas infidelidades e resistências e das continuas perseguições, conseguiu sempre através dos séculos magníficos triunfos de transformação moral, como veremos.

Há, sem dúvida, em outras religiões, santidades escondidas. Há também no cristianismo, e muitas: serão elas as nossas descobertas no paraíso. Mas aonde, fora da Igreja, se encontram aquelas santidades irradiantes, e públicas, e que se completam, o heroísmo espiritual desabrochando naquela plenitude do dom de si e na *caridade* no sentido pleno, que caracterizam os inúmeros santos cristãos? (357a)

III. — A doutrina cristã é adaptada a todos os homens.

190. Uma religião destinada a todos os homens deve ser adaptada a todos êles, em qualquer condição de cultura e de raça, em qualquer tempo, lugar e situação.

Tal é a doutrina cristã:

1.º) É adaptada ao *douto como ao ignorante*...

É a mesma doutrina cristã que é ensinada às mais altas inteligências e aos mais humildes fiéis. Embora tão sublime, que satisfaz e encanta os maiores gênios nas suas profundas pesquisas; é contudo enunciada em termos tão claros e tão simples, que os mais incultos e até as crianças a podem entender (358). Embora tão superior à compreensão humana, é

(357) Cfr. SERTILLANGES, *L'Eglise*, I, pp. 34-46.

(357a) Cfr. SERTILLANGES, *Catéchisme des Incroyants*, I, p. 122-126.

(358) Já o reconhecia o racionalista JULES SIMON: "Encontro na religião cristã um caráter que me encanta: é que sabe unir a metafísica mais douta com a mais perfeita e, se é lícito dizer, a mais eficaz simplicidade. Sem dúvida, o *Timeu* de Platão e o XIIº livro da *Metafísica* de Aristóteles são obras maravilhosas; mas não espero ver sair daí um símbolo que possamos fazer recitar pelas crianças. Não há até agora senão a religião cristã que tenha tido juntamente a *Soma* de Sto. Tomás e o *catecismo*." (*La liberté de conscience*, 1859, p. 10) (Citado na *Apologetique*, p. 522).

contudo tão afim do homem, que cada um pode achar nela exatamente o de que precisa para as suas dificuldades e necessidades.

Todos podem vivê-la com perfeição, e na elite cristã, que são os Santos, encontram-se pobres e ignorantes como ricos e sábios, homens e mulheres, jovens e velhos, reis e escravos...

2.º) É adaptada a *qualquer raça, a qualquer época, lugar e situação*.

“Nada contém a doutrina cristã que esteja destinado a uma raça de preferência a outra, que se adapte melhor a um clima que a outro, que suponha um regime político em vez de outro, que seja feito para uma época mais que para outra.” (359) Pode ser pregada *integralmente* em tempos de guerra como em tempos de paz; adapta-se *perfeitamente* às alegrias como às vicissitudes concretas da vida real.

Históricamente, nasceu e se desenvolveu o cristianismo na civilização greco-romana, mas nunca esteve preso a ela. No decorrer dos séculos foi penetrando em tôdas as regiões da terra e se achou adaptado a tôdas as raças e a tôdas as condições. Sem opor-se ao que as épocas, os regimes e os costumes dos povos tinham de bom, hauriu na sua doutrina, para tôdas as situações à medida que iam surgindo, princípios orientadores que promoveram o aperfeiçoamento, na ordem individual da dignidade da pessoa humana, como na ordem social da família, do trabalho, da política, das relações nacionais e internacionais, guiando a humanidade na sua incessante marcha para o progresso da civilização.

(359) E. DUFLÉSSY, *Apologétique*, II, p. 20. — Esta adaptação universal foi sempre tradicional na Igreja. Já a proclamava STO. AGOSTINHO no *De Civitate Dei* (l. 19, c. XVII), e PIO XII, desde a sua primeira Enc. *Summi Pontificatus* de 1939, afirmava: “Tudo o que nos usos e costumes dos vários povos não é indissolúvelmente ligado a superstições e erros é sempre examinado com benevolência e, quando possível, conservado, protegido e animado... A Igreja não pode pensar nem pensa em atacar ou desprezar o caráter particular de cada povo... conservado como precioso patrimônio, porque Ela é Mãe, mãe verdadeira de tôdas as gentes, de tôdas as nações não menos que de todos os indivíduos. Como tal não pertence a este ou àquêle povo, nem a um mais do que a outro, mas a todos igualmente”

A mesma orientação reafirmava na sua *Mensagem à Índia* de 31-I-1958: “... Nós vos lembramos que a Igreja Católica não pede a ninguém que abandone seus usos e costumes nativos. A Igreja pertence ao Oriente como ao Ocidente. Não está ligada a alguma cultura particular. Acha-se à vontade com todos aquêles que respeitam os mandamentos de Deus. Tudo o que é bom, simples e humano, a Igreja o permite e o faz progredir, nobilita-o e o santifica.”

O mesmo repetia João XXIII a escritores e artistas de raça negra, reunidos no seu II Congresso Mundial em abril de 1959: cfr. *Documentation Catholique* de 26 de abril de 1959, 525.

E para ser adaptado de modo tão perfeito a tôdas as atividades da humanidade, não teve o cristianismo que abdicar nem a mínima parcela do seu dogma e da sua moral: sinal evidente que é da sua própria essência que provém a adaptabilidade e conveniência à natureza humana.

A eficácia dêste influxo da doutrina cristã é fato comprovado e os pensadores menos católicos subscreveram a confissão que o próprio Strauss arrancara de si mesmo, depois da sua tentativa de descoroar o Cristo: "*A moral de Cristo é o fundamento da civilização humana*".

Quando, pelo contrário, alguma sociedade tenta subtrair-se a êste influxo, para logo se torna desumana, regredindo aos tempos bárbaros do paganismo, com o predomínio da crueldade, da sensualidade e do egoísmo brutal (360).

(360) Tal é o juízo dos grandes historiadores, mesmo incrédulos. Leia-se, por ex., a célebre página de TAINÉ em *Los Orígenes de la Franco contemporánea, le Régime moderno*, t. II, p. 113, citada infra, nota 534.

RAYMUNDO BRUCKER, poderoso orador popular convertido pelo Pe. de Ravignan, descreve ao vivo esta adaptação da doutrina da Igreja a todos os homens num discurso reconstituído por L. GAUTIER (*Portraits du XIX siècle*, s. d., t. III, p. 343-345), que poderíamos intitular *A Parábola do Gênero Humano*. Eis um breve resumo:

Naquêlo tempo reuniu-se numa grande planície o Gênero Humano de todos os tempos, convocou todos os filósofos, presentes, passados e futuros, e assim lhes falou:

"Li tôdas as vossas obras. Sim, tôdas. E devo dizer que me causaram imenso tédio. Bostjo ainda. Depois de os ter lido, achei-me nas trevas. Sabia menos do que antes. Convoquei-vos, pois, para vos propor de novo o grande problema que me agita e dirigir-vos três perguntas.

"Quero um livrinho, de dez a vinte páginas, que contenha tôda a verdade sob uma forma elementar e transparente, ao alcance do pensador e também da multidão imersa na vida prática e material, capaz de vulgarizar a verdade universalmente no tempo e no espaço. Podeis escrevêr-me êste livro?

"Desejo também que algum dia venha alguém oferecer-me o exemplo vivo de tôdas as virtudes ensinadas no livrinho; um exemplo facilmente imitável pelo homem, pela mulher, pela criança. Podeis dar-me êste exemplo?

"Preciso ainda de uma instituição imortal, que garanta e perpetue a lição e o exemplo, tornando-os eternamente vivos. Podeis fundar esta instituição?"

Enquanto falava o Gênero Humano, os filósofos, surpresos e depois espantados, aos poucos fugiram todos.

Então o pobre Gênero Humano caiu em pranto, abismado em dor profunda... Súbitamente, avistou uma espécie de Homem, levando uma cruz, a cabeça coberta de sangue que lhe caía pelo rosto e gotejava sôbre todo o corpo. Olhava para o Gênero Humano com olhar tão meigo, tão meigo!

Depois adiantou-se, com que majestade! E disse com voz cheia de ternura:

"Queres a verdade? Trago-a.

IV — A doutrina cristã satisfaz as mais íntimas aspirações da natureza humana, superando-as com a sua elevação à ordem sobrenatural.

191. A doutrina cristã não é apenas adaptada a todos os homens, enquanto apresenta princípios orientadores para qualquer situação da sua atividade externa. Ela penetra também até às mais íntimas aspirações do coração humano e as *satisfaz* de um modo tão maravilhoso, que *supera* o que podiam pretender alcançar naturalmente, apontando-lhes um novo termo ou objeto, de ordem sobrenatural, e dando-lhes capacidades e meios da mesma ordem para atingi-lo.

O homem, pela natureza da sua alma espiritual e imortal — cuja inteligência tem por objeto a verdade, toda a verdade, e concebe a existência sem limite de tempo como um bem, e cuja vontade tem por objeto o bem, todo o bem — tem uma tendência natural, necessária e incoercível, para uma *felicidade completa e eterna*. Como a felicidade consiste sempre na posse consciente de algum bem que sacia um nosso desejo ou tendência, a felicidade completa só poderá ser obtida quando as nossas faculdades chegarem ao termo das suas tendências para a verdade e para o bem, termo que constitui o seu supremo aperfeiçoamento, o seu *fim último*.

Em concreto, o único Ser capaz de saciar plenamente estas tendências e, portanto, de constituir o fim último do homem e dar-lhe a perfeita felicidade, é *Deus*, enquanto *Verdade Suprema e Suma Bondade*, conhecido e amado. Por isso, nascem em nós as aspirações

de *conhecer* a Deus de um modo certo e mais perfeito,

de *esperar* d'Ele a felicidade futura e já nesta vida os auxílios necessários para alcançá-la,

de *amá-lo sobre todas as coisas* de um modo afetivo e efetivo, e por conseguinte,

“Queres um livrinho contendo a verdade e ao alcance de todos? Eis, toma este”. E na primeira página o Gênero Humano leu: *Catecismo*. — Continuou o Homem:

“Pediste um exemplo vivo. Olha para mim. Sou teu Deus que se fez homem para te oferecer um ideal eterno e para te conduzir à bem-aventurança.

“Desejas enfim uma instituição. Toma: eis a Igreja.”

E o Gênero Humano caiu de joelhos e adorou a Jesus Cristo. (Na *Apologétique*, p. 523-524).

de *prestar-Lhe o culto interno e externo e de observar a sua lei praticando as virtudes morais.*

Na doutrina cristã, tôdas estas aspirações são elevadas à ordem sobrenatural e ficam satisfeitas de um modo tão perfeito que *supera* absolutamente as suas exigências e capacidades naturais:

1. O fim último, a *felicidade* que nos é destinada, não é apenas um bem natural ou o próprio Deus possuído de um modo natural, proporcionado às capacidades naturais das nossas faculdades; mas é uma *felicidade sobrenatural*, um bem que supera tudo o que as forças naturais poderiam alcançar, ou mesmo excogitar ou desejar (S. PAULO, *I Cor.* II, 9; STO. TOMÁS, *De Veritate*, q. 14, a. 2), e que consiste numa *posse sobrenatural de Deus*, i. é, numa participação de *ordem divina* à própria felicidade íntima da SSma. Trindade.

A esta *felicidade essencial* virá acrescentar-se a *acidental* com a *ressurreição do nosso corpo* e suas qualidades *gloriosas*, proporcionando plena satisfação (superior ao que seria naturalmente possível) ao nosso desejo de imortalidade e ao nosso sentimento do belo, mesmo do belo sensível, objeto da vista e do ouvido. (361)

2. A aspiração para um *conhecimento* de Deus *mais certo e mais perfeito* é satisfeita e superada:

na outra vida, plenamente, pela *visão intuitiva da essência divina*, vendo a Deus face a face (*I Cor.* XIII, 12), como Ele é (*I Jo* III, 1-3);

nesta vida, incoativamente, pela *fé* na revelação dos atributos de Deus e dos mistérios da sua vida íntima.

Pela luz e força *natural* da nossa inteligência (participação de ordem natural, da luz infinita da inteligência divina), podemos conhecer a Deus por meio das criaturas; pela luz da *fé sobrenatural* podemos *crer* que Deus subsiste em Três Pessoas distintas, não porém *ver* a essência divina em si mesma. Para isso é necessário que a nossa inteligência receba um novo aumento de vigor.

Esta nova elevação sobrenatural, chamada pelos teólogos "*lumen gloriae*", luz da glória, consiste numa semelhança sobrenatural da nossa inteligência com a divina, numa suprema participação daquela luz infinita com a qual Deus se vê a si mesmo.

(361) Cfr. CH. DE SMEDT, S.J., *Notre vie surnaturelle*, t. I, p. 287-317: Biens et jouissances de l'état de béatitude surnaturelle.

Poderemos, então, conhecer a Deus daquele mesmo modo como êle se conhece e, conseqüentemente, amá-lo daquele mesmo modo como se ama.

E como a felicidade de Deus consiste precisamente no conhecimento e no amor conscientes da sua essência, a Infinita Bondade, participaremos de um modo *sobrenatural e divino* desta mesma felicidade .

Notemos, porém, que entre a intuição nossa e a de Deus, embora ambas sejam intuições, não existe perfeita semelhança (sempre impossível entre Deus e as criaturas), mas somente *analogia*. Em Deus, a *visão*, bem como o amor e a felicidade, da sua essência, são *por identidade* esta mesma essência, o próprio Deus. Em nós, pelo contrário, a *visão* intuitiva da essência divina se dá, não por identidade da nossa essência com a divina (seríamos o próprio Deus: coisa impossível), mas *pela união* da nossa inteligência com a essência divina, que se tornou objeto imediato do nosso conhecimento.

Nem a nossa intuição será infinita como a de Deus: o conhecimento infinito (= compreensivo) é exclusivo do ser infinito, Deus.

A nossa "participação da essência divina", a nossa "deificação", consiste, portanto, na recepção — não exigível pela nossa natureza, mas gratuitamente outorgada pela bondade divina — dos princípios e hábitos sobrenaturais que nos *ordenam* à *visão intuitiva* da divina essência: a graça santificante, os hábitos sobrenaturais que dela desabrocham e o *lumen gloriae*, último complemento da nossa "sobrenaturalização" e semelhança com Deus, como escreve S. João: "*similes ei erimus, quoniam videbimus eum sicuti est*" (1 Jo III, 1-3), seremos semelhantes a Deus, porque O veremos como Ele é".

É, pois, uma participação analógica, mas real e sobrenatural, i. é, de ordem *divina*, da vida íntima de Deus e da sua felicidade. (362)

3. A nossa *esperança* da felicidade eterna e dos meios para alcançá-la fica satisfeita, elevada e robustecida por novos motivos e meios sobrenaturais, que nos manifestam com evidência a vontade salvífica de Deus: as *explícitas promessas divinas*, os *merecimentos infinitos* do Verbo Incarnado, que nos são aplicados pelos *sacramentos* e pelo *santo Sacrifício da Missa*.

4. A nossa inclinação natural de *amar a Deus sobre todas as coisas* é elevada além do que podíamos desejar, até à *cariidade*, pela graça santificante que nos introduz na *família divina*,

a gozar como *filhos* de uma santa e familiar *amizade* com Deus, Amigo e Pai; até à intimidade da *comunhão eucarística*, penhor da *eterna comunhão de vida divina* na glória.

~~5. O amor natural para com o próximo recebe, também~~ êle, novos motivos que o elevam e aperfeiçoam: amar os homens por amor de Deus, para a glória de Deus, como irmãos em Cristo, membros do seu Corpo místico e co-herdeiros da glória eterna.

6. O *culto católico* preenche as nossas aspirações e as supera, principalmente no *Sacrifício da Missa*, que nos permite participar do sacrifício da Cruz e render a Deus "tôda a honra e glória" que Lhe é devida.

7. A inclinação da nossa natureza para as *virtudes morais* é elevada e fortificada pela *graça* que as aperfeiçoa e ordena para o nosso fim sobrenatural; é orientada invisivelmente pelas *moções do Espírito Santo*, e visivelmente pelo *Magistério infalível da Igreja*.

8. Com o dogma da infalibilidade da Igreja, fica também satisfeito o nosso desejo de *certeza absoluta* acêrca do nosso fim e dos meios que a êle conduzem. *Certeza garantida* pelo próprio Deus numa *revelação*, cuja racionalidade, credibilidade e obrigatoriedade são demonstradas com plena evidência.

9. É precisamente por satisfazer a tôdas estas nobres aspirações, que a doutrina cristã introduz na alma dos que a praticam com perfeição uma *paz profunda*, "que o mundo não pode dar" (Jo XIV, 27) e "que supera todo o entendimento" (*Filipenses* IV, 7). *Paz admirável*, nascida do amor de Deus e da conformidade com a sua Providência, do testemunho da boa consciência e da esperança do prêmio futuro, realizando a divina promessa: "Vinde a mim, vós todos que padeceis e vos achais acabrunhados, e eu vos aliviarei." (*Mt* XI, 28). Os inimigos da paz interior, "*tranquilidade na ordem*", são as escravidões do dinheiro, dos prazeres e das ambições desmedidas, que preocupam, exacerbam e dominam. Delas nos liberta o Sermão da Montanha com as Bemaventuranças e nos ensina o segrêdo da verdadeira felicidade humana. Paz e alegria, que resplandecem na vida heróica dos *santos*, nos tormentos dos *mártires*, na penúria de tantos *pobres*, na paciência de tantos *doentes*, na resignação e confiança perante a *morte*.

Mesmo pessoas não crentes, ao lerem o Evangelho ou a vida dos Santos com mente reta e vontade sincera, experimentam, sob o influxo da graça solicitante, um sentimento de tranquilidade interna e um princípio desta paz que os convida à fé, como o prova a história das conversões.

Pelo contrário, à medida que se vai apagando a vida cristã numa alma ou numa região, quase logo aparecem e crescem os vícios, as discórdias, a corrupção, que vão terminar no pessimismo, na tristeza e no desespero. (363)

V — A doutrina cristã oferece a solução para todos os problemas essenciais que preocuparam sempre a humanidade.

192. São *essenciais* aquêles problemas, cuja solução é necessária ao homem para conhecer o sentido da sua vida, para guiar o seu comportamento individual e social e para atingir o seu destino.

Já vimos a solução apresentada pela doutrina cristã ao problema de *Deus* [nº 172, 1º]; ao problema do *universo*, na sua origem e finalidade [*ibid.*, 2º]; ao problema do *homem*, na sua origem, natureza e destino [*ibid.*, 3º a 9 e nº 187], bem como na sua vida individual, familiar e social, nacional e internacional [nº 175] (364).

(363) Cfr. GARRIGOU-LAGRANGE, *op. cit.*, p. 460-464. — HEYVÉ, *op. cit.*, p. 248.

(364) Esta universalidade de soluções, que em vão procuraríamos nas outras religiões, atraiu a atenção e a admiração de muitos pensadores, em especial de THÉODORE JOURNAUX: "Considerai a religião cristã. Há um livrinho que se ensina às crianças, e sobre o qual são interrogadas na Igreja. Lêde este livrinho, que é o catecismo, achareis nêle uma solução para tôdas as questões que eu propus, para tôdas sem exceção. Perguntai ao cristão de onde vem a espécie humana, sabe-o; para onde vai, sabe-o; como vai, sabe-o. Perguntai a esta pobre criança, que na sua vida nunca pensou nêllo, porque está aquí na terra, e que será dela depois de sua morte: dar-vos-á uma resposta sublime, que não compreenderá, mas que nem por isso é menos admirável. Perguntai-lhe como foi criado o mundo e para que fim; porque pôs nêle Deus animais, plantas; como se povoou a terra: se foi por meio de uma só família ou de várias; porque sofrem os homens, porque movem guerras entre si, e como é que tudo isso acabará: sabe-o. Origem do mundo, origem da espécie, questão das raças, destino do homem nesta vida e na outra, relações do homem com Deus, deveres do homem para com seus semelhantes, direitos do homem sobre a criação, não ignora nada; e, quando fôr crecido, não hesitará tampouco sobre o direito natural, sobre o direito político, sobre o direito das gentes: pois, tudo isso dimana, tudo isso se deduz com clareza e como que espontaneamente do cristianismo. Eis o que chamo uma grande religião; reconheço-a por êste sinal: não deixa sem

Mas outras perguntas há ainda, antigas como a humanidade, que fora do cristianismo nunca receberam uma resposta razoável e satisfatória.

~~Por que o pecado? Por que a dor? Por que a morte?~~

Não pretendemos dar agora a exposição completa destes tratados teológicos: não é aqui, evidentemente, o seu lugar. Queremos apenas indicar brevemente como a presença do pecado, da dor e da morte na reforma do plano eterno escolhido por Deus, longe de se opor à Bondade divina, é ocasião, pelo contrário, de umas demonstrações desta Bondade tão sublimes e para nós tão proveitosas, que superam o que podíamos imaginar. (365)

Costumam os filósofos dividir o mal em metafísico, moral e físico.

Do mal *metafísico* nada diremos. Não é senão a *limitação* na perfeição. É apanágio de toda a criatura, necessariamente finita e imperfeita. Infinito na perfeição, só Deus.

O mal *moral* é o pecado. O mal *físico* compreende os sofrimentos e a morte

193. O PECADO. — Para o paganismo, a noção de pecado esteve sempre inextricavelmente misturada com a da fatalidade. Para os gregos, com a tese de Sócrates que basta conhecer o bem para logo praticá-lo, o pecado não podia ser concebido senão como uma loucura, uma cegueira irracional e fatal, devida a uma intervenção dos deuses e da fatalidade: por ex, os casos de Edipo e Orestes, nas tragédias gregas. O pecado,

resposta nenhum dos problemas que interessam a humanidade." (*Mélanges philosophiques*, p. 830).

Não é de admirar que o autor desta página tenha dito, no seu leito de morte, ao sacerdote que o assistia: "Ensinaí bem o catecismo a minha filha. Lí tudo, nada encontrei que valesse uma página de catecismo." (*Apud DUPLESSY, op. cit.*, II, p. 18-19).

(365) Cfr. SERTILLANGES, *L'Eglise*, I, p. 27-31; *Catholicisme des Incroyants*, I, pp. 55-84, 255-257; *Le Problème du mal*: II, *La evolution*. — P. BESSIÈRES, *Le Procès de Dieu, Le problème du mal et de la souffrance*, Spes 1950. — SULLEBOT, *Le Problème de la vie devant la raison et devant le catholicisme*, Publiroc, Marseille, 1928-1947, pp. 91-110, 141-148. — P. COULET, *La vie est-elle absurde?*, Spes 1948. — CHARLES JOURNET, *Le mal. Essai théologique*, Bruges, Desclée de Br., 1961. — FRANCIS FERBIER, *La Pierre de scandale*, Paris, Fayard, 1962. — FEDERICI, *op. cit.*, pp. 841-847. — Leia também o que já dissemos no nosso primeiro volume, n.º 808.

imposição da divindade! Como podem a inteligência e o coração aquietar-se com semelhante solução?

Ensina a filosofia que a possibilidade do pecado é consequência da liberdade criada. Fêz Deus ao homem o dom precioso da liberdade, que o eleva à dignidade de pessoa, de imagem de Deus, e lhe permite colaborar voluntária e livremente com Ele na realização do plano divino em nós e no mundo. Porém, tudo o que é criado é finito; também a nossa liberdade. A vontade pode falhar, como pode errar a inteligência. É possível, pois, o uso — ou antes o abuso — da liberdade, pondo conscientemente um ato contrário à lei divina, natural ou positiva: eis o que é o pecado, porque pode acontecer, e como se comete sob a única responsabilidade do homem. O pecado "é uma iniciativa do homem; é uma recusa de colaborar com Deus, em tal circunstância determinada". (LELOTTE).

A moral nos explica a gravidade do pecado e de suas consequências e, por outro lado, permite-nos ver, fixando os olhos em Cristo padecente, como podemos tirar proveito das consequências do pecado, transformando a pena em sinal de arrependimento e de amor.

Mas a resposta mais profunda é dada pela teologia cristã.

É certo que Deus podia suprimir "radicalmente" do seu plano o mal moral. Por que não o fêz?

Porque Deus é Amor e, convidando o homem a partilhar da sua Vida e da sua Bemaventurança, quer ser amado por êle livremente com amor de amizade (365a).

Porque o pecado permite um plano, no qual os atributos divinos são manifestados com maior evidência: o Amor de Deus, longe de restringir suas efusões, multiplica-as e as enriquece, e a humanidade é elevada a uma união mais íntima com a divindade.

Sem pecado, não haveria Redenção (366). E a Redenção expiatória pelo Verbo Incarnado, além de dar a Deus uma gló-

(365a) "Não vamos para um Destino que seria inelutável; respondemos a um Amor que nos escolhe e que escolhemos aceitando-o... Deus aceitou correr o risco de um amor enganado ou não correspondido, porque queria que nossa dignidade na liberdade fôsse inteira." (FR. FERRIER, *op. cit.*, p. 114-115).

(366) "Há uma conexão entre o pecado do homem e a encarnação do Verbo... É evidente que a redenção só pode ter sentido em relação com o pecado... E por que a redenção justifica Deus de ter permitido o pecado? Porque manifesta um excesso de amor. A criação é uma primeira manifestação de amor. A encarnação é uma segunda, transcendente à primeira. A redenção é uma terceira, que ultrapassa ainda infinitamente a segunda... Nada é inútil nem vão. Qualquer espécie de mal que pode

ria infinita e satisfazer plenamente a sua Justiça, é a manifestação mais sublime e mais convincente dos excessos da sua Bondade e Misericórdia, e mereceu-nos tal abundância de graça, que tornou mais íntima a nossa união com a SSma. Trindade, como disse Jesus: "Eu vim para que tenham a vida, e a tenham com abundância" (Jo X, 10) e S. Paulo: "Onde abundou o pecado, superabundou a graça" (Rom. V, 20). De modo que a Redenção sobrepuja de muito o mal do pecado: no e pelo Cristo readquirimos mais do que perderamos. Por isso, não teme a Igreja cantar no Sábado santo: "*O feliz culpa, que nos mereceu um tal Redentor!*"

É nesta perspectiva que devemos considerar o pecado. Foi permitido (i. é, não foi impedido) por Deus, mas entrosado no conjunto de um plano (criação, pecado, encarnação, redenção), concebido num único ato eterno e onde tudo, não excluindo o pecado, concorre para maior manifestação das perfeições divinas e para nos desvendar o grande mistério e o triunfo da Caridade e Misericórdia de Deus. Trazendo-nos a Encarnação e a Redenção, o pecado foi ocasião para Deus de nos dar maiores provas do seu amor e de nos unir a Ele numa comunidade de vida mais íntima (367).

Quanto à solução *prática*, para remediar à nossa fragilidade, intervém Deus com a sua misericórdia que concede o perdão ao pecador arrependido, e com a sua graça que nos sustenta no reto uso da nossa liberdade.

194. A DOR. — Assim como o pecado, também a dor, para o paganismo, é um efeito da fatalidade ou da maldade de deuses perversos.

Pelo contrário, na ordem natural, o mal *físico* provém do fato de sermos sensíveis. Seria preferível, por ventura, que fôssemos como as pedras?

atingir o homem, inclusive os pecados que comete, pode servir desde já, se ele quiser, para um bem transcendente: a salvação, a santidade, nãe e na humanidade." R. VERNEAUX, *Problèmes et mystères du mal*, p. 129-130 e 133. (Citado em *L'Ami du Clergé*, 1960, n° 15, p. 235).

(367) "A natureza humana recebeu mais graças pela Redenção de seu Salvador, do que teria jamais recebido pela inocência de Adão, se nela perseverara. . . Os anjos têm mais alegria no céu, diz o Salvador, por um pecador penitente do que por noventa e nove justos que não precisam de penitência; e do mesmo modo o estado da Redenção vale com vêzes mais que o da inocência." (S. FRANCISCO DE SALES, *Traité de l'amour de Dieu*, l. II, c. V).

A sensibilidade, que nos expõe ao sofrimento, permite também as sensações agradáveis. O prazer e a dor têm a sua razão de ser no animal e no homem. São a condição necessária de um bem: a existência, a conservação e o desenvolvimento do indivíduo e de sua espécie. É o prazer e a dor que guiam o animal para ~~distinguir o que lhe é bom do que lhe é nocivo. E nele, por causa da falta de consciência reflexa e previsão do futuro, a dor é muito menor do que a imaginamos.~~ (368).

Idêntica função exerce a dor no homem, enquanto animal. É um elemento de defesa, um avisador precioso e indispensável da necessidade e do perigo. Sem ela, como poderíamos, por ex., descobrir em tempo as doenças para lhes aplicar o remédio salvador? Os males sem dor, dizia Sto. Agostinho, são os piores dos males.

No homem enquanto racional, a causa principal do seu progresso é ainda o prazer e a dor. É para procurar-se o primeiro e fugir da segunda, que o homem faz surgir a civilização material e multiplica as pesquisas pelas quais progredem as ciências (369).

Por outro lado, é de evidência quotidiana que muitíssimas dores e angústias têm sua causa nas nossas imprudências, nos nossos caprichos e desmandos. Se a lei cristã fosse inteira e universalmente respeitada, de quantos males não estaríamos livres! de que paz e bem-estar não gozaria a humanidade tódal

Mas é em relação ao destino final do homem, que tomam seu verdadeiro sentido e que, portanto, devem ser avaliados os sofrimentos. Introduzida de fato pelo pecado, a dor foi deixada no plano da Redenção, mas transformada num meio eficaz de reparação e purificação do próprio pecado, numa escola de humildade e de desapêgo da terra e das criaturas, numa fonte de aperfeiçoamentos e de merecimentos, numa participação na obra redentora de Jesus Cristo (370). É preço módico da felicidade eterna (371); é a via régia pela qual voltamos ao Pai e, como Cristo, entramos na glória: *per crucem ad lucem* (cfr. *Lc XXIV, 28*).

Dêste modo, no cristianismo, toma a dor uma significação e desempenha uma função sublime, que a torna não apenas aceitável e tolerável, mas até amável e desejável, como a ma-

(368) Cfr. SERTILLANGES, *Le Problème du mal: II, La Solution*, pp. 116-120.

(369) Cfr. SULLEBOT, *op. cit.*, pp. 96-98.

(370) "Completo na minha carne o que falta à paixão de Cristo pelo seu corpo que é a Igreja." (*Coloss. I, 24*).

(371) "Estimo que os sofrimentos da vida presente não têm proporção alguma com a glória futura que se manifestará em nós." (*Rom. VIII, 18*).

nifestação suprema de um amor que leva as almas a imitar mais perfeitamente a Cristo, compartilhando a sua cruz (372).

195. A MORTE. — Fora do cristianismo conservou o ~~homem, perante a morte, uma atitude cheia de tristeza, de incerteza e de temor~~ (373).

Em contraste com estas ânsias do mundo pagão, ensina a mensagem cristã que o destino da nossa vida se cumpre em duas etapas: aqui e no além, agora e no futuro eterno. O Evangelho reúne ambas numa denominação comum: o *Reino de Deus*. E Deus faz a junção entre o céu onde espera os homens e a terra de onde os faz partir.

A morte já não é a queda nas trevas, a extinção de toda esperança, o fim de tudo, o desmentido violento dado à nossa sede de viver. Para quem viveu integralmente o cristianismo, a morte é apenas uma passagem, cujo termo é conhecido. É uma troca de moradia, como nos diz S. Paulo (*II Cor. V, 1-7*) e canta a Igreja no *Prefácio* da missa dos defuntos. É o desabrochar imortal numa felicidade perfeita, numa união com o Senhor, cuja intimidade terá por únicos limites aquêles que lhe tivermos impôsto nós mesmos nesta vida terrestre (374).

É ainda uma separação do corpo, mas só até à sua ressurreição gloriosa. É ainda uma separação dos entes queridos, mas separação temporária, à espera da reunião definitiva na grande Família divina. Pela fé e pela esperança perdeu a morte seu caráter desesperador e se tornou suave.

Como para o sofrimento, a aceitação confiante da morte, em união com a de Cristo, é a suprema expressão de amor. Quantos, a exemplo de S. Paulo, não almejam separar-se de seu corpo "*et esse cum Christo*", para estarem com Cristo? Não é raro — digam-no os sacerdotes que assistem aos mo-

(372) É assim que FRANÇOIS COPPÉE pôde escrever *La Bonne Souffrance*. E sabemos depois de que tormentos! — Cfr. DE MONTCHEUIL, *Leçons sur le Christ*, p. 22-127: *La Rédemption, mystère d'amour. Le Christ souffrant et le sens de la souffrance*.

(373) Leia-se, por ex., o diálogo platônico *Fedon*, que é entretanto a expressão mais elevada da época clássica perante a realidade da morte. A "cantinela quotidiana" e os mitos, com os quais procura Sócrates acalmar os terrores do além da "criança" escondida no fundo da alma dos seus amigos, não conseguiram tranquilizar completamente nem o próprio Sócrates. Cfr. FEDERICI, *op. cit.*, p. 346.

(374) SERTILLANGES, *L'Eglise*, I, pp. 27-29.

ribundos — encontrar, nos que vão e nos que ficam, êste abandono consolador na Providência, realizando a palavra divina, "*Bemaventurados os que morrem no Senhor*" (Apoc. XIV, 13), porque "*é preciosa perante o Senhor a morte dos seus Santos*" (Ps. 115, 15).

196. Conclusão. — Se considerarmos a vida do homem na sua integridade, i. é, nas suas duas fases: a preparatória e a definitiva, e no plano total que inclui a Incarnação e a Redenção, o cristianismo oferece os meios de um triunfo definitivo da bondade, da felicidade e da vida sôbre o pecado, a dor e a morte. A presença dêstes males, na fase preparatória, não é incompatível com a divina Bondade. É ocasião, pelo contrário, por parte de Deus, de efusões maiores do seu Amor; por parte nossa, de maiores merecimentos e de uma participação mais íntima — e por conseguinte mais feliz — da Vida divina. Esta presença, considerada com respeito a Deus que a permitiu, resolve-se, portanto, em última análise, num mistério de amor.

É a solução do problema do mal na sua generalidade.

Para uma solução plena e perfeita, i. é, para vermos como êste plano de criação é sábio e bom até nos seus últimos pormenores e na sua aplicação em cada circunstância de cada um dos indivíduos, apesar da luta contínua que nêle encontramos entre o bem e o mal, apesar dos casos particulares que se apresentam a nós com aparência de dureza e de injustiça, seria necessário que tivéssemos um conhecimento integral de tôda a ordenação do bem.

Ora esta ordenação só pode ser conhecida: — ou vendo-a em Deus, sua fonte: o que é reservado aos eleitos na visão eterna; — ou vendo-a na total realização do plano, depois da inteira sucessão dos tempos, porque só então, com a completa ordenação dos meios e dos fins inteiramente em dia e exposta ao nosso olhar, o plano será apto a ser avaliado: é o que nos mostrará Deus no juízo final.

Até lá, para nós, o problema do mal em si mesmo contém ainda inevitavelmente muitas indeterminações, por faltar-nos os dados necessários (375).

(375) Conhecemos do plano apenas uma parte infinitesimal. Nosso olhar só alcança alguns passos, verificamos o funcionamento de apenas algumas fases no tempo, de alguns aspectos no conjunto; ignoramos os

Desde já, contudo, por duas vias podemos ter uma resposta tranqüilizadora, plenamente certa e segura.

Pela fé no ensino da revelação, que sempre exalta a sabedoria, a bondade e a misericórdia nas obras divinas.

Pela razão, por dedução demonstrativa, *a priori*, dos atributos divinos: sabemos e provamos que Deus é infinitamente poderoso, sábio e bom; sabemos e provamos que não pode agir senão em vista do Bem, que é Ele mesmo; por conseguinte, o seu plano de criação foi certamente traçado com sabedoria e bondade. E manda a mesma razão que não renunciemos a uma certeza por causa de algumas dúvidas e obscuridades, nascidas da nossa ignorância que não vê ainda os motivos da permissão de alguns males.

Com o mistério da Redenção, recebe esta certeza a sua suprema confirmação:

"Graças a Cristo, o amor de Deus pela sua criatura já não é pura conclusão filosófica ou teológica deduzida de princípios abstratos, é um fato de experiência. "A tal ponto amou Deus ao mundo, que lhe entregou seu filho unigênito." (Jo III, 10)... Como crer que Deus seja cruel ou indiferente ao sofrimento dos homens, se escolheu, para se mostrar a eles, a face do Crucificado? Depois dêste meio heróico de nos convencer, que necessidade de nos dar (outras) razões, e que direito temos nós de as exigir?... O Cristo basta para justificar o mundo, e o pecado, e a dor, e a morte, e tudo... Deus, Pai de Cristo padecente, pode também ser o Pai do mundo... O pagão, quando sofre, crê facilmente que seu deus o abandonou. Lembrando-se do Calvário, o cristão pensa que seu Deus está mais perto d'ele, que seu Deus o arrasta pela mão, pela nuca, pelos cabelos, que importa? Reconhece o seu Senhor nesta desapiedada brandura... Amor não covardemente complacente (tirando êstes males), mas amor forte, que a todo custo quer o maior bem do que Ele ama. E se o que Deus ama, é primariamente a criatura racional, o resto por causa dela, ou pelo menos em ligação com ela, o mal universal é assim justificado, e o grande *Amen* do Apocalipse é de direito." (376)

Podemos, pois, estar certos de que *tudo* no plano é regido por uma Providência que é boa. "Sabemos, diz S. Paulo, que

incios e os fins, as leis e as funções recíprocas que determinam a utilidade ou nocividade decisiva disso ou daquilo. Em suma, nada sabemos, e julgamos e decidimos. É incivil, diz um axioma de direito, querer julgar antes de ter explorado tóda a lei: *Incivile est nisi tota lege inspecta judicare*. Cfr. SERTILLANGES, *op. cit.*, pp. 45, 80.

(376) SERTILLANGES, *op. cit.*, pp. 86, 88, 83.

para os que amam a Deus, tôdas as coisas cooperam para o bem." (Rom. VIII, 28).

A presença do mal no mundo já não é um "escândalo" incompatível com a divina Bondade.

~~197. NOTA. — Não deve esta nossa certeza ficar perturbada por perguntas à primeira vista embaraçosas, mas que, examinadas no seu conteúdo e nas suas conseqüências, aparecem logo superficiais ou absurdas.~~

Se Deus é Bondade infinita, não devia criar o melhor dos mundos possíveis? — Por que criou este mundo e não outro? — Por que não criou este mundo melhor? — Por que não impediu o pecado? — Por que fêz o homem livre, sujeito a se perder? etc. . . . (377)

1. Deus nada *deve fazer* para ser Bom. Já em si mesmo e por sua essência é a Bondade infinita, independentemente de qualquer ser criado. Fazer depender Deus intrinsecamente de uma sua criatura, é absurdo manifesto. Logo, que o mundo exista ou não exista, seja mais ou menos perfeito, Deus não muda, sua Bondade permanece o que é. — O homem, pelo contrário, porque susceptível de progresso e porque não é a bondade, mas deve adquiri-la, para se tornar bom *deve fazer o bem*, e tanto melhor será, quanto maior fôr o bem que tiver feito.

2. "O melhor dos mundos possíveis" é *impossível*, é uma idéia *contraditória*: Qualquer mundo criado ou criável é necessariamente finito, pois somente a perfeição subsistente por si mesma (a se) é infinita. Sendo finito, entre a sua perfeição e a perfeição infinita subsistirá sempre uma margem infinita para outros mundos melhores.

3. Deus é absolutamente *livre* na criação: Deus quer necessariamente a sua Bondade, objeto próprio da sua vontade; como a nossa vontade é necessitada com relação à "felicidade" em geral. Mas precisamente porque já é por si mesmo a Bondade infinita ~~sem precisar para isso de outro ser. Deus permanece livre de querer ou não querer a existência de outros seres;~~ como a nossa vontade permanece livre diante de objetos não necessariamente conexos com a felicidade. (Cfr. STO. TOMÁS, *Suma Teológica*, I, q. 19, a. 3). Pode, portanto, Deus criar ou não criar, criar este ou aquêle mundo.

4. Nada pode querer Deus senão em relação à sua bondade, como nada pode querer a nossa vontade que não tenha relação

(377) São questões que pertencem a vários tratados (da *Criação*, da *Providência*, da *Sanção da lei moral* . . .). Aqui não podemos dar senão respostas esquemáticas. Cfr. CH. JOURNET, *op. cit.*, pp. 112-115, 121-132.

com a felicidade. Como, porém, Deus já é a Bondade infinita, que nada pode adquirir intrinsecamente, a única relação que outros seres podem ter com esta Bondade é manifestá-la "*ad extra*", fora de Deus. Para manifestá-la, devem participar dela. Logo criar é ~~comunicar às criaturas algo das perfeições desta Bondade. Por~~ consequente, *qualquer criação é boa*, num grau igual ao desta participação e comunicação. E sendo Deus livre, pode comunicar o grau, maior ou menor, que quiser.

5. A pergunta "Por que não criou Deus um mundo melhor?" pode sempre ser repetida em relação a qualquer mundo que Deus criar, porque finito. Levada ao seu extremo, vem a dar nesta outra: "Por que não criou Deus o melhor dos mundos possíveis?", a qual, como vimos acima, inclui contradição.

6. Não sabemos o "*porquê*" criou Deus *êste* mundo de preferência a outro: dependia da sua livre vontade, e não nos revelou as razões da sua escolha, nem estava obrigado a no-las revelar. — Num mundo totalmente diferente do nosso, a nossa personalidade não teria lugar. São, pois, sentimentos de gratidão que esta escolha deve suscitar em nós.

7. Pode Deus escolher e realizar qualquer um dos mundos possíveis. Mas uma vez escolhido e realizado um dêles, não pode fazer que *êste seja outro*, que não tenha sua essência, suas propriedades e condições de existência: seria contraditório.

8. *Suprimir a atividade* dos seres para evitar as conseqüências das ações e reações mútuas, seria tornar incognoscíveis a natureza e as perfeições dêstes seres, pois é somente pelas operações que se podem manifestar; seria reduzir o mundo sensível a um todo inerte, sem vida e sem progresso, congelado na sua imobildade, participando num grau muito menor da Perfeição divina que é Atividade pura e Causa primeira. — A supressão de males *transitórios* seria um bem menor do que a sua transformação em meios eficazes de maiores merecimentos *eternos*.

9. Suprimir no homem a *liberdade*, já não seria criar um verdadeiro homem e tornaria impossível um mútuo amor de amizade entre êle e Deus.

~~— Criar uma liberdade que não pudesse falhar, é impossível: deveria ser infinita como a de Deus.~~

Nem está provado que um plano onde as vontades livres não falhariam *dê fato* seja necessariamente melhor do que outro onde falham, mas que contém a Incarnação e a Redenção. Pelo contrário, vimos que *êste segundo plano dá a Deus uma glória estritamente infinita*, faz resplandecer melhor a sua misericórdia e permite, para nós, uma união mais íntima com a divindade.

10. Deus tem o direito de criar um ser racional e colocá-lo na alternativa: — *ou reconhecer a soberania de Deus, observando a sua lei com a ajuda divina, e experimentar a sua bondade e misericórdia numa felicidade sem fim; — ou recusar-se a esta sub-*

missão, expondo-se aos rigores da sua justiça. Negar este direito, seria limitar a liberdade, onipotência e soberania divina, tornando-a dependente da má-vontade de uma criatura: o que é absurdo.

Deus se oferece livremente a nós e quer ser aceito livremente, como requer a verdadeira amizade.

11. Exigir a *colaboração* da nossa vontade livre para nos salvar, é, por parte de Deus, mais uma fineza, que transforma a salvação num triunfo merecido, mais glorioso e mais feliz.

Se alguém não chegar a este triunfo, nada terá que se queixar de Deus, mas unicamente da própria *obstinação* pertinaz em resistir até o fim ao cúmulo de graças, com as quais Deus o chamara durante toda a sua vida.

12. Não encontramos, portanto, neste plano que Deus escolheu e realizou, nada que se oponha realmente à Bondade divina. Incluindo a elevação nossa à ordem sobrenatural, é *ótimo*, muito melhor do que pudéramos pretender ou imaginar.

CONCLUSÃO. — *De tudo o que vimos neste Artigo Segundo ressalta com evidência a perfeita conformidade e conveniência da doutrina cristã com a natureza humana.*

ARTIGO TERCEIRO

A TRANSCENDÊNCIA DO CRISTIANISMO SOBRE AS OUTRAS RELIGIÕES

198. POSIÇÃO DA QUESTÃO. — Vimos a excelência, sublimidade e transcendência absoluta do Cristianismo.

Mas, e as outras religiões?

Uma simples comparação com elas faz logo resplandecer a *transcendência* (relativa) do Cristianismo: a religião cristã não é uma religião "como as outras".

1) Por sua própria natureza e finalidade, toda religião tem por base a crença num Ser divino e trata das nossas relações com êle, dos problemas da nossa origem, das nossas aspirações e do nosso destino nesta vida e na outra. Problemas que são os mesmos para toda a humanidade. É, pois, natural que as várias respostas dadas pelos homens apresentem algum fundo comum ou semelhante.

Nem tudo é falso, nem tudo é mau nas religiões não-cristãs (378). E como o sobrenatural não pode estar em oposição com

(378) Por isso escreve PIO XII na Enc. *Divini Praesones*: "Nunca a Igreja tratou com desprezo e desdém as doutrinas dos pagãos, mas primeiro libertou-as de todos os erros, e depois as completou e coroou com a sabedoria cristã". Já dissera na sua primeira Enc. *Summi Pontificatus*:

a nossa natureza — pois é o mesmo Deus que é a fonte de ambos — tudo o que nestas religiões responder de fato a legítimas aspirações e a reais necessidades em face do destino humano, exprimindo elementos verdadeiros de religião natural, deverá forçosamente encontrar-se também numa religião que seja revelada. Houve ainda, às vèzes, como veremos, influências do cristianismo.

Por êstes motivos, explicam-se naturalmente as *semelhanças*, em alguns pontos de dogma, preceitos de moral e cerimônias de culto, que encontramos entre o cristianismo e as outras religiões (379).

2) Destas semelhanças, porém, não se pode concluir que tôdas as religiões têm o mesmo valor, porque existem também e principalmente *muitas diferenças*. São elas que atestam a *transcendência* do Cristianismo.

3) Nem é mister descer a todos os pormenores, como num tratado de *História das Religiões*. É suficiente comparar alguns pontos *essenciais*, e lembrar-se que na religião *verdadeira*, revelada por Deus, *tudo* deve ser verdadeiro e bom, sem mistura alguma de erro ou de mal. Encontrando, portanto, em alguma religião algo de errado ou de imoral, podemos logo concluir que não é religião revelada e que é inferior à religião cristã, cuja doutrina já verificamos ser excelente sob todos os aspectos.

4) Deixando de lado as antigas religiões pagãs já desaparecidas e as práticas supersticiosas dos povos ainda em estado primitivo, limitar-nos-emos ao Hinduísmo, ao Budismo e ao Maometismo, dos quais em nossos dias se faz muita propaganda, pondo-os em paralelo com o Cristianismo.

O HINDUÍSMO

A Índia foi o bêrço das principais religiões das enormes massas humanas que povoam a Ásia oriental. O fundo histórico primitivo parece ter sido um monoteísmo vago, cedo porém afogado em superstições grosseiras. Hoje, após uma evolução ininterrupta durante milênios, o *Hinduísmo*, com todos os seus desenvolvimentos e suas numerosas formas, constitui um "sincretismo" caótico, um amálgama de elementos diversos e não raro contraditórios, de mitologias e de teorias incom-

"Tudo o que nos usos e costumes dos diversos povos não estiver indissolúvelmente ligado a superstições e erros é sempre examinado com benevolência e, se possível, conservado, protegido e animado".

(379) Falamos das *semelhanças reais* e não das *imaginárias*, alegadas com tanta superficialidade ou falta de sinceridade científica por alguns racionalistas: cfr. o que dissemos supra, n.º 129, 4.º e 5.º e as notas correspondentes.

patíveis, vagas e em perpétuas mudanças: o que torna quase impossível a sua síntese (380).

199. O Vedismo. — 1. A mais antiga forma conhecida de religião hindu é o *Vedismo*, de pouco ulterior à expansão do ramo oriental dos Arianos, que, vindo do Irã, pelo séc. XVII antes de Cristo, ocupou primeiro o Pendjab ou país dos cinco rios e se espalhou pela Índia. — Foi assim chamada por causa do seu livro sacro, *O Veda*, que significa "ciência". Usa-se geralmente a forma plural, os *Vedas*, porque compreende quatro coleções (*samhitas*), compostas entre os séc. XV e V antes da nossa era: *Rig-veda*, a ciência dos hinos; *Sama-veda*, a ciência dos cantos; *Yadur-veda*, a ciência das fórmulas dos sacrifícios; *Atharva-veda*, a ciência das fórmulas mágicas.

2. O conteúdo dos *Vedas* é uma mistura de primitivo e de evoluído, de inteligível e de contradições. Encontram-se resíduos de uma religião de populações aborígenes ainda selvagens; práticas mágicas e estranhas superstições, juntas com afirmações de filosofia especulativa e de conduta moral; a crença na sobrevivência depois da morte, com castigos e prêmios de ordem material.

3. O *Rig-veda* contém traços de um monoteísmo arcaico, junto com um naturalismo pronunciado. Trinta e três divindades são mencionadas nos *Vedas*, entre as quais emergem: *Varuna*, que ainda concentra em si os principais atributos do Ser supremo; *Mitra*, o deus da fidelidade, que, com *Varuna*, vigia a moralidade; *Agni*, o Fogo, divindade dos sacerdotes e sacrificadores; *Indra*, senhor das regiões do ar e das tempestades, exterminador dos monstros; *Rudra* (chamado ao depois *Siva*), que preside às calamidades da natureza e à magia;

(380) Cfr. PINARD DE LA BOULLAYE, *L'étude comparée des Religions*, 2 vols., Paris, Beauchesne 1928, 1925. — TACCHI-VENTURI, S.J., *Storia delle Religioni*, 2 vols., Torino, U.T.E.T., 1934-1936. — G. SCHMIDT, *Manuale di storia comparata delle religioni* (trad. ital.), Brescia, Morcelliana 1949, 4ª ed. — A. ANWANDER, *La Religione e le Religioni* (trad. ital.), Ediz. Paoline 1954. — E. AEGERTER, *Les Grandes Religions*, Paris, Presses Univ. de France, 1950. — M. E. MODAELLI, *Il mondo non cristiano*, Roma, 1954. — N. TURCHI, *Le Religioni nel mondo*, Roma, 1951. — M. QUEGUINER, *Introduction à l'Hindouisme*, Edit. de l'Orante, Paris, 1958. — M. MOURRE, *Les religions et les philosophies d'Asie*, Paris, La Table Ronde, 1941. — E. GATHIER, S.J., *La Pensée hindoue*, Coll. Les univers., Paris, Edit. du Seuil 1960. — E. B. ALLO, O.P., *Religions de l'Inde*, na *Apologétique*, pp. 806-826.

Yama, deus da morte e dos mortos. — Muitas vezes nos hinos cada um deles é invocado como se fôra o Deus supremo, senão único: é o *henoteísmo*.

~~4. Há nos Vedas bons conselhos de moral natural; são condenados o furto, o homicídio, o adultério, a magia negra, o juramento falso. Mas a culpa pode ser contraída mesmo involuntariamente ou até herdada. Para tôdas implora-se o perdão dos deuses.~~

5. A *alma* é distinta do corpo, ao qual está unida por meio de um "corpo subtil", que a acompanha no além e a torna imortal no reino de *Yama*, onde os bons são felizes comendo mel com manteiga e bebendo o *soma* (bebida dos deuses), e os maus são lançados num bátrio, do qual não podem sair (381).

6. Característica do *Vedismo* é o número extraordinário dos seus *sacrifícios*: quotidianos, periódicos (luas novas, plenilúnios, estações, solstícios...) e ocasionais e mais solenes (como o do cavalo, reservado aos reis). — Eram imolados cabras, ovelhas, bois, cavalos e no I livro do Rig-veda encontram-se referências a sacrifícios humanos.

Nos inícios, o sacrifício era realmente um ato de religião, uma oferta aos deuses, acompanhada de ações de graças, de orações, de petições (quase unicamente de favores materiais); cedo porém penetraram a magia e a superstição. Já no Rig-veda encontramos hinos dirigidos a *Brahmanaspati*, "o senhor da oração", i. é, a personificação de um ato ritual. "*Brahman*" torna-se a palavra mágica mais poderosa, irresistível mesmo para os deuses, que devem servir automaticamente, mágicamente aos fins dos sacrificadores.

200. O *Bramanismo*. — 1. Oferecido, primitivamente, pelo sacrificador de cada família, o sacrifício complicou-se a tal ponto que foi necessário o recurso a especialistas, os *Brámanes* (— cultores da piedade). Detentores da palavra sacrificial e dos segredos rituais e mágicos, acabaram apossando-se do sacerdócio e se consideraram não apenas a classe mais elevada, mas de uma essência superior a todo o resto da humanidade.

Interpretando os Vedas à sua vontade e acomodando toda espécie de tendências e de formas religiosas heterogêneas num

(381) *Rig-veda* VII, 104, 30; X, 14, 8. — Cfr. MODAELLI, *op. cit.*, p. 106.

síncrétismo benevolente, onde ao lado de pensamentos profundos não faltam as contradições, deram origem ao *Bramanismo*, em contínuas transformações até aos nossos dias.

~~2. Aos Vedas foram acrescentando-se outros livros sagrados:~~

a) Os *Brahmanas*, comentários rituais dos Vedas, feitos pelos brâmanes em sentido mágico: o rito vai substituindo os deuses; o rito é tudo e influi necessariamente sobre os acontecimentos, porque é na virtude secreta do sacrifício, no *Brahman*, que está concentrado o poder que dirige a marcha do Cosmos.

b) Os *Upanishads*, especulações contemplativas de fundo *panteísta*, cujos traços já se encontram nos últimos livros do *Rigveda*. Foram compostos pelo IX e VIII séc. A. C. por ascetas e solitários, que, em oposição aos brâmanes, preferiam a meditação aos ritos: se os ritos e gestos humanos podem influenciar a marcha dos acontecimentos, é sinal que há no homem um "eu", um *Atman*, identificado com o próprio *Brahman*, o qual, de palavra mágica, passou a ser uma consciência ou alma universal, em seguida a essência do Universo, uma divindade *panteísta*, o *Todo* que está em tudo, enquanto os seres individuais distintos não são senão aspectos seus superficiais, passageiros e ilusórios. Sòmente o *Atman-Brahman* é real. Com a contemplação consegue o espírito humano conhecer a própria identidade com êle. É este conhecimento, e não uma pretensa eficácia do rito sacrificial, que nos obtém a felicidade eterna, i. é, a nossa absorção no *Brahman*.

3. Mas as castas inferiores e a massa do povo, mais fiéis aos Vedas, não seguiam as filosofias monistas. Com a magia e a mitologia, conservavam o conceito da divindade como ser pessoal. Entre os antigos deuses, que subsistiam todos, sobressairam *Visnu*, e *Siva* (o antigo *Rudra*).

Tentaram os brâmanes acomodar o seu *panteísmo* a esta corrente de mitologia *personalista*. Mas a contradição entre a adoração de um Deus pessoal e um *panteísmo* arreligioso e poliforme continuará sempre a cindir o pensamento hindu; estas duas posições, lógicamente *inconciliáveis*, estarão sempre em luta durante tóda a história das filosofias e das religiões da Índia.

4. O *Brahman*, permanecendo sempre a essência do *Todo*, foi primeiro identificado com *Visnu* e *Siva* e, depois, personificado em *Brama*, o criador. Com êle e com *Visnu*, o conservador, e *Siva*, o destruidor, formaram em seguida a *Trimúrti* (que nada tem a ver com a Trindade cristã: cfr. nota 237).

Brama foi casado com *Sarásvati*, a deusa da sabedoria; Visnu com *Lakshmi*, a deusa da fecundidade e da beleza; Siva com *Calí*, a deusa da destruição.

5. Vieram as grandes epopéias *Mahabharata* e *Ramayana*, redigidas a começar, talvez, do VI séc. A.C. até ao VII séc. da nossa era. Seus heróis respectivos, *Krisna* e *Rama*, da casta dos guerreiros, foram considerados como encarnações, *avatares*, de Visnu e divinizados. (382)

6. O Panteão do Hinduísmo continuou a povoar-se de um modo incrível: modernamente, as divindades contam-se aos milhões.

7. A lei sacra e profana, que compreende as observâncias de usos e costumes da vida social e religiosa, foi codificada sucessivamente em vários escritos: o *Código de Manu* e o de *Visnu*, ensinam as prescrições do ritual para o casamento, o funeral, os sacrifícios...; os *Agama* ou Tradições e os *Tantra* ou Livros (VII séc.) ocupam-se de mística, de ritos, de medicina, de magia e dão normas de vida prática.

8. Inserido no poema *Mahabharata*, o famoso escrito místico chamado *Bhagavad-Gita* (canto do Senhor, do Bemaventurado) aponta o caminho da *bhakti* (devoção) ou dom total de si mesmo a Deus e prescreve uma moral ativa praticada por amor de Deus, que a recompensará com a felicidade nesta vida e na outra. Mas esta doutrina, de ressonâncias cristãs — justaposta a dados monoteístas, politeístas e panteístas, onde Deus, considerado como o Eu transcendente do Universo é juntamente o próprio Universo visível com tôdas as suas mudanças, não é o Deus verdadeiro, — não encontra seu fundamento metafísico que a justifique, nem resolve o problema do mal e deixa na ambiguidade a sorte definitiva das almas não determinando se conservam a sua individualidade distinta ou não; e a moral, com o andar dos séculos, ficou contaminada por mitos absurdos ou eróticos.

(382) As lendas atribuem a Visnu muitos avatares ou descidas a esta terra em épocas de especiais necessidades ou perigos. Foi sucessivamente peixe, tartaruga, javali, leão, o anão *Vemana*, Rama, Krisna. Virá ainda uma vez, como cavalo, pôr fim ao reino do pecado, na última idade do mundo, que durará 1200 anos divinos, iguais a 482 mil anos humanos. MODARELLI, *op. cit.*, p. 117. — Cfr. em ANWANDER, *op. cit.*, pp. 458-472, trechos dos vários livros sacros sobre a origem do mundo, o dilúvio, a coamogonia, a lei do samsara, a via da *bhakti*, etc.

201. O Neo-Bramanismo. — Os últimos sete séculos antes de Cristo e os primeiros séculos da nossa era viram surgir na Índia uma exuberante efervescência religiosa, que desabrochou em inúmeras escolas e seitas diferentes.

1. Os pontos *fundamentais*, *comuns* a tôdas, reduzem-se aos seguintes:

a) A crença, ao menos teórica, na revelação védica, sem a qual uma seita não seria reconhecida como hindu, mas taxada de heresia.

b) A crença no *Samsara* ou metempsicose, transmigração das almas através de vidas sucessivas, renascendo em animais, homens, deuses, demônios, para existências melhores ou piores, segundo a lei do seu *Karma* ou lei dos atos, i. é, da soma das ações boas e más, mesmo das indeliberadas e involuntárias, praticadas nas vidas precedentes.

Esta transmigração e esta lei inexorável, que não se encontram nos Vedas e somente em germe nos Brahmanas, e que, provavelmente sob a influência do budismo, penetraram todo o pensamento hindu como dogma indiscutível, constituem o mal supremo que perdura indefinidamente enquanto a alma não estiver inteiramente purificada, chegando ao *moksha*, onde encontra o repouso com a sua absorção no Absoluto.

2. Para alcançar esta libertação do ciclo doloroso do *Samsara*, que é a grande ânsia e preocupação de todo hindu, apontaram as várias seitas diferentes caminhos:

a via da *sabedoria*: o homem será sempre sujeito a novas existências, enquanto sair desta vida imerso nas paixões e desejos de existência; quando tomar consciência do *Atman-Brahman*, i. é, da identidade da sua alma individual com a alma universal, passando da multiplicidade para a unidade, então ao morrer absorve-se em Brama, *nô Todo*;

a via dos *sacrifícios* com seu poder mágico e veneração pelos brâmanes;

a via das *penitências* e macerações e do desapêgo de tudo o que a nossa natureza sensível procura;

a via da *bhakti*, do amor e do dom total de si mesmo a Deus.

É lastimável, porém, que estas vias tenham degenerado em formas imorais e panteístas, e que o estado do homem no *moksha*, depois da libertação, não fique bem determinado: permanece ou desaparece a personalidade individual consciente?

3. Entre as muitas escolas e seitas que perduram ainda hoje, citemos:

o *Nyaya*, realista e teísta;

o *Samkhya*, já existente no VII séc. A. C., mas só mais tarde plenamente sistematizado, abandonando o monismo, é realista e dualista: admite a existência de uma matéria primitiva eterna, a *Prakriti*, e de inúmeras almas individuais, as *Purushas*, que pelos seus atos se enredaram no mundo das mudanças e da dor; conserva os Vedas, o Karma, o samsara, as reencarnações e a aspiração para a libertação, a qual se obtém pelo conhecimento, i. é, quando a purusha toma consciência da sua separação do corpo sutil que a acompanhava nas reencarnações e da sua independência em relação à *Prakriti*. Na sua forma mais clássica, o *Samkhya* conduziu ao materialismo e ao ateísmo e influenciou fortemente sobre o Budismo;

o *Yoga*, afim do *Samkhya*, ensina a eficácia das várias ascetes ou práticas corporais e espirituais para alcançar a união com o Princípio do mundo e para a libertação; os graus desta ascensão mística são quatro, como na contemplação praticada no Budismo. O *Yoga* reforçou as tendências teísticas do Bramanismo e a piedade hindu.

Mais célebre é o *Vedanta*, que proclama o monismo universal, a unidade de essência de todos os seres, do mundo e de Deus. Não há, porém, uniformidade no modo de conceber esta unidade:

a) Para SANKARA, pensador sivaíta do VIII séc. da nossa era, a única realidade é Deus; o mundo é uma "Maya", uma ilusão. Este monismo suprime praticamente toda existência própria, toda moral e toda religião, pois tudo isso supõe a realidade de dois termos distintos: Deus e a criatura.

b) Pelo contrário, RAMANUJA (XI séc.), o maior de todos os pensadores do *Vedanta*, refuta Sankara, a quem chama de malfeitor intelectual, e propõe uma exposição metafísica da mística visnuíta mais pura, tentando conciliar o monismo tradicional com a individualidade permanente e a responsabilidade das almas humanas. Não tendo, porém, a idéia da criação *ex nihilo*, concebeu as criaturas como "modos" de Deus; modos exteriores, que não modificam a Deus, transcendente em si mesmo, perfeito, imutável, indivisível e que só pode fazer o bem. Depois de purificadas em existências sucessivas, as almas gozarão pessoal e eternamente da sua unidade com Deus. — Mas, por manter ainda a unidade de essência de Deus e das criaturas, esta posição não consegue garantir a Deus a verdadeira transcendência, nem às criaturas a verdadeira realidade e deixa abertas as portas ao panteísmo. Nem tampouco explica o erro inicial das almas e a origem do mal e, portanto, nem o *Samsara*, que contudo admite, bem como o regime das castas, a idolatria e os mitos tradicionais.

Por isso, nem a doutrina de Ramanuja, a flor mais pura do visnuísmo, nem a de seus sucessores *Madhva*, *Vallabha*... , ou de

outros mestres religiosos, como *Ramananda*, que professaram também a bhakti e cujas obras apresentam belas páginas, podem ser comparadas com a pureza da moral evangélica.

202. No meio desta fermentação religiosa poliforme, nasceram também no VI séc. A.C., várias seitas filosóficas heterodoxas, opostas à dominação dos brâmanes, entre as quais o Jainismo e o Budismo, saídos ambos da casta dos guerreiros. Do Budismo, por causa da sua especial importância, falaremos à parte.

O JAINISMO (de *Jaina* ou *Jina* — vencedor,) de pouco anterior ao Budismo, teve como chefe e "grande heroi" *Mahavira*, nascido pelos meados do VI séc. A.C. Aos trinta anos deu-se inteiramente à vida ascética e aos 72 anos entrou no Nirvana.

Não se preocupou com as divindades, que concebia como criaturas vizinhas da libertação final do Karma. Para nós homens, esta libertação ou "vitória" só pode ser alcançada através de uma continua peregrinação, árduas penitências e séria meditação ou introspecção, evitando qualquer relação com o outro sexo, excluindo tóda propriedade e arrogância e praticando a *ahimsâ*, a "não-violência", i. é, a renúncia a tóda intenção de matar ou fazer mal a qualquer ser vivo. Noção equívoca, inspirada, não pela compaixão ou amor, mas unicamente pela preocupação egoísta de se manter ao abrigo dos enredos do mundo e de poder assim fugir ao Karma, segundo o qual fazer mal a alguém é fazer mal a si mesmo e ter que nascer novamente. Por isso, a não-violência foi logo interpretada no sentido de não-atividade. (383)

Mahavira uniu fortemente os seus discípulos numa ordem monástica, à qual foram agregados, com obrigações menos rígidas, leigos simpatizantes, que eram principalmente comerciantes e banqueiros abastados. Sustentavam as comunidades dos monges para lhes permitir uma vida em tudo conforme com as prescrições do seu Mestre. Financiaram também os seus templos suntuosos, que ainda hoje representam um patrimônio artistico de valor. Melhorando, com o tempo, suas relações com os brâmanes, o Jainismo pôde manter-se na Índia, onde ocupa ainda agora uma posição exígua mas respeitada, com um milhão e meio de adeptos.

203. O Hinduísmo Moderno. — 1. Durante o domínio inglês na Índia, os melhores espíritos, em contato com o monoteísmo do cristianismo e do islamismo, perceberam a fraqueza

(383) É sabido que *Gandhi* fizera da não-violência a norma suprema da sua ação política de resistência; dera-lhe, porém, uma interpretação muito diferente da concepção primitiva.

do sistema religioso hindu. Surgiram tentativas de inserir princípios cristãos no sincretismo imanentista e pantefista tradicional. Nem faltou quem procurasse unir Jesus com Maomé e Krisna, fazendo de Cristo mais um avatar ocidental de Visnu. ~~Outros combatem o cristianismo com as calúnias do anticlericalismo europeu.~~ As novas seitas do *Brahma-Samaj*, *Arya-Samaj*, *Dev-Samaj* e outras lutam para mitigar a tirania das castas, remover o politeísmo, o casamento das crianças, o suicídio das viúvas e outros abusos, ou apresentam uma superstição mais refinada, ou tendem para o racionalismo.

O nacionalismo é ainda, com o *dharma* das castas e o sincretismo tradicional, o grande obstáculo à evangelização cristã, porque o cristianismo não é de origem hindu, impõe um dogma bem definido e considera todos os homens como irmãos.

2. A grave crise religiosa das elites não atingiu até agora as massas populares, que continuam imersas nas suas superstições pagãs, com a desordem e as devassidões das suas grandes peregrinações nas margens do Ganges e a Benares, com as bailarinas dos templos a exercerem o meretrício, com o culto das vacas sagradas, dos macacos, crocodilos e cobras; mas também com a convicção dos fiéis, com a beleza dos templos e de algumas cerimônias alegóricas, como as ofertas de perfumes, de flores..., que suplantaram quase em tôda a parte os sacrifícios sangrentos.

3. Embora controlado pelos brâmanes, o Hinduísmo não possui uma organização unificada. Cada qual, contanto que venere os Vedas e obedeça às leis da sua casta, pode livremente ter sua crença pessoal e escolher seu deus particular. — Há três grandes gêneros de religiões, subdivididos em numerosas seitas:

a) O *Visnuísmo*, que predomina e adora Visnu nos seus avatares Crisna e Rama, Lakshmi sua esposa, Hanoumat o deus macaco, e todo um vasto panteão. A bhakti imita erôticamente os amores mitológicos de Krisna com as pastoras.

b) O *Sivaísmo*, muito espalhado e de nível menos elevado, embora haja seitas, com as do *Saiva-sidhanta*, que são francamente monoteístas. O emblema de Siva, colocado em tôda a parte, é o *linga* (phallus), que representa a transmissão da vida. Sob o influxo deletério da mágica do *tantrismo*, pres-

tou-se a tóda espécie de corrupção, chegando a apontar o vício e a devassidão como meios destruidores da vida individual e caminho mais curto para a Libertação. Nas seitas “da mão esquerda” praticam-se em segrêdo, como atos religiosos, os vícios mais abomináveis. ~~O Panteão de Sivaísmo conta mais de~~ um milhão de deuses menores, de gênios bons e maus.

c) O culto da *Deusa, Cali*, espôsa de Siva, que floresce principalmente no Bengala, chega a excessos ainda maiores. Cali ou, na linguagem filosófica, Sakti (personificação do poder operativo do deus), é a deusa da morte e da destruição. Daí o aspecto horrível de suas estátuas e o caráter repugnante e sangrento dos sacrifícios que os *saktas*, seus devotos, lhe oferecem. Encontra-se, contudo, em alguns adeptos, altos voos de misticismo e uma idealização de Cali em mãe de misericórdia. (384)

204. CONCLUSÃO. — Do que vimos é evidente que, sob nenhuma das suas formas, pode o Hinduísmo ser considerado como religião verdadeira.

a) No seu *dogma*, as poucas verdades estiveram sempre afogadas primeiro num politeísmo naturalista, depois num panteísmo idealista e agora num politeísmo abjeto.

b) Na *moral*, há bons conselhos e preceitos de ética natural, provenientes dos Vedas. Falta, porém, a lei da verdadeira caridade e dominam o egoísmo, o orgulho e o desprezo dos outros.

A lei do *Karma* leva a considerar cada desgraça como um castigo merecido, ao menos numa existência anterior: daí o pessimismo, o fatalismo e a ausência de compaixão, que invadiram a civilização hindu.

As inúmeras prescrições familiares, sociais e rituais do *Dharma* mantêm a sociedade numa divisão desumana e imoral de *castas* distintas e quase sem contato entre si. Os brâmanes, saídos da boca de Brama, consideram-se tão acima dos outros mortais, que, praticamente, se substituíram aos deuses na veneração dos fiéis. Dos braços saíram os guerreiros; do ventre, os comerciantes; dos pés, os artesãos; e abaixo ainda, a imensa multidão dos párias, os intocáveis, “descastados”, que vivem num desprezo dificilmente imaginável.

(384) Cfr. *Apologétique*, pp. 820-821.

Acrescentem-se ainda certos costumes introduzidos pelos brâmanes, proibidos pelos governos modernos: a matança das filhinas, a imolação dos prisioneiros de guerra, o casamento precoce, o suicídio das viúvas na fogueira onde era queimado o corpo dos seus esposos, o suicídio dos fanáticos sob o carro de Visnu ou nas águas do Ganges.

c) No *culto*, ao lado de algumas preces e de hinos védicos elevados, introduziram-se tantas lendas prosseiras e tantos sacrifícios com práticas tão obscenas, que desafiam a literatura mais cínicamente naturalista.

Resultado melhor mereciam os esforços e as especulações trimilenárias de um povo, o mais naturalmente religioso de todos, para desvendar as realidades eternas.

Perto do Hinduísmo, com que fulgor não resplandece a *transcendência* do Cristianismo. Esperemos que a crise religiosa atual das elites cedo possa desabrochar na corrente salvadora cristã, para o maior bem e a tranqüilidade de consciência das centenas de milhões de filhos da "grande mãe" Índia.

O BUDISMO

205. Como o Jainismo, o Budismo foi uma reação contra o Bramanismo. Buda não reconheceu a absoluta autoridade, dogmática e disciplinar, da interpretação dada aos Vedas pelos brâmanes e pelos ascetas. Emancipou-se do formalismo dos ritos e do domínio dos brâmanes; mas quanto ao âmago da doutrina — reconhecem-no agora os especialistas — é mais semelhante ou paralelo ao bramanismo do que antes se julgava. Pôs como base o agnosticismo e, como meio de libertação, aos ritos substituiu uma moral. Mas a sua orientação geral deixou margem para um pulular de inúmeras concepções diversas. Hoje não é *uma* religião, mas um *aglomerado de religiões* mal definidas (por ex., somente no Japão contam-se mais de 60 seitas), cada uma com seu complicado panteão de budas, de deuses e deusas, diversamente subordinados, com seus variados ritos que vão das cerimônias comovedoras do culto de Amitabha às práticas mágicas e obscenas do Tantrismo budista. (385)

(385) Além das obras citadas na nota 380, cfr. H. OLDENBERG, *Le Bouddha* (trad. de A. FOUCHER), 2ª ed., Paris 1903. — AL. DAVID-NÉEL, *Le Bouddhisme, ses doctrines et ses méthodes*, Paris, Plon 1936. — L. DE LA VALLÉE-POUSSIN, *Le dogme et la philosophie du Bouddhisme*, Paris,

206. O FUNDADOR. — *Buda* é certamente uma personagem histórica. Cedo, porém, a lenda apropriou-se desta existência, recobrando-a com tantas extravagâncias grotescas, que é difícil extrair dêsse amálgama o verdadeiro aspecto do fundador do budismo. (386)

1. Nasceu *Buda* entre os anos 560 e 556 A. C., em *Lumbini* (como atestam recentes descobertas arqueológicas), perto de *Kapilavastu*, capital de um pequeno principado situado na vertente do Himalaia ao nordeste da Índia e governado por seu pai, *Çudhodana*, da família dos *Gautama* e da raça dos *Çakya*. Recebeu ao nascer o nome de *Siddartha* (— o que chegou à meta). Nos textos é designado indiferentemente com vários nomes: *Siddartha* (seu nome real), *Gautama* (seu nome de família), *Çakyamuni* (o solitário da raça dos *Çakya*), *Bhagavat* (o Bemaventurado), *Tathāgata* (o Perfeito), *Jina* (o Vitorioso) e principalmente *Budha* (o Desperto, o Sábio, o Iluminado).

2. Cedo órfão de sua mãe, *Maya*, viveu até aos 29 anos no palácio, mantido por seu pai afastado de todo espetáculo de sofrimento humano. Rico, casado, tendo um filho, *Rāhula*, experimentava contudo uma estranha inquietação. Em saídas sucessivas do palácio, teria encontrado um velho, um doente, um cadáver e um monge mendicante calmo e sereno.

3. Querendo alcançar esta serenidade, abandonou pai, esposa, filho e as delícias da corte, e durante muito tempo praticou o ascetismo mais rigoroso em companhia de cinco monges brâmanes. Mas permanece a angústia. Descrente da eficácia das macerações, parte, sozinho, peregrinando e meditando, até que, ao cabo de sete anos, numa tarde, debaixo de uma figueira, recebe a revelação e se torna o *Buda*, o Iluminado.

4. Depois de algumas hesitações, resolve divulgar esta sabedoria. Volta aos cinco companheiros e num bosque, perto de *Benares*, pronuncia o famoso discurso das “*Quatro Verdades*”, que resumem toda a sua doutrina e cujas raízes já se encontravam no *Samkhya*, no *Yoga*, no *Vedanta* e na doutrina da *Bhakti*. Pôs assim em movimento a “*Roda da Lei*”, que se tornou o símbolo da fé budista e do próprio *Buda*.

Beauchesne 1930; e o art. em *Christus*, Vol. II, pp. 107-147. — TAYMANS D'EPERNON, S.J., *Les paradoxes du bouddhisme*, Louvain, 1947. — H. ARVON, *Le Bouddhisme*, P. U. F., Paris 1951. — H. DE LUBAC, S.J., *La rencontre du bouddhisme et de l'Occident*, Paris, Aubier 1954. — M. PERCHERON, *Le Bouddha et le bouddhisme*, Paris, Ed. du Seuil 1956. — *Enciclopedia Italiana*, artigos “*Buddha*” e “*Buddhismo*”, p. 30-43. — E. B. ALLO, O.P., art. *Le Bouddhisme*, na *Apologétique*, pp. 827-849.

(386) ARVON (*op. cit.*, p. 26) chega a dizer que uma tal tentativa é condenada de antemão ao insucesso, e aconselha a pôr de lado o espírito crítico no que se refere à biografia de *Buda*. Admite-se, contudo, geralmente, como digna de fé a tradição acerca do seu país de origem, da sua família e dos pontos essenciais da sua doutrina.

5. Continuou sua pregação durante mais de 40 anos, vendo crescer o número dos discípulos, entre os quais Bibisara, rei do Magadha, Ananda, o discípulo predileto, e Râhula, o seu próprio filho. Promulgou uma lei (*Dharma*), na qual inculca a moderação, a benevolência e a renúncia de si mesmo. A exemplo de outros ascetas da Índia, para conservar sua doutrina lançou as bases de uma comunidade (*Samgha*), que se desenvolveu, ao depois, sob a forma de organizações monásticas estritamente regulamentadas.

6. Diz a lenda que Buda, chegado aos 80 anos, entre 480 e 476 A. C., decidiu entrar no Nirvana. Faleceu em Kusinara (387). Os nobres queimaram seu corpo com as honras devidas aos soberanos e repartiram entre si os restos, que foram colocados em monumentos - relicários, onde são conservados e recebem o culto dos fiéis.

207. DOCTRINA DE BUDA. — É praticamente impossível fixar com alguma exatidão, no terreno movediço da proliferação de tantas seitas e escolas, qual foi realmente o ensino autêntico de Buda. Existem, é verdade, muitos escritos considerados canônicos, que expõem as doutrinas de Çakiamuni. Mas foram redigidos séculos depois da sua morte, em têrmos imprecisos e ambíguos, e ainda transformados e diversamente interpretados em milhares de comentários até ao VII séc. da nossa era, de modo que apresentam concepções muito divergentes, às vêzes contraditórias, e sem nenhuma garantia crítica. Devemos contentar-nos com alguns pontos mais essenciais geralmente admitidos pelos indianistas.

(387) As vidas lendárias de Buda, como o *Lalita-Vistara*, escrito no II séc. da nossa era (portanto, mais de 600 anos depois da morte de Siddartha), encheram de maravilhoso a morte de Buda, como fizeram também com a sua concepção e seu nascimento (cfr. por ex. FERCHÉRON, *op. cit.*, pp. 18-21 e 37). A realidade foi menos póstica:

“Sua morte foi provocada por um prato de carne de javali, que o ferreiro Çunda lhe oferecera a Pava. Como conciliar o uso da carne pelo Buda com o mandamento da *ahimsá* que proíbe matar os animais? É grande a perplexidade dos autores canônicos. Alguns silenciam a causa da morte, outros a mencionam sem comentários. Indianistas europeus emitiram a hipótese que a palavra empregada para designar o tal prato poderia muito bem aplicar-se a um prato de cogumelos chamados “alegria de javali” (1). Talvez a doutrina primitiva de Buda na questão da *ahimsá* não fôsse tão rigorosa como a dos jainistas. Ainda em nossos dias, os monges budistas de Ceilão aceitam a carne que é depositada na sua escudela.” (ARVON, *op. cit.*, p. 38).

Seria injusto avaliar Buda tão somente por defeitos na sua vida e no seu caráter. Contudo, uma morte por indigestão não deixa de surpreender num fundador ou reformador religioso ou moral. Quem ousaria compará-la com a morte redentora de Cristo?

208. *Dogma.* — 1. Não negou Buda a divindade; nem polemizou contra os deuses populares; mas tampouco falou de Deus: ignora-O, como os modernos agnósticos e positivistas.

2. Pôs como dogma fundamental e intangível o *Samsara*, i. é, a sucessão indefinida e dolorosa das reencarnações, e a lei do Karma: dogma já existente em germe nos Brâmanas e que a influência do budismo fêz penetrar em todo o pensamento hindu.

3. A originalidade do ensino de Buda consiste no caminho que leva à *Libertação*:

a) desprezando as inúteis especulações dos "Brâmanas" acêrca do *Brahman* absoluto e rejeitando o *Atman-Brahman*, i. é, a identidade da alma individual com a alma universal,

b) e declarando falsa e fraudulenta a pretensão dos brâmanes que atribuíam valor e eficácia absoluta aos ritos supersticiosos e mágicos dos seus sacrifícios e cerimônias puramente exteriores,

c) como grande meio para alcançar o repouso final, apontou a atividade *moral*, a renúncia à concupiscência e aos desejos, a mansidão e a benevolência.

Este fôra o conhecimento que, segundo a lenda, despertara em Buda sob a árvore da *Bodhi* (iluminação) e que foi promulgado em Benares com as *Quatro Verdades* fundamentais sôbre a dor, sua origem e os meios de suprimi-la:

— A dor é universal e invade tôdas as coisas dêste mundo, pois tudo nesta vida sensível, inclusive as satisfações, é *efêmero* e vai dar finalmente na dor. — O próprio homem não possui *alma substancial e permanente*; mas é um simples "processo" fortuito, um "agregado" momentâneo de corporeidade, sensação, percepção, volição e consciência (os cinco *Skandhas*), que se dissolve. Por isso, o mundo e a existência são essencialmente *dor*.

— A origem da dor está na sêde de existência, na sêde de prazer, no impulso para a vida que nos leva de nascimento em nascimento.

— A supressão da dor obtém-se pela extinção desta sêde, renunciando completamente a todo e qualquer desejo.

— O meio para alcançar esta extinção é a *contemplação*, até chegar à "meditação pura", virtude suprema do budismo, último estágio do aperfeiçoamento interior, fruto de longa prática de vida moral, de bondade e benevolência para com todos os seres vivos (388).

(388) O caminho que conduz a êste conhecimento libertador é a "*nobre octúplice senda*": a reta fé, o reto propósito, a reta palavra, a

d) Quem consegue elevar-se à mística da "meditação pura" encontra a paz perfeita, com o cessar de qualquer volição, de qualquer inquietação e mudança. A exemplo de Buda, o Perfeito, alcança o *Nirvana*, estado *permanente* onde cessa a dor. ~~Este "nirvana-na-terra" é condição necessária para não~~ estar mais sujeito a novas reencarnações; é penhor certo de entrar, ao morrer, no *Nirvana* eterno.

4. Que coisa é, porém, o *Nirvana* do Budismo?

O *Nirvana* — palavra sânscrita que significa "cessação, extinção" — é considerado como a cessação ou libertação das reencarnações. Nesta vida, como dissemos, é o estado do "*arhat*", do "liberto-vivo": estado de paz perfeita e de impassibilidade, alcançado quando são "apagadas" tôdas as paixões e inquietações.

Mas depois da morte, em que consiste o *Nirvana*? É o puro nada? É um estado de felicidade consciente, onde permanece a personalidade de cada um? É uma absorção despersonalizadora no Absoluto? Cada hipótese tem seus sequazes e também sua dificuldade.

Se é uma felicidade, quem poderá gozar dela? e se é uma absorção, que coisa é que fica absorvida? — uma vez que para Buda não existe em nós uma alma substancial imortal, e por outro lado o nosso "eu" é irreal ou um simples agregado efêmero que se dissolve com a morte e cujos elementos vão logo formar outros agregados.

Deveria, portanto, ser o puro nada. E de fato, Buda chama o estado do *Nirvana* um *Não-ser*. Mas, interrogado repetidamente pelos discípulos sobre a natureza deste "não-ser", recusou sempre dar uma resposta precisa. Declarou, pelo contrário, questão ociosa e inútil querer saber se o *Nirvana* corresponde a uma qualquer existência ou ao aniquilamento total.

Veremos que a massa dos fiéis espera um estado de felicidade positiva e consciente; mas é porque nunca se preocupou com a doutrina especulativa, a qual, ainda hoje, mantém os seus doutores enredados e divididos.

209. *Moral*. — Reconheceu Buda a importância da vida moral na procura do *Nirvana*, prescrevendo a renúncia às paixões e o desapêgo dos negócios deste mundo sensível.

reta ação, o reto modo de viver, o reto esforço, o reto pensamento, a reta contemplação.

Aos simples fiéis, que, vivendo no mundo, nada fazem para se libertarem dos desejos e seguem um caminho lento que exigirá várias existências, proíbe roubar, mentir, embebedar-se, cometer adultério e matar qualquer ser vivo.

Para os religiosos budistas, os bonzos, que vivem em comunidades, entregando-se à "contemplação" para alcançar o Nirvana logo depois da vida presente, foram acrescentados o celibato e a pobreza e mais 250 proibições minuciosas, que são lidas em comum duas vezes por mês, "confessando" cada um as faltas cometidas.

Prescreveu também a mansidão e a benevolência ou caridade. Esta caridade, porém, não é um ato de auxílio ao próximo, nem uma homenagem à divindade, mas somente um meio no caminho do desapêgo pessoal. Consiste, principalmente, para os religiosos, em ensinar aos fiéis a via da Libertação; para os fiéis, em assegurar, com suas esmolas, a subsistência dos bonzos.

210. *Culto.* — Não falando nunca em Deus, não podia Buda apresentar nem culto nem sacrificio à divindade.

Por isso, em lugar da oração, prescreve a *contemplação* ou *meditação*, que não é uma atitude passiva, uma espécie de misticismo ou um estado estático. Muito pelo contrário, é antes de mais nada uma disciplina, um método ativo e controlado, no qual, por meio de exercícios físicos e psíquicos indicados pelo Yoga, deve-se procurar isolar a consciência de todo o mundo sensível, para concentrá-la sobre o "Vazio absoluto" e alcançar a Iluminação.

Esta escada especulativa tem quatro degraus, correspondentes às quatro "Verdades Santas". O primeiro consiste em adquirir o contróle dos sentidos; o segundo, em refrear e domar a imaginação; o terceiro, em suprimir a sensibilidade; no quarto, enfim, extintos já todos os desejos, é alcançado o estado permanente da perfeita paz, o estado do *arhat* ou liberto-vivo.

211. *As duas classes de discípulos.*

1) Os *Monges.* — Por causa do isolamento necessário para esta continua e intensa meditação, o budismo, para ser observado na sua integridade, pressupõe o estado monacal. De fato, muitos discípulos constituíram-se em comunidade (*Samgha*) ou confraria de *monges* mendicantes, sem sacerdócio, e os discursos de Buda são dirigidos quase exclusivamente a eles. Nesta comunidade po-

diam ingressar pessoas de qualquer casta, porque para Buda o regime das castas, apesar de considerado necessário para a vida temporal, não atingia o monge que devia viver retirado do mundo.

É ainda a doutrina da extinção de todos os apegos da sensibilidade que suscitou em Buda tantas hesitações, antes de admitir ~~mulheres na confraria; nem o fez sem muitas restrições e subordinações quase humilhantes~~ (389).

Os grupos cenobíticos organizaram-se logo em comunidades cada vez mais fechadas e desdenhosas, dando origem ao *Arhat*, ideal monacal, racionalista e egoísta, do perfeito desapegado, indiferente a tudo o que é alheio às suas próprias contemplanções. Somente os *Arhats* podem entrar no Nirvana logo depois desta vida.

2) Os *Leigos*. — O sustento de monges vivendo de esmolas dependia necessariamente de fiéis *leigos*, que permaneciam no mundo temporal, seguindo numa certa medida os ensinamentos de Buda, mas sem laço dogmático ou espiritual com a doutrina. A virtude que nêles mais apreciam os textos budistas é a generosidade na beneficência, não já em aliviar as misérias dos pobres, mas em prover às necessidades dos monges. Não praticando a renúncia total do mundo, não podem os leigos pretender entrar logo no Nirvana. Se, porém, forem muito generosos, poderão renascer como monges.

Mas por causa da separação e do abandono em que eram deixados, nunca tiveram os leigos o sentimento de pertencerem a uma religião particular. Por isso, continuavam a seguir as crenças e os ritos das suas antigas religiões.

Evolução e divisões do Budismo.

212. Cedo começaram as divergências e os cismas. Os textos mencionam a existência de 18 escolas anteriores ao III séc. A. C. Foi necessário convocar concílios ou assembléias de monges para examinar e fixar os Livros sacros. O primeiro, quase logo depois da morte de Çakiamuni, realizou-se a *Rajagriha*; o segundo, um século mais tarde, a *Veçali*. O terceiro e mais importante foi reunido a *Patna*, em 245 A. C., pelo imperador *Açoka*, grande protetor do budismo, que abriu a Índia tôda à peregrinação e expansão dos monges.

(389) Não tinha Buda em alta estima o caráter feminino: "É preciso desconfiar das mulheres. Para uma criteriosa, há mais de mil loucas ou más. A mulher é mais secreta que o caminho por onde passa o peixe na água. É feroz como o bandido, e como êle astuta. É raro que diga a verdade: para ela a verdade é igual à mentira, e a mentira igual à verdade. Frequentemente aconselhei a evitar as mulheres." Cit. *apud* FERCHERON, *op. cit.*, p. 95.

Uma quarta assembléia no Kashmir, no II séc.^o da nossa era, procurou conciliar as divergências, mas em vão. O Budismo já era apenas um gênero, nitidamente dividido em duas grandes espécies, contendo cada uma numerosas variedades: O Hinayana ou Pequeno Veículo, o Mahayana ou Grande Veículo. A êles, mais tarde veio acrescentar-se o *Vajrayana* ou *Veículo Tântrico*.

213. O Pequeno Veículo foi o budismo do sul da Índia, hoje espalhado na ilha de Ceilão, na Birmânia, no Sião e no Cambodja. Pretende possuir o ensino autêntico e tradicional de Çakiamuni, ao qual unicamente quer permanecer fiel (390).

Na teoria hinayanista não existe nada de permanente, nem Absoluto, nem deus, nem pessoa, nem substância, nem alma. Só existem fenômenos, que se combinam em agregados numas contínuas composições e dissoluções.

Contudo, em contradição com este fenomenismo e sem fornecer explicação aceitável, é admitida uma certa continuidade do elemento "consciência" de cada um. Ao libertar-se de um agregado que se dissolveu no termo de uma existência, esta consciência, arrastando consigo o seu *karma* (suas ações), passaria a formar com novos elementos um outro agregado, que daria início a uma nova existência condicionada pelo karma da precedente, e assim por diante até ir perder-se finalmente num Nirvana, de natureza indefinida, chamado a "*Outra-Margem*", onde não se sabe o que subsistirá nem como subsistirá.

No *Hinayana*, o karma e o Nirvana são individuais; cada um pode alcançar a "*Outra-Margem*" com seus próprios esforços, realizando a perfeição do *Arhat*, sem nenhum auxílio de um Ser Supremo. É, portanto, menos uma religião do que uma doutrina ética com um conjunto complicado de meditações. — A principal figura do Hinayana antigo é *Buddhaghosa* (fim do IV séc.), autor do *Visuddhimagga* (caminho de pureza) que ainda goza de autoridade. Hoje, os monges e os intelectuais hinayanistas são geralmente racionalistas agnósticos ou mesmo ateus.

Pelo contrário, para a *massa dos fiéis*, Buda continua subsistente e é colocado acima dos outros deuses que conservaram dos seus politeísmos antigos; a êle são dirigidas orações e petições. É, pois, uma *religião-politeísta com um deus supremo*, Buda, cujas relíquias, conservadas nos "*stupas*" ou cúpulas monumentais, são objeto de culto fervente e meta de imensas peregrinações.

(390) O livro sagrado do Hinayana, o *Tripitaka*, em língua páli, teria sido fixado no terceiro concílio. Divide-se em três "Cestas", que contêm a disciplina monástica, as pregações de Buda e a exposição da sua doutrina.

214. O Grande Veículo teve início no norte da Índia, no começo da nossa era. Combatido pelos brâmanes e expulso da Índia no séc. XII, encontra-se ainda, sob várias formas e numerosas seitas, no Tibete, na China (391), na Mongólia, na Coreia e no Japão.

O *Mahayana* considera incompleta a tradição escrita seguida pelo *Hinayana* e apela para doutrinas que Çakiamuni teria revelado a poucos iniciados e que teriam sido por estes transmitidas oralmente a seus próprios discípulos (392).

(391) A religião dos antigos chineses foi o *monoteísmo*. Adoravam o verdadeiro Deus, Ser Supremo e Providência, designado com o nome de *Chang-ti*, o Dominador Supremo. É a conclusão à qual chegaram numerosos sinólogos, antigos e modernos, ao estudarem as tradições documentadas, que, remontando do IV ao XIII séc. A.C., apresentam um conjunto cada vez mais impressionante de textos claros, impossível cientificamente de ser recusado (cfr. CHOW-YIH-CHING, *La Philosophie Chinoise*, P.U.F., Paris 1926; D'ELIA, S.J., *Il dio degli antichi cinesi*, no *Gregorianum*, 1957, XXXVIII-2, pp. 193-257). Com o tempo, infiltraram-se pouco a pouco a magia e a idolatria, e a desordem e a corrupção espalharam-se pelo império.

CONFÚCIO (551-479 A.C.), ministro do imperador, empreendeu a reforma da *moral*, baseando-a no princípio de autoridade e na força do exemplo. Para isso, sem se ocupar de dogma (Confúcio, porém, era teísta: cfr. as obras acima indicadas), regulamentou o *culto* dos antepassados e fez prestar ao imperador, "filho do céu", honras quase divinas. Deu bons conselhos e belas máximas de moral; mas levou ao exagero a autoridade do chefe de família e mais ainda a do imperador, e reduziu a religião e o culto a puros atos oficiais ao serviço do Estado. — Foi mais tarde colocado entre os deuses e venerado em numerosos templos.

LAO-TSÉ, nascido em 604 A.C., lançou as bases de uma outra religião, o *taoísmo* (de *Tao*, elemento essencial da religião na China, que evoca a idéia de ordem, conhecimento, harmonia, regra geral das ações e do cosmos, virtudes). Primitivamente de caráter mais filosófico e ascético e com certas afinidades com a doutrina de Buda, o taoísmo cedo veio dar num politeísmo dos mais complexos, com numerosas crenças e práticas supersticiosas e mágicas.

E neste ambiente, dividido entre o utilitarismo do Confucionismo e o ascetismo do Taoísmo, que penetrou aos poucos, desde o I séc. da nossa era, o budismo do *Mahayana* e mais tarde do *Tantrismo*. As três religiões influenciaram-se mutuamente a tal ponto, que o adepto de uma não vê dificuldade em recorrer, nas diversas circunstâncias da vida, aos serviços e cerimônias das outras e em muitos templos a estátua de Buda está flanqueada pelas de Confúcio e de Lao-Tsé.

É difícil prever o futuro religioso da China de Mao-Tse-tung; mas já anteriormente ao regime comunista, o ideal budista, situado fora da vida familiar e social, apresentava sinais de uma decadência irremediável e o ceticismo e o liberalismo minavam as antigas tradições, levando para um ateísmo que agora se tornou agressivo.

(392) Entre os livros sagrados do *Mahayana*, compostos na língua sânscrita a partir do II séc. da nossa era, destacam-se o *Saddharma-Pundarika* (o *Lotus da Boa Lei*), o *Lalita-Vistara*, biografia lendária de Çakiamuni, o *Mahavastu*, exposição do modo como realizar o ideal de *Bodhisattva*.

Para os primeiros pensadores do Grande Veículo, no II séc. depois de Cristo, — entre os quais sobressai *Nagarjuna* —, pessoas, substâncias, fenômenos, tudo isso "existe", mas não é "real", entendendo por "real" tão somente o que não depende senão de si mesmo, sem nenhuma composição nem causa externa. A única Realidade é o *Absoluto*. Era, sem o confessar, voltar ao *Brahman* do hinduísmo.

Julgado absolutamente inacessível ao nosso conhecimento empírico ou racional, que, segundo êles, só pode atingir o relativo (pois não tinham compreendido nem a analogia, nem o caráter universal da inteligência, por êles reduzida a um sentido mais refinado), êste Absoluto foi chamado o *Vazio*. É *Vazio*, não em si mesmo, mas *para nós*, incapazes que somos de termos dêle alguma representação ou idéia positiva ou negativa.

Caracteriza-se o *Mahayana* pela substituição (em teoria) dos karmas e das libertações individuais do Hinayana por um karma *comum* e uma libertação *coletiva*: houve, no decorrer do tempo, tanta comunicação e unificação entre os elementos dos vários "agregados" (pessoas), que se apagaram os traços das individualizações pessoais e todos os karmas particulares se misturaram, formando um karma comum pertencente promiscuamente a todos e a cada um dos homens; tratar-se-á, portanto, da libertação de um *todo*, em vez da libertação de uma soma de individualidades separadas. Por isso, para assegurar a própria libertação, deve cada um esforçar-se pela libertação de todos.

Na *prática*, porém, em contraste com esta especulação teòricamente agnóstica, o "*Vazio*" transformou-se num panteão complicadíssimo, povoado com numerosos e variados deuses diversamente hierarquizados nas diferentes seitas.

Fiéis e pensadores admitem a existência real de um Buda primitivo, *Adi-Buddha*, Deus Supremo e eterno, do qual emanou o universo. O fim último dos deuses como dos homens, ou mesmo de qualquer criatura (segundo alguns), é a identificação com o Buda Supremo: nisso consiste o Nirvana.

Há também os *Dhyani-Buddhas* ou "budas de contemplação", que são personificações mais ou menos especializadas do Buda único e eterno, do qual foram apenas manifestações ou emanações, aparecidas sucessivamente na terra no decorrer da imensa duração das várias eras cósmicas, entrando depois nas regiões supra-terrestres para enfim, após inúmeras reencarnações, perderem tãda personalidade reabsorvendo-se no Buda eterno. Çakiamuni foi um dêles, do período atual da nossa era. Haverá ainda outros (393).

(393) Uma concepção panindiana ensina que a nossa era cósmica foi precedida e será seguida por inúmeras outras. Cada era teve e terá seus Budas, que vêm lembrar as "Verdades augustas" quando caídas no esquecimento. A nossa era é chamada "bendita", porque já teve quatro Budas, o último dos quais foi Çakiamuni, e terá ainda outro, Maitreya.

Entre os Dhyani-Buddhas ocupa, na veneração, um lugar privilegiado o vermelho *Amitabha*, o Buda da Luz infinita.

Existem ainda os *Bodhisattvas* ou "seres de sabedoria", personalidades duradouras e quase absolutas, que, chegadas ao limiar do Nirvana, quiseram livremente permanecer ainda no caminho das reencarnações por um tempo indeterminado, a fim de conservarem uma individualidade que lhes permita assistir aos homens no seu esforço de libertação. Todos os Budas que foram visíveis, como Çakiamuni, passaram por esta fase. — É este estado de "bodhisattva" que constitui o ideal almejado pelos mais piedosos mahayanistas, e não já, como no Hinayana, o de Arhat, à procura egoísta de um Nirvana puramente pessoal.

O número dos diversos budas e bodhisattvas foi crescendo, variando segundo as seitas. Contam-se aos milhares nos textos e nos templos onde são representados e venerados (394).

É aos bodhisattvas, considerados cheios de solicitude e compaixão e prontos a ceder parte dos seus merecimentos em favor de seus devotos, que preferem os fiéis recorrer como a *deuses* de quem esperam graças, ou pelo menos como a *santos* intercessores. O mais venerado é *Avalokiteçvara*, o deus da misericórdia, invocado nos grandes perigos.

Com esta prática do Grande Veículo, o Budismo, de sistema filosófico agnóstico ou pantelsta, tornou-se para a massa dos fiéis uma *religião politeísta*. Nela o sincretismo foi introduzindo tôdas as superstições encontradas nos diversos países; e a devoção se reduz, não poucas vêzes, a ritos puramente exteriores e mecânicos (como os "moinhos de oração" do Tibete).

Não faltam, contudo, entre a gente simples, numerosos devotos sinceros e fervorosos, — principalmente na seita da *Amitabha* (Amida, Amito, no Japão, onde é muito espalhada), quase monoteísta e com ressonâncias cristãs —, que crêem no samsara, na eficácia da oração, na retribuição das obras, no inferno, no paraíso, onde as almas conservam a sua individualidade e encontram uma felicidade na companhia divina.

215. O Veículo Tântrico. — Em várias regiões, como na Mongólia e principalmente no Tibete, ao lado das mais elevadas especulações do Mahayana coexistem mitologias pagãs e superstições hindus, que a reforma realizada no Tibete, pelos fins da idade média, não conseguiu extirpar.

(394) Para ter uma idéia da complicação quase inextricável nas hierarquizações de tôdas estas criações mitológicas da fantasia, veja, por ex., M. FERCHERON, *op. cit.*, pp. 185-142.

A influência mais deletéria foi a do *Tantrismo*, seita hindu que se desenvolveu a partir do VII séc. da nossa era e fêz penetrar no sincretismo do Mahayana suas práticas mágicas e degradantes. Seus livros (*tantras*), que muitos têm por sagrados, apresentam, como caminho mais rápido para o Nirvana, uma mistura de crenças em divindades e espíritos, bons ou maus, com práticas mágicas e recitações puramente mecânicas de sílabas ou fórmulas desprovidas de valor religioso e até de sentido.

Para completar esta corrupção, trouxe ainda o Tantrismo as práticas obscenas do *Saktismo*, i. é, do culto das divindades femininas (*saktis*): segundo a doutrina tântrica, a divindade se manifesta principalmente por uma Energia Criadora exercida pela ação de duas energias conjugadas; materializando êste conceito dualista da divindade, a cada buda e a cada bodhisattva chegou-se a associar uma sakti, com a qual é necessário unir-se para entrar no Nirvana. Daí os conúbios "sagrados" permitidos entre os devotos e as iniciadas nos ritos do saktismo.

Tudo isso está muito longe da doutrina de Buda. Ê, porém, a religião de seitas inteiras com numerosos adeptos.

216. CRÍTICA. — Despojado das lendas, fica ainda Buda um homem notável e de espírito ágil e profundo, com elevação espiritual unida a um coração largamente benevolente. Encontram-se na sua vida belos traços, que honram a nobreza do seu caráter, insuficientes porém para fazer dêle um santo ou um herói excepcional.

Não se apresentou nem como Deus, nem como enviado de Deus. Foi, portanto, por sua própria autoridade que se declarou, no sermão de Benares, "o Santo, o Perfeito, o Supremo Buda". (395)

Há na sua doutrina — quase tôda tirada do bramanismo — e principalmente em algumas escolas do Grande Veículo, idéias elevadas e bons conselhos de moral, que se encontram também e de um modo mais perfeito no Cristianismo. Mas

(395) M. PERCHERON (op. cit., p. 80), com benevolência, chama esta pretensão de "simplicidade absoluta". Não foi, de certo, "humildade" absoluta!

há outrossim lacunas irremediáveis e erros grosseiros, que denotam com evidência uma procedência puramente humana:

I. — *Sob o ponto de vista filosófico*, a doutrina budista é de uma pobreza extrema, nem faltam as contradições:

o desconhecimento da natureza da inteligência, cujo objeto é o universal;

a ignorância do verdadeiro sentido da "analogia" e a conseqüente incapacidade de conceber uma divindade transcendente e criadora;

o absurdo do Karma, lei sem Legislador inteligente e justo (396);

a contradição entre a negação da alma imortal e do "eu" substancial e permanente, e a afirmação da sobrevivência e da responsabilidade dêste "eu" nas transmigrações sucessivas;

a afirmação, puramente arbitrária e imaginária, das reencarnações sucessivas, desmentidas pela consciência que não tem nenhuma lembrança de existências anteriores (397);

o absurdo da metempsicose, ou reencarnações em seres de outras espécies, oposta à natureza específica e à individualidade da pessoa humana.

II. *Sob o ponto de vista religioso*, na doutrina de Buda nunca Deus é mencionado, nem pressuposto. Temos pois um *atêismo prático*, e não uma religião. O budismo "serve de religião" somente a quem põe de lado a doutrina, ou a transforma como fez o Grande Veículo.

Mas esta transformação revestiu: entre os intelectuais, a forma *panteísta*, com a nossa completa absorção no Absoluto; na massa do povo, a forma *politeísta* de um numeroso e complicado panteão de budas e bodhisattvas, criações mitológicas ou simbólicas da fantasia, com suas práticas supersticiosas e mágicas, permitidas e até presididas pelas autoridades religiosas.

(396) No cristianismo, os atos da vida presente são o critério segundo o qual será feita por Deus, Ser inteligente e justo, a retribuição na vida futura. No budismo, pelo contrário, é o próprio Karma — o qual não é Deus, nem depende de Deus, nem é um ser com inteligência e discernimento, mas simplesmente o conjunto dos atos — que regula os destinos humanos.

(397) Deveria lembrar-se, porque para o budismo cada existência é a sanção das precedentes, e uma sanção só é cabível e justa, quando a consciência conhece as faltas que mereceram o castigo. — Por outro lado, se cada existência é função do Karma, i.é, das ações feitas anteriormente, não se vê como se possa explicar a *primeira* existência, antes da qual não houve ações.

"Se a retidão natural do espírito e a verdade das aspirações religiosas corrigiram em parte este erro em algumas seitas, até conduzi-las a um certo monoteísmo prático, esta retificação é inteiramente instintiva e permanece uma inconseqüência com respeito ao ensino teórico". (398)

Além disso, como é vazia esta religião que não satisfaz as nobres aspirações da alma e, com suas dúvidas sobre a natureza do Nirvana, deixa sem solução o maior dos problemas fundamentais do homem: saber se é feito para o nada ou para a vida e a felicidade!

III. — *Sob o ponto de vista moral*, seria pueril negar que haja coisas boas no budismo: ensina a renúncia, a castidade, o celibato, a mansidão, a caridade e outros preceitos da moral natural. Mas no sistema de Buda, toda esta disciplina moral, no seu princípio fundamental, é essencialmente *egoísta*:

Sua única finalidade é o interesse pessoal: a libertação da dor, i. é, a evasão deste mundo sensível pela ataraxia ou impassibilidade e indiferença perante todos os acontecimentos e males alheios. Insensibilidade apontada nos textos budistas como o cume da perfeição e como critério para medir o grau de santidade.

A moralidade *altruística* com as boas obras é, sem dúvida, admitida e promovida, em especial no Grande Veículo. Mas pode ser cumprida sem grandes sacrifícios, porque é teórica e simbólica, de puras palavras ou fórmulas, pouco relacionada com atos práticos (399).

Quanto à *caridade budista*, que alguns querem assemelhar e até preferir à caridade cristã, por se estender indistinta e igualmente a todos os vivos (animais e homens, bons e maus), exprime-se, é verdade, nos livros sacros com frases afetivas e realistas (400); não é, porém, um amor prático que tenha realmente em vista o bem do próximo, não consiste em atos positivos de auxílio aos necessitados, nem é uma homenagem e dedicação à divindade, como na bhakti do Vedanta bramânico. É antes uma benevolên-

(398) *Apologétique*, p. 848.

(399) "Para um budista, pensar e dizer "Oxalá, durante os períodos cósmicos nos quais as criaturas morrem de fome e de sede, possa vir a existir alimento e bebida para todas as criaturas!", é infinitamente mais meritório e mais útil do que dar hoje o pouco que se possui. Imprimir, como faziam os lamas tibetanos, desenhos de cavalos sobre pedaços de papel e lançá-los na borrasca, era prestar aos viajantes tão grande serviço como abrir-lhes as portas do convento. O Budismo está penetrado de um idealismo desconcertante: o sinal vale a coisa significanda, princípio perigoso nas obras de misericórdia." (*Christus*, II, p. 143).

(400) Por ex.: "É preciso amar todos os seres como a mãe ama os filhos"; estar pronto a "dar sua própria carne até à medula dos ossos". (Cfr. *Christus*, II, pp. 139-142).

cia condescendente e platônica, movida pela ânsia de fugir a todos os conflitos ou desvelos que viriam perturbar o quietismo das meditações (401).

Não passa, portanto, de um simples meio, de um método "purgativo", de um passo no caminho para a tranqüilidade e indiferença egocêntricas do *Nirvana-na-terra*, estimadas pelos budistas muito superiores à caridade. Uma tal disciplina, tóda "para si", que é o âmago do budismo, na sua observância perfeita (a do monge), é tudo menos caritativa. Onde estão as suas obras de misericórdia espirituais e corporais? Onde, as legiões de religiosos e religiosas, que, como no Cristianismo, dedicam sua vida, nos hospitais, hospícios, leprosários, orfanatos, ao alívio da dor humana?

Estamos longe da caridade cristã, dom de si desinteressado ao próximo, por amor de Deus.

IV. *Sob o ponto de vista social*, a doutrina budista alheia ao uso da violência, abrandou os costumes bárbaros dos povos nos quais penetrou, infundindo-lhes um espírito de maior humanidade, e deu impulso à cultura literária, às artes plásticas e à arquitetura. Mas parece ter enfraquecido as qualidades viris destes povos e foi responsável pelo estado de estagnação em que permaneceram durante tantos séculos.

Se a existência com sua impermanência é o mal supremo, se a única libertação é o "não-ser" do Nirvana, não há mais lugar para um justo e sadio contróle dos desejos e da atividade. É a sua extinção total que deve ser preconizada. Foi o que fez Buda. A consequência inelutável é um pessimismo arbitrário e nocivo.

Nem tudo é mal neste mundo; e a alma é imortal. O Cristianismo, pelo nobre ideal que nos aponta para esta vida e para a outra, pelo zelo da sua caridade efetiva e pela eficácia das suas virtudes, ensina o caminho da vitória sobre o mal e impulsiona o aperfeiçoamento dos indivíduos e o progresso civilizador das nações. — No Budismo, pelo contrário, o domínio sobre si mesmo alcançado pela disciplina moral não é dirigido para uma atividade construtora do bem comum, mas para uma indiferença passiva e

(401) "Que ninguém comprometa sua própria vantagem em favor do bem dos outros, por grande que este seja. Se alguém conhece o verdadeiro interesse do seu Eu, é este fim que deve procurar." (*Dhammapadam*). Citado por PERCHERON, *op. cit.*, p. 67.

Ensinam os textos sacros que todos os sofrimentos, as queixas, as dores deste mundo, sob tôdas as formas, têm sua origem naquillo que é amado. Por isso, quem aspira à libertação não deve amar nada neste mundo. (Cfr. MODARELLI, *op. cit.*, p. 146).

Lê-se no *Udana* (VIII, 8): "A perfeição moral consiste em não amar nada, em não se compadecer de nada, porque isso é fonte de dores."

isolante que leva à derrota e à fuga da vida. Uma sociedade, na qual o budismo fôsse universal e plenamente observado, ver-se-ia muito cedo adormecida na ataraxia letárgica de "arhats" ou "libertos-vivos", inibidora de toda evolução. O budismo "pode entorpecer as almas num sonho de sossêgo triste; não as arma, porém, nem as transforma. É apenas um calmante para ambientes ou épocas de decadência, que não possuem mais a fôrça de esperar, nem de agir" (402).

CONCLUSÃO. — Mesmo não falando dos excessos das seitas tântricas, o Budismo, reduzido por muitos dos seus intelectuais a um puro positivismo agnóstico ou a um idealismo ético, dividido em inúmeras seitas politeístas e idólatras, apontando para o fim último desconcertante de um não-ser indefinido, não pode, deveras, pretender ser a religião verdadeira. — Qualquer equiparação do Budismo ao Cristianismo só pode provir de um espírito ignorante das duas religiões ou de uma vontade tendenciosa.

O ISLAMISMO (403)

217. O bérço do Islamismo ou Maometismo foi a península da Arábia. País pobre, mas situado no caminho da Europa às Índias, era habitado por semitas nômadas, mencionados na Bíblia e em documentos assírio-babilônios. Sua religião era um politeísmo, onde acima dos inúmeros *djinn*s ou espíritos inferiores, dominava o antigo deus dos Semitas, *El*, que os Árabes chamavam *Allah*. Seus santuários (*harams*) não continham ídolos, mas fetiches, dos quais o mais sagrado era um pedra, um *betylo*, que era levado nas procissões ou nas expedições guerreiras.

Ao redor de um antigo *haram*, do lado oriental do Mar Vermelho, fundara-se uma cidade, *Meca*, no caminho das caravanas. Seus habitantes aproveitaram esta situação comercial para estabelecer uma feira importante e atrair para seu santuário, chamado *Caaba* por causa da sua forma cúbica, onde era venerada a famosa pedra negra (talvez um aerólito), todas as tribos nômadas da Arábia.

No VI séc. depois de Cristo, a Arábia estava rodeada de estados cristãos e muitos cristãos tinham penetrado nos oásis do interior. Seguiam, porém, um cristianismo herético, monofisita ou

(402) *Apologétique*, p. 847.

(403) Além das obras gerais citadas na nota 380, cfr. MASSE, *L'Islam*, Colin, Paris 1930; — AARIFI, *L'Anti-Coran ou le Maométtismo condanné par lui-même*, Leroux, Paris 1927; — E. POWER, em *Christus*, III, pp. 138-213; — M. M. MORENO, *L'Islamismo*, Ist. Edit. Galileo, Milano 1947; na *Apologétique*, art. de E. B. ALLO, O.P., pp. 869-881.

nestoriano, desfigurado pela ignorância e por muitas adaptações. Viviam também, em muitos lugares, numerosas comunidades de judeus, ricos agricultores ou comerciantes.

Pouco antes da pregação de Maomé, apareceram em várias cidades e espalharam-se por toda a Arábia numerosas personagens, ~~que os biógrafos árabes do Profeta apresentam como investigadores da verdadeira religião, apelidados Hanifes (de hanif), monoteístas de tendências ascéticas, inspirados nas tradições judaicas e cristãs, das quais tomavam o que lhes agradava. Representavam um estado de espírito, que se apoderara das mais nobres almas e teve tanta influência sobre Moamé, que ele próprio se apelidou Hanife. Havia também muitas "famílias proféticas" (Kâhin), sonhadores entusiastas e contistas profissionais, inspirados nas mesmas tradições (403a).~~

218. O FUNDADOR. — Foi em Meca, que, por volta do ano 670, nasceu *Muhammad*, ou *Maomé* (Mafoma), o reformador e unificador religioso e político da Arábia.

Órfão muito cedo, Maomé foi educado modestamente por seu tio Abu Tabid. Pastor (talvez) e depois empregado nas caravanas, teve muitas ocasiões de entrar em relação com a "gente do livro", judeus e cristãos, aos quais invejava a felicidade de terem recebido de Deus uma revelação escrita.

Sua seriedade, bondade e honestidade conquistaram o coração de uma viúva rica, Khadidja, que o tomara a seu serviço e depois casou com êle. Livre das preocupações materiais, entregou-se Maomé com mais intensidade às reflexões religiosas.

Ficara impressionado pela idéia, tomada dos cristãos, das sanções eternas depois da morte; vendo os vícios e injustiças dos seus compatriotas, receiava para êles um severo juízo de Deus, talvez próximo. Aos 40 anos, em 610, julgou ver e ouvir o anjo Gabriel confiar-lhe a missão de publicar a unicidade de Deus e as sanções divinas.

Pôs-se então a pregar pela cidade, onde conquistou alguns adeptos entre as pessoas influentes e muitos entre o povo, mas suscitou a inquietação e, depois, as perseguições dos ricos comerciantes, que viam seus lucros provenientes das peregrinações à Caaba ameaçados pela nova doutrina. Vários discípulos refugiaram-se junto do rei cristão da Abissínia; Maomé, depois da morte de Khadidja, fugiu para Medina (então Yatrib), no ano 622, início da *hégira*, a era muçulmana.

Acolhido entusiasticamente, em breve consegue dominar qual monarca acreditado por Allah. Com êste sucesso, persuade-se de ser enviado por Deus como profeta para todos os árabes e con-

(403a) Cfr. POWER, em *Christus*, III, pp. 152-155 e ANWANDER, *op. cit.*, p. 354.

cebe o plano de lhes impor sua doutrina mesmo pela força das armas, pregando a "guerra santa" (*djihad*) contra os rebeldes a Allah e ao seu profeta. Desde aquêlê momento, transformou-se num hábil homem político, organizador e guerreiro.

Começou com crueldades, massacres e exílios contra os Judeus, que se negavam a reconhecer sua missão. Após vários anos de lutas, conquistou a cidade de Meca em 630, purificou seu santuário e proibiu a permanência na cidade a todos os infiéis.

Quando faleceu em Medina, em 632, Maomé era senhor de tôda a Arábia, convertida por medo ou por interêsse.

219. A DOCTRINA. — A nova religião, chamada *Islam*, i. é, resignação e abandono à vontade de Deus, é exclusivamente uma "religião do livro". Este livro é o *Alcorão*, o Livro Eterno de Deus, que teria sido comunicado por fragmentos ao Profeta e foi redigido depois de sua morte. Contém as "revelações" de Maomé, narradas em 114 *suras* ou capítulos, divididos em versículos. Distinguem-se as *suras mecanas*, mais poéticas e impregnadas de influxos bíblicos, e as *suras medinenses* (sòmente 29), mais compridas e mais políticas que religiosas. Para suprimir as divergências verificadas logo nas várias cópias, o terceiro Califa, Othman, em 660, fêz compor uma redação oficial, definitiva, e destruiu tôdas as outras cópias [cfr. nota 162]. — A tradição oral, o *Hadith*, das memórias e das instruções de Maomé foi reunida em várias coleções, das quais foi compilada a *Sunna*, ou tradição ortodoxa. O Alcorão e a Sunna são as fontes do sistema doutrinal do Islamismo.

Como não há autoridade religiosa pròpriamente dita, nem tampouco sacerdócio, a interpretação do texto depende do *idjma*, i. é, do consenso geral, manifestado práticamente pelos *ulemas* ou doutores.

a) Os cinco pilares do Islamismo.

Assim foram chamados os deveres fundamentais de todo fiel muçulmano. São:

1) A *Profissão de fé*, expressa pela fórmula "Só Allah é Deus e Maomé é seu Profeta". Todo aquêlê que a pronuncia, pública e conscientemente, é considerado convertido ao islamismo, obrigado ao cumprimento de tôda a lei e passível de morte se apostatar. Nela incluem os doutores seis artigos implícitos: a crença num Deus único, nos Anjos, nos Livros sacros, em Maomé e na missão dos profetas, na Ressurreição e no Juízo Final, na Predestinação para o bem como para o mal.

2) A *Oração*, obrigatória cinco vezes ao dia, com ritos determinados e o rosto voltado para Meca, em horas fixas, anunciadas pelo muezim do alto dos minaretes. As orações públicas e as pregações são feitas na sexta-feira nas mesquitas, sob a direção do *Imam*.

~~3) A *Esmola*, quer oficial, quer particular. A oficial consiste num imposto ou dizima (2,5% dos bens móveis e imóveis) destinado aos pobres e à difusão do Islamismo: serviu para estreitar os laços entre os fiéis.~~

4) O *Jejum*, considerado obra pia, meritória e satisfatória, é mandado principalmente nos trinta dias do mês de *Ramadão* (imitação da quaresma cristã). São vedados qualquer alimento ou bebida, o fumo, os prazeres sensuais, desde o levantar até ao pôr do sol. Estão isentos os velhos, os viajantes, as crianças menores de 14 anos e as mulheres em certas condições (404).

5) A *Peregrinação a Meca*, obrigatória ao menos uma vez na vida, podendo, em caso de impossibilidade, ser feita por procuração (405).

A *Guerra Santa*, ou guerra pela causa de Deus, embora não seja mandada pelo Alcorão, permanece, ao menos em teoria, um dever essencial. Historicamente, sua verdadeira e principal finalidade foi sempre a ampliação do império árabe e não a propagação da religião (406).

b) *Dogma*. — As fontes da inspiração dogmática de Maomé foram principalmente judaicas: a Bíblia, algumas composições lendárias e o Talmud. Como fontes cristãs teve principalmente os evangelhos apócrifos, conhecidos imperfeitamente e sob a influência do movimento hanife. O influxo destas fontes aparece especialmente nas doutrinas do monoteísmo, da revelação e da escatologia.

Deus é único; é o Misericordioso; não é, porém, o Pai; os homens não são seus filhos, mas seus servos. Deus é plenamente livre; predeterminou o destino de cada um e criou muitos homens

(404) Seguindo os muçulmanos o calendário lunar, o mês de *Ramadão*, em certos anos, cai no tempo do verão: o que torna o jejum particularmente penoso.

(405) Além de outras cerimônias que duram vários dias, o peregrino deve dar sete voltas à santa casa, a Caaba, e beijar a famosa pedra negra. Segundo Maomé, que afirmou tê-lo sabido por "revelação", teria sido Abraão quem construiu a Caaba e nela colocou a pedra, enviada do céu.

(406) Para animar os seus fiéis, Maomé recorreu mais uma vez a uma "revelação", que prometia a coroa do martírio a quem morria nas batalhas da guerra santa. (Segundo uma crença ortodoxa, é também mártir quem cai no fundo de um precipício, ou é despedaçado por uma fera, ou morre em terra estranha, ou de desgosto amoroso, ou de enjôo no mar, etc. Cfr. *Christus*, III, p. 189).

e espiritos para o inferno. — Rejeitou Maomé a SSma. Trindade, que julgava ser a divindade dividida entre Deus, Jesus Cristo e a Santíssima Virgem.

Admite os *Anjos*, mensageiros de Deus. Um dêles, *Iblis*, caiu em pecado; é o demônio, que procura perder os homens. Existem ~~também inúmeros *djinnns*, espíritos inferiores bons ou maus, que podem converter-se à verdadeira fé (o Islam).~~

A *Revelação* foi feita por Allah desde Adão, enviando sete profetas principais. O penúltimo foi Jesus; o último é Maomé, enviado para restaurar na sua pureza a religião de Abraão, corrompida pelos judeus e pelos cristãos. — *Jesus*, filho milagroso de Maria Virgem, é o modelo mais acabado de santidade; teria profetizado a vinda de Maomé e por isso é chamado às vezes "Verbo de Deus, Luz de Deus, Messias"; não é Deus, porém, nem Filho de Deus; nem foi realmente crucificado pelos judeus (na crucificação, Deus substituiu-o por outro homem), mas levado para o céu; voltará para preparar o fim do mundo e o juízo final. — Segundo uma lenda, admitida por muitas seitas, antes de Jesus, virá o *Mahdi* ou Salvador, descendente de Maomé, para restabelecer a justiça e converter os infiéis (407).

O *homem* tem uma alma imortal e seu corpo ressuscitará para a eternidade. Há no Alcorão trechos pro e contra o livre arbítrio; mas depois de Maomé, seus discípulos, quase todos, aderiram ao *fatalismo*.

No fim do mundo haverá o *Juízo universal*. Nêle intercederá Maomé em favor dos seus crentes, de modo que nenhum muçulmano será condenado para sempre, mas irá para um paraíso, que os doutores posteriores tentaram espiritualizar e fazer consistir na visão de Allah, mas que o Alcorão descreve como sensível e voluptuoso: vinhos e festins em jardins sombreados, com o triunfo eterno dos prazeres carnavais. Os infiéis, pelo contrário, serão condenados, com *Iblis*, ao inferno eterno, cujos tormentos espantosos são descritos nas *Suras*. (408)

o) *Moral*. — Além das obrigações fundamentais prescritas nos "cinco pilares", o Islamismo contém outros preceitos provenientes do Alcorão ou do ensino tradicional:

São *proibidos*: os jogos de azar; a usura, a carne de porco, as bebidas alcoólicas e o culto das imagens; mais gravemente ainda são condenados e castigados o adultério, o assassinio, o furto e a mentira.

(407) Cfr. MODAELLI, *op. cit.*, pp. 206-209.

(408) Estas descrições, que nada indica terem sido puramente alegóricas, explicam-se naturalmente pela vida real dos Arabes de então: sensuais nas suas tendas ou cidades; expostos à fome, à sede, às tormentas de ventos abrasadores, quando em viagem pelo deserto. Cfr. *Christus*, III, pp. 197-199.

São *permitted*: a *poligamia*, reduzida porém a quatro espôsas legais, que devem ser tratadas com afeição, e mais as escravas concubinas que puderem ser mantidas; — o *divórcio*, à discrição do marido e com a autorização de tomar outra espôsa em lugar da repudiada; ~~ao passo que a espôsa só por sentença do juiz pode obter o divórcio~~; — a *escravidão*, mas somente quando se trata de infiéis. — A *circuncisão*, já em uso entre os Árabes antes de Maomé e por isso, talvez, não mencionada no Alcorão. é praticada, de fato, por muitos, especialmente entre os descendentes de Abraão.

d) *Culto*. — Não havendo sacerdócio nem sacrificio, o culto é reduzido às *orações* com os *ritos* que as acompanham. Além das cinco orações individuais quotidianas e da oração das sextas-feiras feita em comum nas mesquitas, há também a oração *pública*, prescrita em certas ocasiões, e a oração *funerária* nos enterros. — Entre as *Festas* distinguem-se: as duas *solenes* e oficiais, de três dias: a *pequena festa*, no fim do jejum do Ramadão e a *grande festa*, nos dias 10 a 12 do mês de *Dhul Higgjah*; e outras menores, como as comemorações do nascimento de Maomé, da sua viagem lendária a Jerusalém e no céu, da descida do Alcorão do paraíso...

220. Expansão e evolução do Islamismo.

Morreu Maomé sem deixar herdeiro masculino nem determinação relativa à sua sucessão. Começaram quase logo as cisões, não tanto por dissensões dogmáticas, quanto por lutas políticas e dinásticas.

Aplicando o princípio do *idjma* (= do consenso), foram sucessivamente nomeados *Califas* (vigários), i. é, sucessores políticos do Profeta e protetores da religião e dos fiéis, *Abu-Bakr*, *Omar*, *Othman*, que não pertenciam à família de Maomé. Mas um grupo dissidente rejeitou o *idjma*, defendeu os direitos hereditários e atribuiu o poder supremo, civil e religioso, a *Ali*, primo germano e genro do Profeta, do qual desposara a filha Fátima. Os sequazes dos Califas tomaram o nome de *Sunnitas*, fiéis à tradição; os de Ali foram chamados *Shiitas*, hereges, por terem criado uma Sunna própria e introduzido nela mitos populares dos árabes e das nações vizinhas.

Estas lutas internas, que se prolongaram por séculos, não impediram a rápida expansão do *Islam*, iniciada logo pelos primeiros Califas com a "guerra santa" contra os impérios decadentes de Bizâncio e da Pérsia. Com tais meios de "persuasão", um século depois da morte do Profeta, o Islam tinha conquistado a Síria, a

Pérsia, o Egito, a África do norte e a Espanha. Mais tarde penetrou até à Índia, tomou Constantinopla, ocupou os Bálcãs e só em 1682 ficou definitivamente derrotado por Sobieski às portas de Viena.

Escolas teológicas e místicas. — Os contatos com os povos cristãos e de cultura superior — consequência das conquistas — fizeram sentir a necessidade de procurar combinar com as especulações racionais o pensamento de Maomé, muito materializado pelos juristas antigos. Surgiram assim as Escolas dos *Mutazelitas*, dos *Asharitas* e dos *Maturiditas*, cujas discussões versavam principalmente sobre problemas relacionados com a essência divina e seus atributos, com a natureza criada ou incriada do Alcorão, com o livre arbítrio e a predeterminação das ações humanas (409).

Embora admirasse os monges cristãos, não quis Maomé nenhum monaquismo na sua religião. Raras, também, são no Alcorão as alusões ao ascetismo e à vida interior. Segundo os juristas, é suficiente a prática da lei exterior. Mais tarde, porém, sob influências cristãs e neo-platônicas, partiu da Síria um movimento, que se estendeu para leste e assimilou elementos das religiões da Índia e da Pérsia. Foi o *Sufismo* — de *sufa*, lã grosseira usada pelos adeptos — que visava uma alta espiritualidade de renúncia e união com Deus. Contou nas suas fileiras almas nobres, mas terminou quase sempre no orgulho, em crenças panteísticas e na destruição da ordem moral. Alguns *sufis* foram até condenados como hereges e executados. Desde o séc. XII, organizaram-se confrarias, como a dos *Dervixes*, uivadores ou dançarinos, que degeneraram na imoralidade e no charlatanismo.

AL-GHAZÁLI (1058-1111) — o *Algazelus* de Sto. Tomás — o mais eminente filósofo e teólogo asharita, venerado e consultado ainda hoje pelos muçulmanos mais cultos, procurou conciliar as divergências das Escolas e, sob a influência do cristianismo (alimentava uma profunda veneração por Jesus), traçou as regras de uma mística em vários pontos semelhante à dos grandes doutores místicos cristãos, esforçando-se por tornar mais razoáveis as doutrinas e as práticas do sufismo.

Seitas e Estado atual do Islamismo. — A imensa maioria dos 370 milhões de muçulmanos é *Sunnita*, i. é, fiel à Sunna ou tradição ortodoxa. A maior seita dissidente, a dos *Shiítas*, que não conta além de uns vinte milhões de adeptos, possui o seu "*hadith*" especial e, além do Profeta, venera Ali, Fátima e seu filho Hussain. Entre as outras seitas menores mencionaremos apenas: o *Ismaelismo*, que espera o duodécimo *Imam*; os *Druzos*, que praticam iniciações secretas; o *Wahhabismo*, tendência puritana, que nasceu no séc. XVIII e domina atualmente na Arábia Saudí; o *Babismo*, mistura da Bíblia, do Alcorão e do Sufismo, fundado por Ali

(409) Cfr. em *Christus*, III, pp. 200-210, as posições de cada escola.

Mohamed, o *Bab*, que foi fuzilado em 1849; o *Behaísmo*, derivado do precedente e, como êle, síncretista, humanitário e pacifista.

Nêstes últimos anos, o Islamismo intensificou com grande sucesso a sua penetração entre os povos pouco civilizados da África, aos quais oferece algumas verdades fundamentais, sem impor obrigações morais muito incômodas, ~~nem reagir demais contra as superstições locais.~~

Mas a abolição do Califado, depois da primeira guerra mundial, deixara os povos muçulmanos desorientados e divididos. Uma convivência cada vez mais íntima com as nações da Europa e da América despertou novas aspirações nacionais e sociais. Surgiram movimentos pela igualdade social entre os homens e as mulheres, contra a poligamia e a antiga legislação do divórcio.

Com exceção da Arábia Saudí, onde o Estado procura pautar no modo mais radical toda a vida pública sobre o Alcorão, o direito islâmico não é mais a única fonte das leis e nota-se uma grande pressão no sentido do laicismo. O Congresso Panislâmico de Karachi, em 1953, exprimiu sua confiança na capacidade de adaptação do maometismo aos tempos modernos. No Egito, e mais ainda na Tunísia, a legislação foi moldada sobre os princípios ocidentais e o novo código conjugal e familiar tunisino concede às mulheres direitos em flagrante contraste com a tradição do *Islam* (410).

As massas continuam crentes; mas o racionalismo, o indiferentismo e até o materialismo penetraram nos meios intelectuais, o que suscitou brados de alarme entre as confrarias muçulmanas, principalmente do Egito e da Índia. Acha-se o Islamismo diante de uma encruzilhada de sua história.

221. CRÍTICA. — 1) O *Dogma* do Islamismo, que admite o estrito monoteísmo, a alma imortal e as sanções eternas na outra vida, é superior ao das outras religiões humanas. Estas verdades, não as recebeu Maomé de uma revelação direta e imediata, mas simplesmente as tomou do judaísmo e do cristianismo. Ao lado delas, porém, encontramos erros deletérios, como o *fatalismo* e a *predestinação* absoluta para o mal e para o inferno. Quanto aos prazeres do "paraíso de Maomé", poderão satisfazer paixões carnisais, não podem porém, constituir um fim último digno da pessoa humana nem atender às suas mais nobres aspirações.

2) A *Moral*, comparada com o comportamento anterior dos Árabes, representa sem dúvida uma elevação e um progresso. Permanece, contudo, uma moral fácil, que manda o

(410) Cfr. na *Civiltà Cattolica*, 1957 — III, pp. 127-138 e 365-377, os artigos de G. DE VRIES, S.J., sobre a situação presente do mundo muçulmano e sua progressiva adaptação aos sistemas europeus.

bem, proíbe o mal, reconhece a igualdade de todos os crentes perante Alá e prescreve o respeito e o auxílio mútuo entre os fiéis; mas que se limita quase unicamente a práticas *exteriores* de orações, purificações, jejuns, peregrinações, sem nada oferecer para a cura das feridas da alma, a correção dos vícios e a aquisição das virtudes internas. O próprio Sufismo, apesar dos esforços de Al-Ghazáli, cedo degenerou em panteísmo e imoralidade.

A obrigação para o marido de tratar bem suas esposas representa certamente uma melhoria da antiga condição da mulher na Arábia. Mas a *poligamia*, embora limitada a quatro espôsas legítimas (sem contar as concubinas escravas), o *divórcio* com tôdas as facilitações concedidas ao marido, a proibição às mulheres de participarem na vida pública e social são incompatíveis com a verdadeira dignidade da família e mantêm, de fato, tôdas as mulheres num molde rígido de inferioridade, para não dizer de escravidão.

3) O recurso à *guerra santa* para alargar as conquistas em nome da religião, o "creia ou morra", que não ficou sempre na teoria (por ex., os massacres em massa na Índia, no séc. XII), os pesados impostos exigidos dos vassallos não muçulmanos explicam naturalmente a grande difusão de uma religião, que em si mesma, pela brevidade do seu credo isento de mistérios e pela facilidade da sua moral, nenhum obstáculo oferecia à inteligência e às tendências da vontade. Porém, tais meios de persuasão ou de pressão, opostos à dignidade da pessoa humana, não são compatíveis com uma religião revelada por Deus.

4) *Maomé* apresentou-se como o favorecido de Alá, o seu maior e último Profeta enviado aos Árabes e recebendo revelações divinas por meio do anjo Gabriel. — É geralmente admitida a sua boa fé nas pregações corajosas e desinteressadas dos primeiros anos, em Meca, quando conservara ainda intato o seu caráter moral. É explicada por uma auto-sugestão inconsciente, fruto de um temperamento hiper-sensível e muito imaginativo e de um espírito indignado e transtornado pela corrupção do ambiente e influenciado pela mentalidade do movimento Hanife.

Porém, a partir do período medinense, a política invadiu a vida de Maomé, o poder e a ambição deformaram-lhe o cará-

ter e o oportunismo e a paixão embotaram-lhe o senso moral. Para manter sua autoridade e alcançar seus objetivos, não hesitou em recorrer ao assassinato, ao roubo, à fraude e até mesmo ao fingimento, persuadido que suas reflexões lhe faziam ~~sempre descobrir a vontade divina e que podia dar-lhes a forma~~ de revelações sobrenaturais. Destas "revelações" teve quantas quis, cada vez que era preciso para sustentar sua política ou legitimar seus negócios e mesmo suas paixões pessoais. Por ex., não se contentando com as quatro espôsas que permitira a todos no Alcorão, vem Gabriel trazer-lhe a licença para mais oito; apaixonando-se por Zeinab, espôsa de Zeid, seu filho adotivo muito dedicado, do qual provocara astuciosamente o divórcio, volta Gabriel para acalmar o escândalo e legitimar a nova união. Em tais circunstâncias, se não chegou a ouvir a voz da consciência, nem descobrir o seu engano, foi certamente por ter fechado os olhos propositadamente (411).

5) Uma missão divina deve ser provada pelo único critério ou argumento eficaz: o *milagre*. E Maomé teve a lealdade de confessar repetidas vezes que não tinha o dom dos milagres, como tampouco demonstrou ter a sabedoria e a santidade de um verdadeiro Legado divino. Negou que os milagres sejam critérios para reconhecer a origem divina de uma revelação (*Suras XIII, 8, 27; XVII, 95; XXV, 8*). Como grande critério apresentou o próprio Alcorão (*Sura XXIX, 49*); mas, como vimos, o Alcorão contém erros de doutrina e de moral e, portanto, não pode ter sido revelado por Deus. (Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 270).

6) De tudo o que precede vê-se claramente que o Islâmismo, com os erros de sua doutrina, o relaxamento da sua moral e o exemplo do seu fundador, não pode ser uma religião revelada.

222. CONCLUSÃO GERAL. — Passamos em revista as principais religiões não-cristãs existentes hoje na terra. Suas doutrinas não apresentam senão fragmentos de verdade, misturados com muitos e perniciosos erros. — O Cristianismo, pelo contrário, como já vimos antes, contém tudo o que há de bom e verdadeiro nestas religiões, sem nenhum dos seus erros; acrescenta ainda doutrinas sublimes que respondem maravilhosamente

(411) Cfr. *Apologétique*, pp. 875-876; *Christus*, III, pp. 175-177.

mente a tódas as necessidades da humanidade. — Logo a doutrina cristã *transcende* tódas as outras.

Se acrescentássemos a consideração e comparação da extensão e das benemerências no decurso dos séculos — o que será feito a seu tempo — é com novo esplendor que brilharia a *Transcendência* do Cristianismo.

ARTIGO QUARTO

O CRISTIANISMO É A RELIGIÃO REVELADA (CONCLUSÃO)

Nos artigos precedentes foi analisada a doutrina cristã nos seus vários aspectos e foi comparada com as outras religiões. Reunindo agora as constatações que fizemos, podemos recolher as seguintes *Conclusões Progressivas*:

223. I — A primeira condição para que uma religião possa ser revelada é que não contenha nada de errado, nada de imoral: repugna à Veracidade e à Bondade e Santidade de Deus mandar-nos crer num êrro ou praticar o mal.

Ora, como vimos: — a) o cristianismo não contém nenhum dogma contrário à razão [n.º 184], nenhum preceito ou culto que se oponha à moral; antes, apresenta-se excelente sob todos êstes aspectos [ns. 173-178]; — b) nas outras religiões, pelo contrário, encontramos sempre erros nos seus dogmas e deficiências na sua moral, como vimos no artigo precedente [ns. 204, 216, 221].

Logo o Cristianismo, e *sòmente* o Cristianismo, PODE ser uma religião revelada.

224. II — Uma religião que Deus revela e impõe a todos os homens deve certamente ser melhor do que uma religião puramente humana: senão, o especial auxílio divino, qual é a revelação, não teria nenhuma razão de ser; nem se pode conceber que Deus profba uma religião melhor, para impor outra menos perfeita.

Ora, comparado com as outras religiões, o Cristianismo aparece logo como transcendente e melhor sob todos os aspectos.

Logo, SE Deus revelou uma religião, esta religião revelada só pode ser o Cristianismo.

225. III. — O Cristianismo, e somente êle entre tôdas as religiões e entre todos os sistemas filosóficos: — 1) ensina, com plena certeza e sem mistura de erros, tôdas as verdades da religião natural acêrca de Deus e do homem, fornecendo ~~uma norma plenamente suficiente para uma conduta moral e religiosa~~ verdadeiramente digna de um ser racional [n.º 187]; — 2) e a estas verdades acrescenta dogmas, preceitos e conselhos, que constituem um ideal de vida de uma perfeição sublime e sobrenatural [ns. 173-178, 188].

Ora: 1) sem um auxílio especial de Deus, qual é a revelação, é *moralmente* impossível que os homens conheçam com certeza, facilidade e sem mistura de erros, um tal conjunto de verdades naturais, religiosas e morais, especulativas e práticas, que seja suficiente para uma reta ordenação da vida humana: a tese foi demonstrada no nosso I vol.: *A Caminho da Verdade Suprema*, ns. 397-403, para onde remetemos. De fato, historicamente, em nenhum povo privado de revelação encontramos um tal conhecimento; e o que os esforços de tantos gênios filosóficos, continuados durante tantos séculos e até milênios, nunca puderam conseguir, supera manifestamente a capacidade moral da razão humana (412);

(412) Tratando-se de verdades de ordem natural, a nossa inteligência tem uma real capacidade *física* de conhecê-las naturalmente. Aham-se, porém, os homens numa *situação de fato*, criada por um cúmulo de obstáculos, como as preocupações da vida material, a preguiça intelectual, os atrativos da vida sensível..., que dificultam à mesma razão o estudo profundo e demorado dos grandes problemas religiosos e morais e a impedem de usar eficazmente e com resultado da sua natural capacidade. Além disso, "as verdades que se referem a Deus e às relações entre os homens e Deus são verdades que transcendem completamente a ordem das coisas sensíveis e quando estas verdades atingem a vida prática e a regem, requerem sacrifício e abnegação. A inteligência humana, na aquisição destas verdades, encontra dificuldades tanto por parte dos sentidos e da imaginação, como por parte das más inclinações provenientes do pecado original. Donde vemos que os homens em tais questões facilmente procuram persuadir-se de que seja falso ou ao menos duvidoso aquilo que não desejam que seja verdadeiro." (PIO XII, *Enc. Humani Generis*, edic. das Vozes, ns. 2 e 3).

Por isso, há uma necessidade *moral* da Revelação divina para que estas verdades sejam conhecidas com certeza, facilidade e sem mistura de erros.

Confirma-o plenamente a *História das Religiões*, ao mostrar-nos em quantos erros caíram os homens acêrca da Divindade e que aberrações morais aprovaram e praticaram, mesmo em povos civilizados como os gregos e os romanos.

2) muito menos pode a razão sòzinha formular uma doutrina que apresente um ideal de perfeição tão sublime como o ideal cristão.

Logo é moralmente certo que o Cristianismo é uma religião revelada.

226. IV. — Além de ensinar tôdas estas verdades naturais, o Cristianismo:

1) apresenta *mistérios*, superiores à compreensão da nossa razão e contudo intimamente *conexos* entre si e em plena concordância com os atributos divinos e as outras verdades que conhecemos naturalmente [ns. 180 e 184], de modo que a doutrina cristã forma um *todo sistemático*, harmonizando numa união sublime o sobrenatural e o natural, as perfeições e virtudes mais diversas [n.º 185];

2) *satisfaz tôdas* as íntimas e nobres *aspirações* da natureza humana, de um modo tão perfeito que *supera absolutamente* as capacidades e exigências naturais e tudo o que podíamos imaginar [n.º 190]; e oferece uma solução a todos os problemas essenciais do homem [ns. 191-196];

3) sem ter que alterar nenhum dos seus dogmas nem dos seus princípios morais, acha-se sempre *perfeitamente adaptado* a todos os homens, em todos os tempos e lugares, em qualquer circunstância e situação, difundindo orientações que promovem o aperfeiçoamento dos indivíduos bem como das nações [n.º 189].

Ora nada disso pode ser explicado sem o auxilio extraordinário de uma revelação divina:

1) Não pode a razão humana ter inventado os *mistérios* que o cristianismo propõe como sobrenaturais.

Exprimem perfeições nunca encontradas nas criaturas; nêles não vemos o nexó entre o sujeito e o predicado. Sôbre que se teria baseado a razão para descobri-los e afirmá-los? — Permanecendo obscuro para ela, como teria podido ordená-los tão perfeitamente entre si e com os conhecimentos naturais acêrca de Deus, do homem e do mundo? Sômente Deus pode vencer a infinita distância e diversidade entre o *sobrenatural* e o *natural* e realizar a sua união "sublime" numa doutrina plenamente harmônica. — De fato, não houve nenhuma inteligência puramente humana que tenha

organizado a doutrina cristã (413). Entretanto, num conjunto orgânico de tantos elementos, de tantos fatos, de tantas doutrinas delicadas, de tantas asserções novas e geralmente surpreendentes, a ordem e a harmonia não podem ser efeito do acaso, mas supõem necessariamente uma inteligência.

2) Nem tampouco podia a nossa razão elaborar uma doutrina tão admiravelmente *conveniente* com a natureza humana e juntamente tão *superior* a ela na *satisfação* que oferece às suas *aspirações*.

Satisfazer as aspirações de um modo que *supera* tudo o que podiam alcançar naturalmente, significa apontar-lhes como termo um objeto mais perfeito e de ordem sobrenatural (por ex., a visão beatífica), proporcionar-lhes novas capacidades e adaptar-lhes novos meios desta mesma ordem para atingi-lo (por ex., a graça, os sacramentos). Significa, pois, *eleva* estas aspirações a desejar e a conseguir bens e perfeições que naturalmente nunca teríamos podido nem desejar nem conseguir, porque superiores às exigências e às forças da natureza humana.

Uma tal satisfação, precisamente porque *excede* qualquer desejo natural, não pode ser excogitada pela razão humana. — Além disso, pressupõe necessariamente a *nossa elevação à ordem sobrenatural*, que consiste em unir à nossa natureza, de um modo que lhe é sumamente conveniente, dons absolutamente gratuitos e sobrenaturais. Ora, como já vimos, somente Deus pode conceber uma tal harmonia entre o natural e o sobrenatural e depende da

(418) "Ninguém concebeu os dogmas no seu conjunto; ninguém os propôs em bloco, organicamente", como se concebe e promulga uma Constituição. "O *Credo* não é um sistema de idéias *a priori*, que alguém tenha primeiro procurado tornar coerente e racional antes de o entregar aos fiéis e que depois tenha sido cuidadosamente conservado". O próprio Cristo pregava "sem se preocupar em sublinhar a coerência das suas afirmações"; seu ensino parece respostas ocasionais, lançadas ao acaso das perguntas que lhe eram feitas ou das circunstâncias que se apresentavam. "Os Apóstolos fizeram como Ele..., ensinaram, não construíram porém nenhuma teologia sistemática; explicaram fatos, d'elles tiraram normas práticas; seus escritos são escritos de circunstância, concebidos em vista da utilidade imediata: evangelhos e epístolas". Os fatos, as pregações, os preceitos passaram para a tradição, sem que houvesse ainda sistematização. É só mais tarde que esta foi elaborada. "E a elaboração, notai bem, consistiu em *manifestar* o acôrdo, não em criá-lo".

A teologia nada cria; analisa e compara *fatos e dados*, que lhe são fornecidos mas não lhe pertencem, aos quais deve acomodar-se sem nunca mudá-los, como a astronomia em relação aos astros. Ambas descobrem as relações e formulam as leis, constataam e proclamam a ordem e harmonia. Não a criam: já existia entre os próprios fatos e os dados, como entre os próprios astros. A inteligência que criou esta ordem é, por conseguinte, anterior à teologia, como é anterior à astronomia. *SMITH-LANGES, Catéchisme des Incroyants, I, pp. 91, 101-102.*

sua livre vontade realizá-la. Por conseguinte, é só pela revelação que podemos conhecê-la.

3) Cada homem, cada raça, cada civilização e cada passo ~~no seu progresso, cada nova situação individual ou social, ao entrar em contato com a doutrina cristã, encontra-a já apta por sua própria natureza~~ para orientar, colaborar e aperfeiçoar, sem ter para isso que mudar nada no seu conteúdo moral e dogmático. — Este fato é inexplicável humanamente:

Uma tal *adaptação antecipada* do dogma, de cada dogma e de cada preceito da moral ao conjunto e a cada um dos inúmeros fatos aos quais devia ser aplicado no decorrer dos séculos, para ser assim garantida de antemão, como o comprova a experiência, exige uma explicação, que não pode ser o puro acaso. Pressupõe necessariamente um conhecimento prévio de todos estes fatos, "de todo o conteúdo e de todo o desenvolvimento da natureza humana, de todas as surpresas da história, de todas as exigências futuras dos progressos da civilização." — Mas que homem podia, há dois mil anos, prever tudo isso, a fim de formular uma doutrina que desde o início incluísse todos os princípios necessários para uma adaptação tão perfeita e tão universal? (414)

Logo a origem da doutrina cristã não pode ser puramente humana. É forçoso reconhecer a intervenção extraordinária de uma revelação divina.

227. **CONFIRMA-SE** e completa-se o argumento considerando o *modo* como *apareceu* e foi *pregada* a doutrina cristã (415):

1) *Apareceu sem preparação humana*, i. é:

a) não foi uma evolução *natural* do *Judaísmo*, pois contém muitos elementos alheios ou mesmo contrários à doutrina judaica:

(414) Quem disse a Pedro, a Paulo, ao próprio Cristo (se alguém o considera um puro homem), "que haveria um dia bárbaros por civilizar, uma situação imperial por liquidar, reis por submeter..., multidões por educar..., corporações por criar, guerras por reduzir ou abrandar, uma cristandade por manter em coesão no meio de turbulenta anarquia? ... Quem lhes fez saber que, mais tarde ainda, haveria uma democracia por moralizar, um regime de trabalho por renovar, uma sociedade internacional por estabelecer, um capitalismo, um sindicalismo, imensos grupos sociais suscitando problemas nunca suspeitados outrora... cujas soluções seriam tanto mais delicadas e difíceis, quanto maior havia de ser o desenvolvimento do sentimento da personalidade humana e do seu valor individual?" Pois, "neste novo terreno, a adaptação não é menos perfeita que no início da era cristã; é até infinitamente maior. Mais progride a humanidade, mais o Evangelho lhe convém e lhe é necessário." SERTILLANGES, *op. cit.*, pp. 103-106.

(415) Cfr. GARRIGOU-LAGRANGE, *op. cit.*, pp. 487-497; HERVÉ, *op. cit.*, pp. 250-255.

— o mosaísmo era destinado unicamente ao povo judaico, o cristianismo é essencialmente *universal*; — os judeus contemporâneos de Cristo esperavam um Messias *temporal* e *político*, que os libertasse do jugo romano; Jesus se apresentou como rei *espiritual* de todos, sem distinção de povos ou raças; — os *dogmas fundamentais do Cristianismo*, como a *SSma. Trindade*, a *Incarnação do Verbo*, a *Redenção* de todos os homens pela morte ignominiosa do Messias, a *justificação* pela fé e as boas obras, sem as prescrições positivas da Lei mosaica, a *presença real* de Cristo na Eucaristia, etc., eram totalmente ignorados e alheios à mentalidade dos judeus; — em lugar das observâncias quase exclusivamente externas e rituais dos Fariseus, Saduceus e Essênios, Cristo ensinou uma *justiça* e *santidade interna*;

b) nem foi uma compilação eclética, extraída das *outras religiões*, como já demonstramos [ns. 128-130];

c) nem fruto do estudo e da elucubração de algum *sábio* ou *filósofo*, que a tenha construído e organizado num todo coerente, como vimos [nota 413];

d) mas nasceu exclusivamente da *pregação* de um simples operário da Galiléia, *Jesus de Nazaré*, que deixa um dia sua mesa de carpinteiro de aldeia, onde trabalhara até aos trinta anos, começa sem mais a pregar publicamente, percorrendo as cidades e aldeias da Palestina, e desde logo atrai a admiração das multidões, que o seguem e escutam dias inteiros, esquecidas de tudo, até do alimento (*Mt XIV, 13 e segs.; XV, 32*).

2) *É que não prega do mesmo modo que os outros:*

a) Não propõe simples *opiniões* de outros, como faziam os rabinos; mas ensina como quem possui a *suprema autoridade* (*Mt VII, 29*), como o Mestre *único* (*Mt XXIII, 8; Jo XIII, 13*), que veio ao mundo para dar testemunho da verdade (*Jo XVIII, 37*), que é a luz do mundo (*Jo VIII, 12*), o caminho a verdade e a vida (*Jo XIV, 6*), prometendo a vida eterna a quem aceita a sua doutrina (*Jo VI, 47; VIII, 51*).

b) Embora ensine doutrinas sublimes ou *mistérios sobrenaturais* totalmente desconhecidos até então, fala sem uma hesitação, sem uma dúvida, com *plena certeza*, com a perfeita tranqüilidade e espontaneidade de quem possui a intuição da verdade. Decide com segurança as questões discutidas entre os doutores judeus; com admirável prudência e sabedoria resolve as perguntas capciosas dos adversários (*Mt XXII, passim*); nem receia o julgamento e a crítica dos homens, porque tem consciência de anunciar o que viu no seu Pai (*Jo III, 11; VIII, 38*).

c) Prega, porém, com *simplicidade* e *humildade*, não em cátedras, mas no meio das multidões, nas colinas, nas margens do lago, no pórtico do templo, evangelizando de preferência os pobres tão

desprezados pela filosofia pagã. Nem recorre a nenhum aparato retórico, mas propõe sua doutrina com sentenças *breves, profundas* e juntamente *claras*, acomodando-se a tôdas as inteligências, gradativamente, sem nunca oprimir a debilidade dos seus ouvintes (Jo XVI, 12).

d) ~~Impõe preceitos arduos e austeros, mas com o exemplo~~ de sua vida irrepreensível (Jo VIII, 46), com a unção de um amor profundo, atrai e move eficazmente as vontades sinceras a uma vida santa, a um amor de Deus e do próximo, que não recuará nem diante do martírio. A esta bondade e misericórdia sabe também unir as exigências da *justiça* e da *severidade*, para desmascarar a *hipocrisia* e a *soberba* (Mt XXIII).

Ora, *sem um auxílio especial de Deus*, como teria podido um simples operário de aldeia, que nunca frequentara escola alguma nem se dera ao estudo, inventar uma doutrina tão sublime e pregá-la daquela maneira, harmonizando tão admiravelmente *extremos tão opostos*: a suma autoridade com a simplicidade e humildade, a suma elevação dos mistérios com a clareza do seu enunciado acomodado a tôdas as inteligências, a unção e misericórdia com a perfeita justiça, a austeridade dos preceitos com a eficácia sôbre as vontades?

Bem o pressentiam os ouvintes e os próprios ministros dos fariseus enviados para prender Jesus, exclamando na sua admiração: "*Nunca homem algum falou como este homem*" (Jo VII, 46). E os habitantes de Nazaré, que perguntavam admirados: "*Donde lhe vêm esta doutrina e estes milagres? Não é ele o filho do carpinteiro?...*" (Mt XIII, 54-56). Em Jerusalém, "*os judeus admiravam-se e diziam: Como conhece êle as escrituras sem haver estudado?*" (Jo VII, 15).

Por conseguinte, o modo como apareceu e foi pregada a doutrina cristã põe em evidência *a sua origem divina*. Tal foi também a resposta que deu Jesus aos seus ouvintes: "*A minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou*" (Jo VII, 16).

228. **Conclusão geral.** — De tudo o que vimos resulta que o Cristianismo,

quer considerado em si mesmo, na excelência do seu conjunto de verdades sem mistura de êrro, no seu altíssimo ideal de perfeição, na sublime harmonia dos seus mistérios e de tôda a sua doutrina, na satisfação tão superior às exigências e capacidades naturais que oferece a tôdas as nossas aspira-

ções, na sua perfeita e universal adaptação a todas as situações da vida humana no decorrer dos séculos,

quer considerado na sua absoluta *transcendência* sobre todas as outras religiões,

quer considerado no modo como *apareceu* e foi *pregado*
por Jesus de Nazaré,

não pode ser explicado por causas meramente naturais, mas supera as forças da inteligência humana e constitui um *verdadeiro milagre intelectual e moral*, que requer necessariamente uma intervenção *extraordinária* de Deus.

Logo o Cristianismo é *certamente* uma religião *revelada, de origem divina*.

Em si mesmo, o Argumento é *estritamente probativo* e se apresenta claro e decisivo para os católicos bem esclarecidos na sua religião e mesmo para os não-católicos de boa fé que procuram sinceramente a verdade. Não parece, contudo, estar facilmente ao alcance de todos, por causa dos conhecimentos psicológicos que pressupõe e dos muitos elementos que envolve.

Psicológicamente, enquanto manifesta a *amabilidade* de uma religião tão sublime e juntamente tão conveniente com a natureza humana, tem, pelo menos, um valor sumamente *suasivo*, *atraindo* fortemente os *ânimos retos* e *dispondo-os* a um estudo mais aprofundado das outras provas apodíticas da origem divina desta religião. Comprovam-no as dezenas de milhares de conversões que o Catolicismo registra anualmente. E entre elas, grande número de inteligências de escol. (415a)

(415a) Veja, por ex., os três volumes da coleção dirigida por F. LELOTTE, S.J., *Convertis du XX^e siècle*, Casterman 1953 (tradução portuguesa por Hoche Luiz Pulchério, *Convertidos do século XX*, AGIR 1960), e a bibliografia indicada no nosso I vol., nota 531.

O TESTEMUNHO DE CRISTO

229. NEXO. — A análise da doutrina cristã, tal como é ensinada hoje pela Igreja, e a sua transcendência sôbre tôdas as outras religiões, levaram-nos à conclusão da origem divina do cristianismo.

Mas se é divina a sua origem, é necessariamente desde a sua instituição e aparição na história que deve o Cristianismo apresentar *sinais divinos*.

Apresenta *de fato* tais sinais?

Eis a verificação que nos cumpre fazer agora. Serão novos argumentos, pelos quais ficará também confirmado o precedente.

Para estabelecê-los, basta interrogar as fontes históricas: o Nôvo Testamento, principalmente os Evangelhos.

Em tôdas as suas páginas deixam transparecer, sem a menor sombra de dúvida, que Jesus de Nazaré, o Fundador do Cristianismo,

afirmou ser o verdadeiro *Messias* prometido pelos Profetas no A. T., *Enviado divino* com a missão de trazer ao mundo a revelação de uma doutrina religiosa recebida diretamente de Deus,

afirmou também ser o próprio *Filho de Deus*,

e provou a veracidade do seu testemunho com o sinal divino dos *Milagres*.

Antes de expor estas provas devemos verificar o *fato* do testemunho de Jesus, i. é, a afirmação da divindade da sua *missão* e da divindade da sua *Pessoa*. (416)

(416) H. DIECKMANN, S.J., *De Revolutione Christiana*, pp. 481-515. — M. LEPIN, *Jésus Messie et Fils de Dieu*, 5.^a ed., Paris 1927. — A. MICHEL, *Jésus-Christ et la critique: La conscience méssianique*, no *Diot. de Théol. Cathol.*, Vol. VIII, col. 1886-1898. — H. PINARD DE LA BOULLAYE, S.J., *Jésus Messie e Jésus, Fils de Dieu*. Conférences de N.D., Paris 1930 e 1932. — M. TUAL, *Jésus-Christ son propre apologiste*, Paris 1934. — K. ADAM, *Jésus-Christ: Ce que Jésus nous a dit sur lui-même*, pp. 191-248. — J. BONSIRVEN, *Les Enseignements de Jésus-Christ: Jésus Messie*. Di-

ARTIGO PRIMEIRO

O MESSIANISMO ENTRE OS HEBREUS

Messias é a forma grecizada do vocábulo aramaico *me-shiáh*, que significa *Ungido* e foi traduzido na versão grega dos Setenta por *Christós* e na Vulgata por *Christus*.

No A. T., a pessoa escolhida para uma alta dignidade recebia, no ato da investidura, uma unção com óleos perfumados. Assim, os reis, os sumos sacerdotes, os profetas. Por isso, eram chamados os "ungidos do Senhor". Bem cedo foi aplicada esta denominação ao Salvador prometido; e como devia ser juntamente rei, profeta e sacerdote, foi considerado "o *Ungido*" por excelência e, nos últimos séculos antes da nossa era, passou a ser designado, quase como seu nome próprio, "o *Messias*", "o *Cristo*".

I. — Os Judeus esperavam o Messias (417)

230. O fato não é contestado por ninguém. É no Messias, o grande profeta prometido, que o povo de Israel colocava uma invencível esperança nas suas horas de provações nacionais. Nos tempos de Jesus, mais viva e mais intensa do que nunca era esta expectativa.

a) Provam-no muitos textos evangélicos:

1. Sem estranhar minimamente a pergunta dos *Reis Magos*, Herodes, para lhes responder, indaga dos sacerdotes e escribas tão somente o lugar "onde havia de nascer o *Cristo*" (*Mt* II, 4).

2. O venerando ancião *Simeão* esperava "a consolação de Israel" e recebera do Espírito Santo a promessa de não morrer antes de ver "o *Cristo do Senhor*" (*Lc* II, 25-29).

vinité de Jésus-Christ. Conscience en Jésus de la filiation divine, pp. 377-432. — DE GRANDMAISON, *op. cit.*, T. II, pp. 3-202. — P. RICHARD, art. "Fils de Dieu", no *Dict. de Théol. Cathol.*, Vol. V, col. 2388-2404. — TROMP, *op. cit.*, pp. 218-241. — MORRIS, *op. cit.*, pp. 226-247. — DUPLESSY, *op. cit.*, pp. 187-216. — FALCON, *op. cit.*, pp. 258-288. — J. LANGAN, *Apo-logética*, p. 185-227.

(417) J. BONSIIVEN, *Le Judaïsme palestinien au temps de Jésus-Christ: L'espérance messianique*, pp. 841-467. — L. CERFAUX, J. COFFENS, etc., *L'attente du Messie*, Bruges 1954. — A. GELIN, *Les idées maîtresses de l'A.T.*, 5.^a ed., Paris 1955, e o seu artigo *Messianisme*, no *Dict. de la Bible, Supplément*, Vol. V, col. 1165-1212. — L. TONDELLI, *Il disegno divino nella storia*, Torino 1947. — L. CHEMINANT, *Le royaume d'Israel*, Paris 1945.

3. *João Batista* envia discípulos seus perguntar a Jesus: "És tu *Aquêle-que-há-de- vir* (o *erkómenos*), ou devemos esperar outro?" (*Mt XI*, 3). — Ao próprio João perguntam os sacerdotes se era êle o *Cristo*, o Profeta (*Jo I*, 20-29).

4. A mulher samaritana diz a Jesus: "Sei que há de vir o *Messias*, chamado o *Cristo*" (*Jo IV*, 25).

5. Depois da multiplicação dos pães, exclama a multidão: "Este é verdadeiramente o *Profeta que há de vir no mundo*" (*Jo VI*, 14).

6. Em outra ocasião, "muitos da turba creram nêle e diziam: quando vier o *Cristo* fará por ventura mais milagres do que êste?" (*Jo VII*, 31).

7. *André*, depois de conhecer a Jesus, "diz a seu irmão *Simão*: 'Achamos o *Messias*', que quer dizer o *Cristo*" (*Jo I*, 41).

8. Os *Judeus* perguntam um dia a Jesus: "Se tu és o *Cristo*, dize-nos claramente" (*Jo X*, 24).

9. Encontramos esta mesma crença na entrada triunfal em Jerusalém (*Mt XXI*, 9), no interrogatório perante o Sinédrio (*Mt XXVI*, 63; *Mc XIV*, 61) e até nos escárneos dirigidos a Jesus na cruz (*Mc XV*, 32; *Lc XXIII*, 35).

Fariseus, sacerdotes, povo, justos, discípulos, todos estavam na expectativa certa do *Messias* e do seu reino.

b) Confirma-o a *história da Igreja primitiva*.

Apelam os Apóstolos para a idéia messiânica e provam que Jesus é realmente o *Messias* predito, tão ardentemente esperado e desejado (*Atos III*, 18; *VIII*, 32-37; *IX*, 22; *XVIII*, 5, 28...).

c) Também escritos apócrifos e profanos falam do *Messias* e do seu reino. Por ex.: — nas Parábolas do *Livro de Henoch* (II séc. a. de C.), o *Messias* é apresentado como Justo, Eleito, Filho do homem e sobretudo como Juiz dos homens (cc. 37-69); — no *Saltério* dito de *Salomão* (I séc. a. de C.), o salmo XVII, em particular, pede a Deus que envie o Rei, filho de Davi, para reinar sôbre Israel; chama-o "o *Cristo Senhor*", rei justo e santo, instruído por Deus e esclarecido pelo dom de conselho, que reunirá o povo santo e o conduzirá com justiça...; — nos *Oráculos Sibilinos* (I séc. a. de C.), o *Messias* é descrito como rei santo e pacífico, que reinará sôbre todos os povos para sempre (l. 3).

d) Vivíssima era naqueles tempos a expectativa do *Messias*. Nem faltaram falsos pretendentes, que incitaram o povo à revolta, como Judas Galileu. Da própria guerra movida contra

os romanos, em 66, escreveu FLÁVIO JOSEFO, um dos generais judeus [cfr. nota 41]: "O que principalmente levava os Judeus à guerra, fôra uma profecia descoberta nos livros sagrados, segundo a qual *por aquêle tempo* um dêles teria subjugado o mundo inteiro." (*A Guerra Judaica*, VI, 5, 4).

e) Até entre os pagãos divulgara-se esta tradição. Escreve SUETÔNIO: "Em todo o Oriente espalhara-se esta opinião antiga e constante, que homens oriundos da Judéia tomariam a direção do mundo." (*Vespasiano*, IV). O mesmo testemunho repete TÁCITO: "Muitos criam, de acôrdo com antigos escritos de sacerdotes, que naquele tempo homens oriundos da Judéia fariam triunfar o Oriente e tomariam a direção do mundo." (*História dos Imperadores*, V, 13).

II. — Esta esperança estava fundada nas Profecias do A.T.

231. Consta claramente:

1. *Dos textos evangélicos* já citados. Por ex.: — a resposta dos sacerdotes a Herodes: O Cristo deve nascer "em Belém de Judá, pois assim está escrito pelo *Profeta*: E tu, Belém..." (*Mt* II, 5-6); — as palavras dos primeiros discípulos: "Achamos aquêle de quem escreveram *Moisés* na Lei e os *Profetas*, Jesus, filho de José de Nazaré." (*Jo* I, 45).

2. *Do modo de agir de Jesus Cristo e dos Apóstolos*, que citavam as profecias, mostrando a sua realização em Jesus. Por ex.: *Jo* V, 39, 45-46; *Lc* XVIII, 31; XXIV, 27, etc.; *Atos* II, 25; III, 18; VIII, 32-37; *Mt*, *passim*.

3. *Dos livros dos Judeus*. Lê-se no *Talmud* que os *profetas todos* não falaram senão dos *dias do Messias*. E comentando o duodécimo artigo de fé, diziam os rabinos: "Torna mentirosa *tôda a Escritura*, quem nega o artigo do *advento do Messias*". (418)

III. — Os vários conceitos acêrca do Messias esperado

232. Nem todos os Judeus tinham do Messias o mesmo conceito (419).

Conceito verdadeiro, i. é, *segundo os Profetas*. — No A. T., os Profetas descreveram o Messias como o Enviado de Deus, Rei justo e santo, Profeta como Moisés e Sacerdote, que devia resgatar com seus sofrimentos e sua morte a huma-

(418) Cfr. HERVÉ, *op. cit.*, p. 188.

(419) Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 219-220; M. NICOLAU, S.J., *op. cit.*, p. 302-304.

nidade pecadora e reconciliá-la com Deus; fundar um Reino espiritual, i. é, uma nova sociedade religiosa, visível, universal e perpétua, com uma lei nova, um sacerdócio e um culto novos; e no fim dos tempos voltaria para julgar todos os homens. — ~~Não poucos hebreus, sem dúvida, devem ter conservado intato~~ este conceito. Os Evangelhos acenam a João Batista, a S. José, ao sacerdote Zacarias, ao velho Simeão e à profetiza Ana; nem foram certamente os únicos.

Conceito popular. — Nos séculos posteriores ao exílio, tempos de perseguições, quando o anseio geral era o restabelecimento da antiga grandeza do reino de Israel pela vitória definitiva sobre todos os seus inimigos, o conceito do Messias e do seu reino espiritual, sob o influxo dos Fariseus, foi deformando-se pouco a pouco na mente do povo. Conservando-lhe embora as funções de Juiz dos Homens, Rei de Israel e Profeta de Javé, o Messias foi concebido como um rei *político*, fundador de um reino terrestre, com abundância dos bens materiais. Tal era também o conceito dos Apóstolos antes da sua formação completa, como se depreende dos Evangelhos: por ex., *Mt XVI, 21-23; XX, 20-28.*

Conceito rabínico. — O Messias devia manifestar-se com aparato extraordinário (Um sinal do céu, como pediam a Jesus os fariseus: *Mt XVI, 1; cfr. Lc XVII, 20*), havia de libertar Israel dos seus inimigos e estabelecer um reino terrestre *nacional*, que dominaria os outros povos e onde seria observada perfeitamente a *lei mosaica* com as *tradições* rabínicas.

Conceito escatológico. — Depois da morte dos Macabeus, perdida a esperança de uma restauração do reino davídico neste mundo tão corrompido, alguns poucos, chamados *Escatologistas* (de escátos — fim), — porque partilhavam das idéias expressas em vários livros apócrifos apocalípticos, escritos entre 160 a. de C. e 120 d. de C. — esperavam também elles um Messias *político*, mas que *só viria no fim do mundo*, depois de destruída a presente ordem; julgaria então os homens e inauguraria uma era, o reino messiânico, no qual tôdas as gentes estariam submetidas aos Judeus.

233. NOTA. — Nestas concepções puramente temporais e políticas, ninguém cogitava num Messias *sufredor* e *Redentor*, que devia com sua morte pagar pelos pecados dos homens.

As descrições dos sofrimentos e das humilhações de Cristo, deixadas pelos profetas, em particular por *Isaiás* no cap. 53 (o proto-evangelho da Paixão), permaneceram na sombra ou no esquecimento. Daí o espanto dos Apóstolos, quando o Mestre lhes fala da sua paixão e morte próxima (*Mt XVI, 21-23; Mc VIII, 31-33*).

ARTIGO SEGUNDO

A AFIRMAÇÃO DA SUA MESSIANIDADE

Que afirmou Cristo da sua missão? Proclamou-se, num sentido estrito e sobrenatural, *Enviado divino* para nos revelar, em nome de Deus, uma doutrina de salvação?

234. Conhecemos a resposta dos *racionalistas*, dos *protestantes liberais* e dos *modernistas*. Seu preconceito naturalista, arbitrário e *a priori*, que nega tóda e qualquer possibilidade do sobrenatural [cfr. ns. 118-120], impede-os de aceitar o testemunho de Cristo sôbre o caráter sobrenatural da sua missão, obrigando-os a inventar hipóteses e construir sistemas para tentar uma explicação natural dos textos evangélicos que o proclamam.

Para alguns, nunca Jesus declarou ser o Messias. A messianidade é um título que, depois de sua morte, lhe foi atribuído pelos Apóstolos (*Welhausen, Wrede, Martineau...*); ou é uma crença fictícia, criada e elaborada progressivamente pela consciência cristã primitiva (*Escola da História das Formas*).

Para outros, como *Sabatier, Réville, Harnack*, um fenômeno psicológico natural, i. é, o sentimento profundo de sua união com o Pai celeste, e um conjunto de circunstâncias exteriores, como o entusiasmo dos seus discípulos, a lógica do sucesso, a lembrança das antigas profecias, fizeram nascer e evoluir, lenta e progressivamente, na consciência de Jesus a persuasão de uma missão especial. De modo que, no fim da sua vida, julgou e proclamou ser enviado de Deus e filho de Deus, num sentido todo particular embora ainda puramente natural. E não tendo missão sobrenatural, nunca pretendeu revelar um corpo de doutrina obrigatório para todos os homens, nem fundar uma verdadeira Igreja, mas simplesmente pôr em relêvo e inculcar o sentimento de filiação que deve reger a nossa relação com Deus, nosso Pai.

Para outros ainda, como *J. Weiss, Schweitzer, Loisy, Guignebert, Colani*, nunca julgou Cristo, nem afirmou ser o Filho de Deus, Deus como o Pai. Mas, imbuído das idéias e das esperanças ilusó-

rias do seu ambiente, persuadiu-se que era próximo o fim do mundo e que a presente ordem seria substituída por um reino escatológico de justiça e de felicidade, no qual havia de ser o Messias, i. é, o representante de Deus; sem nada de sobrenatural. Foi esta sua ~~messianidade futura, que ele proclamou, limitando, entretanto,~~ a sua função ao anúncio da iminência deste reino escatológico e à preparação das almas pela renúncia e pela penitência: a isso tendia todo o seu ensino dogmático e moral. Não cogitou, portanto, em revelar aos homens, em nome de Deus, uma nova religião universal e obrigatória para todos, nem em constituir uma Igreja como sociedade duradoura sobre a terra (420).

Se, porém, olharmos, livres da cegueira do preconceito, para os documentos evangélicos e os deixarmos falar, sem mutilá-los com escolhas ou exclusões arbitrárias, nem falseá-los com "solicitações" tendenciosas dos textos, nem submetê-los a hipóteses puramente imaginárias, que seus inventores não puderam salvar da crítica dos próprios discípulos, podemos estabelecer com plena evidência as teses seguintes:

TESE VIII. — Jesus de Nazaré, desde o início da sua vida pública, afirmou ser o Messias anunciado pelos Profetas.

235. QUALIFICAÇÃO DA TESE. — Historicamente: *certa*. — Teologicamente: *de fé divina e católica*, contida na Sagrada Escritura e ensinada pelo magistério ordinário. — Cfr. também a condenação dos erros modernistas por S. Pio X, no decreto *Lamentabili*: D. 2028, 2032, 2035, 2052.

I. — No início da sua vida pública, já tinha Jesus plena consciência da sua messianidade.

236. Segundo a doutrina católica, sempre teve Jesus plena consciência da sua dignidade e da sua função messiânica, desde o primeiro instante da Encarnação (D. 2035).

S. Paulo nos apresenta o Salvador dizendo "ao entrar no mundo: Tu não quiseste hósta nem oblação, mas me formaste um corpo; holocaustos pelo pecado não te agradaram. Então eu disse: Eis que venho... para fazer, ó Deus, a tua vontade." (*Hebr. X, 5-7*). — Mais tarde, aos doze anos, nas palavras dirigidas à sua Mãe: "Não sabeis que devo ocupar-me das coisas que são de

(420) Já foram refutadas tôdas estas opiniões ao tratarmos da *crítica racionalista*, ns. 125, 127, 132-4, 135.

meu pai?" (Lc II, 49), o próprio Jesus manifesta claramente que tem consciência da missão especial recebida de seu Pai.

237. Na Apologética, porém, em resposta aos adversários, basta considerar a vida pública e fazer ver que, durante este período, na consciência de Jesus não evoluiu gradativamente o conhecimento da sua missão divina, mas já era completo e certo desde o início, como de fato podemos constatar em vários trechos evangélicos:

1) *No Batismo de Jesus.* — Sabia João Batista por revelação que o batismo dado pelo Messias seria superior ao seu, pois "batizará no Espírito Santo e em fogo (Mt III, 11), i. é, com eficácia purificadora e santificadora, e não apenas excitando sentimentos de compunção. Quando, portanto, se recusava a batizar Jesus, dizendo: "Sou eu que preciso ser batizado por ti, e tu vers a mim?" (v. 14), reconhecia nêle o Messias (421). Não recusou Jesus este testemunho, mas respondeu "Deixa por agora, porque convém que cumpramos assim toda a justiça" (v. 15). Palavras que não comportam nenhuma hesitação, mas supõem o conhecimento de uma missão especial e a vontade resolvida a cumpri-la totalmente. — Viu também Jesus o Espírito Santo descer em forma de pomba e permanecer sobre êle e ouviu a voz dos céus que dizia: "Este é o meu Filho dileto..." (vv. 16-17). Nada no texto indica em Cristo a menor surpresa ou um aumento de conhecimento por esta manifestação pública feita por Deus. É sinal que já tinha plena consciência da sua dignidade messiânica.

2) *Nas Tentações no deserto.* — Todos os comentadores, de todas as escolas, reconhecem hoje o caráter messiânico das tentações de Jesus no deserto (422). Por duas vezes o tentador chama Jesus de "Filho de Deus", provoca-o a fazer milagres como se esperava do Messias, e procura levá-lo a um messianismo temporal oferecendo-lhe os reinos deste mundo (Mt IV, 1-12; Lc IV, 1-13). — Nas suas respostas incisivas, não repreende Jesus ao demônio por lhe atribuir a Filiação divina, nem demonstra as hesitações de quem duvida, mas a segurança da consciência certa.

3) *O Testemunho de João Batista* (423). — O Batista chamava abertamente a Jesus de "Cordeiro de Deus", "Filho de Deus" (Jo I, 29-36) e foi isso a ocasião de irem ter com Jesus os pri-

(421) Para a concordância deste conhecimento com Jo I, 31-34, cfr. *La Sainte Bible* (L. FIROT), Tomo IX, p. 83-34 e Tomo X, p. 322-324.

(422) Cfr. *ibidem*, Tomo LX, p. 87-88.

(423) Como nota M. NICOLAU, *op. cit.*, p. 302, este testemunho de João Batista é de grande importância, não somente por causa da reconhecida autoridade do precursor e por ter sido dado desde o início, mas também pelo influxo duradouro que teve na mente dos Judeus (Atos XIX, 1-6; Jo I, 15).

meiros discípulos (v. 37). Conheceu certamente Jesus êste testemunho. Longe de desmenti-lo, aprovou-o confirmando explicitamente os discípulos na sua fé (Jo I, 37-51).

4) A quem percorre os Evangelhos, a "consciência messiânica" de Jesus aparece, desde o primeiro momento, como formada e perfeita. Nunca deixam suspeitar sequer uma dúvida em Jesus, um conflito interno acêrca da sua real e verdadeira messianidade. Pelo contrário, desde o início de sua pregação, vemo-lo pensar, falar, agir como Messias: ensina com autoridade, aplica a si mesmo as antigas profecias, expulsa os demônios, reúne discípulos, perdoa os pecados, cura os enfermos, dispõe autoritativamente das observâncias legais. Nenhum sinal de hesitação, de temor; nenhum vestígio de uma vocação primeiro só entrevista, depois combatida e finalmente aceita. Em todos os instantes, domina Cristo a sua mensagem, sem se deixar nunca arrastar pelas esperanças, pelos entusiasmos, pelas oposições (424).

II. — Desde o início da sua vida pública, afirmou Jesus ser o Messias.

A. — Atribuiu-se e aceitou o título de Messias ou Cristo.

238. 1. À mulher Samaritana, que lhe dissera: "Sei que vem o Messias, chamado o Cristo", respondeu Jesus: "Sou eu, quem fala contigo" (Jo IV, 25-26).

2. Pedro proclamara: "Tu és o Cristo, Filho do Deus vivo". Louva Jesus esta confissão e a confirma dizendo que provém de uma revelação de seu "Pai que está nos céus". (Mt XVI, 16-17).

3. Aos Judeus que lhe diziam: "Se tu és o Cristo, dizenos claramente", respondeu Jesus: "Eu vo-lo digo, mas vós não crêdes; as obras que faço em nome de meu Pai dão testemunho de mim." (Jo X, 22-25).

4. Marta, a quem Jesus perguntara se cria nêle, respondeu: "Sim, Senhor, eu creio que tu és o Cristo, Filho do Deus vivo, que vieste a êste mundo". (Jo XI, 23-27). E Jesus não a desmente.

5. Êle mesmo apropriou-se êste título, dizendo aos discípulos: "O vosso Mestre é um só, o Cristo" (Mt XXIII, 10).

6. Na sua oração sacerdotal, depois da última ceia, diz: "Esta é a vida eterna, que êles conheçam a ti, único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, que tu enviaste" (Jo XVII, 3).

(424) Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, p. 83-85.

7. Poucas horas antes da sua morte, *perante o Sinédrio*, a Caifaz que o intima solenemente, em nome de Deus vivo, de dizer se é realmente “o Cristo, Filho de Deus”, responde Jesus: “*Tu o disseste*”, “*Eu o sou*” (*Mt XXVI, 62-64; Mc XIV, 61-63*).

8. Depois da sua *ressurreição*, falando aos dois discípulos de Emaús: “Por ventura não era necessário que o Cristo soffesse tudo isso e assim entrasse na sua glória?” (*Lc XXIV, 26; cfr. também o v. 46*).

B. — Atribuiu-se e aceitou outros títulos Mes-siânicos:

239. 1. REI DE ISRAEL. — Fôra profetizado que o Messias seria *Rei*, o Rei por excelência. Por ex., nos *Salmos II, 6, 9; LXXI, 8-10; CIX*.

Natanael diz a Jesus: “Mestre, tu és o Filho de Deus, o *Rei de Israel*” (*Jo I, 49*). — Na entrada triunfal em Jerusalém, as multidões o aclamam, dizendo: “*Bendito o rei que vem em nome do Senhor*” (*Lc XIX, 38 e os lugares paralelos*). — O próprio Jesus fala do seu reino ao explicar a parábola do joio (*Mt XIII, 38-41*). — A Pilatos, que lhe perguntou: “*És tu o Rei dos Judeus?*”, responde: “*Tu o dizes*” (*Mt XXVII, 11; Jo XVIII, 33-37*). — Os soldados no pretório, os sacerdotes e a turba aos pés da cruz escarnecem de Jesus por se ter dito “o *Rei dos Judeus*” (*Mt XXVII, 27-30, 42; Mc XV, 18-19*). — A inscrição colocada na cruz “*Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus*” (*Jo XIX, 19-22 e lug. par.*).

2. FILHO DE DAVI. — Anunciara, entre outros, Jeremias, que o Rei prometido, o Messias, seria descendente de Davi (*Jeremias XXIII, 5*). Não o ignoravam os Judeus (*Cfr. Mt XXII, 41-42*), entre os quais, o título “o *filho de Davi*” tornara-se um sinônimo de “o Messias”, como se vê, por ex., em *Mt XII, 23*.

Dão êste titulo a Jesus: os dois cegos de Jericó: “*Tem piedade de nós, Filho de Davi*” (*Mt XX, 30-34*); a mulher cananéia: “*Tem piedade de mim, Senhor, Filho de Davi*” (*Mt XV, 22*). — Assim o aclamam os Apóstolos e todo o povo na entrada triunfal em Jerusalém: “*Hosana ao Filho de Davi*”.

Tácitamente aceita Jesus o título, atende aos pedidos e até aprova e defende os que o aclamam (*Mt XXI, 15-17*).

3. AQUELE-QUE-HÁ-DE-VIR (o *erkómenos*, com o artigo; o “*qui venturus est*”): era um termo técnico para designar o Messias anunciado e esperado.

Enviou João Batista dois de seus discípulos perguntar a Jesus: "Es tu *Aquê-le-que-há-de-uir*, ou devemos esperar outro?" Responde Jesus com uma afirmação implícita, apresentando sua pregação aos pobres e seus milagres (*Mt XI, 1-6*), que eram precisamente as características do Messias apontadas por Isaias (*XXXV, 4-6; LXI, 1-2*) e que João bem conhecia.

4. O FILHO DO HOMEM. — Muitíssimas vêzes nos Evangelhos Jesus, e sòmente Èle, chama-se a si mesmo "o Filho do homem" (425), freqüentemente com alusão manifesta ao vaticínio messiânico de *Daniel* (*VII, 13-14*), que descreve a constituição do reino de Deus pelo Filho do homem vindo "sôbre as nuvens do céu", por ex., em *Mt XXIV, 30; XXVI, 64*.

Exprimia com êsse título a sua dignidade messiânica, como se vê claramente pelo contexto. Assim, quando diz que devia cumprir-se "tudo o que foi escrito pelos profetas a respeito do Filho do homem" (*Lc XVIII, 31*), pois os profetas falaram dêle enquanto Messias; ou quando fala da vinda do Filho do homem para o juízo final (*Mt XVI, 27; XXIV, 30; XXV, 31*), pois é o Messias que há de vir julgar todos os homens (426).

Êste sentido messiânico era conhecido e aceito no tempo de Cristo: Caifaz e o Sinédrio entenderam perfeitamente a resposta de Jesus (*Mt XXVI, 64*); o povo identifica "o Filho do homem" com "o Cristo que permanece para sempre" (*Jo XII, 34*) e por isso não compreende como o Filho do homem havia de ser crucificado.

5. O ENVIADO de Deus, o TAUMATURGO, o JUIZ SUPREMO dos homens. — Eram títulos profetizados e reconhecidos por todos como certamente messiânicos. Reivindicou-os Jesus várias vêzes. Por ex., ao responder aos judeus que o acusavam de ter violado o sábadão curando um paralítico, afirma repetidas vêzes ser o enviado do Pai, ter o poder de fazer tudo o que

(425) No texto grego, com o artigo, para significar aquêle determinado filho do homem. A expressão acha-se 80 vêzes nos quatro Evangelhos e sòmente três vêzes no resto do N.T.: *Atos VII, 56; Apoc. I, 18; XIV, 14*. Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, I, p. 817, notas 3, 4 e 5.

(426) MORS, *op. cit.*, p. 229-230. — Cfr. *Dict. de la Bible, Supplément*: Vol. IV, col. 1019-1025. — Escolheu Cristo para si êste título provavelmente porque: de um lado, evitando excitar as fantasias populares de um Messias terreno e político e contudo ligado, pelo texto de *Daniel*, às mais altas prerrogativas de Senhor e de Juiz dos homens, significava um reino messiânico de ordem mais elevada; por outro lado, "punha em relêvo os caracteres de fraqueza aparente, de condescendente fraternidade, de sofrimento redentor e, para dizer tudo, de humanidade, que deviam assinalar na realidade a carreira do Mestre". DE GRANDMAISON, *ibid.*, p. 824.

faz o Pai, o poder de ressuscitar mortos e de julgar todos os homens (Jo V, 17-46).

III. — No sentido anunciado pelos Profetas.

240. 1) Não se atribuiu Cristo uma messianidade *política* e *temporal*: quando, após a multiplicação dos pães, a multidão o quer proclamar rei, foge para o monte (Jo VI, 15); paga os tributos (Mt XVII, 23-26) e manda obedecer à autoridade civil estabelecida, dando a César o que é de César... (Mt XXII, 21); o próprio Pilatos reconhece infundada a acusação de rei político (Jo XVIII, 33-38).

Pelo contrário, prega um reino *religioso*, essencialmente *espiritual* e *interno*, que consiste na submissão a Deus pela fé e pela prática das virtudes descritas no Sermão da montanha (Mt IV, 24-VII, 29) e cujos bens são a salvação da alma pela remissão dos pecados e a infusão de uma nova vida, mediante a graça alcançada pela paixão e morte do próprio Messias (Mt XXVI, 27-28); reino que não é deste mundo (Jo XVIII, 36), embora exista neste mundo e seja visível nos seus ritos e sacramentos, na sua autoridade (Mt XVI, 18; XVIII, 17-18) e na profissão de fé dos seus membros (Mt X, 17-22 e 32-33).

2) Nem aceitou a concepção rabínica de um reino messiânico *nacionalista* com o domínio dos Judeus sobre todos os povos e com a obrigação da observância da lei mosaica em todos os seus preceitos positivos.

Pelo contrário, anunciou um reino *universal*, que seus apóstolos deviam ir pregar por todo o mundo (Mt XXVIII, 18-20), que seria tirado aos judeus (Mt VIII, 12 e XXI, 43), e predisse a destruição do templo e de Jerusalém (Mt XXIV, 1-3 e 15-22); mantendo na sua integridade e levando à sua perfeição os preceitos da lei natural contidos na Lei mosaica (Mt V, 17-48), purificou esta última de tôdas as imposições acrescentadas pelos rabinos e fariseus (Mt XV, 1-20; XXIII, 1-36), e pela instituição de um *novo* e *eterno* *testamento* (aliança, *convenant*, economia religiosa: Mt XXVI, 27-28; Lc XXII, 19-20) significou que seriam abrogados os preceitos positivos cerimoniais, legais, civis e políticos.

3) Nunca disse Jesus que viria a ser o Messias num *futuro escatológico*, mas que já o era, como vimos nas suas respostas à Samaritana, a Caifaz, a Pilatos...

Os títulos messiânicos sempre lhe são atribuídos como a quem já os possui, e desde o início exerce, de fato, as funções de Messias. O reino messiânico que prega há, sim, de durar ainda depois do

fim do mundo, mas já existe neste mundo ("o reino de Deus está no meio de vós": *Lc XVII, 20-21*), onde há de se desenvolver (*Mt XIII, 31-32*), onde os bons se acham ainda misturados com os maus até o juízo final, quando se fará a separação definitiva (*Mt XIII, 24-30 e 37-43*). ~~No Sermão da montanha dá Jesus as leis que deve observar quem quer pertencer a este reino e todas elas se referem direta e imediatamente ao modo de agir na vida presente. Não se atribuiu, portanto, Cristo uma messianidade exclusivamente escatológica.~~

4) Apela Cristo para as *predições dos Profetas do A. T.*, afirmando que é dêle que falam (*Jo V, 46*) e dão testemunho (*Jo V, 39*), e é nêle que têm sua realização.

Por ex.: na sinagoga de Nazaré, depois de ler um trecho de *Isaias (LXI, 1-2)*, no qual o profeta fala do ungido, do enviado para evangelizar os pobres... , declara aos ouvintes: "Hoje esta escritura se cumpriu aos vossos ouvidos." (*Lc IV, 16-21*); — depois da última ceia (*Lc XXII, 37*), diz aos Apóstolos: "É necessário que se cumpra em mim ainda isto que está escrito: E foi contado entre os malfeitores" (citação de *Isaias LIII, 12*); — e a caminho do monte das Oliveiras (*Mt XXVI, 31*): "Todos vós vos haveis de escandalizar a meu respeito esta noite. Pois foi escrito: Ferirei o pastor, e as ovelhas do rebanho ficarão dispersas" (cit. de *Zacarias XIII, 7*); — aos dois discípulos de Emaús reprobra Jesus a lentidão em serem "tudo o que anunciaram os profetas" ... "E começando por Moisés e por todos os profetas, explicava-lhes o que dêle se achava dito em todas as escrituras" (*Lc XXIV, 25-27*).

Quando, portanto, afirma Jesus ser o Messias, entende precisamente o *Messias anunciado pelos Profetas*, cujas predições aceitou e realizou em toda a sua integridade.

241. Recebe a Tese uma esplêndida CONFIRMAÇÃO *pela fé dos primeiros cristãos (427)*. — No dia mesmo de Pentecostes prega Pedro publicamente a messianidade de Jesus e os ouvintes a aceitam (*Atos, II, 36, 42*). Continuam os Apóstolos a ensinar cada dia que Jesus é o Cristo (*Atos V, 42*). Apenas convertido, Paulo "prega Jesus... , afirmando que é o Cristo" (*Atos IX, 20-22*), e o prova pelas Escrituras (*Atos XVII, 2-3; XVIII, 28*). Mateus escreveu seu Evangelho para provar que Jesus é o *Messias*; João escreveu o seu para que creiamos "que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus" (*Jo XX, 31*). A própria

(427) MORS, *op. cit.*, p. 230.

denominação de “*crístãos*” dada logo aos fiéis demonstra claramente a fé da Igreja primitiva na messianidade de Jesus. Esta fé é um fato incontestável e que aliás ninguém contesta. É precisamente esta fé no Messias já vindo e vivo que constitui o Cristianismo e o distingue do Judaísmo.

Mas, se Jesus de Nazaré, como dizem os racionalistas, não tivesse de fato declarado abertamente ser o Messias, nem dado provas peremptórias, nem iniciado o reino messiânico, mas tivesse perecido miseravelmente numa morte infamante sem ressuscitar ao terceiro dia, quem teria cogitado em lhe atribuir a dignidade messiânica e seguir-lhe os ensinamentos? Tanto a pregação apostólica, como a fé dos primeiros cristãos — ambas imediatas, firmes e constantes mesmo no meio das ameaças, dos cárceres, dos suplícios e da morte — permaneceriam fatos absolutamente inexplicáveis.

242. Conclusão. — Estando tôdas estas afirmações de Cristo sôbre a sua messianidade em tão íntima conexão com tôda a narrativa evangélica, da qual penetram quase todos os capítulos, e com os fatos da vida de Cristo e o seu modo de agir desde seu batismo até sua morte e ressurreição, negá-las seria *ipso facto* negar tôda e qualquer historicidade aos Evangelhos e torná-los ininteligíveis. Foram, pois, com tôda a certeza pronunciadas por Cristo.

Tomando-as no seu contexto, juntamente com as reações e explicações que suscitaram, com as alusões ao A. T. que as acompanharam, com os fatos, às vêzes públicos e solenes, que provocaram e que seriam inexplicáveis sem elas, provam com plena evidência que realmente afirmou Jesus ser o *Messias* no sentido *próprio*, o *verdadeiro Messias anunciado e esperado*, e que a sua afirmação foi perfeitamente compreendida pelos ouvintes.

Entende-se porque Cristo tenha querido despertar nêles a consciência do privilégio que lhes era concedido, presenciando acontecimentos de tamanha importância para tôda a humanidade: “Ditosos os olhos que vêem o que vós vêdes! Pois eu vos digo: Muitos profetas e reis desejaram ver o que vós vêdes e não o viram, ouvir o que vós ouvís, e não o ouviram.” (Lc X, 23-24; Mt XIII, 16-17).

243. NOTA. — A revelação progressiva da messianidade.

Como vimos, sempre teve Cristo a plena certeza da sua missão divina. Por isso, não se pode admitir uma evolução na sua consciência messiânica.

Ao iniciar, porém, o seu ministério, encontrou, espalhado no povo, o conceito de um Messias político e temporal. Não quis remover, de repente e sem preparação, este preconceito, mas preferiu um método mais adaptado à índole e capacidade dos seus ouvintes, inculcando-lhes pouco a pouco a verdadeira idéia do Messias e dispondo-os a aceitar a sua missão espiritual e santificadora.

É por isso que, na manifestação exterior da sua messianidade, procedeu progressivamente e de modos diversos: mais explícito, quando falava a pessoas particulares e na intimidade com seus apóstolos; mais reservado, quando falava públicamente perante as multidões. Sempre que podia haver o perigo de ser confundido pelo entusiasmo popular com um messias político, retraia-se das turbas (*Jo VI, 14...*); proibia até que fôsem divulgados os seus milagres. Em outras ocasiões, porém, êle mesmo exortava a esta divulgação (*Mc V, 19-20*) e dava "suas obras" como prova da sua missão.

Esta *revelação progressiva*, feita já no início com declarações suficientemente claras para os ouvintes de boa vontade e, no último ano, mais abertamente, em têrmos explícitos e em circunstâncias mais solenes, não supõe que Cristo não tenha tido sempre a intenção de se proclamar o Messias, mas indica tão somente uma sábia precaução contra interpretações prematuras e errôneas, que teriam podido comprometer a sua missão divina.

Maior prudência ainda e preparação dos ouvintes requeria a revelação da sua *Divindade*: o altíssimo mistério da *Filiação divina* e da *Incarnação do Verbo*.

TESE IX. — Afirmou também ser o enviado de Deus, com a missão de revelar uma doutrina religiosa, tôda ela de origem divina e obrigatória para todos os homens.

244. SENTIDO DA TESE. — Como veremos, afirmou Cristo ser o *Filho de Deus, Deus consubstancial com o Pai*. Na presente tese apologética, porém, consideramos tão somente a sua *Legação divina*, e afirmamos que se proclamou o *Enviado Especial* de Deus, de quem recebeu, de um modo imediato, i. é, sem intermediário, o direito e o mandato de ensinar aos homens, *em nome de Deus, uma doutrina religiosa*, por êle apresentada como *divina*, e como devendo ser pregada a *todos os homens* e ser *obrigatòriamente* por *todos* abraçada e praticada.

245. **QUALIFICAÇÃO DA TESE.** — Historicamente: *certa*. — Teològicamente: *de fé divina e católica*, contida na Sagrada Escritura e sempre ensinada como tal pelo Magistério eclesiástico (D. 831, 2194-2197). Cfr. também as condenações das teses modernistas: D. 2052, 2059.

I. — Jesus Cristo apresentou-se como Legado imediato e especial de Deus.

246. 1. *Legado* é aquêlê que é enviado por quem tem autoridade, para representá-lo, agir e falar em nome dêle, transmitindo o que lhe mandou dizer. — Legado divino *imediato* é aquêlê que é enviado diretamente por Deus, sem intermediário.

Ora Cristo apresentou-se como enviado diretamente por Deus para transmitir suas palavras:

"As palavras que ouvistes não são minhas, mas sim do Pai que me enviou." (Jo XIV, 24).

"Eu vim em nome de meu Pai." (Jo V, 43).

"Eu não falei por mim mesmo, mas o Pai, que me enviou, êle mesmo foi quem me prescreveu o que devo dizer e o que devo falar." (Jo XII, 48).

Dêle já dissera João Batista: "Aquêlê que Deus enviou fala palavras de Deus." (Jo III, 34).

Logo Cristo afirmou ser um Legado imediato de Deus.

2. É um Legado *especial*, o maior de todos.

Cristo proclama que lhe foi dado todo o poder no céu e na terra (Mt XXVIII, 18), que é o Senhor do sábado (Mc II, 28), que é superior ao Templo (Mt XII, 6), a Abraão (Jo VIII, 52-59), a Moisés (Jo V, 39-46), a Davi (Mt XXII, 42-46), a Salomão (Mt XII, 41-42), aos profetas (Lc X, 23-24), a João Batista (Mt XI, 9-10), aos anjos que são seus ministros (Mt XIII, 41); os outros enviados eram apenas servos de Deus, êle é o Filho (Mt XXI, 33-39). Ensina e manda com autoridade, aperfeiçoa a Lei do A. T. (Mt c. V).

3. Jesus afirmou ser *profeta*:

implicitamente, ao afirmar-se Messias, pois o Messias devia ser "profeta", conforme à promessa de Deus a Moisés: "E o Senhor me disse... Farei surgir para êles, do meio de seus irmãos, um profeta semelhante a ti; porei na sua boca as minhas palavras e êle lhes falará tudo o que eu mandar." (Deuteronomio XVIII, 17-18). Por isso, esperavam os Judeus um Messias profeta: Cfr. Jo IV, 24-25; VI, 14; VII, 40-41.

explicitamente: na sinagoga de Nazaré, referindo-se a si mesmo, diz: "Em verdade vos digo, nenhum profeta é bem aceito na sua pátria" (Lc IV, 24); e mais tarde, aos fariseus: "Não convém que um profeta morra fora de Jerusalém" (Lc XIII, 33).

— Na entrada em Jerusalém, a multidão o chama "o profeta de Nazaré" (Mt XXI, 11 e 46); na festa dos tabernáculos, alguns ouvintes diziam: "Este é realmente o Profeta (Jo VII, 40); os discípulos, a caminho de Emaús com Jesus, dizem d'ele que "era um profeta poderoso em obras e palavras" (Lc XXIV, 19). E Jesus aceitou êstes testemunhos.

Ora *Profeta* (do grego "pro" e "femi"), no sentido próprio e formal, é aquêle que *fala em nome de outro*; e no A.T., profeta era quem falava em nome de Deus.

Logo afirmar-se profeta é apresentar-se como *legado* imediato que fala em nome de Deus.

II. — Cristo proclamou-se Mestre, enviado para nos ensinar uma doutrina religiosa.

a) *Proclamou-se Mestre*:

247. 1) "Vós me chamais *Mestre* e Senhor; e dizeis bem, porque *eu o sou*." (Jo XIII, 13).

2) "Nem vos intituleis mestres: porque vosso *Mestre* é um só, o Cristo." (Mt XXIII, 10).

3) "Eu sou a Luz do mundo" (Jo VIII, 12), "o caminho, a verdade e a vida" (Jo XIV, 6), que veio a êste mundo "para dar testemunho da verdade" (Jo XVIII, 37).

4) *Passim* nos Evangelhos Cristo é *chamado mestre, rabbi, preceptor*, pelos apóstolos e discípulos, pelos judeus e fariseus. Sempre aprovou implícitamente o título, respondendo aos pedidos de quem com êle o interpelava.

5) *De fato*, ensinou ao povo nas sinagogas, no templo, nas colinas, nas margens dos lagos da Galiléia, na Judéa e em Jerusalém. E os Evangelhos estão cheios de seus ensinamentos e nos referem alguns dos seus discursos, por ex., o Sermão da montanha (Mt V-VII).

b) *Enviado para ensinar uma doutrina religiosa*:

248. 1) Aplica a si mesmo o texto de Isaias: "O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu; e enviou-me para evangelizar os pobres..." (Lc IV, 18).

2) Às turbas, que o querem reter, responde: “É mister que eu anuncie o *reino de Deus* também às outras cidades; pois *para isso é que fui enviado*” (Lc IV, 43).

3) A doutrina que prega é evidentemente uma doutrina religiosa: toda ela trata de Deus e das relações dos homens com Deus; o “reino de Deus” não é um reino temporal, dêste mundo, mas uma sociedade religiosa (Jo XVIII, 36-37); os dogmas que revela, os preceitos que impõe, os ritos que institui, tudo é de ordem moral e religiosa.

4) Os Apóstolos são enviados por Cristo, como Cristo foi enviado pelo Pai (Jo XVII, 18; XX, 21). Ora são enviados como mestres religiosos autênticos (Mt XXVIII, 18-20). Logo, *a fortiori*, a missão de Cristo é uma missão doutrinal, religiosa, com magistério divino e autêntico.

5) Esta doutrina ensinada por Cristo não se reduz apenas a algumas normas de vida moral, independentes de qualquer dogma, como querem Harnack e os modernistas. Contém também *verdades dogmáticas*, que a fé deve aceitar. Se todo dogma especulativo é ordenado à vida moral, também todo preceito nasce do dogma [cfr. n.º 173 e segs].

Encontramos, de fato, nos Evangelhos o essencial do dogma que Cristo pregou [cfr. a síntese apresentada no n.º 172], e já vimos como os Apóstolos e a Igreja nascente tinham consciência de terem recebido do Mestre um corpo de doutrina — o sagrado depósito da fé — e com quanta solicitude vigiavam para conservá-lo e transmiti-lo intato aos fiéis [n.º 112 e as notas 199-203].

III. — **Afirmou que toda a sua doutrina era divina e era destinada obrigatoriamente a todos os homens.**

a) *Toda a sua doutrina é divina:*

249. 1) Durante toda a sua vida pública, insiste constantemente *na perfeita identidade* da sua doutrina com a doutrina do Pai:

“A minha doutrina não é minha, mas é daquele que me enviou...” (Jo VII, 16).

“As palavras que ouvistes não são minhas, mas sim do Pai que me enviou (Jo XIV, 24).

“Eu falo o que vi em meu Pai” (Jo VIII, 38).

2) Nada faz, nada ensina senão o que ouviu do Pai:

"...mas quem me enviou é verdadeiro e o que *dêle* ouvi isso eu digo ao mundo... , nada faço de mim mesmo, mas *falo do modo como o Pai me ensinou*" (Jo VIII, 26-28).

E na oração sacerdotal de Cristo a seu Pai: "Agora conhecem que tôdas as coisas, que me deste, são de ti. Por que lhes dei as *palavras que me deste*; e êles as receberam e sabem verdadeiramente que eu saí de ti, e creram que tu me enviaste." (Jo XVII, 7-8) — Cfr. Mt XI, 25-26; Lc X, 21-22.

3) Por isso, crer em Cristo é crer em Deus:

"Quem *crê em mim, não crê em mim, mas naquele que me enviou*... Quem me despreza e não recebe as minhas palavras tem quem o julgue; a palavra, que eu tenho falado, julgá-lo-á no último dia. *Porque eu não falei por mim mesmo, mas o Pai, que me enviou, êle mesmo foi quem me prescreveu o que devo dizer e o que devo falar*. E sei que o seu mandamento é vida eterna. Pois o que eu digo, digo-o segundo me falou o Pai." (Jo XII, 44-50).

"Quem vos ouve, é a mim que ouve; e quem vos despreza, é a mim que despreza. *Mas quem me despreza, despreza aquêlê que me enviou*." (Lc X, 16).

4) Por conseguinte, afirmando Cristo, sem excetuar nenhuma parte do seu ensino, que não fala senão "o que ouviu do Pai, o que o Pai lhe mandou falar", apresenta a sua doutrina, e *tôda* a sua doutrina, como doutrina de seu Pai, i. é, como *doutrina divina, palavra de Deus*.

5) De fato, nos *Atos* e nas suas *Epístolas*, os Apóstolos, enviados por Cristo a ensinar aos homens "tudo o que lhes mandara" e assistidos pelo Espírito Santo que lhes há de sugerir *tudo o que Cristo lhes dissera* (Jo XIV, 26), a esta doutrina de Cristo que pregam chamam indiferentemente "*verbum Christi*" ou "*verbum Dei*", "*Evangelium Christi*" ou "*Evangelium Dei*". E S. Paulo escreve ao Tessalonicenses, que dá a Deus contínuas graças por terem recebido a doutrina por êle pregada, "*não como palavras de homens, mas sim, o que é realmente, como palavra de Deus*" (I Tess. II, 13).

Tal é também a crença universal e constante da Cristianidade, como o prova a própria existência do cristianismo como religião revelada por Deus.

(428) Esta parte será exposta *ex professo* ao tratarmos da Igreja.

b) *É destinada obrigatoriamente a todos os homens* (428).

250. 1) Deu Cristo solenemente aos Apóstolos o *preceito de pregar o Evangelho a todo o mundo*:

~~"Foi-me dado todo o poder no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todas as nações, batizando-as em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo; instruindo-as a observar tudo o que vos tenho mandado."~~ (Mt XXVII, 18-20).

"Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura." (Mc XVI, 15).

2) Predisse que esta pregação universal seria *de fato realizada*:

"E será pregado este evangelho do reino em todo o mundo, como testemunho a todas as nações; e então virá o fim." (Mt XXIV, 14). Cfr. também Mt XXVI, 13.

"E sereis as minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra." (Atos I, 8).

3) O reino que Cristo fundou é o *reino messiânico*, anunciado no A. T. e descrito como *universal* e eterno: *Salmo* 71, 8; *Isaias* II, 2; *Daniel* II, 35, 44; *Malaquias* I, 11.

4) *Obrigação* para todos os homens de aceitarem a doutrina de Cristo:

Ao enviar seus Apóstolos pelo mundo, acrescenta Cristo: "*Quem crer e fôr batizado, será salvo; quem não crer, será condenado*". (Mc XVI, 16). — Cfr. também Jo III, 18, 36; V, 24; XII, 48-50.

É também a conclusão natural de todo o ensino evangélico: Jesus traz "*na terra a paz aos homens de boa vontade*" (Lc II, 14). É "*a luz para a revelação às gentes*" (II, 32), "*vindo do alto, para alumiar os que jazem nas trevas e na sombra da morte*" (I, 79), "*a luz verdadeira, que ilumina todo homem que vem a este mundo*" (Jo I, 9), "*o cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo*" (I, 29), "*o salvador do mundo*" (IV, 42). — Para a salvação, é necessário crer em Cristo (Jo III, 14-18, 36; V, 24), pois "*ninguém vai ao Pai senão por êle*" (XIV, 6), sem êle não podemos fazer nada (XV, 1-6); e a vida eterna consiste em conhecer o único Deus verdadeiro e aquêle que enviou, Jesus Cristo XVII, 3), "*não há salvação em nenhum outro*" (Atos IV, 12).

ARTIGO TERCEIRO

A AFIRMAÇÃO DA SUA DIVINDADE

251. Indagando o testemunho de Cristo, tal como aparece historicamente nos Evangelhos, encontramos que abrange não

apenas a divindade da *missão*, proclamando-se Cristo o *Legado* de Deus, mas também — e com afirmações não menores em número e clareza — a divindade da sua *Pessoa*, proclamando-se o ~~Filho de Deus, Deus como o Pai.~~

Para a demonstração da origem divina do Cristianismo — que é a finalidade do presente tratado — seria suficiente, em rigor, estabelecer a messianidade divina do seu Fundador. A consideração, porém, da divindade pessoal de Cristo, além de completar a exposição do seu testemunho, fornecerá novos textos e argumentos *a fortiori* em favor da afirmação da origem divina da sua messianidade e da sua doutrina. É, pois, útil, mesmo na Apologética, saber que Cristo afirmou ser o próprio Deus.

Trata-se de fazer ver, historicamente, que Cristo *afirmou* a sua divindade, e não ainda de dar desta divindade a demonstração dogmática, o que será feito na exposição do mistério da Incarnação. Por isso, deixando para então o histórico e a discussão das heresias, bem como os argumentos da tradição e do Magistério da Igreja, é suficiente por agora apontar as *afirmações* de Cristo e dos Apóstolos, contidas em livros históricos, quais são os livros do N. T.

As provas que aduziremos nos capítulos seguintes para a *veracidade* do Testemunho de Cristo poderão, deste modo, desenvolver tôda a sua eficácia, estabelecendo apologeticamente ao mesmo tempo a messianidade e a divindade de Cristo.

TESE X. — Afirmou Cristo ser o Filho de Deus no sentido próprio e natural.

252. *Filho no sentido próprio e natural* é aquêlê que pela geração recebe a mesma natureza substancial que a do pai. — Como ensina o dogma católico, no caso de Deus, cuja essência é necessariamente única, é a mesma e numericamente idêntica natureza divina que é comum às três Pessoas da SSma. Trindade.

Opõe-se a filho no sentido *moral*, que é uma filiação *adoptiva*: ou puramente *legal*, ou por uma *semelhança accidental* (a graça santificante).

253. **ADVERSÁRIOS.** — Os *Racionalistas*, a *Escola liberal* e os *Modernistas*: negam que Cristo tenha tido a consciência de ser Deus e que tenha afirmado a própria divindade. Quanto aos textos evangélicos que exprimem esta consciência e esta afirmação: — alguns os consideram como interpolações posteriores, frutos de uma idealização progressiva, que manifestam a crença das comunidades cristãs, o Cristo *da fé*, não porém o Cristo *histórico*; — outros os

interpretam como afirmações de uma filiação *adoptiva* tôda especial, não porém de uma filiação no sentido próprio e natural.

254. QUALIFICAÇÃO DA TESE. — Historicamente: *certa*. — ~~Teològicamente: de fé divina e catòlica, pois a afirmação da~~ sua divindade por parte de Cristo encontra-se clara e explicitamente nas fontes da revelação, a Sagrada Escritura e a Tradição, e assim o ensina a Igreja pelo seu magistério ordinário e pela condenação das teses modernistas (*Denz. 2027, 2030, 2031*).

A *divindade* de Jesus Cristo é *dogma fundamental* do Cristianismo, contido nos *símbolos da fé* e definido por muitos *Concêlios*.

DEMONSTRAÇÃO

I. — Atribuição de Direitos estritamente divinos.

255. Sòmente Deus pode ser o objeto das virtudes teològicas, do culto supremo e do fim último do homem. — Ora Cristo:

1. Como condição de salvação, exige uma *fé absoluta*; devem os homens crer nêle, como em Deus: "*Quem crê no Filho tem a vida eterna*; mas quem não crê no Filho não terá a vida, mas sòbre êle permanece a ira de Deus" (*Jo III, 36*). — "*Crêdes em Deus, orêde também em mim*" (*Jo XIV, 1*).

2. Apresenta-se como o fundamento, o motivo e o objeto da *esperança*: "*Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém chega ao Pai, senão por mim*" (*Jo XIV, 6*). — "*Tudo o que pedirdes ao Pai em meu nome, eu vo-lo farei, para que o Pai seja glorificado no Filho. Se me pedirdes algo em meu nome, eu vo-lo farei.*" (v. 13-14).

3. Exige para com sua Pessoa o mesmo *amor sòbre tôdas as coisas*, que é devido sòmente a Deus: seus discípulos devem, por amor dêle, não apenas suportar com alegria e perseverança as perseguições (*Mt V, 11-12; X, 17-42*), mas também renunciar a si mesmos, até ao sacrifício da própria vida (*Mt X, 39; XVI, 24-25*); devem amá-lo mais do que aos próprios pais e filhos (*Mt X, 37*); odiá-lo, é odiar também o Pai (*Jo XV, 23*).

4. Exige para si o mesmo *culto* que é devido ao Pai: "*O Pai não julga ninguém; mas entregou todo o julgamento*

ao Filho, a fim de que todos os homens honrem o Filho, *como honram o Pai...*" (Jo V, 23).

5. No juízo final, dará as sentenças definitivas em seu próprio nome, premiando as boas obras feitas por amor d'êle (Mt XXV, 31-46), e a pena do dano para os condenados consistirá em terem que se afastar d'êle (Mt XXV, 41).

Logo atribuiu-se direitos estritamente divinos.

II. — Atribuiu-se Poderes estritamente divinos.

256. 1. O poder, *próprio e absoluto*, de fazer milagres.

É em seu *próprio nome* que os faz, com um simples ato da sua vontade (Mt VIII, 3; IX, 28-29; ...); cura qualquer espécie de enfermidades (Mt XV, 30; ...); manda aos ventos e às tempestades, obedece-lhe *tôda* a criatura (Mt VIII, 26-27; XIV, 25-33; XXI, 19) e os próprios demônios (Mt VIII, 16; Mc I, 25-27). — *Delega* êste poder aos seus discípulos (Mt X, 1, 8; Mc XVI, 17-18), que de fato o exercem *em nome d'êle* (Mc VI, 13; Lc X, 17-19; Atos III, 1-16; V, 12; IX, 32-40, etc.).

2. O poder, *próprio e pessoal*, de ressuscitar os mortos.

É o Senhor da vida e da morte: "Deixo a minha vida para retomá-la; ninguém a tira de mim; mas eu a deixo de mim mesmo e tenho o poder de a deixar, *como tenho o poder de a retomar.*" (Jo X, 17-18). — "Como o Pai ressuscita os mortos e lhes dá a vida, *assim o Filho dá a vida a quem lhe apraz.*" (Jo V, 21). — "Eu sou a ressurreição e a vida." (Jo XI, 25). Cfr. Lc VII, 11-17; VIII, 49-54 Jo XI, 1-53.

3. O poder de *perdoar os pecados*, por virtude divina *própria*, como bem entenderam os judeus (Mc II, 5-12; Lc V, 20-26; VII, 48-50) e comunica êste poder aos discípulos (Jo XX, 23).

4. Como o Pai, é fonte e origem de *tôda a vida espiritual*:

"Como o Pai tem a vida em si mesmo, *assim também deu ao Filho o ter a vida em si mesmo...*" (Jo V, 26). "Como o Pai, que vive, me enviou e eu vivo por causa do Pai, *assim o que comer a mim também viverá por causa de mim.*" (Jo VI, 58). Se não permanecermos nêle, como os sarmentos na *videira*, *nenhum* fruto poderemos dar, pois sem êle nada podemos (Jo XV, 1-9).

5. O poder de *dar a vida eterna*:

"As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu as conheço e elas me seguem. E eu *lhes dou a vida eterna*, e elas jamais hão de perecer, e ninguém as roubará de minha mão." (Jo X, 27-28).

— “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia...” (Jo VI, 55).

III. — Afirma sua Igualdade e Identidade com Deus, atribuindo-se:

257. 1. *Origem e processão divina:*

“Eu procedi de Deus e vim” (Jo VIII, 42); “Sai do Pai e vim ao mundo” (XVI, 28), porque “Sou *dêle* e *êle* me enviou” (VII, 29). A missão temporal supõe a processão eterna.

2. *A eternidade de Deus:*

“Em verdade vos digo, antes que Abraão existisse, eu sou” (Jo VIII, 58). “*Eu sou*”, i. é, a duração e existência sempre ao presente, sem sucessão, que é própria de Deus. — Cfr. também Jo XVII, 5.

3. *Tudo o que tem o Pai:*

“O Pai ama o Filho e pôs *tudo* em sua mão” (Jo III, 34); — “*Tudo o que tem o Pai é meu.*” (Jo XVI, 15). — Tõdas as minhas coisas são tuas, e as tuas são minhas.” (Jo XVII, 10).

4. *A mesma e idêntica operação do Pai:*

“Meu Pai até agora opera, e eu *opero também*... porque tudo o que *êle* faz, fá-lo também semelhantemente o Filho”. Por causa disso queriam matá-lo os judeus, “porque... dizia que seu pai era Deus, *igualando-se a Deus.*” (Jo V, 17-19).

5. *O mesmo poder legislativo que o de Deus.*

Por autoridade própria e pessoal, completa e aperfeiçoa a lei divina dada por Javé a Moisés e a Israel: “Foi dito aos antigos... *Eu* porém vos digo...” (Mt V, 17-48). Por isso, “admiravam-se as turbas. Porque *êle* lhes ensinava como quem tinha autoridade”. (Mt VII, 28-29).

6. *A identidade de natureza com o Pai.*

“*Ego et Pater unum sumus*, Eu e o Pai somos a mesma coisa”, i. é, a mesma natureza. Assim compreenderam imediatamente os judeus; e por isso acusam Jesus de “blasfêmia” e o querem lapidar, “porque, dizem, sendo homem *te fazes a ti mesmo Deus*”. Jesus, porém, afirma outra vez a sua unidade de natureza com o Pai, acrescentando: “Faço as obras de meu Pai”, portanto, “embora não queirais crer em mim, crêde nas obras, para que conheçais e creiais que *o Pai está em mim e eu no Pai.*” (Jo X, 30-38). — Também na Última Ceia, a Felipe que pede lhes mostre o Pai, Jesus responde: “*Quem me vê a*

mim, vê também o Pai... Não crêdes que eu estou no Pai, e que o Pai está em mim?..." (Jo XIV, 8-12). É a *circumincissão*, i. é, a interpenetração mútua e a coabitação recíproca ~~das Três Pessoas~~ subsistentes na *única* natureza divina.

IV. — Proclamou-se aberta e explicitamente «o Filho de Deus» no sentido próprio e natural.

258. 1. *Pelo modo como chama a Deus "seu Pai" e se diz "Filho de Deus".*

Desde o início da sua pregação, toma Cristo o hábito de chamar a Deus "*seu Pai*", mas distingue claramente a sua filiação da filiação que convém aos outros homens. Nunca se chama *Filho* ao mesmo título que eles. Como já notara S. Agostinho (ML 35, 1565-1566), coloca-se sempre à parte: *meu* Pai, *vosso* Pai; nunca diz, incluindo-se a si mesmo: *nosso* Pai. (*O Pai nosso... é a oração que ensinou aos discípulos e para eles: Mt VI, 9*).

Reconhece-se, pois, "*Filho de Deus*" a um título pessoal e *incomunicável*. É "*o Filho*" em sentido absoluto e único: *Mt XI, 27; XXIII, 19. Mc XIII, 32. Jo V, 25-27; VIII, 35-36; XI, 4*.

Ora uma filiação meramente adoptiva não seria exclusiva, pessoal e *incomunicável*.

Logo a filiação divina que Cristo se atribuiu é uma filiação no sentido genuino e natural: é o Filho de Deus natural, possuindo a natureza divina, Deus verdadeiro.

2. *Pela igualdade de conhecimento que o Pai tem do Filho, e o Filho do Pai: Mt XI, 25-27 e Lc X, 32.*

"*Ninguém conhece o Filho (em Lc: sabe quem é o Filho) a não ser o Pai, e ninguém conhece o Pai (em Lc: sabe quem é o Pai) a não ser o Filho e aquêle a quem o Filho quiser revelar.*"

A autenticidade dêste texto — chamado joanino pela sua semelhança com o estilo do IV Evangelho — é atestada por todos os manuscritos e tôdas as versões e pela unanimidade da tradição. Nêle, conforme a expressão de Lucas, trata-se do conhecimento da natureza do Pai e da natureza do Filho, e de um conhecimento recíproco e perfeito (em *Mt, epiginoskei*), que é exclusivamente *próprio* do Pai e do Filho, e do qual somente por revelação podemos ter uma participação.

O *Pai* é Deus, o "Senhor do céu e da terra" do vers. 21 de *Lc.* A afirmação significa, portanto, que somente Deus é capaz de conhecer o Filho, quem é o Filho, a sua natureza. Mas só a natureza divina é inacessível a qualquer inteligência, que não seja a de Deus. Logo o Filho tem natureza divina, é Deus.

Por outro lado, também, se o *Filho* conhece o *Pai*, que é Deus, êle tem inteligência divina, é Deus como o *Pai*. (429)

Aliás, pelo próprio paralelismo da frase e pela perfeita paridade do conhecimento recíproco que ela exprime, o *Filho* é colocado na mesma ordem que o *Pai* e igualado a êle, como fará ainda Cristo outras vezes, por ex., ao enviar os Apóstolos pelo mundo "batizando... em nome do *Pai* e do *Filho* e do Espírito Santo... "Mt XXVIII, 18-20); Jo XIV, 23. Ora o *Pai* sendo Deus, o conhecimento que tem do *Filho* é certamente perfeito, total e divino. Logo tal é também o conhecimento que o *Filho* tem do *Pai*. Ninguém pode afirmar que o seu ser é conhecido somente por Deus e que, por seu lado, conhece a Deus como é conhecido por Êle, sem ser êle mesmo Deus.

3. *Pela aprovação da Confissão de Pedro: Mt XV, 13-20.*

Perguntara Jesus o que pensava o povo do Filho do homem. Referiram os Apóstolos as várias opiniões: uns o tomam por João Batista ressuscitado, outros por Elias ou Jeremias ou algum profeta. Pergunta então aos próprios Apóstolos:

"Mas vós, quem dizeis que eu sou? Simão Pedro, respondendo, disse: "Tu és o Cristo, o *Filho de Deus vivo*". Jesus, porém, respondendo, lhe disse: "Bemaventurado és, Simão, filho de Jonas, porque não foi a carne e o sangue que te revelou isso, mas sim meu *Pai* que está nos céus. E eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a *minha Igreja*..."

Jesus, portanto, aprova, louva e recompensa a resposta de Pedro, atribuindo-a a uma revelação especial do *Pai* celeste.

Mas as palavras de Pedro não podem significar pura e simplesmente: nem a messianidade de Cristo, já conhecida pelos Apóstolos (*Jo* I, 41-49); nem uma filiação adoptiva, que é comum e deixaria Cristo na ordem dos outros profetas conforme as opiniões do povo, e cujo conhecimento não requereria

(429) A existência de Pessoas distintas em Deus é para qualquer inteligência criada ou criável um altíssimo mistério, como veremos na exposição d'êste dogma.

uma especial revelação do Pai nem mereceria especial louvor (430).

Trata-se, portanto, da filiação *própria e natural*, pela qual Cristo é o verdadeiro Filho de Deus, como Pedro é o filho de Jonas.

Confirma-se pela forma solene da expressão "*Deus vivo*" e pelo artigo determinativo, no grego: *o uiós toû Theou*.

Cristo aceitou também a profissão de fé de *Marta*: "Sim, Senhor, eu creio que tu és o Cristo, o *Filho de Deus vivo*, que vieste a este mundo" (*Jo XI, 27*), e a de *Tomé*: "*Meu Senhor e meu Deus!*" (*Jo XX, 28*).

4. *Na parábola dos vinicultores maus: Mt XXI, 33-46; Mc XII, 1-12; Lc XX, 9-19.*

"Um pai de família plantou uma vinha... arrendou-a a lavradores e ausentou-se. A seu tempo, enviou... um servo para receber o produto da vinha...; enviou de novo outro servo...; e enviou muitos outros, dos quais feriram uns e mataram outros. Tendo ainda alguém, um filho a quem muito amava, enviou-o também por último, dizendo: Terão respeito a meu filho. Os lavradores, porém, disseram entre si: Este é o herdeiro; vinde, matemo-lo... E, agarrando-o, mataram-no e o lançaram fora da vinha."

O sentido é claro: O pai de família é Deus; a vinha, o povo eleito; os *simples servos* enviados, os profetas de Israel; o último enviado, *O filho amado*, o herdeiro, Cristo.

Ensina, pois, Cristo a sua superioridade sobre todos os profetas e enviados de Deus pelo fato de ser, unicamente ele, o *Filho e herdeiro* do Pai.

Mas os profetas eram filhos de Deus no sentido moral e adoptivo.

Logo a filiação, que distingue "o Filho" dos profetas e o constitui herdeiro por direito nativo, só pode ser a filiação própria e natural.

Resume esta parábola a história comovedora da nossa redenção, a prova refulgente do amor divino para com a humanidade: "*A tal ponto amou Deus o mundo, que lhe deu seu Filho unigênito*" (*Jo III, 16*).

5. *Perante o Sinédrio: Mt XXVI, 62-66; Mc XIV, 60-64; Lc XXII, 66-71.*

(430) Cfr. *La Sainte Bible* (L. PIROT), vol. IX, p. 215-216.

Estando Jesus perante o Sinédrio, Caifaz, o Sumo Sacerdote, dirige-lhe esta intimação solene: "Eu te conjuro, pelo Deus vivo, a que nos digas se tu és o Cristo, o Filho de Deus" (*Mt.* v. 63), "*o Filho de Deus bendito*" (*Mc.* v. 61).

São na realidade duas perguntas: uma sôbre a messianidade, outra sôbre a filiação divina. E *Lc.*, referindo um nôvo interrogatório feito ao alvorecer, distingue-as claramente. Uma primeira: "*Se tu és o Cristo, dize-nos*" (v. 68) e, depois da resposta de Jesus, outra feita por todos: "*Tu és portanto o Filho de Deus?*" (v. 70), à qual respondeu Jesus: "*Vós o dizeis, eu o sou*".

Respondendo, pois, à intimação de Caifaz, disse Jesus:

"*Tu o disseste*" (*Mt.* v. 64). "*Eu o sou*" (*Mc.* v. 62) e acrescentou, aludindo a Daniel VII, 13 e ao Salmo 109, 1: "e vereis o Filho do homem *sentado à direita da Onipotência*, e vindo nas nuvens do céu", expressão que, para os judeus, significava a dignidade divina (431).

"Rasgando então suas vestes, Caifaz exclamou: Blasfemou... Ouvistes agora mesmo a blasfêmia. Que vos parece? Responderam dizendo: *É réu de morte.*" (*Mt.* v. 65-66).

Ora, nem a afirmação de uma filiação meramente moral e adoptiva, nem mesmo a de ser o Mesalias, mas tão somente a afirmação da própria divindade, por parecer opor-se ao estrito monoteísmo judaico, podia ser taxada de blasfêmia pelos judeus. Foi esta, precisamente, a acusação que apresentaram a Pilatos: "Nós temos uma Lei, e segundo a Lei êle deve morrer, *porque se fêz Filho de Deus*" (*Jo* XIX, 7).

Trata-se, por conseguinte, com tôda a evidência, da sua filiação *própria e natural*, que Cristo afirmou claramente, em circunstância solene e perante o supremo tribunal da sua nação.

Ê, portanto, absolutamente certo, por tôdas estas atribuições e afirmações, que Jesus Cristo se reconheceu e se proclamou *verdadeiro Filho de Deus, Deus como seu Pai*.

CONFIRMAÇÃO. — *Pelo testemunho dos Apóstolos e da Igreja primitiva.*

(431) Cfr. *La Sainte Bible* (L. PIROT), *Evang. selon S. Matthieu*: vol. IX, p. 358.

Respondou Jesus sabendo que seria condenado por esta sua afirmação. Jesus Cristo foi o primeiro confessor e o primeiro mártir da sua divindade. As mesmas palavras que o fizeram colocar nos altares pelos cristãos, fizeram-no colocar na cruz pelos Judeus. (H. DE LACOMBE, *apud* E. ROUPAIN, *Lectures d'Apologétique*: I, *La vraie Religion*, p. 624-5).

259. Desde a sua origem, sempre a Igreja admitiu e proclamou a divindade de Jesus Cristo.

Nos *Atos dos Apóstolos*, PEDRO, desde as suas primeiras ~~pregações no dia de Pentecostes~~, chama a Cristo “o Filho do Deus de nossos pais” (III, 13), o “autor da vida” (III, 15), o único Salvador dos homens (IV, 12), o “Senhor de todos” (X, 36), pelo qual recebemos o perdão dos pecados (X, 43). — Cristo é sempre chamado “o Senhor” (Kurios), sua doutrina é “a palavra do Senhor” (XIV, 25) e é em seu nome que são feitos os milagres (III, 6; IV, 10; XIV, 3). — ESTEVÃO vê Jesus à direita de Deus (VII, 55), a êle dirige sua oração e entrega sua alma (VII, 58-59).

Na sua *II Epístola*, PEDRO chama abertamente a Jesus “nosso Deus e Salvador” (I, 1), “nosso Senhor e Salvador” (I, 11; II, 20; III, 2, 18).

MARCOS exprime sua fé e a dos cristãos para quem escreve pondo como título ao seu Evangelho: “Início do Evangelho de Jesus Cristo Filho de Deus”. (I, 1).

Nas suas *Epístolas*, PAULO, falando de Cristo:

a) *passim*, dá-lhe o nome de *Kurios* (Senhor) no sentido de Deus, pois aplica ao *Kurios* Jesus textos do A. T., onde êste termo se refere a Javé, como, por ex., na *I Cor.* I, 31 aludindo a *Jeremias IX*, 23-24;

b) confere-lhe *atributos divinos*: — a *onipotência criadora e sustentadora* do mundo: *Coloss.* I, 15-17; *I Cor.* VIII, 6; *Hebr.* I, 2, 3, 10; — a *ciência infinita*: *Coloss.* II, 3; — a *imutabilidade eterna*: *Hebr.* I, 10-12;

c) afirma sua *filiação divina natural*: *Rom.* VIII, 3, 32; *Gal.* IV, 4; *Hebr.* I, 5; — e sua *consustancialidade* com o Pai: *Hebr.* I, 3 (432);

d) reconhece-o como *Deus Incarnado*: *Filipenses II*, 5-11:

“Tende, pois, em vós os mesmos sentimentos que Cristo Jesus [tinha] em si, o qual, subsistindo na forma de Deus, não considerou a sua igualdade com Deus (433) como um bem a ser ansiosamente conservado (434), mas aniquilou-se (esvaziou-se) a si mes-

(432) Cfr. *La Sainte Bible* (L. PIROT), vol. XII, p. 292-293.

(433) “*Éinai isa theō*” = ser ao par com Deus, i.é, ter as honras e os direitos divinos.

(434) Ou “como uma usurpação”, segundo os dois sentidos da palavra “*arrogomōs*”. Alguns Padres e autores latinos seguiram êste segundo sentido; os outros e todos os Padres gregos tomaram o primeiro, que melhor condiz com o contexto, a gramática e o uso.

mo, tomando a *forma do servo*, fazendo-se semelhante aos homens e sendo exteriormente reconhecido como homem. Humilhou-se a si mesmo, feito obediente até à morte, e morte de cruz. Pelo que Deus o exaltou..." (435).

e) proclama-o explicitamente *Deus*. — *Ex.*:

Tit. II, 13: "... aguardando a esperança bemaventurada e a manifestação da glória do *grande Deus e Salvador nosso, Jesus Cristo*."

Rom. IX, 5: "É d'êles (os Israelitas) que descende, segundo a carne, também o Cristo, que é sobre todas as coisas *Deus bendito para sempre. Amém*."

Hebr. I, 8: "... Mas ao Filho (disse Deus): teu trono, *Deus*, subsiste eternamente."

JOÃO, o último sobrevivente dos Apóstolos, iniciou o seu Evangelho com o *Prólogo* sublime, onde o Jesus histórico é reconhecido como o *Verbo Incarnado, Deus eterno e Filho Unigênito do Pai*:

"No princípio era o Verbo, e o Verbo estava em Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio em Deus. *Tudo foi feito por êle... E o Verbo se fez carne e habitou entre nós e nós vimos sua glória: glória como do Unigênito do Pai* (— que na qualidade de Unigênito recebe do Pai), cheio de graça e de verdade... E todos recebemos da sua plenitude... Pois... a graça e a verdade foram feitas por *Jesus Cristo*. Ninguém jamais viu a Deus: o *Filho Unigênito, que está no seio do Pai, foi quem o revelou*." (Jo I, 1-18).

(435) Para a exegese de todo o texto, cfr. *op. cit.*, vol. XII, pp. 86-90. — Paulo quer exortar os Filipenses à caridade mútua e à humildade. Para isso, apresenta-lhes o exemplo de Cristo, cujos sentimentos de humildade prova com a sua Incarnação e com a sua humilhação e obediência até à morte de cruz, recompensadas depois pela sua exaltação sobre todas as criaturas. Considera sucessivamente Cristo preexistente em Deus, depois feito homem sobre a terra e finalmente triunfante nos céus. O pensamento de Paulo é o seguinte: Cristo, preexistente na condição de glória e majestade da sua natureza divina, ao incarnar-se julgou não dever conservar este estado de glória a que tinha direito a sua divindade; pelo contrário, despojou-se, não já da sua natureza divina (coisa impossível), mas deste tratamento de honra e de glória em pé de igualdade com Deus. Isto fez tomando a condição do servo, i. é, unindo a si a natureza humana, não num estado glorioso (como teria podido fazer), mas precisamente no seu estado e condição presente, destituída não somente da glória e das honras divinas, mas também dos seus privilégios originais de impassibilidade e de imortalidade, escondendo assim a divindade sob o exterior de uma natureza semelhante à dos simples mortais. Humilhou-se ainda mais, levando sua obediência até à morte de cruz. Que exemplo de abnegação, de obediência e de dedicação! Por tudo isso, recompensou-o Deus, exaltando-o acima de todas as criaturas, que devem proclamá-lo Senhor, "para a glória de Deus Pai" (conforme o texto grego).

E é nas páginas do IV Evangelho, escrito para que creiamos "que Jesus é o Cristo, o *Filho de Deus* (XX, 31), que se encontram, como vimos, as mais explícitas afirmações de Cristo sobre a sua divindade.

Nem é menos explícito no *Apocalipse*. Por ex., o testemunho do Cordeiro: o Alfa e o Omega, o Princípio e o Fim (I, 8), sentado com o Pai no seu trono (III, 21); a doxologia (V, 13); o triunfo de Cristo, Verbo de Deus, Rei dos reis e Senhor dos Senhores (XIX, 14-16), etc.

E na sua *I Epístola* V, 20:

"E sabemos que o *Filho de Deus* veio e nos deu entendimento para conhecermos o verdadeiro Deus e estarmos no verdadeiro Deus em seu *Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna*". Cfr. também II, 22-23; IV, 9, 15.

260. A crença dos Apóstolos e da Igreja primitiva na divindade de Cristo é, portanto, um fato histórico irrecusável. — Qual é o fundamento e a origem desta fé universal?

Seria ela, por ventura, o resultado de um processo de idealização nas comunidades cristãs? ou uma criação de S. Paulo, um dogma *novo*, que o gênio do Apóstolo conseguiu introduzir na crença de discípulos inconscientes?

Já demonstramos a absoluta impossibilidade destas duas hipóteses [ns. 83 e 129, 2.º].

Paulo, convertido por Cristo pelo ano 36 da nossa era, começou o seu apostolado nove ou dez anos somente depois de iniciada a pregação evangélica. Sua doutrina era idêntica à dos outros Apóstolos. Não se acha entre as suas diversas epístolas nenhuma diferença ou evolução acêrca da doutrina cristológica, nem foi nunca incomodado por causa dela pelos seus adversários.

Ora, muitas destas epístolas são anteriores aos Evangelhos e, nelas, a divindade de Cristo nunca é o objeto de um ensino especial, mas é sempre apresentada como uma verdade já conhecida e aceita por todos ou como simples lembrança ocasional para servir de base a alguma exortação moral. Este modo de proceder é inexplicável, se esta verdade já não fazia parte da primitiva catequese apostólica que nenhum cristão devia ignorar.

Esta catequese e tradição primitiva, iniciada alguns dias apenas depois da morte, ressurreição e ascensão de Cristo, está

indissolúvelmente ligada a numerosas testemunhas oculares e auriculares, muitas das quais deram a vida para atestar que Cristo afirmara e provara a sua divindade.

É portanto, totalmente diversa daquelas tradições que são ~~frutos da imaginação popular, cujos heróis se perdem sempre na noite dos tempos.~~

Um único fato a pode explicar: a afirmação do próprio Cristo, da qual, por conseguinte, é uma confirmação (436).

261. OBSERVAÇÕES acêrca de alguns textos.

1) Sendo juntamente Deus e homem numa única pessoa, podia Jesus atribuir-se, sem contradição, predicados contrários, conforme falava da sua natureza divina ou da sua natureza humana. Assim, apesar de ter afirmado, como vimos, a perfeita igualdade e circuminsessão com o Pai quanto à sua divindade,

a) falando da sua humanidade, como se vê pelo contexto que trata da sua próxima glorificação, pôde dizer: "o Pai é maior do que eu" (Jo XIV, 28);

b) e na cruz, onde sòmente a sua humanidade sofria, pôde exclaimar: "Meu Deus, meu Deus, porque me desamparaste?" (Mc XV, 34), para exprimir, não já um sentimento de desespero, como se ousou afirmar, mas um sofrimento especial permitido pelo Pai. Era o primeiro versículo do Salmo XXI, o qual contém sentimentos de esperança e de confiança, manifestados por Jesus dizendo ao morrer: "Pai, nas tuas mãos entrego o meu espirito" (Lc XXIII, 46).

2) Na sua resposta, "Por que me chamas bom? Ninguém é bom senão Deus" (Mc X, 18), não afirma nem nega Jesus a sua divindade ou a sua bondade, mas quer ensinar, conforme a interpretação mais comum, que a fonte da bondade só se acha em Deus.

3) Dizendo que a vida eterna consiste em conhecer "a ti (Pai) único verdadeiro Deus e a quem enviaste Jesus Cristo" (Jo XVII, 3), não nega Jesus sua divindade, que é aquela mesma do Pai. Uma coisa é dizer "o Pai é o único verdadeiro Deus", outra é dizer "sòmente o Pai é Deus", pois o único verdadeiro Deus subsiste em Três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo (437).

4) Muito embora tòda atividade divina "ad extra", i. é, que termina nas criaturas, seja comum às três Pessoas da SSma. Trindade, é corrente na linguagem teológica reservar e apropriar a cada uma delas a atividade que mais afinidade apresenta com a sua relação hipostática. É falando por apropriação, que Jesus reservou ao Pai os atos de predestinação e de providência: a distribuição dos lugares no reino celeste (Mt XX, 23), o conhecimento

(436) Cfr. FALCON, *op. cit.*, pp. 275-278.

(437) Cfr. BOYER, *De Verbo Incarnato*, Roma 1948, p. 21-23.

do dia e da hora do fim do mundo (*Mc XIII, 32*). Não quer Cristo, com isso, negar seu próprio poder e sua ciência infinita, mas remeter ao Pai, como à fonte de toda ciência e poder, de quem tudo recebeu e a quem conhece perfeitamente (*Mt XI, 27*), e significar, segundo a interpretação tradicional, que não recebeu d'ele a missão de comunicar aos homens estes segredos. Cfr. *Atos I, 7* (438).

5) A ressurreição e ascensão não constituíram a Jesus o Cristo e o Senhor: já o era antes. Mas são argumentos "certísimos", como diz S. Pedro, que o *manifestaram* tal aos olhos do mundo. Este é o sentido dos textos: *Atos II, 30-36* e *Rom. I, 4*.

262. Conclusão geral. — Percorrendo as páginas do N. T. encontramos, em numerosíssimos textos, o testemunho de Jesus sobre si mesmo: declarou ser o *Legado* divino num sentido sobrenatural e especial, o *Messias* prometido e esperado, o *Mestre* de uma doutrina religiosa destinada a todos os homens e necessária para a salvação, o próprio *Filho de Deus*. — Ora os livros do N. T., como já demonstramos, são documentos de comprovada autoridade histórica. — Logo, que Jesus *tenha realmente afirmado* ser Legado divino, o Messias, Mestre de uma doutrina religiosa divina, e o próprio Filho de Deus, é um fato historicamente impossível de negar.

(438) Cfr. *La Sainte Bible* (L. PIROT), vol. IX, pp. 266 e 565.

O VALOR DO TESTEMUNHO DE CRISTO

263. NEXO. — Cristo proclamou-se *Legado* divino, o *Messias* prometido, o próprio *Filho de Deus*. Que valor tem seu testemunho?

É *digno de fé*, quem não se engana, nem nos engana; quem não erra, nem mente. Certamente não erra nem mente, quem apresenta um *milagre* como garantia da sua afirmação, pois: repugna de um modo *absoluto* à Verdade e Santidade infinita de Deus confirmar, garantir, como que assinar com uma sua intervenção imediata e extraordinária, qual é o milagre, uma afirmação falsa ou uma impostura. É, portanto, absolutamente certo que uma afirmação garantida por um milagre é verdadeira [Cfr. *Introd.*, n.º 9]

Apresentou Cristo milagres em confirmação do seu testemunho?

Apresentou vários: a transcendência da sua sabedoria e da sua santidade; seus milagres físicos; suas profecias; sua ressurreição; as profecias do A. T. nêle realizadas.

O nosso objetivo é precisamente demonstrar que foram verdadeiros milagres (físicos, intelectuais ou morais), realmente realizados por Deus em confirmação do testemunho de Cristo.

Para estabelecer um milagre *apologético*, como é o nosso caso, é necessário e suficiente provar a sua VERDADE:

histórica — o fenômeno aconteceu realmente;

filosófica — êste fenômeno é extraordinário, i. é, superior (donde, não atribuível) às fôrças de tôda a natureza;

teológica — foi produzido por Deus;

relativa — Deus o produziu precisamente para confirmar uma revelação (aqui, a da messianidade e da divindade de Cristo).

O processo que para isso devemos seguir já foi exposto no nosso I vol., *A Caminho da Verdade Suprema*, n.º 432, II c ns. 448-458, 465-468, 473. Convirá tê-lo presente.

ARTIGO PRIMEIRO

A TRANSCENDÊNCIA DA PERSONALIDADE DE CRISTO

~~264.~~ Uma primeira prova da verdade de uma afirmação pode ser encontrada no modo de agir, no caráter intelectual e moral de quem a faz. Se jamais mereceu algum homem de ser crido sob palavra, foi certamente Jesus Cristo. Já por si mesmos, seu comportamento tão equilibrado, sua inteligência tão profunda e sua santidade tão perfeita eliminam totalmente a hipótese do erro e da mentira. Constituindo, porém, um milagre intelectual e moral, de critério psicológico humano sobem a *garantia divina*, que fornece absoluta certeza. — Vamos demonstrá-lo na seguinte tese (439).

TESE XI. — Provou Cristo a verdade do seu testemunho por todo o seu comportamento, pela sua sabedoria e santidade milagrosas.

265. **ADVERSÁRIOS.** — No séc. II o filósofo pagão CELSO, depois o *Talmud* e o *Toledoth Jeshua*, e no séc. XVIII REIMARUS faziam de Cristo um *enganador consciente*, um *impostor*.

Desistiram hoje os *Racionalistas* de repetir estas calúnias. Porém, não podendo negar a historicidade dos Evangelhos e do testemunho de Cristo, e por outro lado, não querendo renunciar ao preconceito anti-sobrenatural, reduzem Cristo a um simples homem puramente natural, que chegou a afirmar-se Messias e Filho de Deus porque era um *enganado inconsciente*, um *alucinado*, vítima: ou da *loucura*, do delírio paranoico (SOURY, RASMUSSEN, BINET-SANGLÉ, HIRSCH); ou de uma *exaltação morbosa de fanatismo e misticismo* (O. HOLTZMANN, J. BAUMANN, BOUSSET, OTTO, SABATIER, LOISY); ou de uma *auto-sugestão progressiva da consciência* [Cfr. n.º 234 e a refutação, ns. 236-239 e 243].

(439) A. MICHEL, *Dict. Théol. Cathol.*, art. "Jésus-Christ", col. 1156-1164, 1386-1397. — GARRIGOU-LAGRANGE, *op. cit.*, pp. 447-456. — L. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, pp. 79-218. — PINARD DE LA BOULLAYE, *Jésus Messie*, 1.ª e 3.ª conf.; *La personne de Jésus*, 3.ª-6.ª conf. — H. FELDER, *Jésus de Nazareth*, 4.ª, 6.ª-9.ª conf. — K. ADAM, *Jésus le Christ*, pp. 112-190. — P. BUYSSÉ, *Jésus devant la critique*, pp. 56-90. — R. GUARDINI, *La figura di Gesù nel N.T.*, trad. ital., Brescia, 1950. — M. TUAL, *Jésus-Christ son propre Apologiste*, Paris, 1934. — L. TONDELLI, *La psicologia di Cristo*, Assisi, 1944. — MORS, *op. cit.*, pp. 247-269. — DUFLÉSSY, *Apologétique*, II, pp. 216-243. — FALCON, *op. cit.*, pp. 288-298. — HERVÉ, *op. cit.*, I, pp. 169-176.

266. QUALIFICAÇÃO DA TESE. — É de fé católica que Cristo no seu testemunho não se enganou nem nos enganou e que devemos crer na sua messianidade e divindade por fé divina. — É também de fé definida, no III Concílio de Constantinopla (D. 291), que Cristo não cometeu nunca nem a mínima falta. E S. PIO X condenou a doutrina modernista que admitia enganos em Cristo.

PIO IX, na Enc. *Qui pluribus*, entre os argumentos "firmissimos" que demonstram a origem divina do Cristianismo, enumera "a vida e a sabedoria" de Jesus Cristo (D. 1638). O próprio Cristo, como veremos, apelou para este argumento; assim fizeram também os Apóstolos, os Apologistas e os Santos Padres. Por isso, alguns autores, como TROMP (op. cit., p. 243), consideram seu valor probativo como doutrina católica.

Na tese defendemos este valor como pelo menos crítica e apologeticamente certo.

DEMONSTRAÇÃO.

267. ENUNCIADO DO ARG. — *Ao afirmar-se Messias e Filho de Deus, Jesus Cristo: ou nos enganou, ou se enganou, ou disse a verdade.*

Ora são inadmissíveis as duas primeiras alternativas.

Logo disse a verdade: Cristo é realmente o Messias e o Filho de Deus. Por conseguinte, a sua religião, o Cristianismo, é realmente de origem divina, é a religião revelada.

PROVA-SE que são inadmissíveis em Cristo a mentira e o erro, por uma dupla consideração das manifestações intelectuais e morais da sua personalidade:

I. — Pelo comportamento psicológico-moral de Cristo.

268. I. — Como já vimos, Jesus Cristo — de um modo explícito e claro, público e freqüente, durante três anos, em ocasiões solenes, perante as multidões e perante as supremas autoridades, com juramento e em orações dirigidas a Deus, até ao seu último suspiro nos tormentos da cruz entregando sua alma a seu Pai — afirmou ser o Legado de Deus e o próprio Deus, enviado a este mundo para revelar o caminho da salvação, e exigiu de todos os homens, sob pena de condenação eterna, a fé mais absoluta na sua messianidade e divindade, reclamando para si a obediência, o amor, o culto e a adoração que são devidos a Deus. — Nestas afirmações e exigências:

a) se tivesse mentido conscientemente, seria o maior dos impostores.

Sua vida t^oda seria uma infame hipocrisia, um portento de malícia, uma urdida e continuada blasfêmia. Seria o maior dos crimes: — contra *Deus*, atribuindo-lhe uma doutrina e religião falsa, usurpando-lhe todos os direitos e impondo a idolatria sacrilega da sua própria pessoa: — ~~contra os homens, submetendo-os~~ a uma religião idólatra e enganando-os no mais grave dos problemas, o da salvação eterna.

b) se tivesse *errado inconscientemente*, seria um *alucinado* perpétuo, um caso patológico de verdadeira e própria *loucura*:

Persuadir-se alguém de que é o Messias prometido, capaz de realizar t^oda a obra messiânica descrita pelos profetas, até mesmo o julgamento final de todos os homens, e além disso, atribuir-se os poderes divinos, falar e agir como quem julga ser o próprio Deus, quando na realidade não passasse de um simples carpinteiro de aldeia, é *rematada loucura*. Ninguém de mente sã e faculdades equilibradas pode enganar-se a êste ponto s^obre si mesmo. De fato, é nos manicômios que encontramos os que julgam ser Alexandre, Napoleão... o Padre Eterno.

269. II. — Mas o comportamento moral e psicológico de Cristo manifesta, durante a vida t^oda, santidade perfeita, admirável equilíbrio e coerência nos juízos da inteligência, completo domínio s^obre si mesmo nos atos da vontade.

Cada página do Evangelho nos apresenta em Jesus:

a) *O perfeito exemplar de santidade.*

Em todos os seus atos resplandece o mais puro amor de Deus, a mais completa e filial submissão à vontade de seu Pai com um zêlo incansável pela sua glória; aos homens ensina uma doutrina de sublime perfeição e dá o exemplo de t^odas as virtudes; para com todos é de uma bondade e dedicação inexauríveis, até ao sacrifício da própria vida; nem seus íntimos, nem seus inimigos que o espreitavam, puderam nunca encontrar nêle, já não digo algum sinal de hipocrisia, mas nem mesmo o mínimo defeito; todos reconheciam e louvavam seu amor pela verdade e sua total sinceridade em qualquer circunstância. (Uma análise mais pormenorizada será dada no segundo argumento).

Os próprios Racionalistas admiram a santidade de Jesus, a quem proclamam o melhor dos homens (440).

(440) "Se a vida e a morte de Sócrates são de um sábio, a vida e a morte de Jesus são de um Deus". ROUSSEAU, *Emile*, I, I, VI.

"Jesus Cristo nunca será superado... nêle se condensou tudo o que há de bom e de elevado na nossa natureza". RENAN, *Vie de Jésus*, XIV, 465...

"Jesus permanece em relação a nós a uma distância intransponível... Não ousamos medir-nos com êle, colocar-nos ao lado do Herói. Êle, po-

b) *O modelo acabado de uma personalidade perfeitamente equilibrada, sem nenhum sinal de anomalia psíquica:*

Resplandecem a elevação e o equilíbrio da sua Inteligência: — na prudência, agudes, serena tranquilidade e segurança das suas palavras e dos seus juízos, mesmo nas discussões mais vivas; — na admirável coerência de toda a sua doutrina e na união da mais sublime especulação com um perfeito senso da realidade e adaptação a qualquer circunstância concreta; — no seu modo de ensinar, juntamente profundo e claro, ao alcance de todos, usando com encantadora naturalidade e oportunidade de parábolas que fazem a admiração dos séculos.

Brilha a constância da sua *Vontade*: — na firmeza em repelir as tentações do demônio, das turbas e até dos apóstolos, que queriam desviar o seu messianismo para um plano temporal e nacionalista; — na total imunidade de qualquer defeito e na perfeita harmonia de todas as virtudes; — no domínio absoluto e permanente de si mesmo, sem alternativas bruscas de entusiasmo e de depressão; — na mansidão, na calma e dignidade em todos os seus atos, até no meio dos maiores tormentos da sua paixão e morte.

Manifesta-se a delicadeza da sua *Sensibilidade* e dos seus *Sentimentos*: — nas poéticas alusões às belezas da natureza, citadas em todas as literaturas; — na sua predileção para as crianças e os humildes; — na sua compaixão pelos doentes; — na sua correspondência à amizade (Jo XI, 35-36); — no seu terno amor pela sua família e pela sua pátria (Lc XIX, 41...). E todos estes sentimentos, pelos motivos que os suscitaram e pelo modo como foram expressos, atestam o perfeito equilíbrio do caráter moral de Jesus.

A sua incansável *Energia* é evidenciada pela atividade espantosa da sua vida pública, percorrendo repetidas vezes a Palestina toda, de norte a sul, pregando às multidões, atendendo aos doentes, doutrinando os Apóstolos, concedendo somente breves horas ao repouso, quando não ia passar as noites em oração.

O conjunto de todas estas qualidades fazem de Cristo o tipo de homem *psicologicamente perfeito*.

270. III. — *E um tal comportamento é absolutamente incompatível com a mentira e perversidade de um impostor e com o erro e a alucinação de um louco.*

rém, continua sendo a consciência dos que nele crêem, suas palavras se tornam o estímulo que não lhes permite descanso. Fixa com clareza soberana a direção na qual devemos caminhar, por longe dele que devemos ficar." W. BOUSSER, *Jésus*, p. 72.

"Sentimos em toda a parte, nos seus discursos, nos seus atos, nas suas dores, um não sei quê de divino que o eleva acima da humanidade comum, mesmo a melhor." LOISY, *Le quatrième Evangile*. (Apud BUTSSE, *op. cit.*, p. 77).

a) A santidade de Cristo exclui absolutamente a *impostura*: Como combinar tão impia blasfêmia com tão grande amor filial de Deus e zelo pela sua glória, tão rematado orgulho com tão heróica submissão levada até ao sacrifício da vida, tamanha hipocrisia com tão perfeita sinceridade, tanta malícia e maldade com tão admirável integridade de vida, crime tão nefando contra a humanidade com tão delicada caridade e inteira dedicação, até dar a vida pelos homens? — Exclui também o *erro*, porque quem é santo, sendo veraz, não faz afirmações superiores aos motivos, e afirmações certas (como as de Cristo no seu testemunho) requerem evidências que excluem a possibilidade do erro.

b) O comportamento psicológico de Cristo exclui absolutamente a *alucinação* e a *loucura*, qual seria em Cristo, como vimos, o *erro* acêrca do seu testemunho, porque: — 1) supõe necessariamente uma constituição psíquica e um sistema nervoso plenamente equilibrados e sujeitos aos ditames da razão; — 2) e está aos antipodas da maneira de agir do louco, do alucinado, histérico ou entusiasta: sempre inconstante, sem nexos nos seus juízos, perdido nas nuvens das suas imaginações e idéias fixas sem contato com o real, de humor desigual, passando repentinamente de um extremo a outro... — Exclui também a *impostura*, porque sob nenhum aspecto podia tão nefasta mentira apresentar-se como boa a uma inteligência tão esclarecida e equilibrada e a uma vontade tão firmemente enraizada na prática das virtudes. Absolutamente nenhum motivo podia ter Cristo em enganar os homens daquela maneira; nenhum interesse em sustentar esta mentira perante os tribunais, vendo que ela o havia de levar à morte nos suplicios e sabendo que, no outro mundo, o esperariam os rigores da infinita Justiça divina (441).

Numa palavra: supor em Cristo a mentira ou o erro acêrca do seu testemunho, seria tornar sua vida e sua personalidade um cúmulo de contradições impensáveis, de absurdos impossíveis.

271. IV. — *Logo Cristo não foi nem impostor, nem louco ou alucinado; não nos enganou, nem se enganou. Seu testemunho sobre si mesmo é, portanto, verdadeiro: Ele é realmente o Messias e o Filho de Deus.*

II. — Pelo carácter milagroso da sabedoria e santidade de Cristo.

272. ARGUMENTO. — As fontes históricas, principalmente os Evangelhos, apresentam-nos em Cristo uma sabedoria e santidade admiráveis (verdade histórica), que constituem um verdadeiro milagre de ordem intelectual e moral (verd. filosófica)

(441) Cfr. MORS, *op. cit.*, ns. 450-451, 472.

[I] — Este milagre, feito por Deus (verd. *teológica*), confirma o testemunho de Cristo (verd. *relativa*) [II].

Ora não pode Deus confirmar com um milagre nem o erro nem a mentira [III].

Logo o testemunho de Cristo é verdadeiro.

EXPOSIÇÃO. — I. *A verdade histórica da sabedoria e santidade admiráveis de Cristo, durante a sua vida mortal, é provada por cada página dos Evangelhos, que gozam, como vimos, de plena autoridade histórica.*

E esta sabedoria e santidade constituem um verdadeiro milagre.

273. A) QUANTO À SABEDORIA.

1. *Refulge a sabedoria de Cristo:*

a) na prudência, argúcia e eficácia das respostas às questões capciosas dos seus inimigos, como por ex., acêrca da mulher adúltera (Jo VIII, 6-8), do tributo a César (Mt XXII, 15-22), da ressurreição (Mt XXII, 23-33);

b) na admiração em que deixava os doutores (Lc II, 47), os escribas e fariseus (Lc XX, 39-40; Mt XXII, 23), as multidões (Mt VII, 28; XXII, 33; Lc IV, 32; XIX, 48). "Jamais homem algum falou como este homem", exclamam os guardas que deviam prender Jesus (Jo VII, 32 e 46).

c) Refulge principalmente na doutrina tão sublime que Jesus ensinou e no modo como a ensinou.

2. *Uma tal sabedoria é um verdadeiro milagre intelectual.*

Conceber uma doutrina tão superior a tudo o que ensinaram os mais doutos filósofos do Oriente e Ocidente, que além das verdades da religião natural inclui mistérios sobrenaturais tão sublimes, que é tão harmoniosamente coerente em tôdas as suas partes, que é tão conforme com a natureza humana, satisfazendo de um modo admirável e sobrenatural tôdas as suas nobres aspirações, resolvendo todos os seus problemas essenciais e sempre adaptada a tôdas as situações da vida humana de qualquer raça; — conhecer uma tal doutrina perfeitamente e tôda de uma vez, espontaneamente e sem nenhum esforço nem preparação humana; — ensiná-la desde o início em tôda a sua perfeição, com plena autoridade e absoluta certeza, sem nenhum erro, nenhuma hesitação e nenhum retoque, com a mesma espontânea facilidade nos assuntos claros e terrenos como nos mais profundos e divinos, sempre acomodando-se a tôdas as inteligências:

tudo isso *supera* evidentemente as forças naturais de qualquer inteligência humana — *a fortiori* as da inteligência de

um jovem operário de aldeia que nunca estudara — e exige necessariamente um auxílio extraordinário e preternatural de Deus.

Ora tal é, precisamente, a doutrina que Cristo ensinou e o modo como a conhecia e ensinou.

[Tôdas estas qualidades da doutrina de Cristo já foram largamente expostas no primeiro capítulo, dedicado à "sublimidade, conveniência e transcendência da doutrina cristã". À impossibilidade — sem um auxílio divino extraordinário — de conceber uma tal doutrina, de conhecê-la e ensiná-la como se deu com Cristo, já foi demonstrada nos ns. 225-228.]

Logo a sabedoria de Cristo é devida a um influxo divino preternatural e, por conseguinte, é um verdadeiro milagre de ordem intelectual.

274. B) QUANTO À SANTIDADE.

1. Refulge a santidade de Cristo:

a) na imunidade de toda e qualquer imperfeição:

atestada pelos discípulos, testemunhas íntimas da sua vida: Jesus é "o Santo, o Justo" por excelência, "o cordeiro imaculado e sem defeito algum", que "nunca pecou, nunca enganou", diz S. Pedro (Atos III, 14; I Petri I, 19; II, 22); "nêle não há pecado algum", diz S. João (I Joannis III, 5). Cfr. também II Cor. V, 21; Hebr. IV, 15; VII, 26-27;

confessada pelos seus inimigos: Caifaz, para acusá-lo, deve recorrer a falsas testemunhas que se contradizem (Mc XIV, 55-90); Pilatos "não acha nêle culpa alguma" (Jo XVIII, 4, 6) e declara-o "Justo" (Mt XXVII, 24); o único motivo aduzido pelo Sinédrio e pelos Judeus, para a sua condenação à morte, é de ter afirmado ser o Filho de Deus (Mt XXVI, 63-66; Jo XVIII, 6-7);

admitida pelos seus mais encarniçados adversários modernos, que nunca puderam apontar em Cristo o mínimo defeito moral;

proclamada pelo próprio Jesus Cristo: ao passo que até os maiores santos devem reconhecer-se pecadores, afirma Jesus que o demônio "não tem nada" nêle (Jo XIV, 30), porque "faz sempre o que é de agrado" de seu Pai (Jo VIII, 29), e a seus inimigos, que lhe espreitavam cada passo e cada palavra, lança o desafio: "Quem de vós me convencerá de pecado?" (Jo VIII, 46), sem temer que o desmentissem. — Ele, que tinha o mais vivo conhecimento da santidade de Deus e da maldade do pecado e dos rigores da divina justiça, que a todos recomendava a vigilância e exortava ao arrependimento e ensinava a pedir perdão pelos pecados,

que devia pagar com o próprio sangue por todos os pecados do mundo, fala a seu Pai com a mais tranqüila segurança, sem dar nunca sinal algum de remorso ou contrição e reparação por faltas próprias, nem na sua paixão, onde pede perdão para seus algozes e não para si, nem no instante da morte, onde entrega sua alma com o mais filial abandono nas mãos do Pai. Que prova mais evidente da sua total isenção de qualquer falta?

b) *nas suas relações com Deus*, impregnadas do mais puro amor e *piedade filial*:

que transparece na *intimidade* dos freqüentes colóquios com o Pai (por ex., Jo XVII) e nas contínuas *referências* a Ele (117 vêzes em Jo); — que é comprovado pela inteira *dedicação* aos interesses do Pai (Lc II, 49), pelo *zelo* em procurar-lhe a glória (Jo VII, 18), pela *execução* completa da missão que dêle recebera (Jo XVII, 4), em *conformidade* absoluta com a vontade do Pai (Jo V, 30), vontade que é seu alimento (Jo IV, 34) e a razão de ser da sua vinda à terra (Jo VI, 38), numa *obediência* contínua (Jo VIII, 29) e heróica, até aos tormentos da paixão (Lc XXII, 42; Jo XIV, 31), até à morte de cruz (*Filip.* II, 8);

c) *nas suas relações com os homens*, aos quais por amor de seu Pai amou com uma *caridade universal, eficaz e constante*, comprovada:

pelo *zelo* incansável no ensinar a todos o caminho da salvação: suportando as fadigas de longas viagens (Jo IV, 6); pregando às multidões, que acorriam de toda a parte (Lc VI, 17-18) e o seguiam dias inteiros (Mt XV, 32), a ponto de nem lhe deixar, às vêzes, tempo para se alimentar (Mc III, 20; VI, 31); vencendo a oposição e animosidade que os sacerdotes, escribas e fariseus semeavam entre o povo contra sua doutrina; com quanto desvêlo formava seus apóstolos e com quanto carinho os amava, veja-se, por ex., na última ceia (Jo XV-XVII);

pela *compaixão* manifestada diante de todas as aflições da alma e do corpo, comovendo-se perante as multidões famintas (Mt XIV, 14-21) e sem pastores (Mc VI, 34), estremecendo até às lágrimas na morte de Lázaro (Jo XI, 33, 35, 38);

pelos *milagres* que sua bondade lhe fazia realizar, ressuscitando mortos (Mt IX, 18-26; Lc VII, 11-17; Jo XI, 1-44), expulsando os demônios (Mc I, 23-26; V, 1-13) e curando todas as doenças (Mt IV, 23; XV, 30; ...);

pela *bondade e misericórdia* com que acolhe e perdoa os pecadores e até os defende contra os acusadores: a samaritana (Jo IV, 7-26), a adúltera (Jo VIII, 7-11), a pecadora de Magdala (Lc VII, 36-50), os publicanos (Mt IX, 9-13); e as parábolas, como a da ovelha tresmalhada e a do filho pródigo (Lc XV, 1-32), revelam-nos as disposições do seu coração; a Judas, de quem não ignorava a traição, conserva até ao último momento o trato sereno

e cortez, chamando-o "amigo" (Mt XXVI, 50); a Pedro, que acabara de renegá-lo, só dirige um olhar que o converte (Lc XXII, 61-62), e mais tarde, sem nenhuma alusão indiscreta à sua queda; entrega-lhe o poder supremo na Igreja (Jo XXI, 15,17):

pela sua morte na cruz para a salvação de todos os homens: a maior prova de amor (Jo XV, 13). — Na verdade, "passou por esta terra fazendo o bem" (Atos X, 38);

d) na prática constante de tôdas as virtudes.

Por exemplo:

a *humildade* (Mt XI, 29; XX, 28), passando trinta anos escondido numa aldeia, comprazendo-se em conviver com gente humilde, fugindo do entusiasmo das turbas (Jo VI, 15), recusando fazer milagres de ostentação (Mt IV, 5-7; XII, 38-39; Lc XXIII, 8-9), lavando os pés a seus apóstolos (Jo XIII, 4-11), sofrendo calado as calúnias e humilhações da sua paixão (Mc XIV, 60, 65; XV, 3-5, 16-19);

a *pobreza voluntária*: desde Belém até ao Calvário viveu como pobre; ele, que alimentara multidões, na sua vida pública vive de esmolas, sem ter nem uma pedra onde reclinar a cabeça (Mt VIII, 20);

a *abnegação total* é a perfeita *integridade* de vida: nunca procurando comodidades para si (Rom. XV, 3), nem os favores dos poderosos, nem a popularidade; pregando, com o exemplo e as palavras, a renúncia, o sacrifício e a pureza de coração;

a *sinceridade*, com uma franqueza absoluta (Mt V, 37), para com os discípulos corrigindo-lhes as fraquezas e anunciando-lhes as perseguições futuras (Lc XXI, 12; Jo XV, 20; XVI, 2), para com os inimigos denunciando-lhes a malícia (Mt XXIII, 1-36; Jo VIII, 40), para com os poderosos sem temor nem adulações (Lc XIII, 32), como o proclamaram seus próprios adversários (Mc XII, 14); viera a est mundo para dar testemunho da verdade (Jo XVIII, 37) e por ela morreu;

a *paciência* e a *fortaleza* de ânimo em tôdas as dificuldades do seu apostolado: incompreensão dos discípulos, inconstância das massas, ódio dos inimigos; e principalmente nos tormentos da sua paixão e morte.

e) na perfeição em tôdas as virtudes, comprovada:

pela *espontaneidade* com a qual as pratica desde o início, sem que se note nêle o esforço, a evolução e as alternativas observadas mesmo nos maiores santos;

pela *igualdade* entre as virtudes, praticadas tôdas no grau mais sublime e heróico, superando os maiores santos, geralmente "especialistas" de uma ou outra virtude sobressalente e característica das suas vidas;

e *principalmente pela harmonia* admirável entre as virtudes que parecem mais opostas entre si: Em Cristo, longe de se excluírem, estas virtudes completam-se mutuamente e brilham

sempre juntas, numa união que manifesta a consumada perfeição de cada uma (442). Cristo, não somente é bom e caridoso sem fraqueza, justo sem dureza, manso sem timidez, humilde sem rebai-xamento, obediente sem servilismo, paciente sem arrogância, modesto sem afetação, firme sem rispidez, resignado sem abatimento, zeloso sem fanatismo...; mas harmoniza admiravelmente a justiça com a misericórdia, a fortaleza com a mansidão, o zelo com a prudência, a humildade com a dignidade e a magnanimidade, a atividade com a contemplação, a firmeza com a ternura...

Esta santidade é *incomparável*: Cristo é o mais santo dos homens. Proclamam-no também os racionalistas [cfr. nota 440].

Outra característica, é a sua *imitabilidade*, a sua *eficácia*. Apesar de parecer inimitável, tal a sua eminência e perfeição, a santidade de Cristo é a fonte onde todo homem, criança ou adulto, operário ou intelectual, pode encontrar o *modelo* acabado para tôdas as suas ações em qualquer situação da vida. — Quis Cristo ser imitado (*Jo XIII*, 15). E na verdade, desde vinte séculos, sob todos os climas e em tôdas as raças, teve milhões e milhões de imitadores de tôdas as idades e condições sociais. Fato tanto mais admirável por exigir esta imitação a renúncia de si mesmo e a prática constante de virtudes, que contrariam as tendências viciosas da nossa natureza decaída (443). — É que a santidade de Jesus, além de modelo, é também *estímulo*. Não há episódio de sua vida, oculta ou pública, que não tenha trazido aos fiéis esclarecimento e força: quase todos deram origem a alguma ordem ou congregação religiosa. Até mínimas palavras, mínimos gestos de Jesus foram fontes geradoras de santidade (444).

(442) Por ex., o zelo sem prudência é inconsiderado e portanto imperfeito, a prudência sem zelo é preguiçosa ou tímida e portanto imperfeita; mas a harmoniosa aliança do zelo com a prudência, o zelo prudente, a prudência zelosa, é sinal de perfeição em ambas as virtudes.

(443) Tal não acontece, como vimos, nas outras religiões, cujos fundadores deixaram soltas as rédeas de muitas paixões.

(444) Quantas vocações não suscitou o *olhar* de Jesus ao jovem rico (*Mc X*, 21) e quantas conversões não tiveram seu início no olhar dirigido a Pedro (*Lc XXII*, 61)! A resposta ao bom Ladrão salvou do desespero, o óbulo da viúva foi repetido por muitos pobres. As parábolas do Bom Samaritano, do Bom Pastor... fizeram nascer ordens religiosas dedicadas às obras de misericórdia, corporais e espirituais. Impulso irresistível recebeu a caridade com a sentença de Cristo: "Tudo o que fizestes ao menor dos meus irmãos, é a mim que o fizestes" (*Mt XXV*, 40). Cfr. SULLEROT, *op. cit.*, pp. 176-176.

2. *Uma tal santidade constitui um milagre moral.*

Embora seja difícil determinar exatamente o que pode a vontade humana deixada às suas próprias forças naturais, há ~~contudo comportamentos e atos de virtude, principalmente~~ quando constantes, freqüentes e intensos, feitos no meio de grandes dificuldades e com ingentes sacrifícios, os quais, tendo presentes as fraquezas e a natural inconstância da natureza humana, são *moralmente* impossíveis, sem uma intervenção e ajuda *extraordinária* de Deus (445). Tais são:

a) *a imunidade absoluta, durante toda a vida, de qualquer falta e imperfeição, por causa da volubilidade da nossa vontade, aliciada por tantos bens aparentes: atesta, não só a fé, mas também a experiência quotidiana de cada um, que caímos todos em muitas faltas (Tiago III, 2); negá-lo seria mentira (I Jo I, 8). E os maiores santos são os primeiros a se reconhecerem pecadores.*

b) *a constância por toda a vida na prática de todas as virtudes em grau heróico (446): Como todo agente age por um fim, deve receber um influxo deste fim. Por isso, a santidade, na qual os atos são feitos e ordenados para o fim último, requer um influxo, uma moção deste fim último, que é Deus. (Cfr. STO. TOMÁS, Sum. Teol., I-II, q. 109, a. 6). Mas uma santidade que supera todas as fraquezas e dificuldades e persevera na prática de todas as virtudes em grau heróico, é certamente uma santidade extraordinária. Logo exige necessariamente um auxílio extraordinário de Deus.*

c) *a perfeita igualdade e harmonia entre as virtudes, mesmo as mais opostas: Se uma pessoa, por compleição natural ou hábito*

(445) Lembremos que o milagre moral é uma ação moral, ou uma série de ações morais, manifestada exteriormente (para poder ser critério apologético), que *supera* as forças humanas e o modo constante seguido pelos homens na sua atividade moral, e que portanto requer uma intervenção *especial* de Deus.

Para que haja milagre, é preciso que esta intervenção divina seja *especial* ou *extraordinária*, i. é, diferente do concurso, natural e sobrenatural (a graça), concedido por Deus segundo as *leis ordinárias* da sua Providência. Por este auxílio especial acrescenta Deus à vontade humana uma firmeza e uma energia que naturalmente não poderia ter e que a tornam capaz de ações morais que *superam*, i. é, estão *fora* e *acima* do modo defeituoso de agir comumente seguido pelos homens nas circunstâncias difíceis.

Estas ações, portanto, são feitas, sim, pela vontade humana, não porém apenas com suas forças naturais, mas em virtude do auxílio *extraordinário* de Deus. E é por isso que constituem um *milagre* e de ordem *moral*, i. é, na atividade moral.

(446) Uma virtude é *perfeita* e *heróica* quando seus atos são praticados com prontidão, espontaneidade, alegria, freqüência e constância, em matéria árdua e dificultosa. Cfr. BENTO XIV, *De Servorum Dei beatificatione*, l. III, c. XXI e segs.

adquirido, é levada aos atos de uma ou outra virtude, não poderá, ao mesmo tempo, ser naturalmente inclinada também para as virtudes opostas. Assim, quem é naturalmente inclinado à justiça ou à firmeza, é geralmente deficiente na misericórdia ou na mansidão. Logo a perfeita igualdade e harmonia entre tôdas as virtudes, mesmo as mais opostas, não pode ser um efeito puramente natural, mas requer necessariamente um auxílio extraordinário de Deus, o único que na simplicidade de sua essência contém eminentemente as perfeições tôdas e pode uni-las numa alma humana (447).

Ora, a santidade de Cristo, como vimos, contém tôdas estas prerrogativas no grau mais elevado.

Logo é uma santidade extraordinária, superior às forças humanas, que requer necessariamente um auxílio *extraordinário* de Deus e, portanto, constitui um *milagre moral* (448).

275. II. — Este milagre foi feito por Deus, que com êle confirma o testemunho de Cristo:

1. É evidente que êste auxílio extraordinário e preternatural, necessário para explicar a sabedoria e a santidade sobre-humanas de Cristo, *só pode ter vindo de Deus*: a doutrina sublime que Cristo pregou e os exemplos de virtudes heróicas que nos deixou opõem-se radicalmente à finalidade do demônio. Por isso, mesmo que tivesse podido, certamente não teria querido o demônio contribuir para a manifestação entre os homens de uma tal doutrina e de tais exemplos.

2. Por comum e justa estimação de todos, nada recomenda tanto a autoridade e veracidade de uma testemunha, i. é, a sua credibilidade, como uma sabedoria e santidade de vida extraordinárias. A quem se apresenta ornado com esta dupla prerrogativa, os homens retos e de boa vontade são natural e espontâneamente levados a prestar fé. Por isso, quem concorre positivamente para o esplendor destas prerrogativas numa testemunha, *ipso facto* concorre também positivamente para o seu efeito conatural: a credibilidade das afirmações feitas por esta testemunha.

(447) Cfr. GARRIGOU-LAGRANGE, *op. cit.*, pp. 311-313 e 455.

(448) Como observa MORS (*op. cit.*, p. 253), se nenhum homem, pagão ou cristão, mesmo em condições favoráveis e com sérios e constantes esforços, nunca atingiu semelhante santidade, como a teria podido conceber *Jesus de Nazaré*, pobre operário sem letras e destituído de toda ajuda humana, e realizar tão perfeitamente e em condições tão difíceis, sem um auxílio *todo especial* de Deus ou sem ser êle mesmo Deus?

Logo, com sua intervenção especial, produtora em Cristo de tal sabedoria e santidade, concorreu Deus positivamente para o seu *efeito conatural*, que não podia deixar de prever e, portanto, de querer. Ora, Cristo afirmou clara e persistentemente a sua messianidade e filiação divina. Logo, com sua intervenção especial, colaborou Deus positivamente para confirmar perante os homens a credibilidade dêste testemunho (449).

3. O próprio Jesus Cristo, ao exigir a fé no seu testemunho, apelou explicitamente para o milagre da sua sabedoria e santidade. Por ex., quando apresentou sua doutrina como verdadeira, porque a recebera de Deus, seu Pai (Jo VII, 15-16; XII, 48-50); quando deu suas obras feitas em obediência ao Pai (Jo V, 36), seu zêlo pela glória do Pai (Jo VII, 18), sua imunidade de pecado (Jo VIII, 46), como garantia da sua veracidade.

276. NOTA. — De tudo o que dissemos ficaram evidentes as quatro verdades, necessárias e suficientes para estabelecer um milagre como *critério apologético* [n.º 263]: Jesus teve realmente sabedoria e santidade (verd. *histórica*); constituem elas realmente um milagre intelectual e moral (verd. *filosófica*); foram o efeito de uma intervenção extraordinária proveniente realmente de Deus (verd. *teológica*), que interveio com a finalidade de confirmar o testemunho de Cristo acerca da sua messianidade e divindade (verd. *relativa*).

277. III. — *Ora não pode Deus confirmar com um milagre nem o erro nem a mentira.*

Intervir Deus com um milagre em confirmação de uma afirmação, é patrocinar esta afirmação, munindo quem a fez com uma credencial divina; é fazê-la sua, endossá-la, apondo-lhe como que uma assinatura divina; é, pois, *cooperar positivamente* para que seja aceita pelos homens com plena segurança. — Por conseguinte, se esta afirmação fôsse falsa, Deus endossaria uma falsidade e a testificaria perante os homens, cooperando assim, direta e positivamente, para o engano em que cairiam êles, invencivelmente, por não poderem deixar de se fiar na garantia divina do milagre. — Numa palavra, Deus seria causa eficiente, própria e direta, dêste engano e, por conseguinte, o responsável por êle.

(449) Cfr. MORS, *op. cit.*, ns. 454 e 478.

Ora é metafísica e absolutamente impossível que Deus possa ser uma testemunha falsa e possa cooperar com influxo direto e positivo para induzir os homens num erro invencível, ~~mais ainda quando se tratasse de um erro que deveria ser aceito obrigatoriamente sob pena de condenação eterna: opõem-se a isso a sua Veracidade, a sua Santidade e Bondade infinitas.~~

Logo não pode Deus confirmar com um milagre nem o erro nem a mentira.

278. Conclusão. — Segue-se, portanto, que o testemunho de Cristo acêrca da sua messianidade e divindade — testemunho que todos os homens devem admittir sob pena de condenação eterna (*Jo III, 18, 36; cfr. nº 250*) — sendo garantido pela credencial divina de uma sabedoria e santidade *milagrosas*; não pode ser falso: Cristo não pode ter-se enganado nem ter-nos enganado. — Por conseguinte, *é absolutamente certo que Jesus Cristo é realmente o Messias e o Filho de Deus.*

279. OBSERVAÇÕES (450) — Para poderem sustentar a sua teoria da “alucinação” e do “fanatismo” e para negar, como lhes manda seu preconceito anti-sobrenatural, o caráter milagroso da sabedoria e santidade de Cristo, viram-se constrangidos os Racionalistas a dar de alguns textos evangélicos interpretações totalmente arbitrárias, que estão em opposição com o sentido evidente do contexto e de tóda a doutrina de Cristo, e que muitas vêzes não passam de puras petições de princípios. Vejamos as principais.

1) Apresentam como *anti-sociais* ensinamentos que são, pelo contrário, doutrinas de perfeição, com as quais Jesus Cristo quis: ou completar o A. T., como se vê pelo contexto próximo (Foi-vos dito... Eu porém vos digo...); ou exprimir os direitos supremos de Deus e do seu Legado. Devem ser interpretados de acôrdo com o conjunto da doutrina e dos exemplos do Mestre e segundo a natureza mesma das coisas. — Assim:

a) O “odiar os pais, irmãos, a própria vida” (*Lc XIV, 26*) significa “não preferi-los a Deus”, como consta pelo lugar paralelo em *Mt X, 37* e pelo exemplo de Jesus que observou dêste modo (*Lc II, 49-51*) e defendeu (*Mc VII, 9-13*) o quarto mandamento.

(450) Cfr. TROMP, *op. cit.*, pp. 246-249; MORR, *op. cit.*, pp. 254-256.

b) O *oferecer a outra face...*, *ceder também a capa...*" (Mt V, 39-42) não é uma proibição da defesa contra um injusto agressor, mas sim do espírito de vingança, das inimizades e do rancor, recomendando a paciência, a mansidão e a caridade.

c) O "não se preocupar com o alimento, o vestido, o dia de amanhã" (Mt VI, 31) não é a condenação do esforço e da providência, mas da preocupação exclusiva ou exagerada com os bens da terra e é uma exortação à confiança na Providência, como se vê pelo contexto (vs. 24-34).

d) Com "*não jurar*" (Mt V, 34) não fica proibido o juramento quando um grave motivo o exige, pois o próprio Jesus, pelo fato de responder a Caifaz que o intima "em nome do Deus vivo", e S. Paulo nas suas epístolas (Rom. I, 9; II Cor. I, 23) tomaram a Deus como testemunha da verdade de suas palavras. Quer Cristo apontar para o estado ideal da perfeita sinceridade, no qual basta um simples *sim* ou *não* para convencer, pois tudo o mais que é mister acrescentar "*provém do mal*" (v. 37), i. é, é consequência das faltas de sinceridade e das desconfianças existentes entre os homens.

2) Não foram "*acessos de furor e de insânia*" as invectivas contra os fariseus (Mt XII, 34; XXIII, 13-36) e a expulsão (451) dos vendilhões do Templo (Mt XXI, 12, lugares paralelos e Jo II, 14-17), mas justa condenação pública para acautelar o povo contra quem o corrompia com suas hipocrisias e o afastava da pregação de Jesus com suas falsas doutrinas, e zelo pela honra de Deus contra quem transformara sua casa num "covil de ladrões". E conservou sempre Cristo o pleno domínio de si mesmo, como o demonstram, no primeiro caso, a lógica do discurso e, no segundo, a benevolência usada com os que vendiam as pombas (Jo II, 16).

3) Nem foram "*atos de loucura*" a *maldição* da figueira (Mt XXI, 19-22; Mc XI, 13 e 20-24) e a *permissão* dada aos demônios de entrarem nos porcos (Mt VIII, 28-34; Mc V, 1-20), pois a loucura não desseca árvores, nem tem império sobre espíritos. Mas foram milagres que tiveram como fim e efeito primário pôr em evidência o *poder supremo de Cristo* sobre todas as criaturas, como se vê pelo contexto: o espanto dos apóstolos e a referência de Jesus ao poder da fé, as palavras e as súplicas que os demônios dirigiram a Cristo e o temor dos habitantes da região. — Muitos autores vêem ainda nestes milagres alegorias ou parábolas "*em ato*" com significação *simbólica*: a figueira estéril representaria o judaísmo, que será rejeitado por não ter dado bons frutos, o que se aplica também aos cristãos, que devem em qualquer momento da sua vida poder apresentar a Deus frutos de boas ações; o segundo mi-

(451) Ou as expulsões: Cfr., por ex.: em *La Sainte Bible* — (L. FIROT), vol. IX, p. 539-540, as várias opiniões com suas razões.

lagre, a libertação do possesso com suas circunstâncias, significaria a fealdade da tirania diabólica, da qual vinha Cristo libertar os homens. Conf. *La Sainte Bible* (PIROT), IX, pp. 276-277, 537 e 541.

4) Não se pode dar o sentido de "está louco" à expressão "esta fora de si" (*Mc III, 21*). Em *Mc*, este verbo grego "*existemi*" nunca significa "loucura", mas um "arrebato" causado pela admiração, pelo espanto... diante de um grande milagre (Cfr. II, 12; V, 42; VI, 51). E S. Paulo (*II Cor. V, 13*), ao dizer que "está fora de si por Deus" (*existemen*), não quer, de certo, significar que "se tornou louco". — Nem é certo terem sido "sui", i. é, os parentes, que aplicaram a Jesus esta expressão, pois só chegaram mais tarde (v. 31), e o "*dicebant*", dado o uso habitual de plurais impessoais em *Mc*, pode muito bem significar "dizia-se" entre a multidão: alguns, não bem ao par da missão messiânica de Jesus (sua pregação estava ainda nos incílios), vendo sua dedicação levada ao extremo de nem mesmo ter tempo de se alimentar (v. 20), acharam-na intempestiva e exagerada e julgaram que Jesus "estava fora de si", i. é, arrebatado pelo zelo e entusiasmo. A multidão, porém, nada achava em Jesus de anormal, pois estava tranquilamente sentada ao redor d'ele (v. 32), ouvindo suas palavras. — Aliás, nunca em todo o decurso dos Evangelhos, vemos Jesus ser tido por louco, nem pelos parentes ou discípulos, nem pelo povo ou seus chefes.

5) Nenhuma "*anormalidade*" supõe a vida puríssima de Jesus, nem a perfeita continência voluntária "por causa do reino dos céus" (*Mt XIX, 12*), como ensinam a ciência e a experiência; mas é um estado de vida que favorece uma união mais íntima com Deus e permite uma inteira dedicação ao apostolado em prol das almas e do bem da sociedade.

6) A Agonia no horto não foi uma "*idéia fixa de terror*", mas um real sofrimento íntimo causado pela vista dos pecados de todo o mundo e pela iminência dos tormentos da paixão, conhecidos pela ciência divina de Jesus e representados ao vivo pela sua imaginação.

7) Nem foi "*jactância*" afirmar Cristo a sua plena inocência e santidade (*Jo VIII, 46*), pois a demonstrara com sua vida tãda e havia motivo de apelar para ela públicamente a fim de evitar que o povo se deixasse influenciar pelas acusações lançadas pelos Judeus.

8) Chamar sem mais "*delirio de soberba*" ao testemunho de Cristo sobre sua pessoa e ao fato de falar com autoridade, já é pressupor que não pode ser o Messias e o Filho de Deus. — Assim também, chamar "*alucinações*" aos avisos recebidos em sonho por S. José, à anunciação do Anjo a Maria, às visões de Cristo no seu batismo, às suas tentações no deserto, à sua transfiguração, à sua consciência messiânica, ao Anjo da Agonia no

horto, etc. . . . , já é pressupor que não pode haver nenhuma intervenção sobrenatural.

Tais interpretações, apresentadas *a priori*, sem nenhuma legitimação e em total oposição com o comportamento perfeitamente equilibrado manifestado por Cristo em toda a sua vida, não constituem provas, mas são puras *petições de principio*, impostas aos Racionalistas pelo seu malfadado preconceito da impossibilidade do sobrenatural. E é por isso que, enquanto não se libertarem deste preconceito, o Cristo dos Evangelhos permanecerá para eles um enigma insolúvel [cfr. n.º 134].

ARTIGO SEGUNDO

JESUS TAUMATURGO

280. Qualquer milagre apologético, quando devidamente comprovado, constitui um argumento válido e absolutamente certo. Porém, como já notamos [n.º 5 e nota], a evidência do caráter milagroso e divino das várias espécies de milagres não está sempre com igual facilidade ao alcance de qualquer inteligência. Alguns, como a sublimidade e transcendência da doutrina cristã, requerem demasiados conhecimentos e reflexão para serem plenamente compreendidos por espíritos rudes ou menos cultos. Mas, diante da realização dos milagres físicos, ressurreições ou certas curas instantâneas, como diante da realização de verdadeiras profecias, qualquer homem reconhece logo o *sêlo* de Deus. Por isso dizíamos que tais milagres constituem os critérios *primários* mais acomodados a qualquer inteligência e praticamente os únicos *fácilmente* acessíveis às multidões.

É por isso que teve Cristo de fazer milagres físicos e profecias (Jo X, 37-38). De fato, foram eles que suscitaram a fé nos Apóstolos e primeiros discípulos e a propagaram pelo mundo. Por outro lado, nada incomoda tanto os incrédulos de todos os tempos nem atraiu tanto os seus ataques como estes milagres.

Daí a *suma importância*, na Apologética, dos *milagres de Cristo*, para os quais apelou o mesmo Cristo, apelaram os Apóstolos e seus sucessores, apelou sempre a Igreja como a sinais *certíssimos* da origem divina da missão de Cristo e da sua doutrina. (Sobre o uso dos argumentos tirados dos milagres e das

profecias na Igreja dos primeiros séculos, cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 317-329).

TESE XII. — Provou Cristo a verdade do seu testemunho pelos milagres físicos que operou durante sua vida pública.

281. POSIÇÃO DA TESE. — 1) Podemos dividir os fatos prodigiosos narrados nos Evangelhos em duas classes: a) os que foram realizados *a respeito de Jesus*. Por ex., as aparições de anjos a Zacarias (*Lc I, 11-20*), a S. José (*Mt I, 20-25; II, 13, 19*), a Maria (*Lc I, 26-38*), no nascimento de Jesus (*Lc II, 8-15*); a estrela que guiou os reis magos (*Mt II, 1-12*); a voz do céu no batismo de Jesus (*Mt III, 17*) e na sua transfiguração (*Mt XVII, 5*); as trevas, o rasgar-se do véu do templo, o terremoto, na morte de Jesus; os santos que ressuscitaram e apareceram a muitos na cidade (*Mt XXVII, 45-53*); — b) os que foram realizados *pelo próprio Cristo*: é destes somente que trataremos na tese, evidenciando seu valor apoloético.

2) Para isso, como já lembramos no n.º 263, devemos estabelecer as quatro verdades: histórica, filosófica, teológica e relativa dos milagres de Cristo (452).

282. ADVERSARIOS. — 1) Os *Fariseus* contemporâneos de Jesus, não podendo negar a realidade histórica dos milagres, atribuíam-nos ao demônio; posteriormente, no *Talmud*, consideraram-nos obras da magia negra. Também para CELSO eram devidos a artes mágicas do Egito (ORÍGENES, *Contra Celsum*, I, 68 e II, 48; MG 11, 788 e 869; R 517).

2) REIMARUS (séc. XVIII), na sua teoria da *fraude*, considera-os invenções dos discípulos depois da morte de Cristo. — GOTTLÖB PAULUS (séc. XIX) admite os fatos, dos quais apresentou suas "naturalizações" ridículas [cfr. n.º 122].

3) Os *Racionalistas* modernos, *Protestantes Liberais e Modernistas*, querem eliminar dos Evangelhos tudo o que é sobrena-

(452) L. FONCK, *I miracoli del Signore nel Vangelo*, 2 vols., trad. ital. (1914) do alemão (Insbruck 1903, 1907). — A. MICHEL, *Dict. de Théol. Cathol.*, art. "Jésus-Christ", col. 1188-1198, 1898-1415. — M. TUAL, *Jésus-Christ son propre apologiste*, cc. III e IV. — E. B. ALLO, *Le scandale de Jésus*, pp. 57-100: Les miracles évangéliques. — L. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, pp. 813-368. — PINARD DE LA BOULLAYE, *Le Thaumaturge et le Prophète*, Conf. de 1931: IIIa. Conf. — F. M. GABTANI, *Gesù Cristo*, Roma 1945, VI-VII VIII Conf. — Card. GIUSEPPE SIRI, *La Rivelazione*, 8.ª ediz., Roma 1945, pp. 188-164. — SEB. TROMP, *op. cit.*, 6.ª ediz., pp. 249-272. — MORS, *op. cit.*, pp. 269-286.

tural (453). Para isso: a) alguns negam a historicidade de tôdas as narrativas dos milagres, atribuindo-as a uma *idealização* da primitiva geração cristã, a qual, com sua mentalidade oriental inclinada a exagerações imaginárias, teria transformado fatos puramente naturais em fenômenos extraordinários, ou parábolas simbólicas em fatos reais, à semelhança das lendas e dos mitos das religiões de mistérios: — b) outros, fazendo distinções entre as várias espécies de milagres, rejeitam, sem nenhum critério objetivo histórico, os que não apresentam possibilidade de explicação natural e atribuem os outros ao *hipnotismo*, a *forças psíquicas* desconhecidas, a um poder de *sugestão* extraordinário de Cristo. — Nem faltou, entre os *Espíritas*, a explicação ocultista, teosófica e até vegetarianal (454)

283. DOCTRINA DA IGREJA. — Os fatos milagrosos narrados nos Evangelhos: a) são fatos históricos, e não fábulas, mitos ou idealizações (D. 1707, 1790); — b) são milagres verdadeiros e manifestos (D. 1790); — c) feitos por Cristo em confirmação da sua missão divina (D. 1638, 1790, 2028); — d) constituindo um argumento certíssimo, cuja eficácia não se perde pela transmissão histórica (D. 1624), mas permanece sumamente acomodada a qualquer inteligência, mesmo do homem moderno (D. 2145).

Donde a tese: historicamente, é certa; teologicamente, é de *fé divina e católica, definida* no Concilio Vaticano I (D. 1813).

DEMONSTRAÇÃO

284. ENUNCIADO DO ARG. — *Não pode Deus confirmar com milagres uma afirmação falsa.* — *Ora Jesus Cristo: a) realizou realmente fatos maravilhosos (verd. histórica); b) que são extraordinários e preternaturais (verd. filosófica); c) e divinos (verd. teológica); d) para com êles confirmar o seu testemunho (verd. relativa).* — *Logo o testemunho de Cristo não pode ser falso.* — Por conseguinte, Jesus é realmente o Messias, o Filho de Deus; e sua religião é realmente de origem divina.

EXPOSIÇÃO. — A *MAIOR* “Não pode Deus confirmar com milagres uma afirmação falsa”, já foi demonstrada no n.º 277.

(453) Já vimos [ns. 118-120 e 134] como é precisamente esta eliminação do sobrenatural, decidida *a priori*, que criou para os Racionalistas o “Problema de Jesus” e os obrigou a excogitar tantas teorias efêmeras, nas quais, numa obstinada porfia anti-científica, a arbitrariedade exercia plenos poderes sobre os textos históricos para mutilá-los ou dobrá-los às exigências da teoria imaginada. Veja a exposição e a refutação destas ondas sucessivas de sistemas nos ns. 121-133.

(454) Cfr. TROMP, *op. cit.*, pp. 250-254.

A *MENOR* do Arg. "*Ora Jesus Cristo...*" afirma as quatro verdades necessárias e suficientes para estabelecer um milagre como critério apologetico [n.º 283]. — Vamos demonstrá-la por partes.

I. — Cristo realizou realmente os fatos maravilhosos narrados nos Evangelhos (VERD. HISTÓRICA).

A. — *Os Evangelhos atribuem a Cristo Fatos prodigiosos.*

285. Basta abrir os Evangelhos. Quase em cada página apresentam-nos em Jesus um Taumaturgo incomparável, relatando prodígios:

a) *coletivos*, em muitas ocasiões diversas. Por ex.: "E Jesus percorria tóda a Galiléia, ensinando nas suas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando *tódas as doenças e enfermidades entre o povo*. E a sua fama correu por tóda a Síria, e trouxeram-lhe *todos* os que se achavam enfermos, os que eram acometidos de vários achaques e dôres, os que tinham demônios, os lunáticos e paralíticos, e *êle os curou*." (Mt IV, 23-24). — Nas margens do lago da Galiléia: "E concorreu para êle uma grande multidão que tinha consigo *mudos, cegos, coxos, aleijados e outros muitos*; e lançaram-nos a seus pés, e *êle os curou*." (Mt XV, 30). Diante da casa de Pedro: "Curou *muitos* doentes de várias enfermidades e expulsou *muitos* demônios." (Mc I, 32-34). — Na resposta aos discípulos enviados por João Batista: "E naquela mesma hora curou êle a *muitos...* e deu a vista a *muitos cegos*" (Lc VII, 21). — Cfr. ainda Mt VIII, 16; XII, 15; XIV, 14, 35-36; XIX, 2; XXI, 4; Mc VI, 54-56, etc.;

b) *distintos*: uns quarenta milagres físicos são descritos com suas circunstâncias, manifestando o poder supremo de Cristo sôbre tóda espécie de criaturas:

1) sôbre a *natureza inanimada* e os *seres desprovidos de razão*: a *água mudada em vinho*, as *duas pescas milagrosas*, a *tempestade acalmada*, as *duas multiplicações dos pães*, o *caminhar sôbre as águas*, a *figueira dessecada*;

2) sôbre as *doenças do homem*: as *curas do filho do régulo*, da *sogra de Simão*, do *leproso*, de *paralíticos*, do *homem com a mão sêca*, do *criado do centurião*, da *hemorroissa*, do *surdo-mudo*, do *cego de Betsaida*, do *cego de nascença*, dos *dois cegos*, do *hidrópico*, dos *dez leprosos*, dos *cegos de Jericó*, da *orelha de Malco*;

3) sôbre a *morte*: as *ressurreições da filha de Jairo*, do *filho da viúva de Naim*, de *Lázaro*;

4) sôbre os *demônios*, expulsando-os do *possesso na sinagoga de Cafarnaum*, dos *possessos de Gérasa*, do *menino possesso*,

do possesso mudo, do possesso cego e mudo, da filha da cananéia, da mulher encurvada (454a).

Dêstes milagres, um é narrado pelos quatro Evangelistas, 16 por três, 6 por dois, 17 por um só.

B. — *Êstes Fatos são históricos.*

286. I. — *As narrativas dêstes fatos são autênticas*, i. é, não foram *interpoladas* depois, mas escritas pelos próprios autores dos Evangelhos:

1) Aham-se em *tôdas as fontes*: códices, versões e citações; mesmo nas mais antigas; no II séc., são citadas pelos autores cristãos, como também pelos heréticos. — No seu complexo, são admitidas em tôdas as edições *críticas* do texto evangélico.

2) Já provamos a integridade substancial dos Evangelhos [cfr. Tese IV]. Ora, com tôda a evidência, estas narrativas pertencem à substância dos Evangelhos, pois: além de constituírem uma *parte considerável* do texto, estão de tal modo *íntima e orgânicamente conexas* com todo o conteúdo evangélico, com a doutrina e as ações de Cristo, que sem estas narrativas ficariam os Evangelhos, como tôda a vida pública de Jesus, reduzidos a uns fragmentos incoerentes e ininteligíveis.

São de fato, os milagres que explicam a fé dos apóstolos (*Mt XIV, 33; Mc IV, 40; Jo II, 11*), do povo (*Jo VI, 14; VII, 31; XII, 9-11*), de Nicodemos (*Jo III, 2*); — que explicam a admiração das multidões (*Mt X, 8; Mc II, 12; Lc V, 26*) e as fazem acorrer para Jesus (*Mc I, 33, 37, 45, III, 7-8; VI, 54-56; Jo VI, 2*); — que excitam a curiosidade de Herodes (*Lc XXIII, 8*) e a inveja dos fariseus (*Jo VII, 31-32*); — que deram ocasião para muitos ensinamentos (por ex., a multiplicação dos pães ocasionou a doutrina sobre a Pão da vida e a promessa da Eucaristia: *Jo VI, 26-59*), ou lições práticas (por ex., *Mt XII, 10-13*); — que for-

(454a) Veja as narrativas dêstes milagres distintos nos seguintes lugares:

Para 1): *Jo II, 2-11*; — *Lc V, 1-11* e *Jo XXI, 3-11*; — *Mt VIII, 24-27*; — *Mo VI, 30-34* e *VIII, 1-9*; — *Mt XIV, 24-33*; — *Mt XXI, 19-20*.

Para 2): *Jo IV, 46-54*; — *Mo I, 30-31*; — *Lc V, 12-13*; — *Jo V, 17-26* e *Jo V, 2-9*; — *Lo VI, 6-10*; — *Mt VIII, 5-18*; — *Mo V, 25-34*; — *Mo VII, 32-35*; — *Mc VIII, 22-26* e *Jo IX, 1-41*; — *Mt IX, 27-31*; — *Lo XIV, 1-6*; — *Lo XVII, 11-19*; — *Mt XX, 29-34*; — *Lo XXII, 50-51*.

Para 3): *Mo V, 21-24, 35-43*; — *Lo VII, 11-17*; *Jo XI, 1-46*.

Para 4): *Mo I, 23-28*; — *Mt VIII, 23-34*; *Mc IX, 13-28*; — *Mt IX, 32-34*; — *Mt XII, 22-28*; — *Mt XV, 22-28*; — *Lo XIII, 10-17*.

neceram aos escribas e fariseus o pretexto para muitas insídias (*Mc* III, 2; VIII, 11; *Lc* VI, 6-11), acusações e discussões (*Jo* V, 16; IX, 16; *Mt* XII, 24-30; . . .); — que decidiram os Pontífices e Fariseus a tirar a vida a Jesus (*Mt* XII, 14 e *Jo* XI, 47-53).

Logo estas narrativas não podem ter sido interpoladas, mas foram realmente escritas pelos próprios autores dos Evangelhos, como o admite também a maioria dos racionalistas.

287. II. — Estes fatos prodigiosos são narrados pelos Evangelistas, não como lendas, parábolas ou símbolos, mas como fatos realmente acontecidos.

Já foi demonstrado que os Evangelistas quiseram realmente escrever fatos históricos: veja no n.º 79 os argumentos dados, que valem também para os fatos prodigiosos,

a) porque estes fatos são narrados *do mesmo modo* que os fatos naturais, com os mesmos caracteres de espontaneidade e sobriedade, com a mesma vivacidade de pormenores concretos da vida real, num *estilo* em tudo semelhante ao modo de escrever próprio dos historiadores; sendo, por conseguinte, totalmente ilógico admitir a realidade dos fatos naturais e negar a dos fatos prodigiosos, como fazem os racionalistas; tanto mais que os Evangelistas tomam sempre o cuidado de nos avisar explicitamente quando, em vez de fatos reais, contam parábolas ou alegorias;

b) porque são precisamente estes fatos prodigiosos os argumentos apresentados para demonstrar a messianidade e divindade de Cristo, finalidade dos Evangelhos. Já fôra por tais fatos que tinham sido convencidos os Apóstolos e era deles que se serviam na sua pregação oral desde o início. Por isso, também os Evangelistas os consignaram na pregação escrita para o mesmo fim, como nos afirma explicitamente S. João: "Em verdade, ainda outros muitos sinais fêz Jesus na presença dos seus discípulos, que não estão escritos neste livro. Mas estes foram escritos, para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus. . ." (*Jo* XX, 30-31). — Ora, é evidente que nem lendas, nem parábolas ou símbolos, mas tão somente fatos reais podem constituir argumentos. Logo certamente os Evangelistas narraram os milagres como fatos realmente acontecidos.

c) porque seriam absolutamente incompreensíveis as reações do ambiente, apontadas pelos Evangelistas, se, em vez de fatos reais, tivessem narrado meras ficções ou parábolas. Por ex.: Se narrassem a multiplicação dos pães como simples parábola, e não como fato real que saciou de fato milhares de pessoas, como poderiam acrescentar que a multidão ficou tomada de tal admiração e entusiasmo por Jesus, que o queria fazer rei? Se na narrativa da cura do cego de nascença não viam os Evangelistas senão uma mera ficção simbólica, que sentido podem ter as indagações e inter-

rogações dos fariseus sobre o caso, por êles próprios descritas logo a seguir? E de um modo geral, se as curas eram apenas narrativas alegóricas, e não curas reais de doentes reais, como podiam afirmar os Evangelistas que, por causa delas, as multidões levavam a Jesus os seus doentes reais?

Ê, portanto, absolutamente evidente que os fatos prodigiosos são narrados pelos Evangelistas como *fatos realmente acontecidos* e admitidos *como tais* por todos aquêles que os presenciaram, *amigos e inimigos*.

288. III. — Nas narrativas dêstes fatos milagrosos os Evangelistas não se enganaram, nem mentiram.

Já foi demonstrada a veracidade dos Evangelistas nos ns. 82 e 84 e a historicidade dos Evangelhos nos ns. 87-90, para onde remetemos.

No caso particular dos fatos milagrosos, a impossibilidade de admitir êrro ou mentira nos Evangelistas é ainda mais evidente, porque:

a) sendo êles testemunhas ou discípulos imediatos de testemunhas oculares, estavam em ótimas condições para conhecer os fatos;

b) eram fatos sensíveis e extraordinários, que por sua própria natureza atraíam a atenção, a observação e a admiração;

c) deram-se em público, perante multidões e foram observados e admitidos tanto pelo povo como por pessoas de cultura e autoridade: o sinedrita Nicodemos, o príncipe da sinagoga Jairo, o centurião, o régulo, os escribas, fariseus e sacerdotes;

d) os doentes curados e os mortos ressuscitados eram bem conhecidos, às vêzes por tôda uma cidade ou região; suas doenças (não raro de muitos anos), sua morte, eram por todos constatadas, nem podiam ser fingidas (porque e como fingir por largos anos uma lepra, uma hidropisia, uma cegueira de nascença...? e havia a vigilância dos inimigos);

e) Jesus curou doentes de todos os recantos da Palestina e muitas vêzes são mencionados os lugares, as casas, as cidades, as pessoas;

f) quando os Apóstolos, dias depois da Ascensão do Senhor, iniciaram sua pregação em Jerusalém e depois em tôda a Palestina, apelando para os milagres de Cristo e para os próprios, feitos em nome dêle, ainda viviam certamente quase todos êstes miraculados com seus parentes e as testemunhas oculares, amigas e inimigas de Jesus: — quando, uns 15 a 25 anos mais tarde, apareceram os Evangelhos sinópticos, ainda sobreviviam muitas destas testemunhas [cfr. notas 155 e 161];

g) entretanto ninguém desmentiu as afirmações dos Apóstolos e os Evangelhos foram logo reconhecidos como históricos; os próprios inimigos, tão interessados em se libertar de um argumento tão incômodo — os milagres — que condenava sua obstinação, ~~nunca se atreveram a negar a realidade histórica destes fatos milagrosos~~, antes confessaram-na oficialmente em suas reuniões (Jo XI, 47; Atos IV, 16).

Num tal conjunto de circunstâncias e acontecimentos, o erro ou a mentira já não seria apenas dos quatro Evangelistas, mas sim de todo o povo da Palestina,

ou incapaz do reto uso dos seus sentidos e iludido por uma *alucinação* universal, permanente e idêntica em tantos milhares de pessoas diferentes por índole e cultura e por seus sentimentos com respeito a Jesus: hipótese absurda para o bom senso como para a ciência psicológica;

ou comprometido numa imensa *impostura combinada*: hipótese totalmente gratuita, contrária à santidade reconhecida dos Apóstolos e dos primeiros cristãos e irrealizável por causa da oposição e luta encarniçada dos Fariseus e da Sinagoga contra tudo o que podia lembrar e exaltar o nome de Jesus (Atos IV, 16-18; V, 40; VIII, 1-3).

289. IV. — CONCLUSÃO. — É por conseguinte forçoso concluir que a realidade histórica dos fatos prodigiosos, afirmada pelos Evangelistas, conexas inseparavelmente com o ensino e as ações da vida pública de Jesus e admitida unânime por tão numerosas testemunhas amigas e inimigas, goza da mesma certeza absoluta que a dos outros fatos evangélicos: Cristo realizou realmente os fatos maravilhosos narrados nos Evangelhos.

290. CONFIRMAÇÃO. — Pelos testemunhos históricos extra-evangélicos, cristãos e pagãos:

a) De fontes canônicas. PEDRO, no início da pregação apostólica, em públicos discursos, lembra aos próprios judeus, testemunhas da vida e da morte de Jesus, os "poderes, prodígios e sinais, que Deus operou por êle (Jesus) no meio de vós, como vós mesmos o sabeis" (Atos II, 22; X, 37-38); e atribui ao poder de Jesus os próprios milagres (Atos III, 6, 16; IX, 32-34). — PAULO também, em epístolas anteriores aos evangelhos, atribui a Cristo os milagres dos apóstolos e os seus próprios (Atos XVI, 18; Rom. XV, 18-19).

b) De autores cristãos. QUADRATUS, bispo de Antioquia, na sua Apologia dedicada ao imperador Adriano, pelo ano 124, afirma

a realidade dos milagres de Cristo e acrescenta que alguns dos miraculados ou ressuscitados por êle sobreviveram "até os nossos tempos" (R. 109). — O mesmo testifica PAPIAS, bispo de Hierápolis e discípulo do apóstolo S. João (FUNK, *Patres Apostolici*, I, 369). — S. JUSTINO, pelos anos 150-160, no seu *Diálogo com Trifão* fala das curas milagrosas e das ressurreições operadas por Cristo (*Dial.*, 69) e na sua primeira *Apologia* (I, 48), dedicada aos Imperadores e ao Senado romano, apela para os relatórios de Pilatos a Tibério, como fêz também TERTULIANO (*Apologeticus*, 21). — STO. IRENEU, no fim do II séc., na sua *Epistola a Florino* (EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, V, 20; R. 264), lembra como ouvira S. Policarpo falar a miúdo "dos milagres de Cristo e da sua doutrina", conforme lhe fôra narrado pelos apóstolos e testemunhas oculares; e nota que tudo concordava plenamente com os Evangelhos.

c) *De autores pagãos ou adversos ao cristianismo.* FLAVIO JOSEFO diz de Jesus que "fazia obras maravilhosas" (*Ant. Jud.*, XVIII, 3,3). Sobre êste "Testemunho Flaviano", cfr. n.º 16. — Os autores judeus do *Talmud* tentam explicar os milagres de Jesus por artes mágicas; o mesmo fêz CELSO [cfr. n.º 48]; PORFIRIO procura explicações racionalistas; HIERÓCLES quer compará-los com os milagres atribuídos a Apolônio de Tiana (EUSÉBIO, *Contra Hieroclem*, 2; MG 22, 800); todos porém reconhecem-lhes a realidade histórica.

291. OBJEÇÕES. — I Obj. — Estes fatos milagrosos são feitos da *credulidade* geral, vigente na sociedade greco-romana, à qual não souberam escapar os discípulos de Jesus.

Resposta. — 1.º) Se existiam antigamente muitos crédulos e supersticiosos, como hoje os incrédulos que são geralmente os mais crédulos, não demonstram credulidade: nem os apóstolos como veremos a propósito da ressurreição de Cristo; nem os fariseus, que instituíram até um processo jurídico para indagar o caso do cego de nascença (Jo IX, 11-34) e só a contragosto e constrangidos pela evidência aceitavam os milagres (cfr. Jo XI, 47; XII, 10-11; Atos IV, 15-22); nem a Igreja primitiva, que rejeitou os evangelhos apócrifos; nem os adversários pagãos, predecessores dos racionalistas.

2.º) Uma coisa é admitir boatos com demasiada facilidade e por ouvir dizer, outra coisa muito diferente é *imaginar que se está vendo com os próprios olhos*, frequentemente e durante três anos, cegos recobrem a vista, leprosos serem limpos da sua doença, mortos voltarem à vida... Os apóstolos, os discípulos, os judeus da Palestina afirmam ter visto tudo isso. Negar a realidade dos fatos, seria, portanto, supor em todos êles uma continuidade de ilusões, uma *alucinação* permanente e geral, que é absurda.

II Obj. — Foi a fé dos Apóstolos e primeiros cristãos que criou os milagres.

Resposta. — Muito pelo contrário, foram os milagres que criaram e fortaleceram esta fé. Sem eles, ficaria totalmente *inexplicável*, como inexplicáveis ficariam também o início do Cristianismo e a sua expansão, resultados da fé e dedicação admiráveis dos Apóstolos e da primeira geração cristã. ~~Uma tal fé e dedicação, que permaneceram firmes através de dificuldades e perseguições de toda sorte e levaram até ao sacrifício da vida nos tormentos, não se criaram a si mesmas: devem ter tido uma causa e uma causa proporcionada.~~ Os Apóstolos e primeiros discípulos eram judeus. Pelos Profetas todo judeu sabia que o Messias havia de provar sua missão divina por meio de grandes milagres (*Lc VII, 18-23; Mt XII, 23; Jo VII, 31*). Por conseguinte, se Jesus de Nazaré nada tivesse feito de extraordinário, como teria podido nascer nos Apóstolos esta íntima convicção da sua messianidade e divindade e como a teriam podido comunicar às nações?

Como vimos, foi para os milagres de Cristo por êle presenciados, e não para "fábulas engenhosas", que de fato apelou PEDRO para explicar a sua própria fé (*II Petri I, 16-19*) e para excitá-la nos ouvintes (cfr. os discursos dos Atos). E pelo ano 305, ARNÓBIO, ampliando o argumento às dimensões do império romano, trazia como testemunhas da certeza histórica dos milagres de Cristo, recebida daqueles que os presenciaram e por eles se expuseram "aos ódios e à execração", "As gentes, os povos, as nações e este incrédulo gênero humano, o qual, se isso (os milagres) não fôsse patente e, como se diz, mais claro do que a própria luz, nunca teria dado o assentimento da sua fé a semelhantes coisas", i. é., à religião cristã tão contrária às paixões (*Adversus nationes, I, 54: R. 619*).

III Obj. — Os milagres de Cristo são mitos, frutos da idealização dos primeiros cristãos.

Resposta. — Já vimos a impossibilidade absoluta da formação destes mitos e desta idealização no meio de testemunhas oculares da vida de Jesus, os judeus da Palestina, onde o cristianismo começou a sua expansão com a admissão de milhares de fiéis [cfr. na. 83 e 128-129].

Se os milagres fôsem mitos e ninguém os tivesse presenciado, como teriam podido estes judeus aceitar a pregação apostólica e os evangelhos, que apresentam Jesus realizando milagres, publicamente, na sua região e sob os seus olhos? — Da historicidade dos milagres narrados por S. João já falamos a propósito da historicidade do IV Evangelho [n.º 94, g].

Como se vê mais uma vez, "credulidade", "fé", "mitos", "idealização", etc., não passam de expedientes e recursos arbitrários para mascarar o "parti-pris", o preconceito anti-sobrenatural: do conteúdo evangélico aceitam-se os fatos naturais, mas são rejeitados os milagres, apesar de serem estes narrados e atestados com as mesmas garantias históricas que os naturais.

II. — **Estes fatos maravilhosos são realmente extraordinários, i. é, preternaturais. (VERD. FILOSÓFICA).**

292. Depois de estabelecida a realidade dêstes fatos, devemos analisar-lhe a natureza em relação à sua causa produtora.

Provar a verdade filosófica de um milagre, é fazer ver que é um fenômeno *extraordinário* ou *preternatural*, i. é, fora do modo de agir de todos os seres da natureza e que, portanto, não pode ser atribuído a nenhuma força natural. [Cfr. o que dissemos no nosso I Vol., ns. 431-433].

Não conhecendo porém *tôdas* estas forças, como poderemos provar com certeza que determinados fenômenos não podem ser o efeito de *nenhuma* delas?

Basta para isso reparar que *tôda* e qualquer criatura, no seu agir, está necessariamente sujeita a umas *leis universais*, que lhe limitam e determinam a atividade. Por estas leis ficamos sabendo o que *nenhuma* força criada, conhecida ou desconhecida, pode realizar. Conseqüentemente, todo fenômeno em que estas leis não foram observadas, é extraordinário e preternatural.

293. ENUNCIADO DO ARG. — *Tôda* e qualquer criatura no seu agir está necessariamente sujeita a algumas leis universais, que delimitam e determinam o alcance de suas forças e o processo das suas atividades (I).

Ora os fatos prodigiosos foram realizados por Cristo independentemente e fora destas leis (II).

Logo são realmente extraordinários e preternaturais.

294. EXPOSIÇÃO. — I. *A determinação destas leis universais* já foi feita, ao tratarmos teoricamente da cognoscibilidade do milagre físico. [Cfr. o nosso I vol., n.º 450]. Lembremos brevemente as conclusões essenciais:

1. — *Sòmente Deus pode criar, i. é, fazer existir* um ser do nada, i. é, *sem se servir de nada preexistente*, com um simples ato da sua vontade, porque:

a) Cada ser age conforme a própria essência ou natureza, que é o princípio interno do qual resultam os poderes de agir. Ora *sòmente Deus é por essência a Existência por si mesma subsistente*, como vimos nos argumentos da existência de Deus. Logo *sòmente*

Deus pode ter como efeito a *existência* mesma do ser, i. é, o “*fazer existir*” a própria *entidade* do ser, e não apenas uma sua transformação depois que já existe;

b) O poder criador, sendo poder sobre o ser *enquanto ser*, *enquanto entidade*, e dependendo unicamente de um ato da vontade, estende-se necessariamente a tudo o que pode vir a existir, a ser uma entidade, i. é, a todos os possíveis. Logo é um poder necessariamente *ilimitado* que, portanto, só pode pertencer ao ser infinito, à *Causa primeira e universalíssima*, que é Deus.

Por isso, somente Deus pode produzir: a) a *matéria prima* (filosófica), porque, sendo por definição o *primeiro* substrato de todas as transformações, não pode pressupor algo de preexistente de que seja ela mesma uma transformação; donde só pode ser produzida por criação; — b) a *alma humana*, porque, sendo espiritual, não pode vir a existir senão por criação.

Conseqüentemente, somente Deus pode agir *imediatamente*, i. é, *internamente* e *sem se servir de nada*, na matéria prima e na alma humana, porque a mudança *imediate* de um ser requer o mesmo poder do que a sua produção *imediate*: só Deus, intimamente presente em todos os seres que sustenta na existência (*In ipso vivimus, movemur et sumus*), pode agir nêles internamente com um simples ato da sua vontade. O homem e o anjo, pelo contrário, presentes aos seres só de um modo exterior, não podem movê-los senão por meio de movimentos locais, pondo em contato as suas várias forças naturais.

POR CONSEQUINTE, *qualquer agente criado* só poderá exercer a sua atividade *num ser ou sujeito preexistente e servindo-se dêle*, dependendo portanto da natureza e das propriedades dêste sujeito: pois agir sem se servir nem depender de nada, seria criar. (I LEI).

Esta lei traz necessariamente as seguintes *delimitações e determinações* no modo de agir de qualquer agente criado:

a) só poderá *modificar e transformar* êste sujeito: acrescentar-lhe nova entidade seria criar;

b) só poderá *realizar aquelas modificações* para as quais o sujeito *estiver em potência e tiver disposições*: introduzir outras seria não se servir nem depender do sujeito, i. é, seria criá-las;

c) para realizá-las, deverá necessariamente *seguir o determinado processo exigido pela natureza e pelas disposições*

do sujeito, provocando nêlo determinadas *alterações acidentais*, até chegar à última e próxima disposição para a mudança: sem isso, seria produzir a mudança sem depender do sujeito, seria criá-la;

~~a) tratando-se de alterações sensíveis numa matéria extensa e portanto por meio de *movimentos locais*, êste processo requer necessariamente algum tempo, maior ou menor, nunca porém nulo. Nos fenômenos biológicos (curas de doenças orgânicas, de feridas...), onde se dá a produção e substituição sucessiva de bilhões de células, o tempo necessário é sempre considerável.~~

2. — *Tôdas as fôrças da natureza física e biológica, não tendo inteligência e portanto nem liberdade, estão sujeitas ao determinismo no seu modo de agir e na sua eficácia, de modo que nas mesmas circunstâncias produzem sempre o mesmo efeito (II LEI) (455).*

3. — *Nenhuma fôrça física pode ser mandada por um simples ato de uma vontade criada (seria produzir um efeito sem depender nem se servir de nada: o que exige poder criador), mas tão somente aplicada, dirigida, regulada, dominada, mediante a intervenção de outras fôrças naturais proporcionadas (III LEI).*

Estas leis, que exprimem as *condições essenciais* de tôda e qualquer atividade criada, são também de experiência quotidiana. Vemo-las observadas em todos os efeitos espontâneos da natureza, como em todos os resultados da atividade humana: nos laboratórios científicos e nas usinas, na fabricação de qualquer artefato, na medicina e cirurgia, etc. Tudo se reduz a transformações substanciais ou acidentais em seres preexistentes, mediante processos determinados e aplicações de fôrças proporcionadas.

LOGO, qualquer fenômeno que — ou pela sua intrínseca natureza, ou pelo modo como foi produzido — não seguir estas leis, será certamente *extraordinário*, nem poderá ser atribuído

(455) Este determinismo *ontológico*, princípio metafísico e base de tôda a Ciência experimental, não deve ser confundido com a *nossa capacidade* ou *incapacidade* de *prever sempre*, com absoluta exatidão e determinação, a série de fenômenos que vão resultar de um dado fenômeno. Sobre a discussão levantada a propósito do *Princípio de indeterminação* de HEISENBERG, veja o que dissemos no nosso I vol., ns. 257-265.

a forças naturais criadas, *conhecidas* ou *desconhecidas*, materiais ou espirituais.

295. II. — Ora os fatos prodigiosos foram realizados por Jesus Cristo independentemente e fora destas leis.

Opera êstes prodígios em seu próprio nome, como Senhor absoluto, sem esforço, sem hesitação, sem preparação, sem utilizar meios naturais proporcionados. Basta-lhe uma simples imposição das mãos, um leve toque, uma palavra, um sinal da sua vontade, e tudo obedece ao seu império: as criaturas inanimadas como as animadas, as irracionais como os demônios, a morte como as doenças, os seres ausentes como os presentes.

a) Não depende das *disposições físicas do sujeito* (I Lei): dá uma ordem, e instantâneamente ressuscitam Lázaro, a filha de Jairo e o filho da viúva. A ressurreição, i. é, a volta instantânea à vida pela re-união *substancial* da alma com a matéria do cadáver que não tinha mais as disposições necessárias para viver (por isso é que se dera a morte ou separação da alma), supõe um poder *imediate* na matéria prima e na alma espiritual, poder próprio de Deus [n.º 294, 1].

b) Não depende dos *processos* e das *alterações sucessivas*, aos quais estão submetidos todos os agentes criados nas *transformações substanciais* ou nas *curas de doenças orgânicas* (Conseqüências da I Lei): a um aceno da sua vontade, a água muda-se súbitamente em vinho, cinco pães multiplicam-se até saciar cinco mil homens e sobram ainda doze cestas cheias, desaparecem repentinamente doenças orgânicas de toda espécie, mesmo antigas e até em pessoas distantes.

c) Não está sujeito a *nenhum determinismo* de circunstâncias ou de meios (II Lei): com o *mesmo* meio, uma palavra, produz efeitos *totalmente* diversos: acalma a tempestade, cura doenças, ressuscita mortos, expulsa demônios; outras vezes produz o *mêsimo* efeito de *modos diversos*: restitui a vista ora com lódo, ora com um toque, ora com uma palavra; e tudo isso, sempre quando o *quer*.

d) Nem necessita *aplicar forças naturais proporcionadas* (III Lei): basta uma ordem sua e instantâneamente (não aos poucos) cessam os ventos, amainam-se as ondas, seca a figuei-

ra, andam os paralíticos, ouvem os surdos, vêem os cegos, ficam limpos os leprosos, ressuscitam os mortos, fogem os demônios.

De um tal modo de agir refulge com luz meridiana, que ~~o único fator determinante, a única força aplicada é a vontade livre~~ de Jesus, que opera os prodígios *que quer, quando quer e como quer*.

Impõe-se, portanto, a *Conclusão*: os prodígios de Jesus, ou por sua natureza ou pelo modo como foram feitos, superam a capacidade de qualquer agente criado; dependendo unicamente da livre vontade de Cristo, não podem ser atribuídos a nenhuma força natural, conhecida ou desconhecida. São realmente fenômenos *extraordinários e preternaturais*.

NOTA. — Jesus Cristo não é apenas *um taumaturgo*, mas é o *Taumaturgo por excelência*. É por seu próprio poder de Filho de Deus gerado pelo Pai que operou seus milagres: basta-lhe querer (*Mt VIII, 3*), dar uma ordem (*Mc V, 41*). Como diz S. Lucas, é *nêle mesmo* que havia "um poder que saia dêle e curava a todos" (*Lc VI, 19*). É realmente o *Taumaturgo*, o autor, a causa eficiente do milagre, como Senhor absoluto de tãda a criação. Pelo contrário, os Apóstolos, os Santos, quando fazem milagres, manifestam, nos seus atos e nas suas palavras, que não passam de instrumentos de Deus. São chamados taumaturgos, por que pediram a Deus o milagre e o alcançaram, mas é *em nome e por virtude de Cristo* que o milagre foi realizado (*Atos III, 6, 16; IV, 10; IX, 34, 40*).

296. OBJEÇÕES. — *I Obj.* — Jesus Cristo possuía um poder extraordinário de *sugestão*. Curou por *psicoterapia*.

Resposta. — a) Mesmo que fôsse verdadeira, a hipótese da *sugestão* e *psicoterapia* não poderia explicar *todos* os milagres de Jesus: como *sugestionar* os ventos, o mar, os pães, a água, a figueira, os cadáveres, as pessoas ausentes?

b) Nas doenças *orgânicas*, que apresentam *ulcerações*, *atrofias*, *lesões* de tecidos musculares ou nervosos, *células degeneradas* e alteradas, a *sugestão*, como afirmam os próprios especialistas, é *impotente*. Quando muito, pela sua *repercussão* sôbre o sistema nervoso, poderia dilatar os vasos sangüíneos e assim acelerar um pouco o processo da multiplicação de células novas e da restauração ou substituição dos tecidos lesados, nunca porém torná-lo *instantâneo*. — Ora as curas evangélicas eram em grande parte de doenças certamente *orgânicas* e deram-se *instantaneamente*. Logo são *inexplicáveis* pela *sugestão*.

c) Nas doenças *funcionais*, onde os órgãos, apesar de sãos, não exercem sua função por causa de um obstáculo de ordem psi-

quica, a sugestão — que é uma forte impressão sobre os sentidos, principalmente internos (como a imaginação), capaz de produzir um estímulo no sistema nervoso — exige um tratamento terapêutico demorado e complexo, sempre individual e feito privadamente; e os resultados são lentos, nunca instantâneos, muitas vezes incompletos e geralmente instáveis. — Nada de parecido encontramos nos milagres de Jesus. Os poucos casos, onde se poderia talvez suspeitar doenças funcionais (epilepsia, convulsões, alguma paralisia), foram curados como os outros, com uma palavra, um simples toque, súbitamente, sem regime, nem tratamento, nem preparação alguma. Os doentes em massa precipitavam-se para Jesus procurando tocá-lo e as curas eram instantâneas (cfr. *Mc* III, 10 com *Lc* VI, 19). Alcançam isso os psiquiatras modernos?

d) Também os *endemoninhados* eram libertados instantaneamente com uma simples ordem (456).

Logo nenhum milagre de Jesus é explicável por sugestão.

II Obj. — Mas Jesus exigia a fé e a ela atribuía o milagre.

Resposta. — a) Esta fé não era uma comoção física, um transporte sentimental ou uma certeza entusiasta da cura, mas a crença na messianidade de Jesus. Era, pois, uma *disposição moral*, muito conveniente com a finalidade dos milagres, e não a causa eficiente dos próprios milagres (457).

b) Tanto é verdade, que houve milagres em seres inanimados, incapazes de fé. Nem mesmo aos doentes foi exigida sempre. Ao cego de nascença pediu-a Jesus só depois do milagre; outras vezes a exigia dos parentes ou amigos presentes (o centurião, o régulo de Cafarnaum, a mulher cananéia), ao passo que os doentes estavam ausentes e nada sabiam ainda desta exigência quando foram curados.

III Obj. — Os prodígios são talvez devidos a *forças ocultas* de Cristo, ainda não conhecidas hoje, mas que a ciência poderá descobrir amanhã.

Resposta. — Esta hipótese, discutível talvez se se tratasse de um único prodígio, isolado e de caráter indeciso, no caso dos mila-

(456) Estes endemoninhados não eram simples doentes psíquicos, mas verdadeiros *possessos*, porque nêles se manifestava uma causa inteligente: *distinta* do próprio homem *possesso*, pois continuava a agir em outros lugares, depois de expulsa deste homem; *supramundana*, como o provam seus conhecimentos cristológicos, superiores à capacidade de um simples doente mental; *contrária* a Deus e a Jesus Cristo, a quem temem, ao passo que os doentes se apresentavam sempre com plena confiança. Cfr. por ex., *Mo* I, 23-28; III, 11; V, 1-13 e lugares paralelos.

(457) A finalidade principal de Jesus nos seus milagres foi, como veremos, fazer nascer ou confirmar a fé na sua messianidade. Por isso negou-se a fazer novos milagres diante de quem, por suas más disposições, desprezava os anteriores por êle presenciados. Cfr. *Mt* XII, 38-42; XIII, 54-58.

gres evangélicos, numerosos, públicos e bem caracterizados, é absolutamente inadmissível.

Ou Jesus conhecia estas forças, ou não.

~~Se não as conhecia, não podia servir-se delas. Como explicar então que, contrariamente à II Lei, agiam tão somente quando e como queria Jesus? Como podia ele anunciar o milagre de antemão e com plena certeza? Recorrer a coincidências fortuitas, harmonizadas com tanta precisão e tantas vêzes repetidas, entre a vontade livre de Cristo e o funcionamento destas forças, de modo a dar a ilusão de ordens seguidas sempre pelo efeito querido, é simplesmente ridículo.~~

Se as conhecia e era (como querem os adversários) um *simple carpinteiro iletrado* de Nazaré, como alcançou este conhecimento que nenhum homem ainda atingiu, após dois mil anos de progresso? O conhecimento destas forças e a sua aplicação por meio de uma simples palavra, com resultados, infalíveis e instantâneos, tão estupendos e tão diversos, seria o maior milagre imaginável.

Se as conhecia e era o *Messias* e o *Filho de Deus*, como podia enganar a todos com a impostura de apresentar seus prodígios como verdadeiros milagres e sinais divinos da sua missão?

Aliás, estas forças certamente não teriam sido *naturais*, pois, como vimos, a produção dos milagres de Jesus não estava submetida às *Leis que regem a atividade de todos os agentes criados*. Por conseguinte, *tais forças nunca poderá a ciência descobri-las, porque não existem na natureza* (458).

IV Obj. — Os milagres de Cristo foram fenômenos *espíritos*.

Resposta. — Quando e onde produziram os Espíritos fenômenos devidamente constatados, parecidos com os milagres de Jesus? Ressuscitaram mortos? acalmaram tempestades? curaram instantânea e definitivamente toda espécie de doenças orgânicas? . . .

Quando é que precisou Cristo preparar uma "sessão", fechar-se num ambiente escuro, esforçar-se por entrar em "transe", etc.? Em que circunstância teve que declarar sua impotência? ou se achou esgotado depois de um milagre? Desapareciam os miraculados, como cessam os "fenômenos" ao acabar as "sessões"? Notou-se alguma vez algo de imoral, alguma fraude no seu proceder,

(458) Nem se diga que os contemporâneos de Jesus julgaram milagrosas as suas obras, por *ignorarem* as leis naturais ou por falta de *controle científico*. — Porque não se trata de determinar o que podemos ou poderemos com as forças e os remédios conhecidos hoje ou amanhã, nem o que podiam os contemporâneos de Jesus com os meios de então; mas tão somente do que Cristo *em concreto* realizou e da *desproporção* entre os meios empregados (uma palavra, um toque) e os resultados obtidos. Para verificar isso bastam os sentidos e o bom senso. Tal modo de agir ainda hoje é *naturalmente* inexplicável e o será sempre, porque transcende as *Leis universais* de qualquer agente criado. Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, 226-228.

como foi demonstrado para muitos e celebérrimos "mediuns"? (459)

Inútil insistir. É mister uma dose invulgar ou de ignorância ou de má fé, para atribuir os milagres de Jesus ao *Espiritismo*, que ~~contradiz as verdades ensinadas por Cristo e combate sua Igreja.~~

III. — **Sòmente Deus pode ser o autor dêstes milagres.**
(VERD. TEOLÓGICA).

297. Provar a verdade *teológica* de um milagre é fazer ver que seu autor só pode ser Deus, e não o demônio. — Obtem-se esta evidência aplicando os critérios *físicos* e *morais*, i. é, considerando a natureza do fenômeno, a personalidade do taurmaturgo, a sua finalidade, o modo como foi produzido o fenômeno com tôdas as suas circunstâncias. [Cfr. o nosso I vol., n.º 456].

Aplicando êste processo, demonstra-se a origem divina dos milagres de Cristo:

1.º) *Pela natureza dos fatos.* — Qualquer agente criado, mesmo o puro espírito, anjo ou demônio, *não tendo poder criador*, só poderá agir num ser *preexistente e servindo-se dêle*, dependendo portanto das suas *propriedades e disposições* e seguindo as *Leis universais* lembradas no n.º 294, que exprimem a *condição essencial* de tôda atividade criada.

Ora, como vimos [n.º 295], os milagres de Cristo, na sua quase totalidade, por sua própria natureza transcendem evidentemente estas leis: ou pelo *sujeito* no qual foram realizados (ressurreições, mudança da água em vinho...), ou pelo *modo* como foram realizados, instantâneamente, com uma simples palavra e sem aplicação de *fôrças naturais* proporcionadas (as curas das doenças orgânicas, a tempestade acalmada...).

Logo, na sua quase totalidade, os milagres de Cristo, por sua natureza, superam de um modo absoluto a capacidade de qualquer agente criado, material ou espiritual e, por conseguinte, sòmente Deus pode ser o seu autor (460).

(459) Cfr. DE TONQUÉDEC, *Merveilleux métapsychique et Miracle chrétien*, Lethialleux, Paris 1954, pp. 48-69.

(460) Como nós, também os puros espíritos, para influir nos fenômenos sensíveis, devem servir-se dos seres corpóreos e, por meio de movimentos locais, pôr em contato as várias *fôrças naturais*, e por isso não são milagrosos. A nós, contudo, poderão parecer maravilhosos, por causa do modo invisível e fora do comum como estas *fôrças* foram reunidas e aplicadas pelos anjos. (Cfr. o nosso I vol., notas 627 e 628).

Quanto aos poucos fatos que, considerados em si mesmos e isoladamente, poderiam ser efeitos do demônio (como as pescas milagrosas, a libertação dos possessos), no conjunto evangélico ao qual estão intimamente ligados têm certamente a mesma origem que os outros milagres, como se pode ver pelos argumentos seguintes.

2.º) *Pela finalidade dos milagres.* — Todos os milagres foram feitos por Cristo para manifestar o poder de Deus, a sua bondade e misericórdia em aliviar os sofrimentos humanos e pela cura dos corpos retrair as almas do pecado e, principalmente, como logo veremos, para provar a sua messianidade, confirmar a sua doutrina e estabelecer o reino de Deus entre os homens.

Ora é absurdo pensar que o demônio — mesmo se tivesse o poder de fazer os milagres evangélicos — iria comunicar a Cristo este poder para uma finalidade tão diametralmente oposta à sua. É o argumento apresentado pelo próprio Jesus aos fariseus, a propósito dos possessos: “Se satanaz expele satanaz, está dividido contra si mesmo; como então poderia subsistir o seu reino?” (*Mt XII, 26; Lc XI, 15-20*).

Logo o autor de todos os milagres não foi o demônio, mas unicamente Deus.

3.º) *Pelas circunstâncias ou critérios morais.* — Nada encontramos nos milagres evangélicos que permita a mais leve suspeita sequer de uma influência diabólica; tudo, pelo contrário, os aponta como milagres divinos:

a) *A personalidade do Taumaturgo:* Jesus Cristo, que resplandece, em todos os seus atos, com as mais heróicas virtudes e prega uma doutrina sublime e santificadora, afirma repetidamente que seus milagres são obras de Deus e provas da sua messianidade (*Jo V, 36; X, 25; XIV, 10...*);

b) *Nas circunstâncias* não se depreende: — nenhum sinal de fraqueza ou impotência: nada resiste à vontade do Taumaturgo; — nenhum sinal de maldade ou leviandade: nem nos fatos em si mesmos, sempre honestos e benéficos; nem no modo externo de produzi-los, sempre digno, religioso e santo; nem na intenção, que nunca foi a vaidade própria ou a curiosidade alheia, mas sempre a glória de Deus e a salvação das almas; nem os efeitos, que foram a fé dos discípulos, a correção dos vícios, a conversão de muitos e a regeneração do mundo.

Ora repugna absolutamente permitir Deus que o demônio, para confirmar doutrinas falsas, faça prodígios em circuns-

tâncias tais que seja impossível discerní-los dos verdadeiros milagres divinos:

a) seria deixar pairar a *dúvida* sôbre a origem do milagre, tirando assim o valor e a *eficácia* ao *único critério primário* de que ~~dispõe Deus para nos fazer reconhecer com certeza a verdadeira~~ revelação divina: opõe-se a isso a *Sabedoria* divina;

b) seria deixar os homens expostos ao *erro invencível* acêrca da sua *salvação eterna*, não podendo distinguir, apesar de suas diligências e de sua boa vontade, entre verdades reveladas confirmadas por verdadeiros milagres divinos e afirmações errôneas prestigiadas por prodígios diabólicos: opõe-se a isso a *Veracidade*, a *Bondade* e a *Providência* divina.

Logo o autor dos milagres evangélicos não pode ser o demônio, mas somente Deus.

IV. — Deus operou êstes milagres para confirmar o testemunho de Cristo. (VERD. RELATIVA).

298. Provar a verdade *relativa* dos milagres evangélicos, é fazer ver que foram feitos *para confirmar e garantir* o que Cristo afirmava de si mesmo, i. é, a sua *messianidade* e a sua *divindade*, e conseqüentemente a *origem divina* e *credibilidade da sua doutrina*. — Esta conexão é absolutamente necessária: sem ela, o milagre permaneceria ainda uma intervenção extraordinária de Deus, não seria porém um milagre *apologético*, i. é, um *motivo*, uma *garantia divina* da *credibilidade* de uma revelação sobrenatural. — No caso dos milagres evangélicos prova-se esta conexão:

1.º) *Por repetidas afirmações explícitas de Cristo.*

Freqüentemente apelou Jesus para seus milagres como para *sinais divinos* da sua missão e da sua divindade. Por ex.:

Jo V, 36: "Mas eu tenho um testemunho maior do que o de João, porque as obras que meu Pai me deu para executar, estas mesmas obras que eu faço dão testemunho de mim que meu Pai me enviou."

Jo X, 24-25 e 37: "Os Judeus, pois, rodearam-no e lhe perguntaram: "Até quando nos manterás na dúvida? Se tu és o Cristo, dize-nos claramente". Respondeu-lhes Jesus: "Eu vo-lo disse, mas vós não crêdes; as obras que faço em nome de meu Pai, estas dão testemunho de mim... Se não fizer as obras de meu Pai, não me creiais. Mas, se as faço, embora não queirais crer em mim, *crêde nas obras*, para que conheçais e creiais que o Pai está em mim e eu no Pai." — Cfr. também Jo XIV, 10-11.

Mt XI, 2-6; Lc VII, 18-23; João Batista envia dois de seus discípulos perguntar a Jesus: "És tu *Aquêle que há de vir*, ou devemos esperar outro?" Como resposta, *curou* Jesus vários doentes e cegos e disse: "Ide referir a João o que vistes e ouvistes" e citou a profecia onde *Isaías (LXI, 1)* ~~anunciava os milagres do~~ Messias.

Jo XV, 24: "Se não fizera entre êles obras que nenhum outro fêz, não teriam culpa; mas agora *viram-nas e odiaram* a mim e meu Pai.", i. é, tão evidente é o argumento dos milagres em favor da messianidade, que não é possível, sem pecado, ver os milagres e deixar de crer. — Por isso também repreendeu tão severamente as cidades de *Corozaim, Betsaida e Cafarnaum*, onde fizera tantos milagres: *Mt XI, 20-24*.

Mc II, 10-11: Na cura do paralítico disse Jesus: "*Para que saibais* que o Filho do Homem tem na terra o poder de perdoar os pecados (disse ao paralítico): Eu te digo, levanta-te, toma o teu leito e vai para tua casa." Só Deus pode perdoar os pecados. Logo Jesus apresenta o milagre como prova da sua divindade.

Jo XI, 42-43: Na *ressurreição de Lázaro*, depois de dar graças a seu Pai, Jesus acrescenta: "... mas falei por causa do povo que me rodeia; para que êles creiam que tu me enviaste... Lázaro, vem para fora."

NOTA. — Nada provam contra estas afirmações de Cristo os fatos apresentados por alguns racionalistas:

a) Se recusou Jesus fazer milagres, quando os pediram os escribas e fariseus (*Mt XII, 38-40*) ou Herodes (*Lc XXIII, 8*), foi porque os pediam por curiosidade, ou com exigências descabidas depois de terem rejeitado os muitos que já fizera; aliás, prometeu-lhes o grande milagre da ressurreição.

b) Se proibiu, às vêzes, a divulgação de alguns milagres, foi pelas razões de prudência que já vimos no n.º 243; nem proibiu para sempre (*Mt XVII, 9*) e foi em público, perante multidões, que operou a maioria dos seus milagres.

c) Se repreendeu o apóstolo Tomé, depois da ressurreição, foi pela sua obstinação em não dar fé ao testemunho dos outros discípulos e pelas suas exigências, às quais, aliás, benignamente acedeu (461).

2.º) Pelo testemunho dos discípulos.

Foi, de fato, *por causa dos milagres* que creram na messianidade de Jesus: as multidões da Galiléia (*Jo VI, 14*) e da Judéia (*Jo VII, 31*); os discípulos (por ex., *Jo II, 11*); as pessoas simples, como, por ex., o cego de nascença (*Jo IX, 17, 32-33, 35-38*); as pessoas instruídas, como Nicodemos (*Jo*

(461) Cfr. MORS, *op. cit.*, pp. 286-286.

III, 2), o régulo de Cafarnaum (*Jo IV, 53*), os amigos de Lázaro (*Jo XI, 45; XII, 10-11*).

Foi também para êstes milagres e para a ressurreição de ~~Cristo que apalaram os Apóstolos para provar a messianidade~~ e a divindade de Jesus. Por ex.: S. Pedro: *Atos II, 22*, etc.; — S. João: “Êstes (milagres) foram escritos *para que creiais* que Jesus é o *Cristo, o Filho de Deus*” (*Jo XX, 30-31*); — S. Paulo: *I Cor. XV, 14, 18*.

O mesmo fizeram depois todos os *Apologistas* desde o I e II séc., todos os *Santos Padres* e todos os *Doutores* cristãos, até aos nossos dias.

299. CONCLUSÃO. — Garantido com *tantos e tão grandes milagres* por Deus, que não pode testificar o êrro ou a mentira, o testemunho de Cristo sôbre si mesmo é certamente verdadeiro: Jesus Cristo é realmente o *Messias* e o *Filho de Deus* e, conseqüentemente, sua religião é *divina*.

300. OBJEÇÃO. — Mas, se os milagres de Cristo constituem um argumento tão evidente e tão eficaz, *porque tão poucos acreditaram?*

Resposta. — 1) Já foi largamente respondido a esta pergunta na sua forma geral: veja o que dissemos na *Introdução*, ns. 9-12, sôbre a certeza obtida pela *Apologética científica*, a influência da vontade e as disposições intelectuais e morais, necessárias para alcançar a plena certeza no juízo de credibilidade.

2) Notemos primeiro que não perde o milagre seu valor demonstrativo, porque alguns, ou muitos, *por sua culpa*, deixam de o examinar e de tirar a conclusão que encerra: assim como não deixa de existir o brilho do sol, porque fica sem efeito para o cego e quem se obstina em manter fechados os olhos.

3) Mas historicamente é falso que “tão poucos acreditaram”, como veremos na exposição da rápida difusão do Cristianismo por todo o império romano.

4) Nem entre os *próprios Judeus da Palestina* foram “tão poucos” os que se converteram, como se pode ver nos *Atos*, que nos descrevem a origem e o desenvolvimento da comunidade cristã de Jerusalém: 3000 convertidos depois do primeiro sermão de São Pedro (II, 41), já são 5000 homens depois do segundo (IV, 4), “E o Senhor cada dia lhes ajuntava outros...” (II, 47), “cada vez mais aumentava a multidão dos homens e mulheres que criam no Senhor” (V, 14), “E divulgava-se a palavra do Senhor e multiplicava-se muito o número dos discípulos em Jerusalém, e também uma grande multidão de sacerdotes obedecia à fé” (VI, 7). — Foram tantas estas conversões, que S. Tiago e os anciãos,

em Jerusalém, puderam dizer a S. Paulo: “Bem vês, irmão, *quantos milhares* (no texto grego: *myriádes* — dezenas de milhares) são os judeus que creram.” (XXI, 20).

5) O juízo de credibilidade e o ato de fé são dois atos distintos. ~~O milagre, tornando certa a origem divina de uma revelação, torna as verdades reveladas evidentemente críveis (juízo de credibilidade); não fornecendo, contudo, a evidência intrínseca e a compreensão íntima destas verdades, não necessita fisicamente a inteligência a admiti-las. Permanece, pois, a liberdade física de fazer ou não fazer o ato de fé e de pautar a vida por estas verdades. Recusar, porém, a adesão da fé às verdades reveladas, quando se possui a certeza da sua credibilidade, é pecar gravemente contra a autoridade e o domínio de Deus revelador (cfr. no I vol., a Tese XXXV, ns. 476-481).~~

6) É o que se deu com um grande número de Fariseus e Sacerdotes da Sinagoga. Tinham visto os milagres (*Jo XV, 24*), sabiam e reconheciam que eram verdadeiros milagres (*Jo III, 2; XI, 47-48; Atos IV, 16*); mas preferiram permanecer culpadamente no seu preconceito político de um Messias conquistador temporal e, por orgulho, ódio e inveja (*Mc XV, 10; Atos V, 17-18; VII, 54*), recusaram a lei evangélica. A razão profunda desta recusa, deu-a Cristo na sua entrevista com Nicodemos: “A luz veio ao mundo, mas os homens amaram mais as trevas do que a luz, porque suas obras eram más...” (*Jo III, 19*).

7) Nem se contentaram em não crer eles mesmos, mas exerceram também tôda espécie de pressão sobre o povo para afastá-lo da doutrina de Jesus (*Jo VII, 13; IX, 22; XII, 42*) e perseguiram logo os Apóstolos e a Igreja nascente (*Atos V, 17-18, 40; VII, 54-59; VIII, 1-3; XII, 1-3*). Como espantar-se, então, se alguns, ou muitos, se deixaram dominar pelo medo? Não é antes para admirar que, num tal ambiente e apesar destas perseguições, pôde nascer e crescer a florescente Igreja de Jerusalém e espalhar-se pela Palestina?

8) E estas conversões foram fruto dos milagres de Jesus Cristo (*Atos II, 22*) e dos Apóstolos (*Atos V, 12-16; VIII, 6-7; IX, 34-35, 41-42*).

Logo os fatos não desmentem, mas comprovam o valor e a eficácia do argumento dos milagres de Cristo.

300a. NOTA. — *Milagre e Revelação.*

Em tôda a tradição bíblica, sempre o milagre tem como função principal *garantir a origem divina* de uma missão, de uma mensagem. Pela sua transcendência física e pelo contexto religioso no qual surge, o milagre é a *credencial* do enviado de Deus (*Jo II, 23; XI, 42; Atos, II, 22*), é o *testemunho de Deus* que certifica a sua pregação (*Atos, XIV, 3*). Operado

em favor de uma mensagem que se diz revelada, é um *sinal divino*: manifesta que Deus aprova, sanciona e garante esta mensagem e a reconhece como *sua*; é o *sêlo* da onipotência de Deus, a *chancela* que lhe *autentica* a origem divina (*Denz. 1790*). É esta função, por assim dizer *jurídica*, que consideramos na tese.

Mas o milagre é um sinal *polivalente*, cuja significação não se esgota com esta função jurídica. Principalmente os milagres de Cristo, arquétipos de todo verdadeiro milagre, possuem ainda com a revelação outras relações e funções significadoras:

1. Enquanto manifestações da *caridade compassiva* de Cristo, que se inclina sobre a miséria humana para aliviá-la (*Mc VIII, 1-3; Lc VII, 13; etc.*), os milagres são sinal da *bondade e benevolência* de Deus e, ao revelar a presença desta benevolência em Cristo (*Tit. III, 4*), *predispõem* a alma para ouvir e aceitar a sua Boa Nova.

2. Enquanto anunciados pelos Profetas como uma *característica da era messiânica* (*Isaias XXXV, 5-6; etc.*), manifestam o cumprimento das divinas promessas com a vinda ao mundo do Enviado de Deus na pessoa de *Jesus de Nazaré*, o Messias profetizado e esperado (*Lc IV, 16-22*).

3. Enquanto *obras de Cristo* que *transcendem* tôdas as forças da natureza criada, manifestam a *Divindade* do mesmo Cristo e atestam que êle diz a verdade quando afirma ser o Filho de Deus. — Enquanto realizados pela onipotência *comunicada* ao Filho pelo Pai, constituem o *testemunho do Pai* em favor do Filho (*Jo III, 35; V, 36-37*).

4. Enquanto *obras comuns* do Filho e do Pai "que está no Filho" (*Jo V, 36; XIV, 10-11*) e à luz dos ensinamentos de Jesus (*Jo X, 37-38; XVII, 21-23*), são uma revelação da *vida trinitária* em Deus.

5. Enquanto *vitórias sobre as doenças e a morte* — consequências do pecado, introduzido no mundo por Satanaz, o Inimigo — são um *penhor* e uma *figura da vitória sobre o pecado e sobre Satanaz*, um *sinal sensível* da ação salvífica do Filho de Deus, que precisamente "veio ao mundo para destruir as obras do demônio" (*I Jo III, 8*); são os *símbolos* das maravilhas sobrenaturais do mundo da *graça* e das renovações espirituais, que a *doutrina* e os *sacramentos de Cristo operam nas almas*.

6. Enquanto *maravilhas transcendent*es realizadas no mundo *sensível*, são ainda o sinal *prefigurativo* das transformações que se darão, pelo fim dos tempos, no corpo humano e no universo físico: pois a Redenção deve renovar tudo o que foi atingido pelo pecado e, como anunciaram os profetas (por ex., *Isaias XI, 5-9; XXXV*),

restabelecer entre o homem e Deus e entre o homem e o mundo corpóreo a primitiva paz e harmonia perfeita, que existia no paraíso terreal antes da queda original. Então, a exemplo da ressurreição gloriosa de Cristo, o nosso corpo será revestido de incorruptibilidade e de imortalidade (I Cor. XV, 53) e a criação inteira, que "geme e sofre como que dores de parto até o presente", será libertada do seu estado atual de corrupção (Rom. VIII, 19-22), e haverá "um céu nôvo e uma terra nova" (II Petri III, 12-13; Apoc. XXI, 1).

Tôdas estas funções dos milagres de Cristo (dispositiva, confirmativa ou jurídica, figurativa ou simbólica) implicam-se e esclarecem-se mütuamente. Devemos tê-las presentes, se quisermos compreender melhor a íntima relação existente entre os milagres de Cristo e a sua mensagem, cuja natureza profunda e sobrenatural analogicamente nos manifestam (461a).

ARTIGO TERCEIRO

JESUS PROFETA

Se Jesus Cristo, nos Evangelhos, é Taumaturgo incomparável, é também o maior dos Profetas. Suas numerosas profecias constituem um nôvo critério primário *per se stans*, i. é, um argumento independente que *por si só* tem valor probativo (462).

É bom notar que cada um dos argumentos até agora apresentados e dos que ainda acrescentaremos é por si mesmo suficiente. Mas a sua pluralidade, além de reforçar a nossa convicção racional pela admirável riqueza das garantias divinas [cfr. nota 26], ajuda a conhecermos mais íntimamente e sob vários aspectos a figura divina de nosso Salvador Jesus Cristo, que tem à sua disposição a onipotência e a ciência infinita de Deus.

TESE XIII. — Provou Cristo a verdade do seu testemunho pelas numerosas profecias que fêz e se realizaram.

(461a) Cfr. no *Gregorianum*, 1962, Vol. XLIII-3, pp. 492-510, o artigo de R. LATOURELLE, S.J., *Miracle et Révélation*, aqui esquematicamente resumido.

(462) Cfr. M. LEPIN, *Jésus Messie et Fils de Dieu*, 5.^a edição, p. 372-423. — PINARD DE LA BOULLAYE, *Le Thaumaturge et le Prophète*, Conférences de 1931: IV, V e VI Conf. — DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, p. 256-312. — H. FELDER, *Jesus Christus*, II, p. 117-148. — A. BENI, *op. cit.*, p. 229-251. — J. FALCON, *op. cit.*, p. 317-340. — J. MORS, *op. cit.*, p. 286-294. — M. NICOLAU, *op. cit.*, I, p. 352-370. — TROMP, *op. cit.*, p. 290-302.

301. PRENOÇÕES. — *Profecia*, no seu sentido técnico e apoloético, é o conhecimento e a predição, certa e determinada, de um acontecimento futuro, impossível de ser conhecido naturalmente pelo profeta no momento em que o prediz.

A predição deve, pois, seguir-se a realização. É somente quando tiver sido constatada a sua realização, que uma profecia constitui por si só um argumento apoloético certo.

Sobre a definição e a possibilidade da Profecia, sua reconhecibilidade e seu valor demonstrativo, veja o nosso I vol., ns. 461-469.

302. ADVERSARIOS. — Os Racionalistas e os Modernistas. Alguns negam a autenticidade e a historicidade de tôdas as profecias de Jesus: seriam criações das comunidades cristãs, postas pelos evangelistas nos lábios de Jesus ou interpoladas no texto evangélico depois dos acontecimentos. — Outros aceitam somente algumas predições acêrca da paixão e morte de Cristo, vendo nelas, porém, meros pressentimentos ou previsões naturais. — Segundo os Modernistas, Jesus teria errado quanto ao fim do mundo, julgando-o iminente.

Como veremos pelos argumentos, estas afirmações são totalmente arbitrárias, exigidas unicamente pelo preconceito naturalista que rejeita, a priori, todo o sobrenatural. São mais um flagrante do método anti-científico, seguido pelos racionalistas no assunto da crítica histórica dos Evangelhos.

303. DOCTRINA DA IGREJA. — O fato das profecias de Jesus e seu valor como critério apoloético certíssimo e acomodado às inteligências de todos os homens, mesmo do nosso tempo, é ensinado na Enc. *Qui pluribus* de Pio IX (*Denz.* 1638), no I Conc. Vaticano (D. 1790) e no Juramento anti-modernista (D. 2145). E esta doutrina é proposta pela Igreja como contida na Sagrada Escritura e na Tradição.

Donde a Tese: historicamente, é certa; teologicamente, é de fé divina e católica.

DEMONSTRAÇÃO

304. ENUNCIADO DO ARG. — Segundo os Evangelhos, Jesus Cristo predisse muitos acontecimentos futuros, que de fato se realizaram.

Ora estas predições: são autênticas e históricas (verd. histórica); são verdadeiras profecias, que pressupõem uma intervenção extraordinária da ciência infinita de Deus (verd.

filosófica e teológica); e foram apresentadas por Cristo como sinais divinos da sua messianidade (verd. relativa).

Logo com suas profecias provou Cristo a verdade do seu testemunho e a origem divina da sua doutrina, o Cristianismo.

EXPOSIÇÃO. — Provas das Premissas:

I. — Segundo os Evangelhos, Jesus Cristo predisse muitos acontecimentos, que de fato se realizaram.

305. É uma simples constatação de quem percorre as narrativas evangélicas e as compara com a história. — É claro que não devemos incluir as predições relativas ao fim do mundo, pois estas não foram nem devem ser realizadas, senão precisamente no fim dos tempos. — Tôdas as outras predições de Jesus (às quais acrescentamos logo a sua realização) podem ser reunidas nos seguintes grupos:

A) Predições relativas A SI MESMO:

1.º) À sua *Paixão e Morte*. — São numerosas e foram referidas pelos quatro evangelistas. (Indicaremos ordinariamente a referência de S. Mateus; é fácil encontrar os lugares paralelos nos outros evangelhos):

a) Freqüentes *alusões*, por ex.: Mt IX, 15; XVII, 12; XX, 22, 28; XXI, 37, 39; XXVI, 12.

b) *Explícita e claramente*, por ex.: depois da confissão de Pedro (Mt XVI, 21); na Galiléia, depois da cura do menino possesso (Mt XVII, 21-22); subindo para Jerusalém (Mt XX, 17-19); dois dias antes da Páscoa (Mt XXVI, 2).

c) Descendo a *pormenores* bem determinados:

— será *atraçoado* por Judas: Mt XXVI, 21-25. — Realização: Mt XXVI, 47-50; Atos I, 16-20;

— será *abandonado* por todos os seus discípulos: Mt XXVI, 31. — Realização: Mt XXVI, 56;

— será *renegado* por Pedro três vêzes antes do canto do galo: Mt XXVI, 34. — Realização: Mt XXVI, 69-75.

— será *entregue* aos príncipes dos sacerdotes, aos escribas e aos anciãos, que o condenarão à morte, e entregarão aos Gentios, e escarnecerão dêle, e cuspirão nêle, e o flagelarão, e o farão morrer na cruz, mas ressuscitará ao terceiro dia: Mt XX, 17-19 e Mc X, 33-34. — Realização: leia-se a narração da paixão nos quatro evangelhos.

2.º) À sua *Ressurreição*. — Além de afirmar o seu poder de dar a sua vida e de retomá-la (Jo X, 18), anunciou repetidas vêzes sua ressurreição:

simbolicamente, respondendo aos judeus que lhe pediam um sinal: — a) "*Destrui este templo (falando do seu corpo), e eu o reerguerei em três dias*" (Jo II, 18-22); — b) como Jonas ficou no seio do monstro marinho, "*assim o Filho do homem ficará três dias e três noites no seio da terra*" (Mt XII, 38-40);

explícita e claramente: quase sempre que falava na sua morte, acrescentava também que ressuscitaria. Assim:

a) Depois da confissão de Pedro, "começou Jesus a mostrar a seus discipulos que devia ir a Jerusalém para sofrer... morrer e ressuscitar no terceiro dia" (Mt XVI, 21).

b) Ao descer do Tabor, depois da Transfiguração, mandou Jesus aos três apóstolos que não falassem a ninguém desta visão, "até que o Filho do homem tenha ressuscitado dentre os mortos" (Mt XVII, 9);

c) Na Galiléia, aos doze apóstolos: "...e o matarão, e ressuscitará ao terceiro dia" (Mt XVII, 22);

d) Novamente, antes da entrada triunfal em Jerusalém, "...e ressuscitará ao terceiro dia" (Mt XX, 19);

e) Após a Última Ceia, disse aos apóstolos: "...Depois de ressuscitar, preceder-vos-ei na Galiléia" (Mt XXVI, 32).

NOTA. — As expressões "ao terceiro dia", "até ao terceiro dia", "depois de três dias", "depois de três dias e três noites", usadas indiscriminadamente pelos evangelistas, são equivalentes, nem ofereceram dificuldade alguma para os Judeus, pois era costume tomar uma parte de dia por um dia inteiro (dia-noite).

Estas predições foram conhecidas e atestadas pelos próprios inimigos de Jesus, como se vê quando foram pedir a Pilatos guardas para o sepulcro: Mt XXVII, 63-64. E todos entenderam tratar-se de uma ressurreição verdadeira, real e física.

A sua *realização*, por causa da importância capital da Ressurreição de Jesus, será provada à parte, na próxima tese.

3.º) Predisse também o *amor* e o *ódio* de que será objeto até ao fim dos tempos.

Já Simeão dissera de Jesus, menino de quarenta dias, que havia de ser "um sinal de contradição" (Lc II, 34). Com plena certeza, o próprio Jesus anunciou que seria odiado pelo mundo, apesar de ter afastado as causas que poderiam provocá-lo: vício,

ambição, violência... Anunciou igualmente que, depois da sua crucifixão, atrairia os corações ao seu amor (Jo XII, 32). Um amor maior que o do pai e da mãe, do filho e da filha, do espôso e da espôsa, maior que o da própria vida (Mt X, 37-39; Lc XIV, 26-27, 33). — Deu também os motivos d'êste ódio e d'êste amor. ~~Será odiado por causa da sua lei, porque atesta que as obras do mundo são más, porque o mundo não quer a Luz, nem pode receber o Espírito de verdade (Jo III, 19-20; VII, 7; XIV, 17).~~ Como motivo de irmos a Ele com amor e confiança indica esta mesma lei, que é um jugo suave e leve, que estabelece no coração do homem a ordem, e com a ordem a paz, uma paz que o mundo não sabe dar (Mt XI, 29-30; Jo XIV, 27). — E neste duelo de amor e ódio prediz, com tranqüila segurança, o seu triunfo final: "Tende confiança, eu venci o mundo" (Jo XVI, 33).

A Realização desta predição estende-se já por vinte séculos de história. Desde logo e em tôda parte, levantaram-se cruéis perseguições precisamente contra o nome "cristão"; ainda agora é a lei de Cristo que está sendo perseguida [cfr. infra, ns. 419-424]. Mas também quem foi amado como e quanto Jesus Cristo? Desfilam pelos séculos os mártires, os confesores, os santos, entre as grandes inteligências como entre as almas simples: cada geração contempla milhões de corações generosos que obedecem a Cristo, seguem seus mandamentos e seus conselhos, dedicam-lhe sua vida com uma constância e abnegação que nada desanima, com tal chama de amor que nenhuma tempestade pôde apagar (463).

B) Predições relativas AOS SEUS DISCIPULOS:

306. Além da traição de Judas e da tríplice negação de Pedro acima mencionadas,

a) A Pedro predisse a sua conversão (Lc XXII, 31-32) e o seu apostolado: será "pescador de homens" (Lc V, 10), a "pedra fundamental da Igreja" (Mt XVI, 18), o "pastor supremo" de todo o rebanho, e morrerá mártir (Jo XXI, 15-19).

Realização: a atuação predominante de Pedro na Igreja nascente consta nos Atos: seu martírio em Roma consta em documentos históricos, pela tradição e pela recente descoberta do seu túmulo debaixo da basílica de S. Pedro.

b) De Maria Madalena, falando dos perfumes que lhe deramara sobre os pés, predisse Jesus que onde fôr pregado o Evangelho, em todo o mundo, seria louvada a sua boa ação (Mt XXVI, 13).

(463) Cfr. PINARD DE LA BOULLAYE, *op. cit.*, VI Conferência.

A realização é evidente e já era aproveitada como argumento apologético por S. JOÃO CRISÓSTOMO (*Adversus Judaeos*, V, 2: MG 48, 885).

c) Aos Apóstolos em geral, além da fuga no momento da paixão, predisse:

a vinda do Espírito Santo: Jo XIV, 16, 26; Lc XXIV, 49; Atos I, 8. — A realização é descrita nos Atos II, 1-4.

as perseguições por parte dos judeus e dos gentios: serão entregues aos sinédrios, vergastados, citados perante governadores e reis, mas receberiam assistência divina: Mt X, 17-21; Mc XIII, 9-13; Lc XXI, 12-15.

A realização é descrita nos Atos: os Apóstolos foram postos em prisão (IV, 3; V, 18), citados perante o Sinédrio (IV, 7; V, 26-33), flagelados (V, 40); os discípulos foram perseguidos e dispersos (VIII, 1-3; IX, 1-2; XVI, 10; XXVIII, 22); Sto. Estêvão (VII, 58) e S. Tiago o Maior (XII, 2) foram martirizados. São Paulo foi apedrejado em Listra (XIV, 18), vergastado e aprisionado com Silas em Filipos (XVI, 22-24); ficou prêso em Jerusalém (XXI, 33), em Cesaréia (XXIV, 27), em Roma (XXVIII, 16, 30-31); teve que comparecer sucessivamente perante o procônsul Galião (XVIII, 12-14), o Sinédrio de Jerusalém (XXII, 30; XXIII), os governadores Félix (XXIV, 25-27) e Festo (XXV, 6-9), o rei Agripa (XVI), Nero (*II Tim.* IV, 16-17). — As perseguições foram atestadas também por Flávio Josefo (*Antiquidades Judaicas*, XX, 9), por Tácito (*Anais*, XV, 44) e por Suetônio (*Vida de Cláudio*, 25; *Vida de Nero*, 16).

o poder de fazer milagres: Mc XVI, 17-18; Jo XIV, 12.

A realização consta nos Atos: II, 43; III, 6-10; V, 12; VI, 8; IX, 32-42; XIV, 7-11; XIX, 11-12; Rom. XV, 19; *II Cor.* XII, 12; *Gal.* III, 5.

as numerosas conversões que haviam de operar em todo o mundo: Mt IV, 19; Jo XV, 16; Atos I, 8.

A realização consta pelas narrativas dos Atos, pelas Epístolas de S. Paulo às várias Igrejas por êle fundadas e pela história dos primeiros decênios do Cristianismo.

C) Predições relativas A SUA IGREJA

307. Predisse para a sua Igreja: a sua forma de sociedade, governada por um chefe supremo (Mt XVI, 18; Jo XXI, 15-18); a sua eficácia moralizadora (Mt XIII, 33; Lc XIII, 20-21); as heresias internas (Mt VII, 15: falsos profetas; XIII, 37-40: haverá nela bons e maus); as perseguições externas (Mt X, 17-19); Jo XVI, 1-4); a assistência divina e a sua permanência vitoriosa contra todos os poderes do mal (Mt XVI, 18; XXVIII, 20; Jo XIV, 16).

A *Realização* é atestada pelos dois milênios da história da Igreja Católica. Cada século viu levantar-se novas tempestades, perseguições sangrentas ou dissimuladas, das quais a Igreja — fato único na história das religiões — sob a guia segura dos sucessores de Pedro, saiu sempre *vitoriosa, idêntica a si mesma e conservando integralmente* o Evangelho de Jesus Cristo, como veremos melhor nos argumentos que serão expostos *infra*, no Cap. IV.

D) **Predições relativas aos JUDEUS e à DESTRUICÃO de JERUSALEM e do TEMPLO:**

308. Aparecerão *pseudo-messias*, que seduzirão a muitos; haverá *guerras e tumultos*, grandes *terremotos* em vários lugares, *epidemias, fomes e sinais no céu*, e os discípulos, já antes disso, serão *perseguidos*; Jerusalém será *sitiada*; será tempo então de fugirem os discípulos para os montes, porque haverá *tribulações* tais, como não as houve desde a criação do mundo até agora, nem haverá jamais; isso acontecerá quando a *abominação da desolação* estiver no lugar santo: *Mt XXIV, 4-9; 15-17; Mc XIII, 5-9, 14-16; Lc XXI, 8-12, 20-22*. O *Templo* será destruído, não ficará pedra sobre pedra (*Mt XXIV, 2*). A cidade será *cercada de trincheiras*, sitiada e apertada de todos os lados pelos inimigos, que a arrazarão, não deixando pedra sobre pedra (*Lc XIX, 43-44*). Serão dias de vingança e de ira *contra este povo*, seus filhos cairão aos fios da espada, serão levados *cativos* para todas as nações e Jerusalém será *pisada pelos gentios*, até se completarem os tempos das nações (*Lc XXI, 22-24*). E tudo isso se realizará durante esta geração (*Mt XXIV, 34*).

A *Realização* é atestada por numerosas fontes históricas:

1) Os *pseudo-messias*: Têodas, Judas o Galileu, e o Egípcio são mencionados nos *Atos* (V, 35-37; XXI, 38) e pelo historiador judeus Flávio Josefo nas *Antigüidades Judaicas* (I. XX, c. 5, n.º 1; c. VII, ns. 6 e 10) e na *Guerra Judaica* (I. II, c. 13, ns. 4 e 5), onde fala também de "muitos" que se diziam "enviados por Deus" e seduziam o povo (I. VI, c. 5, ns. 2 e 3). Cfr. também Tácito (*Histórias*, I. V, c. 13) e Suetônio (*Vespasiano*, c. 4).

2) As *guerras e sedições*: guerras nas Gálias, no Danúbio, na Germânia, na Bretanha, contra os Partos (Tácito, *Anais* XII, 13; XIII, 6-8. Suetônio, *Nero*, 39). As guerras civis de Galba, de Otão, de Vitélio e de Vespasiano (Tácito, *Hist.* I, 2. 1); na Palestina, as revoltas dos Judeus sob Cumano (em 48-52) e G. Floro (em 64-66); os massacres entre judeus e gregos nas cidades de

Cesaréia, Ascalon, Ptolemaide, Tiro, Damasco, Alexandria. . (Flávio Josefo, *Guerra Jud.*, II, 17, 10; 18, 1-8). Foi realmente, como diz Tácito, um período "fecundo em desgraças, de atrocidade pelos combates, de discórdia pelos tumultos e cruel na mesma paz."

~~3) *Terremotos, fomes, epidemias:* Entre os anos 30 e 70,~~ numerosos terremotos devastaram a Ásia Menor, a Acáia, a Macedônia, Creta e a Itália. Em 61-62, foram particularmente atingidas Laodicéia, Colosse, Hierápolis; em 63, Nápoles, Pompéia, Herculano foram sacudidas ou destruídas pelo Vesúvio (Tácito, *Anais* VII, 43; XIV, 27; XV, 22). — Duas grandes fomes sob Cláudio: a primeira, em 44, assolou Roma e a Palestina (*Atos* XI, 28; Flávio Josefo, *Ant. Jud.*, XX, 5, 2; Suetônio, *Vita Claudii*, 18); da segunda, em 51, diz Tácito que "era tida por prodigiosa" (*Anais*, XII, 43). As fomes seguiram-se epidemias, cujos lamentáveis efeitos devastadores descreveu Tácito (*Anais* XIV, 27; XVI, 13). Da fome e da peste em Jerusalém, durante o cêrco da cidade, fala Flávio Josefo (*Guerra Jud.*, VI, 9, 3).

4) Dos *sinais no céu* falam Tácito (*Hist.* V, 13) e Flávio Josefo (*Guerra Jud.*, VI, 5, 3): um cometa em forma de espada foi visível em Jerusalém durante um ano inteiro; foram vistos nos ares uns carros cheios de soldados, que pareciam rodear as cidades; durante meia hora, viu-se uma luz extraordinária ao redor do altar e do Templo; ouviram-se, numa noite de Pentecostes, rumores e vozes como de gente multidão bradando: "fujamos daqui".

5) Das *perseguições* dos discípulos já falamos acima; sua *fuga* para Pela, a leste do Jordão, no ano 67, é atestada por EUSEBIO (*Hist. Eccles.*, III, 5, 3: MG 20, 221).

6) Do *assédio* de Jerusalém e das *tribulações* dos seus habitantes deixou-nos Flávio Josefo, testemunha ocular, descrições espantosas: fome terrível, que chegou até à antropofagia e encheu as casas e as ruas de cadáveres que ficavam insepultos. Na cidade, para onde tinham vindo judeus de tôdas as partes por ocasião da festa dos Azimos, 1.100.000 pessoas pereceram de fome, de peste ou pela espada romana. Dos sobreviventes, muitos foram enviados às minas no Egito; outros foram distribuídos por Tito pelas províncias, a fim de serem expostos às feras nos teatros; os menores de 17 anos foram vendidos como escravos; 97.000 foram levados cativos "*in omnes gentes*" (*Guerra Jud.*, V, VI, VII).

7) A *destruição de Jerusalém* — com exceção das três tôrres mais altas e de uma parte do muro, deixadas como troféu e para quartel dos soldados romanos — foi tão radical que, ao dizer de Flávio Josefo, nem sinal ficou de ter sido algum dia habitada (*Guerra Jud.*, VII, 1, 1).

8) Quanto ao *Templo*, apesar da ordem dada por Tito de poupá-lo, foi devorado por um incêndio, que um soldado provocara e que nenhum esforço pôde debelar, e foi depois arrasado com o resto da cidade (*Guerra Jud.*, VI, 4, 3-6; VII, 1, 1). — Em 363,

o imperador Juliano Apóstata quis reconstruí-lo, para dar um desmentido à profecia de Jesus, mas só contribuiu para a sua mais completa realização, *não deixando pedra sobre pedra*: como atesta o amigo do imperador, AMIANO MARCELINO (*Rerum Gestarum*, l. XXIII, c. 1), depois de removidos os fundamentos, repetidas vèzes um fogo misterioso saído da terra queimou vários operários e tornou o lugar inacessível, e a obra teve que ser abandonada (464).

9) A dispersão dos Judeus e Jerusalém em poder dos gentios, até se completarem os tempos das nações (*Lc XXI, 24*), i. é, até se converterem os gentios (*Rom XI, 26*). De fato, desde o ano 70, Jerusalém esteve sempre sob o domínio de não-judeus: Romanos, Persas, Saracenos, Francos, Turcos...; a grande maioria do povo judaico está ainda hoje dispersa pelo mundo.

Como diz S. Paulo, as promessas de Deus são irrevogáveis; embora temporariamente endurecidos, os judeus permanecem o povo escolhido, "objeto de amor, por causa dos seus antepassados"; no fim dos tempos entrará a fazer parte da Igreja e será salvo (*Rom. XI, 25-32*). Esta união espiritual e conversão dependerá da reunião material de todo o povo na Palestina, ou não? Ignoramo-lo. Entretanto, como não pensar nas palavras de Jesus (*Lc XIX, 41-44*) e num designio especial da Providência, ao ver este povo, pouco numeroso, permanecer disperso pelo mundo, sem se amalgamar inteiramente com outras raças, nem succumbir sob os golpes de perseguições bimilenárias?

10) Tudo isso foi profetizado no ano 30. E num intervalo de 40 anos — o tempo de uma geração (*Mt XXIV, 34*) — tudo estava realizado.

309. OBJEÇÃO. — Mas Jesus Cristo errou anunciando, para dentro dos limites da sua geração, dois acontecimentos, que êle, seguindo a opinião dos seus contemporâneos, julgava *simultâneos* e *iminentes*, a saber: a destruição de Jerusalém e o fim do mundo. Pois disse, ao terminar o discurso escatológico: "Em verdade vos digo, não passará esta geração, sem que tudo isso aconteça". (*Mt XXIV, 34; Mc XIII, 30; Lc XXI, 32*). Assim a *Escola Escatológica*.

RESPOSTA. — 1) É falso que a opinião comum dos judeus contemporâneos de Jesus fôsse a *iminência do fim do mundo*, pois devia antes ser estabelecido e durar milênios o reino messiânico nesta terra [cfr. n.º 127: *Crítica, d*].

(464) Confessa o fato o próprio Juliano, numa carta aos Judeus (Cfr. PINARD, *op. cit.*, p. 187, n.º 19) e confirmam-no vários escritores contemporâneos: Em 364, s. GREGÓRIO NAZIANZENO, *Oratio in Julianum*, II, 4: MG 85, 668s; pelo ano 384, s. JOÃO CRISÓSTOMO, *Quod Christus sit Deus*, 16: MG 48, 835; *Homilia 78 in Mt.*: MG 58, 695s; em 388, s. AMBRÓSIO, *Epist. 40* (a Teodósio), n.º 12: ML 16, 1105; SÓCRATES, *Hist. Ecol.*, III, 20: MG 67, 428-432; SOZOMENO, *Hist. Ecol.*, V, 22: MG 67, 1281-1285. (*Apud NICOLAU, op. cit.*, p. 363).

2) É falso que Jesus considerasse os dois acontecimentos como *simultâneos*, pois disse que Jerusalém, depois da sua destruição, seria pisada pelos gentios "até se completarem os tempos das nações" (Lc XXI, 24).

~~3) É falso que Jesus considerasse o fim do mundo como iminente, pois: — a) disse que antes devia ser pregado o Evangelho a tôdas as nações (Mt XXIV, 14; Mc XIII, 10) e prometeu para isso a sua assistência "até à consumação dos séculos" (Mt XXVIII, 20), o que significa evidentemente um lapso de tempo considerável; — b) pregou o Reino de Deus, que cresceria aos poucos, como a semente e como o fermento (Lc XIII, 18-21), até se tornar universal; — c) fundou a sua Igreja como sociedade visível e hierárquica, que no meio das perseguições continuaria estável e vitoriosa contra todos os poderes do mal (Mt XVI, 18); pregou a sua moral como reforma eficaz e duradoura de tôda a humanidade, e não como avisos apressados em véspera da crise final; — d) nunca as páginas evangélicas nos apresentam um Jesus dominado pela preocupação e a espera febril de um iminente cataclismo universal. — É, portanto, por todo o conteúdo evangélico, pela doutrina e pelo comportamento de Jesus, que é refutada a tese escatológica. Não pode uma exegese, que queira ser objetiva e sincera, prescindir de todo êste ensino e preferir-lhe umas poucas palavras, dando-lhes uma interpretação que está longe de se impor. Pois:~~

4) No vers. "Em verdade vos digo...", citado na objeção, o inciso "tudo isso", segundo a interpretação moderna mais geralmente aceita, refere-se, não ao fim do mundo, mas à destruição de Jerusalém e aos sinais precursores visíveis. Com efeito:

a) Em Mc (XIII, 4) e em Lc (XXI, 7), a única pergunta mencionada é relativa ao tempo e aos sinais precursores da destruição do Templo e de Jerusalém. Logo é também a esta destruição e aos seus sinais que se refere naturalmente a resposta de Jesus: "Em verdade vos digo, não passará esta geração, sem que tudo isso aconteça" (Mc XIII, 30; Lc XXI, 32).

Em Mt, pelo contrário, são mencionadas duas perguntas diferentes: "Dize-nos quando acontecerá isso (a ruína do Templo que acabara Jesus de anunciar), e qual será o sinal da tua vinda e da consumação dos séculos" (Mt XXIV, 3). A estas duas perguntas deu Jesus duas respostas muito diferentes, que não se podem aplicar senão a duas datas bem distintas:

no vers. 34: "Em verdade vos digo, não passará esta geração, sem que tudo isso aconteça";

no vers. 36: "Mas quanto àquêle dia e àquela hora, ninguém sabe, nem os anjos dos céus, mas somente o Pai".

Ora "aquêle dia", "o dia" é uma expressão consagrada para significar o *último dia*, o fim do mundo, o dia do juízo universal (Mt VII, 22; Lc XXI, 34; I Tessal. V, 4; II Tessal. I, 10; II Tim. I, 18). E Jesus não quis manifestar a época dêste último dia; ao

passo que para *"tudo isso"* anuncia uma realização próxima: durante aquela geração.

Logo também em *Mt.*, o *"tudo isso"* não pode referir-se ao fim do mundo, mas somente à destruição de Jerusalém e aos seus sinais precursores.

b) Para o *"tudo isso"* haverá sinais sucessivos, que permitirão prever o seu avizinhar-se, como pelos brotos da figueira sabe-se que o verão se aproxima (*Mt XXIV, 32-33; Lc XXI, 28-33*) e serão acontecimentos limitados a alguns lugares, de modo que poderão os discípulos, segundo o conselho de Cristo, fugir em tempo e escapar ao perigo (*Lc XXI, 20-21*).

Para *"aquêlle dia"* final, pelo contrário, não haverá sinal decisivo que o faça conhecer de antemão; e ninguém poderá livrar-se dê-lo: porque sobrevirá repentinamente e como uma rêde apanhará todos os que habitam a face da terra (*Lc XXI, 34-35*); porque virá como o dilúvio, que surpreendeu os contemporâneos de Noé e a todos levou nas suas águas (*Mt XXIV, 37-41*); porque *"como o relâmpago sai do oriente e aparece até ao ocidente, assim há de ser também a vinda do filho do homem"* (*Mt XXIV, 27; Lc XVII, 24*). — Por isso acrescenta Jesus a advertência: vigiai e orai, *"porque à hora que não sabeis, virá o Filho do homem"* (*Mt XXIV, 44*).

Logo o *"tudo isso"* não pode referir-se *"àquêlle dia"*, mas somente à destruição de Jerusalém e aos seus sinais: o que de fato aconteceu durante aquela geração.

Por conseguinte, também no seu contexto próximo (o discurso escatológico), estas palavras de Jesus aduzidas na objeção podem ser retamente explicadas, sem que elas impliquem em Cristo nenhum erro e nenhuma contradição (465).

II. — Estas predições são autênticas e históricas (Verd. Histórica).

310. A) São AUTÊNTICAS, i. é, *escritas pelos próprios evangelistas*. Pois: — a) acham-se em todos os códices e em tôdas as versões, não deixando a crítica textual margem alguma para dúvidas; — b) não menos que os milagres físicos, as predições são coerentemente unidas com todo o conteúdo evangélico e estão inseridas intimamente na trama das circunstâncias

(465) Para a exegese de todo o discurso escatológico, cfr., por ex., *La Sainte Bible* (PIROT), vol. IX, pp. 311-321, 556-566; vol. X, p. 244-252; — DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, pp. 281-312, 457-463; — FEUILLET, *Le discours de Jésus sur la ruine du Temple*, na *Revue Biblique*, 1948, p. 481-503; 1949, pp. 61-93 e 340-364; — BONSIUVEN, *Les Enseignements de Jésus-Christ*, p. 331-355.

da doutrina e dos fatos da vida de Cristo (466). Suprimir em bloco tôdas estas predições, seria destruir o conjunto da narrativa evangélica e negar a sua autenticidade substancial: o que nenhum crítico sério se atreveria a fazer.

B) São HISTÓRICAS, i. é, foram realmente pronunciadas por Jesus e não inventadas depois dos acontecimentos:

Já provamos a sinceridade dos evangelistas e a impossibilidade de engano na composição dos Evangelhos [cfr. ns. 84-89]. Acrescentamos apenas algumas observações concernentes mais diretamente às predições.

I) Publicados enquanto viviam ainda muitas testemunhas oculares, amigas e inimigas, da vida e da pregação de Jesus, os Evangelhos foram logo reconhecidos como históricos. — Se as predições, tão explícitas e numerosas e muitas apresentadas como feitas em público, não tivessem sido realmente pronunciadas por Jesus e transmitidas pela primitiva pregação apostólica, mas introduzidas fraudulentamente pelos evangelistas nas suas narrativas, estas novidades acrescentadas à pregação de Jesus e dos Apóstolos teriam sido imediatamente notadas e denunciadas pelos próprios Apóstolos e pelas outras testemunhas oculares e, conseqüentemente, os nossos Evangelhos teriam sido rejeitados, como o foram depois os apócrifos. É bom lembrar com que energia defendia S. Paulo a integridade absoluta da pregação primitiva [cfr. n.º 129, 2.º, b e c] e o culto rigoroso dos fiéis pelo ensino dos Apóstolos [cfr. n.º 112, 3.º, com as notas 199-203].

2) As predições da *paixão, morte e ressurreição* de Jesus não foram como queria Loisy (467), umas invenções que os evangelistas tiveram que fazer para dar de Jesus um conceito que respondesse às preocupações das primeiras gerações cristãs, acompanhando as suas idealizações acêrca da divindade de Jesus e os desenvolvimentos teológicos de S. Paulo. Pois:

(466) Por ex., as predições sôbre a ruína de Jerusalém, a rejeição e a dispersão do povo judaico são confirmadas: pelas palavras do Salvador às Filhas de Jerusalém no caminho para o Calvário (Lo XXIII, 28-31); pelas suas queixas contra a cidade infiel (Mt XXIII, 35-38); pelas parábolas dos vinhateiros homicidas (Mt XXI, 33-43), dos convites recusados (Lo XIV, 15-24), dos súditos rebeldes (Lo XIX, 12-27); a predição da ressurreição está unida com a visão do Tabor (Mt XVII, 9; Mc IX, 8-9), com a expulsão dos profanadores do Templo (Jo II, 18-22), etc.

(467) *Les Evangiles Synoptiques*, Caiffonds, 1908, II, p. 16, 60, 233 seg. (Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, p. 260-263).

a) não se deu, nem se podia dar esta idealização [cfr. n.º 83];

b) já desde o início da pregação apostólica encontramos a fé na morte redentora, na ressurreição e na divindade de Cristo ~~(e conseqüentemente, na sua ciência infalível do futuro)~~, como se vê nos discursos de Pedro referidos pelos *Atos*;

c) esta fé, o próprio S. Paulo declara explicitamente tê-la recebido da primitiva pregação apostólica (*I Cor. XV, 3, 11*), uns vinte anos antes da composição dos evangelhos;

d) se não encontrara o seu fundamento nas palavras e nos atos de Jesus, como teria podido nascer esta fé nos Apóstolos?

Logo nada tinham que inventar os evangelistas e, como vimos, não teriam sido aceitaç as suas invenções.

O fato de os Apóstolos terem ficado surpreendidos e desanimados pela paixão e morte de seu Mestre, não supõe necessariamente que Jesus nunca predissera sua paixão e morte; mas simplesmente que os Apóstolos — por causa do seu conceito judaico de um Messias temporal e político — não tinham penetrado o sentido destas predições, como repetidamente fazem notar os evangelistas: *Mc IX, 31*; *Lc XVIII, 31-34*; *Jo XX, 9*. E é por isso que Jesus, depois da sua ressurreição, teve que lhes abrir o entendimento para que compreendessem as escrituras relativas à sua paixão, morte e ressurreição: *Lc XXIV, 44-48*.

3) As predições da *destruição de Jerusalém e do Templo* não podem ter sido invenções posteriores aos acontecimentos, pois já foi estabelecido que os três *Sinópticos*, bem como os *Atos dos Apóstolos*, são anteriores ao ano 70 [cfr. ns. 62, 66, 69]. De fato:

a) Falam sempre do Templo como ainda existente e supõem ainda em vigor as instituições e a vida social dos Judeus, na Palestina e em Jerusalém, tais como eram antes da catástrofe [cfr. nota 105];

b) Ao referirem profecias de fatos que sabiam já realizados, sempre os evangelistas, em especial Mateus, narram não só a predição, mas também a sua realização. Como explicar que não fizeram nem a mínima alusão à realização de uma profecia de tão grande importância apologética, se já se tivesse dado quando escreviam os Evangelhos e os *Atos*?

c) Se tivessem escrito depois do ano 70, teriam certamente distinguido e separado mais nitidamente os dois acontecimentos preditos no discurso escatológico: a ruína de Jerusalém e o fim do mundo;

d) Os cristãos certamente conheceram as predições antes do ano 70, pois como já vimos, três anos antes retiraram-se nos montes a leste do Jordão, seguindo o conselho dado por Jesus ao fazer a predição (*Mt XXIV, 16*).

III. — Estas predições são verdadeiras profecias que supõem uma intervenção da ciência divina (Verd. Filosófica e Teológica).

311. Provar a verdade filosófica de uma profecia, é fazer ver que o fato predito não podia ser conhecido *naturalmente* pelo profeta no momento em que fez a predição. — Provar a verdade *teológica* é fazer ver que *somente Deus* podia comunicar ao profeta o conhecimento do fato predito.

Esta dupla verdade é evidente quando os fatos preditos são *futuros livres*, dependentes de vontades *livres*, ou *humanas* ou *divina*: cfr. o nosso I vol., ns. 466-467.

Ora é precisamente o que se dá para o conjunto das predições de Cristo:

1) Notemos primeiro que foram predições *claras*, não ambíguas; *precisas*, com pormenores bem determinados; *certas*, feitas com plena segurança: "*Passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão*" (Mt XXIV, 35).

2) A realização dos fatos preditos: — *a*) em muitos casos, dependia da *livre vontade e intervenção de Deus* (por ex., a ressurreição de Cristo, a vinda do Espírito Santo sobre os Apóstolos, o poder de fazer milagres, o auxílio e a assistência à Igreja. . .), a qual, evidentemente, só pode ser conhecida por revelação divina; — *b*) nos outros casos — com exceção dos terremotos, que também êles, aliás, eram naturalmente imprevisíveis — dependia do concurso de *muitas vontades humanas livres*, cujas decisões *futuras* só podiam ser conhecidas por Deus, para quem tudo é presente.

Logo o conhecimento dos fatos preditos por Cristo supõe necessariamente a intervenção da ciência divina.

As *profecias messiânicas do A. T.* anunciaram vários destes fatos; nem todos porém, nem muito menos com tôdas aquelas determinações de tempo e de circunstâncias descritas por Jesus. Não é, portanto, simplesmente do A. T. que hauriu Jesus as suas predições.

Conhecendo o ódio dos seus inimigos, podia Jesus prever naturalmente uma morte violenta com alguma probabilidade; *não porém com certeza*, pois gozava do favor do povo, a quem seus adversários temiam (Mc XIV, 1-2). Mas teria antes pensado na lapidação, da qual já tinha sido ameaçado (Jo VIII, 59); *não na morte de cruz*, pois a condenação a êste suplício era da alçada do gover-

nador romano, e Pilatos nunca se mostrara inimigo de Jesus, que nada fizera contra as leis romanas. Muito menos ainda podia Jesus prever naturalmente o momento (*Mt XXVI, 2*) e as particularidades da sua paixão e morte.

~~Qual é o homem que pode predizer a própria ressurreição para o terceiro dia depois da sua morte?~~

Pedro era um apóstolo fiel e dedicadíssimo a Jesus. Era impossível prever a sua negação, no momento mesmo em que manifestava a sua firme vontade de morrer com Cristo, e predizê-la com aquela precisão: uma *tríplice* negação, antes que o galo cantasse duas vezes (*Mc XIV, 29-31*).

Se fôsse um puro homem e sem assistência divina, como podia Jesus, humilde operário de Nazaré, predizer com tanta segurança que havia de suscitar, pelos séculos afora, um interesse tão grande, a ponto de ser para sempre entre os homens o objeto do mais dedicado amor e do ódio mais implacável?

Como podia humanamente proclamar, ainda poucos momentos antes de iniciar sua paixão, que seus *discipulos*, homens de modesta condição, desprovidos de todo meio humano e cheios de medo, dos quais acabara de anunciar a fuga e o abandono naquela mesma noite, seriam suas testemunhas impávidas até aos confins da terra, implantando em toda a parte uma religião tão oposta às paixões? que a sua *Igreja* triunfaria e permaneceria invencível no meio de obstáculos e perseguições de toda sorte?

Quando pareciam estabelecidos o acôrdo e a paz entre seu Povo e os Romanos, como podia profetizar, para a sua geração, a ruína total de Jerusalém com todas aquelas calamidades e massacres sem precedentes? (A profecia de Daniel, IX, 26, não continha os pormenores indicados por Jesus).

Como prever naturalmente a dispersão pelo mundo e, contudo, a sobrevivência do povo hebreu, então nação tão pequena e desprezada?

É pois evidente a dupla verdade filosófica e teológica das predições de Jesus. Por conseguinte, estas predições constituem verdadeiras *profecias*, i. é, *mslagres intellectuais* que supõem a intervenção divina.

IV. — Estas profecias foram feitas por Cristo para confirmar a sua messianidade (Verd. Relativa).

312. Provar a verdade *relativa*, é fazer ver que estas profecias foram apresentadas por Cristo como sinais divinos da verdade do seu testemunho sobre si mesmo. — Ora isto consta:

1) *Explicitamente* para algumas profecias: a *traição* de Judas: "*Digo-vos isso agora, antes que aconteça, para que,*

quando acontecer, creiais quem eu sou (— o Messias)” (Jo XIII, 19); — sua volta para o Pai: “E vos disse agora, antes que aconteça, para que creiais quando acontecer.” (Jo XIV, 29); — as perseguições: Jo XVI, 4.

2) *Implicitamente* para as outras, pois tôdas são milagres da ciência infinita de Deus e, como vimos na tese precedente [n.º 298, 1.º], Jesus apresentou todos os seus milagres como *sinais divinos* da sua messianidade e divindade.

3) *Pelos objetos mesmos* das profecias, que são o próprio Cristo, os seus *discípulos*, a sua Igreja, a difusão da sua religião; numa palavra: a sua função *messiânica*. Estão, por conseguinte, as profecias intimamente conexas com ela.

313. Conclusão. — Não pode Deus pôr a sua ciência infinita à disposição do êrro e da impostura: seria tornar-se cúmplice positivo do engano em que cairiam invencivelmente todos os homens [n.º 277]. Constituem, portanto, as profecias um nôvo motivo de credibilidade, uma nova garantia divina da verdade do testemunho de Cristo, Messias e Filho de Deus, e da origem divina da sua religião, o Cristianismo. É uma garantia *permanente*, que podemos constatar, pois as profecias continuam realizando-se sob os nossos olhos: o Templo destruído, a dispersão dos Judeus, a Igreja governada pelo sucessor de Pedro, dilatando-se sempre apesar das perseguições...

ARTIGO QUARTO

JESUS, O DIVINO RESSUSCITADO

314. Predita por Jesus, a sua Ressurreição contém em si o duplo caráter de milagre físico e de profecia realizada. De todos os milagres operados por Jesus a sua própria *ressurreição* foi o maior. Foi ela que reuniu de nôvo e transformou os Apóstolos dispersos e desanimados. É o ponto central e essencial de tôda a pregação apostólica; ser apóstolo é ser *testemunha da ressurreição de Cristo*: Atos I, 22; III, 15; IV, 33; XIII, 30-31; I Cor. IX, 1 e XV, 11.

A razão disso é porque ela constitui a *suprema confirmação divina*, a *síntese* e a *coroa* de todos os milagres. É o grande *sinal* apontado por Jesus, o *critério máximo* da divindade

da religião cristã, o *argumento básico* da nossa fé. “*Se Cristo não ressuscitou*, escrevia S. Paulo, *é vã a vossa fé...*” (I Cor. XV, 14-17). — É sobre a Ressurreição de Cristo que se alicerça a Igreja tôda (468).

~~Consideremos, pois, este fato capital, evidenciando sua realidade histórica e seu valor probativo (469).~~

TESE XIV. — Com a sua Ressurreição deu Cristo uma esplêndida prova da verdade do seu testemunho.

315. ADVERSARIOS. — Como era de esperar, os negadores do sobrenatural, *Racionalistas* de todos os matizes, encarniçaram-se contra a Ressurreição de Cristo, apresentando um pulular densíssimo de hipóteses e teorias, cuja diversidade e vida efêmera já de per si são uma prova da confusão extrema reinante nos seus arrajais e da sua incapacidade de oferecer uma explicação sensata e conforme com os dados históricos. — Eis as principais (470).

A origem da crença na ressurreição de Cristo foi atribuída:

a) à *fraude* dos Apóstolos, que teriam roubado o corpo de Jesus e inventado a ressurreição e as aparições: *Fariseus, Celso, Reimarus*;

b) à *morte aparente*: Cristo não morreu realmente, mas teve apenas uma síncope, da qual acordou no túmulo, aberto por um

(468) É conhecida a resposta de Barras a Laréveillère-Lepaux, fundador da teofilia: “Sua religião não medra? Há porém um meio infalível de lhe assegurar o bom êxito: faça-se crucificar numa sexta-feira ... e procure ressuscitar no domingo seguinte!” (*Apud DUPLESSY, op. cit., II, p. 295*).

(469) Cfr. DE GRANDMAISON, *op. cit.*, II, p. 369-446; o túmulo vazio, p. 503-506; ressuscitado no terceiro dia, p. 506-510; deuses mortos e ressuscitados, p. 510-538. — H. FELDER, *Jesus Christus*, II, p. 473-551. — K. ADAM, *Jésus le Christ*, p. 249-311. — DUPLESSY, *Apologétique*, II, p. 294-347. — F. M. BRAUN, *La résurrection de Jésus devant la critique moderne, na Vie Spirituelle*, t. 63, 1940, p. 26-52. — J. SCHMITT, *Jésus ressuscité dans la prédication apostolique*, Gabalda, Paris 1949. — J. GUTTON, *Le problème de Jésus, Divinité et Résurrection*, Aubier, Paris 1952. — P. DE HAES, *La Résurrection de Jésus dans l'apologétique des cinquante dernières années (Analecta Gregoriana)*, Roma, Univ. Gregoriana, 1953, com ampla bibliografia de obras e artigos de autores católicos e não católicos. — *Christus victor mortis*, artigos no *Gregorianum*, 1958, vol. XXXIX — 2. — NICOLAU-SALAVERRI, *op. cit.*, p. 370-389. — MORS, *op. cit.*, p. 294-309.

(470) Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 274-276; NICOLAU, *op. cit.*, p. 371-374.

terremoto; saiu e mostrou-se realmente aos discípulos, que o julgaram ressuscitado: *Gottlob Paulus, Schleiermacher, Callaud, Herder* e muitos *Teosofistas*;

c) a um *mito* oriundo do A. T. e das religiões orientais:

d) a uma *idealização e criação dos primeiros cristãos, que passaram da sua primitiva fé na ressurreição simbólica de Cristo, i. é, na sua sobrevivência ideal no seio do Pai e nos corações dos fiéis, para a fé numa ressurreição física de Cristo, realmente redivivo em corpo e alma: assim, com algumas variantes, Harnack, Barth, Goguel, Guignebert e os Modernistas*;

e) a um *sincretismo*, que insensivelmente transformou Jesus num "Deus-Salvador" glorificado com uma ressurreição, à imitação dos "deuses mortos e ressuscitados" cultuados então nas religiões greco-orientais: *Reinach, Gunkel, Bousset...*

f) a uma *pura lenda*, fruto da literatura popular e folclórica, que costuma concluir a vida dos seus heróis com o desaparecimento do corpo (*afanismo*) e com aparições (*teofania*), i. é, não se encontrando o corpo, nasce a crença de ter sido o herói assumido entre os deuses: *Escola morfológica: E. Bickermann, Le Brun*.

Mas vê-se logo a impossibilidade, com tais teorias, de explicar o fato histórico da crença imediata dos primeiros cristãos em Cristo ressuscitado. Alguma coisa deve ter acontecido: os Apóstolos devem ter-se persuadido, de algum modo, que tinham visto Jesus redivivo. Eis o que muitos, para evitar o sobrenatural, tentam explicar com teorias *psicológicas*:

g) de *visões subjetivas* dos discípulos, que tomaram por percepções e aparições reais o que não passava de *alucinações e auto-sugestões*, sugeridas pelo ardente desejo de rever seu Mestre: *Renan, Weiss, Réville, A. Meyer, Harnack, Loisy, Goguel...*;

h) de *visões objetivas*, mas puramente *espirituais e mentais*, parecidas com as visões dos místicos, que os discípulos confundiram com visões sensíveis de Cristo redivivo, fisicamente presente em corpo e alma: *Le Roy, Sabatier, Keim, Lotze...*;

i) de visões de um *ectoplasma*, i. é, de uma "materialização" do corpo de Cristo, feita com matéria tirada dos discípulos presentes (1). Assim, *R. A. Hoffmann, W. Kuhaupt e os Espiritas*;

j) de uma *experiência religiosa interna*, de caráter não intelectual mas místico, na qual os discípulos "viam" a Jesus ressuscitado: *Protestantes conservadores*.

Estas teorias, construídas com esquemas inventados *a priori*, quando confrontadas com o conjunto dos dados evangélicos, deixam logo transparecer sua contradição, insuficiência e futilidade, como veremos na exposição da tese.

316. DOCTRINA DA IGREJA. — 1) A ressurreição de Jesus Cristo: — a) É um fato realmente *histórico*, historicamente *demonstrável* e *demonstrado*: D. 2036, 2037; — b) É *dogma de fé*, contido: em todos os *símbolos* (D. 2 e segs., 13, 16, 20, 40, 54, 86, 286), ~~nas profissões de fé e nas definições dos Concilios~~ (D. 255, 422, 429, 462, 709, 994).

2) Cristo ressuscitou dentre os mortos com uma verdadeira ressurreição da sua carne (D. 344), por uma verdadeira re-união da sua alma com seu corpo (D. 422); e isso por seu próprio poder (D. 286).

3) Que a ressurreição de Jesus seja um *critério certo* da sua messianidade divina: é uma *verdade de fé* contida na Sagrada Escritura e como tal proposta pelo magistério ordinário da Igreja. Cfr. também D. 1625 e 1638.

Por conseguinte, a tese é de *fé divina e católica*.

DEMONSTRAÇÃO

317. *Argumento Geral*. — Deus não pode confirmar com um milagre o erro e a impostura [n.º 277].

Ora a ressurreição de Cristo é um fato histórico incontestável, um milagre de primeira ordem, que o próprio Cristo profetizou e apresentou como sinal divino da sua messianidade.

Logo com sua ressurreição provou Cristo a verdade do seu testemunho: é realmente o Messias e o Filho de Deus e a sua religião é divinamente revelada.

As verdades filosófica e teológica são evidentes pela natureza mesma da ressurreição: já vimos que a ressurreição de um cadáver é um fenómeno que supera tôdas as forças criadas [n.º 295, a], um milagre divino indiscutível, como todos concedem. Bastará, portanto, provar a verd. *histórica* e a verd. *relativa* da ressurreição de Cristo.

A. — PROVA DA VERDADE HISTÓRICA.

Depois de constataremos a autenticidade e antiguidade das Fontes e, conseqüentemente, da crença da Igreja primitiva na ressurreição de Cristo (I), veremos o que nos atestam estas fontes sobre a morte real de Jesus (II), sua sepultura (III) e o fato da sua ressurreição e das suas aparições (IV).

I. — Autenticidade e antiguidade da pregação e da crença cristã acêrca da Ressurreição de Cristo.

318. 1.º) Os *quatro Evangelhos* narram pormenorizada-
mente a paixão, morte, sepultura, ressurreição e as aparições
de Jesus Cristo. Estas narrativas são autênticas, pois: a) en-
contram-se em todos os manuscritos, nas versões e nas cita-
ções dos autores mais antigos, em tôdas as edições críticas
[acêrca do final de *Mc*, cfr. n.º 116, 6]; — b) estão intima-
mente conexas com todo o conteúdo evangélico, como consta
pelas numerosas alusões e profecias de Jesus [cfr. n.º 305, A,
1.º e 2.º]. — Ora os três Sinópticos foram divulgados entre os
anos 50 e 62, quando viviam ainda os Apóstolos e muitas tes-
temunhas oculares, e foram logo aceitos por todos como his-
tóricos. Não teriam podido serem aceitos, se estas narrativas
da paixão e da ressurreição de Cristo não combinassem com a
anterior pregação oral dos Apóstolos e com os fatos presen-
ciados também pelas outras testemunhas oculares. — Logo a
pregação e a crença cristã acêrca da Ressurreição de Cristo
é tão antiga quanto o próprio Cristianismo, como vão ainda
demonstrá-lo os argumentos seguintes.

2.º) Os *Atos dos Apóstolos*, cuja autenticidade e histori-
cidade já demonstramos [ns. 147-153], foram publicados pelo
ano 63. Também êles atestam ou pressupõem êstes mesmos
fatos quase em cada capítulo, a começar pelo testemunho de
Lucas “*A êles (os Apóstolos) se manifestou vivo, depois da
sua paixão, do que deu muitas provas, aparecendo-lhes por es-
paço de quarenta dias e falando-lhes do reino de Deus...*”
(*Atos*, I, 3).

3.º) *S. Paulo*, cujo testemunho é de uma importância tôda
particular, por ser o de um homem que estivera antes imbuído
dos piores preconceitos contra a pessoa de Cristo: — nas suas
Epístolas, mesmo nas mais antigas, anteriores aos Evangelhos
e de autenticidade admitida por todos os críticos, refere-se fre-
quentemente à Ressurreição corpórea de Cristo, como a um
fato universalmente conhecido e já por todos os fiéis firme-
mente admitido: por ex., *I Tessal.* IV, 13-14; *II Cor.*, IV, 14;
Rom., VIII, 11; — nas suas *viagens apostólicas*, a partir do ano
45, prega em tôda a parte a morte, sepultura, ressurreição e
aparições de Jesus: *Atos* XIII, 27-31; XVII, 3, 31; XXVI, 23.

— Na *I Epíst. aos Coríntios*, já evangelizados por êle na sua segunda viagem, pelo ano 50, afirma que tudo o que lhes ensinara acêrca da ressurreição e das aparições de Cristo, era o que todos pregavam como verdade fundamental da nossa fé, o que podiam testificar os muitos sobreviventes dos quinhentos discípulos aos quais Jesus apparecera, o que êle mesmo recebera imediatamente dos Apóstolos (471), a saber: Cristo resuscitou física e corporalmente, primícias e penhor da nossa própria ressurreição corpórea (*I Cor. XV, 1-23*). Ora Paulo se converteu no ano 36 e em 38/39 passou quinze dias com Pedro, em Jerusalém. Logo, seis años depois da paixão e morte de Cristo, a crença na sua ressurreição corpórea já era dogma assente e pacífico nas primitivas comunidades cristãs. E isto vem confirmar o que os *Atos* nos contam dos inícios da pregação apostólica.

4.º) *Pedro*, com efeito, depois da Ascensão do Senhor, procede à escolha de um nôvo Apóstolo (em lugar de Judas, o traidor), para que “seja testemunha conosco da *ressurreição*” (*Atos I, 22*). — No dia de Pentecostes, perante a multidão dos judeus, reunidos “de tôdas as nações que há debaixo do céu” (II, 5) e que foram testemunhas da paixão e morte de Jesus, atesta que “êste mesmo Jesus *ressuscitou-o* Deus, do que nós somos *testemunhas*” (v. 32). Ninguém contradisse, pelo contrário, “ficaram compungidos no coração” (v. 37) e batizaram-se perto de 3000 almas (v. 41). — Pouco depois, em outros discursos ao povo (III, 15) e perante o Sinédrio (IV, 10), novamente dá testemunho de Jesus de Nazaré, “a quem vós crucificastes, mas a quem Deus *ressuscitou dentre os mortos*”. O número dos convertidos sobe a 5000 homens. Os Príncipes dos Sacerdotes e os Saduceus, com ameaças, proibem a Pedro de falar ainda de Jesus, mas ninguém se atreveu a negar nem mesmo a pôr em dúvida a ressurreição de Cristo. — Por todo o contexto dêstes discursos, vê-se claramente que se trata de uma ressurreição física e corpórea: alusão ao túmulo vazio (II, 24-35), os Apóstolos *comeram e beberam com Êle*, depois que resuscitou dentre os mortos (X, 41).

(471) “*O kai parlabon*, o que recebi” era o termo técnico, entre os judeus da Palestina, para indicar uma doutrina proveniente da tradição oficial, do ensino autêntico. BENI, *op. cit.*, p. 213-214.

É portanto um fato historicamente indiscutível, que a crença na ressurreição corpórea de Cristo penetrou na Igreja imediatamente e de chofre, impondo-se a todos os seus membros como fundamento da fé cristã desde a primeira pregação apostólica (472).

NOTA. — Por conseguinte, a origem desta crença não foi devida à criação, formação e evolução, necessariamente lenta, de um mito, de uma idealização, de uma lenda popular, ou de um sincretismo com as religiões de mistérios [acêrca dos "deuses salvadores e ressuscitados" destas religiões mitológicas, cfr. o que dissemos no n.º 124, 4.º].

II. — Cristo morreu realmente.

319. I ARG. — *Pelas Testemunhas oculares.*

Apresentam os quatro Evangelhos numerosas testemunhas oculares, que por motivos diversos (amor, ódio, dever de officio) estavam sumamente interessadas em verificar tudo com muito cuidado.

Ora tôdas estas testemunhas constataram, sem sombra alguma de dúvida, a morte real de Jesus:

os *amigos* (Maria Santíssima, João, José de Arimatéia, Nicodemos, as santas mulheres): nunca teriam sepultado Jesus, sem terem antes a plena certeza da sua morte real. Como teria consentido nisso sua Mãe?

os *inimigos* (os Príncipes dos Sacerdotes, os Fariseus), que desde muito tinham decretado a morte de Jesus, não teriam abandonado o Calvário, nem permitido aos discípulos que tomassem o corpo e o sepultassem, sem se assegurarem antes da morte verdadeira; afirmaram esta morte, quando foram pedir a Pilatos guardas para o sepulcro (*Mt XXVII, 62-65*); nem a negaram quando Pedro, 52 dias depois, perante o povo (*Atos II, 23; III, 15*) e perante êles próprios (*IV, 10*), os acusa de terem matado a Jesus de Nazaré.

os *neutros* (Pilatos, o centurião, os soldados): *Pilatos*, que condenara Jesus à morte e mandara executar a sentença, não entregou a José de Arimatéia o corpo de Jesus antes de se certificar com o centurião da morte real (*Mc XV, 42-45; Jo XIX, 25-27*). A pedido dos fariseus, enviou soldados para acelerar a morte dos condenados quebrando-lhes as pernas; os soldados porém "chegando a Jesus, como o vissem já morto, não lhe quebraram as pernas..." (*Jo XIX, 31-34*).

(472) Cfr. SCHMITT, *op. cit.*, p. 3-61.

Seria absurdo supor que tôdas estas testemunhas, tão atentas e de interêsses tão opostos, se enganaram ou mentiram. — Logo, Jesus morreu realmente.

320. II ARG. — *Pelas Causas da Morte.*

Absoluta certeza da morte real de Jesus nos dá a consideração dos tormentos da Paixão, da lançada e do modo judaico de sepultar:

1) A *agonia* prolongada, com seu abundante e debilitante suor de sangue; — a *flagelação* segundo o modo romano; tão cruel que não raro por si só causava a morte; — a *coroação de espinhos*, que a golpes foram fincados na cabeça e na nuca; — o *caminho para o Calvário*: vendo Jesus desfalecer sob o pêso da cruz, tiveram os soldados que requisitar Simão o Cireneu para ajudá-lo.

2) A *Crucifixão*, que determina uma grave e progressiva perturbação da respiração e da circulação, até causar a morte *por asfixia* no meio de indizíveis espasmos, mais ou menos rapidamente conforme o estado físico do condenado e o modo como está suspenso na cruz (473).

3) A *lançada no peito*: chegando os soldados a Jesus, “como o vissem já morto, não lhe quebraram as pernas, *mas um deles abriu-lhe o lado com uma lança*, e imediatamente saiu sangue e água. E aquêle que viu deu testemunho disso, e o seu testemunho é verdadeiro” (Jo XIX, 33-35). Esta lançada, evidentemente dada pelo soldado para tirar tôda e qualquer dúvida, penetrou profundamente (Tomé poderá colocar a mão na ferida) e deve ter traspassado o coração. Constitui, portanto, a *prova científica* da morte real de Jesus (474).

4) A *sepultura*: como os judeus costumavam sepultar, o corpo de Jesus, juntamente com 100 libras de aromas (mistura de mirra e de álves), foi envolvido num grande sudário, amarrado nas mãos, nos pés e no pescoço e colocado num sepulcro

(473) Cfr. o Dr. P. BARBET, *La passion de N. S. Jésus-Christ selon le chirurgien*, 2^o édit., Dillen, Issoudum (Indre) 1950, p. 94-95; — o Dr. R. W. HYNEK, *La passione di Cristo, studiata dalla scienza medica*, cap. VI, na trad. port. das “Vozes”, pp. 87-97.

(474) Sôbre a fisiopatologia da crucifixão, segundo observações experimentais de vários médicos nestes últimos tempos; sôbre a ferida do lado e a saída de sangue e água (serosidade), como prova da morte real: cfr. MARCOZZI, no *Gregorianum* 1958, XXXIX-2, pp. 440-451.

escavado na rocha e fechado por uma grande pedra (*Jo XIX, 39-42* e lugares paralelos): se ainda respirasse, com tudo isso Jesus teria ficado sufocado.

~~É, por conseguinte, absolutamente fora de dúvida a morte real de Jesus.~~

NOTA. — Quanto à hipótese da "morte aparente", aventada por *Paulus* e *Schleiermacher* no séc. XIX, foram os próprios racionalistas que a refutaram e ridicularizaram, mostrando-lhe as impossibilidades físicas e morais; de modo que, como afirma o racionalista *Reuss*, pode a apologética poupar o trabalho de discutí-la (475).

III. — O corpo de Jesus Cristo foi sepultado num túmulo particular.

321. 1.º) Narram os quatro *Evangelistas* que José de Arimatéa, homem rico, membro do Sinédrio e discípulo secreto de Jesus, foi pedir a Pilatos e obteve o corpo de Jesus. Envolvendo-o numa síndone juntamente com os aromas, depositou-o no seu próprio sepulcro novo, escavado na rocha, e rolou uma grande pedra para fechar a entrada. Os Príncipes dos Sacerdotes e os Fariseus, lembrados das predições de Jesus acerca da sua ressurreição, selaram a pedra e colocaram guardas ao sepulcro: *Mt XXVII, 57-66* e lug. paral.

2.º) *S. Paulo*: — a) na sua *I Epíst. aos Coríntios* (XV, 4) afirma, como verdade tradicional, que "Cristo foi sepultado". Ora o verbo usado (*tápto*) significa sempre a sepultura ordinária e no aoristo passivo (*etéfe*) uma sepultura honorífica (a do rico: *Lo XVI, 22*; a de Davi: *Atos II, 29*); — b) aos judeus de Antioquia de Pisídia diz que o corpo de Jesus foi colocado num túmulo: *in monumento* (*Atos XIII, 29*).

3.º) *S. Pedro*, no seu primeiro discurso, no dia de Pentecostes (*Atos II, 24-32*), alude ao túmulo de Jesus achado vazio depois da Ressurreição, como logo veremos.

Numa palavra, *tôdas* as fontes históricas atestam uma sepultura regular e honrada.

Estes testemunhos encontram uma confirmação nas legislações e nos costumes do tempo de Jesus:

(475) REUSS, *Histoire évangélique*, p. 701. Cfr. apud DUFLESSY, *op. cit.*, II, p. 306-307, outras citações de Strauss, Réville, Renan.

a) A legislação romana determinava que fôsse entregue o corpo do condenado a quem o pedia para sepultá-lo (*Digestum XLVIII, 24*). Segundo Suetônio (*Augustus XIII, 1. s.*), êste uso já existia no tempo de Augusto.

b) Se em época posterior os corpos dos supliciados eram lançados numa fossa comum, certamente não era êste o uso geral no tempo de Cristo, como se vê pela sepultura do protomártir Sto. Estêvão (Atos VIII, 2). E no caso de Jesus, que predissera a sua ressurreição, tinham todo o interêsse os Sacerdotes e Fariseus em conservarem o cadáver sob a sua vigilância.

c) Segundo a *Mischna* (*Sinédrio 6, 5 ss.*), para os supliciados deviam estar preparados túmulos, onde eram depositados até completa decomposição. Seus ossos eram então trasladados para o sepulcro da família. Tratava-se, portanto, de uma inumação identificável. — O recurso a êstes túmulos, que visava evitar contatos desonrosos para os defuntos já sepultados no sepulcro familiar, perdia a sua razão de ser quando estava à disposição um sepulcro novo, no qual ninguém ainda tinha sido depositado, como era o de José de Arimatéia (*Mt XXVII, 60 e Lc XXIII, 53*) (476).

IV. — Cristo ressuscitou verdadeiramente

A alma de Cristo, saída do corpo no momento da morte, ao terceiro dia voltou a informar e reanimar *aquêle mesmo corpo*, que sofrera na Paixão, morrera na Cruz e fôra sepultado.

I ARG. — Pelo Fato do túmulo vazio (477).

322. ENUNCIADO. — *Ao terceiro dia depois da morte de Jesus, o túmulo foi encontrado vazio (I). Ou o corpo de Jesus saiu por si mesmo, ressuscitado; ou alguém o retirou, ainda em estado de cadáver.*

Ora esta segunda hipótese é inadmissível (II).

Logo Jesus ressuscitou verdadeiramente.

EXPOSIÇÃO do ARG.

I. — O Fato do TUMULO VAZIO.

323. 1) É atestado nos Evangelhos: a) pelas *santas mulheres*, ao voltarem do sepulcro na manhã de domingo (*Mt*

(476) Cfr. F.-M. BRAUN, *La sépulture de Jésus*, na *Revue Biblique*, t. 45, 1936, p. 34-53. — SCHMITT, *op. cit.*, p. 109-130. — E. DHANIS, *L'ensevelissement de Jésus et la visite au tombeau*, no *Gregorianum* 1958, XXXIX-2, p. 405-408.

(477) Cfr. DUPLESSY, *op. cit.*, p. 310-322, que aqui resumimos.

XXVIII, 1-8; *Mc XVI*, 1-8; *Lc XXIV*, 1-11; *Jo XX*, 1-2); — b) pelos apóstolos *Pedro e João*, que foram verificar (*Lc XXIV*, 12; *Jo XX*, 3-10); c) pelos *Príncipes dos Sacerdotes*, implicitamente, ao mandarem aos guardas espalhar que o corpo fôra furtado pelos discípulos (*Mt XXVIII*, 11-15).

2) É pressuposto como notório por *S. Pedro*, no seu discurso do dia de Pentecostes:

Querendo confirmar a ressurreição de Cristo, mostrando que fôra profetizada, alega Pedro o *Salmo XVI* e particularmente o vers. 10: "*Não deixarás a minha alma no inferno (o sheol, o limbo dos justos), nem permitirás que o teu Santo veja a corrupção*". Aplica êste versículo a Jesus e não a Davi, dando como prova o fato de Davi não ter ressuscitado, pois: "*foi sepultado e seu túmulo está ainda hoje entre nós*", i. é, os seus restos estão ainda no túmulo que permaneceu intato. "*Mas, como era profeta... viu de antemão e anunciou a ressurreição de Cristo, (dizendo) que não foi deixado no inferno, nem o seu corpo viu a corrupção. A Este Jesus Deus ressuscitou, do que todos nós somos testemunhas.*" (*Atos*, II, 27-32). — Uma tal argumentação, feita em *Jerusalém* 52 dias depois da sepultura de Jesus, nenhum valor podia ter, se não fôsse notório na cidade que o túmulo fôra achado vazio: senão estaria Jesus no mesmo caso que Davi (478).

3) Nunca os Apóstolos se teriam atrevido a pregar a ressurreição àquêles mesmos que, poucos dias antes, tinham presenciado a paixão e morte de Jesus, nem esta pregação teria convencido a ninguém, se o *túmulo vazio* não fôsse para todos, amigos e inimigos, um fato absolutamente fora de dúvida e facilmente verificável.

II. — INADMISSIBILIDADE da FURTO DO CADÁVER

324. Quem teria tirado o cadáver do túmulo? — Ou os Judeus inimigos de Jesus, ou os Discípulos.

A) Teriam sido os Judeus, por ordem do Sinédrio?

Esta suposição é: — a) totalmente *gratuita*: nenhum documento histórico faz dela nem a mínima alusão; — b) *inverossímil*: temiam os Judeus que o desaparecimento do corpo pudesse fazer crer na ressurreição predita por Jesus para o terceiro dia; por isso é que puseram guardas no túmulo; não iriam, pois, êles mesmos contribuir para uma tal crença fazendo

(478) Cfr. DHANIS, *loc. cit.*, p. 408-410; cfr. também p. 402-404: provável alusão ao túmulo vazio na *I Epist. aos Cor.*, XV, 3-5.

desaparecer o corpo; — c) *inadmissível*: se o corpo estava em seu poder, quando os apóstolos, poucos dias depois, começaram a pregar públicamente a ressurreição de Jesus, os Judeus teriam logo truncado esta pregação com um argumento peremptório: ~~mostrando o cadáver. Pelo contrário, vejam nos Atos~~ (IV, 1-23) o embaraço e a má fé dos membros do Sinédrio perante e pregação de Pedro.

B) *Foram, por ventura, os Discípulos?*

A alguns guardas, que vieram relatar os acontecimentos do sepulcro, os príncipes dos sacerdotes e os anciãos "*deram avultada soma de dinheiro, com esta ordem: Dizei: Os seus discípulos vieram de noite e o furtaram, enquanto nós dormíamos*", — e se o governador o souber, nós o aplacaremos e atenderemos à vossa segurança". (Mt XXVIII, 11-15). — Tal foi a origem dêste boato, que Mateus, sem receio de ser desmentido, narra no seu evangelho, escrito e divulgado, poucos anos depois, entre os próprios Judeus de Jerusalém e da Palestina.

É uma suposição absolutamente inadmissível:

1) *Os discípulos não quiseram roubar o corpo:*

Ninguém, hoje, nem entre os críticos racionalistas, põe em dúvida a honestidade dos Apóstolos. — Para que roubar o corpo? Para inventar uma ressurreição e fazer adorar pelo mundo um homem crucificado e morto, que, se não ressuscitasse, os teria enganado miseravelmente? — Que vantagem podia movê-los a tamanha impostura? Nenhuma. Pelo contrário, nesta terra, perseguições e morte, a exemplo do Mestre; na outra vida, o castigo eterno. Como dirá S. Paulo, se Cristo n o ressuscitou, "*somos de todos os homens os mais dignos de lástima*" (I Cor. XV, 19). — Logo, a não ser por uma loucura coletiva, não podiam os apóstolos cogitar em roubar o corpo e fingir uma ressurreição.

2) *Mesmo que o tivessem querido, não o teriam conseguido:*

a) nem por *violência* contra os guardas: mesmo na hipótese improvável de vencerem, teriam sido perseguidos, como violadores de sepulcro, que as leis romanas castigavam até com a pena capital;

b) nem por *corrupção* dos guardas: estes não teriam consentido, pois teriam que dar conta do desaparecimento do corpo; a disciplina romana era severíssima com as sentinelas, e nem Pilatos, nem os Judeus teriam aceito qualquer desculpa (479). Além disso,

(479) Se os guardas aceitaram a oferta dos Príncipes dos Sacerdotes, é porque, como vimos, juntamente com o dinheiro vinha também a garantia da imunidade: coisa que os apóstolos, homens do povo e sem influência, evidentemente não podiam prometer.

seria muito arriscado: quem podia garantir que todos os guardas manteriam o segredo?

c) nem por *fraude*, sem que os guardas percebessem: impossível aproximar-se por fora sem serem vistos; impossível cavar um túnel na rocha em tão pouco tempo e sem serem ouvidos, e teriam ~~ficado os sinais: a abertura até ao sepulcro, que os Judeus não~~ teriam deixado de mostrar a todos como prova do roubo do cadáver. Os discípulos teriam sido suspeitados e perseguidos por violação do sepulcro.

3) *Mesmo que o tivessem conseguido, não teriam podido implantar no mundo esta impostura.* — Para isso:

a) fôra necessário que todos os apóstolos e cúmplices perseverassem na sua infâmia e a sustentassem por toda a vida, no meio das perseguições e nos tormentos do seu martírio: ninguém dá voluntariamente a vida por aquilo que sabe ser um mal; encontra-se quem, na tortura, falseie a verdade para viver; quem a falseie para morrer, nunca;

b) fôra necessário que os milhares de judeus convertidos desde as primeiras pregações apostólicas: — ou consentissem nesta impostura, da qual nenhuma vantagem podia resultar, sem que ninguém, ao depois, traisse o segredo por imprudência, ou movido pelo remorso ou pelo temor, nas perseguições que quase logo assolaram os cristãos da Palestina; — ou se deixassem convencer sem exigir provas num assunto tão fundamental, como a ressurreição de Cristo, e ficassem enganados tão cegamente que ninguém descobrisse nem mesmo suspeitasse nunca a mentira;

c) fôra necessário que também os *Sacerdotes e Fariseus*, apesar do seu ódio, estivessem tão profundamente persuadidos da inocência dos apóstolos e da realidade da ressurreição, a ponto de nem tentarem abrir um inquérito, que facilmente teria desmascarado qualquer impostura ou engano que houvesse.

Ora tudo isso é um cúmulo de impossibilidades, em oposição absoluta aos princípios mais fundamentais da psicologia humana.

É portanto inadmissível que os discípulos tenham furtado o corpo.

CONCLUSÃO. — Fica, por conseguinte, unicamente a primeira alternativa: Jesus saiu do túmulo por si mesmo, ressuscitado. E a descoberta do túmulo vazio não é “uma questão vã e insolúvel”, como queria Renan, ou um pormenor isolado, mas um fato demonstrado em perfeita harmonia com a seqüência dos acontecimentos narrados nos documentos históricos, com o testemunho dos Apóstolos e com a crença na ressurreição de Cristo da Igreja primitiva.

325. CONFIRMAÇÃO pelo comportamento dos inimigos de Jesus.

Os guardas referiram os acontecimentos que viram e ouviram no sepulcro (*Mt XXVIII, 2-4, 11*). Entretanto, nem os Romanos nem os Judeus os castigam. É sinal que *tiveram certeza da sinceridade do depoimento e da inculpabilidade dos guardas e, por conseguinte, do caráter extraordinário destes acontecimentos.*

Os Judeus tomam tôdas as precauções para vigiar o cadáver de Jesus, *mas procedem depois como quem tem plena certeza da Ressurreição*. Com efeito: — a) Fazem acusar os discípulos de terem roubado o corpo. Entretanto, nunca os perseguem por êste motivo: estavam, pois, mais do que certos da inocência dêles e, conseqüentemente, de ter Jesus saído vivo do sepulcro. — b) Aos Apóstolos que pregam a Ressurreição impõem silêncio, ameaçam, prendem, mandam açoitar (*Atos V, 40-42*); quanto a refutá-los, a negar a ressurreição, nem sequer se atrevem a tentá-lo (*IV, 13-18*). Perturbam-se, consultam-se, mas só sabem enfurecer-se (*V, 33*), exasperar-se, ranger os dentes, tapar os ouvidos e matar (*VII, 54-58*), como quem se vê impotente diante de um fato que se impõe à inteligência, mas que a vontade se recusa a aceitar (480).

II ARG. — Pelas Aparições de Jesus.

326. ENUNCIADO. — *As fontes canônicas atestam que durante quarenta dias, em circunstâncias, em lugares e a pessoas muito diversas, appareceu Jesus fisicamente redivivo no seu próprio corpo, em estado glorioso (I).*

Ora estas aparições não foram invenções dos Apóstolos, mas aconteceram historicamente (II). Não consistiram em alucinações subjetivas, nem em visões místicas espirituais; mas foram verdadeiras percepções sensíveis de Jesus redivivo, fisicamente presente em corpo e alma. (III)

Logo Jesus ressuscitou verdadeiramente.

EXPOSIÇÃO DO ARG.

I. — O TESTEMUNHO das Fontes

327. Percorrendo os Evangelhos, as Epístolas paulinas e os Atos, encontramos mencionadas explicitamente *doze* apari-

(480) Cfr. MORS, *op. cit.*, p. 300.

ções, feitas em circunstâncias, em lugares e a pessoas diversas. Mas é provável que tenha havido ainda outras, pois lemos nos *Atos* (I, 3) que Jesus forneceu a seus Apóstolos *muitas provas de estar vivo, aparecendo-lhes por espaço de quarenta dias e falando-lhes do reino de Deus.*

A) A ordem das aparições mencionadas parece ser a seguinte:

1) A *Maria Madalena*, na manhã do dia de Páscoa, perto do sepulcro: *Mc XVI, 9-11; Jo XX, 11-18.*

2) As *Santas Mulheres*, nesta mesma manhã, ao voltarem do túmulo: *Mt XXVIII, 9-10.*

3) A *S. Pedro*, durante o dia de Páscoa: *Lc XXIV, 34.*

4) Aos *dois discípulos* no caminho de Emaús, na tarde do mesmo dia: *Mc XVI, 12-13; Lc XXIV, 13-35.*

5) Aos *Apóstolos sem Tomé*, reunidos no cenáculo, no fim do dia de Páscoa: *Mc XVI, 14; Lc XXIV, 36-43; Jo XX, 19-23.*

6) Aos *Apóstolos com Tomé*, no mesmo lugar, oito dias depois: *Jo XX, 26-29.*

7) A *cinco Apóstolos e dois discípulos*, nas margens do lago de Tiberíade: *Jo XXI, 1-23.*

8) Aos *onze Apóstolos*, num monte da Galiléia: *Mt XXVIII, 16-20.*

9) A *quinhentos discípulos* reunidos: *I Cor. XV, 6.*

10) A *S. Tiago*, mencionada por S. Paulo sem indicação de lugar: *I Cor. XV, 7.*

11) Aos *Apóstolos*, em Jerusalém e terminando no monte das Oliveiras com a Ascensão: *Lc XXIV, 44-53; Atos I, 4-11.*

12) A *S. Paulo*, no caminho de Damasco, no ano 36: *I Cor. XV, 8; Atos IX, 17, 27; XXII, 14-15; XXVI, 15-16.*

328. B) Estas aparições são apresentadas como *visões objetivas, sensíveis e corpóreas, do próprio Cristo redivivo* (481):

1) Os Evangelhos referem múltiplos sinais evidentes de Cristo redivivo, realmente presente em corpo e alma:

Jesus é visto, fala, é ouvido; às santas mulheres permite que lhe beijem os pés; caminha e fala com os discípulos de Emaús, senta-se à mesa com eles; faz-se tocar e apalpar pelos apóstolos:

(481) Cfr. HERVÉ, *op. cit.*, p. 200-204; FALCON, *op. cit.*, p. 342-343.

"tocaí e constataí, pois um espirito não tem carne nem ossos, como vós vêdes que eu tenho" (Lc XXIV, 39); diante deles pôs-se a comer pelxe e mel (*ibid.*, v. 42-43 e cfr. Atos X, 41).

É o mesmo corpo que sofrera, fôra crucificado e sepultado: aos Apóstolos Jesus mostra as mãos e os pés: "Olhai as minhas mãos e os pés; sou eu mesmo" (Lc XXIV, 39); a Tomé, que exigira ver os sinais dos pregos e pôr a mão na ferida do lado, manda Jesus: "Chega aqui o teu dedo e vê as minhas mãos, avança a tua mão e põe-na no meu lado, e não sejas incrédulo mas fiel". (Jo XX, 27).

É o corpo redutivo, informado pela alma humana, pois exerce Cristo diante dos discípulos atividades da triplíce vida: *vegetativa*, comendo e bebendo; *sensitiva*, vendo, ouvindo, respondendo; *intelectiva*, discorrendo sobre as Escrituras e o Reino de Deus. — Esta alma é a mesma que tivera antes da morte, pois Jesus lembra e explica aos Apóstolos as palavras que lhes dirigira durante a sua vida mortal (Lc XXIV, 44).

2) Também S. Paulo testifica uma ressurreição corpórea:

Na sua *I Epístola aos Coríntios, cap. XV*, diz que "Cristo morreu... e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia" (vs. 3-4). Nesta frase, é evidentemente ao mesmo sujeito que se referem os três verbos. Ora é no seu corpo que Cristo morreu e foi sepultado. Logo é também no seu corpo que ressuscitou.

Apresenta a ressurreição de Cristo como *argumento, primícias e exemplar* da ressurreição futura dos eleitos (vs. 12-20). Ora, como se vê por todo o Cap. XV, será real e fisicamente, com o mesmo seu corpo que foi sepultado, que ressuscitarão. Logo tal foi também a ressurreição de Cristo.

Afirma ter visto o Senhor, equiparando esta aparição às que tiveram os Apóstolos e os discípulos (vs. 5-8). Ora esta aparição não pode ter sido puramente espiritual, pois:

a) nela fundamenta Paulo a autenticidade da sua qualidade de Apóstolo e de testemunha (*ibid.*, IX, 1; Atos XXVI, 16);

b) diz que foi a última aparição de Cristo (*novissime*, XV, 8); ora aparições espirituais deram-se ainda depois: por ex. com Ananias (Atos IX, 10) e com o próprio Paulo;

c) distingue sempre esta aparição no caminho de Damasco, quando ainda estava "respirando ameaças e morte contra os discípulos do Senhor" (Atos IX, 1-3) e à qual atribui sua conversão instantânea e completa (Atos XXII, 5-10), das outras visões e dos êxtases que teve depois (Atos XVIII, 9; XXII, 17; XXIII, 11), cuja realidade corpórea ou não corpórea ignora (II Cor. XII, 2-4).

É evidente, portanto, que as fontes apresentam as aparições como *percepções sensíveis*, nas quais os apóstolos *realmente viram e tocaram a Cristo, sensivelmente presente com seu próprio corpo redívivo*.

329. C) Cristo ressuscitou em estado glorioso.

Depreende-se pelas aparições que o corpo de Cristo, depois da ressurreição, possui qualidades que antes não tinha. Assim, penetra Jesus no cenáculo apesar de estarem trancadas as portas (*Jo XX, 19*); com um simples ato da sua vontade, torna-se visível ou desaparece improvisamente, deixa-se reconhecer quando quer (*Lc XXIV, 16 e 31; Jo XX, 14-16*).

Não foi, portanto, a ressurreição de Cristo uma simples *reanimação do seu cadáver*, como se deu com Lázaro, a filha de Jairo, o filho da viúva de Naim e com os casos de ressurreições que a história narra no decurso dos séculos: todos êles ressurgiram no mesmo estado passível e mortal, no qual estavam antes de morrer. Houve, pelo contrário, na ressurreição de Cristo, uma *transformação e glorificação* do seu próprio corpo, enquanto ressurgiu num *nóvo estado*, impassível e imortal (*Rom. VI, 9*), *glorioso e sobrenatural*, participando da bemaventurança celeste da sua alma *gloriosa*, como acontecerá com os corpos dos eleitos na ressurreição final, da qual a de Cristo é *primícias e exemplar* (*I Cor. XV, 20-23*).

Nesta transformação e glorificação, "*Este corpo corruptível deve revestir-se de incorruptibilidade, êste corpo mortal deve revestir-se de imortalidade*" (*I Cor. XV, 53*). É, portanto, *essencial e individualmente*, o *mesmo* corpo morto é sepultado que ressuscita, embora *transformado* pelas qualidades de um estado diferente: o estado *glorioso*. Não é mais corruptível, mas *pneumático* ou *espiritual* (*ibid., 42-44*), i. é, totalmente sujeito à alma bemaventurada e apto para participar da sua glória; conserva, porém, a sua *realidade e identidade*.

Do mesmo modo, em Cristo ressuscitado permanece, quanto à sua *substância*, um verdadeiro corpo *humano*, o *próprio* corpo de Cristo, com suas propriedades características de extensão, forma, figura, côr... Por conseguinte, o corpo *glorioso* de Jesus, embora já não faça parte dêste mundo corruptível, continua a ser em si mesmo *sensível e perceptível*, podendo portanto manifestar-se e ser visto e tocado sensivelmente, *como*

e quando quer a vontade de Jesus, à qual o corpo glorioso está perfeitamente sujeito. Cfr. STO. TOMÁS, *Sum. Theol.*, III, q. 54, a. 1 e 3.

II. — A REALIDADE HISTÓRICA das Aparições

330. Não foram uma *invenção dos Evangelistas*, nem o resultado de um trabalho inconsciente de *idealização* nas primeiras comunidades cristãs, pois a crença nas aparições remonta à primitiva pregação apostólica: *S. Paulo*, nas suas epístolas e nas suas pregações, fala delas (*Atos XIII, 27-31*) e cita as principais (*I Cor. XV, 1-8*), apelando para a fé universal proveniente do ensino tradiiconal, como vimos [n.º 318, 3.º e 4.º]. E as narrativas evangélicas são conformes com a primitiva pregação apostólica, pois os sinópticos foram logo aceites por todos, pelos próprios Apóstolos e pelas numerosas testemunhas oculares supérstites [n.º 318, 1.º].

Tampouco as inventaram os *Apóstolos*, que não queriam nem teriam podido enganar, pelos mesmos motivos que vimos a propósito da acusação de terem tirado do sepulcro o cadáver de Cristo: eram honestos; eram pessoas simples, incapazes de tais invenções; não podiam esperar disso nenhuma vantagem; nem teriam sustentado esta impostura até nas perseguições e nos tormentos do seu martírio, nem a teriam podido implantar no mundo [cfr. n.º 324, B].

Logo as aparições de Cristo redivivo deram-se realmente e gozam da mesma certeza histórica indiscutível que o resto do conteúdo evangélico.

331. *Observações sobre as divergências nas narrativas das aparições.* — Nenhum evangelista narrou *tôdas* as aparições, mas cada um apresenta algumas, com mais ou menos pormenores; nem sempre são indicados com precisão o tempo, o lugar e *tôdas* as pessoas presentes, de modo que ignoramos não poucas circunstâncias que teriam sido elucidativas.

Apesar disso, as narrativas evangélicas são plenamente concordes quanto à *substância* dos fatos e não apresentam nenhuma *contradição real*. As *divergências* são apenas *aparentes* e relativas a circunstâncias *acidentais*. Tais divergências, não só nada provam contra a historicidade das narrativas, mas confirmam, pelo contrário, a sinceridade, a probidade e a inde-

pendência dos evangelistas: se tivessem querido assegurar a crença numa sua invenção, teriam combinado entre si e evitado estas divergências. Aliás, elas podem ser explicadas sem contradição:

a) Dada a brevidade da aurora na Palestina, podem muito bem as Santas Mulheres terem partido para o sepulcro "sendo ainda noite" (Jo XX, 1) e terem chegado "quando o sol já tinha despontado" (Mc XVI, 2).

b) Lucas e João mencionam a presença de dois anjos no sepulcro. Se Mateus e Marcos falam de um só, que "revolveu a pedra" ou "estava sentado à direita" e mandou dar aos Apóstolos o anúncio da ressurreição, não excluem com isso a presença do outro anjo: não estavam necessariamente obrigados a falar explicitamente de tôdas as pessoas presentes.

c) Se num primeiro momento, "assaltadas por tremor e temor", as mulheres não disseram nada a ninguém (Mc XVI, 8), isso não impede que, depois de acalmadas, tenham "referido tudo aos Onze e a todos os demais" (Lc XXIV, 9).

d) É falsa a hipótese racionalista das duas recensões contraditórias das revelações: *Mt* e *Mc* colocariam a tôdas elas na Galiléia; *Lc* e *Jo*, pelo contrário, as colocariam tôdas na Judéia. De fato, encontramos em *Mt* XXVIII, 9-10, a aparição às santas mulheres e em *Mc* XVI, 9-14, as aparições à Madalena, aos dois discípulos e aos onze apóstolos: tôdas em Jerusalém. Em *Jo* XXI, 1-24, temos a aparição aos discípulos na Galiléia. — Quanto a *Lc*, o inciso "Depois disse-lhes..." (XXIV, 44) não pode significar que as palavras seguintes de Cristo pertencem à mesma aparição descrita antes: senão, dever-se-ia inferir, pelo vers. 50: "Depois os conduziu...", que a Ascensão se deu na tarde do dia mesmo da Ressurreição, o que Lucas nega explicitamente nos Atos (I, 3). Logo nem a ordem de não sair de Jerusalém antes de receber o Espírito Santo (vers. 49) pode ter sido dada no dia da Ressurreição. Fica, portanto, um tempo intermediário (entre os vers. 43 e 44), no qual puderam dar-se as aparições na Galiléia. Por conseguinte, estas "duas recensões" não se contradizem, mas têm elementos comuns e se completam mutuamente. — Para sustentar a sua hipótese, devem os racionalistas mutilar *Mt* sem nenhum motivo crítico, e rejeitar, como inautênticas adições posteriores, o final de *Mc* (XVI, 9-20) e o cap. XXI de *Jo*, o que está longe de ser provado [cfr. n.º 116, 6.º e a nota 135] (482).

III. — Carácter OBJETIVO e SENSIVEL das Aparições

332. As aparições de Cristo aos seus discípulos ou foram alucinações puramente subjetivas, ou visões internas, místicas

(482) FALCON, *op. cit.*, p. 350-351.

e espirituais, *ou* foram percepções objetivas e sensíveis de Cristo redivivo, sensivelmente presente em corpo e alma.

Ora são inadmissíveis as duas primeiras alternativas.

~~Logo as aparições foram percepções.~~

Por conseguinte Cristo ressuscitou verdadeiramente (483).

A) *Não foram alucinações.*

333. Para vários Racionalistas, as aparições não passariam de alucinações criadas na fantasia dos discípulos pelo seu desejo ardente e a expectativa febril de tornarem a ver seu Mestre. — Tal afirmação está em completa oposição com tudo o que nos ensina a experiência e a ciência psicológica acêrca das alucinações (484).

1) A *Alucinação* consiste numas imagens internas e subjetivas da fantasia, tão vívidas e tão fortes que são confundidas com uma percepção objetiva, sem que de fato exista fora dos sentidos nenhum objeto.

Distingue-se da percepção e da ilusão. Na percepção existe o objeto real e externo e é apreendido como é de fato. Na ilusão existe um objeto real e externo, mas é julgado diferente do que é: por ex., numa semi-escuridão, objetivamente é um galho que está diante da vista, mas julgamos ver um homem. Na alucinação dá-se uma projeção para o exterior de imagens internas e subjetivas, com a convicção de estar percebendo um objeto real e externo, que de fato não existe.

Todos os sentidos podem estar sujeitos à alucinação; mais frequentemente a vista e o ouvido, raramente os outros sentidos.

Uma alucinação é *invencível*, quando a pessoa não consegue reconhecer que se trata de uma alucinação.

A alucinação de um único sentido é facilmente reconhecível pelo contróle de outro sentido, por ex., o tato.

Alucinações *permanentes e invencíveis* só se dão em pessoas de psiquismo anormal ou em estado delirante.

(483) A ressurreição, enquanto ação milagrosa, i.é, intervenção extraordinária de Deus, é sobrenatural e não pode ser diretamente percebida pelos sentidos, porque a atividade divina não é sensível em si mesma. Pode, porém, ser percebida nos seus efeitos sensíveis: no nosso caso, em Cristo redivivo, cujo corpo, embora no estado glorioso, não deixou de ser em si sensível. [cfr. n.º 329].

Logo, para provar *históricamente* a ressurreição de Cristo, basta evidenciar que os apóstolos viram realmente Jesus redivivo, presente em seu corpo e alma, i.é, evidenciar que as aparições foram verdadeiras percepções objetivas e sensíveis.

(484) Cfr. v. MARCOZZI, *Osservazioni medico-psicologiche sulla risurrezione di N.S.*, no *Gregorianum*, 1958, XXXIX-2, p. 452-462.

Nunca foi verificada uma *alucinação coletiva* de todos os sentidos, mas somente de um, geralmente a vista.

Nem se repetiu nunca a mesma *alucinação coletiva*, senão em indivíduos histéricos ou psicopatas.

Tampouco é possível uma *alucinação coletiva*, na qual todos julguem ouvir as mesmas palavras e participar a um mesmo diálogo.

2) Vários *Critérios* permitem distinguir a *alucinação* de uma verdadeira percepção, principalmente:

a) O critério do *Fator sugestivo*: sendo a *alucinação*, por sua essência, um fenômeno *individual* proveniente de imagens puramente *internas* da fantasia de cada um, para que se possa dar uma *alucinação coletiva* é necessário que preceda — como fator comum de *sugestão* que provoque em cada um as mesmas imagens — a espera febril e fortemente excitante de um mesmo acontecimento.

b) O critério da *Concordância*: trata-se certamente de autênticas percepções, e não de *alucinações*, quando várias pessoas, sem prévio acôrdo, percebem exatamente ao mesmo tempo as mesmas coisas (palavras, gestos, tatos...), principalmente se isto se der repetidas vezes e em circunstâncias diversas, pois: é impossível que tôdas estas pessoas, independentemente, sempre e com perfeito sincronismo, tenham o mesmo sonho, i. é, tenham as mesmas imagens internas e subjetivas, exatamente ao mesmo tempo e com idênticas seqüências.

c) O critério dos *Efeitos reais*: se o objeto que se julga perceber produz efeitos e estes são *reais*, não pode tratar-se de *alucinação*, mas só de autêntica percepção: porque uma causa puramente subjetiva e irreal, qual é o objeto da *alucinação*, não pode produzir efeitos objetivos e reais. Ex., entre o estado de vigília e de sono tenho a impressão de beber um copo de água; mas ao acordar de manhã encontro na cabeceira da cama o copo ainda cheio: foi *alucinação*.

334. Apliquemos estes dados da psicologia e estes critérios às Aparições de Jesus:

a) As aparições de Jesus, quase sempre *coletivas*, não foram preparadas por um fator comum de *sugestão*. Logo não foram *alucinações*, mas autênticas percepções. (Critério do *Fator sugestivo*).

Longe de estarem psicologicamente dispostos por uma espera febril, os apóstolos e discípulos estavam tristes e desanimados pela morte do Mestre. Não esperavam nada; nem mesmo acreditavam na Ressurreição, porque, como nota João (XX, 9), não tinham ainda compreendido as escrituras que falam dela (485).

(485) Não foram, portanto, as profecias que criaram a fé na Ressurreição; mas foi a evidência dos fatos que esclareceu as profecias.

É para ungirem o cadáver, que as mulheres vão ao sepulcro com aromas. Ao encontrar o túmulo vazio, a reação de Maria Madalena não foi: "Jesus ressuscitou", como inventou Renan, mas "tiraram o corpo e não sabemos onde o puseram" (Jo XX, 2, 13); é ainda no cadáver que ela pensa, quando Jesus lhe aparece e que ela toma pelo jardineiro (Jo XX, 15-16).

Os dois discípulos de Emaús estavam descrentes (Lc XXIV, 21-24).

Os Apóstolos tomam por delírio o anúncio das santas mulheres (Lc XXIV, 11) e recusam acreditar na aparição a Madalena (Mc XVI, 11). Quando Jesus lhes aparece no cenáculo, ficam espantados, julgando ver um fantasma (Lc XXIV, 37); é preciso que Jesus se faça tocar e apalpar, que coma diante d'êles (v. 39-43). Tomé recusa-se ainda a acreditar nos outros Apóstolos, exige pôr o dedo no lugar dos pregos e a mão na ferida do lado, no que benignamente anuiu Jesus (Jo XX, 24-29). — Não procederam, portanto, os apóstolos, como crédulos exaltados, mas antes como críticos exigentes, que negam, duvidam, verificam e não se rendem senão à evidência atestada por todos os sentidos.

Quarenta dias depois da sua ressurreição, apareceu mais uma vez Jesus aos seus discípulos, com êles subiu no monte das Oliveiras e depois de lhes dar suas últimas instruções, abençoou-os, separou-se d'êles elevando-se ao céu, onde desapareceu (Lc XXIV, 50-51 com Atos I, 3-12). Se era o desejo de rever a Jesus que, como querem os racionalistas, criava a ilusão da presença, como pôde êste mesmo desejo criar a ilusão desta separação definitiva? Se as aparições eram alucinações de espíritos exaltados, como explicar que cessaram de um modo repentino e simultâneo para todos?

Era de boa fé e sem remorso que Saulo perseguia os cristãos (Atos XXVI, 9-12; I Tim. I, 13). É sinal que não acreditava em Jesus de Nazaré. Por conseguinte, no caminho de Damasco, "*respirando ainda ameaças e morte contra os discípulos do Senhor*" (Atos IX, 1), não estava, na verdade, predisposto a crer em Jesus; menos ainda pensava em vê-lo redívivo.

Seria mister, portanto, pôr de lado tôdas as narrativas autênticas e reconstruir arbitrariamente as cenas, para preterir encontrar uma disposição de credulidade nos discípulos (486).

(486) Com fina arte de estilo e de psicologia sentimental, mas com depuradora má fé, destas reconstruções transformadoras, "*a doce solitação dos textos*", foi mestre incontestável E. RENAN.

Compare o leitor a narração evangélica da aparição de Cristo aos apóstolos no cenáculo (Lc XXIV, 36-43) com esta versão de Renan: "Durante um instante de silêncio, passou algum sôpro leve pelo rosto dos assistentes (Em que documento encontrou êste "sôpro"?). Nestas horas decisivas, uma corrente de ar, uma janela que range, um murmúrio for-

b) As aparições de Jesus foram numerosas e variadas, em lugares e circunstâncias diversas, quase sempre coletivas (até a mais de 500 pessoas simultaneamente), durante 40 dias, ~~e depois cessaram abruptamente para todos~~. Como se depreende das narrativas evangélicas, cada aparição aconteceu inesperadamente, sem nenhuma preparação ou expectativa; o início e o fim foram repentinos e simultâneos para todos os presentes; a realidade da presença de Jesus foi constatada por vários sentidos (vista, ouvido, tato); as palavras, os atos e gestos foram percebidos por todos de um modo idêntico, sincrônico e na mesma seqüência, como se pode ver pelos diálogos. — Ora é impossível uma alucinação em tais condições: Critério da *Concordância*.

c) As aparições tiveram *efeitos reais*, ao passo que as alucinações só podem ter efeitos imaginários: Critério dos *Efeitos reais*. — Exemplos:

tuito, fixam a crença dos povos para séculos (1). Ao mesmo tempo que o sôpro se fêz sentir, julgaram ouvir sons (Os documentos atestam que Jesus foi visto, ouvido, apalpado...). Alguns disseram ter discernido a palavra *shalôm*, "felicidade" ou "paz". Era a saudação ordinária de Jesus, a palavra com a qual assinalava sua presença. Nenhuma dúvida possível: Jesus está presente; está aqui na assembléia. É sua voz querida, cada um a reconhece... Ficou pois coisa aceita que, no domingo à noite, apparecera Jesus diante de seus discípulos reunidos... Tais foram os incidentes daquêle dia que fixou a sorte da humanidade." (*Les Apôtres*, p. 22-23).

Eis a aparição de Cristo no monte da Galiléia, à *la Renan*: "O ar neças alturas está cheio de estranhas miragens. A multidão reunida imaginou ver o espectro divino desenhado no éter... O sentimento que inspira o claro horizonte d'estes montes é a idéia da amplidão do mundo com a idéia de o conquistar... Desceram do monte persuadidos que o filho de Deus lhes dera a ordem de converter o gênero humano..." (*Les Apôtres*, p. 35).

Invenções, omissões, afirmações tendenciosas e ridículas; tudo num tom apodictico, como se fôra a coisa mais natural do mundo: *Et le tour est joué!*

E foram tais inépcias que tiveram tanto sucesso!

Entretanto foi êste mesmo Renan que disse: "Nada permanece senão a verdade... Tudo o que é falso, pelo contrário, desmorona. O falso não alicerça, ao passo que o pequeno edificio da verdade é de aço e sobe sempre." (*Histoire du peuple d'Israel*, V, p. 421). Como puderam, então, as alucinações de alguns pescadores fundamentar a fé da humanidade durante milênios? Mas que importa a contradição ao escravo do preconceito anti-sobrenatural? [cfr. n.º 118].

Falando da *Vie de Jésus*, um crítico protestante, o racionalista A. SCHWEITZER fazia de Renan a seguinte apreciação, compartilhada por tôdas as pessoas sensatas e sinceras: "O que falta a Renan é a consciência moral. Por causa desta lacuna, não quis olhar de perto onde o devia ter feito. Uma grande insinceridade revela-se desde o início até o fim do livro." (*Geschichte der Leben-Jesu Forschung*, 1913, p. 191).

o *túmulo vazio*: Se Cristo ressuscitara apenas na imaginação dos discípulos e não realmente, seu cadáver estaria ainda no túmulo e uma simples visita teria desfeito a alucinação. Pelo contrário, como vimos, todos, inclusive os Judeus inimigos, puderam constatar e ter a certeza de que o túmulo estava realmente vazio;

o *peixe e o mel* que Jesus comeu no cenáculo (Lc XXIV, 41-43): Se a aparição foi uma alucinação, também a manducação foi somente imaginária; neste caso, ao cessar a aparição, não eram apenas os restos, mas todo o peixe e o mel que deviam ter permanecido intatos, e os apóstolos teriam logo percebido que se tratava de uma alucinação;

a *pesca milagrosa* (Jo XXI, 3-14): Os peixes foram apanhados antes que Jesus fosse reconhecido; eram peixes reais, pois foi necessário até a ajuda de outro barco para trazê-los à margem e foram contados (153 grossos peixes). Mas então foram também reais a presença de Jesus na margem, sua ordem de lançar a rede à direita, o almoço preparado e comido, e tudo o mais que se deu nesta memorável aparição. Se se tratara de uma alucinação, cessada a aparição (imaginária, nesta hipótese), teriam logo os Apóstolos reparado na inexistência de peixes na rede e percebido que tudo não passara de um belo "sonho". Pelo contrário, mais de cinquenta anos depois, ainda narra João toda a cena como realmente acontecida, pois até corrige a falsa interpretação que alguns davam de umas palavras de Jesus a seu respeito (vers. 23).

Se os Apóstolos, em todos estes casos, tivessem sido alucinados, continuando depois a considerar tais efeitos como reais, sem repararem nunca na sua inexistência, seriam alucinações permanentes e invencíveis. Ora tais alucinações só se podem dar numa pessoa psicopata e delirante, nunca abrangem vários sentidos, nem podem ser coletivas (Critério da Concordância).

Por conseguinte, é absolutamente inadmissível que as aparições de Jesus tenham sido alucinações subjetivas.

B) *Nem foram visões místicas ou espirituais.*

335. Para alguns Modernistas, Cristo não foi realmente visto, ouvido, tocado no seu corpo redivivo. As aparições não passaram de *simples representações internas, produzidas por Deus idênticamente em cada um dos discípulos*. Tais "visões" foram chamadas "objetivas" tão somente porque estas imagens internas não proviriam de um elemento puramente subjetivo (a perturbação física ou psíquica dos alucinados), mas de

uma intervenção divina, como se dá nas visões imaginativas dos místicos.

Uma tal suposição é inadmissível:

Os Apóstolos tiveram também destas visões místicas. Por exemplo: Pedro (*Atos X, 9-19; XI, 5*), Paulo (*Atos XVI, 9; XXII, 17-21; II Cor. XII, 1-4*). Mas o texto faz notar que foi durante a noite ou em estado de *êxtase*, i. é, enquanto estavam alheios ao mundo que os rodeava. *No êxtase místico, as coisas contempladas sob o influxo divino não estão em conexão com os acontecimentos do mundo exterior, nem fazem parte integrante da trama das atividades ordinárias, mas formam um parêntese intercalado entre elas.* Por isso, nunca os Apóstolos consideraram estas suas visões como autênticas percepções de objetos externos e sensíveis.

Nas Aparições de Cristo, pelo contrário:

Os Apóstolos e discípulos estão plenamente em si, e é no curso ordinário das suas ocupações exteriores e sensíveis, que vem, com perfeita conexão, inserir-se Jesus ressuscitado, falando, agindo e continuando a sua doutrinação do mesmo modo que durante sua vida mortal. Não se trata, pois, de imagens internas, mas de verdadeiras percepções sensíveis do próprio Jesus fisicamente presente, visto, ouvido e tocado no seu *corpo redivivo*.

Além disso, foi em virtude destas aparições que os Apóstolos adquiriram a convicção inabalável de terem *realmente visto* no seu corpo *redivivo* o mesmo Jesus que morrera e fôra sepultado; foi sôbre elas que firmaram sua qualidade de *testemunhas verdadeiras* da Ressurreição (*Atos X, 41-42*), e Deus confirmou com milagres êste testemunho (*Atos III, 1-16 e IV, 10; IV, 33 com V, 12-16; etc.*). Por conseguinte, se estas aparições fôsem meras visões místicas internas e não verdadeiras percepções, i. é, se os Apóstolos não viram realmente a Jesus no seu corpo redivivo, como o afirmavam, teria Deus confirmado um êrro: o que é impossível.

Conclusão. — Logo as aparições de Cristo foram realmente *autênticas percepções sensíveis de Jesus redivivo, fisicamente presente em corpo e alma.* Por conseguinte, Jesus ressuscitou verdadeiramente.

336. CONFIRMAÇÃO. — Sem a plena certeza da realidade da ressurreição de Cristo, *ficam totalmente inexplicáveis:*

a *radical mudança moral* que se deu: — a) nos *Apóstolos*: de homens tímidos e desanimados pela morte do Mestre transformaram-se repentinamente em apóstolos sábios e destemidos, que pregaram, com intrepidez, a Ressurreição aos próprios Sacerdotes, Anciãos do povo e Fariseus (*Atos IV, 5-13*) e se lançaram à conquista do mundo para Cristo, no meio das perseguições e até sua morte nos tormentos; — b) *nos habitantes de Jerusalém*: indiferentes ou inimigos de Jesus durante a Paixão, no dia de Pentecostes converteram-se em massa, às primeiras pregações de Pedro e dos Apóstolos (cfr. *Atos*);

a *conversão repentina de Paulo*, no caminho de Damasco: de acérrimo perseguidor transformado em arauto da Ressurreição e no incansável Apóstolo das Gentes;

o *comportamento dos Sacerdotes e Fariseus* e sua *impotência* em convencer de fraude os Apóstolos: se Cristo não ressuscitara, bastava mostrar o cadáver [n.º 325];

as *numerosas conversões de pagãos*, em todo o império romano: o centro da pregação apostólica era a ressurreição de Jesus. Como teriam tantos milhares de homens admitido *sem provas* um tal fato? Como teriam abraçado uma doutrina tão incômoda para as paixões e que, então, expunha a toda sorte de sacrifícios e de perseguições? Quem é que transformaria assim a sua vida, porque alguém lhe vem dizer, sem o demonstrar, que tal homem ressuscitou? As provas só podiam ser os *depoimentos das testemunhas oculares, confirmados por milagres* e, portanto, certamente *verdadeiros*: Deus não pode confirmar uma ilusão!

Logo, em todos estes fatos históricos, *ou* admitir efeitos sem causa proporcionada e resignar-se ao absurdo, *ou* reconhecer a realidade da Ressurreição de Cristo.

B. — PROVA DA VERDADE RELATIVA

Cristo apresentou sua ressurreição como prova da sua messianidade

337. Afirmou Cristo o nexó entre a sua messianidade e a sua ressurreição:

1.º) *Explicitamente*: — a) Depois da expulsão dos profanadores do Templo, perguntaram a Jesus os Judeus: "Que sinal nos apresentas, para agir deste modo? Respondeu-lhes Jesus, dizendo: *Destruí este templo, e eu o reerguerei em três dias. . . Mas êle falava do templo do seu corpo. E depois que ressurgiu dos mortos, seus discípulos lembraram-se de que dissera isto. . .*" (Jo II, 18-21).

Trata-se da *Ressurreição* de Cristo, como faz notar João no texto; e assim entenderam os Judeus, os quais, depois, zombaram de Jesus na cruz, aludindo a estas suas palavras: *Mt XXVII, 40; Mc XV, 29.*

Trata-se de um *motivo de credibilidade*, i. é, de um milagre que prove estar Jesus investido de uma autoridade divina, em força da qual podia proibir e impedir o que a legítima autoridade humana dos sacerdotes do Templo tinha permitido.

b) Depois de terem já presenciado numerosos milagres operados por Jesus, pediram alguns escribas e fariseus: "Mestre, quiséramos ver-te fazer algum sinal". Respondeu-lhes Jesus: "Uma geração má e adúltera pede um sinal; mas não lhe será dado outro sinal, senão o *sinal do profeta Jonas*. Como Jonas esteve no ventre do peixe três dias e três noites, *assim estará o Filho do homem três dias e três noites no coração da terra.*" (*Mt XII, 38-40; XVI, 1-4.*)

Trata-se da *ressurreição*, como se vê pelo tempo que Jesus permanecerá "no seio da terra", no túmulo, de acordo com suas repetidas afirmações de que ressurgiria "ao terceiro dia". (Já vimos que, para os judeus, a expressão "três dias e três noites" era equivalente a três dias, mesmo incompletos: n.º 305, 2.ª Nota).

Trata-se de um *sinal da messianidade*, como se vê pelo contexto: Curara Jesus um possesso surdo e mudo, e o povo maravilhado exclamará: "Não é este por ventura o Filho de Davi?". i. é, o Messias (vs. 22-23). Os fariseus, porém, recusam esta conclusão e rejeitam o milagre, atribuindo-o ao poder de Belzebu, o príncipe dos demônios (v. 24). Jesus refuta-os e conclui que, se é pelo "Espírito de Deus" (i. é, pela autoridade de Deus) que expulsa os demônios, já chegou a eles o reino de Deus" (vs. 25-29). Pedem então um sinal, pelo qual comprove Jesus ser realmente munido desta autoridade divina que acabara de se atribuir.

2.º) *Implicitamente*. Sempre considerou Cristo a sua *ressurreição* como essencialmente ligada à sua *messianidade*, por fazer parte do plano divino anunciado pelos Profetas acerca do Messias, como explicou aos Apóstolos dias antes da sua

Ascensão, referindo-se aos freqüentes avisos que lhes dera da sua paixão, morte e ressurreição: "Assim é que foi escrito, e assim era necessário que Cristo [no grego, com o artigo, i. é, o Ungido, o Messias] padecesse e ressuscitasse ao terceiro dia." (Lc XXIV, 44-46. Cfr. I Cor. XV, 4).

Além disso, sempre afirmou sua messianidade, declarou ter o poder de dar a sua vida e de retomá-la (Jo X, 17-18), predisse a sua ressurreição [n.º 305, 2.º], é condenado à morte por ter afirmado que era o Filho de Deus. Num tal conjunto, a realização da ressurreição não pode deixar de ser uma confirmação divina de tôdas estas afirmações.

338. OBJEÇÃO. — Mas, se com a sua ressurreição quis Jesus provar a divindade da sua missão, por que apareceu tão sòmente a seus discípulos, e não aos seus inimigos para convencê-los?

RESPOSTA. — 1) Apareceu também a Saulo, quando ainda era fariseu e perseguidor implacável dos cristãos, e o convenceu.

2) Tais aparições suplementares, porém, não eram necessárias. Os inimigos podiam convencer-se facilmente da realidade da ressurreição pelo sepulcro vazio, pela relação dos guardas, pelo testemunho dos Apóstolos comprovado por milagres que elles mesmos presenciavam e não podiam negar (Atos IV, 16). E de fato, como vimos, pelo seu comportamento manifestaram claramente que estavam convencidos [n.º 325]. Quanto aos fiéis, os judeus e pagãos que se converteram, não precisaram delas para crer.

3) Teriam sido inúteis. — Os contemporâneos de Jesus que permaneceram infiéis, apesar de presenciarem tantos milagres, provavelmente não se teriam convertido à vista de um morto ressuscitado. Já não viam, vivo entre elles, um ressuscitado muito conhecido, Lázaro? Converteram-se? Pelo contrário, só procuravam desembaraçar-se de testemunha tão incômoda (Jo XII, 9-11). Não teria acontecido o mesmo, diante de Jesus redivivo? — Para os incrédulos posteriores, e os do nosso tempo, de nada adiantariam tais aparições ao Sinédrio, a Pilatos, Herodes. E pelos Evangelhos que as conheceríamos, e elles recusam o testemunho dos evangelistas, apesar do seu comprovado valor histórico. Falariam em alucinações causadas pelo remorso, como falam em alucinações causadas pelo entusiasmo, a fé, a expectativa, e permaneceriam na sua incredulidade. Tais aparições aos inimigos teriam o mesmo caráter sobrenatural que as aparições aos Apóstolos, e por isso mesmo seriam negadas e recusadas como o foram estas.

4) Muito convenientemente para os indivíduos e para a sociedade preferiu Deus, na propagação da sua mensagem, a revelação mediata [veja o porquê, no nosso primeiro volume, n.º 393]. Como diz S. Pedro; "fêz com que elle (Jesus) se manifestasse, não a todo o povo, mas às testemunhas que Deus tinha predeterminado, a nós,

que comemos e bebemos com êle, depois que ressuscitou dentre os mortos" (Atos X, 41), e garantiu com milagres o testemunho e a pregação dos Apóstolos, dando assim motivos largamente suficientes para a racionalidade da fé e para mover a vontade de qualquer homem de consciência reta e sincera. Por isso, pedir que Jesus apareça a cada um dos perseguidores seus (e conseqüentemente a todos os outros que os imitaram no decurso dos séculos), de propósito para convencê-los, é exigência desnecessária e também descabida (487).

339. Conclusão final. — Garantida por êste supremo sinal divino, qual é a *Ressurreição gloriosa profetizada e historicamente realizada*, a verdade do testemunho de Cristo sobre si mesmo resplandece em tôda sua evidência: não pode Deus confirmar um impostor com tamanho milagre, nem dar-lhe um tal sinal de predileção e recebê-lo na sua glória. Logo Jesus é verdadeiramente o *Legado de Deus*, o *Messias*.

Jesus dissera de si mesmo que tinha o poder de dar a sua vida e o poder de retomá-la (Jo X, 17-18). Também esta afirmação é garantida pela ressurreição. Logo é verdadeira. Logo foi *por seu próprio poder* que Jesus se ressuscitou a si mesmo (488). Logo é *Deus*.

Por isso S. Pedro, já no seu primeiro discurso do dia de Pentecostes, concluía que a Ressurreição gloriosa manifestava com plena certeza que Deus constituíra a Jesus de Nazaré "*Senhor e Cristo*" (Atos II, 32 e 36). — Por isso, também S. Paulo, os outros Apóstolos e a Igreja tôda puseram sempre a Ressurreição no centro da sua pregação, como o *grande motivo de credibilidade* da fé cristã e como *objeto essencial* desta mesma fé, a qual seria vã e estéril, se Cristo não ressuscitou (489).

(487) Cfr. DUPLESSY, *op. cit.*, II, p. 337-340.

(488) Como explica a teologia, Jesus Cristo é o *Verbo Incarnado*, a *própria pessoa do Verbo* enquanto subsistente na natureza divina e na natureza humana que assumiu. A causa *principal* da ressurreição foi o *Verbo* em união com o Pai e o Espírito Santo: pois as operações divinas "*ad extra*" são comuns às três Pessoas da SSma. Trindade. A causa *instrumental* foi a *humanidade* de Cristo unida com a divindade na pessoa do Verbo. Portanto, sendo Jesus Cristo uma única pessoa, a do *Verbo*, podia e devia dizer que era *por virtude própria* que havia de ressuscitar. Quando a Sagrada Escritura diz que Cristo foi ressuscitado por Deus ou pelo Pai (ex., Atos II, 24; III, 15; Gal. I, 1), refere-se à sua humanidade.

(489) Cfr. *I Cor.* XV, 14-20 e o seu comentário em *La Sainte Bible* (PIROT), vol. XI, 2.^a parte, p. 280-282.

340. A Ressurreição de Cristo na nossa vida.

Para o Cristão, a ressurreição de Cristo não é apenas um acontecimento histórico a ser lembrado uma vez por ano, nem ~~é apenas um motivo de credibilidade que fundamenta a nossa fé.~~ É uma *realidade viva e atual*, com a qual está intimamente relacionado e que transforma sua existência, dando-lhe o verdadeiro cunho cristão.

A Ressurreição de Cristo é a *vitória sobre a morte* e as *primícias da nossa própria ressurreição* (I Cor. XV, 20, 54). Cristo ressurgido dos mortos já não morre (Rom. VI, 9); nossa morte também foi destruída (Prefácio da Missa de Páscoa), já não passa de uma dormição temporária, porque, como Cristo e por Ele, também o nosso corpo sairá um dia do túmulo, vivo e glorioso.

Cristo ressuscitou *para nossa justificação* (Rom. IV, 25). No batismo fomos "*consepultados*" com Cristo, morrendo ao pecado, e fomos "*enterrados*" em Cristo, para *ressuscitarmos* com Ele (Rom. VI, 1-5); renascemos "*nova criatura*" (II Cor. V, 17), com "*vida nova*", a vida de Cristo (Coloss. III, 4).

Mas se temos ressuscitado com Cristo, são os bens *celestes* que devemos amar e procurar (Coloss. III, 1-3), é nesta "*vida nova*" que devemos caminhar (Rom. VI, 4), é para Aquêlê que por nós morreu e ressurgiu que devemos viver (II Cor. V, 15).

E neste caminhar, é a *paz*, é a *alegria da esperança* que deve encher nosso coração, como dizia Jesus aos Apóstolos (Jo XV, 11; XVI, 24; XVII, 13) e inculcava Paulo aos Filipenses (IV, 4-7), porque "*o reino de Deus... é justiça, paz e gôzo no Espírito Santo*" (Rom. XIV, 17).

Penhor desta esperança, *causa* desta alegria, — estado de alma do cristão —, é a *Ressurreição de Cristo*: acima das misérias desta vida terrestre para Jesus *redivivo* e *glorioso*, que intercede por nós junto ao Pai (Hebr. VII, 25; Rom. VIII, 34; I Jo II, 1-2), que prepara o nosso lugar e voltará para nos buscar e colocar com Ele na glória (Jo XIV, 3).

Surrexit Dominus vere! Eis o brado de vitória que ressoa sempre no coração cristão.

ARTIGO QUINTO

JESUS PROFETIZADO

Além de ser êle próprio um Profeta, Jesus foi também *profetizado*. Os maiores gênios, ignorados antes do seu nascimento, mal conseguem impor uma sua lembrança aos pósteros. Sòmente Jesus de Nazaré pôde apontar para os séculos que o precederam e afirmar que já então era conhecido, desejado e amado. Este fato — *único* na história — constituiu, cronològicamente, a primeira garantia divina da messianidade de Cristo, um argumento de primeira ordem, que teve sempre um lugar de honra na Apologética cristã.

Já o próprio *Jesus Cristo* a êle recorreu repetidas vêzes, como veremos [n.º 358]. — Os *Apóstolos* seguiram o exemplo do Mestre: Pedro, ao povo em Jerusalém (*Atos* II, 27-32; III, 18-25) e na sua I Epístola (I, 10-12); Paulo, na sinagoga de Tessalonica (*Atos* XVII, 2-3) e aos judeus de Roma (*Atos* XXVIII, 23); Mateus, em todo o seu Evangelho; Filipo, na conversão do eunuco etiope (*Atos* VIII, 35). — Os *Apologistas* e os *Santos Padres* sempre dêle trataram com certa predileção: veja a longa lista indicada por TROMP, *op. cit.*, pp. 303-305 e os motivos nas pp. 328-329). — Nem perdeu nunca a sua eficácia. Vamos, pois, expô-lo na seguinte tese.

TESE XV. — **Provou Cristo a verdade do seu testemunho apresentando as profecias messiânicas do A. T., tôdas nêle realizadas.**

341. ADVERSÁRIOS. — Os *Racionalistas*, por causa do seu preconceito naturalista, vêem-se obrigados ou a negar sem mais as profecias messiânicas, ou a tentar explicações naturais, considerando tais predições como simples desejos vagos de libertação e de melhores condições para o povo de Israel, ou atribuindo ao acaso a sua realização em Jesus de Nazaré. — Para alguns *Protestantes liberais*, estas profecias não se refeririam aos fatos e à vida de Cristo e da Igreja, mas a pessoas e fatos contemporâneos de cada profeta. — Os *Judeus ortodoxos* ainda estão à espera do Messias. Os *Judeus liberais* interpretam as predições como anunciando uma *era messiânica* e não um *Messias pessoal*.

342. DOUTRINA DA IGREJA. — Como referem os livros do N.T., Jesus e os Apóstolos apelaram para o argumento das profecias messiânicas descritas no A. T. E a Igreja ensina que estas predições são autênticas profecias acêrca de Jesus Cristo (D. 711, 794,

2115) e as enumera entre os argumentos certos da sua messianidade divina (D. 1790).

A Tese, portanto, é de *fé divina*, contida na Sagrada Escritura, e pode-se dizer também de *fé católica*, pelo ensino ordinário do Magistério.

343. POSIÇÃO DA TESE. — Para provar a messianidade de Cristo pelas profecias do A. T., é necessário e suficiente evidenciar: — 1) que, já muito antes do nascimento de Jesus, existiam êstes livros do A. T., contendo predições acêrca de um Legado divino futuro; — 2) que estas predições se realizaram em Jesus de Nazaré, e sòmente nêle; — 3) que estas predições e esta realização não se podiam dar sem uma intervenção milagrosa de Deus.

Consideramos agora os livros do A. T. *històricamente*, como livros sacros nacionais do povo hebreu, prescindindo do seu caráter de livros inspirados por Deus.

Arguilmos, apologêticamente, não de cada predição tomada separadamente, mas do conjunto de tôdas elas, porque é só neste conjunto que se acha plenamente delineada a imagem característica do Messias e do seu reino.

Mencionaremos sòmente as predições mais importantes e que se referem claramente ao Messias ou pelo seu sentido literal ou por um sentido figurado tradicionalmente reconhecido como messiânico pelos próprios judeus anteriores a Cristo.

DEMONSTRAÇÃO

344. ENUNCIADO DO ARG. — *Existe uma coleção de livros religiosos, patrimônio venerando do povo hebreu; livros escritos no decurso dos séculos que precederam a vinda de Jesus Cristo, que se apresentam como um todo orgânico e nos quais são anunciadas e descritas, com traços cada vez mais determinados e pormenorizados, as características da vida e do reino de um futuro Enviado de Deus, — características que se realizaram plenamente e sòmente em Jesus de Nazaré e no reino religioso, a Igreja que êle fundou. (Verd. Històrica). (I)*

Ora, tanto estas predições como esta realização supõem necessariamente uma intervenção extraordinária de Deus na inteligência dos profetas e no curso da história (Verd. Filo-

sófica e Teológica) (II); — *intervenção divina que confirma o testemunho de Cristo sobre si mesmo* (Verd. Relativa) (III).

Logo este testemunho é verdadeiro: Jesus Cristo é realmente o Messias e o Filho de Deus e, portanto, sua religião é realmente divina.

EXPOSIÇÃO. — Provemos cada uma destas afirmações (490).

I. — A Verdade Histórica das predições messiánicas e da sua realização em Jesus de Nazaré.

Provar esta verdade *histórica* é fazer ver que existiam realmente, muitos anos ou séculos antes do nascimento de Cristo, predições de um determinado e futuro Enviado de Deus, que se realizaram em Jesus Cristo e somente nêle.

A Bíblia e a sua Unidade

345. É um fato, historicamente indiscutível e por todos admitido, que os Hebreus possuíam uma coleção de livros religiosos, incluídos na Bíblia cristã, da qual constituem a primeira e maior parte sob o nome de *Antigo Testamento* (Testamento — aliança, economia de salvação, cfr. nota 60).

Estes livros religiosos formam um *todo orgânico* (491):

São o patrimônio de um *único povo*, distinto e separado dos outros povos. Foram sempre considerados como um *todo*, designado por um único vocábulo ao plural ou ao singular: "*As Escrituras*" ou "*A Escritura*".

Todos êles estão penetrados de um *mesmo* espírito, único naquele tempo e que os diversifica de um modo absoluto dos livros sacros dos outros povos: só êles proclamam o mais rígido e puro *monoteísmo* e o defendem enérgicamente contra tóda espécie de politeísmo, superstição e magia.

(490) Cfr. M. LAGRANGE, *Le Messianisme chez les Juifs*, Paris 1909. — *Diot. Apol.* de D'ALÈS, os artigos "*Juif (Le Peuple)*" de M. TOUZARD e "*Prophétisme Israélite*" de A. CONDAMIN. — *Diot. de Théol. Cath.*, os artigos "*Jésus-Christ, prophéties messianiques*" de A. MICHEL e "*Messianisme*" de L. DENNEFELD. — PINARD DE LA BOULLAYE, *Jésus Messie*, Conférences de 1930: IV Conf., p. 127-169. — F. CEUPPENS, *De prophetiis messianicis in A.T.*, Roma, 1935. — L. TONDELLI, *Il disegno divino nella Storia*, Torino 1947. — P. BUYASSE, *Jésus devant la critique*, p. 284-289. — A. GELIN, *Les idées maîtresses de l'A.T.*, 5.^a edic. Paris 1955 e o art. "*Messianisme*" no *Diot. de la Bible, Supplément*, T. V, col. 1165-1212. — MORS, *op. cit.*, p. 317-339. — M. NICOLAU, *op. cit.*, p. 389-427. — TROMP, *op. cit.*, p. 302-317.

(491) Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 307-308.

Sua lei moral, embora não alcance a elevação própria da lei cristã, transcende do modo mais saliente as morais de tôdas as outras religiões.

Os fatos da vida histórica e religiosa do povo hebreu, bem como sua doutrina religiosa, são expostos e desenvolvidos nos vários livros com perfeita continuidade e harmoniosa coerência.

Sobressai em todos êles a *mesma esperança* de um Redentor futuro. E apesar de escritos no decurso de muitos séculos e por tantos autores diversos, o conjunto dos traços com os quais descrevem progressivamente êste Redentor, mesmo com todos os seus contrastes, forma uma *imagem coerente*, que parece pintada por uma mesma e única mão.

O Profetismo no A. T.

346. Êstes livros, depois de referir a origem do mundo e do gênero humano, descrevem a evolução histórica do povo de Israel, escolhido por Deus para uma missão especial e por Êle mesmo governado e educado em vista desta missão.

Para isso serviu-se Deus de *Profetas*, i. é, de homens que Êle escolhia, esclarecia e encarregava de comunicar em seu nome (Profeta, de *profemi* — falar em nome de outro) suas leis, suas vontades, seus avisos e seus designios futuros. Assim entendido, nunca faltou o Profetismo no povo de Deus. Mas foi principalmente no tempo dos reis, que se desenvolveu e exerceu considerável influência sôbre a vida nacional.

Escritos proféticos. — Foi também nesta mesma época, que os Profetas começaram a pôr por escrito suas pregações e suas predições. Destas predições, algumas referiam-se aos acontecimentos do povo de Israel e das nações vizinhas, outras anunciavam um Messias futuro e seu reino. Ê destas *predições messiânicas* que tratamos nesta tese.

A Bíblia, no A. T., contém os escritos de dezesseis profetas divididos em grandes e pequenos, segundo a extensão dos seus livros.

Os *grandes profetas* são quatro: Isaías (de 740 a 700), Jeremias (de 628 a 588) com seu secretário Baruc, Ezequiel (de 593 a 570) e Daniel (de 605 a 536).

Os *doze pequenos profetas* figuram na Bíblia na seguinte ordem, um pouco diferente da ordem cronológica: Oseas (ca. 722), Joel (séc. IX ou VI), Amos (entre 791 e 753), Abdias (séc. VIII ou VI), Jonas (ca. 780), Miquêlas (de 740 a 695), Naum (ca. 620), Habacuc (ca. 610), Sofonias (ca. 630), Ageu (ca. 520), Zacarias (ca. 520-518) e Malaquias (ca. 450).

Os anos indicados são a data aproximativa provável da composição dos escritos de cada profeta (492).

(492) Cfr. *Verbum Dei*, T. II.

Já antes dêles fizeram profecias messiânicas também os Patriarcas, Moisés, Davi e Natan.

As Obscuridades nas Predições Messiânicas. (493)

347. Não raro o profeta num único olhar vê vários acontecimentos futuros muito diversos, logicamente unidos mas cronologicamente muito distantes entre si, e os prediz simultaneamente, sem discerni-los com clareza nem indicar o tempo que os separa. Outras vezes, a fatos ou sinais que no *sentido literal* se referem ao Messias ou ao seu reino, junta outros, que somente no sentido *típico* podem ser messiânicos, ou que são simples *metáforas* ou expressões *poéticas*. — Além disso, a descrição do Messias e do seu reino foi feita aos poucos e *gradativamente*, acomodada à preparação progressiva do povo hebreu, para manter sempre viva através dos séculos a sua esperança messiânica e para que a imagem do Messias, traçada por vários homens e em tempos diversos, aparecesse mais claramente ser obra não dos homens, mas do *próprio Espírito Santo*.

Por tudo isso, pode acontecer que uma predição, tomada isoladamente, contenha alguma obscuridade e não seja entendida perfeitamente pelos que a ouviram, ou mesmo pareça impessoal, como uma pincelada separada num quadro inacabado.

Não seria razoável, portanto, querer julgar cada predição separadamente, querer interpretar seu sentido e sua realização possível, *unicamente* pelo que pensavam os contemporâneos de cada profeta, sem olhar a todo o conjunto e ao seu teor personalístico.

E mesmo na própria imagem do conjunto, se fôr considerada independentemente de toda a sua realização, poderá permanecer alguma dificuldade em harmonizar certos traços aparentemente impossíveis, como por ex., a humanidade com a divindade, a humilhação com a glorificação do Messias prometido, a espiritualidade com a temporalidade do seu reino. — À luz, porém, da sua *realização*, nesta mesma imagem, tal como foi profetizada, resplandece, com a perspectiva cronológica, a harmonia destes contrastes: Jesus Cristo com sua vida, paixão, morte e ressurreição, iluminou-os todos e a todos reuniu numa solução tão clara e tão simples, que traz o selo da divindade.

Tais obscuridades ou dificuldades, por conseguinte, em nada infirmam o valor das predições, pois desaparecem no momento da realização, podendo-se, pelo menos então, reconhecer claramente terem sido precisamente estes fatos realizados, que nas predições foram anunciados como futuros.

**QUADRO SINTETICO DAS PRINCIPAIS PREDIÇÕES
MESSIANICAS**

348. Colocamos numa ordem lógica estas predições, que os profetas foram anunciando no decurso dos séculos sem qualquer preocupação sistemática. A sua messianidade é garantida pela tradição judaica, bem como pela exegese rigorosa mas sincera (494). A sua plena realização em Jesus de Nazaré e na sua Igreja é comprovada por tóda a narrativa evangélica e pelos outros livros do N. T. (No quadro indicamos apenas um ou outro texto) e pela história do Cristianismo.

Objeto	Predição	Realização
--------	----------	------------

A GENEALOGIA DO MESSIAS

Pertencerá

ao género humano ...	Deus, na 1.ª promessa do Salvador feita a Adão e Eva: Gênesse III, 15.	Cfr. as genealogias de Jesus em Mt I, 1-18 e Lc III, 23-28
----------------------	--	--

à descendência

de Abraão	Gênesse XXII, 18	Jo VIII, 56; Gal. III, 16
de Isaac	> XXVI, 4	
de Jacó	> XXVIII, 14	
	Números XXIV, 17-19 (495)	

à tribo de Judá ...	Gênesse XLIX, 8-10	Hebr. VII, 14; Apoc. V, 5
---------------------	--------------------	---------------------------

à família de Davi .	Natan: II Reg. VII, 12-16	Atos XIII, 22-23
---------------------	---------------------------	------------------

	Davi: Salmo 88, 36-38	Rom. I, 3
--	-----------------------	-----------

	Isaias XI, 1-2	II Tim. II, 8
--	----------------	---------------

	Jeremias XXIII, 5-6	
--	---------------------	--

SUA VIDA, PAIXÃO, MORTE E RESSURREIÇÃO

Terá um precursor ...	Malaquias III, 1	Mt XI, 10; Lc I, 17, 76; III, 3-4
-----------------------	------------------	-----------------------------------

Nascerá em Belém de Judá	Miquéias V, 2	Mt II, 1, 3-6; Lc II, 4-7.
--------------------------------	---------------	----------------------------

Nascerá de uma Virgem	Isaias VII, 14	Mt I, 18-23; Lc I, 26-36
-----------------------	----------------	--------------------------

(494) Cfr., por ex., *Verbum Dei*, T. II, Herder, Barcelona 1956; M. NICOLAU, *op. cit.*, p. 392-424; MORS, *op. cit.*, p. 319-332; DUPLESSY, *op. cit.*, p. 357-393; J. LANGAN, *Apologetica*, p. 143-180.

(495) Este oráculo de Balaão (adivinho pagão, chamado por Balac, rei de Moab, para amaldiçoar os Hebreus, mas que por ordem de Deus os abençoou) foi sempre aplicado ao Messias pela tradição judaica.

Objeto	Predição	Realização
Será Deus e homem	Isaías IX, 6-7 Salmos II, 7; CIX, 1	passim: Cfr. ns. 255-260
Virão reis do Oriente		
para adorá-lo	Isaías LX, 1-6	Mt II, 1-12
Fugirá para o Egito e voltará	Oséias XI, 1	Mt II, 13-15, 19-21
Haverá um massacre de crianças	Jeremias XXXI, 15	Mt II, 16-18
Iniciará sua pregação na Galiléia	Isaías IX, 1-2	Lo XXIII, 5
Pregará aos humildes, pobres e aflitos	Isaías LXI, 1-2	Mt XI, 5
Será manso e misericordioso	Isaías XLII, 2-3	Cfr. n.º 274, 1.º: c, d
Fará milagres	Isaías XXXV, 4-6	Cfr. a Tese XII
Entrará em Jerusalém montado em uma jumenta	Zacarias IX, 9	Mt XXI, 2-11
Será abandonado pelo seu povo	Isaías VI, 8-10; LIII, 1	Mt XXVII, 20, 25
Será odiado sem motivo	Salmo XXXIV, 7; LXVIII, 5	Jo XV, 25
Abandonado pelos seus amigos	Zacarias XIII, 7	Mt XXVI, 31
atracadoado por um deles	Salmo XL, 10	Mt XXVI, 14-16
vendido por 30 moedas, que serão lançadas no templo, para o oleiro	Zacarias XI, 12-13	Mt XXVII, 3-10
flagelado, esbofetado e cuspidado	Isaías L, 6	Mt XXVI, 67; XXVII, 26-31
o homem das dores	Isaías LIII, 2-5 (496)	Cfr. a Paixão nos Evang.
Como um cordeiro, não se lamentará nem abrirá a bôca	Isaías LIII, 7	Mt XXVI, 68; XXVII, 12-14

(496) Tantos pormenores contém este c. LIII, que foi chamado "a Paixão segundo Isaías".

Objeto	Predição	Realização.
Será condenado à morte como malfeitor e intercederá pelos seus inimigos	Isaias LIII, 12	Mt XXVII, 38; Lo XIII, 32-34
Serão traspassadas suas mãos e seus pés	Salmo XXI, 17-18	Mt XXVII, 35; Jo XX, 25-28
Serão divididos seus vestidos e sorteada sua túnica	Salmo XXI, 19	Mt XXVII, 35; Jo XIX, 23-24
Será rodeado de inimigos e escarnecido	Salmo XXI, 8, 9, 13, 17	Mt XXVII, 39-48
Na sua sêde lhe darão fel e vinagre	Salmo LXVIII, 22	Mt XXVII, 34, 48; Jo XIX, 28-30
Sentir-se-á como abandonado por Deus	Salmo XXI, 2	Mc XV, 34
Será traspassado	Zacarias XII, 10	Jo XIX, 34, 37
Será sepultado no túmulo de um rico	Isaias LIII, 9	Mt XXVII, 59-60
mas seu corpo não verá a corrupção .	Salmo XV, 9-11	Atos II, 27 e 31
Será exaltado e glorificado e reinará sobre todas as gentes	Salmo XXI, 24-32	Cfr. nos Evangelhos e Atos: a Ressurreição e Ascensão;

SUAS PRERROGATIVAS

Profeta, Mestre e Legislador enviado por Deus	Moisés: Deut. XVIII, 15, 18-19 (497)	Jo IV, 25-28; V, 46; VI, 14; VII, 40; Atos III, 22-23
	Isaias XLII, 1-4; LXI, 1	Cfr. ns. 246-248 e a Tese XIII
Mediador entre Deus e os homens de uma Nova Aliança universal de salvação	Isaias XLIX, 6; LV, 3-5	Mt XXVI, 26-28
	Jeremias, XXXI, 31-33	Hebr. VIII, 6-11; IX, 15
		Cfr. ns. 249-250

(497) Segundo os autores contemporâneos, católicos e protestantes, neste texto anuncia Moisés a instituição do profetismo, referindo-se a toda a série futura dos profetas e apontando explicitamente para um, esperado de um modo particular e que seria o maior de todos, i.é, o Messias. Que a profecia seja certamente messiânica, atesta-o toda a tradição dos Judeus e dos Samaritanos, que esperavam um Messias *Profeta*, como se vê claramente pelos Evangelhos e os Atos: cfr. lugares citados.

Objeto	Predição	Realização
Sacerdote eterno segundo a ordem de Melquisedec	Salmo CIX, 4	Hebr. c. VII
Vítima voluntária, imolada pelos pecados dos homens	Isaias LIII, 4-10	Hebr. c. IX; X, 1-18
Rei perene e universal	Salmos: II, 6-9; LXXI, 5, 7-11; CIX, 1-2 Isaias IX, 6-7 Daniel VII, 13-14 Zacarias IX, 9-10	Jo XVIII, 32-37 Mt XXVIII, 19-20; Hebr. I, 5, 8 Apec. II, 27; XIX, 15-16

O TEMPO DE SUA VINDA

Virá antes de Judá deixar de ter o cetro	Jacó: Gen. XLIX, 10 (498)	Jesus veio de fato no tempo anunciado por Daniel,
na septuagésima semana de anos depois do decreto da reconstrução de Jerusalém,	Daniel IX, 24-27 (499)	antes da destruição daquele Templo, no qual foi apresentado ao Senhor: Lc II, 22-38, e entrou muitas vezes
estando ainda de pé o Templo construído sob Zorobabel (500)	Ageu II, 7-10	
no qual entrará	Malaquias III, 1	

(498) A tribo de Judá terá sobre as outras tribos de Israel uma preeminência, que existirá ainda quando vier o "Silôh". Esta pessoa designada por "Silôh" terá poder não apenas sobre a raça de Jacó, mas sobre todos os povos. A tradição judaica era unânime em reconhecer neste "Silôh" o Messias esperado; nos *targums* (traduções bíblicas vizinhas do tempo de Jesus Cristo), "Silôh" foi traduzido pura e simplesmente por *Messias*. Cfr. DUPLESSY, *op. cit.*, II, p. 359-360; M. NICOLAU, *op. cit.*, p. 394-395.

(499) O conteúdo desta profecia concorda plenamente com o das outras profecias messiânicas: os bens prometidos (v. 24), a morte violenta do "Ungido" (= Messias) (v. 26), a nova aliança universal (v. 27). Também o tempo indicado combina com o da vinda de Jesus de Nazaré. Por isso, com exceção de uns poucos autores recentes, a interpretação *tradicional* sempre referiu este texto ao Messias e ao tempo da sua vinda. Tal foi sem dúvida a interpretação também dos antigos Judeus, pois provocou em tôda a parte uma efervescência de expectativa messiânica no início da nossa era, quando terminavam as setenta semanas de anos. Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 313.

(500) Neste templo de Zorobabel, Herodes o Grande fez uma profunda *restauração*. Não foi, porém, uma destruição completa e uma nova construção.

Objeto	Predição	Realização
--------	----------	------------

O REINO MESSIANICO

Nova aliança definitiva que sucederá à antiga	Jeremias XXXI, 31-33 Daniel IX, 27	Como consta pela história, tôdas estas profecias acham-se realizadas
Terá início em Jerusalém e se estenderá a todos os povos	Isaías II, 2-4; XLIX, 6; LIV, 2-3; LXVI, 19-20 Miquéias IV, 1-3	na Igreja que Cristo fundou e sômente nela:
Propagando o monoteísmo e suprimindo a idolatria	Zacarias XIII, 2	teve início em Jerusalém, sucedendo à antiga Lei;
Reino perpétuo de justiça, de santidade e de paz,	Salmo LXXI, 4, 7, 12-14 Isaías XI, 1-3; XXXII 17 Jeremias XXXIII, 15-16	difunde-se por todo o orbe; pregando o monoteísmo e abolindo a idolatria;
repleto de conhecimentos divinos	Isaías XI, 9; LIX, 21 Jeremias XXXI, 33	ensina verdades divinas reveladas;
cheio do Espírito Santo .	Isaías IV, 4-6 Ezequiel XI, 19-20	pelos sacramentos infunde na alma a graça e os dons do Espírito Santo, purificando e santificando.
e de carismas	Joel II, 28	Nela se dão continuamente carismas e milagres.
Nêle haverá a purificação dos pecados	Ezequiel XXXVI, 25-28 Daniel IX, 24 Zacarias XIII, 1	Sociedade espiritual e visível, regida pelo Vigário de Cristo e pelos Bispos, com sacerdotes de tôdas as raças,
Terá sacerdotes de tôdas as raças	Isaías LXVI, 21	oferece em todo o mundo, sem interrupção, o Sacrifício da Missa.
e um sacrificio novo, oblação pura oferecida em tôda a terra	Malaquias I, 10-11	Desde o início foi sempre perseguida, mas nunca vencida.
Será perseguido em tôda a parte,	Salmo, II, 1-4 Isaías LIV, 17	

Objeto	Predição	Realização
nunca porém será vencido,	Daniel II, 44; VII, 13-14, 27	
mas permanecerá eternamente	Zacarias XII, 8	Cfr. infra, Teses XVII-XIX.

AUTENTICIDADE destas Predições. (501)

349. A predição é o anúncio de acontecimentos *futuros*. Provar, portanto, a autenticidade de uma predição é demonstrar que foi realmente pronunciada *antes* dos acontecimentos que anuncia. — Para as predições messiânicas, isso é evidente:

1) *Pela expectativa messiânica*: No tempo de Jesus, todos os judeus esperavam um Legado divino, o Messias, e esta expectativa estava fundada em vaticínios proferidos havia muitos anos ou séculos e contidos nos livros sacros nacionais: cfr. ns. 230-232. — Como logo veremos, diante dos seus inimigos sacerdotes e fariseus, o próprio Cristo e, depois, os Apóstolos apelaram com tódia segurança para êstes vaticínios tirados da Sagrada Escritura. Não o teriam podido fazer, se a autenticidade e autoridade irrefragável destas predições não fôsem evidentes e admitidas por todos.

Esta esperança messiânica *era muito antiga*: — a) Encontramo-la conservada entre os Samaritanos (*Jo IV, 25*) — tribo constituída por israelitas não levados para o cativo e por alguns estrangeiros trazidos para a Samaria — que desde os tempos de Zorobabel, no VI séc. a. de Cristo, tinham cortado as relações com os Judeus. — b) É comprovada por tódia a história do povo de Israel: a promessa e a expectativa do Messias foi a razão de ser da sua escolha e da sua proteção por parte de Deus.

2) *Pela antiguidade dos livros proféticos do A. T.* — No tempo de Cristo existia uma coleção de livros, chamada "Escritura", que gozava de suma autoridade, como se vê pelos Evangelhos. Êstes livros eram atribuídos a Moisés, Davi e aos Profetas, falecidos havia muitos séculos. Nêles encontram-se predições, que todos referiam ao Messias.

No III século antes de Cristo, foi iniciada em Alexandria a tradução grega do texto hebraico desta coleção. Esta ver-

(501) Cfr. MORS, *op. cit.*, n.º 588.

são, terminada no II séc. A. C., chamada dos *Setenta* (número dos tradutores, segundo a tradição) e espalhada por todo o Oriente e o Ocidente, foi substancialmente fiel ao texto hebraico, pois: era tida em muito aprêço pelos Judeus, sumamente ~~ciosos da conservação íntegra dos seus livros sacros; servia-se dela Flávio Josefo; quase tôdas as citações do A. T. que encontramos nos livros do N. T. são feitas segundo este texto grego.~~ Ora na versão dos *Setenta* encontram-se tôdas as predições messiânicas. Logo é certo que, já três séculos antes de Cristo, existiam no texto hebraico.

Afirma o II Livro dos Macabeus (II, 13) que Nehemias (V séc. A. C.) construiu uma biblioteca, na qual reunira "os livros dos reis e dos *profetas* e de Davi".

De muitos destes livros do A. T. foi provada cientificamente a autenticidade. Pertencem, pois, aos autores aos quais os atribuímos. Ora estes autores, como vimos, viveram muitos séculos antes de Cristo.

Confirma-se pelo *testemunho da Sinagoga*: Desde Jesus Cristo até hoje, sempre e com unanimidade, afirmam os rabinos, apesar da sua oposição ao cristianismo, a realidade e antiguidade das predições messiânicas contidas no A. T.

Estas predições referem-se a uma mesma e ÚNICA Pessoa real.

350. Consta clarissimamente pela *natureza* mesma de *muitas* predições que falam de um determinado descendente de Abraão, Jacó e Davi, que nascerá em Belém de uma Virgem, que será legislador e salvador, que morrerá depois de uma paixão dolorosíssima, que será juiz da humanidade, etc.

Consta pelo *conjunto* de tôdas as predições, tão relacionadas entre si que constituem uma *única* grande predição, da qual resulta uma *única* imagem coerente e harmônicamente caracterizada: prova de que foi sempre ao retrato de uma mesma pessoa, que cada profeta ia acrescentando a sua pincelada cada vez mais clara e distintiva.

Tal foi sempre a persuasão: de todos os Judeus, que esperavam "Aquêle de quem escreveram na Lei, Moisés e os Profetas" (*Jo I, 45* e cfr. n.º 230, a); dos Samaritanos (*Jo IV, 25*); de Cristo, ao aplicar a si mesmo estas predições; dos Apóstolos; do *Talmud*.

351. OBJEÇÃO. — As predições messiânicas: a) falam de pessoas ou fatos *contemporâneos* de cada profeta; b) não exprimem senão *vagos desejos e esperanças* de um povo oprimido que almeja sua libertação.

RESPOSTA. — Tais afirmações dos racionalistas estão em plena oposição com o teor das predições messiânicas (502):

1) Muitas falam explicitamente de um tempo *futuro*, mesmo remoto (*novissimis diebus*; Gên. XLIX, 1); Daniel indica até o número de anos (perto de 500) que hão de decorrer antes da realização. As outras formam com estas um conjunto inseparável, que apresenta claramente uma época totalmente diversa da dos profetas.

2) Não exprimem as predições messiânicas vagos desejos do povo, mas a *palavra de Deus*, como afirmam explicitamente os profetas: chamam-lhes de "visão", "palavra de Deus", usam freqüentemente a expressão "Disse o Senhor"; descrevem como eles próprios foram chamados por Deus e receberam ordem de transmitir suas palavras aos reis e ao povo; opõem os profetas verdadeiros aos falsos, que "Deus não enviara". Para tóda a tradição judaica, mesmo no tempo de Jesus, o profeta foi sempre um homem que "fala em nome de Deus".

Se as predições do reino do Messias apresentam às vêzes um caráter impessoal, as que dizem respeito à vida do Rei d'êste reino têm, como vimos, caráter estritamente individual com caracterização progressiva. É a estas últimas que as primeiras devem evidentemente ser referidas, como fêz de fato a tradição judaica.

Se foram as opressões do povo que fizeram desabrochar as predições messiânicas, nenhuma predição poderia ser *anterior* a estas opressões. Ora vimos que a profecia messiânica acompanha tóda a história do povo de Israel, já anteriormente às suas tribulações e opressões. Por outro lado, desde a era cristã não há mais profeta em Israel; entretanto continuaram as calamidades e perseguições d'êste povo.

Se as predições messiânicas tivessem por fim exaltar a esperança de Israel numa dominação futura sobre tódas as nações, não teriam anunciado os opróbrios, a paixão e morte do Libertador e muito menos a rejeição e dispersão do povo e a destruição do Templo.

TODAS estas Predições realizaram-se em JESUS de Nazaré e somente Nêle.

352. Existe um homem, descendente de Adão, de Abraão, Jacó e Davi, nascido em Belém, no término do tempo preanunciado, mestre de santidade e sabedoria, de bondade e justiça,

(502) Cfr. DUPLESSY, *op. cit.*, p. 400-401.

manso e misericordioso, consolador dos pobres e dos aflitos, atraindo por trinta moedas, flagelado, pregado numa cruz, nas suas dores abeberado com fel e vinagre? Este conjunto, aparentemente contraditório, de um homem que é juntamente ~~Filho de Deus na eternidade e filho de uma mulher no tempo~~, descendente de Davi e contudo seu Senhor, desejado e renegado, gloriosíssimo e desprezado, verificou-se na realidade histórica? (503)

A resposta é fora de toda e qualquer contestação: *Jesus Cristo*, pela sua vida e pela sua obra, a Igreja, realizou todas as predições messiânicas. Vejam o quadro sintético [n.º 348], ou melhor, percorram os Evangelhos e confrontem com as predições: tudo está cumprido, *consummatum est*. Tão perfeitamente foram realizados, por ex., os textos dos Salmos e de Isaías, que parecem escritos aos pés do Calvário. Cumpriram-se e de um modo harmonioso as predições que à primeira vista pareciam inconciliáveis: Jesus morreu abandonado nos tormentos e é o Rei das almas, amado e adorado através dos séculos. Sua Igreja, sempre perseguida mas sempre vitoriosa, continua a espalhar-se por toda a terra, derramando seus benefícios civilizadores e santificando as almas.

El *sòmente Jesus Cristo* realizou as predições: o *retrato* que elas descreveram, quanto ao tempo, lugares e circunstâncias da vida e da morte, não corresponde senão à figura de Cristo. Nem pode mais corresponder a nenhuma outra, pois já passaram dezenove séculos desde que se esgotaram as semanas de anos preditas por Daniel e que se deu a destruição do Templo anunciada por Agou.

353. OBJEÇÃO. — Nem todas as predições se realizaram. Assim: — 1) as promessas de ordem temporal, como a restauração perfeita do reino de Israel e sua prosperidade material, preditas por Isaías (XI, 12) e por Amos (IX, 12-15); — 2) a abundância e universalidade da paz e da justiça no reino messiânico, preditas por Isaías (II, 4; XI, 6-10) e no Salmo LXXI (2, 7, 12-14).

RESPOSTA. — 1) O elemento *essencial e primário* das predições messiânicas no seu conjunto consiste, com toda a evidência, em bens *espirituais religiosos e universais*: e isso se realiza no reino messiânico.

Muitas vezes nenhuma alusão é feita a bens materiais. Quando são mencionados, não raro estes bens são puras *figuras*, aco-

modadas à mentalidade de um povo fortemente inclinado para as coisas terrestres, simbolizando a renovação espiritual que o Messias devia trazer. E não é ainda com imagens de felicidades terrestres que descrevemos a bemaventurança do céu?

~~Quando significavam realmente bens temporais, prometendo aos Judeus uma supremacia sobre os outros povos, as promessas eram condicionadas, dependentes da fidelidade à Lei: condição explicitamente indicada em várias predições. Como não cumpriram os Judeus a condição exigida e haviam depois de repudiar o Messias, foi-lhes predita a sua rejeição e dispersão pelo mundo.~~

Os lugares indicados na primeira parte da objeção podem interpretar-se, em sentido *espiritual*: da futura conversão dos gentios, como fez S. Paulo (*Atos XV, 15-16*); dos benefícios espirituais da era messiânica, representados com a imagem de colheitas extraordinárias; ou da salvação do povo de Israel, chamado segunda vez a ingressar coletivamente no cristianismo, depois de convertidos os gentios (*Rom. XI, 25 e segs.*).

2) As predições messiânicas, sem distinção das perspectivas cronológicas, abrangem a inteira economia da salvação, até à glória final de Cristo (cfr. *Daniel VII, 13-14, 17; XII, 1-3*); descrevem o reino messiânico já plenamente estabelecido sobre a terra (*Isaias XI, 10*) e a sua fase definitiva na vida eterna. É somente quando a obra do Messias tiver alcançado sua total perfeição, que reinará absoluta justiça e perfeita paz.

Não se pode, entretanto, negar que as predições já tenham tido alguma realização. A renovação messiânica é essencialmente de ordem *moral*; o bem estar material, na justiça e na paz, está condicionado ao bem estar moral. Ora, desde o seu início, trouxe a Igreja ao mundo a justiça e a paz "em germe", nos princípios da sua moral, cuja observância perfeita e universal acabaria com as injustiças e as guerras e transformaria a convivência humana na harmonia feliz da caridade e fraternidade cristã. Recordemos o que foi dito da excelência da doutrina cristã e da sua moral [ns. 173-176], e da sua conveniência com as nobres aspirações da nossa natureza [ns. 190-192], que fez do Cristianismo "o fundamento da civilização humana" (Strauss).

Nem ficaram estes princípios sem resultados concretos. De quantas nações não abrandaram, através dos séculos, os bárbaros costumes, introduzindo estas nações no convívio pacífico dos outros povos, realizando aquela coabitação tranqüila de toda espécie de animais predita por *Isaias (XI, 6)*? Ninguém negará tampouco que o regime de vida, bem como o progresso material dos povos cristãos e dos que foram influenciados por eles sejam de muito superiores aos do mundo pagão, imerso ainda na tirania das suas superstições e dos seus feiticeiros.

Estamos longe da absoluta perfeição; mas é porque os povos e as suas instituições não estão ainda suficientemente impregnadas de cristianismo. Agora, como sempre na história, são precisamente

os governantes esquecidos ou inimigos da doutrina de Cristo, que ameaçam e provocam as guerras, as lutas de classes e o mal estar no mundo.

Entretanto, a Igreja vai continuando, em *extensão e profundidade*, a sua obra de justiça, de civilização e de paz. Seus Sacramentos santificam almas aos milhões. Seus Papas e seus Concílios fazem penetrar cada vez mais nas nações os sãos princípios da renovação moral, individual e social; enquanto seus heróicos missionários humanizam sem descanso a barbárie dos primitivos. Houve e há épocas de crises e inimigos mais ferrenhos que vencer. Sempre, porém, veio a vitória, acompanhada de um progresso cristão. Enquanto está ele em marcha, *as predições vão realizando-se*. Um juízo completo e *definitivo* só poderá ser dado no fim dos tempos.

CONCLUSÃO. — De tudo o que dissemos consta com evidência a verdade *histórica* das predições messiânicas e da sua realização em Jesus Cristo e na sua Igreja.

II. — *Estas predições e a sua realização não podem ser explicadas senão por uma intervenção extraordinária de Deus.* (Verd. Filosófica e Teológica).

354. Provar a *verdade filosófica e teológica* de umas predições e da sua realização, é fazer ver que não podem ser explicadas *naturalmente*, mas requerem necessariamente uma intervenção *extraordinária* de Deus na inteligência do profeta e no curso da história, constituindo autênticas profecias [cfr. n.º 301], milagres da sabedoria de Deus e do seu domínio sobre os acontecimentos humanos. — No caso das predições messiânicas, é evidente:

A) As Predições foram milagrosas.

355. ARG. — Tratam de acontecimentos *futuros*, anunciados como *certos* com séculos de antecedência, descritos com suficiente *clareza* (principalmente no seu conjunto), com muitas *circunstâncias até mínimas*. Estes fatos são *futuros contingentes e livres*, dependentes da cooperação de *livres decisões futuras* de inúmeras vontades *humanas* que nem ainda existiam; e muitos deles, como a *incarnação*, a *concepção* e o *nascimento virginal*, os *milagres do Messias*, a *sua ressurreição*, a *propagação do reino messiânico*, dependentes de intervenções *extraordinárias da livre vontade de Deus*.

Ora o conhecimento destes acontecimentos futuros, não pode ser natural:

sòmente Deus conhece as livres disposições da sua vontade:

sòmente Deus pode conhecer as livres decisões futuras das vontades humanas:

O ato livre, quando presenciado, é conhecível com a mesma facilidade e certeza que os fatos necessários (por ex., a queda de um corpo pela gravidade e uma pessoa caminhando livremente). Porém, quando é futuro, i. é, enquanto futuro, o ato livre, não sendo ainda determinado na sua causa (— a vontade livre, que só se determina no momento de agir quando escolhe), não pode ser conhecido com certeza. Para os homens, sujeitos à sucessão do tempo, o ato livre futuro é incognoscível, precisamente porque para eles é futuro. Para Deus, pelo contrário, e sòmente para Ele, — porque a sua duração não é sucessiva, mas eterna, i. é, tóda junta num instante permanente, — tudo está simultaneamente presente na eternidade da sua essência, também os atos livres que para nós são futuros. Pode, portanto, Deus, e só Ele, conhecer estes atos livres. [Cfr. a explicação dada no nosso I vol., n.º 467].

Logo foi sòmente por uma *revelação divina*, i. é, por uma intervenção *milagrosa* de Deus, que os profetas puderam conhecer os acontecimentos que anunciaram nas suas predições.

Por conseguinte, estas predições foram milagrosas.

356. CONFIRMAÇÃO pelos caracteres sobrenaturais do messianismo judaico (504).

1) Apesar de numerosíssimas e de serem feitas no decurso de vários séculos e por muitos autores de origem, condição e ciência diversas, as predições completam-se, formando uma *única imagem* coerente do Messias e do seu reino: o que supõe a ação *unificadora* do *Espírito Santo* nos profetas.

2) De fato, os profetas autênticos foram *pessoas divinamente* escolhidas e encarregadas de comunicar *oficialmente* aos reis e ao povo as palavras que Deus lhes manifestava (por ex., *Isaías* VI, 1-10; *Ezequiel* I, 1-3; XXXVII, 1 ss.; XL, 1-4; *Amos* VII, 15 e 17); e provaram a autenticidade desta sua *missão* com milagres ou profecias realizadas (por ex., para *Elias*, no III Livro dos Reis, XVII, 18-24; para *Miquéias*, ibidem, XXII,

(504) Cfr. BUYSSÉ, *op. cit.*, p. 237-252; PINARD DE LA BOULLAYE, *op. cit.*, p. 141-149.

13-28 e 35-38; *Jeremias* XXVIII, 5-17; *Daniel*, cc. II, VI, XIV), distinguindo-se assim dos falsos profetas que eram eliminados (*Deuteronomio*, XVIII, 20-22).

3) O messianismo contém uma *doutrina moral* absolutamente *única*, contrária ao puro formalismo exterior (por ex., *Amos* V, 21-24), exigindo um ideal de justiça *interna* e *perfeita* (por ex., *Isaias* I, 15-17), com a prática de virtudes quase totalmente desconhecidas dos antigos, como a humildade, a mansidão, a caridade.

4) A pregação do *monoteísmo* foi a preocupação fundamental dos profetas. Deus é único e é Criador e Senhor do universo. Este monoteísmo rígido, fato *único* na história das religiões daquêles tempos, não foi uma *importação* dos povos vizinhos, todos êles então politeístas; nem foi devido a uma *tendência judaica*, pois a história de Israel nos mostra, pelo contrário, uma forte inclinação dêste povo para os deuses pagãos, contra a qual tiveram que lutar continuamente os profetas; nem foi o fruto de um *trabalho especulativo progressivo* que tenha elevado os profetas, e *todos indistintamente*, a uma altura que nem Platão e Aristóteles atingiram, pois foi desde o início e de uma só vez, que proclamaram o monoteísmo em tôda a sua pureza; nem apelaram para demonstrações filosóficas, mas, como vimos, para "*a palavra de Deus*" comprovada com milagres. É, portanto, unicamente por uma *revelação divina* que pode ser explicado o fato do monoteísmo do povo hebreu e, conseqüentemente, o profetismo com êle intimamente ligado.

O conjunto dêstes caracteres, que fazem do messianismo judaico um fato *único e transcendente* na história, atesta com certeza a *origem divina* das predições messiânicas.

B) *A sua realização em Jesus Cristo foi milagrosa.*

357. Como vimos, em Jesus Cristo e no seu reino realizaram-se inteiramente tôdas as profecias messiânicas. Houve, pois, uma *perfeita e admirável concordância* entre as predições e os fatos da vida de Jesus e do seu reino.

Ora esta *concordância* não pode ser explicada:

1) Nem por uma *previsão natural* da vida de Jesus de Nazaré por parte dos *profetas*, séculos antes: é evidente [n.º 355];

~~2) Nem pela vontade humana de Jesus, adaptando sua vida às profecias, porque:~~

a) Seria uma impostura impossível com a sua santidade;

b) Explica-se o fanatismo dos pseudo-messias que, levados pela opinião corrente entre os Judeus de um Messias rei glorioso e temporal, arrastaram o povo a revoltas contra a dominação estrangeira. Não se pode porém compreender que um homem queira fraudulentamente realizar em si o Messias humilhado, atormentado com tanta crueldade e morto numa cruz, que as profecias anunciavam; tanto mais que não podia esperar a glorificação prometida, mas somente um castigo eterno por esta sua impostura;

c) *Mesmo que tivesse querido, não teria podido*: nenhum puro homem pode escolher seus antepassados, sua família, o lugar e as circunstâncias do seu nascimento...; nem fazer milagres, nem prometer-se o desenvolvimento da sua obra até ao fim dos séculos, etc.

d) Quanto às outras profecias acêrca das muitas e mínimas circunstâncias da sua vida pública e da sua paixão e morte, para realizá-las fôra necessário provocar a *colaboração* dos judeus e dos pagãos, dos sacerdotes e do povo, dos amigos e dos inimigos. Uma tal cooperação é absolutamente inadmissível. Ou seria *voluntária*, i. é, com a finalidade *consciente* em cada um de fazer realizar as profecias na pessoa de Jesus: nenhum motivo nem vantagem podiam ter, para uma tal conspiração culpada, homens de indole e interêsses tão diversos, que nem sequer acreditavam num Messias sofredor. Ou seria *involuntária*, i. é, *inconsciente* e puramente casual: é cair na impossibilidade seguinte:

3) Nem por uma *pura coincidência casual*: Se se tratasse de uma única profecia, poderia talvez subsistir a dúvida do acaso. Mas as profecias messiânicas são tão numerosas, tão complexas, tão precisas, dependentes de tantas decisões de vontades livres e de acontecimentos contingentes, que a probabilidade desta coincidência é praticamente igual a zero e equivale a uma impossibilidade moral. E muitas realizações (dos milagres, das profecias, da ressurreição...) dependem unicamente de Deus, em quem nada há de casual.

Forçoso é, por conseguinte, reconhecer na realização em Cristo de tôdas as profecias messiânicas uma intervenção *especial* e, portanto, *milagrosa* da Providência divina, que governa

e conduz os acontecimentos humanos para o cumprimento dos seus designios (505).

III. — Estas profecias e a sua realização confirmam o testemunho de Jesus Cristo sôbre a sua messianidade (Verd. Relativa).

358. A verdade *relativa* das profecias messiânicas, i. é, a sua relação com a messianidade que Jesus se atribuía, é evidente: pela natureza mesma destas profecias, tôdas referentes ao Messias prometido e tôdas realizadas na pessoa de Jesus; pelas repetidas afirmações do próprio Jesus, apontando estas mesmas profecias nêle realizadas como *testemunho e garantia divina* da sua messianidade. Por ex.: aos Fariseus: "*Perscrutai as Escrituras, pois julgais ter nelas a vida eterna, são elas que dão testemunho de mim*", "*é de mim que escreveu Moisés*" (Jo V, 39 e 46); aos dois discípulos de Emaús, "*começando por Moisés e todos os profetas, explicava-lhes o que dêle estava dito em tôdas as escrituras*" (Lc XXIV, 27), repreendendo-os por não terem ainda percebido isso (v. 25); aos apóstolos fêz ver a necessidade de se cumprir tudo o que dêle "*foi escrito na lei de Moisés, nos profetas e nos salmos*" (Lc XXIV, 44).

359. Síntese e Conclusão do Argumento.

As predições messiânicas são *autênticas predições* e não sonhos imaginários, pois anunciaram acontecimentos futuros que se realizaram de fato.

Estas predições são *autênticas profecias*, i. é, milagres *intelectuais*, pois os profetas não podiam conhecer êstes acontecimentos senão por *revelação divina*.

Logo são profecias *divinas* e, por conseguinte, é o *próprio Deus* que prometeu, anunciou e descreveu o Messias como *Legado divino*, enviado à terra a fim de fundar um reino *espiritual e universal* para a *salvação* dos homens.

Mas estas profecias, por *especial* intervenção da Providência, *realizaram-se tôdas em Jesus de Nazaré*, e *sòmente nêle*. E a Providência não podia permitir e dispor esta realização num homem que não fôsse realmente o Messias prometido: seria

colaborar positivamente para o êrro invencível no qual cairiam todos, tomando lógicamente êste homem pelo verdadeiro Messias.

~~Logo Jesus de Nazaré é realmente o Messias prometido, o Legado divino e, portanto, tóda a sua doutrina é de origem divina e necessariamente verdadeira.~~

Mas no centro desta doutrina encontramos a afirmação que Jesus é o Filho de Deus, Deus como o Pai.

Logo Jesus Cristo é realmente *Deus*.

Por outro lado, é na Igreja católica, e sòmente nela, que são realizadas as profecias acêrca do reino messiânico. Logo, só ela é a verdadeira religião *divinamente revelada*.

ARTIGO SEXTO

O TESTEMUNHO DOS APÓSTOLOS

A tódas estas provas que o próprio Jesus Cristo deu da sua Messianidade e Divindade devemos acrescentar o testemunho dos Apóstolos, comprovado por numerosos milagres (506).

TESE XVI. — A messianidade e divindade de Cristo e, conseqüentemente, a origem divina do Cristianismo, recebem ainda nova prova pelos milagres dos Apóstolos.

360. ADVERSARIOS. — Negaram a historicidade dêstes milagres *Harnack, Meyer, Schmiedel, Loisy* e outros *Protestantes Liberais*. — Os *Racionalistas* rejeitam o seu caráter milagroso, tentando com *Renan* reduzi-los a fatos naturais. Por ex.: a descida do Espírito Santo sôbre os Apóstolos teria sido uma simples tempestade natural; o dom das línguas, uma fala em línguas diversas já anteriormente conhecidas por alguns discípulos; a conversão de S. Paulo, o efeito de uma pura alucinação...

361. QUALIFICAÇÃO DA TESE. — Que os Apóstolos tenham operado milagres, é uma verdade de *fé divina*, contida na Sagrada Escritura. Que êstes milagres sejam um argumento certo da origem divina do Cristianismo é afirmado na *Constituição dogmática da fé Católica* do I Concílio Vaticano, cap. III (D. 1790).

(506) Cfr. J. T. LANGAN, *Apologetica*, p. 317-321; MORR, *op. cit.*, p. 309-317.

DEMONSTRAÇÃO

362. ENUNCIADO DO ARG. — *Os Apóstolos, na sua pregação, deram testemunho da messianidade e divindade de Jesus de Nazaré e ensinaram a sua doutrina como palavra de Deus.*

Ora operou Deus muitos milagres em confirmação dêste testemunho e dêste ensino.

Logo, como Deus não pode confirmar o erro, Jesus Cristo é realmente o Messias e o Filho de Deus e sua doutrina é realmente divina.

EXPOSIÇÃO do ARG.

I. — Afirmaram os Apóstolos a messianidade e divindade de Jesus e a origem divina da sua doutrina.

363. Que os Apóstolos tenham proclamado a *messianidade e divindade* de Jesus Cristo, já o vimos: Cfr. ns. 241 e 249.

Que tenham querido ensinar a *verdadeira doutrina* de Jesus Cristo, consta por todos os livros do N.T. Os Apóstolos chamam-se a si mesmos: *apóstolos e ministros de Cristo*. Os Evangelhos, compêndios escritos da pregação apostólica, juntamente com os milagres, a vida, morte e ressurreição de Jesus, narram também os seus *ensinamentos*. É o que viram e ouviram do Verbo da vida que pregam os Apóstolos (*I Jo I, 1-4; II Jo I, 4-11*). É esta mesma doutrina que prega Paulo "*com sinceridade*", doutrina que é "*palavra de Deus*" (*II Cor. II, 17; IV, 2, 5*). Cfr. também a *I Epístola* de Pedro.

II. — Foram operados por Deus nos Apóstolos e por meio dos Apóstolos numerosos milagres.

364. VERDADE HISTÓRICA. — Estes fatos milagrosos são narrados por S. Lucas nos *Atos dos Apóstolos*, cuja historicidade já demonstramos. Encontram-se em todos os códices, nas versões e em tôdas as edições críticas. Constituem uma grande parte dos *Atos*, em plena harmonia com a finalidade do livro e em íntima conexão com todo o seu conteúdo. São, portanto, narrativas *autênticas* do próprio Lucas, e não interpolações posteriores.

Eram fatos *públicos*, observados por muitas testemunhas e que atraíam as multidões (Atos V, 15-16). Nas suas Epístolas, fala Paulo dos seus milagres como de fatos bem conhecidos por seus leitores (*II Cor.* XII, 12; *Gal.* III, 5). Foi por causa destes milagres que muitos se converteram ao cristianismo (Atos V, 12-16; IX, 32-35, 42; XIII, 12). São, portanto, fatos *históricos*, realmente acontecidos.

365. VERDADE FILOSÓFICA E TEOLÓGICA. — Estes fatos foram *autênticos milagres divinos*, inexplicáveis por causas naturais.

A) *Os Milagres realizados NOS Apóstolos e discípulos:*

1) *Os acontecimentos do dia de Pentecostes (Atos II, 1-18, 41):*

o ruído imprevisto, sem causa aparente, como de um vento impetuossíssimo porém sem nenhum vento, que se concentrou sobre a casa onde estavam os Apóstolos, tão forte que foi ouvido em toda a cidade, atraindo os seus habitantes; — as *línguas de fogo*, que descansaram sobre cada um dos presentes; — o *dom das línguas*: “começaram a falar em várias línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem” (v. 4), de modo que na multidão, composta de “partos, medos, elamitas, de habitantes da Mesopotâmia, da Judéia, da Capadócia, do Ponto, da Ásia, da Frígia, da Panfília, do Egito e de várias partes da Líbia próximas a Cirene, de forasteiros romanos, judeus também e prosélitos, cretenses e árabes”, cada um estava atônito e admirado, ouvindo-os falar a sua própria língua de origem (vs. 6-11); — a *transformação instantânea dos Apóstolos*, de homens ignorantes e tímidos, fechados em casa “por medo dos Judeus” (Jo XX, 19, 26), em pregadores de indômita fortaleza e admirável sabedoria (Atos IV, 13), que iniciaram logo, com a máxima segurança e facilidade, a expor a sublime doutrina de Cristo, antes tão árdua para a sua inteligência; — a *conversão repentina* de 3000 judeus (v. 41).

Esta efusão do Espírito Santo com seus efeitos foi o cumprimento das profecias de Joel (II, 28-32) e de Cristo (Atos I, 4-8) e supera evidentemente qualquer força criada (507).

(507) Atribuir aquêlê ruído, como fazem os racionalistas, a uma tempestade natural, as línguas de fogo a um raio, é simplesmente ridículo. Todos tinham já presenciado tempestades. Por que, então, todo aquêlê alvoroço e admiração? Uma tempestade não se concentra numa

2) *A conversão instantânea de Paulo* no caminho de Damasco.

É narrada por S. Lucas como fato realmente acontecido (Atos IX, 1-9). O próprio Paulo a descreve ao povo de Jerusalém (XXII, 6-10) e novamente ~~diante de Agripa, em Cesaréia~~ (XXVI, 13-18); repetidas vezes lembra que foi perseguidor da Igreja (por ex., Gal. I, 13-14), mas que viu o Senhor redivivo (I Cor. IX, 1; XV, 8) (508).

Nesta conversão encontramos vários milagres:

a luz repentina do céu, em pleno dia, vista também pelos companheiros de Paulo;

a voz ouvida por todos;

a visão de Cristo no seu corpo redivivo, que S. Paulo afirmou sempre ter sido uma percepção real: cfr. ns. 328, 2.^o e 334, a;

a cegueira de Paulo e a sua cura instantânea (IX, 8, 18);

a própria conversão repentina, que supera as leis psicológicas naturais e o processo ordinário da graça, pois se deu sem nenhuma preparação, enquanto Paulo fervia de ódio contra os cristãos (IX, 1; XXVI, 11-12). Foi, portanto, o efeito de uma pura graça extraordinária, cujo caráter milagroso é afirmado pelo próprio Paulo: I Cor. XV, 8-10; Gal. I, 13-17; Efésios III, 7.

3) *As três libertações do cárcere*: de todos os Apóstolos (Atos V, 18-23), de Pedro (XII, 3-18) e de Paulo (XVI, 25-26). Pelas orações (XII, 5; XVI, 25), pelas circunstâncias, pelo espanto dos guardas e pela conversão do carcereiro (XVI, 27-34), vê-se que foram fatos extraordinários. No terceiro caso, aquêlê terremoto que abalou os fundamentos do cárcere, se fôra puramente natural, não teria tido por único efeito abrir as portas e soltar os grilhões de todos os presos.

4) *O restabelecimento instantâneo de Paulo*, e sem remédio algum, depois que fôra apedrejado em Listra e dado por morto (XIV, 18-19).

casa; um raio não se divide para ir repousar sobre a cabeça de cada um dos presentes sem lhe causar dano algum. Foi uma tempestade, que inundiu de repente nos Apóstolos a capacidade de falarem as várias línguas dos ouvintes? Se fôra um conhecimento natural, como se explica tôda aquela admiração da multidão presente?

(508) As divergências apontadas entre estas três narrativas são puramente aparentes e acidentais. Nem se preocupou com elas S. Lucas ao referir estas narrativas. Cfr. MORRIS, *op. cit.*, p. 313.

B) *Os milagres operados PELOS Apóstolos e discípulos:**Milagres referidos coletivamente.*

"Muitos prodígios e sinais eram operados por meio dos Apóstolos" (II, 43). — "Pelas mãos dos Apóstolos realizavam-se entre o povo muitos milagres e prodígios" (V, 12). — As curas e as expulsões dos demônios operadas por Pedro eram tantas, que as multidões traziam seus doentes também das cidades vizinhas, dispondo-os nas ruas para que ao menos a sombra de Pedro passasse por eles, "e todos eram curados" (V, 15-16). — "Deus fazia milagres extraordinários por mão de Paulo, de modo que do seu corpo eram levados lenços e aventais aos enfermos, e fugiam d'elles as doenças e retiravam-se os espiritos malignos" (XIX, 11-12). — "Estêvão, chelo de graça e fortaleza, fazia grandes milagres e prodígios entre o povo" (VI, 8). — O mesmo fazia o diácono Filipe diante das multidões, "pois os espiritos imundos de muitos possessos saíam levantando grandes brados e muitos paráliticos e coxos foram curados." (VIII, 6-7).

Milagres particulares.

Curas de doenças: o coxo de nascença, curado por Pedro na porta do Templo (III, 1-10), milagre que alvoroçou tôda a cidade de Jerusalém e que o próprio Sinédrio teve que reconhecer (IV, 16); — o paralítico Enéias que, havia oito anos, jazia num leito, curado por Pedro (IX, 32-35); — o aleijado dos pés desde seu nascimento, que nunca tinha andado, curado por Paulo (XIV, 7-10); — o pai de Públio, doente de febre e de disenteria, curado por Paulo com a imposição das mãos (XXVIII, 8); — a cura de tôda espécie de doenças (V, 15-16; XIX, 11-12).

Castigos: a morte subitânea de Ananias e Safira predita por Pedro (V, 1-11); — a cegueira do mago Élimas, a uma palavra de Paulo (XIII, 11).

Expulsões dos demônios: por Pedro (V, 16), por Paulo (XVI, 16-18; XIX, 12), por Filipe (VIII, 7).

Ressurreições: da jovem Tabita, por uma simples ordem de Pedro (IX, 36-42); — do jovem Êutico, por um abraço de Paulo (XX, 9-12).

Estes fatos superam evidentemente tôdas as forças criadas, materiais e espirituais: ou por sua natureza (a efusão do Espírito Santo, as ressurreições), ou pelo modo como foram produzidos (as curas): Cfr. ns. 292-295.

Absurdo seria atribuir ao demônio: a conversão dos Apóstolos, de Paulo, dos judeus e dos gentios; a expulsão dos espiritos imundos. Nem iria o demônio concorrer com prodígios para a expansão do cristianismo.

Logo são autênticos milagres operados por Deus.

III. — Operou Deus estes milagres para confirmar a pregação dos Apóstolos. (Verd. Relativa).

366. 1) Este nexos entre os milagres e a pregação apostólica é afirmado explicitamente: "Eles, porém, partiram e pregaram em toda a parte, cooperando com eles o Senhor e confirmando a sua palavra com os sinais que a acompanhavam." (Mc XVI, 20). Cfr. ainda Atos XIV, 3; Gal. III, 5

2) Ao prometer o Espírito Santo aos Apóstolos, assim se exprimia Jesus: "O Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, ele vos ensinará todas as coisas e vos há de sugerir tudo o que vos tenho dito" (Jo XIV, 26) e ainda: "Recebereis a força do Espírito Santo, que descera sobre vós, e sereis as minhas testemunhas em Jerusalém... e até aos confins da terra." (Atos I, 4-8). Foi, portanto, para garantir uma fiel pregação da doutrina de Cristo por toda a terra, que Deus realizou aquêles milagres do dia de Pentecostes, transformando os Apóstolos ilitrados em milagres vivos de sabedoria sobrenatural.

3) Era "em nome de Jesus" que operavam os Apóstolos os seus milagres (Atos III, 2-8; IX, 32-34;...), apresentando-os como provas da Messianidade e Divindade do mesmo Jesus (Atos II, 36; III, 13-16, 20-26) e da autenticidade do próprio apostolado (II Cor. XII, 12).

4) Foi também por causa dos milagres que se deram as conversões à fé cristã: Atos V, 12-16; IX, 32-35, 42; XIII, 12; Rom. XV, 18-19.

367. Conclusão. — Comprovada por tantos milagres, a pregação dos Apóstolos é certamente verdadeira. Mas esta pregação proclama a Messianidade e Divindade de Jesus Cristo. Logo Jesus Cristo é verdadeiramente o *Messias* e o *Filho de Deus*, e, portanto, a sua doutrina é *divina*.

Mas segue-se ainda outra *Consequência importante*:

Afirmaram sempre os Apóstolos que a doutrina por eles ensinada era a verdadeira doutrina de Cristo e também esta afirmação foi confirmada pelos milagres.

Logo foi *realmente* a doutrina de Cristo, *retamente entendida e fielmente transmitida*, que pregaram.

Por conseguinte, *nenhuma transformação se deu na substância desta doutrina no tempo dos Apóstolos e, portanto, os Evangelhos e os outros livros do N. T. apresentam a imagem fiel do Cristo real e histórico*, e não uma idealização da fé subjetiva dos primeiros cristãos, como imaginaram os Modernistas.

O TESTEMUNHO HISTÓRICO DO CRISTIANISMO

368. NEXO. — Já estabelecemos a origem divina do Cristianismo, considerando-o em si mesmo, na sublime transcendência da sua doutrina.

Estudamos, em seguida, o testemunho do seu *Fundador, Jesus Cristo*. Todos os argumentos que provam sua messianidade e divindade demonstram *ipso facto* a origem divina da sua religião.

Mas se a religião cristã é divina, deve tê-lo manifestado desde o início na sua *vida* e nos seus *efeitos*. — De fato, a história do Cristianismo atesta com evidência uma *especial assistência* de Deus:

a) na rápida aceitação da religião cristã por tantos homens de raças e condições diferentes e na sua *conservação* através dos séculos;

b) na maravilhosa *transformação* moral que operou no mundo;

c) na *constância* heróica dos seus numerosos *mártires*.

São estes fatos históricos que vamos analisar nas Teses seguintes, demonstrando que constituem verdadeiros *milagres de ordem moral* e, por conseguinte, um testemunho histórico irrecusável apresentado pelo próprio Cristianismo como garantia da sua origem divina (509).

(509) BIBLIOGRAFIA. — GIBILLANGES, *Le miracle de l'Eglise*, Spes, Paris 1938. — E. PESCE, *La Chiesa Cattolica perenne motivo di credibilità*, S.E.I., Torino 1960. — A. BYMIEU, *Deux arguments pour le Catholicisme*, Spes, Paris 1924. — J. RIVIÈRE, *La propagation du christianisme dans les trois premiers siècles*, Paris 1907. — No *Dict. de Théol. Cathol.*, os artigos: "Eslavagem" de J. DUTILEUL; "Martyre" de R. HEDDE; "Propagation admirable du Christianisme" de A. MICHEL. — No *Dict. Apologétique de D'Alés*, os artigos: "Eslavagem" e "Martyre" de P. ALLARD; "Propagation de l'Evangile" de A. BROU. — P. BUYSSÉ, *L'Eglise de Jésus*. — P. ALLARD, *Histoire des persécutions du 1.^o au 4.^o siècle*, 5 vols., 4.^o édit., Paris, 1905-1911; *Dix leçons sur le martyre*, 5.^a edic., Paris 1913. — A. EHRHARD, *La Chiesa dei martiri*, Firenze 1947. — DANIEL-ROPS, *L'Eglise des Apôtres et des martyrs*, 145.^e éd., Fayard, Paris 1948. — A. BAURELLART, *Moeurs païennes, moeurs chrétiennes*, 2 vols., Spes, Paris 1936. — K. PRÜMM, *Il Cristianesimo come novità di vita*, Brescia, Morcelliana 1955. — J. ZAMEZA, *La Roma pagana y el Cristianismo*, — *Los mártires del siglo II*, Roma-Madrid, 1941. — FESTUGIÈRE et FABRE, *Le monde gréco-romain au temps de N.S.*, 2 vols., Paris, Bloud et Gay 1936. — No *Verbum Dei*, III vol., o art. "O mundo pagão nos tempos do Novo Testamento" de W. REES, p. 51-77. — Na *Apologétique*, os artigos: "Les Origines chrétiennes" de G. BARDY e "L'action de l'Eglise" de J. MADAULE. — Os opúsculos S. O. S.: *Il Cristianesimo e la schiavitù nel mondo romano*, de G. RE;

São argumentos tradicionais na Apologética cristã, já muito em honra nos escritos dos Santos Padres, por serem fatos evidentes e constatados pelos seus contemporâneos, pagãos e cristãos. Cfr. muitas referências em TROMP, *op. cit.*, pp. 330, 336, 353. E no decurso dos séculos todos os Apologistas ressaltaram o valor demonstrativo destes fatos milagrosos.

369. DOCTRINA DA IGREJA. — O Magistério eclesiástico aponta estes fatos entre os critérios certíssimos da missão divina da Igreja Católica. Assim, o *Concílio Vaticano I*, na *Constituição dogmática da fé católica*, sess. III, cap. 3, proclama que: "A Igreja por si mesma, pela sua admirável propagação, exímia santidade e inexaurível fecundidade em todos os bens, pela sua unidade católica e invicta estabilidade, constitui um grande e perpétuo motivo de credibilidade e um testemunho irrefragável da sua legação divina". (D. 1794). — Cfr. também PIO IX, *Enc. Qu. pluribus*, D. 1638.

Por isso, que estes fatos milagrosos demonstrem com plena certeza a origem divina da religião cristã:

quando tomados todos em conjunto: é doutrina católica;

cada um separadamente: é apologeticamente certo e tradicional.

ARTIGO PRIMEIRO

A RÁPIDA DIFUSÃO E A ESTABILIDADE DO CRISTIANISMO

TESE XVII. — Pela sua rápida difusão o Cristianismo prova a sua origem divina.

370. POSIÇÃO DA TESE. — Trata-se da expansão anterior ao edito de Constantino, em 313. — Por difusão entendemos não apenas a pregação universal do Cristianismo, mas também

Che cosa deve la donna a la Chiesa Cattolica? de G. MONETTI; *Che ha fatto la Chiesa Cattolica per il fanciullo?*, de G. MONETTI. — Os três Opúsculos de L. CIVARDI: *Ciò che il lavoratore — il fanciullo — la donna deve a Cristo*, Ediz. Paoline, Pescara, 1959. — G. SORTAIS, *Valeur apologétique du martyre*, Bloud, Paris, 1905. — S. COUBÉ, *Revue des Objections*, Paris, Ano 1921, p. 404-413. — L. HERTLING, S.J., *Die Zahl der Martyrer bis 313*, no *Gregorianum*, XXV (1944), p. 108-129. — E. DE MOREAU, S.J., *Le nombre des martyrs des persécutions romaines*, na *Nouv. Rev. Théol.*, 1951, p. 812-832. — As obras citadas de MOBS, HERVÉ, TROMP, NICOLAU, DUPLESSY, FALCON, BENI, etc.

a sua *aceitação* teórica e prática. — Consideramos esta difusão em concreto, como se deu de fato, nas suas circunstâncias históricas. — A tese demonstra que uma tal difusão é realmente um milagre moral, inexplicável por causas naturais preponderadas. — Confirma-se ainda pela *invicta estabilidade* do Cristianismo.

371. PRENOÇÃO. — Assim como a natureza sensível tem suas leis físicas, i. é, seus modos constantes e universais de agir, assim também a ordem moral tem suas leis morais. Diante das várias situações da vida, os homens, embora livres, costumam no seu conjunto seguir determinados comportamentos ou modos gerais de agir, manifestados pela experiência humana e pelas estatísticas. São estes comportamentos gerais, fundados na natureza e nas tendências do homem, que constituem as "*leis morais da atividade humana natural* (510).

O *milagre moral* é um modo de agir superior a estas leis e *inexplicável* sem uma intervenção especial de Deus para iluminar a inteligência e fortificar a vontade. [Cfr. nota 445].

Sobre a noção, possibilidade e cognoscibilidade do milagre moral, veja o nosso I Vol., ns. 470-474.

372. ADVERSARIOS. — Os *Racionalistas*: concedem que a rápida difusão do Cristianismo foi "muito admirável" (Harnack); negam porém o seu caráter milagroso e tentam explicá-la naturalmente pelo sincretismo ou por causas econômicas, sociais, filosóficas e políticas: E. GIBBON, LÉCKY, F. C. BAUR, G. BOISSIER, RENAN, HARNACK, GUIGNEBERT e outros.

DEMONSTRAÇÃO

373. ENUNCIADO DO ARG. — *Poucos homens, desprezados, sem riquezas, sem armas, sem eloquência, no espaço de um ou dois séculos, contra gravíssimos e inúmeros obstáculos internos e externos, conseguiram introduzir num mundo perversíssimo uma religião nova, estrangeira e duríssima para as paixões, de tal modo que, vencidas e expulsas as muitas superstições pagãs, esta religião se impôs quase em toda a parte.*

(510) Não se trata, portanto, dos *preceitos morais* impostos por Deus à consciência, mas da maneira como costumam reagir de fato as vontades humanas diante dos problemas religiosos, econômicos, sociais...

Ora, uma tal difusão é inexplicável naturalmente pelas leis históricas e sociológicas, havendo evidente desproporção entre os obstáculos e os meios naturais empregados para os vencer.

Logo é forçoso admitir uma intervenção extraordinária de Deus.

Mas Deus não pode confirmar com um milagre uma doutrina falsa.

Logo o Cristianismo, que se proclama religião revelada, é doutrina verdadeira e realmente revelada.

EXPOSIÇÃO do ARG.

I. — O Fato da rápida difusão.

A) A DIFUSÃO GEOGRÁFICA E NUMÉRICA

374. No I Século, na época apostólica. — No dia da Ascensão os discípulos de Jesus são perto de 120 (Atos I, 15). No dia de Pentecostes batizaram-se 3000 (II, 41), poucos dias depois já são 5000 homens (IV, 4), e aumentam cada dia (V, 14).

Dispersos pela perseguição em Jerusalém, os discípulos anunciam a palavra de Deus (VIII, 4) e muitos abraçaram a nova religião entre os Samaritanos (VIII, 4-25), em Damasco (IX, 2, 10, 25), em Cesaréia (X, 44-48), em Antioquia (XI, 19, 21, 24, 26), na Pisídia (XIII, 43-48), em Icônio (XIV, 1), de modo que os Judeus convertidos sobem a dezenas de milhares (XXI, 20).

Uns 25 anos depois da Ascensão, o Evangelho já fôra anunciado em tôdas as regiões do Império romano e mesmo além das suas fronteiras (511).

PEDRO, em 65, dirige a sua I Epístola "aos fiéis do Ponto, da Galácia, da Capadócia, da Ásia proconsular, da Bitínia" (I, 1).

PAULO, entre os anos 50 e 63, enviara Epístolas aos Romanos, aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses,

(511) Acêrca da dispersão dos Apóstolos pelo mundo, refere EUSÉBIO uma tradição, segundo a qual Tomé foi para os Partos, Mateus na Etiópia, Bartolomeu na Índia citerior, João na Ásia Menor, Pedro no Ponto, na Galácia... (*Hist. Eccles.* III, 1: K. 428).

aos Colossenses, aos Tessalonicenses, afirmando que o Evangelho era anunciado, crescia e frutificava em todo o mundo (*Coloss. I, 6; Rom. I, 8*); menciona comunidades na Macedônia e na Aécia (*I Tessal. I, 7-8*).

JOÃO, no fim do I séc., envia seu Apocalipse às sete Igrejas da Ásia (*Apoc. I, 11*).

Tôdas estas Igrejas, ou comunidades cristãs, contavam geralmente numerosos fiéis. Por ex. em Roma, sob a perseguição de Nero, foi martirizada uma "imensa multidão de cristãos", como atestam TÁCITO (*Anais XV, 44*) e o Papa S. CLEMENTE ROMANO na sua Epíst. aos Coríntios (V, VI, 1: R. 11). — SÊNECA fica indignado ao ver que os costumes cristãos se tinham espalhado por todo o universo, a tal ponto que os vencidos impuseram sua lei aos vencedores (512).

No II SÉCULO. — PLÍNIO O JOVEM, procônsul da Bitínia, pelo ano 111 pede diretrizes ao Imperador Trajano sôbre o modo de proceder contra os cristãos, por causa do seu grande número: "Muitos de tôda idade, sexo, posição social deverão comparecer perante o tribunal. O contágio desta superstição dilatou-se não apenas pelas cidades, mas também pelas aldeias e pelos campos", tanto que permanecem desertos os templos dos deuses (*Epíst. X, 96: KIRCH 28-30*).

O filósofo S. JUSTINO, pelo ano 150, publicou sua primeira *Apologia* em defesa dos cristãos "pertencentes a tôdas as raças" (I, 1); no seu *Diálogo com Trifão* (n.º 117), afirma que "não há raça, ou grega ou bárbara... da qual não subam orações e ações de graça ao Pai e Criador, em nome de Jesus crucificado" (KIRCH 59).

STO. IRENEO, bispo de Lião, pelos fins do II séc., na sua obra *Contra as Heresias* (I, 10, 2), atesta a existência de Igrejas já constituídas na Germânia, na Espanha, nas Gálias, no Egito, na Líbia e acrescenta: "como o sol é um e idêntico em todo o mundo, assim a pregação da verdade *resplandece em tôda a parte* e ilumina todos os homens que querem chegar ao conhecimento da verdade" (R. 192).

(512) O próprio Renan escreve: "Um rápido raio partindo da Síria, iluminando quase simultaneamente as três grandes penínsulas da Ásia Menor, da Grécia, da Itália, seguido logo por um segundo reflexo que abraçou quase tôdas as costas do Mediterrâneo, eis o que foi a primeira aparição do Cristianismo." (*Les Apôtres*, p. 284).

No III SÉCULO. — TERTULIANO, pelo ano 197, escreveu no *Apologeticus* (37, 7): “Somos de ontem e já enchemos o mundo e todo o vosso império, cidades, ilhas, aldeias, municípios, assembleias, quartéis... , o palácio, o senado, o foro; só vos deixamos os vossos templos.” (R. 279). — Pelos anos 200/206, na sua obra *Contra os Judeus* (VII, 4-7), falando da Britânia, afirma que a fé penetrara aonde não tinham chegado os romanos, acrescentando que o mesmo sucedeu em muitas gentes, províncias e ilhas “de nós desconhecidas” (K. 207). — No *Contra Marcion* (III, 20), do ano 207/208, diz que Cristo “já conquistou o orbe todo com a fé do seu Evangelho. — Em 212, na *Carta a Sóapula* atesta que nas cidades da África os cristãos constituem a maioria dos habitantes (R. 369).

ORIGENES, em 248, no seu *Contra Celso* (I, 26), vê um milagre na firmeza da conversão, em muitos lugares desse nosso mundo, de muitos gregos e bárbaros, de muitos doutos e de gente simples, que — fato inaudito nas outras religiões — preferem morrer a abjurar o cristianismo (R. 516).

O filósofo pagão, PORFÍRIO, queixa-se de que haja cristãos em tôda a parte. — O mártir LUCIANO diz que são quase a maior parte do mundo (*apud* Eusébio, *Hist. Eccles.* IX, 6). — Cfr. LACTÂNCIO, *Divinae Institutiones* IV, 26. — Numa carta dirigida a Sabino, no início do IV séc., o imperador MAXIMINO DAIA deixou-nos o seguinte testemunho: “...Os nossos senhores e pais Diocleciano e Maximiano deram-se conta que quase todos os homens, abandonando o culto dos deuses imortais, entregaram-se à seita dos cristãos”. (Eusébio, *Hist. Eccles.*, IX, 9).

Mesmo se não os tomarmos todos ao pé da letra e fizermos a sua parte à retórica, estes testemunhos são unânimes em atestar uma difusão extraordinária em todo o império e até além de suas fronteiras.

Eis, segundo as pesquisas de HARNACK (513), como se apresentavam as províncias do império romano em relação ao cristianismo por volta do ano 300:

a) onde predominavam os cristãos: Ásia Menor. Trácia. Armênia, Edessa com seu território;

(513) *Die Mission und Ausbreitung des Christentums*, ed. 4.^a, Leipzig 1924, vol. II, p. 949.

b) onde o cristianismo *superava qualquer outra religião*, com grande número e grande influência social dos cristãos: África pro-consular, Numídia, Cipro, Antioquia e Cele-Síria, Alexandria, Egito, Tebaida, Roma, Itália meridional e parte da Itália central, Espanha meridional; as costas da Acácia, Tessália, Macedônia e as ilhas vizinhas; Grécia e Gália meridional;

c) onde *as comunidades cristãs eram poucas*: Fenícia; Arábia, parte da Palestina e da Mesopotâmia, as regiões vizinhas do Danúbio, o interior da Acácia, Tessália e Macedônia; a Itália Setentrional e oriental, a Mauritània e Tripolitânia, partes da Espanha, Pérsia ocidental; partes da Bélgica e da Germânia;

d) onde *havia poucos cristãos*: nas margens setentrionais do Mar Negro, na Pérsia oriental, Índia, Itália ocidental, Gália central e setentrional; partes da Bélgica, Germânia e Récia; Britânia e regiões nórdicas.

É de notar que este quadro representa um *mínimo*, pois foi construído com os documentos históricos que chegaram até nós. Mas quantos outros documentos não terão perecido ou são ainda desconhecidos? (514)

O número dos cristãos no império, antes de 313, é avaliado pelos entendidos em 10 milhões, ou seja pelo menos a quinta parte da população.

Uma confirmação desta extensão geográfica e numérica é dada pelo número das *sedes episcopais* que andava pelos 1500: 850 no oriente e 650 no ocidente.

B) A PENETRAÇÃO SOCIAL

375. Não é apenas em extensão e quantidade, mas também em *profundidade* e *qualidade* que o cristianismo conquistou a sociedade.

É certo que entre os primeiros cristãos muitos eram *pobres* e *ignorantes* (I Cor., 26-31). Nem é de admirar, porque, então mais ainda do que hoje constituíam a maior parte dos homens e, por outro lado, foi sempre uma característica da "boa nova", doutrina de justiça e caridade, evangelizar os pobres, como fizera Cristo (Mt XI, 5).

Mas desde o seu início, derrubou o cristianismo tôdas as barreiras de raça, de língua e de cultura e recrutou seus fiéis em tôdas as camadas da sociedade:

(514) Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 335-336.

a) Entre os ricos, os letrados e as altas personalidades, como o sinedrita Nicodemos, o rico José de Arimatéia, S. Paulo, Apolo (XVIII, 24-27), "grande número de Sacerdotes" (Atos VI, 7), o centurião Cornélio (X, 1 ss.), o procônsul Sérgio Paulo (XIII, 7 ss.), vários Fariseus (XV, 5), muitas nobres matronas e gentios de posição (XVII, 4, 12), Dionísio o Areopagita (XVII, 34), Crispo o príncipe da sinagoga de Corinta (XVIII, 8), Áquila e sua esposa Priscila (XVIII, 18; Rom. XVI, 3-4), Pompônia Greцина (Tácito, *Anais* XIII, 32), o mártir Apolônio (Eusébio, *Hist. Eccles.* V, 21, 1), o cônsul Acílio Glábrio (Suetônio, *Vita Domitiani* X, 2), e muitos outros, cujos nomes se podem ler nas inscrições do cemitério de Calisto, como os das grandes famílias dos Cecílios, dos Cornélios, dos Emílios, dos Pompônios...

S. Inácio de Antioquia em 107, condenado a ser exposto às feras em Roma, escreve cartas a várias Igrejas para dissuadir os cristãos influentes de intervirem em seu favor; — Tertuliano aponta cristãos no Senado; — o edito de perseguição (a. 258) de Valeriano é dirigido principalmente contra os cristãos mais ricos e mais nobres (S. CIPRIANO, *Epist.* 80: K. 299).

b) Entre os familiares dos Imperadores: S. Paulo fala dos cristãos "da casa de César" (*Phillip.* IV, 22), de Aristobulo e de Narciso (Rom. XVI, 10-11), que viviam na corte do imperador Cláudio; o cônsul Flávio Clemente e sua esposa Flávia Domitila, parentes de Domiciano (Suetônio, *Vita Domit.* XV, 1: K. 44, 226); sob o reinado de Cômodo havia muitos cristãos na corte (K. 228, 230).

c) Entre os doutos, filósofos e sábios, pode o cristianismo alinhar, desde o II séc., uma extensa lista de homens de gênio e apresentar a mais rica das literaturas com as obras dos apologistas e escritores eclesiásticos, como Justino, Aristides, Quadrato, Atenágoras, Ireneu, Tertuliano, toda a Escola teológica de Alexandria, como Clemente, Orígenes, etc. Em 305, Arnóbio argumenta com as conversões de grandes inteligências: oradores, gramáticos, jurisconsultos, médicos, filósofos. (*Adversus nationes*, II, 5: R. 621).

Até entre os militares, apesar das dificuldades maiores por estarem sob uma vigilância mais direta da autoridade imperial, contou a Igreja numerosos fiéis; sob Marco Aurélio, grande parte da Legião Fulminea (Tertuliano, *Apolog.* 5: K. 177, 218) era cristã e mais tarde deu os quarenta mártires de Sebaste; sob Diocleciano e Licínio, a perseguição começou com uma "depuração" do exército; vejam as atas genuínas de Marcelo, Maximiliano, Teodoro, Juliano, Sebastião (K. 432, 438, 441, 442, 444) e os epigramas de Nereu e Aquileu (K. 585); pouco depois, o grande número dos soldados cristãos permitiu a Constantino arvorar a cruz nos estandartes militares (515).

A rápida vitória do Cristianismo é, portanto, um fato incontestável e incontestado. E apesar de rápida não deixou de ser *profunda e estável*.

II. — Os gravíssimos Obstáculos.

A esta vitória opunham-se gravíssimos obstáculos: *internos*, provenientes da própria religião anunciada; *externos*, provenientes dos homens aos quais era anunciada.

OS OBSTACULOS INTERNOS.

376. 1.º) O Cristianismo era uma religião *estrangeira* e de origem *judaica*. Ora, nenhuma nação está inclinada a mudar de mentalidade e de comportamento por ditames e leis de um outro povo e muito menos — naquela época — dos Judeus, que eram então objeto do desprezo e do ódio universal, como nos atestam Tácito (*Histórias*, l. V, c. 5; c. 8, 3) e Plínio (*Hist. Nat.* 13, 9).

2.º) O seu *Fundador* era um judeu rejeitado pela sua nação e morto no suplício mais infamante da cruz, "escândalo para os Judeus, loucura para os gentios" (*I Cor.* I, 23; II, 14).

3.º) A sua *doutrina* é conveniente com as aspirações da natureza humana; mas prega o *monoteísmo*, confundido pelos pagãos com o ateísmo, e contém *mistérios* que exigem a submissão da limitada, mas soberba razão humana. Habitados a um ambiente cristão, mal podemos imaginar qual não deve ter sido o espanto, a resistência da mentalidade pagã ao ouvir pela primeira vez falar nos dogmas da Trindade das Pessoas num único Deus, da Incarnação, da Redenção, do Pecado original. . . A Eucaristia suscitou as acusações mais monstruosas, a ressurreição dos mortos provocou as zombarias dos Atenienses (*Atos XVII*, 32), a adoração de um Homem-Deus crucificado devia parecer uma loucura.

4.º) A sua *moral*, em si mesma pura e bela, maior dificuldade ainda oferecia, condenando os vícios, mandando resistir às paixões, abandonar os prazeres, cultivar a castidade, perdoar as injúrias, amar os inimigos, desprezar as honras: virtudes absolutamente desconhecidas entre os pagãos.

5.º) O seu *exclusivismo*, apresentando-se como a *única* religião verdadeira e obrigatória para todos os homens

e proibindo tôda e qualquer participação com os outros cultos, a sua *intransigência* doutrinal, contrária ao sincretismo então vigente, deviam necessariamente atrair-lhe a inveja, o ódio e a perseguição de tôdas as outras religiões.

6.º) A sua universalidade, que lhe fazia proclamar a igualdade natural e a fraternidade de todos os membros da família humana, chamados todos à filiação adotiva de Deus, encontrava a oposição da escravidão legalmente instituída e do ódio racial que separava entre si Judeus, Gregos, Romanos e Bárbaros, dificultando o apostolado da Igreja e mantendo em contínuo perigo a estabilidade da sua unidade. (Cfr. MORS, *op. cit.*, p. 344-345).

OS OBSTÁCULOS EXTERNOS.

377. 1.º) O *Judaísmo*. — Os Judeus tinham a mais profunda veneração pela Lei mosaica e as práticas do seu culto; esperavam um Messias temporal, político e nacionalista, que lhes desse o domínio sobre os odiados gentios. Por isso consideravam traidores da Lei e das tradições nacionais aos que aderiam a Cristo, condenado pelos seus Sacerdotes e pelos Fariseus. E os Judeus da "diáspora", i. é, dispersos pelo império romano, opunham-se à pregação evangélica, ao ponto que no dizer de Tertuliano "as Sinagogas foram somente fontes de perseguições".

2.º) O *Paganismo*. — Com seus vícios coonestados pelos deuses, com suas práticas familiares e sociais, com seu cunho nacionalista, o paganismo não podia deixar de constituir um poderoso obstáculo à difusão da religião cristã.

a) As religiões pagãs apresentando nos seus deuses personificações das mais baixas inclinações, combinando o culto destas divindades com todos os gozos da vida, coonestavam todos os vícios. Um tal hábito de religiões tão pouco incômodas devia forçosamente opor a mais tenaz resistência às severas exigências da moral cristã.

b) As práticas destas religiões estavam intimamente amalgamadas com todos os pormenores da vida familiar e social. Sacrifícios e libações aos deuses Penates presidiam a todos os acontecimentos e a tôdas as reuniões da família. No teatro, nos jogos públicos, em tôda a parte intervinham práticas idolátricas. — Tornar-se cristão era, portanto, cortar com tudo e isolar-se da vida social; era expor-se a ser expulso da própria família, quando esta permanecia pagã. As profecias de Cristo a êste respeito (*Mt X*,

21, 34-38) tiveram freqüentes realizações: os filhos eram deserdados pelos pais, as espôsas repudiadas pelos maridos ou denunciadas aos tribunais. Cfr. Tertuliano, *Apologeticus*, 3; S. Justino, *Apologia* 2, 1-2.

c) Com exceção de uma "elite" pouco numerosa de almas retas e generosas que deploravam a depravação dos costumes, para a massa do povo como da gente culta o cristianismo era uma "superstição execrável", uma "superstição nova e maléfica" (PLÍNIO O JOVEM, TÁCITO, SUETÔNIO: K. 30, 34, 40); correspondia tão pouco aos desejos da mentalidade geral, que as multidões, nos circos, reclamavam a morte dos cristãos e se regozijavam com seus suplicios, enquanto as pessoas cultas se voltavam para o estoicismo, o neo-platonismo ou para as religiões orientais amplamente difundidas em Roma e no império.

d) Os povos antigos não concebiam a religião senão como nacional, e quem negava os deuses pátrios era réu de sacrilégio e de lesa-pátria. — No império romano, ao aparecer o cristianismo, os imperadores detinham simultaneamente o duplo poder, civil e religioso. Por isso, existia íntima conexão entre a sociedade civil e a religião, cujas práticas faziam parte essencial das leis e da constituição do Estado. Tornar-se cristão e subtrair-se aos atos legais do culto, era colocar-se em aberta oposição com a ordem social constituída. — Os políticos viam na unidade religiosa uma necessidade social para a subsistência do império. Dai o dilema: ou o império se torna cristão; ou, para não perecer, deve destruir o cristianismo. É este segundo caminho que foi tentado com as perseguições. (TROMP, *op. cit.*, p. 341). — O patriotismo considerava a religião do estado uma segurança para a prosperidade nacional. Os cristãos, desprezadores dos deuses, eram tidos por ateus, por maus cidadãos e responsabilizados por qualquer calamidade pública. "Se o Tibre transborda nas margens, dizia TERTULIANO, se o Nilo não transborda nos campos, se o céu fica parado, se treme a terra, se há fome, se há peste, *statim christianos ad leonem adclamatur*, logo levanta-se o clamor: os cristãos aos leões" (*Apolog.* 40: R. 282).

3.º) As várias *Classes* da sociedade. — Cada uma encontrava ainda razões suplementares especiais para se opor ao cristianismo:

a) Os *Imperadores*, juntamente déspotas, sumos pontífices e objetos de culto divino, viam um inimigo numa religião que lhes limitava o poder, condenando o seu absolutismo, negando-lhes o sumo pontificado e as honras divinas e exigindo dêles o respeito dos direitos da consciência de seus súditos.

b) Os *Magistrados* deviam preocupar-se em defender a religião oficial e o prestígio divino do imperador. Por isso, desde Nero, a religião cristã foi proibida como crime social.

c) Os *Privilegiados* temiam a doutrina cristã da caridade e da igualdade, tão contrária aos seus abusos e à sua dureza com os escravos.

d) Os *Sacerdotes* dos ídolos, evidentemente, combateram uma religião que lhes minava a autoridade e diminuía os lucros, ~~negando os falsos deuses e esvaziando os templos.~~

d) Os *Filósofos* e a *Classe culta*, embora não acreditassem nas mitologias pagãs, estavam imbuidos de ceticismo racionalista, de estoicismo orgulhoso, de epicurismo laxista e de indiferentismo eclético. Deviam naturalmente sentir invencível relutância em admitir dogmas e mistérios, em modelar sua conduta pelas árduas virtudes cristãs e em participar de um culto que não os distinguia dos pobres e ignorantes. Já S. Paulo teve que premonir os fiéis contra o "humanismo pagão", i. é, a sabedoria do mundo (516), que opôs de fato à nova religião a resistência mais tenaz. Assim, o epicurista CELSO publicou um panfleto cheio de ódio e de zombarias, o *Discurso verdadeiro*, refutado por Orígenes; o imperador filósofo MARCO AURELIO decretou uma das mais cruéis perseguições; PORFÍRIO escreveu um livro com o título significativo de *Contra os cristãos*.

f) Quanto ao *Povo*, parecia que devia logo simpatizar com uma doutrina que pregava a dignidade e os direitos dos pobres e dos escravos. Sucedeu, pelo contrário, que, degradado pela ignorância, o vício e a miséria, deu crédito a tôdas as calúnias levantadas contra uma religião toda espiritual e misteriosa. Por outro lado, a exasperação, provocada pelo despotismo da ordem social vigente, levava a procurar soluções violentas e revoltas sangrentas contra esta ordem. Foi fácil, então, enganar a massa e apresenta como inimiga do povo uma religião que não podia aprovar estes meios. E não é o que vemos acontecer ainda hoje entre os proletários açulados pelos agitadores?

4.º) *As Perseguições*. — Encontrou, portanto, o cristianismo conjuradas contra si tôdas as forças da sociedade: "a superstição dos povos, a inveja dos sacerdotes pagãos, a subtileza dos filósofos, a eloquência dos retóricos, a astúcia dos políticos, a crueldade dos tiranos" (MORS, *op. cit.*, p. 346). O resultado foram as sangrentas *perseguições*, que se sucederam, a intervalos mais ou menos breves, durante dois séculos e meio, de 64 a 313, e que o ódio de alguns governadores prologava ainda arbitrariamente.

(516) "Ficai de sobreaviso, para que ninguém vos iluda com a filosofia e com sofismas vãos, segundo a tradição dos homens, segundo os princípios do mundo, e não segundo Cristo." (*Coloss.* II, 8).

378. Reunindo todos estes obstáculos, vemos que, além de uma completa transformação da mentalidade interna e do comportamento exterior com a dificultosa vitória sobre os preconceitos e os vícios pagãos enraizados, tornar-se cristão era ~~expor-se a toda sorte de vexações na família e de isolamentos na vida social e era também candidatar-se ao martírio~~. Quem ousará negar que um tal conjunto de dificuldades e perigos opunha à conversão um fortíssimo obstáculo? (517) Humanamente era insuperável, dada a carência de meios naturais, como vamos ver.

III. — A falta de meios naturais.

379. Os meios *naturais* de exercer influência entre os homens e de conquistar as sociedades são:

- a força das *armas*, que constringe os povos à submissão;
- a força do *dinheiro*, que compra as consciências;
- a força do *prazer*, i. é, a licença de satisfazer tôdas as paixões tidas anteriormente como ilícitas;
- a força da *eloquência*, que pode conseguir sucessos, aliás efêmeros.

Ora a quem confiou Cristo a pregação da sua religião?

A doze homens, pobres e de humilde condição, sem habilitação política nem apoio de poderosos e sem cultura. Paulo, é verdade, era instruído, mas de formação quase exclusivamente hebraica.

De nenhuma daquelas forças serviram-se eles no seu apostolado.

Armas e riquezas não tinham.

Longe de aliciarem as vontades, soltando as rédeas a paixões até então ilícitas, pregaram a abnegação de si mesmo, o desprezo da riqueza, a mortificação da carne; condenaram todos os vícios

(517) Reconhece-o lealmente HARNACK: "Seria um erro representar-se a situação dos cristãos como plenamente suportável: a espada de Dâmocles permanecia suspensa sobre a cabeça da cada cristão e este permanecia sempre perante a terrível tentação da apostasia, pois ela o tornava livre. Por isso, não temos o direito de desconhecer a coragem que havia em se tornar cristão e em viver como cristão. Devemos sobretudo exaltar a fidelidade destes mártires que, com uma simples palavra, um simples gesto, podiam libertar-se dos tormentos e que preferiram a morte a esta libertação. Nesta proibição legal havia, sem dúvida alguma, um forte obstáculo para a propaganda cristã." (HARNACK, *op. cit.*, p. 403).

permitidos e favorecidos pelas religiões pagãs e já inveterados na sociedade; prometiam aos bons a felicidade, mas futura na outra vida, e ameaçavam os maus com castigos eternos; não anunciavam para esta vida honras e bens terrestres, mas previam perseguições, suplicios e a morte.

~~Destituídos de cultura e eloquência, mal conhecendo a língua grega comum (Koiné) e menos ainda o latim, não pregavam "em termos persuasivos de sabedoria humana, mas na demonstração do espírito e do poder" . . . (I Cor. II, 4-5), i. é, do Espírito Santo e da força de Deus que operava milagres. Estes, porém, eram meios divinos e não naturais.~~

Pelo contrário, armas, riquezas, prazeres, eloquência, número, organização, poder, todos os meios naturais estavam do lado dos adversários, que de todos e logo lançaram mão contra a nova religião e seus pregadores e fiéis.

E contudo os Apóstolos conquistaram o mundo!

IV. — Insuficiência e ineficácia das circunstâncias apontadas como favoráveis.

No seu afã de apresentar uma causa natural para esta conquista, apontaram os racionalistas várias circunstâncias como tão favoráveis, que sôzinhas explicariam o fato. A realidade foi muito diferente. — Apontaram:

380. 1.º) *A novidade, a beleza intrínseca do cristianismo e sua conformidade com a natureza humana.*

MAS: a) *A novidade* agrada, quando está na linha da mentalidade geral e não incomoda. Quando, pelo contrário, vem revolucionar o comportamento e coarctar as paixões, torna-se odiosa, irrita e é combatida. O cristianismo veio satisfazer as aspirações religiosas que ele próprio suscitou, não as que encontrou.

b) *A beleza do cristianismo e sua conformidade com a nossa natureza:* — sem uma intervenção divina, não são percebidas pelas mentes obcecadas por preconceitos, nem apreciadas pelas vontades endurecidas nos vícios; — atralam menos a atenção nos inícios, antes da difusão, do que agora depois da experiência de vinte séculos e de tôdas as benemerências da Igreja; — sômente pensadores profundos e de almas retas podiam analisar a doutrina e perceber-lhe a sublimidade: mas quantas eram estas almas no meio da corrupção pagã?

c) Nem se deve confundir a consideração *abstrata* de uma doutrina com a sua *aceitação prática*. Quantos não poderiam assinar o verso de OVIDIO: *Video meliora proboque, deteriora sequor*, vejo o melhor e o aprovo, sigo o pior? A beleza da doutrina por

si mesma não removia os obstáculos e os sacrifícios da conversão. Por isso, nada tinha de *naturalmente* atraente a aceitação prática da religião cristã.

d) Aliás, a própria sublimidade e transcendência da doutrina cristã, como concluímos na Tese VII [ns. 223-228], constitui ela mesma um milagre intelectual e moral, uma prova da revelação divina do cristianismo. Por conseguinte, mesmo que fôsse suficiente para explicar a rápida expansão da religião cristã, não seria uma causa natural, mas *sobrenatural*.

381. 2.º) O sincretismo e a tolerância romana, que admitia tôdas as religiões.

MAS: Havia tolerância, é verdade, para qualquer deus que quisesse acomodar-se com um lugar no Panteão dos deuses nacionais e com o culto dos imperadores, não porém para o monoteísmo e exclusivismo do cristianismo. De fato, foi logo perseguido pelas outras religiões e proibido, desde Nero, como crime contra as instituições e a segurança do Estado. Longe de ser um auxílio, o sincretismo foi um grave obstáculo à propaganda cristã.

382. 3.º) A unidade administrativa do império romano, suas famosas vias de comunicação policiadas e seguras, a cultura helênica espalhada no mundo mediterrâneo e no oriente, que universalizou a língua grega.

MAS: a) Tôdas estas circunstâncias existiam também para a propagação das seitas filosóficas e das outras religiões. Entretanto nenhuma delas conseguiu vingar e vencer.

b) Teriam sido favoráveis ao cristianismo, se tivesse êste gozado do favor dos imperadores, dos filósofos e das multidões. Porém, desde que era perseguido por todos, mudavam-se para êle em imensa desvantagem: a unidade administrativa, a facilidade das estradas favorecem mais o encaço do forte do que a fuga do fraco. (DUPLESSY, op. cit., p. 478).

c) Podiam, quando muito, facilitar a *propagação da pregação*; nenhum influxo podiam exercer na *aceitação prática* da doutrina, pois não diminuíam os obstáculos e agravavam os perigos.

383. 4.º) A decadência do politeísmo e o anseio de condições melhores.

MAS: a) Se a antiga religião dos romanos estava em decadência, floresciam as religiões de mistérios e o neo-politeísmo do Estado, com o culto divino aos imperadores.

b) Alguns espíritos, mais cultos e mais retos, podiam talvez alimentar êste desejo, não a massa do povo imersa na corrupção do politeísmo.

c) Mesmo que fôsse generalizado, um tal desejo, por si só, não podia bastar para vencer a escravidão das paixões, nem removia os graves obstáculos à conversão.

d) De fato, tão longe estavam os povos e os poderes públicos de verem no cristianismo a realização de um seu anseio, que logo o caluniaram e perseguiram.

384. 5.º) *O zelo dos Apóstolos e sucessores, a santidade de vida e a caridade dos cristãos.*

MAS: a) Podiam atrair a atenção sobre o cristianismo, excitar a admiração. Porém, não diminuindo em nada os obstáculos à conversão, não explicam sozinho a aceitação da doutrina por parte dos infiéis. Nem estes abraçavam o cristianismo na esperança de auxílios materiais: senão, diante das perseguições o teriam logo abandonado.

b) Uma caridade tão desinteressada em tantos cristãos, um zelo em tantos pregadores, exercido sem nenhuma vantagem temporal, exigindo, pelo contrário, fadigas, incômodos e sacrifícios de toda sorte, não se explicam naturalmente: já são efeitos de uma graça divina extraordinária.

385. 6.º) *A promessa da felicidade na outra vida.*

MAS: a) Também as outras religiões prometiam prêmios na outra vida (518) e sem exigirem nesta os sacrifícios pedidos pela religião cristã. Porque foi a esta última e não às outras que os homens aderiram?

b) Nenhuma influência pode exercer uma promessa não garantida. Somente uma religião divinamente revelada pode garantir promessas para a outra vida. A fé nas promessas devia, pois, ser precedida pela certeza da origem divina da revelação cristã. Mas esta certeza não pode ser obtida sem a confirmação dos milagres, que são intervenções extraordinárias de Deus (cfr. STO. TOMÁS, *Contra Gentiles*, l. 1, c. 6). Não é, portanto, pela simples promessa de uma felicidade futura que se convertiam os pagãos.

386. Resumindo: Não é com estas circunstâncias que pode ser explicada a vitória do cristianismo. Algumas foram positivamente um obstáculo; outras, se podiam favorecer a propagação da pregação, favoreceram menos o cristianismo perseguido, que as outras religiões amparadas pelos poderes públicos; uma ou outra podia, quando muito, dispor os ânimos despertando admiração pela doutrina cristã, mas já era ela mesma o efeito de uma intervenção divina extraordinária.

(518) Ensinava o filósofo pagão, *Celsus*: "Proibem os deuses, que eu ou outros ou qualquer homem eliminemos o seguinte dogma: os injustos deverão ser castigados, os justos premiados" (ORÍGENES, *Contra Celsum*, III, 16).

De nenhum modo, porém, podiam ser causas eficientes proporcionadas, nem mesmo causas parciais, da *acsiitação prática* (i. é, do tornar-se de fato cristão), porque nenhuma delas, nem o seu conjunto, diminua em nada os gravíssimos obstáculos, internos e externos, da conversão ao cristianismo. Deixam, por conseguinte, sem solução a questão histórica: porque somente o Cristianismo pôde vencer, apesar de existirem precisamente em relação a êle tantos e tamanhos obstáculos, que não existiam para as outras religiões?

V. — Impossibilidade de uma explicação natural.

387. Humanamente falando, a empresa dos Apóstolos, ao iniciarem sua pregação, era uma loucura. S. Paulo foi o primeiro a declará-lo: "*Nós pregamos Cristo crucificado, que é, na verdade, um escândalo para os Judeus e uma loucura para os Gentios*" (I Cor. I, 23; II, 14). E contudo foi esta "loucura" que triunfou.

Não apenas destituídos de todos os auxílios naturais, mas combatidos com todos êles, os Apóstolos

"pregam um Judeu, morto na cruz ignominiosa, como sendo o único verdadeiro Deus e Senhor do mundo que deve ser adorado, e milhões de homens adoram; propugnam que os deuses tidos até então em tanta honra não passam de demônios detestáveis, e os homens detestam; anunciam uma doutrina incompreensível à razão, impõem leis totalmente contrárias às inclinações da natureza (corrompida), e os homens se submetem; pedem que, por causa da nova religião, os homens abandonem o patrimônio da família, a liberdade, a pátria, os parentes e suportem todos os males, e os homens obedecem". (MORS, *op. cit.*, p. 348).

Nem se tratava de uma mudança superficial, mas de uma *completa transformação, renovação e aperfeiçoamento* na mentalidade e na conduta do *homem todo* e da *sociedade*.

Ora, que precisamente a religião mais odiada, mais perseguida e mais exigente, tenha sido a única a se desenvolver e vencer os cultos pagãos tão profunda e universalmente enraizados, tão favoráveis às paixões e tão protegidos pelos poderes públicos, *não é um fato natural*:

a) É *contrário às leis psicológicas, individuais e sociais, do comportamento humano*, tal como o apresenta a experiência de cada dia. Umas destas leis são certamente as seguintes:

— Diante de uma obrigação que exige a vitória de muitas e graves dificuldades, que impõe enormes sacrifícios morais e sensíveis e que expõe a toda sorte de perseguições e à própria morte nos suplicios, a vontade humana costuma fraquejar, retrair-se e desanimar.

— Encontra-se facilmente quem enfrente grandes obstáculos para alcançar honras mundanas e bens materiais e sensíveis; muito raros, pelo contrário, são os que tudo sacrificam em vista de bens puramente espirituais e futuros.

Por isso, que milhões de homens de todas as raças e condições tenham mudado de crenças, de conduta e de costumes em pouco tempo, precisamente quando todos os obstáculos e perigos conjuravam contra esta mudança, e tenham sacrificado tudo aos bens da outra vida, é certamente um fato que *supera as forças humanas naturais*.

b) Há também evidente *desproporção* entre os obstáculos vencidos e os meios *naturais* empregados para os vencer:

Os *obstáculos* já os vimos. São gravíssimos: os mistérios da doutrina de Cristo, as exigências da sua moral, as superstições e os vícios do paganismo, as vexações na vida familiar e social, a oposição de todas as classes, as perseguições com o perigo de uma morte nos tormentos.

O único meio *natural* empregado foi a *pregação dos Apóstolos*.

É evidente que esta *pregação* não pode explicar *naturalmente* o triunfo do Cristianismo. Certamente não é por puras e simples afirmações de pessoas humildes e sem cultura que os homens podiam ser induzidos a mudarem totalmente de mentalidade e de conduta e a aderirem a uma religião que ensinava mistérios tão incompreensíveis, exigia tantos sacrifícios e expunha a tão graves perigos: seria isso, como diz STO. TOMÁS, o mais maravilhoso dos milagres (519).

388. Conclusão. — Como não é possível existir um efeito sem uma sua causa eficiente proporcionada, não encontrando esta causa nem nas forças naturais das faculdades humanas, nem nos meios naturais exteriores, é forçoso admitir uma *intervenção extraordinária de Deus* para suprir estas deficiências.

(519) STO. TOMÁS, *Contra Gentiles*, l. I, c. 6. — Cfr. também STO. AGOSTINHO, *De Civitate Dei*, XXII, 5 (R. 1788) e S. JOÃO CRISÓSTOMO, *In I ad Cor.*, homilia 5, 5.

Por conseguinte, a propagação do Cristianismo ou foi devida a milagres que acompanharam a pregação apostólica, ou constitui ela mesma o mais admirável dos milagres.

— Ora não pode Deus intervir positivamente para a difusão de uma religião que falsamente se proclamasse revelada por Deus.

Logo o Cristianismo é realmente de origem divina, como afirma ser.

389. NOTA. — Esta propagação universal é também um *milagre intelectual*, enquanto é a realização das *profechas*, nas quais Cristo predissera aos Apóstolos todos êstes obstáculos e prometera seu auxílio que garantiria a vitória [cfr. ns. 306-307].

390. Em que consistiu esta intervenção sobrenatural? (520)

1.º) Na *repentina e milagrosa transformação*: a) dos *Apóstolos*, no dia de Pentecostes, de homens tímidos e ignorantes feitos arautos intrépidos e autores de livros e de epístolas que provocam a admiração pela profundidade da doutrina; — b) de *Paulo*, no caminho de Damasco, de perseguidor acérrimo convertido em doutor das gentes [cfr. n.º 365].

2.) Na *especial efusão do Espírito Santo* e nos *carismas* (dons preternaturais) comunicados com profusão aos fiéis da Igreja primitiva (*Atos* IV, 31; VIII, 17; X, 44-48; XIX, 6; *I Cor.* XII, 27-31; *Rom.* XII, 6-8).

3.º) No *dom dos milagres* e nos *auxílios extraordinários* concedidos aos Apóstolos e discípulos, como vimos no mesmo n.º 365.

4.º) Na *revelação da doutrina cristã*, cuja sublimidade e transcendência atraía as almas retas.

5.º) E *principalmente*, nas *graças* e nos *auxílios internos especiais*, que iluminavam as mentes, fortificavam as vontades e moviam os corações, e sem as quais, diante de todos aquêles obstáculos, não era moralmente possível, a povos tão imersos nas superstições e nos vícios, a *aceitação prática e vivida* do cristianismo e muito menos a *santidade exímia* que refulgia em muitos cristãos, a *constância heróica dos mártires* que suscitava o espanto e a admiração dos pagãos, a *caridade*

(520) Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 343-346.

perfeita e operosa que o próprio Juliano Apóstata queria ver imitada pelos seus adeptos para contrabalançar a influência cristã. (*Epíst. ad Arsacium, apud SOZOMENO, Hist. Eccles., l. V, c. 16*).

Esta particular assistência divina fôra prometida por Cristo, dizendo ao enviar seus Apóstolos pelo mundo: "E eis que estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos" (Mt XXVIII, 20). Foi ela que supriu a falta dos meios naturais e deu eficácia à pregação apostólica.

391. OBJEÇÃO. — Também o Budismo, o Mitracismo, o Islamismo, o Protestantismo tiveram uma rápida difusão, e ninguém a atribui a uma intervenção divina.

RESPOSTA. — Não há paridade, porque estas difusões não encontraram os obstáculos internos e externos que se opuseram à difusão cristã, nem lhes faltaram os meios naturais.

O BUDISMO, logo dividido em seitas diferentes, ficou restrito a poucos povos da Ásia oriental, e esta reduzida expansão não começou senão três séculos depois de Buda por obra do imperador Açoka. Fundado por um filho de rei e pregado por homens da classe superior, não sofreu perseguições, mas antes gozou do favor dos príncipes. Sua doutrina não continha mistérios e se acomodava às superstições populares. Sua moral, relativamente pura e rígida para os monges, era pouco exigente para o povo, não indo além de alguns preceitos da ética natural e permitindo a poligamia e o divórcio.

O MITRACISMO, nos séculos II e III depois de Cristo, teve uma difusão rápida, mas muito relativa, pois não penetrou nas regiões helênicas, nem foi nunca uma religião popular. Seus adeptos foram quase exclusivamente magistrados romanos e principalmente militares, por causa da sua doutrina adaptada às virtudes e aos vícios próprios dos soldados. Incluindo o culto dos imperadores, era por estes favorecida ao máximo sua difusão. No século IV, porém, apenas começou a ser impugnado, pereceu.

O ISLAMISMO, por vários séculos difundido principalmente pelas armas, pela violência e pelos ardis políticos dos seus chefes, com sua doutrina sem mistérios, com afirmações absurdas, mas próprias para excitar a imaginação de povos incultos, com a facilidade da sua moral relaxada, sua poligamia e seu divórcio, com seu paraíso sensual absolutamente garantido para todos os seus fiéis, nenhum obstáculo oferecia às inteligências rudes e às tendências depravadas daqueles povos então semi-bárbaros.

O PROTESTANTISMO obteve desde o seu início o favor e amparo dos príncipes, que o abraçaram por motivos políticos ou passionais e pela cobiça dos bens eclesiásticos, dos quais de fato se apoderaram, e depois o impuseram aos seus súditos, perseguindo

cruelmente quem se recusava. Sua propagação teve como causas: — a pressão e as violências dos reis, dos parlamentos e dos príncipes; — as calúnias contra a Igreja católica, facilitadas pela ignorância do povo e pelo mau exemplo de muitos eclesiásticos; — o afrouxamento das rédeas às paixões, com a supressão do celibato para o clero e da confissão para os fiéis, com a dispensa do jejum e da penitência, com o divórcio, com a teoria da "justificação sem as boas obras" que favorece a dissolução dos costumes (521), com a teoria do "livre exame" que lisonjeia o orgulho (522). Nem se apresentou o protestantismo como religião nova, mas como forma menos exigente e mais fácil de uma religião já desde muito existente, e quando nas condições sociais e religiosas se infiltrara muita corrupção.

Como se vê, difundiram-se estas religiões porque amparadas ou impostas pelos poderes seculares, porque favoráveis às paixões, porque se adaptaram aos hábitos dos povos onde se difundiam. É o contrário que se deu na difusão do Cristianismo (523).

COROLÁRIO. — A invicta estabilidade do Cristianismo.

392. Não menos maravilhosa do que sua rápida difusão, a *invicta estabilidade* do cristianismo através dos séculos constitui um *continuado milagre moral*, que comprova a sua origem divina.

Consideramos o Cristianismo tal como foi sempre ensinado na *Igreja Católica*.

Estabilidade significa uma *permanência sem mudança substancial na essência e constituição interna*. A esta estabilidade não se opõe o progresso na exposição e explicitação do depósito da fé, nem a criação e adaptação de leis disciplinares e de novos órgãos administrativos requeridos pelas novas circunstâncias, pois a Igreja é uma sociedade viva e dinâmica.

(521) Na vida concreta, com o andar do tempo, a experiência e o bom senso fizeram pôr de lado este absurdo. Múltiplos protestantes praticam boas obras com um zelo, com uma fidelidade e caridade dignas de todo encômio: são melhores que o Protestantismo dos Reformadores.

(522) Cfr. LEONEL FRANCA, *A Igreja, a Reforma e a Civilização: Progresso da Reforma e suas causas*, na 3.^a edição, p. 209-226; *A moralidade nos costumes da Reforma*, p. 439-458; etc. ...

(523) A todas estas religiões pode aplicar-se o que dizia Pascal de Maomé: "Maomé e Jesus Cristo são tão contrários, que se Maomé seguiu o caminho para triunfar humanamente, Jesus Cristo seguiu o caminho de perecer humanamente ... Devemos pois concluir: Maomé tendo triunfado, o Cristianismo devia perecer, se uma força divina não o sustentara" (*Pensées*, ed. Brunshvicg, n. 599).

A qualificação "*invicta*" quer sugerir as lutas e vitórias pelas quais passou a Igreja nêstes vinte séculos da sua existência.

I — O FATO DA ESTABILIDADE.

393. 1. Confrontando o que ensina a Igreja Católica com o conteúdo dos livros do N. T., com os escritos dos Padres Apostólicos, dos Apologistas e dos Santos Padres, com as declarações e definições dos Concílios e dos Sumos Pontífices, encontramos sempre *identidade substancial*: o mesmo *credo* na doutrina, a mesma *constituição* na hierarquia, os mesmos *meios de santificação* no Sacrifício do altar e nos Sacramentos. Nem diante das piores ameaças de cisma ou perseguição apartou-se a Igreja uma linha sequer da doutrina apostólica: por ex., a recusa do divórcio a Henrique VIII e a Napoleão.

Negou Lutero esta identidade, mas arbitrariamente. Dou-
tos protestantes tentaram justificá-lo com muita erudição, mas sem resultado. E Harnack, o mais autorizado nesta matéria, confessou que nenhuma prova de mudanças desde os Apóstolos pode ser encontrada nos documentos históricos.

2. É um fato extraordinário e único na história.

Com o tempo, ruíram os impérios mais poderosos. Tôdas as sociedades e instituições humanas, sob a influência do individualismo, do nacionalismo e das ambições, fragmentam-se quando a coesão deixa de ser garantida pela força; sob a pressão das idéias e das circunstâncias sofrem transformações radicais nas suas constituições e regimes.

Vemos as religiões humanas sujeitas a uma lei universal de *degenerescência*: o espírito de independência com a tendência em cada um de seguir suas próprias opiniões, principalmente em assuntos religiosos que atingem o mais íntimo da vida, o egoísmo e as paixões transformam as idéias, diversificam as aspirações, suscitam dissensões, e paulatinamente as religiões degeneram e vêem suas doutrinas modificar-se e desagregar-se em inúmeras seitas contrárias. — Este fato é provado por uma indução completa. Já o constatamos nas religiões não cristãs. Nem fazem exceção os grupos cristãos que se separaram de Roma: nas Igrejas orientais dissidentes e principalmente no Protestantismo, a história aponta abando-

nos progressivos com erros cada vez mais graves e uma desagregação em contínuo aumento (MORS, *op. cit.*, p. 349).

3. Tanto mais admirável é esta estabilidade, quanto maior é a diversidade de raças e de povos que a Igreja congrega em seu seio. Quase necessariamente nascem entre êles oposições devidas ao particularismo nacional, às divergências de índole, cultura, costumes e interesses. Por isso torna-se humanamente impossível manter, durante muitos séculos, uma perfeita unidade, interna e externa, de fé, de obediência e de organização.

4. Nem se trata apenas de uma mera subsistência, mas de uma perpétua *juventude* da Igreja, cada vez mais *viçosa* e mais *fecunda* em santidade e em benemerências, conservando a mesma força irresistível de expansão que admiramos nas suas origens (524).

II. — OS OBSTÁCULOS DESTA ESTABILIDADE.

394. Não menores do que nos incios, antes maiores ainda foram os obstáculos que a Igreja teve de superar no decurso dos séculos.

(524) Esta vitalidade permanente e crescente da Igreja Católica não deixou de atrair a atenção dos pensadores. Escrevia o célebre historiador protestante, Lord TOMÁS B. MACAULAY: "Não existe nem existiu na terra obra de governo humano tão merecedora de exame como a Igreja Católica Romana. A história desta Igreja une entre si as duas grandes épocas da civilização humana... As mais altivas casas reais são de ontem, quando comparadas com a série dos Supremos Pontífices... O Papado permanece, não envelhecido e caduco, mas cheio de vida e vigor juvenil. A Igreja Católica está ainda continuando a enviar para os mais longínquos confins do mundo missionários tão zelosos como aquêles que penetraram no Kent com Agostinho, e a enfrentar as adversidades com o mesmo espirito, com o qual enfrentou Átila. O número de seus filhos é maior do que nunca. Suas aquisições no Novo Mundo mais do que compensaram suas perdas no Antigo... Nem vemos sinal algum que indique o aproximar-se do fim da sua secular supremacia (espiritual). Viu o começo de todos os governos e de tôdas as instituições eclesiásticas que existem hoje no mundo, e cremos que está destinada a ver o fim de tôdas. Era grande e respeitada antes de os Saxões porem o pé na Grã-Bretanha, antes de os Francos passarem o Reno, quando florescia ainda em Antioquia a eloquência grega, quando eram ainda adorados os ídolos no templo de Meca. E poderá ainda existir com não menor vigor quando algum viajante da Nova Zelândia, no meio de uma vasta solidão, parar sôbre um arco quebrado da Ponte de Londres para contemplar as ruínas (da catedral) de S. Paulo." *Critical and Historical Essays*, na revista *The Edinburgh Review*, out. de 1840. — E que esplêndida confirmação recebeu Macaulay dos grandes pontificados desde Pio IX até hoje!

Além das inclinações da natureza corrompida, contra as quais deve sempre lutar, além da antipatia das raças, das tendências para a novidade e a independência, além do frequente mau exemplo de muitos católicos e da negligência, fraqueza, corrupção e vida escandalosa de não poucos sacerdotes e prelados em certas épocas — teve a Igreja que passar por tôdas as perseguições, tais como nenhuma outra instituição jamais sofreu; por todos os cismas e heresias, que se encarniçaram contra seu dogma, sua moral e sua constituição; por todos os ataques da incredulidade, que em nome da filosofia e da ciência procurou comprometer a racionalidade da sua fé. — Séria tôda a História da Igreja que deveríamos percorrer. Lembraremos somente alguns traços mais salientes (525).

As maquinações ardilosas de Juliano Apóstata contra a fé cristã terminaram com o desmoroamento do paganismo.

As invasões dos Bárbaros ameaçavam apagar todo vestígio de moralidade e de religião, mas a Igreja converte e civiliza estes bárbaros.

Nestes mesmos séculos, as grandes heresias do Arianismo, Nestorianismo, Pelagianismo, Monofisitismo, Monoteletismo e dos Iconoclastas impugnam quase todos os dogmas e, com o auxílio dos imperadores bizantinos, movem as mais sangrentas perseguições. Mas a Igreja, debeladas as heresias, sai do perigo mais pura e mais vigorosa.

No século IX, instaura-se o cisma dos Gregos; mas ao passo que as igrejas cismáticas definham e perdem sua vitalidade, a Igreja Católica difunde-se largamente na Europa setentrional, nos países Escandinavos, na Búlgaria, Morávia, Boêmia, Polónia, Rússia...

O Islamismo invade e persegue cruelmente a cristandade durante séculos; surgem as perturbações do grande cisma ocidental: de tudo sai a Igreja invicta e mais firme.

O Protestantismo agita a Europa e, com o poder dos Príncipes, tenta destruir tudo o que tem nome de católico. Mas vem sendo reduzido a poucas províncias, enquanto a religião católica promove, no Concílio de Trento, a sua verdadeira reforma interna, que desabrochou na florescência de grandes santos e na pujança de novas ordens religiosas; e exteriormente, dilata-se na Índia, no Japão e nas Américas pelo heroísmo dos seus missionários.

(525) Cfr. HERVÉ, *op. cit.*, p. 241. — *Apologétique*, art. de F. MOURRET: *Le miracle de l'Eglise*, 1.^a edic., p. 875-898. — Veja em FALCON, *op. cit.*, p. 373-375, um quadro dos grandes missionários e da contínua dilatação da Igreja até aos nossos dias.

O Cesaropapismo, durante séculos, pretendeu subjugar a Igreja aos interesses da política; surgem os erros do *Jansenismo*, do *Galicismo*, do *Josefismo*. — A Grande Revolução francesa encrusdesce contra a religião cristã. — O *Enciclopedismo*, o *Racionalismo*, o *Modernismo*, pretendendo falar em nome da razão e da ciência, movem guerra encarnecida contra o sobrenatural e a fé. — As seitas *Maçônicas*, com o *Liberalismo* e o *Laicismo*, expulsam a religião das Leis e das Constituições e tentam por todos os meios entravar a sua ação na educação, nas famílias e na vida pública. — As falsas doutrinas *sociais, econômicas e políticas*, com suas ditaduras, apresentam a Igreja como inimiga do povo e a perseguem em muitos países com um ódio e uma refinada crueldade nunca vista.

De tôdas estas perseguições e oposições não se seguiu a tão almejada e preanunciada morte da Igreja. (Cfr. *Apolo-gétique*, p. 691). Mais vigorosa que nunca, pode repetir com o Profeta: “*Vi o ímpio exaltado e alto como o cedro do Líbano; e passei, e eis que não existia mais; e o procurei, e não foi achado seu lugar.*” (Salmo XXXVI, 35 s.). Com a firmeza da sua doutrina, íntegra após tantas revoluções políticas, científicas, sociais e religiosas, com a autoridade espiritual dos seus Sumos Pontífices nunca antes tão universalmente respeitada, com o número e zêlo crescente de seus fiéis e dos seus missionários, continua impávida em todo o mundo numa redobrada atividade a sua missão santificadora.

III. — IMPOSSIBILIDADE DE UMA EXPLICAÇÃO NATURAL.

395. Em todos êstes ataques os adversários da Igreja lançaram mão de *todos os meios*: o poder, a violência, o dinheiro, a mentira, as calúnias, as seduções e as ameaças, as maquinações secretas e os sofismas da falsa ciência, até a corrupção dos próprios sacerdotes e prelados.

A todo êste cúmulo de meios ilícitos, a Igreja não opôs senão a *pregação da sua doutrina, o exemplo e a persuasão*. Foram de auxílio, é verdade, a sua organização, a vigilância do seu Magistério e a ciência dos seus doutores. Mas em face de tamanhos obstáculos, quem não vê a desproporção dêstes meios?

Só com êles, é impossível explicar *naturalmente*:

a *subsistência* da Igreja *inalterada*, contrária à lei de *degenerescência*, que atingiu tôdas as instituições humanas mul-

to mais providas de meios naturais e em especial tôdas as outras religiões menos exigentes e muito menos combatidas;

a sua *perfeita unidade* de fé e de govêrno, mantida por tantos séculos entre raças e povos tão diversos e opostos, fundada unicamente na obediência aos legítimos Pastores da Igreja e na fé no seu ensino *infallvel*, o qual não se pode dar sem uma especial assistência divina;

a sua perene *juventude*, com crescente *fecundidade* e vigor, fortalecido por estas mesmas perseguições que naturalmente deviam destruí-la.

396. Conclusão. — Por conseguinte, se não quisermos aceitar um efeito sem causa proporcionada, é necessário admitir que a *perene e invicta estabilidade* da Igreja católica na sua *unidade* perfeita e universal constitui um verdadeiro *milagre moral*, proveniente de uma *especial intervenção divina*, que realiza diante de nossos olhos a profecia de Cristo: “*Eis que estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos... E as portas do inferno não prevalecerão contra ela (a minha Igreja)*” (Mt XXVIII, 20; XVI, 18).

397. OBSERVAÇÕES para resolver as OBJEÇÕES.

1) Não há paridade entre a estabilidade incorrupta da Igreja católica, espalhada em todo o mundo e conservando uma perfeita unidade no meio das contínuas oposições — e a duração das outras religiões, em perpétuas mudanças substanciais e de moral fácil, envelhecendo entre poucas nações sem serem molestadas.

2) O próprio *Judaísmo*: como *religião*, ficou restrito ao povo hebreu, perdeu elementos essenciaes (o templo, vários preceitos rituais da lei mosaica...), está dividido, nem exerce influxo na vida das nações; — como *povo*, disperso mas distinto e subsistindo apesar de perseguido, é mais uma confirmação da religião cristã, porque é a realização (por uma Providência especial) de profecias feitas em favor do cristianismo, no qual acabarão ingressando todos os judeus, como nação, no fim dos tempos [cfr. n.º 308, 9.º].

3) Mas, depois de 2000 anos, um têrço apenas dos homens é cristão, nem todos são católicos! (526) — O *milagre* da Igreja não consiste num triunfo completo e definitivo neste mundo, mas num *triunfo que se realiza exatamente nos limites e nas condições profetizadas por Cristo*. Ora, às suas ovelhas, que estão no mundo

(526) Cfr. PINARD DE LA BOULLAYE, *Conférences de 1836*, 5.ª conf.: *L'échec apparent de la Rédemption*. — FALCON, *op. cit.*, p. 576-580. — BERTILLANGES, *op. cit.*, c. VII.

mas não são do mundo, profetizou Cristo que serão odiadas e perseguidas até ao fim, como foi perseguido o Mestre. Os poderes do inferno não desarmarão: luta sem trégua, interna e externa. Mas não conseguirão impedir o desenvolvimento da Igreja, sempre combatida, nunca abatida. [Cfr. as citações no n.º 307].

~~Por seu lado, nem a Igreja conseguirá desarmar inteiramente o mundo hostil; antes, a luta será mais renhida nos últimos tempos (Mt XXIV, 10-14; Mc XIII, 12; Lc XVIII, 8). A vida da Igreja prolonga aqui na terra a vida de Cristo e se desenrola segundo as mesmas leis, participando das humilhações e da paixão do seu Fundador (527). Mas as perseguições serão sempre o instrumento da sua santificação, que constitui sua glória e seu poder, mais do que o número. Sabendo, portanto, Deus tirar do mal bens de ordem mais elevada, não é evidente que esteja obrigado a assegurar para sua Igreja um triunfo completo nesta terra. Como demonstramos na tese, já a estabilidade invicta que lhe concedeu é um milagre.~~

4) Mas não é a Igreja o caminho normal da salvação? Que será de tantas almas que estão fora dela? — É verdade, ninguém se salva independentemente da Igreja. Ninguém, porém, é condenado senão por própria culpa, e Deus não pede o impossível. Todo homem que *de boa fé* ignora a Igreja ou está fora dela, pode contudo estar "ordenado" a ela pelo batismo de desejo, mesmo implícito e inconsciente, contido na disposição sincera da vontade de tomar todos os meios que Deus tiver mandado, no cumprimento dos ditames de sua consciência, na fidelidade em corresponder às graças, que o levarão até ao ato de caridade ou contrição perfeita que justifica e salva, como será explicado no Tratado da Igreja. Há, sem dúvida, muitas destas almas entre os hereges e cismáticos, como entre os judeus, muçulmanos e pagãos.

(527) Como Cristo, a Igreja é "*posta para sinal a que se contradirá*" (Lo II, 34), porque existirão sempre as forças antagonicas que disputam o coração do homem: a alma e os sentidos, o espírito e a carne, Deus e Satanaz. A crise atual entre o cristianismo e o mundo moderno é apenas um momento da oposição eterna entre Cristo e o "mundo". Cada geração cristã a encontrou em relação ao seu mundo contemporâneo, que era "moderno" para ela. A função da Igreja consiste precisamente em cristianizar e santificar um mundo que não cessa de mudar e evoluir: é tarefa num contínuo recomeçar. É portanto, uma ilusão crer que a Igreja está em decadência, porque o *nosso* mundo moderno lhe faz oposição: sempre foi e será assim. Mais do que nunca necessária, não é a Igreja que deve desaparecer. Tendo "*palavras de vida eterna*", não teme os progressos da ciência, frutos em grande parte do trabalho de seus filhos; mas não pode colocar-se a reboque de teorias à moda e de slogans efêmeros. Na sua doutrina e na sua experiência encontra os remédios adaptados a cada situação, e nas grandes encruzilhadas da história soube sempre cumprir a sua missão. Na sua própria reforma interna, na santidade e zelo crescentes em muitos de seus filhos e na repercussão cada vez mais profunda e universal de seus ensinamentos, já apresenta a Igreja sinais precursores de uma nova vitória. Cfr. FALCON, *op. cit.*, p. 599-608.

ARTIGO SEGUNDO

A EFICÁCIA TRANSFORMADORA DO CRISTIANISMO

É com razão que datamos de Cristo a nossa era: uma sociedade *nova* saiu do Evangelho. ~~Este fato dá nêvo relevo ao milagre da rápida difusão.~~

Arreperder-se dos pecados pode ser obra de um instante. Libertar-se dos hábitos maus requer uma luta longa e persistente. O mundo não se converteu num dia. A bem dizer, esta conversão continua ainda: todos os dias, até o fim do mundo, há e haverá vícios por extirpar, almas por santificar. Mas nos primeiros séculos, principalmente, a transformação foi tão *extraordinária*, que por si mesma constitui um verdadeiro milagre moral e uma prova da divindade do Cristianismo. É o que queremos provar na seguinte tese.

TESE XVIII. — *Pela admirável transformação que operou no mundo provou o Cristianismo a sua origem divina.*

398. POSIÇÃO DA TESE. — 1) Novamente tomamos a religião cristã na forma concreta que tem na Igreja Católica. -- 2) Para constatar sua eficácia renovadora basta comparar o que eram os povos quando ainda pagãos, com o que foram depois de convertidos ao cristianismo. — 3) Estes frutos de santidade, não os consideramos agora enquanto realização das profecias de Cristo, mas enquanto fato histórico. A tese analisa êste fato e o reconhece como *milagre moral*, que manifesta na religião cristã uma *força* e *eficácia preternatural*, sinal certo da sua origem divina.

399. ENUNCIADO DO ARG. — *Da religião cristã emanaram tais frutos de santidade, que transformaram os costumes e a vida moral dos indivíduos, das famílias e das sociedades (I).*

Ora esta maravilhosa transformação não encontra explicação proporcionada sem um auxílio sobrenatural, que Deus não pode conceder a uma religião que falsamente se proclamasse revelada (II).

Logo, pela profunda transformação moral que operou no mundo, demonstra o Cristianismo a verdade da sua origem divina.

EXPOSIÇÃO. — Devemos provar as duas premissas, i. é, o fato da transformação e seu caráter sobrenatural.

I. — O FATO da profunda transformação.

Estendeu-se a todos os setores da vida religiosa, intelectual, moral e social, nos *indivíduos*, nas *famílias* e na *sociedade*.

Vejamos em cada um destes grupos o seu estado *antes* e *depois* de Cristo.

A) — O ESTADO DO MUNDO ANTES DE CRISTO.

400. Os *Indivíduos*. — Basta consultar a História universal e a Etnologia religiosa e lembrar os princípios vigentes mesmo nos povos mais civilizados, como os gregos e os romanos, para constatar a degradação na qual estavam imersos os indivíduos no paganismo.

Nos *filósofos* e *espíritos cultos*, erros gravíssimos: o panteísmo falseava a noção da divindade, o ceticismo deixara um veneno que minava as verdades religiosas, a negação ou a dúvida acêrca da imortalidade impedia de compreender a natureza, a dignidade e o fim último do homem. — No *povo*, idolatria, politeísmo, deuses com todos os vícios, aos quais era prestado um culto licencioso e obsceno.

Tais *crenças* levaram às piores aberrações do *senso moral*. Não devemos cair no exagêro de considerar que *absolutamente tudo* era mau entre os pagãos. Mas os escritores, cristãos e pagãos, estão todos de acôrdo em descrever, com as côres mais tétricas, o profundo estado de abjeção, no qual tinha resvalado a humanidade antes da vinda de Cristo.

S. PAULO, depois de repreender os pagãos por terem abandonado o verdadeiro Deus, conhecido pela sua obra, o universo sensível, e por se terem entregue às paixões vergonhosas contrárias à natureza (528), enumera os vícios generalizados: "cheios de tôda a iniquidade, de malícia, de fornicção, de avareza, de maldade; cheios de inveja, homicídios, contendas, engano, malignidade; mexeriqueiros, difamadores, inimigos de Deus, insolentes,

(528) O vício abominável da sodomia grassava por tôda a parte. Na Grécia era dissimulado sob o culto e o amor do belo; em Roma era praticado sem pudor, mesmo pelos mais nobres espíritos. Cícero, Bruto, César foram suas vítimas. Horácio, Virgílio, Marcial, Tibulo e Catulo cantaram-lhes os prazeres monstruosos. Cfr. FOUARD, *Saint Pierre*, cap. XVI: Les mœurs au temps d'Auguste, p. 353-354.

soberbos, altivos, inventores de males, desobedientes aos pais, insensatos, imodestos, sem benevolência, sem palavra e sem misericórdia." (*Rom.*, I, 29-31). Cfr. também *I Cor.*, VI, 9-11.

O mesmo é atestado pelos escritores cristãos. Por ex., MINUCIO FELIX (*Octavius*, 28), TERTULIANO (*Apologeticus*, 9, 15, 46), CIPRIANO (*Epistolae*, I, 6).

~~LACTÂNCIO vê a causa de tanta corrupção no culto prestado a deuses sanguinários, impudicos, ladrões, astutos, adúlteros... Como podem ser justos, no meio disso, homens por natureza bons, mas aos quais os próprios deuses ensinam a injustiça? (*Divinae Institutiones* 5, 10, 15 e 17: R. 639).~~

EUSÉBIO DE CESARÉIA passa em revista as várias nações pagãs, notando os crimes principais próprios de cada uma e a emenda deles que em tôdas seguiu a difusão da doutrina cristã. (*Praeparatio evangelica*, I, 4).

Os autores pagãos fazem eco aos cristãos:

TÁCITO, descrevendo os costumes de Roma no tempo de Nero, queixa-se da corrupção geral trazida pela lascívia e da juventude degenerada, que passa o tempo nos ginásios, nos ócios e nos amores torpes, sob o olhar não apenas complacente, mas incitante do príncipe e do senado.

JUVENAL: "Mais terrível do que a espada, caiu sobre nós a luxúria e vinga o universo vencido. Nenhum crime falta e tôdas as monstruosidades da devassidão se nos tornaram familiares desde o dia em que peroeu a pobreza romana... Vênus embriagada não respeita mais nada." (*Satirae*, VI, 292-300).

SÊNECA: "Tudo está cheio de crimes e de vícios, a tal ponto que já não se podem refreiar. É uma imensa contenda de maldade: cada dia é maior a ânsia de pecar e menor a vergonha... Por tôda a parte impõe-se a sensualidade... De tal modo se exibiu em público a perversidade e invadiu o coração de todos, que a inocência não é rara, mas nula." (*De ira*, II, 8).

Nem falam diversamente CATÃO (*Fragmenta*), CÍCERO (*Tuscul. Disput.*, I, II, c. 4), SALÚSTIO (*Historiarum fragmenta*, I, 9), TIRO LÍVIO (XXV, 40; XXXIV, 4), PLÍNIO (*Hist. Nat.*, XXIII, 18, ...), etc.

401. Os Pobres e os Trabalhadores. — Aos olhos do paganismo eram seres desprezíveis. Os filósofos estoicos, que tecem louvores à caridade (Cfr. FOUARD, *op. cit.*, p. 377-378), outras vêzes condenam a compaixão. Para Marco Aurélio, é uma fraqueza; para Sêneca, é um vício que os bons devem evitar; para Cícero, é uma tolice. Para Plauto, dar esmola é uma dupla loucura: é perder o que damos e prolongar a miséria de quem recebe. (*Apud DUPLESSY, op. cit.*, II, p. 495-496).

O *trabalho manual*, na república de PLATÃO, excluía dos direitos políticos; para ARISTÓTELES, era incompatível com as virtudes internas e a nobreza de alma (*Política*, VI, 6); para CÍCERO, ~~era uma profissão vil, que nada podia produzir de liberal e generoso~~ (*De Officiis*, I, 42). SALÚSTIO chamava a agricultura um trabalho de escravos (*De Bello Catil.* IV).

402. *Os Escravos.* — A escravidão era então uma instituição considerada de direito natural, essencial para a vida da sociedade. Os escravos constituíam a grande maioria dos homens. Segundo CHATEAUBRIAND (*Etudes historiques*, V, 3) e outros autores, havia no império romano uma média de vinte escravos para um homem livre. SÊNECA nos atesta que nunca lhes foi permitido um vestido especial, para que não se pudessem contar (*De Clementia*, I, 21).

Para PLATÃO (*Das Leis*, VI) e ARISTÓTELES (*Política*, I, I, c. 2) o escravo é *por natureza* inferior ao homem livre; não é uma pessoa, mas um animal, uma coisa, um instrumento.

Não podia contrair matrimônio, mas era unido a quem seu dono queria; sua família era dispersa pelas vendas; seus filhos pertenciam ao dono, como tudo o que o escravo tinha e era, mesmo o seu pudor, que era constrangido a prostituir em proveito do dono.

Para êle não há direitos: *servile caput nullum jus habet*. Segundo o axioma romano "*In servum non cadit injuria, nihil non domino licet*", o dono tudo podia sôbre o seu escravo: vender, comprar, emprestar, bater, torturar, matar, sem ter que prestar conta a ninguém. — Até à Lei Petrônia, sob Augusto, era às vêzes dado como alimento às feras do anfiteatro. — Quando velho e doente, não raro era abandonado como instrumento inútil ou vendido, conforme o conselho de Catão o Censor.

Conseqüências dêste tratamento eram o embrutecimento, o desprezo da vida e os freqüentes suicídios; ou o rancor e as revoltas, como as de Euno e de Espártaco.

Os esforços dos estoicos para pôr algum limite ao direito do senhor de escravos bem pouco alcançaram (SÊNECA, *De Ira*, II, 5; *De Beneficiis*, III, 22, 3). Se, no tempo do império houve senhores menos desumanos e escravos que se afeiçoaram a seus senhores e deram exemplos heróicos de fidelidade, foram casos esporádicos.

403. *A Família.* — 1) *A Mulher*, no paganismo não tinha quase nenhum direito, nem podia herdar (Lei Vocônia). Os gênios da antiga Grécia consideravam-na um ser *desprezível*,

“o pior de todos os males”, dizia Eurípides; uma mercadoria vendida ao marido e transmissível a outro por testamento, segundo Aristóteles; para Catão, é uma “fera indômita” (TITO LÍVIO, *Hist.*, XXXIV, 2).

2) A *Espôsa* era aviltada: pela *poligamia*, com tôdas as invejas e rixas femininas nos clássicos gineceus e nos harens orientais; pelo *concubinato*, legalmente admitido; pelo *divórcio*, ao arbítrio do marido; pelo “*jus locandi et permutandi*”, i. é, o direito para o marido de alugar ou permutar a espôsa.

Semelhante condição da mulher e da espôsa era então generalizada entre os povos pagãos e, com poucas mudanças, conservou-se até pouco tempo nos países não cristãos.

No fim da república romana, aproveitando algumas mitigações do antigo direito, as mulheres, como reação, entregaram-se aos vícios, fugindo do casamento como também do celibato. Acorriam com sofreguidão aos teatros obscenos e aos anfiteatros cruéis, onde perdiam o pudor e a compaixão. Suas desordens eram tais, que Augusto as verberava severamente no Senado. Na geração seguinte, SENECA define a mulher do seu tempo “um animal impudente, indomável e incapaz de governar suas tendências” (*De Constantia sapientis*, 14) e descreve seus vômitos nas orgias (*Epist.*, 95; *Ad Helviam*, IX) e seus frequentes divórcios (*De Beneficiis*, III, 16, 2).

3) Sôbre os *Filhos*, a lei romana e os costumes de outros povos concediam ao pai um “*pátrio poder*” quase absoluto. A criancinha, ao nascer, era deitada aos pés do pai. Se êste a tomava nos braços, podia viver; se a deixava no chão, era sufocada, esmagada ou lançada fora com as imundícies e abandonada aos cães. Tão comum era esta prática do infanticídio, que TERTULIANO a podia lançar em rosto aos próprios magistrados mais austeros do seu tempo (*Apolog.*, IX).

Entre os Gregos havia sacrificios de crianças à deusa Diana; entre os Romanos, a Saturno (PLUTARCO, *Vida de Licurgo*, *Vida de Temistocles*; DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Antig. Rom.*, I, 2).

As crianças disformes ou fracas deviam ser eliminadas, conforme a Lei das *Doze Tábuas*, Táb. IV: *Insignem ad deformitatem puerum cito necato*. Em Esparta, a decisão competia às autoridades públicas (529).

(529) Tudo isso recebera a aprovação dos luminares da filosofia grega (PLATÃO, *Das Leis*, V; ARISTÓTELES, *Política*, VII, 14). E SENECA, o mais celebrado “moralista” do império, não receia dizer: “Quando afogamos os filhos fracos ou disformes, não agimos levados pela ira, mas

Era também comum a *venda* dos filhos. Em Roma, as crianças abandonadas vinham expostas perto do Aventino ou da coluna Lactária. "Os expostos, diz SÊNECA, são sem número; ficam escravos, assim quis o legislador (*Controv., V, 23*). Quando comprados, êstes escravos, chamados *alumni*, viviam como rebanhos de bois ou carneiros e, geralmente, eram destinados à prostituição (S. JUSTINO, *Apologia, II, 27*).

4) Naquelas gerações esgotadas pelos vícios, o matrimônio estável, com seus deveres austeros e sua fecundidade, inspirava fastio e nôjo. Só era louvada a *esterilidade* (Plínio, *Epist., IV, 15*; Tácito, *Anais, III, 25*; XI, 25). Por muitos anos procurou Augusto, mas em vão, lutar contra o declínio das famílias e teve que impor a *Lei Papia Poppaea*, com privilégios para quem educasse três filhos (*jus trium liberorum*). (Cfr. FOUARD, *op. cit.*, p. 355-356). Que triste luz projeta esta lei sôbre os costumes de uma época, na qual era mister constrianger os cidadãos não sômente a terem filhos, mas ainda a educá-los!

404. NOTA. — Uma tal degradação dos indivíduos e dissolução das famílias não era uma particularidade de Roma. As províncias do império, com raras exceções, imitavam a capital. A Grécia era corroída pelo mesmo câncer (POLIBO, XXXVII, 7; PLUTARCO, *De Defectu oraculorum*, 8). O Egito parecia ainda pior (JUVENAL, III, 61-63). Tôda cidade, onde tomavam pé os Romanos, tornava-se um foco de vícios, uma escola de crueldade e devassidão. E TÁCITO julgava esta depravação mais poderosa do que as armas para domar os vencidos e mantê-los sob o jugo (*Historiae, IV, 64*).

405. A Sociedade. — Na sociedade antiga, era quase sempre o *direito da força* que prevalecia. Pouco ou nenhum respeito havia da dignidade da pessoa humana. Os Governos, quer se chamassem monarquia ou aristocracia ou democracia, nunca concederam aos homens a verdadeira liberdade individual. O Estado se considerava dono do corpo e da alma de cada cidadão; ao seu interêsse tudo devia ceder: direito, justiça e moral. E nos tempos de Cristo, o Estado era o Impe-

segundo a razão: assim, o que é são fica distinto e separado do que é inútil". (*De ira, I, 15*).

Por êste critério, infame e totalmente errado, teriam sido sacrificados S. Raimundo Nonato, S. Luiz Gonzaga, S. Francisco de Sales, S. Pier Damião, James Watt, Kepler e tantas outras glórias da humanidade.

rador, que geralmente governava com absolutismo e arbitrariedade.

Para cada nação, os outros povos eram *bárbaros*, inimigos-natos. Daí, guerras com o único motivo de despojar os vencidos; sem compaixão para com os inermes e os prisioneiros, quase todos imolados, vendidos ou reservados para as lutas de gladiadores nos circos.

406. Diante de um estado tão desesperador, sentiam os filósofos a sua impotência e nenhum soube aplicar um remédio eficaz.

Quiseram alguns modernos ver no ESTOICISMO a fonte renovadora. Mas os fatos desmentem esta hipótese (530). Sentenças isoladas, revestidas com demasiada complacência de um caráter cristão, podem prestar-se a ilusão. Lidas, porém, nas obras mesmas dos estóicos, restituindo-lhes o sentido exigido pelo contexto, soam bem diversamente e não passam de um eco enfraquecido, quando não desafinado, de algumas verdades naturais já ensinadas nas grandes Escolas da Grécia. Deus era confundido com a natureza, a alma do mundo, o destino; negações ou dúvidas acêrca da imortalidade; algumas boas regras de moral, mas, sob o pretexto de viver em conformidade com a natureza humana, eram permitidos excessos que esta mesma natureza reprova; a impassibilidade, a maior virtude para o estoicismo, era a resignação à lei fatal do destino. Os espíritos elevados da pequena elite estóica tinham consciência das contradições da sua doutrina (531) e da sua ineficácia sobre o povo. Descontentes de si mesmos e dos outros, desesperando da humanidade, entregavam-se à melancolia, nem viam paz senão na morte. Marco Aurélio a desejava para si e recomendava aos outros. O suicídio, para a escola estóica, tornou-se quase um preceito moral (SÊNECA, *Epíst.*, LVIII, LXX, LXXVII; *De Providentia*, VI).

Já dissera SÓCRATES: "Não deveis esperar poder reformar os costumes dos homens, a não ser que Deus nos envie alguém para nos instruir em seu nome"; e PITÁGORAS: "O homem deve fazer o que agrada a Deus; mas como saber isso, se Deus mesmo não lho ensina?" (532). O próprio SÊNECA confessa: "Ninguém tem a força de se reerguer a si mesmo, se não vier ajudá-lo uma mão caridosa." (*Epíst.* LII).

(530) Cfr. C. FOUARD, *op. cit.*, c. XVII: Les Stoïciens de l'Empire.

(531) PLUTARCO escreveu até um tratado sobre elas: *De Repugnantiis stoicis*.

(532) *Apud DUPLESSY, Apologétique*, I, p. 333.

B. — A TRANSFORMAÇÃO OPERADA PELO CRISTIANISMO

407. Este auxílio divino pedido por Sócrates e Pitágoras, esta mão caridosa almejada por Sêneca, apresentou-se sob a forma de alguns humildes pescadores, discípulos de um Crucificado.

Pregam uma doutrina sublime e transcendente, ensinam uma moral pura e austera. E eis que em poucos anos milhões de homens trocam sua vida depravada pela prática de virtudes até então desconhecidas.

À medida que penetra na sociedade a nova religião, desperta a consciência, um ideal nôvo revela-se ao mundo, cria-se uma nova mentalidade. A justiça reclama e obtém seus direitos, a caridade aparece e torna-se rainha, os pobres e os infelizes são respeitados, amados e amparados, abrandam-se os costumes, perdem os anfiteatros a crueldade dos seus espetáculos, reabilita-se a família; pouco a pouco diminuem os ódios nacionais e internacionais e os próprios bárbaros perdem sua fereza ao se tornarem cristãos.

408. Nos **Indivíduos.** — 1) Na ordem *intelectual*, apenas lança raízes o cristianismo, as verdades naturais de ordem religiosa e moral são conhecidas com clareza e certeza; a elas vêm acrescentar-se mistérios sublimes. De modo que todos, mesmo os mais ignorantes, possuem acêrca da divindade, acêrca da origem e do fim do homem e dos meios para alcançar a felicidade, conhecimentos maiores e mais elevados do que os mais ilustres filósofos (MORS, *op. cit.*, n.º 619).

2) Na ordem *moral*, a transformação é radical e se manifesta desde o início e em tôda a parte:

a) LUCAS descreve a vida de união e concórdia dos primeiros cristãos em Jerusalém, sua caridade, seu mútuo auxílio, pondo cada um seus bens à disposição de todos (Atos, II, 44-47; IV, 32-37). — PAULO mostra as várias igrejas ajudando-se umas as outras com generosas coletas (II Cor., cc. VIII e IX); lembra aos Coríntios e aos Efésios os vícios e pecados que cometiam antes da conversão e os bens que esta lhes trouxe (I Cor. VI, 9-11; Efésios, II, 1-10).

b) Os escritores *eclesiásticos*, sem temor de serem desmentidos, enaltecem diante dos pagãos de seu tempo as virtudes dos cristãos. — Por ex.:

Escreve o autor da *Epístola a Diogneto* (II séc.): "...Embora estejam na carne, não vivem segundo a carne; obedecem às

leis; amam a todos, apesar de serem por todos perseguidos; pobres, auxiliam a muitos; injuriados e caluniados, pagam o bem pelo mal... Numa palavra, o que é a alma no corpo, isto são os cristãos no mundo" (V, 1-16; VI, 1: R. 97).

O mesmo atestam ARISTIDES (*Apologia*, 15: R. 112) e ~~TEÓFILO ANTIOQUENO~~ (R. 186).

S. JUSTINO ressalta a admirável mudança de costumes, pondo em antítese a vida dos cristãos antes e depois da sua conversão (*Apologia* I, 14: R. 118).

STO. IRENEU fala da paz e concórdia que em nome de Cristo existe entre os cristãos de tôdas as raças (*Demonstr. praedic. evang.*, 61: R. 263).

TERTULIANO faz notar que os cristãos, numerosos em cada cidade, vivendo no silêncio e na modéstia, são "reconhecíveis pela emenda dos vícios anteriores." (*Ad Scapulam*, 2: R. 369).

ORÍGENES diz que as Igrejas ou assembleias cristãs são "como lâmpadas no mundo"; nem teme afirmar que os piores dos que as freqüentam são muito melhores do que os freqüentadores das reuniões populares (*Contra Celsum*, III, 29: R. 525).

c) Os próprios pagãos reconhecem e admiram estas virtudes:

PLÍNIO O JOVEM, pelo ano 111, no seu relatório a Trajano, atesta que nada encontrara de condenável nos cristãos. Pelo contrário, nas suas reuniões, cantam hinos a Cristo, como a um Deus e tomam o compromisso, não já de praticar algum ato nefasto, mas de não cometer furtos nem adultérios, de manter a palavra dada, de não negar o depósito recebido, quando reclamado. (*Epistolarum* X, 96).

GALENO, médico do II séc., exalta a coragem dos cristãos perante a morte, o seu amor à pureza, a virgindade perpétua que alguns dêes mantêm, os esforços e a perfeição alcançada no domínio das suas paixões e na prática de toda probidade. (K. 154).

JULIANO APÓSTATA quer ver imitadas pelos pagãos a santidade de vida dos cristãos, a sua caridade, as suas boas obras, "pois é vergonhoso... que os ímpios Galileus, além dos seus pobres, alimentem também os nossos". SOZOMENO, *Hist. Eccles.* V, 26; MG 67, 1262).

3) Entre os frutos do cristianismo mais eficazes contra a corrupção geral resplandeciam, de um modo particular, virtudes totalmente ignoradas no paganismo, tais como:

a) O amor de Deus, tão desconhecido pelos gentios que ARISTÓTELES pôde escrever: "Deve ser louco, quem disser que ama Júpiter" (*Magn. Moral.*, II, 11, 6). Da intensidade deste amor, âmago e alma da vida cristã, deram testemunho evi-

dente e heróico especialmente as virgens e os mártires, que anelavam a união com Cristo.

b) ~~O amor do próximo, que sabia ver Cristo no menor dos irmãos (Mt XXV, 40) e se traduzia em tantas obras de misericórdia e auxílios individuais e coletivos, que, como nos refere TERTULIANO, arrancavam dos pagãos a exclamação: "Vêde como se amam entre si!" (Apolog., 39, R. 281).~~

c) O amor dos inimigos, em obediência ao mandamento do Mestre (Mt V, 44). Falando dêste amor, observava ATENÁGORAS (II séc.) que, entre os gentios, nem os filósofos com todos os seus raciocínios e tóda a sua facúndia jamais o praticaram; ao passo que, entre os cristãos, até os ignorantes e os operários, não com palavras, mas com fatos o demonstram. (*Legatio pro Christianis*, 11).

d) A castidade, com seus frutos a modéstia, a santidade do matrimônio e a virgindade, foi sempre praticada e tida em grande aprêço pelos cristãos, tanto que TERTULIANO podia dizer aos perseguidores: "Condenando uma cristã *ad lenonem potiusquam ad leonem*, ao prostibulário antes do que ao leão, confessais que entre nós a perda da pudicícia é tida por mais cruel do que qualquer tormento e qualquer morte." (*Apologeticus*, 50). Cfr. também MINÚCIO FÉLIX, *Octavius*, 31: R. 271.

409. *Nos Escravos.* — Profundamente enraizada nas idéias, nos costumes, nas leis e nos interêsses individuais e sociais, não podia a escravidão ser extirpada repentinamente, sem provocar uma revolução e um caos social de conseqüências incalculáveis. Por isso, começou o Cristianismo por dissipar os erros.

Proclamando a igualdade, fraternidade e solidariedade de todos perante Deus, impondo a caridade mais generosa com a mais absoluta justiça, afirmando os direitos do homem e a dignidade da pessoa humana, honrando o trabalho manual e condenando o abuso moral e material do homem pelo homem, foi limando e corroendo os grilhões que prendiam o escravo, até rompê-los de todo e restituir a milhões de seres humanos a santa liberdade dos filhos de Deus. (BENI, *op. cit.*, p. 275).

Leiam-se os ensinamentos de PAULO sôbre a igualdade e união de todos em Cristo (*I Cor.* XII, 13; *Gal.* III, 26-28), sôbre os deveres dos escravos e dos seus senhores (*Efésios*

VI, 5-9) e especialmente a comovedora *Epístola a Filemon*, na qual intercede pelo escravo Onésimo, com expressões da maior ternura e delicadeza.

~~A Igreja pôs logo em prática a sua doutrina, acolhendo no seu seio indistintamente escravos e homens livres. Igualados pelo batismo, os escravos "já não são escravos, mas irmãos caríssimos" (*Filem.*, 16). — Livres e escravos são irmanados na mesma mesa eucarística, com igual amor são promovidos ao sacerdócio e até ao supremo pontificado e às honras dos altares: por ex.: os Papas Pio I († 155) e Calisto I († 222), Sta. Blandina, Sta. Teodora, Sta. Felicidade, tinham sido escravos. — Mesma igualdade na sepultura, onde, contrariamente ao uso pagão, nenhum sinal indicava a condição do defunto.~~

Pelo sacramento do matrimónio foi reabilitada a *união conjugal* entre escravos, tornando-a sagrada, indissolúvel e sobrenatural, obrigando os senhores cristãos a não separar estas famílias e dando aos escravos de um senhor pagão o direito e o dever de recusar-se a uma outra união.

Foi logo exigido que os senhores cristãos tratassem seus escravos como filhos e irmãos em Cristo; foram incitados a emancipá-los: o que muitos, de fato, fizeram, mesmo com grande sacrifício (533). — Foram obtidas dos Imperadores leis que iam mitigando a condição dos escravos e diminuindo seu número.

Com a consciência da sua personalidade e da sua dignidade de filhos de Deus, os escravos cristãos libertados transformaram-se em honestos trabalhadores, que fecundaram os campos e trouxeram entre o povo a paz e o bem estar material e moral.

Quando, com as vitórias do Islamismo, recrudescceu a escravidão, renovaram-se as sollicitudes da Igreja e os heroísmos da caridade já vistos nos primeiros séculos. Os Religiosos das Ordens da SSma. Trindade e de Nossa Senhora das Mercês consagraram-se com voto à redenção dos cativos, até oferecendo-se a si mesmos como escravos voluntários. — Mais tarde, a Igreja condenou enèrgicamente o infame mercado dos negros africanos, procurou com seus missionários aliviar a sorte destes infelizes e não descansou enquanto não desapareceu esta praga social.

410. Nos Pobres e nos Trabalhadores. — "*Tudo o que fizestes ao mínimo dos meus irmãos, é a mim que o fizestes*" (Cfr. *Mt XXV*, 40). Esta sentença de Cristo, que nascera,

(533) Por ex.: Hermes, no tempo de Trajano, libertou seus 1250 escravos; Melania dá liberdade a mais de 8000; o cônsul Galicano dá liberdade aos seus 5000 escravos e os provê de habitação e de meios de vida; Cromácio fez o mesmo com os seus 1400 escravos, dizendo aos seus amigos pagãos que o desaprovavam: os filhos de Deus não devem ser escravos do homem. (BENI, *op. cit.*, p. 275-276).

vivera e morrera pobre, foi a condenação formal da dureza pagã e transformou a mentalidade do mundo em relação aos pobres.

~~Já vimos a caridade generosa que reinava entre os primeiros cristãos (Atos IV, 32-35), as obras de misericórdia atestadas por Tertuliano e que Juliano Apóstata queria ver imitadas pelos pagãos. — Criou, em seguida, a Igreja o que o mundo nunca vira: hospitais, hospícios, leprosários... , onde uma multidão de Religiosos e Religiosas consagram sua vida, com uma dedicação heróica que ainda hoje todos admiram. Espalhou nas cidades e nos campos inúmeros mosteiros, que foram centros de civilização e de amparo para as populações e onde os monges educavam os filhos do povo nas ciências profanas e divinas.~~

A religião de Jesus, o *Carpinteiro de Nazaré*, reabilitou o trabalho *manual*, tão desprezado no paganismo. Sempre se preocupou a Igreja com a condição dos trabalhadores. Por sua influência foram constituídas as *Corporações Profissionais*, que durante séculos, até à Revolução francesa que as suprimiu, defenderam os direitos dos fracos contra a tirania dos poderosos e promoveram a liberdade, justiça, caridade e solidariedade fraterna. — Lutou contra a desumanidade do Capitalismo liberal e quase tôdas as inovações em favor dos operários foram devidas a iniciativas católicas, sob o influxo cada vez mais profundo e universal das grandes Encíclicas sociais.

411. Na Família. — 1) À *Mulher*, — não menos do que o homem imagem e semelhança de Deus, — restituiu a Igreja a dignidade e liberdade que o paganismo lhe negara. Apon-tando Nossa Senhora, a Virgem-Mãe, à veneração e imitação de todos, fêz florescer entre as mulheres virtudes e dedica-ções, que lhes granjearam estima e respeito.

Desde logo multiplicaram-se aos milhares as *Virgens cristãs*, cuja pureza angelical suscitava a admiração dos pagãos e os atraía para o cristianismo. Já nos Evangelhos vemos as Santas Mulheres assistindo a Jesus e aos Apóstolos nas suas necessidades; nos Atos e nas Epístolas paulinas são louvadas as "*colaboradoras na obra da evangelização*". Estas precursoras do apostolado feminino tiveram sempre, no decurso dos séculos, numerosas legiões de imita-doras em centenas de Ordens e Congregações religiosas, dedicadas

ao alívio de todos os sofrimentos. — Entre os santos e mártires, brilham no céu da Igreja inúmeras mulheres, e são veneradas com as mesmas solenidades que os homens.

Apenas pôde fazer-se ouvir fora das catacumbas, procurou a Igreja que fôsse^m garantidos às mulheres seus competentes direitos civis. Assim, em 321, Constantino concedeu às mulheres chegadas à maioria direitos análogos aos do homem e às mães o direito à herança. À imitação dos Apóstolos (*Atos IV, 34-35; VI, 1-4...*), criou também a Igreja e multiplicou suas Obras assistenciais para auxiliar as viúvas, proteger as jovens e reabilitar as decaídas.

2) À *Espôsa*, com a proibição absoluta da poligamia, do adultério e do divórcio e com a graça do sacramento do matrimônio, tornando sagrada e inviolável a estabilidade do lar, a Igreja restituiu a independência e a dignidade, fazendo dela a companheira respeitada e amada, a rainha do santuário doméstico.

3) As *Crianças* encontraram sempre na Igreja uma mãe solícita e uma defensora intrépida. — Antes de poder mudar as leis civis, a Igreja mudou a mentalidade e, com a mentalidade, os costumes. Proibiu, desde logo e severamente, o aborto, o infanticídio e tudo o que podia ser nocivo ao corpo e à alma das crianças.

Apresentando à adoração do mundo o Menino-Deus e seguindo o exemplo de Jesus — que gostava de se ver rodeado de crianças, abraçando-as e abençoando-as (*Mc X, 9-16*), que ameaçava quem as escandalizasse ou desprezasse, que declarara: “*quem recebe um menino em meu nome, recebe a mim*” (*Mt XVIII, 2-15*) — a Igreja instilou nos pais, juntamente com uma suma reverência e dedicação, o amor sobrenatural de seus filhos, feitos filhos de Deus pelo batismo.

Pela voz dos seus escritores, fêz ouvir no mundo o brado da sua indignação contra a crueldade pagã e conseguiu fazer mitigar as leis acêrca do pátrio poder e, depois, condenar pelo Código a exposição e a venda dos filhos.

Desde o II séc., atesta-nos S. JUSTINO a solicitude com que os cristãos recolhiam as crianças abandonadas e as educavam em casa (*Apologia, I, 29*).

Criou também a Igreja maternidades e orfanatos, dos quais já falam o Concílio de Nicéia, em 325, e, depois, as leis de Anástasio e de Justiniano. Multiplicou mais tarde as Congregações de

Religiosos e Religiosas, que em milhares de Institutos espalhados pelo mundo se dedicam à educação e instrução da juventude e à assistência da infância abandonada ou doente (cegos, surdos, mudos, mentalmente atrasados...).

Numa palavra, o pai pagão que pede à ama para lançar o recém-nascido na rua, entre as imundícies; S. Leônidas mártir, que descobre o peito do filhinho dormindo no berço e o beija com veneração, como a templo do Espírito Santo: eis concretizados os dois mundos, as duas mentalidades.

412. Na Sociedade. — Também na vida social introduziu a Igreja uma transformação essencial. Ensinou a dar a César o que é de César, mas também a dar a Deus o que é de Deus; lembrou aos príncipes que sua autoridade provém de Deus, a quem deverão prestar conta, e que só podem mandar e exigir o que é justo e legítimo para o bem comum; inculcou nos súditos a obediência nas coisas lícitas e honestas, mas afirmou a superioridade da pessoa humana, que não pertence ao Estado, mas sim a Deus.

Com tais princípios, enunciados por Cristo e seus Apóstolos, eliminou a Igreja a regra pagã, que dava aos homens um único senhor: o *príncipe*, apoiado no carrasco; restabeleceu o justo equilíbrio nas relações entre a autoridade civil e seus súditos, fazendo ver que o povo tem deveres, mas também direitos, e que o príncipe tem direitos, mas também deveres; restituiu aos cidadãos a sua personalidade e a sua verdadeira *liberdade de consciência*, fundamento das liberdades cívicas, individuais e coletivas, que no decurso dos séculos sempre promoveu e desenvolveu.

No âmbito internacional: pregando a religião universal do único verdadeiro Deus, rompeu a Igreja as barreiras de ódio mantidas entre os povos pelas regiões nacionais. Ensinando que todos os homens, pela criação e pela redenção, são filhos do mesmo Pai comum, formando, como vários membros, um corpo único, onde todos são irmãos em Cristo (*Rom. X, 12; Col. III, 10-11*), introduziu no mundo a *fraternidade universal* da grande Família humana.

Promoveu o verdadeiro e genuíno *direito das gentes*. Pela intervenção de seus bispos e de seus pontífices evitou vários conflitos e abrandou as leis da guerra. Os horrores, que a

história antiga e moderna nos refere, foram sempre provocados por governantes perseguidores da Igreja.

Propugna ainda uma distribuição mais equitativa das fontes de riqueza e inculca o dever do auxílio generoso e desinteressado aos povos necessitados. Nem há dúvida que, se os princípios cristãos fôsem universal e sinceramente aplicados, gozaria a humanidade de uma contínua paz e prosperidade.

413. *É pela eficácia da religião cristã*, que se deu no mundo esta transformação moral.

Nenhuma outra sociedade, nenhum sistema filosófico produziu algo de semelhante. — Nem se restringiram êstes frutos ao império romano dos primeiros séculos, mas cada vez que a religião cristã penetrou numa nova nação, repetiu-se a mesma admirável mudança dos costumes. Onde seus princípios são hostilizados e abandonados, os povos voltam à sua antiga barbárie ou pelo menos entram numa espantosa decadência moral. Pelo contrário, quanto mais fiel é a observância da sua doutrina e mais assíduo o uso dos seus meios de santificação, tanto maior é a santidade alcançada.

Tais exemplos de exímia santidade nunca deixaram de resplandecer na Igreja:

no seu *Clero*, nas suas *Ordens* ou *Congregações Religiosas* e nos seus *Institutos seculares*, onde muitas centenas de milhares de homens e mulheres, em cada geração, praticam os conselhos evangélicos e se dedicam inteiramente ao serviço de Deus e do próximo, em tôdas as obras de misericórdia espirituais e corporais, na sua pátria e nas missões;

nas *Associações de leigos*, que com tanto zêlo e abnegação colaboram com o apostolado hierárquico;

e de um modo particular, na heroicidade dos seus *Santos* e dos seus inúmeros *Mártires*, de tôda idade e condição, que em todos os tempos, até nos nossos dias, são apontados à admiração, veneração e imitação de todo o mundo. (Cfr. MORS, *op. cit.*, ns. 622-623).

Diante de tais frutos, quem ousará negar a *extraordinária* eficácia santificadora que irradia da doutrina de Cristo? (534)

(534) É conhecida a página do grande historiador positivista, TAINÉ, sobre a influência do cristianismo no mundo:

"Aujourd'hui, après dix-huit siècles, ... il est encore pour 400 millions de créatures humaines l'organe spirituel, la grande paire d'ailes indispensables pour soulever l'homme au-dessus de lui-même, au-dessus de sa vie rampante et de ses horizons bornés; pour le conduire à travers la

414. NOTA. — Por existirem alguns ou muitos cristãos, que procedem mal, em oposição aos preceitos de Cristo, não deixa de ser verdadeira a admirável transformação que o Cristianismo operou no mundo. A religião cristã não tira a liberdade, nem violenta ninguém; para dar seus frutos, deve ser praticada e vivida. E realmente foi e é praticada e vivida por muitas centenas de milhões de homens. É este fato que manifesta a sua eficácia santificadora e que exige uma explicação.

Do mesmo modo, se nas sociedades modernas não produziu a Igreja todos os seus benéficos efeitos, não foi porque tenha deixado de ser um fermento de regeneração, mas porque sua ação foi obstaculada. Pretenderam os governantes com suas leis eliminar a influência da Igreja e construir sem ela uma sociedade ordenada. A experiência deu numa espantosa falência. Dos princípios do Liberalismo e do Laicismo e dos movimentos anti-cristãos amadureceram frutos tão amargos, que lhes constituem a mais irrefutável condenação e juntamente a mais impressionante apologia do Cristianismo, demonstrando com a evidência dos fatos a imprescindível necessidade da sua doutrina.

II. — O caráter sobrenatural desta transformação.

415. Pelo que vimos, a religião cristã deu origem à mais alta das civilizações humanas e foi a fonte de uma santidade até então desconhecida na terra. Uma tal transformação na concepção do mundo e do homem, uma tal renovação intelectual, moral e social dos povos *não pode ser um fato puramente natural.*

Já os Santos Padres, que presenciavam esta conversão moral nos primeiros séculos, apresentavam-na como um *sinal divino* em favor do Cristianismo e julgavam este argumento tão evidente que dêle se serviam na catequese, mesmo do povo rude e ignorante. Cfr., por ex., ORÍGENES, *Contra Celsum*, I, 26 e 27: R. 516; ARNÓBIO, *Adversus Nationes*, II, 5: R. 621; EUSÉBIO, *Praepar. Evangelica*, I, 4 e 5. E na verdade:

patience, la résignation et l'espérance jusqu'à la sérénité; pour l'emporter, par delà la tempérance, la pureté et la bonté, jusqu'au dévouement et au sacrifice. Toujours et partout, depuis dix-huit cents ans, sitôt que ces ailes défaillent ou qu'on les casse, les moeurs publiques et privées se dégradent. En Italie pendant la Renaissance, en Angleterre sous la Restauration, en France sous la Convention et le Directoire, on a vu l'homme se faire païen comme au premier siècle: du même coup il se retrouvait... voluptueux et dur, il abusait des autres et de lui-même... la cruauté et la sensualité s'étaient, la société devenait un coupe-gorge et un mauvais lieu. Quand on s'est donné ce spectacle, et de près, ou peut évaluer l'apport du christianisme dans nos sociétés modernes, ce qu'il y introduit de pudeur, de douceur et d'humanité, ce qu'il y maintient d'honnêteté et de justice." (*Les Origines de la France contemporaine, Le régime moderne*, II, p. 118).

1) Alcançou a religião cristã o que nenhuma instituição humana, nenhuma filosofia, nenhuma religião nem de longe pôde jamais alcançar. Ora os meios *naturais* de que dispunha, não só não eram maiores do que os das outras instituições e religiões, ~~mas pelo contrário menores e dificultados por enormes~~ obstáculos internos e externos, como vimos na tese precedente. Logo não é a estes meios naturais que deve ser atribuída a admirável transformação individual e social, mas ao que era próprio do cristianismo, i. é, à sua doutrina sublime e sem erro, à sua moral pura e elevada, à eficácia dos seus meios santificadores.

Ora estes não são meios de origem puramente natural, mas são devidos a uma especial intervenção divina. Com efeito:

a) Fora do cristianismo ninguém os alcançou; ora o que os esforços de tantos gênios filosóficos, continuados durante séculos e até milênios, nunca puderam conseguir, supera manifestamente a capacidade moral das forças humanas;

b) Nem no cristianismo foram frutos progressivos de investigações filosóficas, mas jorraram imediatamente e perfeitos da simples pregação do seu Fundador Jesus Cristo, o humilde carpinteiro de Nazaré [Cfr. os ns. 225-227].

2) Além disso, foi necessário ainda um *auxílio divino especial* nas inteligências e nas vontades, para que superassem todos os obstáculos internos e externos. — De fato:

a) A psicologia e a sociologia nos manifestam, nos indivíduos como nas sociedades, fortíssimas tendências desregradadas para o egoísmo, para a soberba, os prazeres e todos os vícios. Ora uma transformação tão radical na mentalidade e na vida moral e social de *tantos milhões de homens de todas as raças e condições*, profundamente imersos até então em tantas superstições e degradações, — transformação obtida em pouco tempo e mantida durante tantos séculos, apesar de dificuldades e perseguições de toda sorte, principalmente nos primeiros séculos, — está claramente em oposição com estas tendências naturais dos indivíduos e dos povos e supera as leis psicológicas e sociológicas do comportamento humano [cfr. n.º 387, a]. Não pode, por conseguinte, ser explicada naturalmente.

b) Quanto à *virtude heróica* das plêiades de *Mártires* e de *Santos*, que constelam o firmamento da Igreja, é com tóda a evidência *superior* às forças humanas. A natureza, tal como a conhecemos e sentimos em nós, é incapaz de se elevar e principalmente de se manter por si mesma a esta altura de perfeição, onde, vencidos todos os germes do egoísmo, consegue sacrificar a um amor diferente do amor de si próprio todos os interesses, tódas as alegrias e tódas as paixões do coração e viver sem desfalecimento a pureza perfeita, a humildade perfeita e a perfeita dedicação, até ao holocausto da própria vida. Onde brilha esta santidade, Deus aparece. Quem produz aos milhares tais santidades, possui certamente uma força sobrenatural e divina. (FALCON, *op. cit.*, p. 584).

Forçoso é, portanto, reconhecer na transformação moral e social do mundo e nos frutos de santidade produzidos pelo Cristianismo um *influxo divino preternatural*.

416. Conclusão. — Não podendo Deus intervir com um tal auxílio preternatural em confirmação de uma religião que falsamente se afirmasse revelada, o Cristianismo, pela transformação preternatural que introduziu no mundo, prova que é realmente de origem divina, como proclama ser.

ARTIGO TERCEIRO

O TESTEMUNHO DOS MÁRTIRES

Entre os frutos do Cristianismo refulge a constância heróica infundida em tantos milhares de homens de tódas as raças e condições, que nos maiores tormentos deram a vida pela sua fé. Este fato, quando considerado nas suas circunstâncias concretas, é *único* nos anais das religiões e da humanidade e constitui um argumento esplêndido da divindade da religião cristã, já utilizado por muitos santos Padres e que vem confirmar a eficácia transformadora do Cristianismo. Vamos expô-lo brevemente na seguinte tese (535).

TESE XIX. — **Pela constância heróica dos seus inúmeros mártires prova o Cristianismo a divindade da sua origem.**

(535) Cfr. a *Bibliografia* indicada na nota 509.

417. PRENOÇÕES. — 1. *Mártir* (do grego *mártir*, testemunha) é aquêlê que dá a vida por professar e conservar a sua fé cristã. — *Martírio* é o testemunho cruento dado pelo mártir.

~~2. O Martírio pode ser considerado.~~

a) *Teològicamente*: é a morte ou uma ferida mortal, padecida por causa de Cristo e — tratando-se de adultos — suportada com paciência, i. é, voluntariamente e sem oferecer resistência. — Explicação:

— Não há martírio sem a morte proveniente de uma causa externa. Basta que sobrevenha em consequência das feridas.

— O motivo da morte deve ser, no mártir, a profissão da verdade divina (revelada), i. é, quer o conjunto da doutrina e da moral de Cristo, quer algum dogma, preceito ou virtude cristã particular. — O perseguidor deve ter por motivo verdadeiro, real e próximo, o ódio à religião de Cristo, embora apresente outra razão fingida, outra fórmula jurídica, ou tenha outros fins remotos: apoderar-se dos bens da vítima, satisfazer sua crueldade ou suas aspirações políticas (536).

— O adulto deve aceitar a morte voluntariamente; ou, pelo menos, ter a disposição habitual de preferir a morte à renúncia da lei de Cristo (537).

— A morte deve ser suportada com paciência, i. é, à imitação de Cristo, sem opor resistência física; e com fortaleza, i. é, com ânimo firme, sem ceder às relutâncias e ao medo da natureza perante os tormentos e a morte (538).

b) *Apologéticamente*: é o martírio enquanto constitui um milagre moral, i. é, um ato de heróica fortaleza, que supera as forças naturais do homem, as leis morais e históricas do comportamento humano e que, por conseguinte, requer um auxílio extraordinário de Deus.

(536) Por conseguinte, não é mártir teológico: quem morre por doutrinas puramente filosóficas ou políticas; nem o herege formal, que recusa, de má fé, reconhecer a autoridade de Deus que revela ou do magistério infalível da Igreja. — Pode, pelo contrário, ser mártir aos olhos de Deus o herege material, que errou de boa fé; mas tão somente quando morre por uma verdade cristã, que a sua heresia conservava.

(537) Com esta disposição habitual, seria mártir quem, por ódio da fé, fôsse morto enquanto dormia. (TROMP, *op. cit.*, p. 348).

(538) Pròpriamente, o martírio é um ato da virtude de fortaleza, mas é imperado pela caridade, que o torna sobrenaturalmente meritório (STO. TOMÁS, II-II, q. 124, a. 2, ad 2um) e é auxiliado pela paciência. Exclui, portanto, tudo o que se opõe a estas virtudes, como a temeridade, a soberba estóica, o fanatismo no desprezo da vida. (*ibid.*, p. 350).

3. *Teològicamente*, é a causa que faz o mártir: é mártir alguém, porque morreu pela *verdadeira* religião.

Apologéticamente, é o mártir que prova a bondade da causa: do martírio, como de um sinal divino, deduz-se a verdade e a divindade desta religião.

Porém, o simples fato de ter tido mártires não confere a uma religião a garantia da sua verdade objetiva nem de uma origem divina. Com efeito, é possível naturalmente que alguém, de caráter nobre e firme, dê a vida por uma causa falsa, mas que ele subjetivamente julga verdadeira; como é também possível que persuasões falsas, acompanhadas de paixões, fanatismo e temeridade, levem até multidões a sujeitar-se à morte, como se deu, por ex., na história do Donatismo e do Islamismo. (Cfr. TROMP, *op. cit.*, p. 351-352).

4. Para obter-se um argumento *eficaz, certamente demonstrativo*, é necessário evidenciar o caráter realmente milagroso do fato histórico dos mártires cristãos. Para êste fim, basta atender às circunstâncias concretas que o caracterizam:

a) o grande número dos mártires, de toda condição, idade e raça;

b) a crueldade e duração dos tormentos, geralmente com a facilidade de se livrar dêles por um simples sinal de apostasia;

c) principalmente a heróica fortaleza, em perfeita harmonia com tôdas as outras virtudes manifestadas nos tormentos;

d) o efeito produzido nos assistentes, cristãos e pagãos.

É o conjunto destas circunstâncias, como veremos, que torna o martírio cristão *naturalmente* inexplicável.

418. POSIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA TESE. — 1) Consideramos o martírio cristão *apologéticamente*, provando que constitui realmente um *milagre moral* e, portanto, uma garantia divina da verdade e da origem sobrenatural do Cristianismo.

2) A constância dos mártires é enumerada por Pio IX, na Enc. *Qui Pluribus*, entre os motivos *certos* de credibilidade (D. 1638).

3) Defendemos a tese como *apologéticamente certa e tradicional*.

419. ENUNCIADO DO ARG. — Desde 2000 anos, multidões inumeráveis de cristãos, de todas as condições, de toda idade, de todas as raças e em todas as regiões do mundo, deram a vida pela sua fé no meio de atrocíssimos e prolongados tormentos de toda espécie, suportados sem nenhuma esperança humana, manifestando a mais admirável constância, em harmonia com os atos mais heróicos das virtudes de fortaleza e mansidão, de paciência e alacridade, de humildade e tranquilidade de ânimo, de misericórdia e amor pelos seus algozes, de amor e gratidão para com Deus, conscientes da sua fraqueza e confiantes no auxílio divino.

Ora um tal fato, único na história da humanidade, supera evidentemente as forças humanas naturais e as leis morais e sociais do comportamento humano, e é absolutamente inexplicável sem um especial e extraordinário auxílio de Deus, constituindo, portanto, um verdadeiro milagre de ordem moral.

Logo a religião cristã, pela qual morreram os mártires, garantida por Deus com este milagre, é certamente verdadeira e divina.

EXPOSIÇÃO. — Devemos demonstrar ambas as premissas, i. é, as características do martírio cristão e o seu caráter milagroso.

I. — O Número imenso dos Mártires

A) Nos Três primeiros séculos.

420. O primeiro que tentou reduzir estes mártires a um número pequeno foi o anglicano HENR. DODWELL (*Dissertationes Cyprianicae: De Paucitate Martyrum*, Oxford 1684), logo refutado por Dom TH. RUINART, O.S.B. (*Acta Martyrum sincera*, Paris 1689). Renovaram a tentativa Ed. Gibbon, no séc. XVIII, e Ern. Havet, no séc. XIX.

Mas, segundo a história e a tradição unânime e universal (539), os mártires cristãos destes primeiros três séculos foram

(539) As principais fontes históricas, acêrca dos mártires cristãos, são: — a) as obras dos *Escritores contemporâneos*, pagãos e cristãos; — b) os *Atos dos Mártires* mais antigos, como os *Atos Proconsulares* de S. Cipriano, os *Atos de S. Policarpo*, das *Santas Perpétua e Felicidade*,

inumeráveis, como claramente demonstraram, entre muitos outros, *Allard* e *Zameza* (*obras citadas* na nota 509) e o admitem os próprios racionalistas, como *Boissier* (*La fin du paganisme*, Paris 1911, t. I, p. 457).

Sem falar das perseguições judaicas na Palestina, referidas nos *Atos*, as perseguições oficiais no império romano, inauguradas por Nero em 64, estenderam-se até ao edito de Constantino em 313. Neste espaço de 249 anos, segundo *Allard* (*Dix leçons...*, p. 86), atravessou a Igreja 129 anos de perseguição oficial, permanecendo sempre, porém, nos intervalos de relativa calma, à mercê das iras populares e da arbitrariedade dos magistrados (540).

Nero, em 64, martirizou uma "grande multidão" de cristãos, como atestam a testemunha ocular *S. Clemente Romano* (*Epist. aos Cor.*, VI) e o historiador *Tácito* (*Anais*, XV, 44), e esta *ingens multitudo* não se pode restringir a algumas dezenas, nem a uma centena.

Sob *Domiciano* (81-96), *S. João* nos mostra Roma embriagada com o sangue dos justos (*Apoc.* VI, 9-11; XVII, 6) e o grande número de mártires é atestado por *Dião Cássio* (*Hist. romana*, l. 67, c. 14: K. 226) e *Bruttius* (apud *Eusébio, Chronic.*, l. II).

Sob *Trajano* (96-117), tão grave era a perseguição, que *Pli- nio o Jovem*, governador da Bitínia, movido pela multidão dos mártires e dos que eram atingidos pelo restrito imperial, consulta o imperador (*Epist.*, l. X, 96 e 97). A resposta de *Trajano* (Os cristãos não sejam procurados; mas quando denunciados, sejam condenados: cfr. nota 47), que servirá de norma sob os seus sucessores *Adriano* (117-138) e *Antonino Pio* (138-161), teve de fato como consequência, em muitas províncias, um recrudescimento das perseguições provocadas por movimentos populares: assim o atesta *Eusébio* (*Hist. Eccles.*, III, 32 e 33).

Com *Marco Aurélio* (161-180), que nada fez para conter a animosidade popular contra os cristãos, reacendeu-se mais violenta a perseguição em muitas partes. "Quase inúmeros mártires ilus-

dos mártires de Lião na Gália, etc. [cfr. nota 56]; — o) as *Inscrições* das Catabumbas ...; — d) os *Martirólogos*, os *Calendários* e os *Capitularia*: nêlea, porém, eram registrados exclusivamente os mártires que nas comunidades particulares gozavam de alguma comemoração especial.

(540) É tradicional falar em *dez perseguições*. Na realidade, as grandes perseguições sistemáticas e universais, não passaram de 4 ou 5; mas as perseguições locais, atingindo uma ou mais províncias, foram muito mais de dez.

traram-se por toda a terra", afirma *Eusébio*, argüindo do que acontecera numa única província, a Gália (*Hist. Eccles.*, I, V, proêmio). Esta mesma convicção tinha já *Ireneu*, contemporâneo de Marco Aurélio: "Em todos os lugares e todos os tempos, a Igreja, pelo amor que tem para com Deus, envia ao Pai uma *multidão* de mártires." (*Adv. Haereses*, IV, 33, 9: R 249).

A partir do ano 200, são os próprios imperadores que tomaram a iniciativa da perseguição por editos, estendidos não raro a todas as províncias do império e multiplicando sem medida o número das vítimas das *grandes perseguições* do III século.

Sétimo Severo (193-211), tolerante nos primeiros anos, em 202 aplicou também aos cristãos as graves medidas já tomadas contra a propaganda israelita. Escreve *Eusébio*: "Houve ilustres martírios em todas as Igrejas de todos os lugares, particularmente numerosos em Alexandria" (*Hist. Eccles.*, VI, 1). Dêles foi testemunha *Clemente de Alexandria*: "Cada dia vemos com os próprios olhos correr em ondas o sangue dos mártires, queimados vivos, crucificados ou decapitados". (*Stromata*, II, 20: MG 8, 1069).

Maximino (235-238) perseguiu principalmente os bispos, responsáveis pela pregação evangélica (*Eusébio*, *Hist. Eccles.*, VI, 28).

Décio (249-251) queria aniquilar o cristianismo, contra o qual excitou o zelo dos pagãos. Publicou um edito que obrigava todos os habitantes do império a comparecerem perante uma "Comissão de sacrifícios", constituída em cada localidade. Escreveu S. Cipriano, testemunha ocular: "O sangue corria às torrentes" (*Epíst.* 8).

Sob *Valeriano* (253-260), desde os seus editos em 257 e 258, é um regime de terror que vigora na Itália e na África. "Em Roma, cada dia os prefeitos mandam cristãos ao suplício." (Cipriano, *Epíst.* 80). O grande número de mártires é atestado: pelas *Paixões* (narrativas dos martírios), que referem execuções em massa, como a de Útica, chamada "Massa Cãdida"; pelas cartas de São Cipriano (uma das vítimas) e pelas de Dionísio, bispo de Alexandria (*apud Eusébio*, *Hist. Eccles.*, VII, 11).

Diocleciano (284-313), instigado por Galério, com seus quatro editos de 303 e 304, desencadeou em todo o império a "*grande perseguição*", a mais cruel e mais sangrenta de todas, que durante um decênio (303-313) assolou a Igreja universal. *Eusébio*, contemporâneo e testemunha ocular, declara ser impossível exprimir o número dos mártires em cada província e descreve, em vários

capítulos da sua *Hist. Eccles.*, os inauditos tormentos e as frequentes execuções em massa, confirmadas por Teodoro e pelas *Inscrições das Catacumbas* (541).

É impossível querer ver no conjunto de todos estes números e nas expressões "muitos", "grande, inúmera, incalculável multidão", simples exageros oratórios (542). Contemporâneos e às vezes testemunhas oculares dos fatos, os autores estavam em ótimas condições de saber. Escrevendo para contemporâneos, se os seus testemunhos não fôsem substancialmente objetivos, teriam sido logo refutados ou, pelo menos, não teria podido formar-se o consenso universal que encontramos nas obras dos Santos Padres e escritores destes séculos, acêrca do número imenso de mártires.

(541) "A Antimo, bispo de Nicomédia, agregou-se uma grande multidão de mártires ...; um sem número foi lançado ao mar ...; pouco depois, em Melitina, região da Armênia, e na Síria ... encheram-se os cárceres de bispos, presbíteros, diáconos, leitores e exorcistas...; é quase inocalculável o número de todos aquêles que em cada provincia padeceram o martírio, principalmente na África, Mauritânia, Tebaida e no Egipto." (SUSÊBIO, *Hist. Eccles.*, VIII, 6). — No Egipto 10.000 homens, com suas mulheres e filhos, foram martirizados nos mais cruéis tormentos (*ibid.*, VIII, 8). — "... E tudo isso, não durante poucos dias ou breve espaço de tempo, mas continuamente pelo decorrer de vários anos: ora 10 ou 20 ou mais, às vezes 30, 60 e até 100 homens, mulheres e crianças eram mortos juntos num só dia, com diversos e repetidos suplícios." (*ibid.*, VIII, 9). E acrescenta ter presenciado êle próprio, na Tebaida, execuções em massa tão numerosas, "que as espadas embotavam e quebravam e os algozes ficavam tão esgotados, que deviam revezar-se continuamente" (*ibid.*). — Numa cidade da Frígia, todos os habitantes, com seus magistrados, foram queimados vivos por se confessarem cristãos e recusarem sacrificar aos ídolos (*ibid.*, VIII, 11). — Tais massacres houve em Cesaréia da Palestina, "que os arredores estavam cobertos de ossos humanos". (SUSÊBIO, *De martyribus Palaestinae.*, 9).

TEODORETO, pelo ano 429, falando do furor de Diocleciano, Maximiano e Licínio contra os cristãos, refere: "Não era um, dois, três cristãos isolados, mas em turmas de milhares e dezena de milhares que eram cruciados juntos. Em certas cidades incendiavam-se as igrejas repletas de homens, mulheres e crianças." (*Græcorum affectionum curatio*, IX: MG 83, 1041).

Afirma FRUDÊNCIO que viu nas Catacumbas de Roma inscrições coletivas de mártires, "cujos nomes só Cristo conhece". (*Peristephanon*, hymn. 11, vers. 1-16). Recentemente, foram descobertas algumas, como estas: "Marcela e 550 mártires de Cristo", "150 mártires de Cristo".

(542) Nem parecerão inverossímeis tais números, se nos lembrarmos do que eram então os costumes romanos, o desprezo pela vida do homem, o entusiasmo pelas mátanças nos anfiteatros, como, por ex., os 123 dias de festas sangrentas e os 1000 gladiadores imolados no advento de Trajano para o prazer do povo-rei. Cfr. BOUPAIN, *op. cit.*, p. 338-339.

Concluimos, pois, com ALLARD: "A tese do grande número de mártires é a tradução exata da verdade histórica." (*Dix leçons...*, p. 449).

B) Do século IV até aos nossos dias.

421. As perseguições romanas vieram acrescentar-se no decurso dos séculos muitas outras não menos sangrentas (543).

Na *Pérsia*, nos séc., IV-VI, sob os reis Sapor II, Isdegerdes e Cósroes. Falando da perseguição de Sapor, atesta Sozomeno que eram conhecidos os nomes de 16 000 mártires, mas que houve além deles uma multidão anônima considerável e populações inteiras aniquiladas (*Hist. Eccles.*, II, 14).

A perseguição *Donatista*, no séc. IV, na África, de que fala Sto. Agostinho nas suas Epístolas 111, 133, etc.

A perseguição *Ariana*, no séc. IV, sob Constâncio e Valente; na África, nos séc. V e VI, sob Genserico e Hunnerico, reis vândalos de uma crueldade inaudita.

Os *Muçulmanos*, durante vários séculos, fizeram numerosos mártires, principalmente na África e na Espanha.

No tempo da "Reforma protestante", a França, Bélgica, Holanda, Suíça, os Países Escandinavos, em especial a Inglaterra e a Escócia sob Henrique VIII e Elizabeth I, viram morrer um grande número de católicos no meio dos mais cruéis tormentos.

Na *Rússia*, na *Ucrânia* e na *Polónia*, nos séc. XVII-XIX, milhares de católicos morreram pela unidade da Igreja.

Na *Grande Revolução Francêsa*, quantos sacerdotes, religiosos e leigos imolados pela fidelidade à sua fé!

Centenas de milhares de *Maronitas* e de *Armênios* foram trucidados em ódio da fé no séc. XIX e durante a primeira guerra mundial.

Nas *Missões*, desde o séc. XVI, muitos missionários com um grande número de fiéis, foram martirizados, no Japão (séc. XVI-XVII), na China (séc. XVIII e em 1900 na revolução dos boxers), na Coreia (séc. XIX), na Indo-China (séc. XVII-XIX), na Abissínia, na América, na África (Uganda, 1885-1887), etc.

As cruéis perseguições dos nossos dias nas repúblicas comunistas da Rússia, do México, da Espanha, da China, da Albânia.

Reunindo num só exército todos estes atletas de Cristo, é, sem dúvida, por milhões que deveriam ser numerados.

(543) Para os pormenores de tôdas estas perseguições, cfr. P. ALLARD, o art. "Martyre", no *Diot. Apologétique de D'Als*, III, col. 375-492.

II. — Eram de tôdas as raças e condições sociais.

422. 1) Percorrendo os martirologios e os testemunhos dos escritores, encontramos mencionados mártires de tôdas as posições sociais, desde escravos até familiares dos imperadores; de tôdas as especializações do saber, de tôdas as profissões liberais, como de todos os officios; de todos os graus da hierarquia eclesiástica, civil e militar; de tôdas as condições de vida (544).

2) Como vimos pela extensão das perseguições em todo o mundo, houve mártires em tôdas as raças e tôdas as civilizações: romana, grega, germânica, eslava, chinêsa, japonêsa; como também entre as tribos selvagens da Oceania e da África central.

Numa palavra, não há povo, nem idade, nem condição social, que não tenha dado a Cristo o testemunho do sangue.

III. — Morreram pela sua fé cristã.

423. Os perseguidores de todos os tempos procuraram sempre legitimar suas perseguições com pretextos políticos, sociais e até morais e religiosos, apresentando os cristãos como réus de lesa-majestade, traidores do império, sacrilegos e até ateus (por não cultuarem os deuses nacionais). Não raro, principalmente nos magistrados romanos, influíam também as paixões, a crueldade e a cobiça. — Atendendo unicamente a fórmulas jurídicas, que encobriam as verdadeiras intenções,

(544) Por ex.: *patrícios e nobres*, como os cônsules Flávio Clemente e Acílio Glábrio, o senador Apolônio; — *matronas e jovens de alta linhagem*, como Perpétua, a patricia Cecilia, Agueda, Eulália, a Virva Júlia; — *letrados*, como o filósofo Justino, os bispos Ireneu e Cipriano, os gramáticos Leônidas e Flaviano, o retórico Atenágoras, o advogado Afriano, o exegeta Panfilio; os médicos Alexandre, Zenóbio, Coama e Damião; — *funcionários públicos*, como Basilides, Cassiano, Plotiano, muitos pontífices, bispos, sacerdotes e diáconos; — *muitos militares*, como Sebastião, os pretorianos Nereu e Aquileu, o tribuno Quirino, os centurões Marino e Marcelo, os quarenta soldados de Sebaste, Maurício com a Legião Tebéa; — o negociante Máximo, o proprietário de terras Félix de Nola; — *trabalhadores e operários*, como o carvoeiro Alexandre, os canteiros Cláudio, Castório, Sinforianos, Nicóstrato; o jardineiro Sineros, o taberneiro Teódoto, o pisoeiro Anastásio, os pastores Temístocles e Mamas; — *anões*, como Simeão e os bispos Polícarpo e Potino; — *crianças e jovens*, como Tarcisio, Quirico, Inês...; — *escravos*, como Hespério e Zoé com seus filhos, Blandina, Potamiãna, Felicidade, Dorotêa, Gorgônio, Porfírio, Teódoto... Cfr. o citado artigo de P. ALLARD, col. 354-357.

Mommsen e *Harnack* afirmaram que os mártires foram condenados por motivos políticos. Tal opinião é desmentida pelos documentos e pelos fatos.

O motivo *real* e *próximo*, como já profetizara Jesus a seus discípulos (*Mt* X, 17-22; *XXIV*, 9; *Mc* XIII, 9-13; *Lc* XXI, 12-17), foi sempre o ódio e a oposição à religião de Cristo, da qual davam os mártires público testemunho. Tudo indica que "*christianos esse non licet*, não é lícito ser cristão" foi o princípio jurídico admitido quase desde o início (545). — Vê-se claramente:

a) *Pelos editos de perseguição*. — Já Nero, sob o pretexto do incêndio de Roma, de fato martirizou os cristãos porque sequazes de uma "superstição nova e maléfica" (*Táóito* e *Suetônio*, cfr. ns. 17 e 19). — Era o simples fato de confessar-se e permanecer cristão, que era castigado por Trajano (*Pânio o Jovem*, cfr. nota 47) e por *Marco Aurélio* (*Eusébio*, *Hist. Eccles.*, V, 1; MG 20, 427). — Era o tornar-se cristão que Setímio Severo proibia sob graves penas (*Aelius Spartianus*, *Vita Severi*, c. 17). Era o permanecer fiel à religião cristã, que Diocleciano castigava com a pena capital e crueldades sem nome (*Eusébio*, *Hist. Eccles.*, VIII, 2; MG 20, 746-7). Cfr. *Kirch*, 31, 34, 40, 431, 446, 482.

b) *Pelo testemunho dos Apologistas*. — Proclamam unanimemente que nunca foram os cristãos argüidos de crime algum, mas condenados unicamente pelo seu cristianismo: São Justino, *I Apologia*, 3, 4; Atenágoras, *Legatio pro Christianis*, 2; Tertuliano, *Apologeticus*, c. 2; *Ad Nationes*, I, 6, 7 (cfr. *Kirch* 168, 173, 186, 187).

c) *Pelo modo de agir dos juizes e magistrados*. — Sem instaurar processo algum, aos cristãos perguntavam tão somente se perseveravam na sua fé. À resposta afirmativa seguiam logo a condenação, os tormentos e a morte. Quem negava era absolvido, deixado livre e até cumulado de honras e dignidades: *Kirch* 71-76, 78-90, etc. (546).

IV. — Eram submetidos a crudelíssimos tormentos.

424. *Tormentos morais*. — Já a própria vida do cristão era um contínuo martírio, pelas vexações às quais expu-

(545) Cfr. SULFÍCIO SEVERO, *Chron.*, II, 41.

(546) HERVÉ, *op. cit.*, p. 231-232.

inha [cfr. n.º 377], pelo ambiente de terror proveniente do perigo sempre iminente de uma denúncia por parte dos vizinhos ou de uma perseguição oficial. — Freqüentemente, a condenação incluía a perda dos títulos e dignidades, com a degradação civil e o confisco dos bens e, portanto, a desonra da família reduzida ao desprezo e à miséria.

Tinham os mártires de resistir às súplicas e lágrimas dos pais, filhos, cônjuge e parentes não-cristãos; de desprezar as riquezas, prazeres, honras e dignidades oferecidas a quem abjurava sua fé. — As virgens tinham, muitas vêzes, de suportar a desnudação pública, a condenação ao prostíbulo, a promiscuidade dos cárceres com criminosos.

Tormentos físicos. — Basta percorrer as descrições dos historiadores, pagãos e cristãos (por ex., Eusébio, *Hist. Eccles.*, l. VIII, cc. 3-14), para ver que nenhum meio imaginável de torturar seres humanos deixou de ser experimentado com os mártires. Eram lançados em prolongados cárceres, tenebrosos e fétidos; atormentados pela fome, sede e sufocação; deportados para as minas, depois de vazado um dos olhos e cortados os tendões de uma perna (547); flagelados, estirados no ecúleo, mutilados e dilacerados por todo o corpo com unhas de ferro, com nervos e com fogo; expostos às feras, decapitados, empalados, crucificados, esquartejados, arrastados sobre pedras agudas; queimados a fogo lento, com azeite ardente ou chumbo derretido, derramado nas partes mais sensíveis; afogados no mar, imersos em águas geladas... Acrescentem-se outros suplicios de um sadismo e de uma infâmia tal, que a pena se recusa a descrevê-los (548).

O IV Edito de Diocleciano mandava aos magistrados que excogitassem novos e mais refinados tormentos. E nesta ne-

(547) *Ad metalla!* Tão terrível era este castigo, tão desumano era o trabalho e o viver na promiscuidade e na escuridão das minas, que no direito romano vinha considerado como "pena capital". Cfr. DANIEL-ROPS, *L'Eglise des Apôtres et des Martyrs*, c. IX, edic. 145.^a, p. 487.

(548) Já nos mártires de Nero tais horrores e ultrajes foram praticados, que revoltaram o próprio povo romano endurecido nos anfiteatros (TÁCITO, *Anais*, XV, 44). S. CLEMENTE ROM., contemporâneo e provavelmente testemunha ocular, fala de "graves e nefandos suplicios" infligidos às mulheres (*Epist. ad Cor.*, 6, 2: R 11). Cfr. FOUARD, *Saint Paul: ses dernières années*, 12.^a edic. p. 149-155. P. ALLARD, *Dix leçons sur le martyre*, c. VIII, p. 273-308.

fanda contenda de crueldades, com nota Eusébio (*Hist. Eccles.*, VIII, 12: MG 20, 771) os juizes consideravam uma questão de honra superar-se mutuamente.

Nem menores foram os tormentos infligidos aos mártires, no decurso dos séculos, em especial pelos persas, pelos arianos, pelos vândalos, pelos cismáticos russos, por príncipes protestantes (principalmente na Inglaterra e Escócia), bem como por imperadores pagãos do Japão, na China . . . , e nas missões entre os bárbaros da América e da África, e ainda nos nossos dias pelos comunistas da Rússia e do México, da Espanha e da China republicanas, que lançam mão dos novos recursos da ciência para tornar mais requintados e dilatados os tormentos.

Leia-se os numerosos exemplos concretos nos documentos mais autênticos e historicamente comprovados (por ex., acêrca dos mártires da Pérsia no V séc., dos mártires do Japão sob os imperadores Taicosama e Daifusama, de Du Brébeuf e companheiros mártires no Canadá, das perseguições calvinistas na França, dos mártires inglêses sob a rainha Elizabeth I, dos mártires húngaros Crisino Pongracz e Grodecz, do mártir polonês André Bobola, etc.). São as páginas mais cruéis e mais desonrosas para a dignidade humana, mas são também as mais gloriosas para as testemunhas da divindade de Cristo.

V. — Deram nos tormentos os mais sublimes exemplos de fortaleza e virtudes heróicas.

425. 1) Os mártires combateram, não atacando ou opondo resistência, mas suportando com paciência e constância, que é, como nota STO. TOMÁS, (*Sum. Theol.*, I-II, q. 123, a. 6), o ato principal e mais difícil da *fortaleza*, o vértice entre o medo excessivo da covardia e a precipitação da temeridade.

Sêneca, em carta a Lucílio, descreve o martírio dos cristãos de Roma, sob Nero, e termina admirado: "No meio destes tormentos, nem um gemido: é pouco; nem uma súplica: é pouco; nem uma resposta: é pouco; mas sorriso, e sorriso de coração." (*Epistola* 78).

Lactâncio: "Tais tormentos, nem os fascinoras nem os homens robustos são capazes de suportar; gritam, gemem, são vencidos pela dor, porque lhes falta o dom da paciência (*inspirata patientia*). Os nossos, pelo contrário, para não falar dos homens, mesmo se crianças e mulheres, vencem os algozes com o silêncio; nem o fogo lhes pode arrancar um gemido." (*Divinae Institutiones*, V, 13: R. 640).

Numerosos exemplos particulares de especial fortaleza são descritos nos *Atos dos Mártires*. Por ex., o de Sta. *Felicidade* com seus sete Filhos, em Roma, pelo ano 160; o da jovem escrava, Sta. *Blandina*, em Lião, no ano 177, da qual diziam os algozes e os pagãos que jamais mulher alguma sofrera tanto e tão heroicamente. Cfr. RUINART, *Acta martyrum sincera*, pp. 21-22 e 56.

2) A *heroicidade* de uma tal fortaleza resplandece ainda mais pela sua *harmoniosa conexão com as outras virtudes* que a acompanhavam. — Os cristãos iam para o martírio:

a) *por dever*, e êste dever cumpriam-no movidos pela *fé*, pela *esperança* e pelo *amor* de Deus (549);

b) *por livre vontade*, aceitando e suportando voluntariamente os tormentos e a morte, quando com uma simples palavra de abjuração teriam podido evitá-los;

c) *com humildade*, conscientes da própria fraqueza, mas *confiantes* no auxílio divino, que imploravam nos tormentos, pedindo também orações aos cristãos para que lhes alcançassem a perseverança até o fim (550);

d) *com calma e tranquilidade*, sem exaltação, nem temeridade, nem fanatismo;

e) *com mansidão*, sem ódio, nem recriminação, nem ressentimento;

(549) Vejam, por ex., que sublimes sentimentos de sua alma nos revela STO. INÁCIO, bispo de Antioquia, condenado às feras no ano 107, na Epístola que enviou aos cristãos de Roma, suplicando-os de não recorrerem a nenhuma influência para subtraí-lo ao martírio: "Deixai que me torne pasto dos animais, por meio dos quais me será dado gozar a eterna bemaventurança. Sou o trigo de Cristo. É, pois, necessário que eu seja moldo pelos dentes dos leões, para que me transforme em pão digno de meu Mestre... O mundo e todos os seus reinos para mim nada valem: busco Aquêl que morreu por nós, quero Aquêl que por nós ressuscitou. Fazei-me êste favor, meus irmãos, não me priveis da verdadeira vida... Deixai que me torne o imitador da Paixão de meu Deus..." (*Epist. ad Rom.*, 4 e segs.).

(550) Cfr. EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, V, 2. — S. POLICARPO, bispo de Esmirna, martirizado em 155, diz aos algozes que o queriam pregar ao poste na fogueira: "Não é preciso. Aquêl que me concedeu a graça de sofrer o tormento do fogo, também me dará fôrças para permanecer imóvel na fogueira". (*Martyrium Polycarpi*, c. 13). — Em 208, nos cárceres de Cartago, a um guarda que zombava dela, porque gemia com as dores de parto, responde STA. FELICIDADE: "Agora, sou eu sôzinha que sofro a dor; lá, porém, no suplicio, um outro estará em mim; êle sofrerá por mim, porque eu sofrerei por êle". (*Passio SS. Perpetuas et Felicitatis*, 15).

f) *perdoando* aos perseguidores e algozes e *rezando* por eles, a exemplo de Jesus, e demonstrando-lhes verdadeira *caridade* até à morte (551);

g) *recebendo* a sentença capital *com alegria* e *dando graças* a Deus; ~~nos tormentos, cantando alegres até o último suspiro~~ (552).

Se considerarmos que, muitas vèzes, os suplícios, além de crudelíssimos, eram *prolongados* e repetidos por *vários dias*, e que, para evitá-los ou trocá-los imediatamente com liberdade, honras e prazeres, bastava uma única palavra de apostasia, um simples gesto, esta heroicidade dos mártires não pode deixar de se impor como *sublime*.

E os exemplos de um tal heroísmo continuaram a se multiplicar no decurso dos séculos até nossos dias (553).

VI — O Fato do martírio cristão é inexplicável naturalmente e constitui um verdadeiro milagre moral.

426. Não arguimos pura e simplesmente pela morte física dos mártires. Muitos homens morreram e morrem por idéias falsas e causas más.

O fato do martírio cristão é caracterizado por *tôdas as circunstâncias históricas* que já analisamos: pela imensa mul-

(551) S. Policarpo manda servir um lauto banquete aos que vieram prendá-lo (EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, IV, 15). — S. Cipriano, bispo de Cartago, degolado em 258, faz entregar 25 moedas de ouro ao algoz (*Acta Proconsularia*; P. ALLARD, *Hist. des persécutions*, III, p. 112-115). -- Sta. Potamiana, jovem escrava martirizada em Alexandria no ano 202, a Basilides, que a conduzia ao suplício defendendo-a contra as turbas, promete interceder por êle junto a Jesus. E de fato, poucos dias depois, Basilides morre mártir cristão. (EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, VI, 5).

(552) Dos mártires da Tebaida, sob Diocleciano, descreve-nos Eusébio, testemunha ocular, os terríveis tormentos e "o admirável ardor de espírito e a verdadeiramente divina fortaleza e alacridade", vendo-os "com alegria, hilaridade, rindo", cantando e agradecendo a Deus até a morte. (*Hist. Eccles.*, VIII, 9). — Os mártires Scilinos, em Cartago no ano 180, ao ouvirem a sentença exclamam todos a uma voz: *Deo gratias!* — Também S. Cipriano: "*Cyprianus episcopus dixit: Deo gratias!*" (*Acta Proconsularia*). — Cfr. KIRCH, ns. 71-76, 78-90, 301-306, 442, 448, 452. — Na Grande Revolução francesa, em Paris, as Carmelitas de Compiegne marcham para a guilhotina ao canto da *Salve Regina*; em Valenciennes, as Ursulinas cantam as Ladainhas de Nossa Senhora e o *Te Deum*; etc., etc.

(553) Leiam os documentos lembrados no fim do n.º 424. — No *Dict. Apologétique de d'ALÈS*, o artigo "Martyre" de P. ALLARD cita numerosos exemplos em tôdas as perseguições.

tidão dos mártires, pela atrocidade e dilatação dos tormentos, aceitos e suportados voluntariamente, pela duração de tantos séculos, pela universalidade em tôdas as partes do mundo, em tôdas as raças, tôdas as idades e condições sociais e, principalmente, pela heroicidade da fortaleza em perfeita harmonia com as mais sublimes virtudes.

É o *conjunto* destas circunstâncias que torna o martírio cristão um fato *extraordinário* e absolutamente *único*, sem semelhante nos anais das outras religiões e da humanidade.

É um *tal* fato que é inexplicável *naturalmente* e constitui um milagre *moral*, exigindo uma intervenção *especial* e *extraordinária* de Deus (554).

I ARG. — *Pela experiência.*

427. O martírio cristão *supera as leis psicológicas*, individuais e sociais, do *comportamento humano* perante os tormentos e a morte, tal como no-lo apresenta a experiência de cada dia:

É um fato incontestável que, diante de uma obrigação que exige a vitória de muitas e graves dificuldades, que impõe enormes sacrifícios morais e sensíveis, que leva à morte no meio dos mais cruéis suplícios, a vontade humana *costuma* fraquejar, retrair-se e desanimar. — É um fato que, no meio dos tormentos, o *heroísmo da paciência*, não é *conatural* ao homem: é somente com suma dificuldade que consegue suportar grandes dores.

Não negamos que se encontrem homens capazes de vencer as dores com natural fortaleza (por ex., uma intervenção cirúrgica sem anestésico, torturas...), capazes de fazer voluntariamente o supremo sacrifício da vida por um ideal ou pela pátria. Mas constituem exceções, que confirmam a regra. Tanto é verdade que em todos os povos são admirados, tidos como heróis e lhes são tributadas honras especiais.

Ora os mártires cristãos, durante tantos séculos e em tôdas as raças, constituem *um número incalculável* de homens, mulheres e crianças de tôdas as condições sociais; podendo com uma palavra ficar livres, aceitaram voluntariamente e

(554) Acêrca do Milagre *moral*, cfr. a Tese XXXIV do nosso I vol., ou o que foi lembrado acima, na nota 445.

suportaram, horas e dias inteiros, com fortaleza e constância, sem um gemido, tais torturas, cuja simples imaginação nos faz estremecer, permanecendo sempre tranqüilos e sorridentes e cantando até o último suspiro.

~~Logo, se não quisermos admitir um efeito sem causa~~ proporcionada, forçoso é reconhecer que uma tal força moral tão universal, um tal heroísmo, não excepcional mas reproduzido em tantos milhares de pessoas, não pode encontrar sua explicação adequada nas simples forças da nossa natureza, nem nas leis psicológicas do comportamento humano, mas exige um auxílio *especial* e *extraordinário* de Deus.

428. ΟΒΡΕΪΛΟ. — Mas, não houve também *apóstatas*, que renegaram sua fé?

Resposta. — 1) O número dos apóstatas é relativamente pequeno, em comparação com a imensa multidão dos mártires. Aliás, não poucos, arrependidos, voltaram aos tribunais e lavaram sua apostasia com o sangue.

2) Longe de se opor ao argumento, a defecção dos apóstatas constitui-lhe uma confirmação: prova a natural fraqueza humana diante de tão cruéis tormentos e faz ressaltar a fortaleza e constância dos mártires que os suportaram voluntariamente.

3) Esta fortaleza em tão grande multidão não deixa de ser heróica, porque houve apóstatas.

4) É ela que pede uma explicação adequada e não a encontra senão numa intervenção extraordinária de Deus.

II ARG. — *Pela heroicidade e harmonia das virtudes.*

429. Mais evidente ainda se torna a necessidade dêste auxílio divino extraordinário, se à fortaleza acrescentarmos as outras virtudes de que deram provas os mártires e que indicamos acima [n.º 425, 2.º].

Foram certamente virtudes *perfeitas* e *heróicas*, porque praticadas com prontidão, espontaneidade, alegria, freqüência e constância, com perfeita *harmonia* entre tôdas elas, em circunstâncias árduas e difíceis e no meio de crudelíssimos tormentos, unicamente por motivos espirituais e sobrenaturais (555).

(555) São estas as características, já apontadas por Bento XIV na sua obra *sobre a Canonização dos Santos* (l. III, c. 21), que fazem reconhecer a virtude realmente perfeita e heróica.

Uma tão admirável harmonia de virtudes heróicas manifesta evidentemente uma *santidade extraordinária*.

Aliás, a santidade consiste essencialmente na *caridade* ou amor de Deus, "que é o vínculo da perfeição" (Col. III, 14). E entre todos os atos de virtudes, como ensina STO. TOMÁS (Sum. Theol., II-II, q. 124, a. 3), é o martírio que manifesta mais a perfeição da caridade, segundo a sentença do Senhor: "Maior amor ninguém pode ter do que dar a vida por seus amigos" (Jo XV, 13), mormente quando este sacrifício da vida é oferecido com plena liberdade e com alegria, como fizeram os mártires.

Ora: — a) não pode existir santidade sem um auxílio de Deus, nem santidade extraordinária sem um auxílio extraordinário [cfr. n.º 274, 2.º, b]; — b) a perfeita harmonia entre as virtudes mesmo mais diversas e opostas — como a suma fortaleza com a perfeita mansidão, o amor perfeito da verdade e da justiça com o sincero e profundo amor pelos perseguidores e algozes (556) — não pode ser o simples resultado natural do temperamento, mas requer uma intervenção especial de Deus [*ibid.*, c].

Logo a heroicidade das virtudes dos mártires e sua harmoniosa conexão não podem ser explicadas pelas únicas forças humanas, mas requerem um especial auxílio sobrenatural e divino.

430. NOTA. — É evidente que o fato do martírio cristão não pode ser atribuído:

1) Ao *Fanatismo*. — O fanatismo é a ilusão de alguém que se julga inspirado e tem um zêlo intempestivo por uma religião, uma opinião, um partido; gera uma obstinação cega em querer impor a própria opinião por qualquer meio. Suas características são a soberba e a arrogância, a imprudência e a temeridade, a violência agressiva e o ódio. O impulso fanático não se estende ao mesmo tempo por todo o mundo, a todas as classes e condições sociais. — Diametralmente opostas a tudo isso estão a humildade e mansidão, a paciência e caridade, a prudência e moderação dos

(556) A injustiça provoca naturalmente a ira; e a maior das injustiças, a de infligir cruéis suplícios ao inocente, excita naturalmente a irritação e o ódio contra o perseguidor. Os mártires, pelo contrário, como vimos, longe de alimentarem ódio e rancor pelos perseguidores e algozes, perdoavam de coração e manifestavam seu amor tratando-os com mansidão e rezando por eles. (*Apologética*, p. 617).

mártires (557), e a universalidade no tempo e no espaço do martírio cristão.

2) A uma *impassibilidade estoica*. — Nasce esta impassibilidade de uma grande soberba, do amor próprio e do desprezo pelos outros. Pode encontrar-se no filósofo e no guerreiro. No filósofo, ~~quando, premido e vencido pelas adversidades e misérrimas da vida,~~ atribuídas a um destino implacável (o *Fatum*), afeta um despreendimento despeitado e um desprezo cínico pela vida. No guerreiro, quando, num ato supremo de ódio e soberba, procura humilhar o seu inimigo vencedor, mostrando desprezo pelos tormentos que lhe são infligidos e dos quais não pode fugir. O estoicismo filosófico não penetrou no povo, foi de poucos e nem os seus maiores expoentes apresentaram algo de parecido com o comportamento dos mártires [Cfr. n.º 406]. — O estoicismo do guerreiro é próprio dos povos educados desde a juventude no ódio aos inimigos e é totalmente diferente do modo de agir dos mártires, que aceitavam voluntariamente os tormentos e a morte, quando com uma palavra podiam evitá-los, e sofriam e morriam implorando o auxílio divino, perdoadando aos perseguidores e orando por eles (TROMP, *op. cit.*, p. 360).

3) Ao *desejo de glória e honras humanas*. — Os mártires eram humildes, conscientes da própria fraqueza, atribuindo unicamente a Deus a sua fortaleza. Nem mesmo depois de vencerem muitos tormentos permitiam que os chamassem mártires (Eusébio, *Hist. Eccles.*, V, 2). Muitos morriam, desconhecidos dos homens, nas minas ou no anonimato das execuções em massa, certos de que seus nomes nunca chegariam à posteridade. Sabiam muito bem que esta sêde de glória mundana era proibida pela religião cristã e seria castigada depois da morte. — Era à apostasia, que os juizes prometiam riquezas e honras. — Aliás, diante da morte em meio a tão cruéis tormentos, quem, mormente entre crianças e mulheres, iria pensar em honras compradas a um tal preço?

4) A *expectativa dos bens eternos*. — Também as outras religiões propõem este motivo. No entanto, em qual delas se produziu um heroísmo semelhante ao dos mártires cristãos? Bens puramente espirituais e futuros não costumam exercer naturalmente tão forte atrativo sobre os homens; muito raros são os que tudo sacrificam em vista deles. Se, portanto, no Cristianismo, e somente nêle, tiveram esta eficácia numa tão grande multidão, de todas as raças, idades e condições, é sinal que interveio um auxílio especial de Deus, que, de um *modo extraordinário e sobrenatural*, avi-

(557) Muitos decretos de bispos opunham-se à temeridade, proibindo formalmente aos cristãos de se irem denunciar. "Cada um deve estar pronto a confessar sua fé, dizia S. Cipriano, mas ninguém deve correr ao encontro do martírio" (*Epist.* 81). E quando alguém se oferecia temerariamente, geralmente não perseverava (cfr. por ex. EUSÉBIO, *Hist. Eccles.*, IV, 15; MG 20, 346).

vou nas inteligências dos mártires a evidência dos argumentos objetivos que fundamentam a plena certeza da fé e da esperança, suscitou nas vontades um ardente amor a Jesus Cristo e aos bens celestes e confortou os ânimos no meio dos tormentos. (Cfr. *HERVÉ, op. cit., p. 236*).

431. CONFIRMAÇÃO. — Esta necessidade de um auxílio divino especial recebe uma esplêndida confirmação:

1. *Pelo testemunho dos mártires.* — Reconheciam-se incapazes de tanta fortaleza, rezavam, pediam orações e confiavam no auxílio de Deus: já citamos os exemplos de S. Policarpo e de Sta. Felicidade [nota 550].

2. *Pelos milagres físicos.* — Não raras vêzes êste auxílio manifestava-se visivelmente com milagres físicos. Ora os mártires permaneciam ilesos no meio das chamas; ora as feridas não causavam dor ou curavam imediatamente; ora as feras, apesar de açuladas, não se atreviam a tocar os cristãos, nem mesmo a se aproximar dêles, como aconteceu, por ex., em Tiro, na Fenícia, e nos descreve Eusébio, testemunha ocular dos fatos (*Hist. Eccles. VIII, 7: MG 20, 756-7*).

3. *Pelas impressões produzidas nos espectadores.* — Desta intervenção sobrenatural estavam plenamente convencidos os cristãos; e os próprios pagãos, atônitos e admirados, presentiam-na às vêzes, perguntando-se de onde podia provir tão incrível fortaleza e constância, até nas jovens e nas crianças.

Na sua Epístola de 155, a Igreja de Esmirna descreve os terríveis tormentos dos cristãos no anfiteatro e acrescenta: "No entanto, permaneciam tão firmes, que a assistência comovida chorava, enquanto êles não deixavam ouvir nem um gemido... Era coisa manifesta, que naquela hora dos suplicios as testemunhas de Cristo estavam fora de sua carne, ou melhor, o Senhor estava perto delas e lhes falava." (*Martyrium Policarpi, 2*).

Em 177, os cristãos de Lião e de Viena escrevem o mesmo dos seus mártires: "O que os torna como insensíveis aos tormentos são o seu amor por Cristo e a sua conversação com Ele"... "é o próprio Cristo sofrendo na pessoa do mártir". (*Apud EUSEBIO, Hist. Eccles., V, 1: MG 20, 418, 431*). Já encontramos semelhante expressão em Sta. Felicidade [nota 550], e Tertuliano escreveu: "Cristo está no mártir" (*De Pudicitia, XXII*).

O autor do livro *De Laude Martyrii* notou as impressões dos pagãos enquanto viam os algozes dilacerarem os membros de um cristão: "Uns diziam: Há algo de grande, não sei o quê, em não ceder assim à dor, em suportar estas agonias. Outras acrescentavam: ... A coisa deve ser estudada, é preciso descobrirmos o

mistério desta fortaleza. Nem pode ser vã esta crença, pela qual o homem sofre e aceita a morte." (*De Laude Martyrii*, XV: ML 4, 826).

"Quando o povo, escreve LACTÂNCIO, vê homens, dilacerados por tôda sorte de suplicios, conservarem no meio dos algozes cansados uma invencível paciência, êle pensa, e com tôda a razão, que a vontade unânime de tão imensa multidão e a perseverância dos que morrem não podem ser coisa vã, e que a paciência humana sem o socorro de Deus, *sine Deo*, seria incapaz de suportar tamanhos tormentos." (*Divinae Institutiones*, V, 1: R 640).

4. *Pelas conversões.* — Tão evidente era esta intervenção *sobrenatural*, que os Santos Padres, gregos e latinos, contemporâneos dos acontecimentos, apresentavam o martírio cristão como prova da origem divina do Cristianismo. (Cfr. as referências *apud* TROMP, *op. cit.*, p. 353).

Mas êste argumento apologético funcionou antes mesmo de ser escrito. E foram os próprios algozes os primeiros que, diante do heroísmo dos mártires, ficaram admirados, comovidos, convencidos, convertendo-se muitos e morrendo mártires.

O intento dos perseguidores era a destruição da religião cristã. E com tais provações, devia de fato succumbir, como succumbiram tantas opiniões religiosas muito menos perseguidas.

Pelo contrário, já no II séc., o filósofo S. JUSTINO, êle mesmo convertido à vista da constância dos mártires, podia atestar que quanto mais cresciam os tormentos e os martírios, tanto mais aumentava o número dos discípulos fiéis de Jesus, "como a videira, quando podada, brota em novos florescentes e frutíferos sarmentos." (*Dial. com Trifão*, 110: R 144).

Ê diante desta admirável fecundidade do martírio que exclamava TERTULIANO: "Atormentai, torturai, condenaí, triturai-nos.. De nada serve a vossa mais requintada crueldade... Sempre cresce o nosso número, cada vez que por vós somos ceifados: *semen est sanguis christianorum*, é semente o sangue dos cristãos." (*Apologeticus*, 50: R 285).

Já o autor da *Epístola a Diogneto* (c. 7) apontara a causa divina: "Não vês os cristãos expostos às feras, para renegarem o Senhor, e não ficarem vencidos? Não vês que quanto maior é o número dos supliciados, tanto maior se torna o número dos remanescentes? Tudo isso não é efeito do homem, mas do poder de Deus e sinal da sua vinda."

432. **Conclusão.** — Tendo presentes tôdas as circunstâncias que analisamos, a heróica fortaleza de tantos milhares de mártires, em conexão admirável com as outras virtudes — fato inexplicável sem um auxílio divino extraordinário — constitui com plena evidência um *milagre moral*.

Ora: a) foi por professarem a doutrina cristã revelada por Jesus Cristo, que consciente e voluntariamente sofreram e morreram os mártires; foi nesta profissão que foram auxiliados por Deus, e seu exemplo foi um motivo poderoso para a perseverância dos cristãos e para a conversão dos pagãos; — b) por outro lado, não pode Deus concorrer com um milagre para auxiliar a profissão e o incremento de uma Doutrina falsa: opõem-se a isso a sua Sabedoria, Santidade e Bondade.

Logo o Cristianismo, garantido pelo auxílio divino, *extraordinário e sobrenatural*, dado aos mártires cristãos, é certamente uma doutrina *verdadeira* e, portanto, uma doutrina *divina*, como afirma ser.

433. OBJEÇÕES.

I Objeção. — Afirma Orígenes que os mártires foram poucos e que eram facilmente numeráveis (*Contra Celsum*, III, 8: MG 11, 929).

RESPOSTA. — Orígenes escreveu isso em 249, antes das perseguições mais universais e mais sangrentas. E o sentido da frase é *relativo*, como o indica o contexto imediato, pois acrescenta: "Nunca permitiu Deus que a raça cristã (*eorum gentem*) fosse totalmente extinta". Foi provavelmente uma resposta ao que escrevera Celso no seu *Discurso Verdico*, predizendo para breve o desaparecimento do Cristianismo por terem sido os cristãos erradicados a tal ponto, que sobravam apenas uns poucos supérstites ocultos nas selvas. — Aliás, já no l. I, c. 3 (MG 11, 661), afirmara o próprio Orígenes a crueldade e extensão (e implicitamente as numerosas vítimas atestadas por Celso) das precedentes perseguições, notando que sem uma especial proteção divina teriam acabado com a religião cristã. (TROMP, *op. cit.*, p. 365).

II Objeção. — Também os soldados morrem intrêpidamente nas guerras. Entretanto, ninguém afirma que seja necessário um auxílio divino extraordinário.

RESPOSTA. — Como já fizemos observar [n.º 426], a necessidade d'este auxílio divino é deduzida do conjunto das circunstâncias e do modo como sofreram e morreram os mártires cristãos. E este conjunto não se realiza nas guerras:

a) Os soldados combatem coagidos pela autoridade e pela necessidade, à qual não se podem subtrair senão por uma fuga desonrosa seguida de graves castigos. — Os mártires sofriam e morriam *livremente*, podendo, com uma simples palavra, trocar os suplicios e a morte pela liberdade e honras terrenas.

b) Com raras exceções, cada soldado não vai de encontro a uma morte certa, mas somente a um perigo maior ou menor, do qual espera sair com vida. — Os mártires sabiam que a sua confissão os levava a uma morte certa nos tormentos.

c) Para os soldados, geralmente a morte é repentina; as dores das feridas são aliviadas quanto possível. — Para os mártires, era precedida de *torturas* horríveis e prolongadas.

d) Os soldados *combatem e atacam*, levados por um certo ímpeto cego, excitados artificialmente ou pela própria natureza da batalha, confiando nas próprias forças, alimentando ódio pelo inimigo e desejos de vingança. — Os mártires iam para os tormentos pacificamente, sem opor resistência; *suportando-os pacientemente*. Como demonstra STO. TOMÁS (*Sum Teol.*, II-II, q. 123, a. 6, ad 1^{um}), o heroísmo da paciência é muito mais difícil que o heroísmo do combate. Sofriam com ânimo tranqüilo, com humildade, sem ira nem rancor, perdoando aos seus perseguidores, tratando-os com benevolência e rezando por eles.

e) Os soldados são homens no pleno vigor das suas forças. — Entre os mártires, muitos eram frágeis crianças, tenras donzelas, mulheres doentes e velhos debilitados.

f) Os soldados combatem pelo amor da pátria, para a defesa de seus lares e de seus bens, sustentados pela esperança de voltarem vitoriosos: motivos bons e nobres, sem dúvida, mas humanos e terrenos e que podem naturalmente aliciar as vontades e alimentar a coragem. — Os mártires, movidos unicamente pelo amor sobrenatural de Cristo, sacrificavam todos os bens terrenos.

Não há, portanto, paridade entre o heroísmo dos soldados e o heroísmo dos mártires cristãos. (HERVÉ, *op cit.*, p. 238).

III Objeção. — *Tôdas as religiões tiveram seus mártires.* Logo o martírio não pode constituir um argumento em favor do cristianismo.

RESPOSTA. — Não é o simples fato da morte física dos mártires, que prova a origem divina do Cristianismo; mas todo aquêl conjunto de circunstâncias e de virtudes heróicas, que torna o martírio católico um *milagre moral*, inexplicável sem uma intervenção sobrenatural de Deus. É este conjunto que não se encontra nos mártires das outras religiões.

Não há comparação possível: nem quanto ao número: os mártires de cada uma das outras religiões foram poucos, durante poucos anos e somente em uma ou outra região; — nem quanto ao motivo: muitas vêzes foram perseguidos e condenados por razões políticas ou por causa de seus excessos imorais e anti-sociais,

como os *Albigenses* nos séc. XII-XIII, os *Valdenses* no séc. XIII, os *Fratricelli* no séc. XIV, os sequazes de *Wicklef* e de *Huss* nos séc. XIV-XV (cfr. J. GUIRAUD, *Histoire parziale, Histoire vraie*, vol. I, pp. 304-314); — nem quanto ao comportamento: deram freqüentemente sinais inequívocos de fanatismo, de soberba e até de crueldade, como os *Anabatistas* do séc. XVI e os *Babistas* persas do séc. XIX, que não foram perseguidos senão depois de terem recorrido à violência e às armas.

Nada têm a ver com o martírio: nem o caso das *viúvas* da Índia, impelidas contra a sua vontade, por um costume antigo e bárbaro e para evitar uma vida de desprezo pouco melhor que a morte, a morrerem queimadas ao lado do cadáver de seu marido, enquanto a multidão vociferava para abafar os gritos e os lamentos da pobre vítima; — nem o *suicídio fanático*: dos *hindus*, que se faziam esmagar sob os carros dos ídolos; ou dos *Donatistas*, que sem serem perseguidos por ninguém, depois de recitar uma profissão de fé, se lançavam espontâneamente do alto dos rochedos.

Os *Judeus*, de fato, no decurso dos séculos, estiveram sujeitos a muitas perseguições e um grande número morreu. Geralmente, porém, o motivo não foi a religião mosaica como tal, mas o ódio contra a raça judaica por parte de governos racistas ou de massas populares excitadas por crimes, verdadeiros ou presumidos, de alguns judeus. É claro que não aprovamos estas perseguições injustas. Notamos apenas que, não sendo motivadas pela religião, suas vítimas não são mártires religiosos. — É verdade que, em vários casos, podendo salvar a vida se abandonassem sua religião, não poucos preferiram a morte. Faltaram-lhes, porém, as virtudes heróicas dos mártires católicos, pois pediam vingança contra seus perseguidores e freqüentemente suicidavam-se para evitar os tormentos. (MORS, *op. cit.*, n.º 648).

Entre os *Hereges*, se houve alguns que suportaram pacientemente a morte pela sua religião, foram casos absolutamente *individuais*, que não constituem senão *pouquíssimas exceções*, e sofreram por doutrinas diversas ou mesmo opostas entre si. Estes poucos casos, nos quais, aliás, faltava a harmonia da fortaleza com as outras virtudes heróicas, nada provam em favor das seitas; nem se pode com êles negar a eficácia demonstrativa do fato *universal* do martírio católico: porque, não tendo as leis psicológicas do comportamento humano uma necessidade metafísica nem física, umas poucas exceções não se opõem a estas leis e podem receber uma explicação natural, a qual não é mais possível quando se trata de uma inumerável multidão, composta de tôdas as raças, condições e idades e durante tantos séculos [cfr. n.º 427].

O que pode acontecer mais freqüentemente, é que *Protestantes* e *Cismáticos* de boa fé sejam perseguidos e martirizados, não precisamente por causa de uma doutrina *própria* da heresia

ou do cisma, e enquanto oposta ao catolicismo, mas em ódio ao cristianismo e por uma *verdade cristã*. Neste caso, nada impede que Deus intervenha com um auxílio especial. Este auxílio, porém, ~~demonstra a verdade do cristianismo e não da seita ou do cisma~~ enquanto opostos ao verdadeiro cristianismo. — Tal parece ter sido o caso dos protestantes do Uganda, martirizados em 1885-1886 pelos pagãos da própria tribo, por terem abandonado o culto dos deuses e professarem doutrinas fundamentais do cristianismo: a Unicidade de Deus e a divindade de Jesus Cristo. Foi também, sem dúvida, o caso de numerosos cismáticos mortos na Rússia pelos bolchevistas.

CONCLUINDO

Munidos com as verdades naturais que a razão demonstrou no nosso I Vol., descemos do plano especulativo para o campo concreto e histórico, à procura da religião divinamente revelada, cuja necessidade *moral* para o gênero humano nas suas presentes condições reais já fôra constatada.

De início, entre tôdas as religiões existentes, atraiu a nossa atenção o *Cristianismo* pela sua universalidade e pela benéfica influência que exerceu e continua a exercer sôbre os destinos da humanidade.

A crítica histórica mais rigorosa estabeleceu o pleno valor histórico das suas Fontes escritas — os livros do N. T., em especial os quatro *Evangelhos* canônicos e os *Atos dos Apóstolos* — dando-nos, pela convergência de inúmeros testemunhos e fatos históricos incontestáveis, a certeza absoluta da existência do Cristianismo na primeira metade do I séc. e da existência histórica de Jesus de Nazaré, seu fundador [cfr. ns. 143 e 168].

A origem *divina* do Cristianismo ficou evidenciada por *todos os critérios* da verdadeira revelação sobrenatural.

— Provam-na:

— a *Doutrina cristã*, que pela sua excelência, harmonia, sublimidade, conveniência e transcendência e pelo modo como foi ensinada por Jesus de Nazaré, não pode ser obra puramente humana; ao passo que as outras religiões, com seus erros dogmáticos e suas falhas morais, não podem ser reveladas.

— *Jesus Cristo*, o único entre todos os fundadores de religiões que, ao proclamar-se o Messias e o Filho de Deus, Enviado por seu Pai, provou a veracidade do seu testemunho com as "credenciais divinas" irrecusáveis dos seus numerosos milagres de ordem física, intelectual e moral.

— os *Apóstolos*, que deram testemunho de Cristo "e pregaram em tôda a parte, cooperando com êles o Senhor e confirmando a sua palavra com os sinais que a acompanhavam" (*Mc XVI, 20*).

— a *Vida admirável* do Cristianismo, principalmente nos primeiros séculos, com sua difusão, estabilidade e eficácia transformadora e com o heroísmo dos seus mártires: efeitos que sòmente um auxílio divino extraordinário podia produzir.

A luz refulgente de tão firmes argumentos, de tantas e tão esplêndidas *garantias divinas*, não pode a razão humana deixar de ficar convencida, de um modo absoluto e com a máxima clareza, da *origem divina* da religião de Cristo. (Cfr. Pio IX, Enc. *Qui pluribus*: DENZ. 1637-1639). Senão deveríamos exclamar com RICARDO DE S. VITOR: "Senhor, se há êrro, é por Ti que fomos enganados, pois esta fé foi confirmada entre nós por sinais e milagres tantos e de tal natureza, que sòmente Tu podes fazer." (*De Trinitate*, I, 2: ML 196, 891).

Cumpriu a Apologética a primeira parte da sua missão: *O Cristianismo é a única religião verdadeira, divinamente revelada*.

Sendo revelada por Deus Infalível, é evidentemente *crível por fé divina*, i. é, fundada no próprio testemunho de Deus: *credibilidade* da revelação divina.

Sendo destinada por Deus, Supremo Senhor e Legislador, a todo o gênero humano, como meio necessário de salvação (*Mt XXVIII, 18-20*; *Mc XVI, 15-16*), todos os homens que chegarem a lhe conhecer a origem divina e a obrigatoriedade devem evidentemente, sob pena de condenação, *aceitá-la e praticá-la*, com a adesão intelectual da fé aos seus dogmas e com a observância dos seus preceitos: *credendidade* da revelação divina (cfr. o nosso I Vol., Tese XXXV).

Mas onde se encontra o verdadeiro Cristianismo na sua integridade autêntica? Pois, várias confissões cristãs, diver-

gentes não apenas em ritos, mas em dogmas e preceitos, pretendem possuí-lo.

Implicitamente, os argumentos já o indicaram. ~~É na Igreja Católica Romana: a única que remonta em continuidade autêntica e orgânica até a Igreja Apostólica, instituída por Cristo; a única, portanto, que possui as garantias divinas dos auxílios milagrosos na sua origem e propagação, na sua fecundidade e estabilidade, na constância heróica dos seus mártires; a única que realiza a unidade e universalidade preditas para o reino messiânico. (DENZ. 1794).~~

A importância do problema, porém, exige um estudo explícito mais aprofundado. Demonstrar a identidade da Igreja Católica Romana com a verdadeira Igreja fundada por Cristo; analisar-lhe a constituição, as prerrogativas, o magistério e as benemerências: eis a meta, à qual, *Deo favente*, nos levará a razão no terceiro volume desta SÍNTESE DA TEOLOGIA CATÓLICA.

INDICE DOS AUTORES CITADOS

- Aarifi, 300.
 Abarzuza Ir., X.
 Adam K., 319, 354, 410.
 Adriano, 33.
 Aegerter E., 276.
 Aelius Spartianus, 520.
 Agostinho (Sto.), 45, 74, 140, 190,
 217, 225, 226, 228, 258, 484.
 Albertz M., 180.
 Al-Ghazali, 306.
 Allard P., 467, 515, 518/19, 521, 524.
 Allegro J. M., 175.
 Allo E. B., 229, 276, 286, 300, 371.
 Almazán D. M., VII
 Ambrósio (Sto.), 226, 228, 402.
 Amiano Marcelino, 402.
 Anderson K., 165.
 Anwander A., 276, 279, 301.
Apocalipse, 229-231
Apócrifos, 37-39.
Apologétique (Brillant e Nédoncel-
 le), 7, 146, 147, 215, 260, 276,
 284, 298, 300, 309, 467, 490, 491,
 527.
 Aristides, 53, 237, 502.
 Arnóbio, 379, 474, 509.
 Arvon H., 286, 287.
 Atanásio (Sto.), 214, 226, 228, 230,
 237.
 Atenágoras, 237, 503, 520.
Atos dos Apóstolos, 201-210, *passim*.
 Auletta G., VII.
 Bainvel J. V., X.
 Ballerini G., VII.
 Barbet P., 416.
 Bardy G., 147, 166, 467.
 Barth K., 181, 411.
 Basíliades, 53.
 Basílio (São), 230.
 Baudrillart A., 467.
 Baur F. Cr., 158, 469.
 Bea A. (Cardeal), 179, 196.
 Beni Ar., 394, 414, 503, 504.
 Benoit P., 179.
 Bento XIV, 364, 526.
 Bento XV, 99.
 Bertram G., 180.
 Bessières P., 265.
Bible (La Sainte) (Pirot), 66, 82,
 89, 125, 201, 211, 229, 326, 345,
 346/8, 351, 368, 369, 404, 437.
 Bickermann E., 411.
 Billot L., 262.
 Blondel M., 8.
 Boccacio P., 178.
 Boissier G., 469, 515.
 Bonaccorsi-Guedini, VIII.
 Bonsirven J., 23, 28, 229, 819, 320,
 404.
 Bornkamm G., 181.
 Bougaud (Mons.), 8.
 Bousset W., 164, 367, 411.
 Bouyer L., VIII.
 Bover J. M., 145, 211.
 Boyer C., 350.
 Brandscheid, 144.
 Braun F. M., 28, 81, 151, 175, 179,
 184, 410, 418.
 Broglie (De), 4.
 Brou A., 467.
 Brucker R., 259.
 Bruttius, 515.
 Bruyne (De), 51.
 Buda, 286 ss.
 Buddhaghosa, 292.
 Bultmann R., 180, 185.
 Burkitt F. C., 162.
 Burrows M., 174, 176.
 Butler B. C., 187, 192.
 Buyse P., 119, 151, 166, 201, 354,
 441, 455, 467.
 Caio, 217, 230.
 Calcagno Fr. Xav., XI.
 Calluad, 411.
Canon Muratorianum, 50, 202, 208,
 212, 214, 227.
Canones Apostolorum, 226.
 Carmignac J., 178.
 Case Sh. J., 166.
 Catão, 496.
 Cavallera F., VII, 40.
 Celso, 38, 54, 871, 878, 410, 482.
 Cerfaux L., 820.
 Ceriani Graz., XI.
 Ceuppens F., 441.
 Chainé J., 223, 228, 229.
 Chapman J., VIII.
 Charue A., 223, 225, 229.
 Chateaubriand, 8, 238, 497.
 Cheminant L., 320.
 Chow-Yih-Ching, 293.
 Cícero, 496, 497.
 Cipriano (São), 47, 230, 474, 496,
 516, 524, 528.

- Cirilo de Alexandria (São), 230.
 Cirilo de Jerusalém (São), 226, 228, 230.
 Civardi L., 468.
Civiltà Cattolica, 106, 173, 175, 178, 185, 217, 307.
~~Clemente de Alexandria (São), 49, 96, 98, 203, 220, 226, 227, 230, 237, 516.~~
 Clemente Romano (São), 55, 57, 140, 217, 471, 515, 521.
Códices, 132-133.
 Coghlan Ph., 211.
Comissão Bíblica, 47, 150, 151, 190, 202, 212, 219.
 Condamin A., 441.
 Confúcio, 293.
 Conybeare F. C., 165, 166.
 Coppée Fr., 269.
 Coppens J., 171, 820.
 Cornely, 190.
 Coubé S., 468.
 Couchoud P. L., 165, 166, 187.
 Coulet P., 265.
 Crisóstomo (São João), 214, 230, 402, 484.
 Cullmann O., 180.
 Cureton W., 34.
 Danielou J., 122, 175.
 Daniel-Rops, 140, 467, 521.
 Dante, 6, 87.
 David-Néel, 285.
 Dechamps (Cardeal), 8.
 Dennefeld L., 441.
 Denzinger, VII, *passim*.
 Devivier W., XI.
 D'Elia, 293.
 D'Epéron T., 286.
 De Smedt Ch., 261.
 Dhanis E., 150, 418, 419.
 Dião Cassio, 124, 515.
 Dibelius M., 180.
Dict. Apologétique (D'Alés), 7, 39, 125, 229, 441, 467, 518.
Dict. de la Bible — Supplément (Pirot), 29, 39, 58, 66, 82, 89, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 143, 146, 164, 166, 171, 179, 187, 201, 211, 216, 218, 219, 223, 225, 228, 229, 329, 441.
Dict. de Théol. Cathol. (Vacant), 40, 151, 319, 354, 441, 467.
Didaké, 57, 58, 140.
 Didimo, 230.
 Dieckmann H., 319.
 Dionísio de Alexandria, 64, 230, 516.
 Dionísio de Halcarnasso, 498.
 Dodwell H., 514.
 Dorsch Em., XI.
 Drews A., 165.
 Dubarle A., 217.
 Dupont-Sommer A., 174.
 Durand A., IX.
 Durkheim, 153.
 Duttileul J., 467.
-
- Ehrhard A., 467.
 Eichhorn A., 164.
 Epifânio (Sto.), 84, 91, 214, 228, 230.
Epístola a Diogneto, 58, 501 530.
Epístola de Barnabé, 57, 58, 217.
Epístolas Católicaas, 223-229.
Epístolas Paulinas, 211-223, *passim*.
 Erasmo Des., 144.
 Estienne Rob., 144.
 Eusébio de Cesareia, 30, 33, 47, 64-65, 75, 98, 108, 126, 148, 203, 212, 223, 226, 228, 230, 231, 378, 401, 470, 472, 474, 496, 509, 516, 517, 520, 523, 524, 528, 529.
Evangelhos apócrifos, 37-39, 54.
Evangelhos canónicos, *passim*.
 Eymieu A., 467.
 Fabbi F., IX.
 Fagone V., 185.
 Falcon J., 10, 12, 13, 106, 166, 179, 320, 350, 354, 394, 423, 427, 490, 492, 493, 511.
 Farrer A. M., 193.
 Federici Giul., 20, 34, 265, 269, 452.
 Felder H., 354, 394, 410.
 Felicidade (Sta.), 523.
 Felix, 288.
 Ferrier Fr., 265, 266.
 Festugière et Fabre, 467.
 Feuillet A., 404.
 Figar A. Garcia, 211.
 Fillion L., 151, 190.
 Filon de Alexandria, 122.
 Firmilliano, 226.
 Flávio Josefo, 29-30, 55, 109, 119, 124, 125, 175, 209, 220, 322, 378, 400-401.
Florentino (Concílio), 99.
 Florit D. E., 179.
 Fonck L., 371.
 Fonseca (L. G. da), 120, 187.
 Fonsegrive, 8.
Formas (Escola da História das), 100, 179-185.
 Fouard C., 76, 87, 190, 201, 211, 214, 495, 496, 499, 500, 521.
 Franca Leonel, 21, 22, 23, 66-7, 152, 155, 157, 162, 487.
 Francisco de Sales (São), 267.
 Funk Fr. Xav., 56, 58, 136, 378.

- Gaetani Fr. M., 371.
 Galeno, 502.
 Gardeil A., XI.
 Garofalo S., 119, 188.
 Garrigou-Lagrange Reg., 11, 13,
 238, 249, 264, 314, 354, 365.
 Gathier E., 278.
 Gautier L., 259.
 Gelásio, 228.
 Gelin A., 229, 320, 441.
 Gibbon E., 469, 514.
 Goguel M., 186, 411.
 Goupil A.-A., 12.
 Grandmaison L. De, 28, 31, 35, 55,,
 64, 66, 82, 89, 91, 98, 107, 120,
 151, 166, 169, 170, 179, 183, 187,
 188, 221, 238, 320, 327, 329, 354,
 371, 386, 394, 404, 405, 410.
 Griesbach J. J., 144.
 Gregório Nazianzeno (São), 172,
 226, 228, 230, 237, 402.
 Gregório Nisseno (São), 230.
 Gregory C. R., 144.
 Guardini R., 354.
 Guidetti A., 60, 72, 83.
 Guignebert Ch. De, 158, 162, 324,
 411, 469.
 Guiraud J., 533.
 Guitton J., IX, 410.
 Gunkel, 411.
 Guntel H., 164.
 Gutwenger E., 151.

 Haes P. De., 410.
 Harnack A., 81, 100, 107, 117, 153,
 160-1, 202, 207, 209, 324, 411.
 459, 469, 472, 479.
 Havet E., 514.
 Hedde R., 467.
 Hermas, 50, 58, 217, 229.
 Hertling L., 468.
 Hervé J. M., 11, 13, 41, 264, 314,
 322, 354, 423, 448, 490, 520, 529,
 532.
 Hetzenauer M., 144.
 Hiérocles, 378.
 Hipólito, 230.
 Hoepfl H., IX.
 Hoffmann R. A., 411.
 Holtzmann H. I., 159.
 Holzner J., 211.
 Hophan O., 78.
 Hort F. J. A., 144, 145.
 Houssave A., 248.
 Howard W. F., 67.
 Huby J., 298, 303, 304, 309.
 Huby-Léon-Dufour, 45, 55, 66, 71,
 79-80, 82, 87, 95, 98, 119, 180,
 183, 186.

 Hynek R. W., 416.

Idealização (Teoria da), 105-108.
 Idris Ball H. e Skeat T. C., 91.
 Inácio de Antioquia (Sto.), 57, 58,
 140, 523.
 Inocência I., 228.
 Ireneu (Sto.), 46, 51-52, 54, 55-56,
 82, 94, 95, 98, 140, 203, 212, 230,
 231, 237, 471, 502, 516.
 Jacquement G., XI.
 Jacquier E., 89, 102, 120, 186, 143,
 166, 201, 204, 206, 207, 209, 210.
 James W., 155.
 Jansen P., 165.
 Jerônimo (São), 34, 74, 75, 83, 95,
 203, 214, 217, 223, 224, 226, 228,
 230, 231.
 Jimenez de Cisneros (Cardeal),
 144.
 João (São), 68-6, 90-99, 119-123,
passim.
 João XXIII, 258.
 Jones A., 175.
 Jouffroy Th., 264-5.
 Journet Ch., 265, 272.
 Jules Simon, 248, 257.
 Juliano Apóstata, 436, 502.
 Jüllicher A., 159.
 Júlio Africano, 34.
 Justino (São), 53, 172, 230, 237,
 378, 471, 477, 499, 502, 506, 520,
 530.
 Juvenal, 496, 499.

 Kalthoff A., 165.
 Kenyon F. G., 135.
 Kirch C., *passim*.
 Klein F., VII.
 Knabenbauer, 190.
 Koppe J., 191.
 Kuhaupt W., 411.

 Labriolle (De), 35.
 Laburu J. De, XI.
 Lachmann C., 144.
 Lacombe H. De, 346.
 Lacordaire, 129, 238.
 Lactância, 472, 496, 522, 530.
 Lagrange M. J., 51, 83, 125, 143,
 145, 146, 148, 166, 190, 224, 441.
 Lamartine, 111, 248.
 Langan J. T., 135, 820, 444, 459.
 Lao-Tsé, 293.
 Latourelle R., 394.
 Leal J., IX.
 Leão XIII, 19, 24, 99.
 Lebreton J., 185.
 Le Camus, 190.

- Lecky, 469.
 Lelotte F., 102, 194, 266, 817.
 Lemonnyer A., 229.
 Leonard W., 217.
 Léon-Dufour Kav., IX.
 Lepin M., 120, 319, 394.
 Lercher L., XI.
 Le Roy E., 411.
 Lessing, 166.
 Levie J., XI
Liberal (Escola), 159-160.
 Lithfoot R. H., 180.
 Lo Giudice Carm., 79, 94, 97, 100, 151, 185.
 Loisy A., 64, 100, 153, 155, 159, 162, 165, 185, 324, 357, 411, 459.
 Lubac H. De, 286.
 Lucas (São), 83-89, *passim*.
 Luciano de Samoata. 33.

 Macaulay T. B., 489.
 Madaule J., 467.
 Mahavira, 282.
 Mangenot E., IX.
Manuscritos do Mar Morto, 173-178.
 Mara, 34.
 Marchal L., IX.
 Marcion, 53.
 Marcos (São), 77-83, *passim*.
 Marcozzi V., 416, 428.
 Marin Negueruela Nic., XI.
 Marlé R., 185.
 Martin Ch., 31.
 Martin V., 132.
 Martini C. M., 36.
 Mateus (São), 69-77, *passim*.
 Masse, 300.
 Mathieu H., XI.
 Maximino Daia, 472.
 Mayer R. - Reuss J., 174, 178.
 McGinley L. J., 179.
 Mead G., 165.
 Merck A., 145.
 Metódio, 230.
 Meyer A., 411, 459.
 Michel A., 151, 319, 354, 371, 441, 467.
 Migne J. P. (MG, ML), *passim*.
 Minúcio Felix, 496, 503.
 Modaeli M. E., 276, 277, 279, 299, 304.
 Moffatt J., 193.
 Monetti G., 463.
 Monsabré, 238.
 Montcheul (De), 269.
 Monti G., XI.
 Moreau E. De, 468.
 Moreno M. M., 300.
 Mors J., 31, 36, 56, 68, 73, 76-7, 100, 103, 109, 118, 143, 150, 234, 329, 831, 858, 365, 422, 449, 458, 462, 476, 483, 489, 501, 508, 533.
 Mortari Giul., 31, 56, 122.
 Mourre M., 276.
 Mourret F., 490.

 Nagarjuna, 294.
 Navarro Lúç., 29.
 Nestle E., 144.
 Newman J. H., 1.
 Nicolau M., 51, 121, 322, 326, 394, 410, 441, 444, 447.
 Nietzsche, 246.

 Oldenberg, 285.
 Oldrá A., VIII.
 Ollé-Laprune, 8.
 Ophan O., IX.
 Orígenes, 48, 75, 84, 86, 140, 203, 212, 218, 219, 225-6, 227, 230, 871 472, 482, 502, 509, 531.
 Osty E., IX.
 Ovidio, 480.
 Ozanam Fred., 8.

 Papias, 54-7, 65, 878.
Pavros, 131-2.
 Pascal, 487.
 Paulo (São), 167, 211, 221, *passim*.
 Paulus Gottlob, 156-7, 371, 411.
 Percheron M., 286, 287, 291, 295, 296, 299.
 Pesce S., 467.
 Pesch C., XII.
 Petazzi G., 18.
 Pflleiderer O., 165.
 Pinard De La Boullaye H., 110, 114, 140, 170-1, 276, 319, 354, 871, 394, 398, 402, 441, 455, 492.
 Pio IX, 9, 11, 17, 288, 395.
 Pio X (São), 9, 11, 99, 137, 254.
 Pio XII, 14, 22, 142, 258, 274, 311.
 Pirot L., 146, 150, 201, 208, 209, 211.
 Pitágoras, 500.
 Platão, 497, 498.
 Plínio, 475, 496.
 Plínio o Jovem, 32, 471, 499, 502.
 Plutarco, 498, 499, 500.
 Polibo, 499.
 Policarpo (São), 57, 229, 523, 524.
 Polícrates, 64, 98.
 Porfírio, 378, 472, 478.
 Poulpiquet (De), XII.
 Power E., 300-1.
 Prat F., 127, 128, 211.
Prólogos antigos, 50-1, 203.

- Prudêncio, 517.
 Prüm K., 166, 170, 467.
 Quadratus, 104, 377.
 Queguiner M., 276.
 Quoibach Th., VIII.
 Rabeau G., XII.
Racionalistas (e os Evang.), 151-187.
 Rahner H., 166, 169, 171, 172.
 Ramanuja, 281.
 Raposo J. Gonz., 58.
 Raucourt G. De, XII.
 Re G., IX, 467.
 Rees W., 467.
 Reimarus H. S., 156, 371, 410.
 Reitzenstein R., 169.
 Renan E., 55, 62, 88-9, 110, 111, 119, 141, 152-3, 155, 161-2, 214, 232, 356, 411, 430-1, 469, 471.
 Renié J., 89, 201, 210.
 Reuss E., 159, 417.
 Reuss J., 174, 178.
 Réville A., 159, 411.
 Ricciotti G., 29, 31, 40, 45, 56, 70, 72, 73, 74, 76, 78, 84, 121, 125, 128, 151, 186, 201, 202, 211, 212, 216.
 Richard F., 320.
 Rivière J., 467.
 Robert-Feuillet, X.
 Roberts C. H., 91.
 Robertson J. M., 165.
 Rolla A., 175.
 Rosadini S., 89, 187, 201, 211, 218, 215, 216, 223, 229.
 Rouët de Journal M.J. (R), *passim*.
 Roupain E., 4, 120, 346, 517.
 Rousseau J. J., 111, 856.
 Ruinart Th., 514, 523.
 Sabatier A., 159, 411.
 Salústio, 496, 497.
 Sanders H. A., 144.
 Sankara, 281.
Santo Offício, 225.
 Schleiermacher F., 55, 191, 411.
 Schmidt G., 276.
 Schmidt K. L., 180.
 Schmitt J., 410, 414, 418.
 Schwartz Ed., 65.
 Schweitzer A., 162, 166, 324, 431.
 Sêneca, 88, 471, 496, 497, 498, 499, 500, 522.
 Sertillanges A.-D., 247, 249, 253, 257, 265, 268, 269, 270-1, 313, 314, 487, 492.
Sinópticos, 117, 187-198.
 Siri G. (Cardeal), 371.
 Sócrates, 402, 500.
 Soden H. Von, 144, 166.
 Sortais G., 468.
 Sozomeno, 140, 402, 486, 502.
 Sparks H. F. D., 193.
 Spartianus (Aelius), 520.
 Spinoza Bar., 156.
 Stauffer E., 181.
 Strauss Fred., 157, 259.
 Suetônio, 32, 124, 322, 400-1, 474.
 Sullerot L., 5, 35, 139, 240, 242, 265, 268, 363.
 Sulpício Severo 520.
 Tacchi-Venturi P., 276.
 Taciano, 52, 237, 400.
 Tácito, 31, 124, 125, 322, 400-1, 471, 474, 475, 496, 499, 515.
 Taine, 259, 508-9.
Talmud, 28-9, 371.
 Tanquerey Al., XII.
 Teodoro, 237, 517.
 Teófilo Antioqueno, 502.
 Tertuliano, 32, 48-9, 85, 124, 140, 170, 172, 203, 212, 227, 230, 378, 472, 474, 477, 496, 498, 502, 503, 520, 529, 530.
 Thibaut R., VIII.
 Tischendorf, 144.
 Tito Lívio, 496, 498.
 Tomás (Sto.), 3, 5, 17, 19, 21, 247, 261, 364, 426, 482, 484, 512, 527, 532.
 Tondelli L., 320, 354, 441.
 Tonquédec J. De, 887.
 Touzard M., 441.
 Tricot A., 147.
Tridentino (Conclíio), 99, 137, 150, 151, 201, 212, 225.
 Tromp Seb., 11, 15, 164, 166, 173, 238, 242, 252, 320, 322, 355, 367, 371, 372, 394, 410, 439, 441, 443, 447, 473, 477, 485, 512, 513, 528, 531.

- Tual M., 319, 354, 371.
 Tucci R., 185.
 Turchi N., 276.
 Vaccari A., 40.
 Vaganay L., 143, 187.
 Valensin-Huby, X.
 Valentim, 58.
 Van Laak H., XII.
 Vanutelli P., 187.
 Vaticano I (Concllio), 9, 11, 12,
 24, 99, 137, 151, 395, 468.
 Verbum Dei, 151, 442, 444, 467.
 Verneaux R., 266-7.
 Versões do N. T., 133-5.
 Vigouroux F., 151.
 Vindisch, 166.
 Vitorino, 231.
 Vogels H. I., 144.
 Vries C. De, 307.
 Weimonth Fr. R., 144.
 Weinel, 166.
 Weiss B., 159.
~~Weiss J., 162, 166, 411.~~
 Weisse C. H., 191.
 Wellhausen I., 159.
 Wescott B. F., 144, 145.
 William F.-M., VIII.
 Wrede W., 164.
 Zahn Th., 159.
 Zameza J., 467.
 Zedda Cl., 39, 53, 54, 55, 58, 65,
 66, 72, 73, 75, 77, 90, 91, 96, 122,
 125, 126, 135, 147, 151, 175, 179,
 181, 185, 187, 192, 193.

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	V
BIBLIOGRAFIA	VII

INTRODUÇÃO

Nexo com o I Vol., 1. — Apologética e sua finalidade, 2; necessidade, 3; esquema histórico, 4; método, 5; princípios que a guiam, 6. — A Apologética, Teologia Fundamental, 7. — Apologética científica e Apologética prática, 8. — A certeza obtida pela Apologética científica, 9-10. Permanece a liberdade no ato de fé, 11. — Influência da vontade e disposições necessárias para alcançar a plena certeza no juízo de credibilidade, 12. — Processos e Divisão da Apologética científica, 13-14	1
---	---

PRIMEIRA PARTE

ORIGEM HISTÓRICA DO CRISTIANISMO

Cap. I — As várias Fontes escritas

<i>Art. 1.º</i> — AS FONTES JUDAICAS	27
O Judaísmo oficial, o Talmud, o Toledoth Jeshu, 15; Flávio Josefo, 16.	
<i>Art. 2.º</i> — AS FONTES PAGÃS	31
Tácito, 17; Plínio o Jovem, 18; Suetônio, 19; Adriano, 20; Celso, Luciano de Samosata, Mara, Júlio Africano, 21. — <i>Síntese e Conclusão</i> , 22.	
<i>Art. 3.º</i> — AS FONTES CRISTÃS	35
Fontes <i>extra-canônicas</i> : Escritores Eclesiásticos, Santos Padres, Apologistas, Padres Apostólicos, 23; Documentos, Monumentos, 24; Escritos e Evangelhos Apócrifos, 25; Agrafa, 26. — Fontes <i>canônicas</i> , 27-30.	

Cap. II — O valor histórico dos Evangelhos

O que pretendemos provar, 31. — <i>Adversários</i> , 32. — Qualidades de um livro histórico, 33.	
<i>Art. 1.º</i> — A AUTENTICIDADE DOS EVANGELHOS	44
<i>TESE I.</i> — <i>Os quatro Evangelhos canônicos foram realmente escritos pelos autores aos quais os atribuímos: Mateus, apóstolo; Marcos, discípulo de Pedro; Lucas, companheiro de Paulo; João, apóstolo</i>	44
Os Evangelhos canônicos, 34-35. Método e processo, 36. Doutrina da Igreja, 37.	
<i>Demonstração pela crítica externa:</i> Os testemunhos de cristãos, hereges e pagãos: S. Cipriano, Eusébio de Cesaréia e Orígenes, 38; Tertuliano, 39; Clemente de	

de Alexandria, 40; o Cânon muratoriano, 41; os Prólogos antigos, 42; Sto. Ireneu, 43; Taciano, 44; S. Justino, 45; Aristides, 46; Hereges, 47; Celso, 48; os Evangelhos apócrifos, 49; Papias, 50; Padres Apostólicos, 51. — *Síntese e Argumento*, 52-58. — *Objecções*: contra o valor desta tradição, 54; contra a autenticidade do IV Evangelho, 55.

Confirmação pela crítica interna, 56:

I Evangelho: Mateus, seu autor, 57; destinatários imediatos, 58; finalidade direta, 59; universalismo, 60; língua original e tradução grega, 61; data e lugar da composição, 62-63.

II Evangelho: Marcos, seu autor, 64; índole e finalidade apologética, 65; data e lugar da composição, 66.

III Evangelho: Lucas, seu autor, 67; destinatários, finalidade e índole particular, 68; data e lugar da composição, 69.

IV Evangelho: João, seu autor, 70-71; destinatários imediatos, 72; finalidade especial, 73; índole própria, 74; data e lugar da composição, 75.

Art. 2.º — A CREDIBILIDADE HISTÓRICA DOS EVANGELHOS 99

Historicidade, 76. Doutrina da Igreja, 77.

TESE II. — Os Evangelistas tiveram a intenção de narrar fatos históricos realmente acontecidos, embora não pretendessem apresentar a história completa de tudo o que Cristo fez e disse 100

Sentido da Tese, 78. Demonstração, 79-80.

TESE III. — Os Evangelhos, escritos por autores que não se enganaram e que não quiseram nem teriam podido nos enganar, possuem plena autoridade e credibilidade histórica 102

A credibilidade histórica, 81. — I. Os Evangelistas não se enganaram, 82. *Objecção*: a teoria da *Idealização*, 83. — II. Os Evangelistas não quiseram enganar, 84. — III. Impossibilidade de admitir erro ou mentira nos Evangelistas, provada: a) pela sublimidade da doutrina e da personalidade de Cristo, 85; não houve sincretismo, 86; b) pela convergência de inúmeras testemunhas, 87; c) pelo testemunho da Igreja primitiva, 88; d) pelo valor histórico da primitiva pregação apostólica, 89. — *Confirmações*, 90.

Observações: 1) acêrca das divergências entre os Sinópticos, 91; 2) acêrca dos discursos de Jesus, 92; 3) acêrca do IV Evangelho (*A Questão Joanina*), 93-94; 4) acêrca das pretensas contradições, 95: o recenseamento de Cirino, 96; as genealogias de Cristo, 97; a data da Última Ceia, 98; a hora da morte de Jesus, 99. *Conclusão*, 100.

Art. 3.º — A INTEGRIDADE DOS EVANGELHOS 129

O Problema, 101.

TESE IV. — Pela Concordância das Fontes demonstra-se que as nossas cópias atuais dos Evangelhos são substancialmente idênticas aos originais escritos pelos quatro Evangelistas 130

Noção de Integridade, 102. Posição da Tese, 103.

Fontes: os *Textos gregos*, Papiros e Códices, 104; as *Versões*, 105; as *Citações*, 106. Comparação com as fontes das literaturas profanas, 107.

Adversários, 108. Doutrina da Igreja, 109. — *Argumento*: pela Concordância das Fontes, 110-118. — *Confirmação*: pela Crítica Textual, 114-115.

As principais perícopes impugnadas: a concepção milagrosa de Jesus, a atribuição do "Magnificat" a Maria, o Evangelho da Infância de Jesus, o episódio da mulher adúltera, o Anjo da Agonia e o suor de sangue, o final de *Mc*, 116.

Art. 4.º — OS EVANGELHOS E A CRÍTICA RACIONALISTA 151

O *Preconceito Racionalista* e sua refutação, 117-120. — As várias construções dos Racionalistas: o sistema da Fraude, 121; o sistema da "naturalização", 122; a teoria da Escola liberal, 125; Ernest Renan, 126; a teoria escatológica, 127; a teoria comparatista, mitológica e sincretista, 128-129. *NOTA*: Os *Manuscritos do Mar Morto e as origens do Cristianismo*, 180. A teoria modernista, 131. A Escola da História das Formas, 132-133. — *Conclusão*, 134.

Art. 5.º — A QUESTÃO SINÓPTICA 187

O Fato, 135. O Problema, 136. Posição da Igreja, 137. *As Soluções apresentadas*: Hipóteses da tradição puramente oral, 138; da mútua dependência, 139; das duas fontes, 140. O Sistema misto, 141-142.

CONCLUSÃO acêrca dos Evangelhos, 143.

Cap. III — Historicidade dos Atos dos Apóstolos e das Epístolas Paulinas

Art. 1.º — VALOR HISTÓRICO DOS ATOS DOS APÓSTOLOS 201

TESE V. — O livro dos "Atos dos Apóstolos" teve como único autor o evangelista Lucas e possui plena autoridade histórica 201

Atos dos Apóstolos, 144. Adversários, 145. Doutrina da Igreja, 146. — Prova da *Autenticidade*: pela crítica externa, 147, e interna, 148. Data e lugar da composição, 149. — Prova do *Valor histórico*, 150. *Objecções*, 151. — Prova da *Integridade*, 152-153.

Art. 2.º — VALOR HISTÓRICO DAS EPÍSTOLAS PAULINAS 211

TESE VI. — As Epístolas que a tradição católica atribui a São Paulo têm realmente o Apóstolo por autor e possuem plena autoridade histórica 212

As 14 Epístolas de S. Paulo, 154. Documentos da Igreja, 155. — Prova da *Autenticidade*: pela crítica externa, 156, e interna, 157. As Epístolas *Pastorais*, 158. A Epístola aos *Hebreus*, 159. — Prova da *Historicidade*, 160. O Testemunho de São Paulo, 161. — Prova da *Integridade*, 162. — *Objecções*, 163.

ESCÓLIO I. — As Epístolas Católicas 223

As 7 Epístolas católicas, 164. — A *II Epístola* de S. Pedro, 165. — A Epístola de S. Judas Tadeu, 166.

ESCÓLIO II. — O Apocalipse de S. João 229

A *Autenticidade*: a tradição e o exame interno; lugar, data e finalidade, 167.

CONCLUSÃO da I PARTE 231

Certeza da historicidade do N. T. e, portanto, da origem histórica do Cristianismo, fundado por Jesus Cristo, 168.

SEGUNDA PARTE

A ORIGEM DIVINA DO CRISTIANISMO

~~Cap. I — O Testemunho interno da Doutrina Cristã~~

<i>Introdução</i>	235
<i>TESE VII. — Tal como se depreende do N. T. e do ensino da Igreja Católica, a doutrina cristã, no seu dogma, na sua moral e no seu culto litúrgico, resplandece: a) por uma excelência e harmonia tão sublime; b) por uma conveniência tão perfeita com a natureza humana, satisfazendo-lhe as aspirações naturais, individuais e sociais, e superando-as com a elevação do homem à ordem sobrenatural e divina; c) e por uma transcendência tão elevada sobre todas as religiões não cristãs, — que constitui um verdadeiro milagre intelectual e moral, pelo qual manifesta a sua origem divina</i>	237
Critérios objetivos-internos e subjetivos-universais: argumento tradicional, 169.	
Art. 1.º — EXCELÊNCIA E HARMONIA SUBLIME DA DOUTRINA CRISTÃ	238
Noções, 170. — <i>Excelência</i> da doutrina cristã: no seu dogma, 171-172; na sua moral, 178-177; no seu culto litúrgico, 178-179. — <i>Harmonia</i> da doutrina cristã: dos Dogmas entre si, 180; dos Preceitos da Moral entre si e com os dogmas, 181; do culto católico, 182; unificação no amor de Deus para com os homens, 183. Harmonia dos dogmas com as verdades naturais, 184. — <i>Sublimidade</i> da doutrina cristã, 185.	
Art. 2.º — ADMIRÁVEL CONVENIÊNCIA DA DOUTRINA CRISTÃ COM A NATUREZA HUMANA	258
A natureza humana perante o sobrenatural, 186-187. Conveniência da doutrina cristã: 1) porque contém de um modo perfeito todas as verdades da religião natural, 188; 2) porque eleva sobrenaturalmente a perfeição da vida humana, 189; 3) porque é adaptada a todos os homens, 190; 4) porque satisfaz, e de um modo sobrenatural, as mais íntimas aspirações da natureza humana, 191; 5) porque oferece a solução para todos os problemas essenciais da humanidade, 192. O problema do Pecado, 193; da Dor, 194; da Morte, 195. <i>Conclusão</i> , 196. — <i>NOTA</i> acerca da bondade do plano escolhido e realizado por Deus na criação, 197.	
Art. 3.º — A TRANSCENDÊNCIA DO CRISTIANISMO SOBRE AS OUTRAS RELIGIÕES	274
Posição da Questão, 198. — O HINDUÍSMO: o Vedismo, 199; o Bramanismo, 200; o Neo-Bramanismo, 201; o Jainismo, 202; o Hinduísmo moderno, 203. <i>Conclusão</i> , 204. — O BUDISMO: observações gerais, 205. O Fundador, 206. Doutrina de Buda, 207: dogma, 208; moral, 209; culto, 210; as duas classes de discípulos, 211. Evolução e divisões do Budismo, 212: o Pequeno Veículo, 213; o Grande Veículo, 214; o Veículo Tântrico, 215. <i>Crítica</i> , 216. — O ISLAMISMO: Ambiente onde nasceu, 217; o Fundador, Maomé, 218. A Doutrina, 219. Expansão e Evolução, 220. <i>Crítica</i> , 221.	
<i>Conclusão geral</i> , 222.	

Art. 4.^o — O CRISTIANISMO É A RELIGIÃO REVELADA

310

Conclusões Progressivas: 1) O Cristianismo, e somente êle, pode ser uma religião revelada, 223; 2) ~~Se Deus revelou uma religião, esta religião é certamente o Cristianismo, 224;~~ 3) ~~É moralmente certo~~ que o Cristianismo é uma religião revelada, 225; 4) A origem da doutrina cristã só pode ser explicada pela intervenção extraordinária de uma revelação divina, 226; Confirma-se pelo modo como *apareceu* e foi *pregada*, 227.

CONCLUSÃO GERAL: o Cristianismo é *certamente* uma religião de origem divina, 228.

Cap. II — O Testemunho de Cristo

NEXO, 229.

Art. 1.^o — O MESSIANISMO ENTRE OS HEBREUS

320

Os Judeus esperavam o Messias, 230. — Esta esperança estava fundada nas Profecias do A.T., 231. — Os vários conceitos do Messias esperado, 232-233.

Art. 2.^o — AFIRMOU CRISTO A SUA MESSIANIDADE

324

Os Adversários, 234.

TESE VIII. — *Jesus de Nazaré, desde o início da sua vida pública, afirmou ser o Messias anunciado pelos Profetas*

325

Qualificação da Tese, 235. — Jesus teve sempre plena consciência da sua messianidade, 236-237. Desde o início da sua vida pública afirmou ser o *Messias*, 238; atribuiu-se e aceitou outros títulos messiânicos, 239; no sentido anunciado pelos Profetas, 240. *Confirmação* pela fé dos primeiros cristãos, 241. — *Conclusão*, 242. — NOTA: A revelação *progressiva* da messianidade, 243.

TESE IX. — *Afirmou também ser o Enviado de Deus, com a missão de revelar uma doutrina religiosa, toda ela de origem divina e obrigatória para todos os homens*

338

Sentido da Tese, 244. Qualificação, 245. — Jesus Cristo apresentou-se como Legado imediato e especial de Deus, 246. Proclamou-se Mestre, enviado para nos ensinar uma doutrina religiosa, 247-248; toda ela divina e destinada obrigatoriamente a todos os homens, 249-250.

Art. 3.^o — AFIRMOU CRISTO A SUA DIVINDADE

338

A Divindade de Cristo e a Apologética, 251.

TESE X. — *Afirmou Cristo ser o Filho de Deus no sentido próprio e natural*

339

Filiação natural e filiação adoptiva, 252. — Adversários, 253. Qualificação da Tese, 254. — *Demonstração:* atribuiu-se Cristo *direitos e poderes* estritamente divinos, 255-256; afirmou sua *igualdade e identidade* com Deus, 257; proclamou-se explicitamente *Filho de Deus* no sentido próprio e natural, 258. — *Confirmação* pelo testemunho dos Apóstolos e da Igreja primitiva, 259-260. — *Observações* acêrca de alguns textos evangélicos, 261. — *Conclusão geral*, 262.

Cap. III. — O Valor do Testemunho de Cristo

Nexo e Finalidade, 263.

Art. 1.^o — A TRANSCENDÊNCIA DA PERSONALIDADE DE CRISTO 354

TESE XI. — Provou Cristo a verdade do seu testemunho por todo o seu comportamento, pela sua sabedoria e santidade milagrosas 354

Sentido da Tese, 264. Adversários, 265. Qualificação da Tese, 266. — Enunciado do ARG., 267. — I. Prova pelo *comportamento psicológico-moral* de Cristo, exemplar de santidade e modelo acabado de uma personalidade psicológica perfeitamente equilibrada, 268-271. — II. Prova pelo *caráter milagroso* da sabedoria, 272-273, e da santidade de Cristo, 274-278. — *Observações* acêrca do sentido de alguns textos evangélicos aduzidos pelos adversários, 279.

Art. 2.^o — JESUS TAUMATURGO 370

Importância apologética dos milagres de Cristo, 280.

TESE XII. — Provou Cristo a verdade do seu testemunho pelos milagres físicos que operou durante sua vida pública 371

Posição da Tese, 281. Adversários, 282. Doutrina da Igreja, 283. — Enunciado do ARG., 284. — *Exposição*: — I. Verdade *Histórica*. As narrativas evangélicas dos fatos prodigiosos operados por Cristo, 285; estas narrativas são autênticas e históricas, 286-289; confirmadas ainda por testemunhos extra-evangélicos, cristãos e pagãos, 290. *Objecções*, 291. — II. Verdade *Filosófica*. As *Leis universais* que regem as atividades de toda e qualquer criatura, 292-294. Os fatos prodigiosos de Cristo, realizados independentemente e fora destas leis, são autênticos *milagres*, 295. *Objecções*, 296. — III. Verdade *Teológica*. Sômente Deus pode ser o autor destes milagres: prova-se pela natureza dos fatos, pela finalidade dos milagres, pelos critérios morais das circunstâncias, 297. — IV. Verdade *Relativa*. Operou Deus estes milagres para confirmar o testemunho de Cristo: prova-se por repetidas afirmações de Cristo, pelo testemunho dos discípulos, 298. Conclusão, 299. *Objecção*, 300. — *NOTA. Milagre e Revelação*, 300a.

Art. 3.^o — JESUS PROFETA 394

TESE XIII. — Provou Cristo a verdade do seu testemunho pelas numerosas profecias que fêz e se realizaram 394

Preenções, 301. Adversários, 302. Doutrina da Igreja, 303. — Enunciado do ARG., 304. *Exposição*: — I. Predições de Cristo relativas: a si mesmo, 305; aos seus discípulos, 306; à sua Igreja, 307; aos Judeus e à destruição de Jerusalém e do Templo, 308. *Objecção*, 309. — II. Estas predições são autênticas e históricas, 310. — III. São verdadeiras profecias, que supõem uma intervenção da ciência divina, 311. — IV. Estas profecias foram feitas por Cristo para confirmar a sua messianidade, 312. — *Conclusão*, 313.

Art. 4.^o — JESUS, O DIVINO RESSUSCITADO 409

Importância apologética da Ressurreição de Cristo, 314.

TESE XIV. — Com a sua Ressurreição deu Cristo uma esplêndida prova da verdade do seu testemunho 410

Adversários, 315. Doutrina da Igreja, 316. — *Argumento geral*, 317.

A) Prova da *Verdade Histórica* da Ressurreição: — I. Autenticidade e antiguidade da pregação e da crença cristã acerca da Ressurreição de Cristo, 318. — II. Cristo morreu realmente: prova pelas testemunhas oculares, 319; pelas causas da morte, 320. — III. O corpo de Cristo foi sepultado num túmulo particular, 321. — IV. Cristo ressuscitou verdadeiramente. Prova pelo fato do túmulo vazio, 322-325. Prova pelas aparições de Jesus, 326: são atestadas pelas fontes canônicas, 327, como visões objetivas, 328, de Cristo ressuscitado em estado glorioso, 329; são históricas, 330-331; foram percepções sensíveis de Cristo redi-vivo, 332; e não alucinações, 333-334; nem visões místicas ou espirituais, 335. *Confirmação*, 336.

B) Prova da *Verdade Relativa*: Cristo apresentou sua Ressurreição como prova da sua messianidade, 337. — *Objeção*: Porque não apareceu Cristo aos seus inimigos?, 338.

CONCLUSÃO FINAL, 339.

A Ressurreição de Cristo na nossa vida, 340.

Art. 5.º — JESUS PROFETIZADO 439

TESE XV. — *Provou Cristo a verdade do seu testemunho apresentando as profecias messiânicas do A. T. todas nêle realizadas* 439

Adversários, 341. Doutrina da Igreja, 342. Posição da Tese, 343. — Enunciado do ARG., 344. *Exposição*: — I. *Historicidade* das predições messiânicas e da sua realização em Jesus de Nazaré: A Bíblia e a sua unidade, 345; o Profetismo no A. T., 346; as Obscuridades nas Predições messiânicas, 347. Quadro sintético das principais predições messiânicas, 348. Autenticidade destas predições, 349. Referem-se a uma mesma e única pessoa real, 350; *Objeções*, 351. Todas se realizaram em Jesus de Nazaré, 352; *Objeções*, 353. — II. Necessidade de uma intervenção *extra-ordinária* de Deus, 354, porque foram milagrosas as predições, 355-356, e a sua realização em Jesus, 357. — III. Confirmam o testemunho de Jesus Cristo, 358. — *Síntese e Conclusão*, 359.

Art. 6.º — O TESTEMUNHO DOS APÓSTOLOS 459

TESE XVI. — *A messianidade e a divindade de Cristo e, conseqüentemente, a origem divina do Cristianismo, recebem ainda nova prova pelos milagres dos Apóstolos* ... 459

Adversários, 360. Qualificação da Tese, 361. — Enunciado do ARG., 362. *Exposição*: — I. Os Apóstolos proclamaram a messianidade e a divindade de Jesus e a origem divina da sua doutrina, 363. — II. Operou Deus nos Apóstolos e por meio d'elles numerosos milagres: verdade *histórica*, 364; verdade *filosófica e teológica*, 365. — III. Fêz Deus estes milagres para confirmar a pregação dos Apóstolos (verdade *relativa*), 366. — *Conclusão e Conseqüência*, 367.

Cap. IV — O Testemunho histórico do Cristianismo

Nexo, 368. Doutrina da Igreja, 369.

Art. 1.º — A RÁPIDA DIFUSÃO E A ESTABILIDADE DO CRISTIANISMO

<i>TESE XVII. — Pela sua rápida difusão o Cristianismo prova a sua origem divina</i>	488
Posição da Tese, 370. Preenção acêrca do milagre moral, 371. Adversários, 372. — Enunciado do ARG., 373. <i>Exposição: — I O Fato da rápida difusão: geográfica e numérica, 374; em tôdas as classes sociais, 375. — II. Os gravíssimos obstáculos: internos, 376; externos, 377-378. — III. A falta de meios naturais, 379. — Insuficiência e ineficácia das circunstâncias apontadas como favoráveis, 380-386. — V. Impossibilidade de uma explicação natural, 387. — Conclusão, 388-389. — Em que consistiu esta intervenção sobrenatural?, 390. — Objeção: a difusão das outras religiões, 391.</i>	
COROLÁRIO. — <i>A inviata estabilidade do Cristianismo, 392; fato único na história, 393; obstáculos, 394; impossibilidade de uma explicação natural, 395. Conclusão, 396. Observação, 397.</i>	
Art. 2. ^o — A EFICÁCIA TRANSFORMADORA DO CRISTIANISMO ...	494
<i>TESE XVIII. — Pela admirável transformação que operou no mundo provou o Cristianismo a sua origem divina</i>	494
Posição da Tese, 398. Enunciado do ARG., 399. <i>Exposição: I. O Fato da profunda transformação: A) O estado do mundo antes de Cristo: os Indivíduos, 400; os Pobres e os Trabalhadores, 401; os Escravos, 402; a Família, 403-404; a Sociedade, 405-406. — B) A transformação operada depois de Cristo, 407: nos Indivíduos, 408; nos Escravos, 409; nos Pobres e Trabalhadores, 410; na Família: esposa e filhos, 411; na Sociedade, 412. Foi fruto da religião cristã, 418. Nota, 414. — II. O caráter sobrenatural desta transformação, 415. Conclusão, 416.</i>	
Art. 3. ^o — O TESTEMUNHO DOS MÁRTIRES	511
<i>TESE XIX. — Pela constância heróica dos seus inúmeros mártires prova o Cristianismo a divindade da sua origem</i>	511
Preenções, 417. Posição e Qualificação da Tese, 418. — Enunciado do ARG., 419. <i>Exposição: — I. O Fato e as Circunstâncias do martírio cristão: a) Multidões imensas de mártires, nos três primeiros séculos, 420, e do séc. IV até nossos dias, 421; b) de tôdas as raças e condições sociais, 422; c) morreram por sua fé cristã, 423; d) no meio de crudelíssimos tormentos, 424; e) dando os mais sublimes exemplos de fortaleza e virtudes heróicas, 425. — II. O caráter sobrenatural do martírio cristão, 426. Prova pela experiência, 427; Objeção, 428. Prova pela heroicidade e harmonia das virtudes, 429. Nota, 430. Confirmação, 431. Conclusão, 432. Objeções, 433.</i>	
CONCLUINDO	584
INDICE DOS AUTORES CITADOS	587
INDICE GERAL	548

PRINCIPAIS CORREÇÕES

Página	Linha	Em vez de:	Lêa-se:
8	5	círsta	crístã
61	12	uma das outras	umas das outras
102	2º l. da nota	Gebalda	Gabalda
104	35	nº 323	nº 333
146	24	Homelia	Homilia
158	11	nº 122	nº 112
244	7º linha 9º linha	quiser - quiseramos	quiséra - quiséramos
426	11	tradúconal	tradicional
446	6	maos	mãos
495	5º l. da nota	cantaram-lhes	cantaram-lhe
507	31	regiões	religiões
519	10º l. da nota	Tebéa	Tebana